HISTORIA DA GUERRA CIVIL

E DO

ESTABELECIMENTO DO GOVERNO PARLAMENTAR

EM

PORTUGAL

HISTORIA

DA

GUERRA CIVIL

E DO

ESTABELECIMENTO DO GOVERNO PARLAMENTAR

EM

PORTUGAL

Comprehendendo a historia diplomatica, militar e politica d'este reino
desde 1777 até 1834

POR

SIMÃO JOSÉ DA LUZ SORIANO

Bacharel formado em medicina pela universidade de Coimbra, socio correspondente
do Instituto da mesma cidade
e benemerito do Gremio Litterario da cidade de Angra do Heroismo

Propter Sion non taceho, et propter
Jerusalem non quiescam.
Isaias, cap. 62.

TERCEIRA EPOCHA

ESTABELECIMENTO DO GOVERNO PARLAMENTAR

TOMO IV

Cerco do Porto propriamente dito, tendo a sua duração sido desde 8 de setembro de 1832
até agosto de 1833

LISBOA
IMPRENSA NACIONAL
1884

ERRATAS DO VOLUME IV

Pag.	Lin.	Erros	Emendas
64	2	no extremo	na extrema
66	8	mmarcescivel	immarcescivel
75	11	tornar em decidida	tornar a luta em decidida
153	20	procuram	procuravam
252	14	Fer vença	Fervença
326	12	porventura	por ventura
411	2	dar	prestar
434	1	rdens	ordens

CAPITULO I

O general visconde do Peso da Regua, dando sem vantagem os seus primeiros ataques ao Porto, e á Serra do Pilar, deita-se depois a levantar baterias, e a construir o seu campo intrincheirado com o manifesto fim de estabelecer o bloqueio d'aquella cidade, a que ainda no dia 29 de setembro dá um novo, e decisivo ataque, e depois á Serra em 14 de outubro com consideravel perda pela sua parte, circumstancia que o leva a pedir mais gente para Lisboa, e occasiona a vinda de D. Miguel para as provincias do norte, sendo a final demittido do commando do exercito, e substituido pelo general Santa Martha. Este, adoptando o systema da guerra defensiva, leva ao ultimo apuro as fortificações do seu campo, bombeia o Porto por grande numero de baterias, e estabelece contra esta cidade o mais completo estado de sitio, até fechar de todo a barra do Douro, com grande terror, e lastima dos constitucionaes, que apesar dos seus triumphos de terra e mar, lutavam já com grande apuro de meios, e falta de gente, que só podiam obter de paiz estrangeiro, depois de terem pedido em seu favor a mediação ingleza.

A triste jornada de Souto Redondo, e os seus funestos effeitos andavam impressos na taciturna e melancolica physionomia de todos os habitantes e defensores do Porto, os quaes em voz baixa, ou comsigo mesmo, de um tal successo fortemente murmuraram nos primeiros tempos, e para elle sombriamente olhavam como para esses terriveis caracteres, annuncio da proxima destruição de um antigo povo, escriptos sobre as paredes do palacio real de Babylonia por uma mysteriosa e desconhecida mão diante de Balthazar. O mesmo D. Pedro, tambem pela sua parte não pôde ao principio resistir ao geral sentimento de tão avultado desastre, e julgando-se perdido, lembranças lhe occorreram até de procurar refugio a bordo da fragata ingleza *Stag*, que por então cruzava em frente da foz do Douro[1]. Foi o coronel Hare,

[1] Esta tentação de D. Pedro correu tão duvidosamente no publico, que muitos o reputaram sempre sobranceiro a todas as seducções d'esta ordem; mas pessoa de todo o credito, e que estava bem ao alcance do que se passava, me affirmou o facto, e me remetteu até para o testemunho do coronel Hare, nas mãos do qual suppunha que parariam as provas do que a este respeito superiormente dizemos.

que tão relevantes serviços prestára á causa constitucional, pela sensatez dos seus conselhos, e acerto das suas opiniões militares, quem, n'esta melindrosa conjunctura, fez conhecer a D. Pedro o desaire de tão imprudente passo, e o descredito que forçosamente lhe havia de acarretar na Europa, quando o realisasse, vendo-se que deixava ao desamparo o Porto, e aquelle mesmo exercito, que por sua causa, e apoiado no prestigio do seu nome, viera arrostar os perigos de tão arriscada e diuturna guerra, particularmente podendo elle ter a certeza de que nunca lhe faltariam embarcações de guerra inglezas, que o recebessem a elle e á sua comitiva, quando n'aquella cidade se não podesse conservar por mais tempo.

Similhantes rasões tão de prompto lhe commoveram o animo, que, abandonando logo tão ruim lembrança, continuou desde então por diante na resoluta e corajosa marcha de firme se conservar no Porto, corresse por onde corresse. Já se vê pois que o apuro das circumstancias tornava bem evidente e palpavel o erro de tanto se ter confiado em vão no nome de D. Pedro desde a sua chegada aos Açores. Todos os que haviam cercado este principe lhe apresentaram, nas proximidades da sua partida para Portugal, o lisonjeiro quadro das suas phantasticas combinações, ou das suas imaginadas probabilidades de victoria; mas as suas crenças, ou antes as suas proprias vontades e desejos, tinham-lhes exagerado consideravelmente as suas conjecturas, levando-os a acreditar como favoraveis os acontecimentos, que aliás lhes haviam de ser contrarios, como os deveriam reputar, segundo o calculo de todas as probabilidades humanas. Os factos que agora os surprehendiam bem mostravam quanto fallazes haviam sido todas as hypotheses da sua desejada victoria. Aqui, como em muitas outras cousas da vida, se vê bem quanto os homens da politica e da governança se devem esmerar em cuidadosamente discriminar sempre a realidade dos factos das suas proprias conjecturas e desejos.

A opinião que os conselheiros de D. Pedro tomaram como

fundada no espirito publico, e no imaginado enthusiasmo nacional, suppondo que aquelle principe não precisava para desarmar os seus inimigos mais do que apresentar-se-lhes diante, e que por conseguinte o exercito libertador não tinha a fazer mais do que uma marcha triumphal, desde as margens do Douro até ás do Tejo, devia completamente desvanecer-se, desde o seu desembarque nas praias do Mindello. E todavia só tarde, e seguramente só muito tarde, lhes veiu o duro desengano do que pensaram. A tenacidade das crenças a tal respeito nem mesmo em presença dos factos, que as contrariavam, se lhes podia desvanecer. Que mal se não tinha pois calculado a resistencia, que a causa da usurpação podia oppor á da legitimidade e da carta! Foi necessario que uma serie de experiencias trouxesse para os mais incredulos o tardio e salutar desengano do que tão imprudentemente, e sem plausivel fundamento, se havia imaginado. As esperanças, desvanecidas de dia para dia, vieram sómente a caír em presença de dados mais positivos, ou dos acontecimentos, que não admittiam duvida. Só quando D. Pedro, e os seus conselheiros se viram sem apoio algum nos seus adversarios, e inteiramente cercados por toda a parte de um numerosissimo exercito contrario, é que conheceram bem as illusões das crenças, que até ali os haviam dominado.

Foi então que claramente se viu o mal, que resultára de se não haver em seguida ao desembarque do Mindello marchado logo com toda a força reunida sobre o inimigo mais proximo. A descoberta, ou reconhecimento de Vallongo, emprehendido contra forças inimigas seis vezes superiores ás dos constitucionaes, tirára ao exercito libertador o prestigio, que até ali tinha da victoria, ficando-se desde então por diante conhecendo, sem prevenção de lisonja, que os constitucionaes eram uns poucos de homens, que vinham aggredir outros homens, mas de escasso vulto pela sua parte, e consideravelmente crescido pela do lado opposto. Na acção de Ponte Ferreira o inimigo fugira por fraco; mas a falta de cavallaria sentiu-se então no seu auge nas fileiras de D. Pe-

dro, e essa sua amargurada victoria bem cara lhe custou, pela irreparavel perda de gente que soffreu, e sobretudo pela propinquidade da perda do Porto, e pela vergonha de ver fugir precipitadamente para bordo de uma embarcação, alem dos seus ministros e conselheiros, muitos officiaes de nome, e de antiga e bem comprovada reputação militar.

Todas as tentativas para levar o reino a uma formal sublevação tinham completamente falhado. Duas escunas, que no principio de agosto appareceram em frente da Figueira, tiveram de se retirar de lá, sem poderem communicar com a terra. Um bergantim de D. Pedro, carregado de armas, e provido de dinheiro, procurára tambem sem fructo a barra de Aveiro, para municiar e soccorrer alguns corpos de guerrilhas, que se davam como existentes na Beira; mas estas guerrilhas, pequenas em numero, e deixando a sua antiga guarida das serras da Estrella, Bussaco e Boialvo, para se approximarem de Coimbra, foram finalmente surprehendidas na Matta da Cortiça, junto a Penacova, fugindo uns, e sendo immediatamente fuzilados outros. O guerrilheiro frei Simão, que no Porto tinha adquirido algum nome, pelas correrias, que d'ali fizera sobre as immediações da cidade, teve na ultima d'ellas a desgraça de ser cortado pelo inimigo, e de correr depois sobre S. Pedro do Sul, pela estrada de Treita e Cabreiros, até ir metter-se n'um corrego da ribeira de Raques, nas fraldas da serra de Treita, onde teve de entregar-se á discrição, depois de um vivo fogo, em que consumiu todas as suas munições, sendo a final executado em Vizeu com mais doze dos seus infelizes companheiros.

O exercito realista, firme como se mostrava nas bandeiras da usurpação, tenaz como na sua defeza se apresentára em todos os recontros, que tivera contra os constitucionaes, dava bem a entender que o principe, cuja causa abraçára, tinha entre elle e o povo portuguez o mesmo fanatismo, que entre os seus tinha D. Pedro, e por conseguinte que este devia renunciar a todas as lisonjeiras esperanças de alcançar a mais pequena vantagem, que a força das armas lhe não conseguisse. Esse mesmo exercito, fanatisado como es-

tava por D. Miguel, via-se já em volta do Porto, ameaçando decididamente a cidade de um cerco, em que todas as probabilidades eram contra os sitiados. E todavia nem D. Pedro se resolvia ainda a lançar-se abertamente na defensiva, nem os seus ministros, vendo proxima a estação invernosa, se entregavam ao cuidado de fazer o mais pequeno deposito para munições de bôca e de guerra. Posta pois a realidade do cerco, e tolhidas as communicações e soccorros do interior com o Porto, só restava a esperança do abastecimento por mar, abastecimento a que os temporaes do inverno haviam de pôr limite, mas que felizmente não foram o mais duro e cruel inimigo, que os liberaes contra si tiveram. Pedia pois a rasão, exigiam-no as cautelas, e a continuação da guerra, que quanto antes se fizessem similhantes depositos na imminencia do sitio, que já se estava delineando, o que todavia se não fez.

N'um conselho militar, que no dia 7 para 8 de agosto se convocára, depois dos funestos acontecimentos de Souto Redondo, e que durára até á uma hora da madrugada de 8, se ventilou a questão de occupar-se ou não, e defender-se definitivamente o Porto, attenta a natureza do seu terreno, a extensão do seu recinto, e a das obras que para tal fim demandava. O terror que aquelles mesmos acontecimentos determinaram n'alguns dos membros d'este conselho, não só os pozera em estado de exagerarem os perigos, que a sua imaginação lhes pintava, mas até os arrastára ao voto do total abandono do Porto, isto é, á manifesta repetição das vergonhosas scenas do vapor *Belfast*, succedidas em 1828, estribados como então se mostraram nos especiosos pretextos de que os moradores d'aquella cidade se não deviam expor ás calamidades de um sitio de tão sinistros auspicios. Foi o major Bernardo de Sá Nogueira o que n'elle sustentou a necessidade de mudar a base das operações militares, para outro ponto mais defensavel, e em communicação com o mar[1]. Outros houve finalmente que julgavam se devia pe-

[1] Veja o documento n.º 240.

netrar pelo interior do paiz, ou então por uma especie de contramarcha, ir por mar desembarcar n'alguns pontos do sul, quando as tropas inimigas estivessem já em força no norte. Nada porém se decidiu n'este primeiro conselho[1], em que se viu ter o desalento contagiado uma grande parte dos individuos, que o compozeram, incluindo o proprio D. Pedro, como se prova pela correspondencia d'elle, e de alguns dos seus ministros, dirigida para Londres ao marquez de Palmella.

E com effeito o ministro da guerra, Agostinho José Freire, lhe disse, na data de 8 de agosto: «A nossa posição de hontem pouco, ou nada havia variado, depois da partida de v. ex.ª; constava porém que a brigada, composta dos regimentos 7 e 13 de infanteria, e alguns destacamentos de outros corpos, tinham partido de Lisboa a 30 do mez passado, e deviam chegar a Coimbra hoje mesmo. O general, commandante em chefe, achou acertado atacar o general Povoas em Souto Redondo, antes d'estes corpos fazerem a sua juncção, e effectivamente hontem, das seis para as sete horas da manhã, principiou um vigoroso ataque contra os postos avançados, que se repetiu com o maior denodo, sendo o inimigo levado de posição em posição até á ultima, que principiava a abandonar em desordem. Foi então que por mera fatalidade inexplicavel se espalhou um terror panico entre o batalhão de caçadores n.º 5, pelo grito imprudente, ou malevolo do capitão Rebocho, e em poucos minutos todo este batalhão, o 3 e o 12, e o de infanteria n.º 6, estavam em completa confusão. O general, e o seu estado maior, e alguns officiaes fizeram prodigios de valor, que por muito tempo foram inuteis. O batalhão de caçadores n.º 2, e o 10 de infanteria, retiraram-se em boa ordem, e poderam pôr

[1] Chegou a correr com grande voga no publico, e o proprio José Xavier Mousinho da Silveira, ministro que foi da justiça e da fazenda no Porto, o affirmou nas côrtes em 1834, que o resultado d'este conselho fôra o definitivo abandono d'aquella cidade. Entretanto eu sigo a negativa, feita a tal respeito na mesma occasião pelo ministro da guerra, Agostinho José Freire.

respeito ao inimigo, a ponto de não tirar partido algum da nossa desordem. Ao pôr do sol estava a divisão em Santo Ovidio, occupando o inimigo as suas antigas posições. A nossa perda é consideravel em officiaes; em soldados não creio que exceda a 200, entre mortos, feridos e extraviados».

Pela sua parte o proprio conde de Villa Flor, escrevendo tambem a Palmella no dia 14 do citado mez de agosto, dizia-lhe: «Nós aqui estamos muito peior do que nos deixaste, porque o inimigo tem recebido forças, e continúa a receber. A esquadra inimiga saíu do Tejo, e já trocou alguns tiros com a nossa; mas nenhum resultado houve, e hoje se acham ambas as esquadras em frente do Porto, fazendo grande vulto, porque é maior a inimiga, e o Sartorius por fatalidade só se acha com a sua fragata, porque se lhe não reuniram ainda as outras embarcações. Isto tem feito bastante sensação no Porto, e ha bastante gente que não está contente. A nossa tropa continúa com bom aspecto; porém tem havido deserções em quantidade. Outro dia tivemos um combate em Souto Redondo com o Povoas, o qual foi bastante renhido; mas desgraçadamente, depois de termos ganho as posições com bastante custo, um grito de alarme, dado pelo capitão Rebocho, de caçadores n.º 5, fez com que os nossos em bastante desordem se retirassem, e tivemos consideravel perda. Eu fui obrigado a estar de espada na mão, para fazer parar os soldados, o que pude conseguir, depois de bastante tempo. Tive o meu cavallo ferido, e o pobre Thomás Mascarenhas n'essa occasião foi tambem ferido, mas está melhor. Meu rico marquez, muito bom seria que tu aqui estivesses; digo-te que fazes muita falta. Eu faço o que posso, e assim hei de fazer até ao fim; *mas digo-te que não estamos bem, isto é só para ti, de quem principalmente dependerá o exito da causa*».

Mousinho de Albuquerque, escrevendo igualmente a Palmella na mesma data de 14, dizia-lhe pela sua parte: «Depois da mudança do estado maior general, e da minha entrada no conselho, a qual precedeu tão pouco á partida de

v. ex.ª, resolveu-se fazer um movimento sobre a frente, isto é, sobre Povoas, que se achava em Souto Redondo, a fim de poder attrahil-o, ou desbaratal-o, antes que se lhe reunissem novas forças de Lisboa, que sabiamos marchavam para estreitar a cidade do Porto, sendo por outra parte instruidos de que a esquadra inimiga, composta de uma nau, uma fragata, uma corveta e quatro brigues, saiu a foz do Tejo, e que o almirante Sartorius, e a dita esquadra, se haviam feito ao mar, não podendo o almirante, pela inferioridade da força, bater-se em linha com ella, mas procurando occasião opportuna para atacal-a em detalhe. Mandei-lhe em soccorro um brigue, que já tinha conseguido armar, e ámanhã talvez lhe mande, se for possivel, uma barca de caronadas, ou pequena corveta, que está quasi prompta, e tenho esperanças de que assim poderá elle bater a esquadra inimiga, com a qual já teve um combate hontem, e que, apesar de forte, não mostra bravura, nem audacia, mas que está a vinte milhas d'esta barra.

«No dia 7 do corrente atacámos com a divisão ligeira, e a segunda divisão, o inimigo, que estava em posição em Souto Redondo. Até ás nove horas da manhã o inimigo tinha perdido as melhores posições com grave perda nossa; mas já quando o perseguiamos, uma voz de terror, dada na frente pelo capitão Rebocho, produziu nos nossos uma total debandada. Fizemos no primeiro momento inuteis esforços para os reunir, mas o inimigo estava tão aterrado, que não aproveitou a vantagem, e eu estive perto de meia hora entre elles, e os nossos fugitivos, fazendo esforços para os reunir, sem que o inimigo fizesse sobre nós mais do que alguns tiros soltos; emfim, podémos restabelecer um tanto a ordem, e retirar sobre a cidade, perdendo comtudo um obuz, uma peça, e na verdade para os primeiros tempos uma parte da confiança, que nos mereciam os soldados. Aqui estamos fortificando o Porto, e circumdados por toda a parte, chegando ao pé de nós os guerrilhas. A primeira divisão inimiga marcha de Lisboa em numero de 6:000 homens, que apenas juntos aos que aqui já tem, virão talvez atacar-nos. *Se a*

esquadra não for vencedora, reputo a nossa posição quasi desesperada, e em tres, ou quatro dias tudo estará talvez findo: porém se a esquadra vencer, restam esperanças. Em todo o caso eu espero que salvemos a honra, e eu pelo menos estou decidido a perecer, salvando a minha; e se v. ex.ª cá me não achar, recommendo-lhe desde já a minha mulher e meus filhos. Salvando-os, e protegendo-os, v. ex.ª fará um dever de humanidade, e de amisade, proprio do seu grande coração.»

D. Pedro não estava menos dominado de panicos terrores do que os seus dois referidos ministros. Foi a triste jornada de Souto Redondo o que o desenganou, ou o que completamente lhe fez perder as doces e seductoras illusões, que os seus conselheiros lhe tinham feito conceber, dando-lhe o seu nome, e a presença da sua pessoa em Portugal como causa bastante, para que o exercito de seu irmão lhe abandonassse as fileiras, e abraçasse as d'elle D. Pedro. A par das tristes circumstancias a que portanto se achava reduzido no Porto, dava-se tambem não só a falta de meios pecuniarios, para custeamento das suas mais urgentes despezas, mas igualmente a sensivel diminuição do seu exercito, proveniente, tanto do grande numero de praças, que os precedentes combates tinham já posto fóra das suas fileiras, como das numerosas deserções dos prisioneiros, feitos nos Açores. Oppor-se por conseguinte com tão diminuto exercito ás desmedidas forças do de seu irmão, infundia-lhe com justificado motivo os mais bem fundados receios. Elle proprio nos dá d'isto prova cabal no despacho, que dirigiu para Londres ao marquez de Palmella, na data de 15 do citado mez de agosto, dizendo-lhe: «Estando a saír dentro de tres horas um paquete a vapor, não quero deixar de lhe dizer, que a nossa posição cada dia é mais precaria, e dil-o-hei em duas palavras. Estamos reduzidos a 5:000 bayonetas de tropa de linha, cercados por dois exercitos, um de 12:000 homens, que está em Basto (era o do general Santa Martha), e outro de 8:000 em Souto Redondo, Feira, Oliveira de Azemeis, etc. (era o do general Povoas), e alem d'isto quasi bloqueados pela esquadra, que está á vista, e que não foi ainda

batida, e temos a fragata *Rainha* com o mastro grande arruinado, e a *D. Maria* com o da gata passado por uma bala, temendo o almirante qualquer vento forte; por esta causa a tropa, parte está animada, parte não.

«Á vista d'isto muitas discussões tem havido em conselho sobre os meios de sairmos d'esta posição, poupando o sangue de tantas victimas, com o qual nada ganharia a causa; e o que lembrou, e era obvio, foi fortificar a cidade, o que teve effeito, ainda que não bem, devendo nós abandonar Villa Nova, por termos de guardar uma linha de mais de legua e meia, sem fallar na parte d'esta, que está do lado do rio. Antes de apparecer a esquadra, pensámos na retirada para os Açores; mas depois que ella appareceu, vimos a impossibilidade d'este projecto, e então assentámos que não havia remedio senão batermo-nos sem esperança de retirada, o que desanimaria muito a tropa. Lembrei eu no conselho, estando presente o conde de Villa Flor, e o Candido, por querer poupar sangue de parte a parte, e ver que por fim nos veriamos obrigados pela força, ou pela fome, que em farinha já se começa a sentir, a tratar de uma convenção, o que desejo evitar, para me não ver obrigado a tratar com meu irmão (o que não faria), nem ver acabar a scena horrorosamente; que firme nos meus principios de não querer promover a guerra civil, e evitar mais derramamento de sangue, que se propozesse aos chefes dos exercitos e armada de meu irmão (não direi o modo), uma suspensão de armas, até que o seu governo approve, ou não a seguinte proposta: *Suspensão de armas, e ficar tudo no statu quo, até que as cinco grandes potencias decidam se a corôa portugueza compete a D. Maria, ou a D. Miguel definitivamente.*

«Esta proposta não pareceu mal ao conselho, e hoje será discutida, havendo-lhes eu pedido, que pensassem n'isto vinte e quatro horas antes, visto a gravidade da materia, olhando-se pelo lado do decoro, e pelo do da utilidade. Posto que não houvesse decisão ainda, porque o conselho deve ser ao meio dia, comtudo, prevendo que o ministro encarregado da sua pasta lhe não daria parte, dei-me eu ao

trabalho de lhe escrever, o que faço sempre com gosto, pois muito folgo de entreter correspondencia com pessoas taes como o sr. marquez. Á vista d'isto, fará o que bem lhe parecer; mas eu sou de opinião, que seria bom que visse se algum inglez propunha ás duas partes belligerantes: *a suspensão de armas, ficando tudo no statu quo, até que as cinco grandes potencias decidam se a corôa portugueza compete a D. Maria, ou a D. Miguel definitivamente.* Temo que já não chegue a tempo; mas não ha mal nenhum em que uma tal proposta nos seja feita, quer ella chegue depois de uma victoria, quer ella chegue antes de nos havermos batido. Só no caso de sermos destroçados é que não poderia servir, porque então estava acabada de facto a questão por muitissimos motivos, que me não metto a enumerar, porque não tenho tempo, visto ser absolutamente indispensavel que eu vá ás fortificações, que não estão ainda acabadas, pois bem sabe que se fizermos a proposta, e se ella for aceita, nada mais poderemos fazer. Muito folgarei que esta o ache de saude, como lhe deseja aquelle que é seu amigo.=*D. Pedro.*»

Ao escrever o precedente despacho, contendo a proposta de D. Pedro para a suspensão de armas, ainda ella não tinha sido por elle apresentada ao conselho, como no dito despacho se diz; mas sendo-lhe presente no mesmo dia 18, e tendo-a por aceitavel, resolveu-se todavia, que por então se não levasse ainda a effeito, mas que se escrevesse a lord William Russell, para ver se elle tinha, ou não instrucções eventuaes, para propor da parte do seu governo alguma cousa ás duas partes belligerantes, expondo-lhe o que se desejava que elle dissesse, omittindo-se a phrase *se a corôa portugueza competia a D. Maria, ou a D. Miguel definitivamente.* A mesma expedição da citada carta a lord Russell não chegou a levar-se a effeito, tendo-se por conveniente reunir primeiro um conselho militar, ao qual se apresentasse a questão de saber *se era impossivel, ou impraticavel, que o Porto se podesse defender,* e que só depois de se ter por impossivel, ou impraticavel similhante defeza, se remettesse n'este caso immediatamente a referida carta.

D. Pedro, e os seus generaes, com toda a rasão esperavam que Povoas, depois do desastre que occasionára aos constitucionaes em Souto Redondo, apparecesse logo no Alto da Bandeira, e tratasse de occupar o convento da Serra do Pilar, por ser posição importante para as suas operações contra o Porto, cousa que por aquelle tempo nenhuma difficuldade havia em realisar. Não o tendo feito assim, nem tirado vantagem alguma das suas operações do dia 7 de agosto, este general tornou-se alvo das intrigas dos corrilhos miguelistas, e das invejas dos seus émulos, conseguindo que o governo de Lisboa lhe desse a demissão do seu commando, e nomeasse um chefe de graduação superior á dos mais generaes em operações contra o Porto, a fim de por este modo concentrar nas mãos d'esse novo chefe toda a marcha d'essas mesmas operações, e evitar os inconvenientes da divisão de commandos, ordenando desassombradamente tudo que julgasse por bem á causa miguelista. Caíu a nomeação d'esse novo chefe no tenente general Gaspar Teixeira de Magalhães e Lacerda, agraciado já em 1823, por affecto á causa absolutista, com o titulo de visconde do Peso da Regua, o qual chegára no dia 6 de agosto a Balthar, indo estabelecer o seu quartel general em Ricarem. Todavia a inacção a que o general Povoas se entregára, Gaspar Teixeira a abraçou tambem pela sua parte, o que proporcionou aos constitucionaes o reputarem similhante inacção como receio dos generaes miguelistas em os atacar, o que os levou a pensar que a sua defeza no Porto seria a melhor das resoluções a tomar nas criticas circumstancias em que se achavam, acabando assim por uma vez a incerteza, e fluctuação dos planos de guerra por elles até então concebidos.

Foi o tenente coronel Bernardo de Sá Nogueira [1] o que pela sua parte mais concorreu para o acabamento d'estas vacillações e incertezas, levando D. Pedro a traçar com o

[1] Bernardo de Sá Nogueira passára de major a tenente coronel de engenheiros na promoção geral do exercito, feita por decreto de 6 de agosto de 1832.

maior zêlo e actividade o plano da guerra defensiva, e portanto á effectiva resolução de quanto antes se fortificar no Porto, cousa que talvez na opinião de alguns dos seus proprios conselheiros e generaes fosse tida, mais como obra destinada a entreter a espectação publica, do que como plano fixo e assentado de se defender a todo o transe aquella cidade dos ataques miguelistas. Já por então começavam elles a ser diarios, havendo contra ella fogo de fuzilaria nos postos avançados da Aguardente, e Carvalhido, de que resultavam não poucos mortos e feridos, fogo que do dia 12 de agosto por diante se tornou muito activo pelo lado do norte da cidade, disparado pelas tropas do general Santa Martha. Foi esta mesma circumstancia a que se tornou n'um poderoso motivo, para que D. Pedro mostrasse a sua grande actividade na promptificação das linhas de defeza, para as quaes os habitantes do Porto foram obrigados a fornecer os necessarios trabalhadores, ou a pagarem á policia o jornal, correspondente ao serviço que tinham a prestar. Bernardo de Sá Nogueira, na sua qualidade de governador militar do Porto, cuidou em mandar occupar e fortificar com toda a dedicação e empenho a Serra do Pilar, tendo-a como ponto importante para a defeza da cidade. Ao primeiro tenente de artilheria, Manuel Thomás dos Santos, confiou elle o commando da artilheria do referido ponto, e a direcção das respectivas fortificações, nas quaes se devia trabalhar do centro para as partes lateraes.

As obras que a tão distincto official recommendou executar foram um palanque, que permittisse fazer fogo contra o inimigo das janellas mais altas do refeitorio e cozinha do convento; abrir seteiras nas janellas e portas, que ainda as não tivessem; construir um tambor adiante das portas do referido convento, devendo haver por cima d'este tambor um *machiculi*, ou balcão fechado, que saisse fóra das respectivas janellas, que superiormente tinha, para d'elle se poderem lançar bombas, ou cal sobre o inimigo, quando houvesse de forçar a entrada. Depois d'estas, e de outras mais obras que ordenava, com relação ao proprio edificio do con-

vento[1], indicava tambem as que fóra d'elle se deviam fazer, taes como fortificar a Eira, vedando-lhe o accesso, e ligar as suas communicações com o corpo do mesmo convento. Ordenava alem d'isto, que se abatessem na cerca todas as arvores, que podessem encobrir a marcha do inimigo contra a Serra; que se levantassem parapeitos, e se construissem espaldões onde necessario fosse, formando-se por esta fórma uma linha defensiva exterior ao referido convento, designando os logares onde haviam de collocar-se as peças de artilheria, lembrando que as arvores cortadas na cerca se empregassem como abatizes, ou palissadas, onde mais conveniente fosse.

É portanto um facto que a Serra do Pilar foi tida pelo governador militar do Porto como um dos mais importantes pontos das suas linhas defensivas, tendo por indispensavel a sua occupação, fazendo parte d'ellas. Olhando-a como tal, não obstante a repugnancia, que para isto achou em D. Pedro, Bernardo de Sá não se limitou sómente a ordenar as obras defensivas, que n'ella se deviam fazer; mas chegou até a determinar a collocação da força, que havia de guarnecel-a, ordenando: 1.º, que se dispozesse de modo, que uma companhia de linha pelo menos, e dois terços de um batalhão ficassem de reserva, quando toda a mais força se empregasse em atiradores, no caso de ataque por parte do inimigo, sendo os pontos a disputar-lhe a trincheira e casa que defendiam o caminho, que de Villa Nova se dirigia para a Serra; 2.º, que na estrada, que inferiormente ia da Serra a Quebrantões, se collocasse um posto de observação, emquanto não fosse completamente cortada; 3.º, que na balaustrada se collocassem alguns homens, logo que o inimigo se approximasse da Serra; 4.º, que na bateria da capella, e no pateo adjacente, se postasse uma outra companhia, a qual forneceria a reserva, para o parapeito do caminho, que de Villa Nova vinha para a mesma Serra; 5.º, que na cerca houvessem duas companhias, destinadas a resistir quanto po-

[1] Documento n.º 241.

dessem ao ataque do inimigo por aquelle lado, retirando-se para o convento no caso de necessidade; 6.º, finalmente, que para defender a Eira se destinasse uma outra companhia, devendo o resto da guarnição estar no pateo principal com armas ensarilhadas, e com uma vigia no palanque do muro, que separa o dito pateo da cerca.

Mas o governador militar do Porto não olhava sómente para as obras da Serra do Pilar, pois que as mesmas linhas da cidade lhe mereciam a mais particular attenção. Verdade é que D. Pedro, abraçando pela sua parte a idéa de defender o Porto a todo o transe, tomára a seu cargo presidir pessoalmente aos trabalhos da construcção das linhas, dentro das quaes se propoz combater o exercito de seu irmão; mas n'esta sua empreza, posto que delineasse os traços para a construcção da obra, e expedisse a par d'isto todas as providencias, que julgava necessarias para a levar a effeito, nem por isso deixou de ser para tal fim poderosamente auxiliado pelo mesmo Bernardo de Sá Nogueira, o que por certo lhe não escurece o merito da sua dedicação e empenho, o que fez por modo tal, que no dia 19 de agosto se julgavam já construidas, posto que não bem acabadas, as baterias da Lomba, Quinta da China, Bomfim, Sério, Congregados, Aguardente, Monte Pedral, Carvalhido, Bom Successo, e cemiterio dos inglezes.

Conseguintemente, se a debandada de Souto Redondo foi por um lado desastrosa para a causa do Porto, pelos terriveis effeitos que comsigo trouxe, tambem é um facto que por outro não deixou de lhe ser vantajosa, pelo desengano que a final produzira em D. Pedro, de que o seu nome nenhum prestigio tinha nas fileiras dos seus adversarios, e portanto que nada mais lhe restava fazer, que fortificar-se quanto antes, construindo a sua linha defensiva, e dentro d'ella esperar que o tempo lhe trouxesse alguma circumstancia favoravel, que o salvasse a elle, e aos seus partidistas. E é muito para lamentar, que n'este seu systema de fortificações se não curasse de conservar desde logo como livres as communicações do Porto com o mar, acobertan-

do-as igualmente das surprezas do inimigo, não sómente para se haverem os generos, e munições de que se necessitava, mas tambem para se receberem os reforços de braços, material de guerra, e meios pecuniarios, sem os quaes o exercito libertador seria dentro em breve levado, ou a render-se por falta de mantimentos, ou a entregar-se por carencia de munições.

Á vista pois d'isto a Foz, e todo o mais terreno, que de lá vem até Lordello, e a par d'isto os pontos mais culminantes da margem esquerda do Douro, fronteiros ao Porto, não se incluiram na referida linha. Os sobreditos pontos, apesar de serem os que dominavam e flanqueavam o Porto, e podiam tambem embaraçar a entrada da barra, eram o Alto da Bandeira, o antigo castello de Gaia, a Furada e a Pedra do Cão, junto ao Cabedello. A rasão que D. Pedro dava, para os excluir da linha, era a falta de braços para os defender, pois a não ser isto, por certo os incluiria n'ella. Por conseguinte a Serra do Pilar foi o unico ponto na margem esquerda do Douro, que fez parte da citada linha defensiva, e parece-nos que isto proveiu mais depressa da deliberação tomada por Bernardo de Sá Nogueira, do que por vontade bem pronunciada do proprio D. Pedro, que pouco resignado se mostrou a approvar similhante deliberação.

Pela mesma rasão se abandonaram tambem na margem direita do mesmo rio, ou ao norte do Porto, as importantes alturas do Regado, Antas, Covello, e até a posição do Lordello, que tão necessaria se tornava para ligar o Porto com a Foz. Verdade é que a experiencia, como a melhor mestra de quasi todas as cousas na vida, e as circumstancias que vieram com o tempo, foram posteriormente esclarecendo as idéas, illuminando a intelligencia, fazendo por conseguinte conhecer melhor as vantagens do terreno, e finalmente formando a opinião, que successivamente foi remediando os passados descuidos, commettidos, não só por parte de D. Pedro, mas até mesmo por parte do inimigo, o qual, escolhendo desassombradamente as posições, que quiz nas vizinhanças

do Porto, incorreu no seu fatal erro de se não assenhorear da Foz, erro que tão prejudicial lhe foi, como mais tarde veiu bem a conhecer, pelos funestos effeitos que d'isto lhe resultaram. Parece que os olhos viam, mas a reflexão faltava, faltando igualmente o habito de applicar a theoria á pratica. D'este modo o sitio, e a heroica defeza do Porto, anteviam-se já bem de uma e outra parte, desde o meiado de agosto de 1832 em diante; mas como um d'esses principios luminosos, d'essas verdades de alta importancia, que uma intelligencia superior e perspicaz está proxima a alcançar, mas que a obscuridade do momento a retem vacillante ainda, antes da sua manifesta descoberta, o que todavia não embaraçou o progresso dos trabalhos da linha, em que se via um punhado de bravos tratando de a realisar, uns levantando trincheiras e baterias, emquanto que outros, com armas na mão, se mostravam promptos a repellir qualquer ataque da parte dos miguelistas, ou a assestar nas ditas baterias as cincoenta peças de artilheria de differentes calibres, que no Trem do Oiro D. Pedro achou á sua disposição quando entrou no Porto.

Só D. Pedro, arrebatado dos desejos de conservar um nome heroico, e o glorioso brado de um bravo e corajoso capitão, cousas que por certo se não ganham, sem correr os riscos de uma porfiosa guerra; só elle, dotado de uma convicção tão forte e profunda, que o levava ao enthusiasmo pela sua causa, e de uma vontade tão prompta e decidida, quanto o podia ser; só elle, dizemos ainda, inspirado por tão nobres e patrioticos sentimentos, era capaz de tirar a defeza do Porto da frouxa e molle apathia em que pareceu achar-se, desde a sua chegada áquella cidade no dia 9 de julho, até se esgotarem os primeiros quinze dias do seguinte mez de agosto. Só o seu nome, e o exemplo da sua grande actividade, podiam acabar de uma vez com a irresolução e perigosa inercia, de que eram já victimas muitos dos que o rodeavam, e cimentar-lhe no animo aquella ardente paixão de gloria, dos que aspiram á heroicidade, e que tanto mais tenaz e persistente se torna, quanto maior é o cumulo das

difficuldades com que se luta. Foi assim que D. Pedro, confiando na bravura e fidelidade dos seus generaes e soldados, metteu hombros á sua heroica empreza com toda a perseverança de que era capaz o seu genio, contando que os seus desejos, e incessantes fadigas seriam coroados com a mais exemplar disciplina do seu pequeno exercito, cujo credito entendeu restaurar, teimando na defeza do Porto. Debaixo pois do fervor das suas immediatas vistas, e das repetidas visitas, que durante o dia fazia aos pontos que fortificava, se foi pois levantando com a maior celeridade possivel a primeira linha defensiva do Porto, cuja execução foi seguramente devida á grande energia e actividade de D. Pedro.

Bernardo de Sá Nogueira o auxiliava com as suas luzes poderosamente em similhante empreza, e para que a dita primeira linha satisfizesse ao importante fim a que se destinava, dirigiu no dia 28 do citado mez de agosto ao ministro da guerra uma exposição, dizendo-lhe: «Para a melhor defeza da cidade do Porto seria da maior utilidade, que sua magestade imperial se dignasse mandar construir em torno de cada uma das baterias, que formam a nossa linha, um parapeito á prova de artilheria grossa, com fosso largo e profundo, e quando a rocha embaraçasse a abertura d'este, em seu logar se podiam pôr abatizes, palissadas, *fraises*, ou outros meios combinados, ou separados. D'esta sorte as baterias se tornariam reductos fechados, especie de fortificação a mais apropriada ás nossas circumstancias, porque emfim, diz o marechal de Saxe, que ella offerece o melhor meio de occupar muito terreno com poucas tropas. As linhas de Lisboa em 1810 e 1811, e as que o marechal Soult fez construir nas fronteiras da França em 1813 e 1814, compunham-se principalmente de reductos. As guarnições de obras fechadas pela gola, recebendo ordem de sustentarem um sitio, como esperam, não se retiram, nem fogem, quando o inimigo penetra a linha de defeza, ou mesmo quando toma uma das obras que a formam. Não succede assim nas baterias abertas, porque ás suas guarnições a primeira idéa que se lhes apresenta é a de se retirarem,

quando o inimigo penetrou em outra parte da linha, pelo receio de serem torneadas, e atacadas pela gola».

«O total das guarnições das nossas baterias, tornadas em reductos, seria talvez de 1:200 a 1:600 homens. Todo o resto do exercito, comprehendidas as melhores tropas, ficaria em reserva, ou guarneceria as linhas intermediarias. E os soldados, com a construcção dos reductos, teriam muito mais descanso do que presentemente têem, ao que muito se deve attender, para estarem promptos para o combate. A nossa linha no estado em que se acha é forte; mas muito menos forte do que muita gente acredita, quer sejam dos nossos, quer do inimigo. Se n'um ataque perdermos uma bateria, é de receiar que as pequenas guarnições das baterias vizinhas se não sustentem por muito tempo, e que façam um movimento retrogrado, o que póde levar toda a linha para o interior da cidade. No estado das fortifiações, se houver um ataque de noite, as tropas não terão tanta confiança, como se houvessem reductos. Estes, guarnecidos convenientemente, e commandados por officiaes escolhidos, augmentarão muito a força moral das tropas. Em torno de cada reducto se podem accumular muitos dos meios defensivos, que offerece a sciencia do engenheiro, como os *strepes*, os *trous de loup*, as fogueiras, os fornilhos, etc. Se sua magestade imperial se dignar mandar executar a construcção de reductos, poderemos esperar dever á energia e extraordinaria actividade, que sua magestade imperial tem desenvolvido nas fortificações da linha exterior, o ver terminadas dentro em poucos dias obras, que tornarão intomavel a cidade do Porto por todas as forças, que a usurpação póde reunir.»

Foi por effeito da precedente exposição, que com o andar do tempo se construiram effectivamente em torno de cada uma das baterias parapeitos á prova de artilheria grossa, transformando-as assim em reductos com gola. Mas Bernardo de Sá Nogueira foi mais ávante com as suas pretensões, porque na data de 31 de agosto lembrou mais ao ministro da guerra a utilidade, que haveria em augmentar a força

defensiva da linha exterior, pedindo que para este fim sua magestade imperial mandasse construir sem demora, pelo menos nas principaes baterias, globos de compressão, isto é, minas carregadas com uma grande quantidade de polvora. «Em muitas praças atacadas, lhe dizia elle, o uso dos globos de compressão tem decidido a victoria. No caso do atacante entrar n'uma das nossas baterias, a explosão do globo de compressão n'ella construido, pelo seu fortissimo estampido, e pela destruição causada, levaria o terror ás fileiras inimigas, e nem os melhores officiaes seriam capazes de conduzir ao ataque de uma segunda bateria os seus respectivos soldados. A construcção d'estas minas sobrecarregadas é o que se póde fazer em menos tempo, e o que decididamente póde muito influir sobre a defeza da linha. Deve portanto, sem perder tempo, proceder-se á construcção dos referidos globos, por serem elles que tornarão a nossa linha intomavel».

Foi portanto esta mais uma outra lembrança de que D. Pedro se aproveitou, para augmentar a força defensiva da linha mais exterior do Porto, senão com relação a todas, pelo menos a algumas das suas baterias. Mas o infatigavel governador do Porto queria que as suas fortificações se não limitassem a uma só linha, fazendo pela sua parte todo o possivel para que se construisse segunda, para cujo fim dirigiu novamente ao ministro da guerra uma outra exposição, dizendo-lhe: «É do meu dever levar ao conhecimento de v. ex.ª o seguinte. No estado actual das fortificações da cidade, esta não póde resistir a um ataque serio do inimigo. Basta que este dirija um dos seus batalhões sobre cada uma das nossas baterias, á maior parte das quaes se póde chegar a coberto, e que ao mesmo tempo faça marchar outras forças pelas estradas reaes sobre as nossas trincheiras, para que as nossas tropas, tendo a defender-se sobre as estradas, e nas vizinhanças d'ellas, não possam dar effectivo soccorro ás baterias, as quaes, se o ataque for serio, como o supponho, deverão caír em pouco tempo em poder do inimigo. O effeito que um tal resultado produziria sobre a tropa, que

vê na linha exterior a unica fortificação da cidade, é facil de imaginar-se, e não existindo uma linha interior, a campanha terminará provavelmente com a tomada da primeira linha».

«Portanto tenho a honra de propor a v. ex.ª que dê ordem positiva, para que se continuem os trabalhos da linha interior por mim começados, dos quaes me tiraram os operarios, e sobre os quaes v. ex.ª me escreveu, que os engenheiros se queixavam de que eu mesmo havia arranjado fóra da linha interior, que se deve terminar quanto antes. É pois necessario fortificar com cortaduras e abatizes as longas ruas, que convergem para o centro da cidade, e cortar a maior parte das travessas que as unem, para tirar ao inimigo, que n'ellas penetre, a faculdade de communicar com as ruas vizinhas. Talvez se diga que eu posso dar para isto as ordens, por ter sido nomeado governador, e director das fortificações; mas estes empregos acham-se annullados, pelo modo como as cousas estão arranjadas, de sorte que na realidade eu nem sou governador, nem director das fortificações. Proponho ainda que agora mesmo se dê a cargo de cada commandante de divisão, e de corpo, um certo e determinado districto, que deverá defender, ficando este commandante auctorisado a augmentar a fortificação do seu districto pelos meios que podér, combinando-se para isto com o governador da praça. Esta determinação deve ser feita quanto antes. Dentro da linha interior devem formar-se grandes depositos de viveres e munições, para n'ella se poder continuar a defeza, e acho que estes depositos devem começar a fazer-se desde já.»

É portanto um facto que no meio das criticas circumstancias em que os constitucionaes se achavam no Porto, a defeza d'esta cidade foi tida por Bernardo de Sá Nogueira como a unica tábua de salvação, para a causa liberal, e para os que por ella pugnavam; e reputada por este modo, como por elle foi, fez tudo quanto estava ao seu alcance, não só para que as respectivas linhas se levassem quanto antes a effeito, mas até para que a sua força fosse a maior possivel,

tornando aos miguelistas impraticavel a sua entrada no Porto. Similhantes ao que já tinham sido em 1809, corria uma d'estas linhas pelo interior da cidade, sendo formada por parapeitos, travezes e cortaduras n'algumas ruas, com fornilhos e rastilhos nas entradas da mesma cidade; a outra cingia-a pela parte de fóra, com extensos parapeitos, numerosas flechas, reductos, trincheiras e fossos, guarnecidos de estacadas e abatizes. Era pelas differentes alturas, e pontos culminantes, que se haviam construido os citados reductos e baterias, estendendo-se por este modo as fortificações desde a quinta da China e Campanhã, pela parte de oeste, dirigindo-se pela Lomba, igreja do Bomfim, Aguardente, Monte Pedral, Carvalhido, Bom Successo, igreja de Lordel-lo, e todo o mais terreno, que na extensão de 3 kilometros se estende, desde esta igreja até ao castello da Foz, tendo ficado ainda de fóra da linha externa, como já se disse, as alturas do Rogado, Monte das Antas e Covello. Na Serra do Pilar escassos eram os trabalhos, que n'este ponto se tinham feito até ao fim de agosto, por não merecerem a approvação de D. Pedro, posto que não fossem inteiramente de encontro ás suas expressas determinações.

Ainda assim pequena era a força do exercito libertador, para devidamente guarnecer tão extensa linha, d'onde proveiu não se poderem logo occupar muitos outros pontos, tanto n'uma, como n'outra margem do Douro, como já dissemos, posto que as vantagens de alguns não fossem inteiramente desconhecidas. Com esta falta se reuniu igualmente a do tempo, elemento precioso, e por certo indispensavel para o acabamento e perfeição de todas as cousas humanas, succedendo isto quando por toda a fórma urgia a imminencia dos riscos, e a grande penuria dos trabalhadores, que tornava o mal duplicadamente funesto, conspirando assim todas estas cousas, para se não emprehenderem muitas obras simultaneamente, sob pena de nenhuma se concluir com a rapidez, que o aperto das circumstancias exigia. Na escassez de meios de que se dispunha a obra foi sempre medrando, e aperfeiçoando-se com boa vontade e diligencia, porque as mesmas

tropas, que haviam de guarnecer as linhas, eram as que tambem assistiam á construcção da fabrica, a qual, em conformidade com a indicação de Bernardo de Sá Nogueira, se commetteu em parte aos commandantes dos corpos nos districtos, cuja defeza lhes fôra confiada, expediente que foi bastante importante para a urgencia do aperto, e maior solidez dos trabalhos. Das vias publicas, das quintas e terrenos de particulares se foram tirar os pinheiros, e as mais arvores necessarias para as trincheiras, estacadas e abatizes, bem como para a construcção de barracões, que servissem como de quartel á tropa. Estas causas, reunidas com a procura de combustivel para os ranchos, limparam dentro em pouco tempo todos os terrenos em volta do Porto, ficando assim inteiramente despidos de arvoredos, por mais respeitaveis que fossem as suas dimensões e antiguidade.

Entretanto era sobre os habitantes do Porto que mais particularmente recaíam os trabalhos das fachinas, e obras de fortificação, dando por turno os braços necessarios para similhantes obras, ou fornecendo aos cabos de policia, como já dissemos, uma certa quantia com que depois se pagava aos jornaleiros e homens de trabalho, que para este fim se andavam todas as manhãs apprehendendo pelas praças e ruas da cidade. Desde então tudo se aproveitou com a mais incrivel boa vontade e diligencia nas mãos dos constitucionaes, que de tudo careciam para sua salvação e segurança. As cincoenta bôcas de fogo, abandonadas no Trem do Oiro pelo general Santa Martha, ainda que muitas d'ellas velhas, todas com o andar do tempo se foram successivamente mettendo em bateria, cabendo igual sorte a dois morteiros de bronze de dezeseis pollegadas, que á porta do mesmo Trem se encontraram, com grande quantidade de granadas e balas razas, separadas depois calibre por calibre, pela mistura informe em que umas com outras se achavam. A promptificação das platafórmas e reparos, alguns dos quaes o mesmo D. Pedro delineára, não embaraçou pouco o completo acabamento da construcção dos reductos. Mas de tantos e tão variados trabalhos, que essa construcção e guarnição das

respectivas linhas demandavam, não se póde dizer que houvesse em todo o mez de agosto mais do que o seu respectivo trajecto, o local das baterias e reductos em meio andamento, e os parapeitos em grosso, obras aliás indispensaveis para a defeza do Porto, ou para que dentro d'ellas o exercito libertador se podesse regularmente abrigar e defender.

De todos estes trabalhos era effectivamente D. Pedro a alma e o centro; a sua extraordinaria actividade e perseverança em tudo, e em toda a parte estava sempre presente, parecendo que n'esta defeza mais prezava a honra de soldado, do que a gloria e a fama de capitão. Por este modo succedeu ao desalento a animação, sendo portanto a frouxidão das operações de Povoas, e do visconde do Peso da Regua contra o Porto, a primaria causa de D. Pedro, e os seus conselheiros, affoutos e decididos, tomarem a resolução de n'aquella cidade se defenderem pela mais corajosa maneira. Tres dias apenas se tinham passado, depois da carta que D. Pedro enviára ao marquez de Palmella na data de 15 de agosto, quando já n'outro tom lhe dirigiu outra, dizendo-lhe: «O horisonte politico está menos carregado. A nossa esquadra está reunida. Confirma-se a noticia de terem recebido ordem para não marcharem as tropas, que Augusto Pinto commanda. Os inimigos não atacaram até hoje; as fortificações, em que trabalho desde manhã até á noite, já nos podem garantir de um ataque, ainda que seja de 16:000 homens. Em Coimbra uma guerrilha, que se levantou em nosso favor, interceptou os fornecimentos, que vinham para o inimigo, tomando-lhe a polvora quasi toda, e destruindo a que lhe não pôde tomar. Em resumo parece que estamos melhor, e por isso não julgâmos conveniente mandar por ora a carta a lord William Russell; e parece-me que a sua negociação deve ser tentada com aquella habilidade de que o sr. marquez é capaz, quero dizer, sem que nos compromettâmos, e de modo que possâmos servir-nos d'este meio, ou deixar de servir-nos d'elle, como convier melhor ao serviço da rainha, e da causa da liberdade. Continuarei, quando achar conveniente, a escrever-lhe, para que fique ao facto

do que por cá vae. Muito me custa metter-me no que me não pertence; mas aquelle que está com a sua pasta, anda, como outros muitos, preoccupado por causa da noticia do ataque [1], e da pouca esperança da retirada, no caso de absoluta necessidade».

Mousinho de Albuquerque, tambem já mais animado, escrevia ao mesmo Palmella na data de 18 do citado mez de agosto, dizendo-lhe: «Depois que dirigi a v. ex.ª a minha ultima, nada tem occorrido de merito apparente nas nossas circumstancias, que possa indicar n'ellas á primeira vista uma grande variação; comtudo para mim a cousa está muito menos mal do que se pensava então; porque a apathia em que se acham os inimigos por terra, apesar de terem já recebido os seus reforços, indica-me indecisão e receio da sua parte, e isto é da maior importancia, e póde ser da maior transcendencia, se se aproveitar, como eu espero, e forcejo por conseguir, este precioso tempo em abalar chefes e officiaes, alguns dos quaes, como v. ex.ª sabe, e particularmente Gaspar Teixeira, não são arvores inflexiveis [2]. A demora, alem de dar logar a este manejo, permitte o augmento progressivo das nossas fortificações, que já começam a ser muito respeitaveis, anima as tropas e os habitantes, e toda a duração para nós é optima, porque o estado violento do inimigo, cuja principal força consiste em população armada, é por sua natureza de curta duração, e principalmente quando a relaxação da sua disciplina põe os povos em verdadeiro exaspero. Emfim, se perseverarmos, creio que triumphare-

[1] Refere-se a Mousinho de Albuquerque, que ficára com a pasta do reino, depois que Palmella fôra para Londres. A dos estrangeiros, que o marquez tambem tinha, passou ás mãos de Agostinho José Freire.

[2] Ignorâmos em que Mousinho se fundava, para fazer tão ruim conceito de Gaspar Teixeira, ao qual o governo absoluto de 1823 agraciára com o titulo de visconde do Peso da Regua, tendo-o como votado aos interesses da sua causa. Gaspar Teixeira, nomeado commandante em chefe do exercito miguelista em volta do Porto, foi fiel ao governo que o nomeára. Chegára elle a Baltar no dia 6 de agosto, e fôra estabelecer o seu quartel general em Ricarem. Se alguns meios se chegaram a empregar para o subornar, não produziram effeito algum.

mos, e eu ao menos estou inspirando o valor da perseverança a todos aquelles com quem tenho fallado; mas a experiencia mostra-me todos os dias, que, se ha muitas almas vivas, animosas e ardentes, é a natureza avara de caracteres firmes, e inabalaveis em circumstancias extremas».

Mousinho participava mais a Palmella, que a esquadra inimiga, apesar de muito superior á de Sartorius, tinha sempre evitado o combate, e sempre que por força de circumstancias tinha vindo a elle, havia-se servido do vento para acabar a luta. A isto acrescentava mais o julgar de muita vantagem arranjar elle Palmella um navio inglez da carreira da India, com grossa artilheria, e convenientemente guarnecido e tripulado, para augmentar a esquadra do mesmo Sartorius, pensando que reforçada por este modo, se terminaria de uma maneira segura e prompta a questão naval. A linguagem do ministro da guerra, Agostinho José Freire, tambem estava em harmonia com a de D. Pedro, e Mousinho de Albuquerque, dizendo pela mesma fórma a Palmella na data de 20: «O inimigo está indeciso, e de certo assustado da nossa disposição á resistencia; as fortificações impõe-lhe respeito, de sorte que por terra não tem hávido movimento algum consideravel; mas a importante noticia que tenho agora a communicar a v. ex.ª é a retirada da esquadra inimiga das paragens do Douro, e a sua entrada no Tejo no dia 18 á tarde. Parece que a nau *D. João VI* soffreu grande avaria, seja do nosso fogo, seja dos esforços produzidos pelo seu proprio. Suppõe-se que não poderá fazer-se tão cedo de véla; e visto estar o verão muito adiantado, que nos deixe o mar livre até á primavera. Sua magestade imperial ordenou ao vice-almirante Sartorius, que está em terra, que partisse ámanhã (21 de agosto), para restabelecer o bloqueio de Lisboa e Setubal, e encarrega-me de fazer esta participação a v. ex.ª, para a fazer chegar ao conhecimento do governo inglez, e v. ex.ª podér servir-se d'esta nova circumstancia, para apoiar as nossas pretensões».

É portanto um facto que as cousas tinham no Porto mudado effectivamente de aspecto, desde a segunda quinzena

de agosto por diante, com relação aos negocios da guerra. O caracter de animação para a levar por diante era manifesto. Emquanto por um lado activamente progrediam os trabalhos da fortificação, por outro cuidava-se no alistamento, e armamento dos batalhões nacionaes fixos e moveis, attendendo-se igualmente a todos os mais arranjos necessarios para manter uma defeza energica. Foi assim que se deu maior extensão ao trem militar, que se formou um arsenal, que se crearam os laboratorios de polvora, de cartuchame, de mixtos, e de projecteis de toda a especie. Ao passo que progressivamente iam avultando os meios da defeza do Porto, despediam-se igualmente todos os transportes, que dos Açores tinham conduzido ao Mindello o exercito libertador, os quaes ainda até então se achavam ancorados em frente da barra do Douro. Foi igualmente na segunda quinzena de agosto que chegaram quasi ao seu estado de aperfeiçoamento as baterias e reductos, taes como o de Massarellos, que impedia a entrada da cidade pelo caminho da Foz, bem como os da Lomba, Quinta da China, e Bomfim, delineandose a par d'estas as baterias da Torre da Marca, Virtudes, Victoria, Postigo do Sol, Fontainhas, Prado do Bispo, e Seminario, levantadas sobre o rio Douro; e pelo lado do norte da cidade as do Sério, Congregados, Aguardente, Monte Pedral, Senhora da Gloria, Bom Successo, e cemiterio dos inglezes. Quasi todos estes reductos tinham fornilhos carregados, buscando ligarem-se uns com os outros, por meio de trincheiras com largos fossos, estacadas e abatizes.

A todas estas baterias e reductos se dirigia frequentemente D. Pedro durante a sua construcção, o que fazia, não só para este fim, vigiando attento os respectivos trabalhos, mas igualmente para observar o inimigo, contra o qual elle mesmo fazia alguns tiros, que os habitantes do Porto tomaram nos primeiros dias como outros tantos signaes de ataque, e acommettimento ás linhas. Assim levantava elle os animos abatidos d'estes mesmos habitantes, nos quaes a pouco e pouco foi, pelo seu exemplo, gerando brios marciaes, e cimentando cada vez mais a crença de que a defeza

da cidade, confiada ao exercito libertador, seria levada até á ultima extremidade, e de que n'este mesmo exercito achariam seguro amparo para si, para a sua fortuna, e familia. Mas este estado de crença não foi obra do momento; veiu atrás do tempo o habito da guerra, que se não adquire em pouco, e com tanta mais rasão, quanto que o abandono por que tinham passado em 1828 estava ainda presente na lembrança de todos, infundindo receios da sua repetição. Foi por isso que os primeiros effeitos do sitio não poderam deixar de contristar sobremaneira os animos.

As subsistencias tambem começavam já a rarefazer-se, subindo proporcionalmente de preço, á medida que crescia a sua raridade. As detonações das peças em bateria, e fogo de fuzilaria, mais ou menos entretido já nos postos avançados, eram uma novidade com que os espiritos não aguerridos mal podiam ainda familiarisar-se. Esta attitude marcial do Porto, e este continuo estado de guerra, contrastavam tanto mais com os antigos habitos dos moradores do Porto, quanto diversificam entre si os cuidados, as vigilias e as durezas de uma vida essencialmente activa e trabalhosa, passada noite e dia n'um campo intrincheirado, observado de perto pelo inimigo, do espirito pacifico, emprehendedor, commercial, e de industria dos habitantes de uma cidade, tal como a do Porto, dada essencialmente a especulações de similhante natureza, e de continuo occupada na vasta extensão dos trabalhos, que similhantes cousas demandam.

A suspensão d'estes trabalhos, a paralysação do commercio externo e interno, o peso dos aboletamentos, os excessos e oppressivas exigencias de alguns aboletados, o serviço pessoal das fachinas, ou o pagamento dos jornaes, aos que por outrem iam trabalhar na construcção das linhas, as suas quintas, terras e casas de campo devastadas, e devassadas nos pontos por onde as mesmas linhas passavam, eram factos, que não podiam deixar de affligir, e contristar sobremaneira os habitantes do Porto. Para mais aggravar este estado de cousas, os mesmos habitantes começaram tam-

bem a testemunhar a vista dos feridos, que de quando em quando se acarretavam já para os hospitaes, vindo pôr cumulo a tudo isto o apparecimento da esquadra miguelista, ameaçando igualmente aquella cidade de um formal bloqueio por mar, tornando ainda mais insupportavel o que se principiava já a sentir por terra, novas causas de terror e de magua, lançadas assim no centro de muitas familias, algumas das quaes, pela sua falta de meios, pelos seus cuidados na subsistencia futura, e pelo esmorecimento geral, que evidentemente se divisava em todas as classes, não se recatavam em patentear signaes da mais profunda tristeza aos seus mesmos aboletados, tendo por desgraça a chegada d'elles ao Porto, queixando-se-lhes da mesquinha sorte, que as tinha obrigado a soffrer um tão penoso estado de guerra.

Na mesma *Chronica constitucional*, periodico official do governo, se publicaram artigos, aconselhando, como já vimos, os mais timidos a que saissem da cidade, e a deixassem aos que a todo o custo n'ella se propunham sustentar a causa da liberdade. O mesmo governador militar do Porto mandou que, como incursos na pena de morte, fossem immediatamente presos, e conduzidos á sua presença, quaesquer individuos, que em tempo de guerra, como aquelle em que n'aquella cidade se estava, e n'uma praça militar, como ella por então não podia deixar de se olhar, se achassem diffundindo o terror. Os não alistados tiveram ordem para não sairem de sua casa, durante as noites em que houvesse movimento de tropas, ou combate com os inimigos. E para obstar quanto possivel fosse á escassez de viveres, prohibiu-se finalmente a saida de carros, ou cargas de generos de primeira necessidade para fóra do Porto, providenciando-se todavia no modo por que podiam ser levados aos moradores suburbanos.

Eis-aqui pois D. Pedro, e o exercito libertador, tão diminuto na sua primitiva origem, e desfalcado nos combates, que havia já sustentado, e deserções que quotidianamente soffria, limitando todas as suas esperanças á unica defeza, e conservação do Porto, para onde tinham já attrahido um

consideravel numero de tropas inimigas[1], e chamado para lá, e para as suas immediações, todo o theatro da guerra, cuja duração ameaçava ser tão longa e protrahida, quanto bem sustentada de parte a parte. Mas para isto se conseguir necessario era tambem aos constitucionaes remediarem a sua grande falta de meios pecuniarios, que era um outro mal dos mais graves, que contra si tinham, e que não concorreu pouco para refriar os ardentes zêlos com que D. Pedro buscava fazer desenvolver o amortecido fogo da liberdade entre os seus partidistas, e arrancar os moradores do Porto á perigosa indifferença, que pela sua causa tinham nos primeiros tempos mostrado. Logo que chegára ao Porto, havia lançado mão de todos os meios, que as circumstancias lhe depararam, auctorisando o thesoureiro geral da comarca para receber todos os fundos do estado, e satisfazer igualmente com elles todas as despezas publicas.

Foi assim que elle se fez apropriar dos cofres da mitra, e das quantias apuradas nas administrações do tabaco, companhia das vinhas do alto Douro, e contrato do consulado da alfandega. Mas todos estes meios se mostravam, alem de insufficientes, mesquinhos; e para maior fatalidade para o seu exercito, o proprio ministro da fazenda, José Mousinho da Silveira, julgava que o governo devia em tudo dar provas das suas intenções pacificas, do seu decidido respeito para com o direito da propriedade, e finalmente do seu amor á justiça, não obstante as circumstancias excepcionaes em que se achava collocado, como se devessem ser reguladas pelas dos tempos ordinarios. Levado d'estas idéas tinha elle já nos Açores levantado o sequestro nos bens dos miguelistas, e opposto no Porto a mais viva, e teimosa resistencia aos seus collegas, os quaes com a mais justa causa queriam considerar a cidade como uma praça de guerra em estado de sitio, occupada como estava sendo militar-

[1] Avultavam já n'este tempo a 25:000 homens, e esperavam-se dentro em pouco mais 10:000, que constituiam a terceira divisão do exercito de D. Miguel.

mente. Fundados n'estas rasões, recusavam-se-lhe a par d'isto ao respeito, que d'elles pretendia, que se tivesse pela propriedade inimiga, recusa em que elles insistiam pela sua parte, para se evitar que sobre a dos amigos se não fizesse recaír, como depois succedeu, todo o peso dos sacrificios, que necessariamente se haviam de empregar.

Mousinho da Silveira, que com as suas intempestivas leis julgára chamar para as fileiras de D. Pedro tantos soldados fieis, quantos eram no paiz os individuos por ellas beneficiados, enganára-se completamente nas suas conjecturas, não encontrando mais do que uma pertinaz perseverança nas bandeiras inimigas, e a maior obstinação de peleja nas tropas de D. Miguel. E todavia nem desistia do seu favorito systema, nem abandonava a sua crença de que, no seu devido tempo, haviam as mesmas leis de produzir os seus imaginados effeitos [1]. Na falta pois dos sequestros tinha o ministro da guerra recorrido ao expediente de mandar passar *vales* pelo fornecimento do exercito; mas o seu collega da fazenda publicou logo pela imprensa uma portaria, dirigida ao thesoureiro geral, convidando os possuidores d'elles a irem receber a sua respectiva importancia, obrigando-se á consignação de 1:000$000 réis por dia, para occorrer ás

[1] Este ministro, casmurro e teimoso no mais alto grau, era do numero dos visionarios politicos, que têem como regra *a salvação dos principios, embora d'elles se sigam os mais perniciosos effeitos*. Nenhuma relação tivemos com este homem, nem as nossas palavras se encontraram jamais com as d'elle; mas para se ver que homens notaveis faziam d'elle este juizo, diremos que mr. Dupuis, que em França foi ministro de Luiz Filippe, fallando por aquelle tempo com D. Francisco de Almeida sobre a marcha dos negocios de Portugal, disse-lhe «que o primeiro passo que D. Pedro devia dar era deitar fóra do seu conselho o ministerio, que lhe aconselhou a extincção dos dizimos, o tribunal revolucionario, e *mil* outros actos criminosos, ou estupidos. Lançando fóra aquelle ministerio, e fazendo recair sobre elle todas as culpas, deve D. Pedro mudar inteiramente o systema até aqui seguido, e offerecer á nação, não os caprichos de uns poucos de emigrados, mas sim cousas rasoaveis, que não choquem os interesses, e que sejam conformes aos votos da maioria da nação». (*Despachos* do duque de Palmella, vol. IV, pag. 813.)

despezas do commissariado, obrigação a que logo faltou no fim de dez dias, chegando até a expedir áquelle mesmo thesoureiro uma outra portaria, que se não publicou, para cessar com o pagamento de similhante consignação. D'este modo se fez sentir promptamente a extrema falta de meios pecuniarios até no fornecimento do exercito, remediando-se este mal como podia fazer-se, recorrendo-se ao credito, ou antes ás efficazes diligencias de alguns empregados, que em pouco tempo chamaram sobre o commissariado os mais avultados alcances.

Esta grande falta de recursos já em principios de agosto tinha chegado ao seu auge, como era bem de esperar, porque, concentrado o governo constitucional no Porto, e vendo-se obrigado a sustentar e a fornecer um exercito, a manter uma esquadra, e a custear todas as avultadas e indispensaveis despezas da guerra, não só tinha estancado todas as suas fontes de receita n'aquella cidade, mas nem credito tinha já para alcançar mais dinheiro dentro, ou fóra do paiz, submergido como estava n'um consideravel empenho, consumidas todas as entradas ajustadas da primeira prestação do emprestimo Ardoin, contrâhido para expedição, pois que a segunda prestação só deveria ser paga, estabelecido que o governo constitucional fosse em Lisboa. E não só se achava consumida a dita primeira prestação, mas igualmente todos os meios, que á sua disposição pozera tambem a commissão dos aprestos, estabelecida em Londres, tão embaraçada como pela sua parte igualmente se viu com os repetidos pedidos, as multiplicadas requisições, e avultados saques feitos sobre ella pelo governo do Porto. Por uma nova fatalidade esta mesma commissão, reduzida apenas a Manuel Gonçalves de Miranda, e J. A. y Mendizabal, depois da vinda de Sartorius para Portugal, fazia em Inglaterra muito mau officio, quanto aos negocios da sua gerencia e fiscalisação. Miranda, não sabendo onde as cousas se vendiam, não conhecendo os corretores, nem os vendedores, e ignorando até os preços correntes, era um membro perfeitamente nullo na commissão, que por este modo

se achava de facto reduzida ao citado Mendizabal, o agente unico, que apromptava o necessario, para o augmento e manutenção do exercito, e o que por conta dos emprestadores ia fazer as compras, tratar dos equipamentos e fardamentos, e alistar recrutas de mar e de terra para o exercito do Porto.

Nos fins do mez de julho já esta commissão se achava n'um avultado alcance de 40:000 libras, quando em Inglaterra se soube do resultado do reconhecimento de Vallongo em 22 do dito mez, e da acção de Ponte Ferreira, dada no seguinte dia. Estas noticias, reunidas á debandada de Souto Redondo, e á determinação de fortificar o Porto, produziram em Londres entre os amigos da causa portugueza, e sobretudo nas combinações e calculos dos emprestadores um desalento tal, que os *bonds* do emprestimo Ardoin tinham uma perda de 80 por cento, occasionada igualmente pelos boatos falsos, e exageradas conjecturas, que sempre em taes circumstancias se fazem e se divulgam. A casa de Carbonell em Londres, o unico agente da commissão fóra d'ella, o seu directo crédor, e o que por seus bens se tornára responsavel para com todos aquelles, que forneciam fundos, vendiam embarcações, e negociavam todos os mais effeitos necessarios para o Porto, immediatamente se resentiu do descredito do governo de D. Pedro, da inefficacia das suas operações, da impotencia do seu exercito para vencer o contrario, e finalmente do nenhum prestigio do seu nome, confundida como moralmente esta casa se viu com similhante descredito, posto que não legalmente, mas por intermedio da citada commissão.

Na presença de tão arduas e difficeis circumstancias, e na urgencia dos lances de tamanho apuro, novos e amargurados transes se vieram ainda mais misturar com tão ruim estado de cousas. O gabinete de Madrid, o principal apoio da causa miguelista, e o que com ella identificára a sua propria existencia, não admittindo quebra nem possibilidade de modificar o regimen absoluto, que tão

duramente fazia pesar na Hespanha desde 1823, achava-se disposto a interferir decididamente a favor de D. Miguel, ministrando-lhe como tal todos os soccorros de gente e munições, que lhe podessem ser necessarios, para debellar os constitucionaes do Porto. Não havia por ora argumentos positivos e manifestos, para se realisar a promptificação de similhantes soccorros, mas as disposições do gabinete de Madrid pareciam ser bem patentes a tal respeito.

Não admira pois que no meio de taes circumstancias D. Pedro se visse obrigado a mandar a Londres o marquez de Palmella, como já dissemos, dando-lhe o caracter de seu plenipotenciario junto das côrtes de Londres e París, para tratar com os seus respectivos governos todos e quaesquer negocios, que fossem a bem do serviço da rainha, e da nação portugueza. A missão portanto do marquez de Palmella, alem do seu caracter politico, que o levava a reclamar do governo inglez o formal reconhecimento da rainha, ou pelo menos a vinda de um agente diplomatico inglez junto do duque regente, seu augusto pae, era tambem auctorisado para o arranjo de alguns meios pecuniarios, de que muito se precisava. Effectivamente, pelas instrucções que se lhe deram em 28 de julho, foi elle auctorisado a tratar com os governos inglez e francez todos e quaesquer negocios, que tivessem por fim o bem do serviço da rainha, e o da propria nação portugueza, allegando para conseguir isto os males que se seguiriam do mallogro da tentativa de D. Pedro. Um outro objecto de não menor importancia, que tambem se lhe confiou, foi o de arranjar dinheiro, pelo recurso a um emprestimo (que não realisou), destinado a recrutar gente, e a comprar armas e cavallos, suggerindo-se-lhe até mesmo a idéa de poder vender a uma companhia de negociantes o direito de comprar e exportar vinho do Porto separado, ou mesmo vinho da companhia. Fôra-lhe igualmente recommendado, como tambem já vimos, o agenciar alguns officiaes superiores de intelligencia e merito, incluindo tambem o recrutamento de alguma tropa, a ser-lhe isto possi-

vel[1]. Parece-nos que elle saíra do Porto para Londres na ultima decada de julho, pois que no dia 6 do seguinte mez de agosto já elle se achava na capital da Inglaterra, onde tratou logo de procurar lord Palmerston, e os ministros seus collegas, para os informar dos ponderosos motivos, que o tinham levado a Inglaterra, havendo tido com elles, e mais particularmente com lord Grey, uma séria discussão sobre o apoio, que o governo inglez devia prestar á causa da rainha fidelissima, nas circumstancias em que por então se achava, terminando a citada discussão com a entrega de um *memorandum*, expondo as rasões em que para tal fim se fundava.

Principiava este documento por apresentar as vantagens do reconhecimento de Vallongo, da acção de Ponte Ferreira, e do bloqueio maritimo dos portos de Lisboa e Setubal; mas confessava a par d'isto, que ainda assim o exito da luta se achava indeciso: 1.º, pela superioridade das forças de D. Miguel sobre as de D. Pedro; 2.º, pela impossibilidade do exercito libertador poder guarnecer a cidade do Porto, e destacar uma força, que marchasse direita a Lisboa; 3.º, finalmente, pela extrema falta de cavallaria. Justificando a apathia, que os portuguezes manifestavam pela causa liberal, dava como causa d'isto o terror, que D. Miguel tinha diffun-

[1] N'uma nota, posta a pag. 18 do volume II da nossa *Historia do cerco do Porto*, dissemos nós o seguinte: «O governo tem até hoje guardado o mais completo sigillo sobre a missão diplomatica do marquez de Palmella; mas o seu objecto collige-se dos artigos publicados por este tempo na imprensa periodica da cidade de Londres; pelas fallas do parlamento inglez, feitas n'esta mesma occasião, e finalmente por ser n'esta conjunctura, que o gabinete de S. James auctorisou em Lisboa lord William Russell, para intervir a favor de D. Pedro, no caso de que a Hespanha interviesse tambem pela sua parte a favor de D. Miguel, como o mesmo Palmella participou para o Porto». O que por então tinhamos por mysterio, acha-se hoje desfeito com a publicação do volume IV dos *Despachos* do duque de Palmella, nos quaes se vê manifestamente a missão de que elle por então fôra encarregado. É portanto fundado nas peças officiaes dos referidos *Despachos*, que fazemos hoje a nossa narrativa, sem receio de errar.

dido por todo o reino, impedindo-os assim de se declararem por ella, circumstancia que obrigára D. Pedro a fortificar-se no Porto, para resistir ás forças maiores dos miguelistas, e recrutar para o seu exercito, ganhando tempo para receber de fóra alguns soccorros de homens, de armas, e principalmente de cavallos. Á vista pois de tudo isto solicitava do governo britannico um apoio efficaz, sendo n'este intuito que elle Palmella viera a Londres, para unir os seus esforços aos do conde de Funchal, e de Abreu e Lima, e fornecer todos os esclarecimentos, que, na qualidade de testemunha ocular, elle podesse dar, relativamente á causa de Portugal. E suppondo que fosse irrevogavel a formal declaração da neutralidade por parte da Inglaterra, e o formal reconhecimento do seu governo, esperava que pelo menos se mandasse um agente diplomatico junto de D. Pedro, o que não podia deixar de ter grande influencia em favor da sua causa.

Na data de 23 de agosto participava o marquez de Palmella ao ministro da guerra, Agostinho José Freire: 1.º, que não tinha perdido occasião de promover as especulações, tendentes a abastecer a cidade do Porto, principalmente no que dizia respeito a farinhas, promettendo que pagariam na referida cidade os mesmos direitos a que estava sujeita em Portugal a importação do trigo molle; 2.º, que tratava de realisar, por meio da venda de licenças para a exportação do vinho separado, algumas sommas de dinheiro, que podessem servir para pagar as encommendas de tropas e munições de que no Porto se precisava, acrescentando-lhe ser impraticavel haver dinheiro por tal meio, cousa que só no Porto poderia ter logar, concedendo-as em detalhe. Quanto á venda dos vinhos, julgava que tambem nada se poderia fazer, pelo receio dos embargos, que poderiam ter logar em Londres; 3.º, que diligenciára a formação de um corpo de tropas polacas, negocio que apresentava difficuldades, não obstante têl-o tratado com o principe Czartoryski; 4.º, que não tinha cessado do arranjo de cavallos, artilheria e munições, marinheiros, e algum reforço de recrutas inglezas, o que só poderia ter logar, prestando-se Carbonell aos preci-

sos adiantamentos; 5.º, finalmente, que receiava, que em consequencia das noticias, que recebêra do Porto na data de 15 de agosto, o coronel Evans se não prestasse a tomar o serviço portuguez, por lhe parecer não lhe poder já ser util.

Effectivamente na citada data o marquez de Palmella tinha já recebido os despachos aterradores, que se lhe enviaram do Porto, depois da triste jornada de Souto Redondo, commettendo-lhe D. Pedro, no que lhe tinha dirigido, procurar que algum inglez se encarregasse de propor ás duas partes belligerantes a suspensão de armas, que n'elle se mencionava. Palmella, preoccupado com similhantes communicações, teve sobre ellas uma conferencia na casa do conde do Funchal, estando a ella presentes o referido conde, o de Villa Real, e Luiz Antonio de Abreu e Lima. Debatida a materia, assentaram os conferentes: 1.º, dever o mesmo Palmella fazer alguma abertura ao governo inglez, para que interviesse na pedida suspensão de hostilidades; 2.º, que similhante abertura fosse feita conjunctamente com o conde do Funchal e Abreu e Lima; 3.º, que para effeituar a mesma abertura se mostrassem a lord Palmerston as cartas do imperador, sem se lhe deixar copia; 4.º, que se fizesse igual abertura á França, depois de se saber a decisão do governo inglez; 5.º, que seria util participar isto mesmo á imperatriz, para que ella coadjuvasse o que se pretendia; 6.º, que o marquez de Palmella fosse o que para tal fim se dirigisse a Paris; 7.º, que o referido marquez regressasse ao Porto, quando podesse levar alguma resposta definitiva da Inglaterra; 8.º, que nas circumstancias de então o mais que para lá se podiam mandar eram 100 a 200 homens de infanteria, e de 40 a 50 cavallos, na hypothese de que Mendizabal quizesse continuar a prestar o seu credito á causa portugueza. Resolveu-se mais que conviria fazer os sacrificios pecuniarios, que se tornassem precisos, e que no caso da Inglaterra se encarregar da mediação, convinha continuar nas diligencias de se realisar o ajuste de um corpo de polacos.

Palmella, tendo depois recebido noticias mais tranquilli-

sadoras do Porto, desistiu de se dirigir immediatamente a esta cidade, por lhe parecer ser mais importante demorar-se em Londres, para ver se arranjava dinheiro, e uma embarcação de guerra de grande lote com artilheria de grosso calibre. Isto porém não o impediu de solicitar primeiro que tudo de lord Palmerston, que se expedissem as ordens eventuaes a lord Russell, para que no caso de D. Pedro se lhe dirigir, elle se achasse auctorisado para propor a suspensão de armas, tratar da evacuação do Porto, e declarar ao governo miguelista, que se não accedesse a esta proposta, a esquadra ingleza se combinaria com o imperador, para effeituar a citada evacuação. Estas ordens foram expedidas com as seguintes condições: 1.ª, que o almirante Parker enviasse immediatamente para defronte do Porto uma força sufficiente, que protegesse a segurança pessoal do imperador, no caso de uma catastrophe completa; 2.ª, que lord Russell propozesse immediatamente ao governo miguelista uma suspensão de armas, para o fim *tão sómente de ser evacuada a cidade do Porto;* 3.ª, que o mesmo lord, no caso de lhe ser aceita a sua proposta, elle mesmo se dirigiria immediatamente ao Porto, a fim de tratar da convenção, relativa á evacuação, e á execução da mesma convenção por ambas as partes; 4.ª, que o referido lord, e o almirante Parker declarassem, que no caso da dita proposta não lhes ser aceita, a esquadra ingleza cooperaria com as forças do imperador, para effeituar o seu embarque, não obstante a opposição das forças inimigas; 5.ª, finalmente, que lord Russell não verificasse a proposta convenção do Porto, no caso de que uma mudança feliz de circumstancias alterasse a este respeito as idéas do imperador, e o induzisse a não desejar a suspensão de armas. A pedida intervenção tinha por fim habilitar o imperador a dirigir-se incolume com o exercito libertador para as ilhas dos Açores, onde mais desafogadamente, e livre de coacção poderia considerar, se lhe conviria, ou não fazer intervir as cinco grandes potencias, ou sómente alguma d'ellas nas negociações da decisão sobre a futura sorte de Portugal, ou se haveria meio de prolongar a luta, e de

esperar a mudança, que tarde, ou cedo se havia de apresentar de uma cooperação activa, em favor da causa liberal, por parte de alguma nação estrangeira.

Foi por certo de uma grande vantagem a expedição d'estas ordens, feita pelo governo a lord Russell; mas tambem não foi de menos vantagem o arranjar igualmente o marquez de Palmella, por meio de José Ferreira Borges, e de Henrique José da Silva, a somma de 8:000 libras esterlinas, mediante letras sacadas por elles sobre a commissão da companhia dos vinhos, somma que o mesmo Palmella destinou á compra de 200 cavallos, e do arranjo dos respectivos cavalleiros. Conseguíra mais alem d'isto que Mendizabal fizesse saír uma fragata, bem como 200 cavallos no praso de dez dias, contados desde aquelle em que ficasse á sua disposição o dinheiro acima dito, o qual elle Palmella esperava entregar-lhe no dia 5 de setembro, em que dava parte d'isto a D. Pedro. Mais lhe participava ter já saído do Tamisa um vapor com uma porção de soldados de infanteria e cavallaria, e que o brigue *Britomar* deveria saír no citado dia 5 com 50 cavallos já comprados, alem dos 200 já acima mencionados, devendo seguir-se a estas remessas mais outra de 200 marinheiros, com a satisfação de todas as requisições de artilheria e munições, feitas pela secretaria da marinha. Palmella tinha alem d'isto conseguido igualmente a compra de um grande navio, armado em fragata, com a denominação de *D. Pedro*. Tinha igualmente feito a diligencia de levar o governo inglez a fazer um emprestimo, attenta a extrema falta de dinheiro, que havia para tantas cousas a realisar, e não tendo podido conseguir isto, escreveu por varias vezes á imperatriz, D. Amelia, segunda esposa de D. Pedro, para a levar a solicitar directamente do rei dos francezes, Luiz Filippe, o sobredito emprestimo, o qual tambem d'elle se não conseguiu.

Importantes foram seguramente os serviços feitos pelo marquez de Palmella por esta occasião á causa liberal, sendo portanto innegavel ter elle por este modo remido quanto possivel o desaire por elle praticado em julho de 1828, quando a

bordo do vapor *Belfast* seguiu do Douro para Inglaterra com os mais membros da junta do Porto. Ao terminar o seu relatorio, dirigido por elle a D. Pedro na citada data de 5 de setembro, lhe dizia elle: «Não tenho omittido diligencia alguma para arranjar um corpo de polacos, e creio que antes da minha partida poderei concluir um ajuste, que provavelmente nos dará este importante reforço[1]. Tudo teria ido muito mais depressa, se houvesse algum dinheiro; mas á minha chegada aqui soube, que os prestamistas não nos forneciam já nenhum auxilio, e que Mendizabal, ou a casa de Carbonell, estava em desembolso de perto de 50:000 libras esterlinas; assim mesmo, desde que estou em Londres, tem ella continuado a aceitar para cima de 16:000 libras esterlinas de letras do Porto, do governo e da marinha, e a fazer os gastos necessarios, para serem enviados os objectos supra indicados. Levo todas as clarezas sobre estes negocios de emprestimo e commissões, para informar cabalmente o governo de vossa magestade do estado das cousas; mas desde já devo dizer que é indispensavel contrahir um emprestimo com a companhia dos vinhos, e lançar ao menos a mão a uma porção do vinho, para não estacarmos por falta de recursos, no momento em que estes são mais necessarios. Sobre isto tambem darei todas as clarezas á minha chegada. D'este gabinete não podemos esperar agora apoio algum ostensivo e directo, alem do que fica dito; mas se a contenda durar, e resistirmos, como creio, no Porto, ha de por força depois de algum tempo intervir, e então a sua intervenção será de certo a favor da causa da rainha. Ao menos tal é o meu modo de pensar, e por isso agora o essencial é *sustentar o Porto*, que assim vencerá vossa magestade por fim a luta[2]».

Só a chegada do marquez de Palmella a Londres, no dia

[1] Similhante corpo nunca se arranjou.

[2] O relatorio em que o marquez de Palmella expõe a D. Pedro o desempenho da commissão, com que o mandou a Londres em 29 de julho de 1832, é o que consta do documento n.º 242. Tem o citado relatorio a data de Londres em 8 de dezembro de 1829, data que temos

6 de agosto, foi por si bastante para cimentar o desalento entre os amigos da causa portugueza n'aquella capital, correndo logo, entre verdades e faltas d'ella, cousas que não podiam deixar de produzir similhante desalento, taes como que o unico e mais importante fim da sua missão era o solicitar a mediação do governo inglez, para uma suspensão de armas, segundo o que sobre este ponto se leu no *Times* do dia 8 de agosto, dando-se a mesma commissão para junto do governo francez a D. Francisco de Almeida, que por este tempo tivera uma audiencia do rei dos francezes, a quem entregára uma carta de D. Pedro [1]. Desde então os periodicos liberaes inglezes deram-se á publicação de numerosos artigos a favor dos constitucionaes do Porto, e discorrendo sobre a materia, ou reputavam chegada a necessidade da intervenção ingleza, ou a opportunidade do governo da rainha de Portugal, estabelecido já em territorio do continente europeu, ser reconhecido de facto, tendo-o já sido de direito. Alguns houve que fallaram até em conferencias mais, ou menos frequentes entre o mesmo Palmella e lord Palmerston, que se dava como pouco inclinado á intervenção, que tambem se lhe pedia, pelo menos emquanto a Hespanha não désse para ella sufficiente motivo, posto se não negasse a submetter similhante pedido á deliberação do conselho do gabinete.

No parlamento britannico perguntou-se, em sessão de 15 de agosto, na camara dos lords, pelo estado da questão portugueza, chamando-se sobre ella a attenção do governo, que foi alem d'isso accusado pelo partido *tory* de conservar a bordo da esquadra ingleza no Tejo um official general sem tropa para commandar, mas munido de poderes discricionarios, quanto á paz e á guerra; e posto que o ministerio declarasse continuar na neutralidade até então adoptada, e

por manifestamente errada, parecendo-nos que não póde deixar de ser do mez de setembro de 1832, sem podermos designar o dia, e o local onde foi escripto.

[1] Assim o affirmou o *Courier* e o *Morning Herald*.

ter para este fim uma esquadra nos mares de Portugal, destinada a embaraçar a interferencia das outras potencias, e a vigiar de perto a marcha dos acontecimentos dentro e fóra do Porto, todavia acrescentou que lord William Russell tinha com effeito a precisa auctorisação, para obrar de certo modo, logo que se dessem certas circumstancias. A Inglaterra não se limitou sómente a mandar vigiar por mar a Hespanha, mas, receiando que a conducta do gabinete hespanhol em 1826 se renovasse em 1832, commissionou tambem pelo lado de terra o tenente coronel Lovell Badcock, para pessoalmente ir observar a estado das praças da mesma Hespanha, fronteiras a Portugal, dirigindo-se depois a Madrid, isto alem de ter já anteriormente mandado para o Porto desde o mez de julho o coronel Hare, que n'aquella cidade estabeleceu definitivamente a sua residencia, depois de ter ido para aquelle mesmo fim à Galliza.

A incumbencia dos agentes inglezes vigiarem cuidadosamente a conducta do governo hespanhol, para não intervir nos negocios de Portugal por parte de D. Miguel, datava portanto do citado mez de julho; mas a auctorisação mandada a lord William Russell, para obrar de certa maneira, postas certas circumstancias, coincidira perfeitamente com a chegada do marquez de Palmella a Londres, como já vimos, sendo sómente por aquelle tempo, que no Porto se soube a noticia de similhante auctorisação, para onde Palmella a participára no despacho, que em 5 de setembro dirigira a D. Pedro. Entretanto resolveu o imperador, de accordo com os seus conselheiros e generaes, defender-se a todo o transe no Porto, tomando por expediente não arriscar batalha fóra das respectivas linhas. Admira pois que, tendo elle abraçado este systema, e commettido a Palmella a incumbencia de agenciar dinheiro sobre os vinhos da companhia, existentes nos seus armazens de Villa Nova, com isto se não conformasse o seu ministro da justiça, José Mousinho da Silveira, declarando-se como tal opposto aos votos dos seus collegas, aos conselhos dos seus amigos, e aos brados das pessoas intelligentes, que incessantemente se

lhe reuniam em torno, para o levarem a mandar retirar sobre a margem direita do Douro a immensa riqueza dos referidos vinhos, e pol-os ao abrigo e protecção da auctoridade legitima, perdendo por mais esta vez o seu mal entendido respeito á propriedade inimiga, pois era nas mãos dos miguelistas, que ella ia forçosamente caír com o abandono de Villa Nova, levando-lhes um consideravel augmento de recursos.

E para que se veja a que alto grau se elevava a grande teimosia de Mousinho da Silveira, agarrado cegamente como se mostrou ao aphorismo de *salvem-se os principios, embora se perca a causa que se defende.* Mas se isto é para admirar, não causará de certo menos espanto o saber-se igualmente, que decidida uma vez a guerra defensiva, e reconhecida e sentida a urgente necessidade de se buscarem meios de prolongar a guerra, fossem depois todos os ministros os que, em desprezo das vivas instancias, que o mesmo Palmella lhes fizera n'alguns dos seus officios, para se apoderarem d'aquelles vinhos [1], unanimemente resolvessem em conselho não os retirar do Porto, fundados em que se não devia provocar com similhante empreza os ataques do inimigo, que a esse tempo já reunia avultadas forças em Souto Redondo, achando-se ainda por outro lado em consideravel atrazo a fortificação da Serra do Pilar. E não é com effeito uma tal resolução para pequeno espanto, porque até fins de setembro não era inteiramente difficil, com alguma audacia da parte dos constitucionaes, porque só por audacia podiam elles sustentar-se, retirar ainda os vinhos pedidos, não só pelos receios e vacillações em que o inimigo ainda por então estava, para atacar o Porto, mas tambem pela irregularidade e incerteza dos seus planos a tal respeito, e não menos pela falta de meios de defeza de que ainda carecia o seu campo, para ao abrigo d'elles se retirar em caso de revez. Estes receios e estas vacillações do inimigo vão ser em breve e exuberantemente provados, e bem assim que os

[1] Citado officio de 5 de setembro de 1832.

ministros de D. Pedro mostraram, pela resolução que tomaram contra tal medida, pouco zêlo em alcançar meios para continuar a luta, sendo o da guerra o mais culpado de todos, reunindo com o seu desleixo, e pouca ou nenhuma previsão, a sua pouca pratica da guerra, que effectivamente não tinha, sendo aliás engenheiro[1], não passando em politica de um grande fallador nas côrtes.

O visconde do Peso da Regua, commandante em chefe do exercito miguelista em volta do Porto, tendo no dia 6 de agosto assumido as funcções do seu cargo, só no dia 22 ostentou grandes movimentos de tropas sobre diversos pontos das linhas constitucionaes, approximando-se d'ellas na direcção da Formiga, Vallongo e S. Cosme. Os seus piquetes avançaram mais para a frente do que estavam até ali, ficando por conseguinte muito mais circumscripto o espaço do terreno, occupado pelos constitucionaes, coincidindo com isto o rarefazerem-se cada vez mais as entradas dos trigos e farinhas no Porto. Pelo lado do sul do Douro o quartel general do inimigo passára no dia 20 de Souto Redondo para os Carvalhos, collocando-se os seus piquetes de vigia no alto da Bandeira. De parte a parte, e particularmente do lado do norte da cidade, o fogo de fuzilaria, e os tiroteios dos piquetes, e postos avançados, repetiam-se quotidianamente com mais, ou menos vigor, e intensidade. Um ataque geral da parte do inimigo era por conseguinte esperado pelos constitucionaes, os quaes nos fins do mez de agosto apromptaram os seus rastilhos, carregaram as suas minas, e encheram os fornilhos que tinham feito, tanto pelas estradas da cidade, como pelos differentes reductos e baterias.

No dia 25 de agosto os miguelistas, em força de 2:000

[1] Esta tiragem dos vinhos era com effeito um verdadeiro emprestimo forçado, mas mais toleravel do que aquelles a que depois se recorreu, por não ter contra si o clamor dos lesados. Depois da derrota de Souto Redondo alguem houve, que ao ministro da guerra não cessára de instar pela remoção de taes vinhos, medida a que elle constantemente resistiu, dizendo que similhante passo causaria mau effeito no espirito publico.

homens, fizeram pelas oito horas da manhã o seu primeiro reconhecimento, vindo para este fim até á Cruz das Regateiras, examinando as linhas e baterias, que ficavam entre a Aguardente e o Monte Pedral. Empenhou-se de prompto um forte tiroteio entre os piquetes constitucionaes, e os caçadores miguelistas, os quaes no fim de uma hora se retiraram para as suas ultimas posições, desistindo de um ataque mais serio. D. Pedro, que da bateria dos Congregados tinha em pessoa dirigido alguns tiros de artilheria, como quem queria inflammar os seus com o exemplo das suas mesmas obras, ufano tomou por uma grande victoria esta primeira estreia das suas linhas, e arrebatado assim pelo bom resultado do successo, proclamou novamente aos soldados de seu irmão, e declarou por decreto de 5 de setembro receber como amigos, garantindo os postos legalmente adquiridos aos officiaes do exercito miguelista, que se apresentassem a qualquer auctoridade legitima, civil, ou militar. Vãos esforços, e baldado empenho fazia D. Pedro com taes proclamações, e tão lisonjeiros convites. A persistencia da peleja estava já decidida de parte a parte. Ninguem se rende por vontade propria, e nem menos era de esperar d'esta luta de partidos, para os quaes já nada valiam nomes, porque arvoradas á sombra d'elles as suas respectivas bandeiras politicas, cada um dos individuos, que debaixo d'ellas militava, decidido se mostrava a sustentar a todo o custo aquella debaixo da qual a sorte o collocára.

Foi certamente para captar affeição entre os interessados, que já no dia 13 de agosto se decretava a extincção dos bens da corôa, declarando-se alienaveis todos aquelles, que adquiridos fossem pela nação, por titulo de successão, de execução fiscal, e não destinados ao uso geral e commum. Por esta mesma medida se fizeram igualmente cessar e revogar todas as doações, feitas pelos reis d'estes reinos a quaesquer corporações ou individuos; todos os foraes dados ás differentes terras do reino; todos os fóros, pensões, quotas, censos, rações e jugadas. Os prazos da corôa, os relegos, reguengos, senhorios de terras e alcaidarias móres

foram da mesma sorte extinctos, e revogada por ultimo a lei mental, garantindo-se todavia uma justa indemnisação aos donatarios, que por sua conducta a favor da usurpação se não houvessem tornado indignos d'ella. Eis aqui pois arruinados de todo os melhores e principaes interesses da fidalguia de sangue dynastico, os de muitos grandes e magnates realistas, que por esta causa forçosamente haviam de requintar cada vez mais nos seus odios contra a causa de D. Pedro, e requintar não menos na sua animadversão contra os constitucionaes.

O apparecimento da esquadra inimiga nas aguas do Porto foi um poderoso incentivo, para mais se activarem os trabalhos das linhas, que se no mez de agosto se olhavam apenas como um ligeiro abrigo para os seus defensores, em principio de setembro já eram obra de mais algum vulto. Em todas as entradas do Porto se abriram cortaduras, se levantaram travezes, se construiram minas e fornilhos; as principaes trincheiras achavam-se acabadas; muitos dos seus reductos e baterias completos, e guarnecidos de artilheria, convenientemente montada e assestada. A Serra do Pilar, cuja importancia fôra demonstrada a D. Pedro, tanto pelo governador militar do Porto, como pelo proprio coronel Hare, começava a merecer mais alguma attenção, não passando todavia as suas obras de uma cortadura e trincheira no cume da calçada, que de Villa Nova vae para a mesma Serra, n'um ligeiro parapeito no logar da Eira, que olha para a parte de Avintes, e de outro igual parapeito com duas caronadas, mal guarnecidas e peior servidas, no logar da Pedreira, que cáe para o lado do sul, dominando uma esplanada, que d'ali se estende até quasi á igreja de S. Christovão. A guarnição fixa da Serra consistia n'um batalhão movel de umas 300 praças, formado pelos moradores de Villa Nova, gente por então bisonha, inexperta no manejo das armas, e pouco conhecedora ainda da disciplina e subordinação militar. O batalhão 6 de infanteria, que se achava postado no alto da Bandeira, tinha ordem para no caso de ataque serio, deixar de reforço duas companhias na

Serra, passando o resto para a margem direita do Douro, cortando a antiga ponte das barcas.

Tal era o estado da defeza do Porto, e tal era igualmente o da Serra, quando pelas oito horas do dia 8 de setembro uma forte columna de 4:000 para 5:000 homens de tropas realistas avançava de Grijó direita ao alto da Bandeira, capitaneada pelo brigadeiro Nicolau de Abreu, que no commando da segunda divisão do exercito miguelista substituira o general Poveas. O bravo e activo governador militar do Porto com toda a promptidão correu ao ponto atacado, marchando igualmente em seu auxilio por deliberação propria muitos dos moradores da cidade, que pelo heroismo da sua conducta, e desejos de não ficarem áquem da tropa de linha, quizeram provar pela primeira vez n'este dia o seu patriotismo, e a sua dedicação á causa constitucional. Já a fuzilaria se achava vivamente empenhada entre infanteria 6 e as tropas realistas, na proximidade do chafariz dos Arrependidos, quando o governador militar do Porto chegava ao logar do conflicto. O inimigo avançava em frente pela estrada, sustentado nos flancos por numerosos corpos de guerrilhas, alem de uma brigada, que pelo lado de Avintes se dirigia igualmente á Serra. O peso dos atacantes era desproporcional, para poder a descoberto ser sustido na sua respectiva marcha só pelo batalhão de infanteria n.º 6, o qual, abandonando a cortadura feita junta áquelle chafariz, teve de retirar debaixo de um fogo bem sustentado até ganhar Villa Nova.

Logo nos primeiros tiros foi gravemente ferido o major d'este corpo, e pouco depois d'elle o proprio governador militar, a quem uma bala de fuzil fracturou o fraço direito, circumstancia que o obrigou a apear-se do cavallo, e a sustentar com o braço esquerdo o braço direito, que o inimigo lhe esmigalhára, circumstancia que o não impediu de conduzir n'este estado com a melhor ordem, por espaço de mais de uma hora, a tropa constitucional, debaixo sempre da presença do inimigo, nem de indicar os pontos, que deviam ser occupados, para lhe flaquear a marcha que trazia,

nem de mandar reforçar devidamente a guarnição da Serra do Pilar, e nem finalmente de providenciar sobre o levantamento da ponte das barcas, e de acautelar a cidade, sem lhe ficar á retaguarda um só soldado, o que tudo fez e ordenou, no meio das mais acerbas dores, que o affligiam. Desde então perderam os constitucionaes a posse de Villa Nova, e os riquissimos armazens de vinhos da companhia n'aquella margem do Douro [1]. Os paizanos, que espontaneamente haviam corrido em defeza d'aquella villa, arrebatados no seu enthusiasmo, dirigiram-se á Serra, onde, pedindo armas, se juntaram á sua brava guarnição, n'esta occasião duplicadamente notavel pela heroica resistencia que oppoz ao inimigo, e pelos repetidos gritos e vivas, que levantou ao ver cortar a ponte de barcas, que assim a punha incommunicavel com o Porto, ou pelo menos lhe difficultava a opportunidade de soccorro, separada da cidade, como ficou pelo rio Douro. Nicolau de Abreu veiu até ás praias de Villa Nova, onde se não pôde sustentar pelo vivo fogo, que recebia da corveta *Amelia*, e de outros mais navios de guerra, alem do que tambem lhe faziam as baterias das Virtudes, Victoria e

[1] A pag. 230 da *Chronica constitucional do Porto*, n.º 49, lê-se o seguinte: «Temos a lamentar com todo o Portugal, o desastre acontecido ao governador militar d'esta cidade, Bernardo de Sá Nogueira, gravemente ferido em um braço no ataque de Villa Nova. Os symptomas do seu estado são comtudo animadores, e de consolação para os seus numerosos amigos. No meio das dores que o atormentam, elle conserva (depois de operado), o mesmo sangue frio que o caracterisa, dando ordens, recebendo participações, dictando officios, e obrando em tudo com a mesma presença de espirito, que lhe é natural. O Porto, que em seu illustre governador tanto confiava, póde estar seguro de que do proprio leito de dor em que jaz, elle véla tão infatigavel e assiduo, como quem tem uma alma a que não chegam os padecimentos do corpo». Mas tendo isto sido uma pura verdade, e tendo o mesmo Bernardo de Sá Nogueira feito tão relevantes serviços á invicta cidade do Porto, parece incrivel que nem um só dos seus moradores lhe mostrasse depois da sua morte em 6 de janeiro de 1876, a dedicação que merecia pelos seus heroicos feitos, subscrevendo com a mais pequena somma para a erecção do monumento, que em Lisboa se consagra á memoria do tão bravo e prestante cidadão, marquez de Sá da Bandeira.

Torre da Marca, onde em pessoa se dirigira D. Pedro, para animar a brilhante defeza dos seus.

Toda a força do inimigo se dedicou desde então á tomada da Serra, cujos defensores tiveram de reduzir-se unicamente á parte fortificada. Debalde uma brigada de linha redobrára contra ella a actividade do seu ataque pelas dez horas do dia; as suas repetidas investidas foram sempre infructuosas contra a tenacidade dos seus defensores. Affrouxando successivamente o fogo, o vigor da peleja renovou-se ainda pela uma hora da tarde contra a esquerda da Serra, estendendo-se a linha inimiga desde S. Christovão até Quebrantões. O major graduado de cavallaria, Christovão José Franco Bravo, ao qual Bernardo de Sá Nogueira confiára o commando d'aquelle ponto, não desmentindo o seu appellido de bravo, providenciava como entendia conveniente á repulsa do ataque. Os muros da cêrca foram arrombados em tres partes, e o logar da Eira foi bravamente acommettido pelo coronel de milicias de Tondella, Rodrigo de Sousa Tudella, que, avançando affouto á queima roupa, caiu atravessado por tres balas de fuzil, cuja quéda, espalhando grande terror entre os seus, os levou a desistir da empreza. Correu por então que o ferido fôra expirar a Grijó dentro em tres dias, como dissemos na *Historia do cerco do Porto;* mas depois soubemos que elle não morrêra; mas que apenas ficára aleijado de um braço.

Foi assim que os valentes defensores da Serra do Pilar mostraram desde então ás tropas realistas a bravura da sua conducta, e que a heroicidade da defeza não provinha tanto do numero, quanto do seu valor e coragem. Vencidos pela resistencia, os realistas vingaram-se em cortar o aqueducto, que da parte de S. Christovão conduzia antigamente a agua para os pacificos conventuaes d'aquella casa religiosa, supprindo-se desde então esta falta por meio de uns 20 a 30 homens, que diariamente se empregavam em a levar do Porto, subindo para este fim a alcantilada serra, que quasi a prumo cáe sobre o antiquissimo hospicio do Senhor de Alem, fronteiro do caes dos Guindaes, onde se ia embarcar para o

outro lado do rio. Tal foi o modo por que o referido major Bravo se conduziu na defeza d'aquella tão importante posição militar, tanto com relação ao dia 8 de setembro, como ao seguinte dia 9, em que, sendo n'ella novamente atacado, por uma força miguelista, não menos de 4:000 para 5:000 homens, os poz finalmente em derrota completa, causando-lhe uma notavel perda. O marechal general Solignac, avaliando devidamente a importancia do serviço da defeza da Serra n'aquelles dois dias, propoz o seu commandante para major effectivo por distincção, apesar de não ser o mais antigo da sua classe, posto a que foi promovido por decreto de 22 de abril de 1833. Os habitantes do Porto, querendo tambem galardoar os serviços do bravo batalhão de voluntarios de Villa Nova, passaram a denominal-o com o honroso epitheto de *batalhão de polacos*, denominação que elle pela sua parte continuou depois a merecer, pela sua heroica e posterior conducta.

Os realistas tambem na margem do norte quizeram tentar fortuna, destacando uma extensa linha de atiradores sobre a Aguardente, Covello e Sério, para protegerem o seu verdadeiro ataque, com que nada mais conseguiram do que fazer retirar alguns dos piquetes constitucionaes. Desde então o regimento n.º 18, de guarnição ás linhas de Sério, e Aguardente, deixando os seus entrincheiramentos, correu de prompto a encontrar-se com os inimigos, que pelas sete horas da tarde começaram a retirar-se, vendo-se de mais a mais flanqueados pela sua esquerda por uma força, que igualmente saíra pela quinta da China, e Bomfim. O batalhão de voluntarios da rainha, este bravo corpo de cidadãos, que na sua penosa emigração se resignára com as fadigas do serviço militar, e se familiarisára com o manejo das armas, ganhando pela sua coragem a memoravel victoria de 11 de agosto de 1829 na ilha Terceira, e nobilitando-se não menos pelos seus distinctos feitos no reconhecimento de Vallongo, e acção de Ponte Ferreira, foi tambem um dos corpos que mais se distinguiu n'este dia, sendo até necessario, para lhe moderar o ardor marcial, expedirem-se-lhe ordens para este fim, e

obrigal-o a que jamais deixasse os pontos, que lhe fossem confiados, por isso que muitas das suas praças, não podendo tranquillas accommodar-se dentro das linhas, tinham ido unir-se ao seu respectivo piquete, que obrava prodigios de valor, sustentando um combate a todo o transe contra forças infinitamente superiores, e tão rijamente travado com ellas, que para não ser de todo aniquilado, foi mandado retirar, repetindo-se-lhe ainda depois d'isto a ordem.

Estes rasgos de patriotismo e valor íam encontrar exemplo no mesmo duque de Bragança, tão caprichoso como estava na defeza do Porto, sem nunca haver reducto, ou bateria, que fossem para elle arriscados. E com effeito era de ver como D. Pedro em occasião de ataque corria incessantemente, exposto ao fogo do inimigo, todas as baterias, tanto as que deitavam para o norte, como as que caíam para o sul da cidade, onde ordenava como capitão, e frequentes vezes servia como soldado, sem nunca os perigos lhe quebrantarem o animo. Avisado dos ataques do inimigo, dirigiu-se a diversas baterias, taes como Victoria, Torre da Marca, Congregados e outras. Na bateria de Victoria, d'onde se fazia um activissimo fogo contra Villa Nova, D. Pedro não só viu caír morto junto ao seu lado um official, que recebendo uma contusão no peito, fôra de encontro a um reparo de peça, mas até correu perigo imminente, quando uma bala de artilheria, partindo do alto de Villa Nova, foi bater contra uma casa proxima, e lhe passou de ricochete junto da cabeça, depois d'elle ter já feito algumas pontarias. Este acontecimento fez com que os ministros d'estado, o conde de Villa Flor, os commandantes dos corpos, e a camara municipal, alem de muitas outras pessoas de jerarchia superior, e de valimento, instantemente lhe rogassem que tivesse mais resguardo em se expor á intensidade do fogo inimigo, pelo grande risco que corria o Porto, e todos os seus defensores, de caírem nas mãos dos contrarios, quando por qualquer caso fortuito, ou pelas contingencias da guerra, elle D. Pedro lhes podesse faltar.

Todos os corpos do exercito libertador se mostraram

aguerridos e bravos na gloriosa empreza d'este dia, e os mesmos moradores do Porto, tanto os que tinham praça nos batalhãos nacionaes, como os proprios paizanos não alistados, á porfia correram ás armas em defeza das linhas, o que fez com que o governador militar da cidade, amputado como já estava do braço direito, senão esquecesse de lhes dirigir uma allocução no dia 9, na qual lhes dizia: «O dia de hontem foi um dia de gloria para a cidade do Porto. Atacado pelo inimigo, os seus habitantes correram á porfia á defeza das trincheiras, onde unidos com o exercito repelliram as tentativas dos inimigos da rainha, e da carta constitucional. E se fosse possivel que o inimigo podesse penetrar em algumas das ruas da cidade, veriamos sem duvida repetidos os exemplos de París, e de Bruxellas, onde o povo, sem auxilio da tropa de linha, derrotou completamente os aggressores, concorrendo para acções tão gloriosas, não sómente os homens, mas as mulheres e creanças, lançando dos telhados e das janellas sobre as tropas, que haviam entrado nas ruas, pedras, telhas, moveis, agua, azeite a ferver, cal em pó, e quantos outros objectos podiam servir á sua destruição.» Ainda que esta allocução se possa olhar como uma mera insinuação do que se devia fazer, quando o inimigo viesse a penetrar na cidade, todavia a conducta dos moradores do Porto fôra tão brava e heroica, que d'elles se podia com toda a rasão esperar a repetição de tudo quanto em 1830 havia praticado o bravo povo de París e Bruxellas em defeza da liberdade; mas por dever de justiça, e obsequiosa memoria de bem merecida gratidão, não se póde omittir que o terceiro batalhão movel, o qual, mal organisado ainda, já com tanta bravura defendia em Villa Nova a Serra do Pilar, era com effeito merecedor de especial menção pelos seus relevantes serviços, que effectivamente lhe foram agradecidos na pessoa do seu commandante, o major José Joaquim Gomes Fontoura [1].

As occasiões sobejavam para tantos e tão repetidos ras-

[1] A parte official do ataque do dia 8 póde ver-se no *Boletim* n.º 3, documento n.º 243.

gos de patriotismo e coragem. Nicolau de Abreu não podia convencer-se de que o convento da Serra, tão accessivel como era pelo lado da sua respectiva cerca, tão facil de ser atacado por qualquer força, que de S. Christovão marchasse acobertada pelo respectivo aqueducto até ao logar da Eira, tão mal fortificado como n'aquelle tempo ainda se achava, e tão fracamente guarnecido, não podesse ser com decisão assaltado, e servir-lhe de gloriosa conquista. Um novo ataque ordenou pois contra a Serra pelas dez horas do dia 9 de setembro, mas com o mesmo resultado do dia anterior, não fazendo contra os atacantes pequeno serviço as duas caronadas, que os atacados tinham assestado na sua bateria da Pedreira, e mais duas peças que collocaram na Eira, uma das quaes era de montanha, e guarnecida pelos academicos de Coimbra. Ao mesmo tempo que os miguelistas iam sendo batidos ao sul do Douro, romperam elles pelo lado do norte um activo fogo no centro e direita das linhas.

Os seus caçadores, avançando em frente do Sério, Paranhos e Casa Amarella, para com o seu fogo encobrirem os movimentos das columnas, que tinham dispostas ao ataque, chegaram a estabelecer-se até n'algumas casas proximas ás trincheiras dos constitucionaes, cujos piquetes (o de Paranhos e o da Casa Amarella), tiveram de recolher para dentro d'ellas. De uma pequena montanha, isolada em frente do ponto atacado[1], teve de retirar pelas quatro horas da tarde uma pequena força de infanteria n.º 18, alguns academicos e nacionaes do Porto, carregados ali fortemente por uns 200 homens, os quaes necessario foi desalojar d'ali, para se não fortificarem durante a noite n'um ponto, que tão proximo ficava já das linhas. Emquanto uma força de 50 homens de infanteria n.º 18 se destinou a recuperar

[1] N'esta pequena montanha se levantou depois um reducto, que se denominou das *Medalhas*, pelas condecorações da Torre e Espada, que ali foram ganhar muitos individuos, que pelos seus feitos de bravura tão dignos se tornaram d'ellas.

esta montanha, outra saiu igualmente para se assenhorear de Paranhos, posição que um alferes de caçadores, Bernardo José de Carvalho, já na vespera havia defendido por espaço de tres horas successivas depois de ferido, tendo feito isto contra os repetidos ataques de forças muito superiores, retirando-se só depois de ter sido rendido por outro official; ambas as citadas forças desalojaram com effeito o inimigo, ficando os constitucionaes durante a noite nas mesmas posições, que occupavam antes do ataque [1].

No dia 10 de setembro o mesmo Nicolau de Abreu ameaçou ainda a Serra do Pilar de um novo ataque, achando-se este importante ponto já governado pelo brigadeiro José Antonio da Silva Torres (que pela sua distincta conducta teve depois o titulo de visconde da Serra do Pilar), para onde já na noite do dia 8 tinha ido estabelecer o seu quartel general, continuando o major Bravo, como official mais antigo, commandando a sua guarnição. Para este terceiro ataque destinou Nicolau de Abreu toda a sua força, dividida em varias columnas, contra as quaes rompeu immediatamente o fogo das linhas constitucionaes. Todavia, não passando de uma mera ostentação a formatura das tropas atacantes, um caso fortuito as levou a ser atacadas pelos seus contrarios. Foi um voluntario do Porto o que, lembrando-se de passar o Douro n'um barco, pôde com o seu exemplo chamar ás praias de Villa Nova mais 50 voluntarios e paizanos, os quaes, reunidos a algumas praças, desembarcadas de bordo dos navios de guerra, deram todos em acommetter os piquetes do inimigo, que por tal motivo se viu obrigado a metter em fogo uma boa parte da sua divisão. Foi então que o governador da Serra do Pilar, o citado brigadeiro Torres, fez descer da mesma Serra uma força em auxilio dos atacantes, que, apesar de serem igualmente favorecidos pelas suas embarcações de guerra, nada mais fizeram do que entreter sempre o fogo até entrar a noite, reputando a victoria por sua ambos os

[1] A parte official do ataque do dia 9 póde ver-se no *Boletim* n.º 4, documento n.º 244.

partidos, como de ordinario succede, quando não ha uma completa derrota para alguma das partes [1].

Rompia a manhã do dia 11 de setembro, quando pelas cinco horas uma força inimiga veiu tentar novamente, como das outras vezes o fizera sem fructo, mais um novo ataque sobre a Aguardente, retirando todavia no fim de hora e meia de fogo. A Serra fôra igualmente atacada sem resultado durante o acommettimento das linhas do norte do Porto; mas os realistas fraquejavam já no seu impeto, fiados sem duvida no bombardeamento, que tinham começado activo contra a cidade, e no auxilio das suas baterias, a primeira das quaes, denominada dos *morteiros*, por n'ella se contarem quatro, apparecêra desde a manhã do dia anterior levantada n'uma das alturas de Villa Nova, como se via estar no Alto da Bandeira. D'esta bateria se lançaram pois as primeiras bombas contra o Porto, das quaes uma d'ellas foi por acaso caír nas proprias casas da filha de Gaspar Teixeira, e outra fez voar aos ares a casa e officinas do *Correio do Porto*, o afamado periodico, que tão furiosamente advogava a causa da usurpação. Foi d'ali que igualmente se fizeram as primeiras pontarias de bateria fixa contra a Serra, e sobretudo contra a corveta *Amelia*, que constantemente teve contra si empregada uma peça de calibre 12, que lhe fez trinta rombos, e a poz incapaz de serviço, sendo ferido no braço esquerdo o seu proprio commandante, alem de perder o mestre, um aspirante, um marinheiro, e dois soldados, passando uma parte da sua tripulação para outros navios de guerra, indo a outra guarnecer a bateria da Torre da Marca.

Estes primeiros dias de bombardeamento foram de grande susto no Porto, porque o trajecto das bombas na direcção da cidade, e o espanto e o susto, que alguns dos seus moradores manifestavam ao sair para fóra das casas, onde ellas caíam e arrebentavam, impressionavam fortemente os animos dos espectadores, e lhes infundiam sensivel terror; mas

[1] A parte official do ataque do dia 10 de setembro póde ver-se no *Boletim* n.º 5, documento n.º 245.

com o andar do tempo todos se familiarisaram com este novo estado de guerra, porque atrás da novidade seguiu-se o habito, e até as partidas e os bailes reappareceram tambem, como no tempo da paz. Pelas dez horas da noite de 11 de setembro ainda o inimigo quiz dar um ultimo assalto á Serra do Pilar, de que em breve desistiu, retirando-se no meio dos repiques dos sinos do convento, e dos gritos de *victoria, victoria*, levantados pelos seus defensores. Desde então a posição da Serra ficou para sempre memoravel nos fastos da nossa guerra civil, e como tal merecedora da mais honrosa e larga escriptura. Ali corriam os perigos maiores e mais imminentes, que nos outros pontos da linha, porque em tão pequeno espaço de terreno a fuzilaria inimiga, a sua artilheria, e as bombas a toda a hora da noite e do dia, obrigavam os soldados a uma permanente vigilia, furtadas as necessarias horas ao descanso[1].

Estes quatro dias de ataque ás linhas do Porto foram com effeito os primeiros quatro dias do cerco, posto áquella cidade, porque desde então por diante todos os projectos do inimigo evidentemente se voltaram para o estabelecimento de um rigoroso bloqueio, e para o levantamento de umas linhas, que, acobertando-o no seu campo, forçosamente haviam de enfraquecer os seus soldados, deshabituando-os de

[1] Por pedido nosso fomos transferidos da bateria do Monte Pedral para a Serra do Pilar, onde servimos como secretario do seu respectivo governador, e nosso amigo, o bravo brigadeiro José Antonio da Silva Torres, posto fizessemos parte do respectivo destacamento academico. Quando n'um dia vinhamos da Eira, na extrema esquerda d'aquelle ponto para a parte da igreja do convento, na extrema direita, vimos casualmente (não nos lembra bem a hora do dia), quasi a nós sobranceira uma bomba de desmedida grandeza. Mettemo-nos rapidos n'uma barraca, que nos ficava á esquerda, deitando-nos logo no chão, e gritando aos mais que fizessem o mesmo. Espantados de não sentirmos logo a explosão da bomba, saimos da barraca passado um, ou dois minutos, testemunhando achar-se enterrada no chão a referida bomba, que com effeito era descommunal, com a espoleta quebrada, sendo isto a causa de não ter arrebentado, e de nos não offender com algum estilhaço, ou com alguma parte da barraca, que não podia deixar de escangalhar.

se baterem a peito descoberto, e desmoralisando-os com a prolongação da guerra. Os ataques regulares tornaram-se desde então mais raros, e o exercito miguelista começou por conseguinte ocioso a ouvir os continuos e inuteis tiroteios dos piquetes em que nos postos avançados se consumiam os dias. Aos engenheiros do exercito inimigo se confiou a escolha das alturas e pontos culminantes, que pela sua proximidade do Porto lhe offerecessem vantagem para a construcção de baterias, das quaes, em vez de se bombear unicamente as linhas de D. Pedro, se começou malevolamente a cobrir de bombas todo o espaço da cidade, e a familiarisar os animos com a inutil expulsão de projecteis. Desprezando-se todas as regras da arte, esquecendo-se o que nos nossos dias se tinha praticado contra a cidade de Antuerpia, não se fizeram *aproches* contra a Serra, verdadeira cidadella do Porto, nem se cogitou de ir estendendo as obras até perto das suas trincheiras, para que feitas as brechas, depois se podessem levar de assalto.

Para remate dos seus desacertos, os miguelistas nem ao menos se lembraram da occupação da Foz, de que resultaria não poder entrar uma só catraia com generos, ou munições para dentro da barra, o que admira, attentas as idéas do seu projectado bloqueio, sendo certo que n'elles merece tanto menos desculpa esta falta, quanto maior segurança tinham de que, não podendo D. Pedro ser soccorrido por terra, e tendo a sua esquadra senhora dos mares, só pela barra lhe podiam vir os meios para continuar a guerra. Finalmente, longe de se escolherem frentes de ataque, de se proseguir n'um systema regular de fortificações, com que se podesse obrigar D. Pedro a capitular, seguiu-se um methodo inverso de assedio n'uma tão extensa cidade como é a do Porto; e ligando entre si as alturas escolhidas, formou-se um verdadeiro campo entrincheirado com alguns reductos, ideou-se e marcou-se assim um trajecto na extensão de 5 leguas, em que se levantaram fortes e soberbas linhas de circumvallação e contravallação, comprehendendo triplices e não interrompidas paliçadas, atrás das quaes, apenas

o exercito realista se entrincheirou, perdeu logo todas as boas tradições, que recebêra da guerra peninsular, e todos os costumes da sua antiga e rigida disciplina, tendo de mais a mais o inconveniente de se não poder reunir de prompto no ponto em que necessario lhe fosse.

Os sitiados, pelo contrario, e sobretudo os moradores do Porto, familiarisando-se com todos os males da guerra, adquiriram habitos guerreiros, e olharam com indifferença para os perigos que corriam, quando em occasião de ataque se dirigiam ás linhas, ou ás baterias, para observar o vigor do combate, conservando-se sempre a cidade espectadora tranquilla d'esta encarniçada luta de partidos. As mesmas senhoras tambem pela sua parte, ou procuravam as linhas e baterias, ministrando cartuchame aos soldados, ou iam aos hospitaes offerecer os fios, que tinham feito na vespera, ou finalmente ministrar aos feridos os soccorros ao seu alcance. Muitos rasgos de heroismo varonil em peitos femininos se poderiam enumerar n'esta historia, se não fôra o receio de fatigar com elles quem n'ella só procura o fio dos grandes acontecimentos, e a sua natural filiação, ou se por nós mesmo não tivessemos o receio de que o particularisar tão notaveis accidentes tornasse a verdade incerta. Quanto a D. Pedro, a prolongação da guerra deu-lhe azos para augmentar o seu exercito com recrutas, vindas de paiz estrangeiro, para as familiarisar e aguerrir no continuado campo de batalha, demarcado pelas suas linhas, e finalmente para receber armamentos, munições, cavallaria, e o consideravel numero de peças de artilheria, com que guarneceu o multiplicado numero das suas baterias e reductos.

Emquanto pois os miguelistas cuidavam assim na sua soberba linha de defeza, emquanto estudavam os pontos mais proprios para levantar as suas baterias, para construir os seus espaçosos reductos, alguns dos quaes se mostraram depois verdadeiras praças de guerra, e emquanto finalmente consumiam por barbaro divertimento as noites em bombardear continuamente a cidade, com o unico fim de molestar os seus habitantes, deixando incolumes as baterias, e fortificações

constitucionaes, D. Pedro e os seus agentes dedicavam-se activos a completar com novos marinheiros as antigas tripulações da sua esquadra, a guarnecer com mais 20 caronadas e 6 peças de 42 as baterias da Victoria, Virtudes, Quinta da China, e Torre da Marca, e finalmente a reforçar os corpos estrangeiros com o mais extenso recrutamento. N'uma das muitas visitas, que D. Pedro quotidianamente fazia ás linhas, foi elle informado do damno, que os seus podiam receber das fortificações, que o inimigo andava levantando no monte Covello, e Paranhos. Era por conseguinte preciso embaraçar-lhe o progresso dos seus trabalhos, e a este fim se destinou a sua primeira sortida, na qual pelas duas horas da tarde do dia 16 de setembro se empregou a força de tres corpos, fazendo ao todo 1:400 bayonetas. Ganhas com effeito as alturas do Covello, e Paranhos, a que a força constitucional se dedicava, e sustentando-se n'ellas no meio de um vivissimo fogo de mosquetaria, todas as projectadas fortificações inimigas, foram de prompto destruidas, arrasando-se completamente quatro baterias de duas canhoneiras cada uma, e outra de morteiros, inutilisando-se tambem grande quantidade de cestões, de salsichões, de madeiras, e ferramentas.

Foi então que os miguelistas, acudindo com uma brigada, que tinham postada n'um pinhal proximo, fizeram entrar nas suas linhas os constitucionaes, com tanta maior pressa, quanta maior fôra a ousadia do seu ataque. O reducto das Medalhas, que se achava na frente do Monte Pedral, defendido pelo bravo e corajoso tenente Luiz Martins, que tanto se havia já distinguido no combate do dia 9, ainda que reforçado pelo capitão, Fernando de Almeida Pimentel, foi tomado pelo inimigo, não sem grande e porfiada resistencia d'aquelle mesmo tenente, que, debatendo-se com o maior arrojo com cinco soldados, expirou com gloria no logar do conflicto, ficando os constitucionaes reduzidos ali a dez homens, com que entraram nos seus intrincheiramentos pela mortandade, que todos os mais haviam lá experimentado. Era portanto forçoso retomar de novo, e sustentar depois a

todo o custo o disputado ponto, por dominar á queima-roupa uma consideravel porção das linhas defensivas. Para este fim se ordenou que as baterias do Sério e Gloria protegessem a operação, feita por duas companhias do 18, sustentadas por outras duas do 3 de infanteria, apoiadas na esquerda por duas de caçadores n.º 2. As companhias do 18 marcharam com denodo direitas ao inimigo, emquanto que as do 3 foram occupar a Casa Amarella, onde tão heroicamente se havia defendido o tenente de caçadores, Antonio Cardoso de Sousa Menezes Montenegro.

O alferes José Maria de Sousa Tavares bateu-se heroicamente com a sua espada contra dez, ou doze soldados inimigos, até que, sendo auxiliado, aprisionou uns, e acutilou outros. O capitão Fernando de Almeida Pimentel, já acima mencionado, foi o primeiro que com dois soldados subiu ao perdido outeiro, e acutilando um official inimigo, que lhe disputava o terreno, caíu gravemente ferido por algumas balas, que contra elle dispararam, não se retirando todavia do logar do conflicto senão por expressa ordem do seu chefe. O capitão Antonio Manuel de Meirelles teve de continuar o combate, no qual se conduziu com a maior bravura, fazendo pagar cara ao inimigo a vida, que tão heroicamente ali perdeu no referido combate. No meio d'estes rasgos do mais exemplar valor, conseguiu-se finalmente retomar o tão celebre e disputado reducto das Medalhas aos gritos de *viva D. Maria II, viva a carta constitucional!* Quatrocentos realistas, que o occupavam, foram postos em vergonhosa derrota, correndo em debandada para os seus, depois de deixarem no campo 36 mortos, entre os quaes 2 officiaes, e 6 prisioneiros, alem de um grande numero de feridos, que tambem tiveram; perderam mais um cunhete de polvora, e tres barris de cartuchame. Os vencedores foram em perseguição dos fugidos sobre a estrada do Sério até aos seus alojamentos. Foi desde então que se mandou fortificar este tão disputado outeiro, recebendo com as suas fortificações o nome de *reducto das Medalhas*.

O castello da Foz, e a ermida de Nossa Senhora da Luz, no extrema esquerda da linha constitucional, foram tambem n'este dia ameaçados; mas foi na direita da mesma linha que o inimigo veiu mais seriamente ao ataque, dirigido, segundo então correu, pelo proprio general Santa Martha em pessoa. Tres fortes columnas avançaram pela altura das Antas, que um piquete de 60 inglezes teve de abandonar, posto que commandado fosse pelo intrepido major Shaw, e sustentado por uma companhia do 18 de infanteria. Acobertado por um muro, atrás do qual este mesmo piquete tornou a romper o fogo depois da sua retirada, e auxiliado tambem pelas baterias do Fojo e Captivo, e por duas companhias de caçadores n.º 12, o mesmo major Shaw pôde fazer demorar o passo aos atacantes, que acommettidos simultaneamente pela sua esquerda pelo bravo major Staunton, tiveram de desalojar com bastante perda sua, ficando no campo morto da parte dos constitucionaes o referido major, a quem tantos lamentaram, quantos o conheceram [1]. Foi n'este mesmo dia que se lançou fogo á bella casa e ermida da quinta do Covello, para não servir mais de abrigo ao inimigo, que desde então por diante mais receios ganhou nos seus ataques, redobrando guardas, reforçando e augmentando piquetes, cansando as tropas com desmedidos *álertas*, e até fazendo retirar mais para a retaguarda a sua artilheria ligeira. Em represalia e vindicta da inutilidade dos seus ataques no citado dia 16, os miguelistas logo á bôca da noite romperam n'um activo bombardeamento contra a cidade, e a Serra do Pilar, prolongando-se mais n'esta noite do que

[1] Veja o *Boletim* n.º 6, documento n.º 245. Sentida foi a perda que os constitucionaes tiveram na sortida de 16 de setembro, consistindo em 151 homens, entre os quaes se contaram 3 extraviados. Os mortos elevaram-se a 30 (comprehendendo 2 majores, 2 capitães e 1 tenente); 118 feridos (incluindo o tenente coronel José Joaquim Pacheco, 6 capitães, 3 tenentes, 1 ajudante e 5 alferes). A perda do inimigo foi reputada pelos transfugas em mais de 1:000 individuos; mas o general miguelista, mais benevolo na sua contagem, apenas a reputou em 80 homens, entre mortos e feridos, o que nos parece inexacto.

nas anteriores, causando por conseguinte alguns estragos, mortes e ferimentos.

Na seguinte noite vieram tres bombas caír no hospital militar do convento de S. Bento, que incendiando parte de uma enfermaria, onde uma d'ellas matára um doente, e um soldado, que junto d'elle se achava, alem de mais tres doentes que feriu, deram causa a que as enfermarias se transferissem para debaixo das abobabas d'aquelle mesmo convento. Na mesma noite de 17 o inimigo lançou tambem contra o Porto os primeiros foguetes incendiarios de *congrêve,* que nenhum effeito produziram do muito que d'elles se esperava, e para supprir a falta, que na sua espectativa occasionára taes foguetes, é que os miguelistas começaram a introduzir dentro das bombas materias incendiarias, camisas e pannos enxofrados, que tambem lhes não deram melhor resultado do que os foguetes.

Foi contra alguns navios de guerra, surtos no Douro, que as baterias inimigas alcançaram uma decidida vantagem. A corveta *Amelia,* e o brigue-escuna *Liberal,* sendo consideravelmente maltratados em frente de Villa Nova, tiveram de ser removidos para a praia de Massarellos, e Trem do Oiro, onde mais adiante foram bastante incommodados pelas novas baterias miguelistas, construidas pelos pontos culminantes, que na margem esquerda do Douro vão desde a Pedra Salgada, no Esteio de Avintes, até á Pedra do Cão e areal do Cabedello, que se acha junto da barra. A tripulação e officiaes da escuna *Ilha Terceira* tornaram-se por esta occasião dignos de muito louvor, pela coragem com que sustentaram por espaço de oito dias continuos o fogo das baterias inimigas de Villa Nova, ás quaes fizeram tambem grande estrago, de combinação com as baterias constitucionaes da margem direita do Douro, não abandonando o seu navio, senão na ultima extremidade, e quando no dia 19 de setembro estava já proxima a ser a dita escuna mettida a pique pelos multiplicados rombos que tinha, e que no seu costado havia recebido.

A guerra defensiva protrahia-se pois no Porto com van-

tagem das armas constitucionaes; e aos esforços do governo, e ás suas precisões tinha até então acudido como lhe era possivel a commissão dos aprestos em Londres, enviando a D. Pedro desde setembro até novembro de 1832 o consideravel numero de 1:366 recrutas inglezas, belgas e allemãs, com armas e fardamentos, alem de 264 cavallos com arreios, armamento, e vestuario completo para os seus respectivos cavalleiros. Fóra d'isto comprou a mesma commissão, aprestou e forneceu a denominada *nau raza*, ou fragata *D. Pedro*, que foi levada a Cherbourg, para onde se conduziu tambem em transportes o armamento e tripulação respectiva, até que a final se armou, e se fez partir para Vigo, para se reunir á esquadra [1]. Pagas pois todas estas despezas, e as dos transportes, que no Douro tinham sido detidos, e remettido finalmente todo o mais trem de guerra, que do Porto se lhe pedira, o resultado foi que o alcance da commissão, que no fim do mez de julho era de 40:000 libras, passou depois a ser de 130:000, havendo apenas para custear tão enorme despeza a promessa, aliás impossivel de realisar desde setembro em diante, da occupação de Villa Nova pelas tropas de D. Pedro, depois que o inimigo povoára a margem esquerda do Douro com as suas multiplicadas baterias, circumstancia que tambem tornou irrealisavel a promessa de em seguida áquella occupação se mandarem para Londres cinco mil pipas de vinho da companhia.

Em tão desgraçado estado de cousas, esgotados todos os recursos, e quando se achavam os *bonds* do emprestimo Ardouin com a perda de 80 por cento, e sem valor algum todas as garantias, para haver por meio de novas combinações os fundos necessarios para satisfazer os antigos compromissos, e os que successivamente se deviam ir contrahindo, tornou com effeito urgente que o governo approvasse,

[1] Pelo relatorio, que o marquez de Palmella dirigiu a D. Pedro, já superiormente vimos a grande parte que elle teve em todos estes arranjos.

como effectivamente approvou, o emprestimo suppletorio de 600:000 libras, que o marquez de Palmella, em virtude da auctorisação que recebêra, havia com grande difficuldade podido negociar em Inglaterra, para um outro fim differente da applicação que teve [1].

Já superiormente notámos que os serviços do marquez de Palmella foram por esta occasião de grande monta, não só pela parte que teve em todas as remessas da commissão dos aprestos, mas particularmente na negociação e conclusão do citado emprestimo, do qual 300:000 libras se negociaram logo em 23 de outubro de 1832 ao baixo preço de 31 por cento, sendo d'esta fonte que em parte saiu o

[1] A negociação d'este emprestimo foi feita pela seguinte maneira:

	Libras Sh. P.
300:000 libras, vendidas a 31 por cento, produziram....	93:000
100:000 libras, vendidas pela mesma commissão de aprestos, produziram....	25:625-1-0
200:000 libras, vendidas a 38 por cento, produziram....	76:000
	194:621-1-0

A applicação d'este emprestimo foi, como se segue:

7 1/2 por cento sobre 300:000 libras, pagos pelo dividendo, contado desde 1 de julho de 1831....	22:500
Pagamento feito ao impressor dos *bonds*....	197-18-0
10 por cento sobre 200:000 libras, pagos pelo juro devido em julho de 1833....	20:000
	42:697-18-0

Ficou disponivel para o governo, ou seus agentes, a quantia de....	151:923-3-0

Vê-se pois que, obrigando-se Portugal por 600:000 libras, e vindo a receber sómente 151:923-3sh-0p, equivaleu a tomar esta quantia ao juro de 19 3/4 por cento, circumstancia para que muito concorreu não ser este emprestimo admissivel na praça de Londres, tendo em tal caso os interessados de esperar até á conclusão da guerra. Entretanto elle foi de grande importancia, e de grande monta para o triumpho da causa constitucional.

dinheiro para pagar os alcances já contrahidos, para comprar a nau raza *D. Pedro*, aprompta-a e mandal-a ao seu destino, alem dos soccorros de gente, cavallos, e munições, que á custa do que se apurou das citadas 300:000 libras se mandaram tambem para o Porto. Da outra metade d'este mesmo emprestimo saíram tambem em grande parte mais ao diante os meios com que se levou a effeito a expedição do Algarve. Palmella, perdendo inteiramente a esperança de conseguir a mediação directa do governo inglez nos negocios de Portugal, largou finalmente de Inglaterra para o Porto no dia 16 de setembro, chegando a esta cidade no dia 22. A sua chegada o restituiu novamente ao exercicio, que d'antes tinha, de ministro e secretario d'estado dos negocios do reino, desempenhado interinamente este cargo, como até então tinha sido pelo ministro da marinha, Luiz da Silva Mousinho de Albuquerque, e ao do dos negocios estrangeiros, logar que tambem interinamente desempenhára até então o ministro da guerra, Agostinho José Freire.

O bloqueio terrestre do Porto continuava activo da parte do inimigo, não só pela desenvolução que íam tendo os seus intrincheiramentos e contra-baterias, mas particularmente pelo cuidado, que punha em embaraçar a introducção de generos para dentro das linhas constitucionaes, mandando por esta causa para a retaguarda todas as pessoas suspeitas de uma tal introducção, e particularmente as mulheres, sessenta e quatro das quaes foram por uma só vez presas em Villa Nova, e enviadas depois para Oliveira de Azemeis. O exercito de D. Pedro apenas constava em todo o mez de setembro de 11:563 homens, dos quaes 3:093 eram praças dos batalhões nacionaes, e todavia tão pequeno como era, taes receios infundíra ao visconde do Peso da Regua, que, pedindo para Lisboa reforços de mais gente, teve ordem de atacar definitivamente o Porto em occasião opportuna, e alem d'isso a promessa de mais tropa, não fallando na primeira brigada da terceira divisão, que já se achava em marcha para o norte do reino. Estava chegado o dia de S. Miguel, dia do nome do infante usurpador, e forçoso era

festejal-o, derramando sangue humano, nas vistas de alcançar victoria, e tal, que enchesse de reputação e gloria um exercito tão numeroso e luzido, como o do mesmo infante.

Para se assegurar do golpe, procurou o general miguelista achar gente escolhida pelo seu valor, e corajosa pela sua indole em arremetter com tal furia, que os soldados não duvidassem encarar a morte, quando d'ella lhes resultasse mmarcessivel gloria, pelo alcance do seu desejado triumpho. Com estas vistas foi que elle procurou primeiro levantar entre os seus as aventureiras ambições de renome, querendo com prevenção saber dos commandantes de brigadas e corpos, quaes os individuos, que por offerecimento proprio se destinavam a formar a testa da columna de ataque, a qual, alem das fachinas e trabalhadores, destinados a arrazar as baterias e trincheiras constitucionaes, levaria mais quarenta homens por brigada, munidos de machados, picaretas, e alviões. Aos officiaes tiraram-se os soldados impedidos, para engrossar as fileiras. Ordenou-se que as bagagens fossem removidas para Vallongo, que se passasse revista ás armas, munições e calçado, que o cartuchame fosse completo, e para que nada de mau escapasse á invicta cidade do Porto, offereceu-se até aos soldados escala franca, para com as esperanças do saque os levar a dissimular os perigos do assalto, dizendo-se-lhes *que depois de vencido o inimigo, poderiam resarcir-se dos trabalhos, e privações que soffriam, em algumas das casas dos constitucionaes.*

Não é ficção nossa o que a tal respeito dizemos, nem invenção partidaria de que lancemos mão, para tornar odioso o nome do general miguelista, que similhante cousa praticou, com grave damno da segunda cidade do reino. Recáe pois sobre elle o extremo odioso de uma tão funesta e barbara medida, para cujo fim transcreveremos na integra a sua ordem do dia, que é do teor seguinte, a qual tem a data de 14 de setembro de 1832. — «Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. — S. ex.^{a}, o sr. visconde do Peso da Regua, tenente general, conselheiro de guerra, e commandante do corpo do exercito de operações, tem determinado assaltar a cidade do Porto,

para de uma vez acabar com os rebeldes, que ali se estabeleceram; para um tão justo, como honroso fim, é necessario dar algumas ordens, as quaes quer que v. ex.ª faça constar aos commandantes das brigadas, para estes as communicarem aos commandantes dos corpos, e estes aos seus subordinados, e vem a ser:

«1.ª Que s. ex.ª quer saber o numero de officiaes, officiaes inferiores e soldados, que voluntariamente se offerecerem para formarem as testas da columna do ataque, e que devem conduzir fachinas, para de prompto assaltarem as baterias e trincheiras dos rebeldes: dos quaes 40 por brigada levarão machados, picaretas e alviões, e 80 as fachinas que se mandarem; devendo marchar na retaguarda de cada brigada, ou columna, os 40 trabalhadores que vão ser tirados das guerrilhas, para serem empregados em destruir as obras do inimigo, facilitando assim a passagem ás nossas tropas, para o que se lhes fornecerão em todas algumas pás e picaretas, que de antemão os senhores commandantes de brigadas mandarão receber no trem de artilheria no sitio da Agua Santa, e no trem dos engenheiros em Paranhos.

«2.ª Que os senhores coroneis passem revista ás armas, munições, e calçado dos soldados, para tudo estar prompto em um momento.

«3.ª Que o cartuchame esteja completo, não só individualmente, mas tambem a reserva, e faltando-lhe, mande logo recebel-o.

«4.ª Que todos os camaradas impedidos pelos officiaes devem entrar nas fileiras, e que as bagagens sejam removidas para Vallongo, ou para outro qualquer logar, que v. ex.ª achar conveniente, devendo só ficar a polvora de reserva, boticas e ambulancias.

«5.ª Que os corpos sejam municiados de hoje em diante sempre com um dia de mais de etape, e que v. ex.ª ordene aos senhores commissarios da divisão do seu commando tenham aguardente prompta, para ser distribuida á tropa no dia em que o senhor general destinar.

«6.ª Que s. ex.ª permittirá, quando o inimigo estiver vencido, que os soldados *possam resarcir-se, dos trabalhos e privações que têem soffrido, em algumas das casas dos constitucionaes do Porto,* recommendando que devem respeitar as propriedades dos estrangeiros por todos os modos, e aquellas casas dos homens honrados, que andam nas fileiras realistas, e dos empregados que as abandonaram, para não viverem com os rebeldes. O senhor general mandará logo julgar em conselho de guerra aquelle, que sem ordem commetter algum attentado, ou se desviar das fileiras, emquanto o inimigo não estiver debellado.

«Os soldados portuguezes que combatem pela patria, pelo seu rei, pela sua religião, não precisam rasões para os animar. A coragem e o valor lhes é natural; a victoria, acabando os inimigos, nos dará a paz, o socego e a gloria. O senhor general por uma ordem fará saber onde estabelece o seu quartel general no dia do ataque, assim como o detalhe aos senhores officiaes, destinados para o commando das columnas, e dos corpos que as devem formar.

«Deus guarde a v. ex.ª Quartel general em Aguas Santas, 17 de setembro de 1832.—Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. visconde de Santa Martha.=*João Borges de Sequeira e Alpoim,* chefe do estado maior do exercito de operações.»

Esta ordem do dia, correndo de mão em mão até chegar aos moradores do Porto, accendeu n'elles os mais heroicos brios, e despertou o justo rancor da desesperação, para com a sua vida defenderem igualmente a sua propriedade, e tanto se contou com elles para esta defeza, que desde então se marcaram cinco differentes pontos na cidade, onde elles tinham de comparecer em caso de rebate, que eram o campo de S. Lazaro, o de Santo Ovidio, a praça Nova, praça do Carmo, e rua dos Inglezes, junto á casa da Feitoria.

Apesar d'estas disposições, Gaspar Teixeira como que hesitava no seu projectado ataque, e reunindo no dia 20 um conselho militar no seu quartel general de Aguas Santas, a elle submetteu a decisão d'este grave ponto, dizendo-lhe que o seu exercito ao norte do Porto era de 15:000 homens

promptos em campo, emquanto que o dos constitucionaes era de 13:000. Foi o voto geral d'este conselho, que achando-se os constitucionaes estabelecidos em fortes e magnificas posições, habil e devidamente fortificadas, não só era temeridade atacal-os por aquelle modo com forças quasi iguaes, mas até expor o exercito a uma completa desmoralisação, no caso de falhar a victoria; n'estes termos resolveu-se esperar pelos soccorros promettidos de Lisboa, ou por ordem mais positiva para o ataque. Santa Martha, apartando-se d'esta decisão geral, foi o que mais notavel se tornou no seu discurso, em que não só recapitulou os males por que passava o exercito, mas até fez ver a impossibilidade de se poder com elle conseguir o triumpho, e todavia entendeu que o ataque se não devia espaçar, *só para mostrar que as tropas reaes*, dizia elle, *não hesitavam em sacrificar a vida pelo seu monarcha*.

Em Lisboa se recebeu a noticia official d'aquella decisão no dia 23 de setembro, e reunindo-se logo um conselho d'estado, em que muito preponderava o voto do bispo de Vizeu, e o do arcebispo de Evora, o ex-monge de S. Bernardo, frei Fortunato de S. Boaventura, aphorismado miguelista, n'elle se decidiu que o ataque se desse effectivamente ás linhas do Porto no dia 29 de setembro, por ser o do nome augusto de sua magestade el-rei D. Miguel. Todas as attenções se voltaram desde então para as operações militares, e os frades, prégando do pulpito abaixo uma cruzada de nova especie, não cessaram de prognosticar a uma voz a victoria para o dia do archanjo, o exterminador S. Miguel.

Com esta decisão da côrte, Gaspar Teixeira dirigiu ao seu exercito uma energica proclamação no dia 27, dizendo-lhe: «Soldados! Os rebeldes, receiando o vosso valor, e a vossa disciplina, vieram esconder-se atrás de muros, não ousando apresentarem-se a peito descoberto. Desbaratados em Ponte Ferreira, obrigados a fugir precipitadamente em Souto Redondo, e expulsos de Villa Nova, tremem das vossas armas. Soldados! É do Porto, seu ultimo e inutil refugio, que os

devemos desalojar, e nos proprios logares, a que procuram abrigar seus crimes, cumpre que os castiguemos. Sóldados! O dia do ataque seja aquelle da nossa victoria; mas olhae que não ha victoria completa, emquanto existir um só revolucionario. Jurae pois que não largareis as armas emquanto não tiverdes extincto inteiramente os rebeldes. El-rei, e a nação confiam de vós tão grande feito, suas esperanças não serão illudidas. Soldados! No dia da vossa maior gloria, que tão anciosa e louvavelmente esperaes, uni á vossa grande coragem, e inabalavel fidelidade, a mais exacta obediencia ás ordens dos vossos superiores, porque um descuido, um extravio, até mesmo um incauto excesso de valor, póde ser nocivo aos proprios bravos. O Deus dos exercitos protege tão justa causa, ella é a dos portuguezes amantes do seu legitimo rei, e da sua patria. Soldados! Vamos ao combate; acabemos a revolução, e no meio dos nossos transportes exclamemos sempre: *Viva a religião santa de Jesus Christo; viva el-rei, o senhor D. Miguel I; victoria e felicidade aos portuguezes.* — Quartel general em Aguas Santas, 27 de setembro de 1832. =*Visconde do Peso da Regua*, commandante do exercito de operações».

Tudo portanto agourava aos constitucionaes a proximidade de um grande e decidido ataque; já se via passar para o norte do Douro grande quantidade de bestas carregadas, algumas bagagens, e até mesmo alguns corpos e peças de campanha, e todavia foi n'esta proximidade que o ministro da guerra, Agostinho José Freire, entendeu poder desfalcar de 600 homens, ou mais ainda, a extrema direita da linha constitucional, mandando no dia 28 para Aveiro n'um vapor, o *London Merchant*, o batalhão de caçadores n.º 12, com o fim, diziam uns, de atacar os reforços, que de Lisboa vinham a Gaspar Teixeira, outros de favorecer a fuga de um esquadrão de cavallaria que esperavam, e finalmente outros de chamar a attenção do inimigo para aquella parte, ameaçando-lhe a retaguarda. Entretanto tudo isto se desvaneceu com o tempo; nem se acommetteu o inimigo, nem se viu o desejado esquadrão de cavallaria, e nem finalmente mereceu

grande attenção aos miguelistas o embarque de uma força, que nada podia seriamente emprehender com o limitado numero de bayonetas com que saíra do Porto. E com effeito 250 homens, que no dia 30 largaram em lanchões para tomar terra nas alturas de Aveiro, nada mais fizeram do que conservar de observação a si uma brigada, que de Lisboa se dirigia ao exercito miguelista do norte; e chamar contra si a perseguição do povo armado, que os afugentou da praia, e os levou por fortuna sua a atracar novamente sem mais novidade ao vapor em que tinham ido. Alem d'este desfalque, de que o commandante da direita da linha constitucional com muita rasão se queixou, outro motivo de desgosto teve elle igualmente, por se lhe não mandar descobrir o terreno, que lhe ficava na frente, demolindo as casas, e arrazando os muros das quintas, que podiam servir de abrigo ao inimigo, o qual pela sua parte não duvidou entregar-se áquelle trabalho, para dar passagem franca, tanto á sua tropa, como á sua artilheria de campanha.

Veiu finalmente a manhã de 29 de setembro, cerrada de espessas nevoas, e envolvidas com ellas vieram igualmente duas fortes columnas inimigas de 5:000 homens cada uma contra as linhas constitucionaes, estendendo-se desde a quinta da China até ao Carvalhido, surprehendendo na sua marcha alguns dos soldados estrangeiros ao serviço de D. Pedro, e matando outros, em cujo numero entrou logo ao principio o tenente coronel Burrell, quando meio vestido chegava á janella da casa em que dormia, para observar os miguelistas. Protegida pelas muitas casas em frente das linhas, e acobertada pelo nevoeiro, uma d'aquellas columnas, vindo por Campanhã, não só se fez senhora das cortaduras exteriores da quinta do Prado, mas conseguiu até alcançar pelas oito horas do dia os pinheiros, ou paliçadas, que os seus proprios sapadores pretenderam derrubar.

Desconcertado por tão audaciosa empreza o corpo de atiradores francezes, e levado novamente ao ataque com bayoneta calada pelo seu bravo commandante, o tenente coronel Saint-Leger, os inimigos recuaram, quando já se

achavam dentro das ruas da cidade. Direita ao monte das Antas veiu a segunda columna dos atacantes, que obrigou a retirar o batalhão de marinha (inglezes), que defendia a quinta, e o jardim da praça das Flores. Foi aqui que uma bala de fuzil atravessou o tenente coronel Burrell, quando das janellas do seu quartel observava o inimigo, e foi ainda aqui que o bravo major Shaw, que o substituira no commando d'aquelle corpo, recebeu no peito uma grave contusão, que o deixou sem sentidos, sendo assim conduzido para dentro das linhas. Tão travados, e tão proximos andavam uns com os outros os contendores, que um caçador portuguez, procurando alcançar á mão o tenente Burton, levou do seu rival uma forte pedrada no rosto, a que elle respondeu descarregando-lhe o refle, com que estendeu morto por terra aquelle official.

Era este o estado em que se achava o conflicto, com grande vantagem empenhado por parte dos miguelistas, que tiveram por si a fortuna de no seu primeiro encontro desbaratar por tal modo o corpo de marinha, que apenas depois d'elle, lhe ficaram dois subalternos para o commandar. Eis-aqui o fructo do desfalque, que na direita da linha causou o ministro da guerra, com a sua expedição a Aveiro! Succedia isto na mesma occasião em que 2:000 inimigos se dirigiram á baixa das baterias do Bomfim, do Captivo e Fojo, para sustentarem o ataque dos seus, que fraquejára, depois dos francezes haverem retomado as suas antigas posições. Com este movimento o combate se tornou novamente activo, ou antes mais perigoso do que nunca o fôra, porque não só foi atacada valentemente uma barreira, que se achava collocada sobre a estrada de S. Cosme, mas até foi tomada pelos realistas, que por segunda vez penetraram no interior das trincheiras, d'onde já tinham sido repellidos, ganhando assim o começo da rua do Prado (hoje rua Vinte e Nove de Setembro), apesar do fogo destruidor das baterias constitucionaes, da porfiada resistencia do batalhão de marinha, e da diversão feita pela estrada de Vallongo, por duas companhias de infanteria n.º 18.

O momento era demasiadamente critico, e o perigo cada vez mais imminente, porque não só o caminho para dentro do Porto se achava já patente, e trilhado pelo inimigo, mas até a sua artilheria rodava já dentro das linhas e fortificações constitucionaes. N'este tão critico aperto mandou-se reforçar o batalhão de marinha, que da praça das Flores se tinha já retirado, e o batalhão de atiradores francezes, dando-se ao mesmo tempo ordem a infanteria n.º 10, para ir occupar a posição comprehendida entre a estrada de S. Cosme, e a bateria do mirante de Barros Lima. A marcha de todos estes reforços não era todavia tão prompta, quanto a urgencia do caso o pedia, e as vantagens do inimigo iam entretanto crescendo de momento para momento, não obstante o bem dirigido fogo da bateria do Captivo, e o acerto do que tambem lhe fazia a do Fojo, porque a bateria da Lomba já de nada servia, por ter caido em poder dos atacantes, que immediatamente lhe encravaram as peças com a ponta das bayonetas.

A superioridade do numero, e a vantagem do successo, iam sendo até aqui favoraveis aos miguelistas, quando o coronel graduado de cavallaria, João Nepomuceno de Macedo, sem attender ao risco, que lhe era necessario correr, para salvar a causa constitucional, julgou dever aventurar a vida onde era mais arriscada a peleja. Este bravo official, a quem a gloria d'este cerco deve certamente tributar uma das primeiras famas pela sua bravura, reputação e coragem, commandava por este tempo o corpo de guias; e postado de observação no largo do Bomfim, com elle foi descarregar o golpe onde com mais força podia ser fatal aos atacantes, caindo de improviso sobre a testa da columna inimiga, quando ali vinha já a desembocar triumphante. Vinte e cinco eram tão sómente os bravos cavalleiros do seu commando, que de mais a mais se achavam mal montados. Ainda que poucos, eram vinte e cinco heroes, que só se fiavam no gume das suas cortantes espadas, e no valor do seu braço.

O impeto do seu acommettimento não só fez reprimir, mas até retrogradar os atacantes, que acutilados uns, apri-

sionados outros, e obrigados os mais a largar as trincheiras, cujos fossos já tinham entulhado com moveis das casas vizinhas, viram por este ataque rotas as suas fileiras, reputadas já triumphantes, tendo de voltar as costas vergonhosamente aos seus adversarios. A quéda do capitão Travassos, que na frente do inimigo commandava a sua artilheria ligeira, e depois de tal quéda a fuga das avançadas realistas, desanimára em extremo os conductores, que precipitadamente abandonaram as peças que conduziam, começando os constitucionaes a ir-lhes desde então no alcance com todo o calor de uma bem figurada victoria.

Em soccorro dos vinte e cinco guias correu promptamente um grupo de voluntarios do primeiro batalhão fixo, que na sua frente levava o tenente coronel de cavallaria, José Maria de Sá Camello, que ousadamente succumbiu n'esta arrojada investida, cabendo a mesma sorte, mais para a direita da linha, ao valente capitão Antonio Cardoso de Sousa Menezes Montenegro, que com caçadores n.º 3 tinha ido reforçar o corpo de atiradores francezes. De seis voluntarios academicos, que impetuosamente saíram das trincheiras, para recuperarem a bateria da Lomba, quando pela estrada de S. Cosme viram repellir o inimigo, quatro d'elles caíram logo atravessados pelas balas dos contrarios n'este bello rasgo de intrepidez e coragem[1], sendo os dois restantes os primeiros, que effectivamente pisaram de novo o terreno da sua perdida bateria.

[1] Foram os dois irmãos, Luiz Maria Serrão, e José Maria Serrão, e os seus dois companheiros, Guilherme Antonio de Carvalho, e Joaquim Manuel da Silva Nègrão. O conde de Villa Flor, na sua parte official da acção de 29 de setembro, referindo-se ao corpo academico, diz d'elle: «São tão repetidos, e tão relevantes, os serviços do corpo de voluntarios academicos, principalmente n'este glorioso dia, que eu entendo que este distincto corpo é de tal modo crédor da gratidão da patria, que elle merece algum signal particular de distincção de sua magestade imperial». O coronel Hodges diz n'uma sua obra, publicada em Londres sobre a nossa guerra civil, «que o corpo academico se distinguíra sempre com a maior honra, tanto pelo seu valor, como pela sua decisão á causa constitucional».

O tenente coronel Pacheco, um dos mais bravos e benemeritos officiaes do exercito libertador, e de maior reputação, acudia tambem por então com uma força de infanteria n.º 10, do seu immediato commando, precedida já pelo seu tenente ajudante. Pacheco não só foi apoiar o corpo de guias com a gente que trazia, mas tambem o grupo de voluntarios do primeiro batalhão nacional fixo, conseguindo-se desde então expellir completamente o inimigo, guarnecer novamente a linha, occupar regularmente todas as baterias e trincheiras, que desde o Douro se estendiam até ao mirante de Barros Lima, e finalmente tornar em decidida vantagem das armas constitucionaes, tão arriscadas como estiveram n'uma acção, que durou perto de onze horas, durante as quaes mui sanguinolenta foi para um e outro lado, porque ambos os partidos n'ella se bateram com a mais reconhecida coragem[1].

Para maior e casual fortuna d'esta assignalada victoria chegava ao campo inimigo, vindo da margem do sul do Douro, o chamado *regimento novo*, o corpo que ultimamente se creára em Lisboa, para substituir o antigo regimento 4 de infanteria, depois que no anno anterior se revolucionára na capital contra D. Miguel. O seu novo fardamento, e as suas barretinas com grandes chapas infundiram nos realistas, que se estavam batendo, pela similhança do seu uniforme com o do corpo de atiradores francezes ao serviço de D. Pedro, suspeitas de se acharem cortados por este corpo, e de por esta causa começarem logo a descarregar contra o dito *regimento novo* toda a fuzilaria, que contra elle podiam empregar, de que resultou cair gravemente ferido por uma bala na cabeça o seu commandante, que dentro em poucos dias expirou, depois de ter feito a operação do trepano.

O inimigo ameaçou varios outros pontos na esquerda da linha constitucional, mas as suas ameaças foram só para

[1] Assim o confessam todos os estrangeiros, que publicaram escriptos sobre a guerra civil em Portugal.

encobrir o seu verdadeiro ataque na direita da mesma linha, terminando assim por uma das mais celebres victorias, alcançadas pelo exercito libertador, o memoravel dia 29 de setembro de 1832[1]. No Porto não houve pessoa alguma ociosa durante este dia de imminente crise, e universal gloria. Todos os seus moradores trabalharam á porfia, segundo o peculiar das suas circumstancias e possibilidades, porque se uns correram ás linhas para fazer fogo, outros ajudaram os combatentes, offerecendo-lhes munições, e ministrando-lhes agua, para que nunca deixassem o seu posto. As senhoras, correndo tambem aos hospitaes, acudiram com o maior desvelo aos feridos, com dadivas de lençoes, de panno de linho, de camisas, e fios, chegando a haver algumas que auxiliaram até os curativos dos mais graves e perigosos.

Venceu-se portanto esta memoravel batalha; mas venceu-se sendo bravamente disputada, tanto por uma, como por outra parte, e tão terrivel foi ella para os vencedores, que depois de ganha essa victoria, elles mesmos lhe não ligaram a grande importancia, que d'ella lhes resultára, não só pelas sentidas perdas, que n'ella tinham soffrido, e o muito que lhes custára a vencer, como pela ignorancia do gravissimo damno, que ao exercito inimigo tinham causado, de que resultou ficar elle por tal modo aterrado, que nunca mais voltou ao combate com um denodo igual ao do dia 29. O conde de Villa Flor o testemunhou assim na sua ordem do dia de 30 de setembro, concebida nos seguintes termos: «Soldados! O inimigo ousou finalmente atacar-nos no dia de hontem. Reunindo todas as suas forças, se dirigiu principal-

1 No documento n.º 247 se acha transcripto o *Boletim* n.º 7, em que se descreve a gloriosa acção d'este dia. N'ella foi severa a lição para ambos os partidos, porque emquanto os realistas tiveram a lamentar a falta de 2:229 homens, entre mortos, feridos, e 300 prisioneiros, alem de 122 officiaes, os constitucionaes tiveram a perda de 646 homens ao todo, incluindo 77 officiaes e 158 mortos. No campo apanharam-se tambem duas peças de artilheria, um obuz, quatrocentas espingardas, e grande quantidade de munições.

mente sobre a nossa direita, entretendo um vivissimo fogo no centro da nossa linha. Por tres vezes foram repellidos os seus ataques, feitos e executados por tropas frescas, tiradas dos reforços que os apoiavam, e que tornaram cada vez mais brilhante e completa a nossa victoria. Debalde se esforçou o inimigo para se apossar das nossas trincheiras sobre aquelle ponto, atacando-as com a flor das suas tropas, protegidas pela sua artilheria; ellas foram bravamente derrotadas, deixando em nosso poder duas peças e um obuz. O campo, que o inimigo se atreveu a pisar, ficou coberto de infelizes victimas de um governo barbaro, e centenares de armas passaram ás mãos dos defensores da liberdade, que á porfia corriam ás trincheiras a defender a nossa sagrada causa».

«O inimigo, obrigado assim a abandonar a sua temeraria empreza, viu com terror sair das trincheiras as nossas briosas tropas, as quaes, tomando uma activa e brilhante offensiva, o obrigaram a uma vergonhosa retirada, que se tornaria em completa derrota, se a noite não viesse logo cobrir a sua precipitada fuga. Soldados! Vós justificaes o honroso titulo de exercito libertador: a patria em breve será salva! A consideravel perda, que o inimigo teve em mortos, feridos, e prisioneiros, foi o resultado dos vossos heroicos feitos, e muitos são os que, havendo reconhecido o seu erro, têem corrido para as nossas fileiras. Se os restos do exercito inimigo podérem ainda uma vez ser arrastados contra os seus vencedores, estou certo que a sua destruição será total. Taes generaes, officiaes, officiaes inferiores, e soldados como aquelles, que eu tenho a honra de commandar, e que presenciei combater n'este memoravel dia, sobejamente m'o afiançam. Soldados! É para mim da maior satisfação assegurar-vos que o vosso comportamento, que sua magestade imperial presenciou, mereceu a sua completa approvação. Vós vos conduzistes de uma maneira superior a todo o elogio, e seria tão difficil o particularisar bravos d'entre tantos bravos, que eu receiaria, para elogiar uns, offuscar a gloria de outros, que tem iguaes direitos aos meus louvores. Se

porém houver algum feito, que mereça especial elogio, será para mim um dever sagrado, e particular satisfação fazel-o conhecer do exercito que commando. = *Conde de Villa Flor.*»

Effectivamente o valor do exercito libertador foi n'este dia inimitavel. Muitos dos seus soldados e officiaes, tendo sido feridos, correram aos hospitaes de sangue, para evitar os funestos resultados de uma immoderada hemorrhagia. Os facultativos diziam *a bala está dentro, vamos a extrahil-a*. Nada, não ha tempo para isso (gritavam os heroicos feridos); tape a ferida com uns fios, atem-n'a com uma ligadura, *que nós queremos voltar immediatamente ao campo*. E assim o fizeram todos os que não tinham recebido feridas de uma natureza summamente grave. Taes soldados mereceram com toda a rasão os insuspeitos elogios, que durante a guerra da peninsula lhes tributára o duque de Wellington[1].

Mas não foi só pelo seu valor, que os vencedores do dia 29 de setembro se tornaram dignos das lisonjeiras expressões, que o duque da Terceira lhes tributou na sua ordem do dia, como superiormente já vimos, pois igualmente d'ellas se mostraram crédores, em rasão da generosa conducta, que tiveram para com os vencidos, que encontraram feridos no campo, aos quaes, bem longe de lhes negarem quartel, foram benevolentes, usando para com elles a caridade de os tomarem nos braços, e os conduzirem aos nossos hospitaes de sangue, casos havendo em que os proprios feridos liberaes foram os que assim se portaram, conducta

[1] Possuimos uma carta original, dirigida de Londres pelo duque de Saldanha ao marquez de Sá da Bandeira em 5 de agosto de 1863, na qual lhe diz: «Estando sexta feira passada em casa de lord Palmerston, onde houve uma extraordinaria e muito limitada *soirée* (as ordinarias são aos sabbados), disse-me lord Shafstenbury, genro de lord Palmerston, que muitas vezes tinha ouvido dizer a lord Wellington, que se em Waterloo tivesse tido 40:000 dos seus portuguezes, o exercito francez não tinha parado diante d'elle uma hora. Não póde haver nada mais honroso, especialmente para aquelles que como nós (additava Saldanha), fizemos parte d'aquelle exercito. O facto é que em seis annos de guerra nem uma só vez fomos batidos pelos francezes!»

bem diversa da que os miguelistas tiveram na retirada de Souto Redondo para com o infeliz capitão de artilheria Passos, a quem tão crua e barbaramente assassinaram, quando caído no chão o acharam gravemente ferido. Pelo que respeita a D. Pedro, podemos com verdade dizer, que a batalha de 29 de setembro devia ser para elle o ultimo desengano do nenhum prestigio que o seu nome tinha entre os partidistas de seu irmão, e de que a luta, que viera trazer a Portugal, havia de ser crua, longa e pertinazmente sustentada, porque foi só agora que se lembrou mandar vigorar a carta de lei de 19 de janeiro de 1827 [1], que concedia ás familias dos officiaes, que morressem na defeza da patria, os seus soldos da tarifa de paz, medida que depois se fez extensiva [2] ás familias dos officiaes da armada, ás dos corpos nacionaes, e até ás de quaesquer pessoas não militares [3].

[1] Decreto de 1 de outubro de 1832.

[2] Decreto de 4 de abril de 1833.

[3] A parte dada para Lisboa pelo general visconde do Peso da Regua é a seguinte: «Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr.—Tenho a honra de participar a v. ex.ª que, em consequencia das ordens de sua magestade, fiz hontem sobre o Porto um reconhecimento em força, verificando-o com uma columna pela esquerda, outra pela direita, e uma mais forte pelo centro, conservando tambem uma reserva; mas depois da nossa tropa obrar repetidos actos de valor, foi obrigada a retirar-se ás posições de que havia marchado pela grande fortaleza das linhas inimigas, que se compõem de duas ordens de baterias ligadas entre si por entrincheiramentos, por detrás dos quaes os rebeldes têem communicações grandes e faceis, emquanto nós, obrigados a um terreno todo cortado, e exposto ás baterias, não podiamos fazer com que se protegessem reciprocamente as columnas. A columna da esquerda chegou a apoderar-se de uma bateria rebelde, que encravou, e saltou os entrincheiramentos, fazendo entrar tres peças de campanha, que logo fizeram fogo; porém, carregando os rebeldes em força, e sendo morto o capitão Travassos, que as commandava, fomos obrigados a ceder. O reconhecimento geral principiou ás sete horas da manhã, e finalisou ás cinco da tarde, retirando-nos em ordem. Brevemente darei uma parte circumstanciada de tudo, bem como da perda que tivemos. Deus guarde a v. ex.ª Quartel general de Aguas Santas, 30 de setembro de 1832.=Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. conde de Barbacena.=*Visconde do Peso da Regua*, commandante do corpo do exercito de operações.»

Foi esta momentosa e brilhante victoria a que decididamente fixou a estada do exercito libertador no Porto, cujas linhas ficaram desde então inexpugnaveis ao numeroso exercito, que D. Miguel chegou a reunir em volta d'aquella cidade, e á qual o referido exercito nunca mais se abalançou a dar um tão serio e vigoroso ataque como este foi, ou por maior cautela que n'isto se empregasse, ou por maior temor que para tal fim houvesse. A confiança cresceu então desmedida nas armas de D. Pedro, e os seus inimigos vacillaram na futura sorte, que os esperava, deitando-se desde então a conseguir pela fome o que não podiam conseguir pelo valor do seu braço. Ainda mais se nota, que tão cortados ficaram os realistas n'esta peleja, que por muitos dias se não atreveram, já não dizemos a acommetter os constitucionaes no campo, mas nem até mesmo a disparar a sua artilheria contra as suas linhas. E com effeito frouxos e entregues ao mais completo estado de estupefacção, deixaram elles correr bastantes dias, depois da tão disputada batalha de 29 de setembro. A guerra, paralysada como assim por algum tempo se viu, parecia ter acabado pela nullidade dos seus movimentos de tropas, e operações militares ao norte, e ao sul do Douro, pela mudez da sua artilheria, e bombardeamento até ao dia 11 do seguinte mez de outubro, e até pelos raros tiros, que n'um, ou n'outro ponto dos postos avançados se ouviram durante este tempo.

Tudo emfim presagiava qual fôra o grande vigor do ataque, e qual o amargo sentimento do seu resultado para o exercito miguelista, pelo grande abatimento a que por tantos dias os atacantes ficaram reduzidos, quebrantados como se viram no seu passado enthusiasmo e furor. Nunca é prudente antecipar com segurança o desfecho dos grandes acontecimentos futuros. Esse *Te Deum,* que o general Gaspar Teixeira mandára antes de tempo cantar na cathedral de Braga pela sua desejada victoria de 29 de setembro; essa promptificação de jantares com que alguns dos poucos realistas, que ficaram dentro do Porto, pegados ao abrigo dos seus proprios lares, se propunham obsequiar os seus trium-

phantes e bemvindos hospedes; e finalmente esse temerario annuncio, que o celebre frei João de S. Boaventura, prégando no citado dia 29 na freguezia dos Anjos em Lisboa, lançou do pulpito abaixo, quando como inspirado do céu se afigurou ver as tropas realistas a entrar triumphantes dentro do Porto, tudo isto foi reduzido ao duro e cruel desengano de uma das mais famosas derrotas, que podia experimentar um exercito, communicada officialmente para a capital pelo general miguelista, visconde do Peso da Regua, debaixo do disfarçado nome de um *reconhecimento em força*.

Todavia, apesar d'esta disfarçada reserva, ia com ella de envolta a exageração da grande força das linhas de D. Pedro, compostas, como ali se dizia, de duas ordens de baterias, entre si ligadas por entrincheiramentos, por trás dos quaes os constitucionaes faziam com facilidade e sem perigo as suas communicações, e junta á sua parte official ia igualmente a supplica da prompta remessa de mais tropa, e até mesmo a de que D. Miguel, ou pelo menos o duque de Cadaval, saísse tambem da capital para com a sua presença ir animar o exercito: tanto era o desalento occasionado pela famosa batalha do dia 29 de setembro! Facilitava o soccorro, que Gaspar Teixeira pedia para Lisboa, a rasão do numero, que suppunha no exercito de D. Pedro, e o estado de adiantamento em que já dava as suas linhas, e por isso não só desde logo lhe foi satisfeito o pedido de mais gente, mas até o proprio D. Miguel prometteu com effeito ao seu exercito a honra de lhe ir passar em pessoa uma revista, em testemunho do grande apreço, que os seus relevantes serviços lhe mereciam.

Ao exercito deu-se esta plena satisfação, para lhe suavisar os seus males e privações; mas ao general Gaspar Teixeira só restou, para maior dissabor do seu infortunio, a amarga censura de uns, e o pungente e affrontoso epitheto de traidor á patria na opinião de outros, cuidando-se na escolha da pessoa, que no commando do mesmo exercito o devia ir substituir. Houve já um poeta francez, que referindo-se aos reis, lhes chamou *ces illustres ingrats*. E effectivamente

D. Miguel bem ingrato foi para com Gaspar Teixeira, pois d'entre os seus generaes nenhum houve, que désse ás linhas do Porto um mais serio e decisivo ataque do que o visconde do Peso da Règua lhe deu, fineza que elle D. Miguel lhe pagou, privando-o do commando do seu exercito, como em breve se verá, posto que com apparentes honras.

Entretanto a conservação da Serra do Pilar nas mãos dos constitucionaes era a mais irrefragavel prova da impotencia do exercito sitiante, não obstante os altos gabos, que o proprio D. Miguel lhe tributava. O velho general Torres ía-se ali conservando, auxiliado por poucos, mas valentes defensores, que ora trabalhavam de dia na fortificação das linhas d'aquelle importante ponto, ora corriam de noite ás trincheiras, para com arrojo rebaterem a insolencia do inimigo, e muitas vezes mesmo para satisfazerem ás caprichosas ordens do mesmo Torres, que demasiadamente cauteloso, e vendo-se separado do Porto pelo rio Douro, d'onde não podia ser tão promptamente soccorrido, quanto era para desejar em occasião de aperto, deu em imaginar surprezas e ataques do inimigo na tranquillidade das noites, em que os perigos, por effeito das suas sombras, se fazem parecer maiores, e á voz de um *varra-me essa cerca com metralha,* não foi raro abrir elle um activo fogo de artilheria da bateria da Pedreira, a que se seguia logo uma energica fuzilaria sem alvo, que levava horas, e de ordinario consumia muitos mil cartuchos inutilmente [1]. Entre estas supposições de ataque appareceu finalmente o mais serio de todos quantos so-

[1] Na noite de 18 de setembro dispararam-se na Serra para mais de 20:000 tiros de espingarda, o que fez que nós, por envergonhados do que d'isto diriam nacionaes e estranhos, amigos e inimigos, solicitassemos por baixo de mão ordens expressas, para se pôr cobro a este repetido e inutil desperdicio de munições. Nós faziamos por então parte da guarnição da Serra, como praça do destacamento do corpo academico de Coimbra, como já dissemos. A maior economia das munições era já por então indispensavel, e foi por mais esta causa que nos vimos forçados a solicitar as citadas ordens, que effectivamente se expediram ao general, o que lhe causou desgosto.

bre aquelle ponto se tentaram, e não de noite, como o seu governador cuidava, mas durante o pleno dia, e com toda a regularidade da arte da guerra.

Pelas seis horas da manhã do dia 13 de outubro rompeu da parte dos miguelistas contra as fortificações da Serra o vivissimo fogo de quatro baterias de peças, e uma de morteiros e obuzes. Todas ellas tinham junto da noite conseguido fazer n'um muro velho, que ficava no centro da linha de defeza, uma rotura praticavel, ou brecha, reparada todavia durante a noite á custa dos trabalhos e fadigas de toda a sua guarnição [1], acarretando pedra e entulho, para no seguinte dia a resguardar do assalto, como succedeu. A actividade d'este fogo, e do bombardeamento durou não interrompidamente até muito depois das duas horas da tarde do dia 14, esperdiçando os realistas mais de 3:000 balas, granadas e bombas. Da Serra ninguem assomava aos parapeitos sem perigo de ser apanhado por algum projectil, procurando todos na raiz das trincheiras, ou estendidos pelas banquetas, achar abrigo contra tamanho fogo de artilheria, que mais parecia uma continuada salva, sem attenção alguma ao desperdicio das munições, do que modo regular de começar combate. Da parte dos atacados pouco, ou nada se tinha respondido a este insolito trovejar de canhões. Pelas tres horas da tarde do mesmo dia 14, logo que os realistas entenderam quebrantados os animos, faltos de força para a defeza, e lastimados até pelos muitos ferimentos, e mortes, que teriam havido, sem que nada d'isto se désse, appareceu finalmente contra os defensores da Serra uma linha de atiradores miguelistas, sustentada por uns 5:000 homens, divididos em tres columnas, duas das quaes se dirigiram aos extremos, e uma ao centro das fortificações d'aquelle ponto.

1 D'este serviço da fortificação da Serra eram directores os academicos de Coimbra, José Estevão Coelho de Magalhães, e José Silvestre Ribeiro, os quaes dirigiram os seus respectivos trabalhos com toda a promptidão e acerto, e n'esta occasião mereceram particulares elogios no officio, que o general Torres dirigiu ao governo em 19 de outubro, valendo-lhes esta recommendação a condecoração da Torre e Espada.

Por seis vezes se renovou o assalto, reforçando o inimigo os seus atiradores por outras tantas com tropas frescas; mas pelas seis horas da tarde os realistas debandaram em confusão, deixando os defensores da Serra cobertos de gloria, e o terreno circumvizinho juncado de armas e de cadaveres, entre os quaes se reconheceram depois os de alguns officiaes. Foi quasi no fim d'este mesmo ataque, que o coronel Francisco de Magalhães Peixoto recebeu de uma bala perdida a ferida mortal de que dentro em poucos dias veiu a succumbir em Villa Nova, honrando-lhe a sua memoria o geral sentimento, que deixou no exercito realista, attento o elevado conceito, e alta reputação de tão bom soldado, que entre elle tinha [1].

Assim acabou um assalto, presenciado já pelo marechal de campo Joaquim Telles Jordão, que recentemente chegára de Lisboa, para tomar o commando da segunda divisão das tropas de D. Miguel em volta do Porto, onde vinha substituir o brigadeiro Nicolau de Abreu. Os miguelistas tinham marchado ao combate com toda a galhardia e garbo militar. Em frente das trincheiras da Serra teimaram elles, como quem não queria retroceder vencido; mas a pertinacia da defeza, ainda que bem disputada, foi melhor succedida do que o vigor do ataque, ficando desde então a Serra tão segura nas mãos dos constitucionaes, como ficára o Porto, depois da batalha de 29 de setembro.

Quanto a nós, não podemos dizer se o aspecto dos soldados liberaes era melhor que o dos miguelistas, ou se o d'estes era superior ao d'aquelles; mas o que durante o cerco se viu, a exceptuar apenas o desastre de Souto Redondo, foi o serem os miguelistas constantemente batidos pelos constitucionaes, não obstante a sua grande differença de numero, e a superioridade do seu equipamento e municiamento. Com esta circumstancia reuniam elles tambem a do

[1] A perda dos constitucionaes foi n'esta occasião de 17 mortos e 52 feridos. A parte official d'este ataque póde ver-se no *Boletim* n.º 8, documento n.º 248.

seu exercito se compor sómente de portuguezes, ao passo que o de D. Pedro era formado por um mixto informe de soldados de diversas nacionalidades, e portanto sem terem na guerra interesse algum patriotico, que os obrigasse altamente á luta. Alem d'isto os soldados miguelistas achavam-se tambem fanatisados pelas predicas do clero, e sobretudo pelas dos frades, havendo occasiões em que estes se viam no meio dos combates de habitos arregaçados e crucifixos nas mãos, arengando-lhes com enthusiasmo, e assegurando-lhes, ou a desejada victoria, ou o goso da eterna bemaventurança no fim dos seus esforços.

Todas estas circumstancias, aliás de favor para os miguelistas, foram supplantadas por effeito da exemplar disciplina, e extremado valor nos combates do exercito libertador, e dos officiaes que o commandavam. Este glorioso facto, observado constantemente n'esta moderna e afamada Illiada, da qual D. Pedro se constituira tambem pela sua parte em seu valente e denodado Achilles, foi tão honroso para o seu dito exercito, quanto glorioso o foi igualmente, não só para elle proprio, como tambem para os seus generaes subalternos. D. Pedro era com effeito o que com o seu exemplo (servindo umas vezes de soldado, outras de general), inspirava aos seus subordinados um valor heroico, expondo-se, como qualquer d'elles, aos perigos e azares dos multiplicados combates, que lhe foi necessario dar ao exercito de seu irmão, cousa que durante um anno teve logar no Porto, sitiada como esta cidade se viu pelo referido exercito, tendo sempre contra si muitas difficuldades a vencer, e grande desigualdade de meios para manter a guerra.

O certo é que o inimigo mostrára-se tão quebrantado com o seu novo desastre da Serra, que depois do dia em que teve logar, nunca mais houve outra occasião tão propicia dos constitucionaes se assenhorearem da baixa de Villa Nova, occupando os differentes pontos culminantes, que para isso lhes convinha, e para que talvez lhe bastasse unicamente o do castello de Gaia, e o da Furada. Por esta fórma se apossariam elles dos ricos armazens da companhia, e alcança-

riam meios de satisfazer ás condições do emprestimo suppletorio das 600:000 libras, ás requisições dos aprestos em Londres, e finalmente ás necessidades por que já estavam passando, para poderem subsistir, alem da vantagem que tambem teriam do desembaraço da barra. E todavia esta occasião perdeu-se, ou desprezou-se o mais opportuno momento de atacar o inimigo do sul, quando elle tinha consumido todos os materiaes de que necessitava, para vir a um novo ataque á Serra; quando as suas baterias d'aquelle lado se tinham limpado de munições, e os seus depositos exhaurido em grande parte de cartuchame de espingarda; e quando finalmente as suas tropas, cansadas pelos rodeios, que tinham feito no seu acommettimento e retirada, e alem d'isto desmoralisadas por todos os motivos, mal podiam soffrer um serio ataque, bem dirigido no seu primeiro impeto, e sustentado depois com a maior firmeza.

Nunca corpo algum de exercito se achou talvez mais exposto a tão funesto golpe de mão. Dois a tres mil homens, cheios de enthusiasmo pela victoria de 29 de setembro, e pelo recente triumpho da Serra, atravessando o Douro n'aquelle momento, eram por si só bastantes, para espalhar um terror fatal para os miguelistas, e levar ao centro das suas fileiras uma provavel destruição, antes que os seus companheiros do norte lhes podessem vir prestar o mais pequeno soccorro. Alguem houve que, receiando a realisação d'este projecto, velou durante a noite de 14 de outubro; mas em vez d'isto só appareceu no publico mais uma nova proclamação de D. Pedro, chamando os soldados realistas á deserção, sem se lembrar do terrivel dilemma dos crentes de Mahomet, do *cré ou morre,* rende-te, ou perde a vida, aphorismo que n'este caso lhe convinha empregar. Quantas desgraças se teriam evitado no Porto com similhante passo? Quantas fortunas não teriam sido salvas dos males do bombardeamento, por que se passou durante o resto do cerco? Quantas vidas se não teriam poupado nas fileiras do exercito libertador, e entre os moradores da cidade? E finalmente quanto sangue não teria deixado de correr, quando durante as noites

se deu em resgatar na praia, junto ao forte da Luz, á custa de tanto sacrificio de gente, e de tantos trabalhos e riscos, os generos de que se precisava para no seguinte dia se subsistir?

Quando no citado mez de setembro a commissão dos aprestos participava para o Porto o seu total descredito, e o formal abatimento em que a causa liberal portugueza tinha por então caido em Londres, por se não ter occupado Villa Nova, e satisfeito as suas requisições sobre a tão necessaria e desejada remessa dos vinhos; quando o marquez de Palmella, lutando com tantas difficuldades, mal podia arranjar meios, para se comprar a denominada nau raza, para a acquisição dos cavallos, que se lhe pediam, e que tão necessarios eram, e até para conseguir o alistamento dos recrutas, que mandára para o exercito, houve então quem lhe fornecesse 5:000 libras sobre a caução de 500 pipas de vinho. A remessa pois d'este vinho era da mais extrema necessidade, e os constitucionaes que, para se manterem no Porto, precisavam bater-se quasi diariamente na defensiva, tiveram de passar tambem á guerra offensiva, e expor as suas vidas, para, a troco de tal vinho, alcançarem os meios de poderem subsistir, tendo para este intento desprezado a occasião mais propicia. Os dias 22, 23 e 24 de outubro foram destinados a outras tantas sortidas sobre a margem esquerda do Douro, e foi á sombra d'ellas, e debaixo de um ardente fogo dos fuzis, e da artilheria inimiga, e á custa da perda de algumas vidas, que com effeito se alcançaram retirar para o Porto 1:600 pipas de vinho, sem os constitucionaes terem para esta empreza em seu apoio, alem das fortificações da Serra, mais do que uma trincheira, que antes do cerco se tinha casualmente levantado na praia de Villa Nova, e que os realistas por esta causa buscaram agora em vão destruir.

Todas estas vantagens dos constitucionaes, alcançadas em terra, tambem eram felizmente secundadas por mar. A esquadra miguelista, reparadas que teve as avarias do combate do dia 10 de agosto, saiu novamente a barra do Tejo no dia 10 de

setembro no mesmo numero de vélas com que o fizera da vez primeira, com a unica falta de um brigue, sendo commandada pelo chefe de esquadra graduado, João Felix Pereira de Campos. A sua força compunha-se portanto da nau *D. João VI,* de 74 peças, e 880 homens de guarnição; da fragata *Princeza Real,* de 54 peças, e 560 homens; da corveta *Cybelle,* de 28 peças, e 250 homens; da corveta *Izabel Maria,* de 26 peças, e 250 homens; do brigue *Audaz,* de 20 peças, e 16 homens. Este numero de vasos comboiava o barco de vapor *Restaurador portuguez,* que vinha carregado com 30 peças de artilheria grossa, e 120 artilheiros, que deviam desembarcar em Aveiro, para se irem unir ao exercito. No dia 11, trazendo este barco a reboque um dos brigues, que perdêra o mastaréu da gavea e velacho, e achando-se sobre modo abarrotado, foi repentinamente mettido a pique, sem que d'elle escapasse uma unica pessoa. Navegando para o norte a esquadra miguelista, fez presa da galera *Ferreira* da cidade do Porto, que vinha da Bahia, e tocára na ilha do Faial, d'onde seguiu para o Douro com bandeira portugueza, sendo este o motivo do seu apresamento.

A citada esquadra foi depois entrar em Vigo no dia 8 de outubro, lançando em terra munições, que foram para Vianna, e de lá seguiram para o exercito. A constitucional a foi logo bloquear, compondo-se das duas já sabidas fragatas, *Rainha de Portugal* e *D. Maria II;* das corvetas *Portuense, Regencia de Portugal* e *Constituição,* e dos bergantis *Mindello, Conde de Villa Flor* e *Vinte e Tres de Julho.*

Foi por esta occasião que appareceram os primeiros simptomas de insubordinação da esquadra constitucional, fazendo, os da tripulação da fragata *D. Maria II,* saber ao seu commandante, por meio de um nós abaixo assignados dos officiaes de prôa e inferiores, que nem tinham forças para com vantagem se baterem com o inimigo, nem a seu bordo havia meios de soccorro, para tal fim necessario, e nem finalmente a mesma fragata se achava em estado de navegar, particularmente em occasião de vento fresco. Este vaso che-

gou mesmo a desviar-se da esquadra, e Sartorius, que por tão desairoso acontecimento para a disciplina militar ficára summamente desgostoso, teve de mudar pára bordo d'elle o seu pavilhão de almirante, indo no já citado dia 8 de outubro lançar ferro nas proximidades das ilhas de Bayona, como de observação á esquadra inimiga.

Pelas sete horas do dia 10 de outubro largou de Vigo a esquadra miguelista, seguida tambem de perto pela constitucional, indo-se ambas travar de combate, cousa de 40 milhas a oeste d'aquelle porto. Pelas sete horas e meia da manhã do dia 11, Sartorius preparou-se para elle, destinando as duas fragatas para bater a nau *D. João VI*, emquanto que as corvetas e brigues se deviam dirigir á fragata *Princeza Real*, e conservar em respeito as outras embarcações miudas, plano este que todavia falhou, porque emquanto as fragatas constitucionaes se dirigiam contra a nau inimiga, as outras embarcações da esquadra não tomaram a posição que deviam. Pelas duas horas e meia, a fragata *Rainha* passou entre a nau e a *D. Maria*, indo postar-se a barlavento, e pela prôa da mesma nau, onde de bem pouco serviu; mas se em vez d'isto ella tivesse posto o leme de encontro, collocando-se no travez da prôa d'aquelle vaso inimigo, necessariamente teria sido sustentada pela *D. Maria II*, e por este modo a nau *D. João VI* seria inevitavelmente apresada[1]. Sartorius estava por certo muito longe de ser um almirante como convinha à causa de D. Pedro. As suas operações foram quasi sempre miseraveis. Não praticando o que acima se diz, o fogo do inimigo, disparado então a tiro de metralha, dirigiu-se contra ás fragatas constitucionaes, e particularmente contra a *D. Maria II*, que ficou horrivelmente cortada, tendo recebido 80 balas no costado, alem de muitas outras avarias.

Por este modo pôde a esquadra miguelista procurar novamente Lisboa, e entrar a salvamento no dia 14 a barra do

[1] É esta a opinião sustentada por Napier na sua *Guerra de successão em Portugal*.

Tejo, depois de um combate de quatro horas e meia de duração, combate em que sómente a nau disparou á sua parte 1:436 tiros, e a fragata *Princeza Real* 1:000 [1]. Tal como foi este combate, d'elle resultou para os constitucionaes a grande vantagem da esquadra miguelista desistir para sempre de bloquear o Porto, ficando portanto livre a communicação dos mesmos constitucionaes com o mar. Sartorius veiu no dia 20 de outubro fundear em frente do Porto, e desembarcando ali, foi friamente recebido por D. Pedro e pelos seus ministros, mallogrados como se viram na sua espectativa da tomada, ou derrota total da esquadra inimiga. Todavia, repetimos, o successo da referida esquadra entrar no Tejo, condemnada de facto a ficar nulla nas suas operações por quasi um anno inteiro, desviára por este modo a barra do Douro do perigoso e fatal bloqueio maritimo, com que o governo miguelista a tinha ameaçado [2], proporcionando assim a D. Pedro poder receber por mar todos os soccorros de gente, munições, cavallos e dinheiro, que de Inglaterra lhe vieram, e com que por tantos mezes depois pôde ainda sustentar a guerra, e habilital-o assim a conseguir o seu final triumpho.

Todas estas circumstancias eram outros novos motivos para conservar o partido miguelista em continua desconfiança, não só sobre a sua futura sorte, mas até mesmo quanto ao seu exercito, que sendo em grande parte composto de voluntarios realistas e milicias, não infundia poucos receios de que, com a prolongação da guerra, fosse consideravelmente desfalcado pela deserção d'esta gente, levados a similhante passo pela necessidade de cuidar na cultura e amanho dos seus campos, augmentando-se por mais este modo a desmoralisação da tropa de linha. Por outro lado a repetição das ostentosas proclamações e decretos de amnistia para os soldados constitucionaes, que se apresentassem ás auctorida-

[1] A perda da esquadra inimiga foi de 20 mortos e 49 feridos, e a da constitucional a de 10 mortos e 40 feridos.

[2] A circular de 21 de setembro de 1832, dirigida pelo visconde de Santarem ao corpo consular em Lisboa, é a que contém esta ameaça.

des miguelistas, pouco ou nenhum effeito haviam produzido, e ainda que consideraveis fossem com o andar do tempo no exercito de D. Pedro as deserções dos seus soldados, consideraveis se tornaram tambem no de D. Miguel, andando com pequena differença umas por outras.

Estas deserções dos miguelistas claramente demonstraram, que nunca faltam partidistas a qualquer bandeira politica, por má que seja a sua situação. Que os soldados de D. Pedro fugissem para evitar a fome, e se subtrahir aos trabalhos e riscos de uma guerra, que por todos os lados ameaçava um funesto e aterrador desfecho, entendia-se isto, e desculpavel se tornava até certo ponto; mas que desertassem para o Porto os de D. Miguel, abandonando um exercito poderoso, costumado á pilhagem, familiarisado com a indisciplina, sitiando uma cidade ameaçada de saque, coberta diariamente de bombas e balas; que estes soldados viessem abraçar uma causa, que se julgava perdida, e se unissem de muito bom grado ás victimas, que dentro em breve se suppunham amarradas vergonhosamente ao carro triumphal do vencedor, era este um facto inexplicavel entre os homens da mais alta perspicacia politica.

Verdade é que os soldados de D. Miguel não estavam ainda assim isentos de muitas e graves privações; a sua falta de fardamento, e a irregularidade dos seus pagamentos eram outros tantos motivos de descontentamento nas suas fileiras. Esta circumstancia, e o consideravel atrazo de muitos mezes a todas as classes de servidores do estado, manifestavam igualmente a grande falta de recursos pecuniarios no governo de Lisboa. Para destruir a má impressão moral, que d'aqui resultava, começou-se então a espalhar, que um emprestimo de 40 milhões de francos, ou dezeseis de cruzados, se tinha contrahido em França ao preço de 69 $^1/_2$, e ao juro de 5 por cento, tendo por hypotheca especial as decimas de Lisboa e Porto; mas os atrazos de pagamentos, e as privações d'aqui resultantes não confirmavam a realidade de similhante emprestimo. Depois de tudo isto veiu por ultimo a crença de que a força dos constitucionaes no

Porto não era tão diminuta quanto se publicára, e com ella a de que os generaes do exercito de D. Miguel, ou se resentiam de traição, ou de inhabilidade, porque em fim, segundo a condição dos juizos humanos, nunca faltam culpas á desgraça, nem deixam de se dar louvores á ventura. D'aqui nasceu, pois, a desconfiança entre o governo e os governados, e a necessidade da ida do mesmo D. Miguel ás provincias do norte, para com a sua presença levantar o espirito abatido dos seus soldados, e cimentar novamente a fé na reputação das suas armas, e a confiança na superioridade do seu numero até á total expulsão dos constitucionaes para fóra do Porto, negocio da maior importancia para a consolidação da causa realista.

Á vista pois das circumstancias que se acabam de expor, com relação ao exercito miguelista, é um facto que D. Pedro, apesar de se achar n'uma situação bem pouco lisongeira, algumas esperanças tinha ainda de attrahir ao seu exercito alguma porção de tropas do seu irmão. Todavia esta esperança não deixava de ser illusoria, porque os actos da independencia do Brazil, por elle praticados com tanta animadversão contra a sua patria, estavam ainda bem longe de terem sido esquecidos por uma grande parte dos portuguezes, desviando-lhe toda a sympathia da sua primogenitura, isto alem da malquerença, que tambem lhe consagravam como chefe do partido liberal. A situação portanto de D. Pedro, e do exercito libertador no Porto, ao findar o mez de outubro de 1832, tinha contra si o mais negro e desastroso futuro, não obstante o que já dissemos a respeito do exercito miguelista, e da proxima vinda do infante D. Miguel para as provincias do norte.

O duque de Palmella tinha pela sua parte conseguido em Londres a certeza, que lord Palmerston lhe dera, de que o governo inglez levaria D. Miguel, ou por bem, ou por mal, a consentir que D. Pedro se retirasse do Porto para os Açores com o seu exercito. Mas a levar-se similhante cousa a effeito, nada mais seria isto do que abrir-se o passo, para em breve se levar tambem o referido governo a entrar em

negociações com o infante, para o seu formal reconhecimento como rei de Portugal, mediante uma illusoria amnistia, mais ou menos ampla, para os emigrados, aos quaes não merecia fé, certos de que pelo menos D. Miguel, e os seus ministros, não podiam deixar de continuar a perseguil-os em toda a parte do reino, e sobre tudo os seus aterradores caceteiros e mais partidistas.

Portanto nem D. Pedro, nem os liberaes emigrados podiam jámais concordar em abandonar o Porto, que nada mais seria do que darem de facto o pleno triumpho aos seus adversarios; e a continuarem com sua estada n'aquella cidade, o seu futuro era para elles infeliz e desastrado, não obstante as provas por elles dadas da sua corajosa resistencia aos ataques dos miguelistas. Por outro lado a estação invernosa ía começar a apparecer com todos os seus rigores, alem da barra do Douro se achar tambem já inteiramente fechada pelas baterias miguelistas, não tendo os defensores do Porto por si mais do que uma estreita lingueta de terra, que desde Villar ía até á Foz, onde se achavam em communicação com o mar, lingueta cuja posse os miguelistas lhes não tinham ainda, por fortuna sua, disputado. Mas as subsistencias não podiam deixar de lhes escassear em similhante estação. Sobre estes males acrescia tambem o da falta de meios pecuniarios, que não permittia a D. Pedro poder regularmente pagar os prets, e os soldos ao seu exercito, e ainda muito menos as avultadas despezas da sua esquadra, ameaçada de lhe desertar pela falta de pagamento.

Romper as linhas sitiantes, e levar de vencida o exercito que as guarnecia, só por milagre podia isto succeder, attenta a grandissima superioridade das forças do exercito miguelista, que apertava já os sitiados com um circulo de ferro, formado pelas bayonetas, peças de artilheria, obuzes e morteiros, que guarneciam as trincheiras inimigas. Portanto recorrer ao *Deus super omnia,* e entregar-se resignado ás eventualidades do futuro, era o unico recurso de D. Pedro, e foi o que elle effectivamente praticou. Para se consolar no meio da sua desgraça tomou por systema continuar a illudir-se com

a doce e fallaz esperança de que alguma parte das tropas miguelistas desertasse do exercito de seu irmão para as suas fileiras, e cremos que para favorecer mais essa imaginada deserção recorreu ao triste expediente das sortidas, para lhes proporcionar a occasião de poderem vir unir-se-lhe. Com o fim de evitar por outro lado as deserções, que no seu exercito se tinham manifestado, dirigiu elle aos seus soldados uma proclamação, desmentindo formalmente nella a noticia, que corria de uma revolução nos Açores; afiançava-lhes a par disto, que a esquadra da rainha se achava defronte de Vigo, esperando pela miguelista, para com ella se bater; e finalmente mostrava-lhes tambem quanto era desairoso, que soldados defensores da liberdade, se deixassem seduzir pelos despreziveis sectarios do despotismo.

O texto d'esta proclamação é do teor seguinte:

«Soldados!—Os nossos inimigos, convencidos de que por força não podem apoderar-se d'esta heroica cidade, intentam por todos os meios corromper a vossa honra; ora espalhando que as ilhas dos Açores se declararam a favor da usurpação, ora dizendo que a sua esquadra bateu a da rainha. Eu vos afianço, meus amigos e companheiros de armas, que as ilhas persistem fieis, e adherentes á causa que defendemos; e que a esquadra da rainha espera defronte de Vigo, que a do usurpador sáia d'aquelle porto, onde foi abrigar-se com receio da nossa, para a bater completamente. Soldados! Não vos deixeis illudir, persisti firmes nos mesmos principios, que vos animam, de fidelidade á vossa rainha, e de devoção á carta constitucional. Lembrae-vos quanto seria vergonhoso que soldados, que defendem a liberdade, se deixassem seduzir por escravos, que seguem o despotismo; quanto seria indigno que soldados, que amam a sua patria, abandonassem a causa que defendem e lançassem grilhões a essa mesma patria, que lhes deu o ser, e que d'elles espera a sua liberdade. Soldados, que eu me prezo de commandar, eu conto que vós preferireis a morte á deshonra; e que, firmes como até agora, sabereis rejeitar as offertas da traição, por mais seductoras que sejam.

«Segunda vez vos prometto em nome da rainha, que immediatamente se restabelecer a ordem em Portugal, vós ireis sem demora gosar as doçuras do vosso paiz, e da companhia das vossas familias, e que aquelles indignos de viver entre vós, que esquecidos dos seus juramentos, tiverem desertado, ainda que não seja para o inimigo, não só não voltarão á sua patria, mas serão castigados com todo o rigor das leis. Soldados! Era do meu mais rigoroso dever fazer-vos esta amigavel advertencia, a fim de vos evitar a infamia e a deshonra. A causa que defendemos é justa; vós mesmos sois testemunhas de que a Providencia Divina se tem mostrado sempre a vosso favor. Em breve espero que vejaes os nossos illudidos inimigos abjurarem a causa, que erradamente seguem, e virem tomar quinhão comnosco na gloria de darmos ao malfadado Portugal a paz e a liberdade, a rainha e a carta. Porto, 10 de outubro de 1832. = *D. Pedro*, duque de Bragança.»

Entretanto as cousas iam-se dispondo para a effectiva saida de D. Miguel de Lisboa para as provincias do norte. Foi seguramente com estas vistas, que no dia 6 de outubro se graduou o duque de Cadaval em marechal do exercito, confiando-se-lhe alem d'isto o commando de todas as tropas, que existiam na provincia da Extremadura, nas suas fortalezas, bem como nas margens do norte e do sul do Tejo, sendo igualmente auctorisado para as empregar como julgasse opportuno, e até para enviar ás auctoridades respectivas as ordens que lhe parecesse acertadas. A expedição dos negocios ficou porém commettida aos ministros e secretarios d'estado, que reunidos em conselho, de que o mesmo duque de Cadaval fazia parte, tinham a seu cargo providenciar, segundo as circumstancias occorrentes.

No seguinte dia 7, D. Miguel annunciou n'uma sua ordem do dia a sua prompta partida de Lisboa para o exercito, exhortando as tropas, que guarneciam a capital, para que durante a sua ausencia prestassem com todo o zêlo e pontualidade os valiosos serviços, que de todos se exigia. No meio de tudo isto o tiroteio dos postos avançados do exer-

cito sitiante tornára-se desde 13 de outubro cada vez mais activo, e alem d'isso acompanhado de um quotidiano bombardeamento, feito com balas razas, bombas, granadas e foguetes de Congréve, tendo-se para este fim montado nas baterias da margem esquerda do Douro talvez mais de cincoenta bôcas de fogo, entre peças, morteiros e obuzes, resultando d'este activo bombardeamento algumas mortes, ferimentos e casas incendiadas.

A escassèz da lenha começou no Porto a fazer-se sentir sériamente desde o dia 15 do referido mez de outubro por diante, a ponto de ter sido vendida n'este mesmo dia por 600$000 réis a que havia na quinta do Prado do Bispo. Durante elle foram tambem avisados os habitantes das casas fóra das linhas de Massarellos, Villar e Bom Successo, para despejarem em vinte e quatro horas, a fim de lhes serem queimadas para limpar o terreno, e poder segurar-se por aquelle lado a defeza do Porto, avaliando alguns em 50 os predios, que tinham de ser arrazados. No referido dia 15 D. Pedro proclamou tambem aos soldados miguelistas, mostrando-lhes o engano em que viviam, e alem d'isso expondo-lhes, que as fortificações da serra não se achavam reduzidas a ruinas, como se lhes dizia[1]. No seguinte dia 16,

[1] A proclamação acima citada é a seguinte:

«Soldados, que seguis as bandeiras da usurpação! — Ainda não estaes desenganados de que o vosso govèrno, e os vossos chefes vos querem sacrificar ao valor das tropas, que eu commando? Não vos tem sobejamente mostrado a experiencia, que é impossivel entrardes n'esta heroica cidade, ou seja forçando as fortes linhas que a cobrem, ou seja tomando o inconquistavel baluarte da serra, que a defende? Que fructo tirastes dos vossos esforços nos dias 8, 10, 16 e 29 do mez passado? Que fructo tirastes hontem? Até quando, e para que fim continuareis a derramar inutilmente o vosso sangue, sangue que eu vejo correr com grande mágua do meu coração, defendendo a tyrannia, e infamando o nome portuguez?

«Não vêdes que estaes obedecendo a um governo perfido, que todos os dias vos engana e vos compromette? Fez-vos a infame promessa do saque d'esta leal e generosa cidade; vós sabeis como esta promessa foi cumprida; e se o fosse, qual seria a ignominia de que por esse facto

os miguelistas appareceram em força em Matozinhos, indo occupar o forte do Queijo, que se achava desguarnecido, de que resultou fugirem da Foz para a cidade muitas familias, pelo receio de que o respectivo castello fosse em breve sitiado.

No mesmo dia 16 passou o preço da farinha de 750 a 1$500 réis por alqueire. Foi tambem a 22 de outubro, que os constitucionaes começaram com a sua empreza de atravessar o Douro para Villa Nova, para tirarem dos armazens da companhia as pipas de vinho, que lhes fosse possivel. Receiando-se que no dia 26 de outubro, anniversario natalicio do infante D. Miguel, houvesse novo assalto á cidade do

ficareis coberto, no mesmo dia em que a sua esquadra, batida pela da vossa legitima rainha, procurava refugiar-se no Tejo, n'esse mesmo dia vos fez annunciar que tinha alcançado uma victoria naval, persuadiu-vos finalmente hontem que a sua artilheria tinha reduzido as fortificações da serra a um montão de ruinas, e aniquilado os seus defensores; e vós fostes testemunhas da bravura e do sangue frio com que em seis ataques successivos, fostes constantemente repellidos. Não vêdes que o fim dos vossos chefes é vingarem-se em vós dos desastres, que têem constantemente experimentado? Todos os dias vos promettem reforços, e antes que elles cheguem, vem trazer as vossas vidas ás pontas das nossas bayonetas, e ao fogo das nossas baterias. Cuidam tão pouco de poupar-vos, que até vos expõem a bater-vos uns contra os outros, como aconteceu no dia 29.

«*Soldados*! Abandonae as bandeiras da usurpação; deixae de obedecer a um governo de embustes e de enganos; desamparae o commando de chefes, que não vos conduzem senão á morte e á deshonra: vinde reunir-vos ás bandeiras da senhora D. Maria II, vossa legitima rainha. Vinde, ainda é tempo; mostrae ao mundo que até agora tendes sido subjugados pela força, ou illudidos por falsas promessas; mas que os vossos corações palpitam pela liberdade. Vinde pelejar nas fileiras da fidelidade e da honra, e bater-vos pela illustre causa da regeneração da patria, debaixo do meu commando, e ás ordens de chefes, que n'esta nobre luta ainda não conduziram as tropas senão á victoria!

«Soldados! A patria afflicta vos exhorta, os vossos irmãos de armas vos convidam, a vossa legitima rainha vos chama, o caminho da honra vos está patente. Abandonae a tyrannia; uni-vos a mim, e vinde ao meu lado fazer caír esse governo de usurpação, de horror e de engano, e estabelecer em seu logar um governo de verdade, de amor e de justiça. Porto, 15 de outubro de 1832. = *D. Pedro*, duque de Bragança.»

Porto, as tropas constitucionaes ficaram de vespera debaixo de armas, mas nada mais houve no referido dia do que uma grande parada no campo miguelista, com illuminações e fogos de artificio. No mesmo dia 26, os miguelistas cortaram a ponte de Leça, e os constitucionaes construiram uma bateria, junto á igreja de S. Pedro de Massarellos, para bater os piquetes inimigos de Santo Antonio do Valle da Piedade, em represalia ao vivo fogo, que de lá faziam contra a gente, que passava nos Alamos, e caminho da Foz, onde com elle mataram algumas pessoas.

Emquanto isto se passava no Porto, D. Miguel dispunha-se a deferir o pedido, que o visconde do Peso da Regua lhe tinha dirigido, para com a sua presença ir animar o pessoal do seu fiel exercito. Sabida como em Coimbra foi a intenção do infante, reuniu-se no dia 9 de outubro o claustro pleno da universidade, presidido pelo dom prior geral da Santa Cruz, cancellario e vice-reitor da mesma universidade, D. João da Assumpção Carneiro, para deliberar sobre o que em taes circumstancias lhe cumpria fazer. D. Miguel tinha pela sua parte saído de Lisboa pelas quatro horas e meia da tarde do dia 16 do citado mez de outubro, a pretexto de ir passar uma revista ao exercito, que tinha em volta do Porto. Na madrugada do dia 19 saíu de Coimbra o secretario da universidade, o bacharel em medicina, Luiz Paulino Figueiredo Fragoso e Abreu, para se ir encontrar com a real comitiva, e saber do infante o modo por que queria ser recebido. A uma legua para alem do Pombal se verificou o encontro, dizendo-lhe o mesmo infante, que indo hospedar-se no paço das escolas, era n'elle que o corpo da universidade o deveria esperar. A noite de 19 a passou D. Miguel em Pombal, indo no dia 20 entrar em Coimbra, acompanhado pelas infantas, suas irmãs, D. Izabel Maria, e D. Maria da Assumpção. Entrando pelo antigo arco da Portagem, foi á rua da Calçada, arco de Almedina, rua das Fangas, collegio da Estrella, Couraça de Lisboa, rua de S. Pedro, rua Larga, rua dos Loyos e Sé Cathedral, onde assistiram todos a um *Te Deum laudamus*.

Concluido este acto, montou elle novamente a cavallo, veiu á rua dos Loyos, rua Larga, seguido por suas irmãs em coches, apeando-se todos á direita da porta ferrea, junto da primeira escada, por onde se sobe para o paço do reitor. N'aquelle local o esperava o corpo docente com as suas insignias doutoraes, estando igualmente ali o senado da camara, pessoas nobres e muito povo. Com todo este cortejo se encaminhou para a capella da universidade, indo debaixo do palio tomar assento na cadeira, que lhe estava destinada debaixo de um docel, erigido á parte do Evangelho, occupando as infantas duas cadeiras, que se achavam no setial á esquerda do docel, destinado a seu irmão. Cantadas as antiphonas *Salvum fac regem*, e o *Tantum ergo*, com o Santissimo exposto, D. Miguel, depois d'elle encerrado, dirigiu-se para o paço, onde se lhe tributaram as honras possiveis, servindo os bedeis de porteiros da canna, e de archeiros os homens da vara da universidade. Doze arcos triumphaes se lhe haviam levantado em seu obsequio; um á entrada do Rocio, outro em Santa Clara a Velha, outro no antigo arco da Portagem junto á ponte, fazendo face para ella, outro na Calçada ao pé da rua dos Gatos, outro no mesma Calçada, proximo á misericordia, outro no meio da rua do Coruche, outro ao fundo da mesma rua, proximo ao largo de Samsão, outro na rua da Sophia, outro no meio da rua das Covas, dois na rua dos Estudos, e finalmente outro proximo ao collegio das Artes, onde residiam os padres da companhia de Jesus, collegio que n'outro tempo fôra casa d'estes mesmos padres.

Pelas dez horas da manhã do dia 21, deu beijamão na sala do docel do paço das Escolas com o possivel apparato, indo de tarde com as infantas ao mosteiro de Santa Cruz, dirigindo-se depois ao convento de Santa Clara, para beijar a mão á rainha Santa Izabel, achando-se já lá á espera d'elle o bispo, D. Joaquim da Nazareth, com o seu cabido, para abrirem o caixão, onde se achava encerrado o cadaver da mesma rainha Santa, da qual trouxeram como reliquias uma parte do habito, e alguns dos seus cabellos. Na tarde do dia

22 visitou o museu, os gabinetes de physica e chimica, o theatro anatomico e o hospital. Na tarde do seguinte dia 23 foi novamente ao mosteiro de Santa Cruz, acompanhado por suas irmãs, para verem os tumulos de D. Affonso Henriques, e de seu filho D. Sancho I, abrindo-se n'esta occasião novamente o do primeiro d'estes soberanos, que já em 1732 havia sido aberto, e muito antes d'isto o tinha tambem sido no reinado de el-rei D. Manuel. O resto da tarde a empregou o infante em ir novamente ao hospital, e aos gabinetes de physica e chimica, passando depois ao collegio das Artes a visitar os padres da companhia de Jesus.

No dia 24 foi ver a fonte das Lagrimas, sendo por esta occasião obsequiado pelos nobres senhores d'aquella notavel quinta com um refresco, em que elle não tocou, limitando-se apenas a pegar n'um copo, e a il-o encher de agua á fonte, que em seguida bebeu. Para memoria d'esta sua visita, trouxe comsigo alguns bocados de pedra com manchas encarnadas, e alguns ramos dos cedros, que ha junto da dita fonte, os quaes distribuiu depois pelos officiaes do seu estado maior, sendo estes os que se serviram do refresco, que para elle infante estava destinado. Pelas nove horas da manhã do dia 25 tornou a dar beijamão no paço das Escolas, com o fim de honrar com elle o batalhão de voluntarios privilegiados, do qual alguns lentes faziam parte, tendo o dito batalhão por commandante o secretario da universidade. Pelas onze horas do referido dia tornou com suas irmãs ao mosteiro de Santa Cruz, indo assistir, não só a uma missa de pontifical, celebrada pelo respectivo dom prior geral, mas tambem ás exequias, que depois da missa se fizeram a D. Affonso Henriques, exequias a que igualmente assistiram o corpo universitario, a camara municipal, nobreza, prelados de todas as religiões, clero e povo. Findo este acto, passou depois com as infantas suas irmãs e mais comitiva ao aposento, que o citado dom prior geral tinha preparado, julgando que no seu respectivo mosteiro se iria hospedar, quando chegasse a Coimbra. Ali jantaram todos, passando depois a irem novamente visitar os padres da companhia de Jesus.

No dia 26, solemne aniversario dos annos do infante, foi elle pelas onze horas á sé cathedral, para n'ella assistir a um *Te Deum*, officiado pelo respectivo bispo. Ao meio dia houve parada, formada pelo citado batalhão de voluntarios privilegiados e milicias de Arouca, havendo tambem salvas de artilheria, e beijamão dado pelo infante, vestido á militar, na sala do docel do paço das Escolas, a qual se achava toda forrada de encarnado, vendo-se no meio d'ella o docel com a cadeira para elle se sentar, tendo ao seu lado esquerdo um setial armado com duas cadeiras para as infantas. O beijamão acabou pelas tres horas da tarde, que foi quando se dirigiu para a sala grande dos actos, com o fim de assistir á oração latina, que a mesma universidade costuma fazer nos anniversarios dos soberanos portuguezes. Tudo isto se fez com grande ceremonial e apparato [1]. Concluida que foi a referida oração, o infante dirigiu-se á capella da universidade, para n'ella assistir a um outro *Te Deum*, depois do qual voltou ao paço das Escolas, passando-se o citado dia 26 em repiques de sinos, havendo á noite outeiros, musica pelas ruas, e muitos vivas.

No dia 27 foi passear ao campo de Bolão, voltando á cidade pela rua da Sophia, sendo muito festejado pelos fogueteiros, que durante a sua passagem deitaram ao ar grande numero de foguetes. Pela madrugada do dia 28 foi passear a pé até á Volta das Calçadas, sendo tal o numero dos concorrentes a vel-o na vinda, que necessario se lhe tornou montar a cavallo, para lhe ser assim mais facil o transito. Dirigiu-se depois d'isto a fazer uma nova visita aos padres jesuitas, ouvindo lá missa, e confessando-se. Pelas tres horas da tarde foi asssistir á experiencia de um barril incendiario, feita na cerca dos frades Bentos, dirigindo-se depois ao mosteiro das religiosas de Cellas, pelas quaes foi muito festeja-

[1] O detalhe das festas, e o apparato das que se fizeram em Coimbra no dia dos annos de D. Miguel, podem ver-se no *Conimbricense* n.º 3:496, de 5 de fevereiro de 1881, sendo d'este mesmo numero, e do anterior, que nós extrahimos o que temos dito sobre a sua chegada áquella cidade, e a demora que n'ella teve.

do, regressando ao paço das Escolas pelas oito horas da noite.

No já citado dia 26, pareceu querer D. Miguel quebrantar a exaltação e intolerancia politica, tão rigidamente seguidas até ali por elle, e pelo seu partido, quando, allegando especiosos motivos, e entre elles o arrependimento de que lhe constava acharem-se possuidos alguns dos partidistas de seu irmão, quanto aos seus passados erros, resolveu decretar n'aquelle mesmo dia uma amnistia, para todos os que até á patente de capitão se apresentassem ás suas respectivas auctoridades. Na redação do respectivo decreto faziam-se allegações, que temos por faltas de verdade, e a prova está em que nenhum official do exercito libertador desertou, fiado n'elle, para o inimigo. Similhante decreto, cuja redacção não deixa de ser curiosa, era assim formulada:

«Quartel general no paço de Coimbra, em 27 de outubro de 1832. Ordem do dia. — Publica-se ao exercito o decreto abaixo transcripto.

«Querendo usar da minha real clemencia para com portuguezes, que, apesar de desvairados nos seus principios, agora se acham arrependidos, como muitos d'elles têem feito chegar á minha real presença, e lembrando-me que por um acto de benevolencia posso trazer ao seio de muitas familias o socego de que não têem gosado, pela ausencia e illusão d'aquelles individuos: sou servido perdoar a todos os militares, até á patente de capitão inclusive, que, esquecidos do juramento que haviam prestado, se uniram ao serviço rebelde, o crime que por similhante facto commetteram, uma vez que se apresentem ás auctoridades legitimamente constituidas no prefixo praso de vinte dias, a contar da data d'este, permittindo que na classe de paizanos possam voltar ao seio das suas familias. Outrosim, sou serviço declarar, que a cada um dos ditos officiaes, que no referido praso se apresentar, trazendo comsigo um numero de praças igual áquelle, que por lei lhe compete commandar, se abonará pela thesouraria geral das tropas uma pensão com a natureza de soldo, e igual áquelle a que por seu posto teria di-

reito; aquelles porém, que só se apresentarem com um numero de praças equivalente á metade, ou terça parte da força do seu commando, vencerão pelo mesma fórma, e com o mesmo titulo, metade, ou terça parte do soldo correspondente á sua patente. Todo o soldado, ou paizano que se apresentar no praso que fica dito, trazendo armamento completo, receberá, alem do perdão, uma gratificação de 4$800 réis, paga pela caixa militar do exercito; se porém só trouxer arma, ou correame, n'este caso receberá metade da referida gratificação, pela maneira que dito fica. O conde de S. Lourenço, do meu conselho d'estado, ministro e secretario d'estado negocios da guerra, assim o tenha entendido e faça executar com as ordens e participações necessarias. — Paço de Coimbra, em 26 de outubro de 1832. Com a rubrica de sua magestade. = *Conde de Barbacena*, chefe do estado maior, general. — Está conforme o original. = Ajudante general, *Marquez de Tancos*.»

Apesar do grande empenho, que por parte de D. Miguel assim se manifestava em promover a deserção do exercito libertador, e das seductoras promessas para este fim empregadas; mas promessas feitas por quem mais de uma vez faltou á obediencia de filho, e de subdito para com D. João VI, seu pae, e seu soberano; por quem tão solemnemente quebrantára os seus deveres, e juramentos para com seu irmão, e seu rei; por quem por meio dos seus generaes promettêra aos seus soldados o saque do Porto, e os convidava a não largarem por mão as armas, emquanto existisse um só revolucionario; e finalmente por quem tantas execuções injustas sanccionára, e tantas perseguições permittira, não podiam ser cridas por aquelles a quem diziam respeito, nem abalar os principios de um só constitucional, que tantas rasões de queixa tinham da sua anterior conducta, e ardiloso caracter, occasionando-lhes tantos e tão graves damnos, mortes e perseguições. Tão certo estava D. Pedro do nenhum effeito d'esta amnistia, que no dia de quinta feira, 1 de novembro, a não duvidou publicar no n.º 94 da *Chronica constitucional* do Porto!

Prestando ouvidos á desconfiança, espalhada contra os seus mais fieis generaes, D. Miguel transigiu pela sua parte com ella (se é que abertamente não partilhava tambem tal desconfiança), castigando, como já vimos, no visconde do Peso da Regua a infelicidade de não ter podido entrar no Porto no dia 29 de setembro, dando-lhe por successor no commando do seu exercito o visconde de Santa Martha, aquelle mesmo general, que, sem disparar um só tiro, abandonára aquella mesma cidade aos constitucionaes, por occasião do seu desembarque no Mindello! Como compensação do desgosto, que isto naturalmente causára ao referido visconde, foi elle no dia 26 de outubro nomeado general das armas da côrte e provincia da Extremadura, substituindo n'este logar o visconde de Veiros, promovido por esta occasião a marechal de campo. Gaspar Teixeira ainda no dia 30 participou ao almirante Parker, que reputaria acto provocativo de hostilidades qualquer movimento dos seus navios, tendentes a embaraçar, ou impedir o fogo das suas baterias contra o Porto. O conde de Barbacena fôra por esta occasião nomeado chefe do estado maior general do exercito realista, e chegando no dia 25 ao Porto, passou logo a examinar os postos occupados pelo referido exercito, e a ordenar a construcção de novas trincheiras e reductos, a par de novas baterias e linhas de circumvallação n'uma e n'outra margem do Douro, com o fim de obstar inteiramente á entrada de viveres para a cidade.

No dia 28 de outubro ainda o mesmo Gaspar Teixeira se achava commandando o exercito realista, e foi na noite do referido dia para o de 29, que o palacio dos Carrancas, onde D. Pedro se achava aquartelado, começou a ser alvo dos tiros de morteiro e obuz, disparados pelas baterias miguelistas da margem esquerda do Douro, o que fez com que elle no seguinte dia mudasse a sua residencia para a rua de Cedofeita [1], onde por espaço de tres mezes completos foi sus-

[1] Bem longe da conducta que os partidistas de D. Miguel tiveram para com D. Pedro (se é que o proprio D. Miguel não foi o auctor de

tentado, bem como a sua familia, á custa do seu patrão, Manuel Mendes de Moraes e Castro[1]. No dia 4 do seguinte mez de novembro despediu-se Gaspar Teixeira do exercito do seu commando, sendo este assumido pelo visconde de Santa Martha, o qual no mesmo dia 4 passou ao sul do Douro, para observar os pontos d'aquelle lado da cidade, fazendo igual exame nos do norte o conde de Barbacena. Tomadas como foram por D. Miguel estas medidas, que pareciam verificar as mais feias culpas, que alguns dos seus cortezãos faziam aos outros, o infante saíu finalmente da cidade de Coimbra no dia 29 de outubro, indo no dia 31 pernoitar em Vallongo, tendo atravessado o Douro em Arnellas, sendo no dia 1 de novembro que fez a sua formal entrada em Braga.

O mau resultado constantemente alcançado das operações activas, até então tentadas por Gaspar Teixeira contra as linhas ao norte do Porto, e a da Serra do Pilar ao sul, reunido isto com certa indisposição, que o geral dos homens

similhante conducta), foi a do mesmo D. Pedro para com seu irmão. Assim o prova o conteúdo de uma carta original, que possuimos, dirigida pelo duque de Saldanha em 29 de março de 1867 ao marquez de Sá da Bandeira, dizendo-lhe o seguinte:

«Estando sua magestade imperial, o duque de Bragança, em uma das nossas baterias, via que o seu commandante se preparava a fazer fogo, e disse-lhe: «Que vae fazer»? «Vossa magestade vê, respondeu o commandante, aquelle grupo de officiaes a cavallo? É de certo o estado maior». «Não faça fogo, lhe replicou o imperador»; e o official lhe tornou: «Senhor, estão dentro do alcance d'esta peça». «Não faça fogo emquanto se não retirarem, porque póde ali estar o mano Miguel». Eis o facto que affirmo pela minha honra.»

Na referida carta, acrescenta mais o duque a seguinte passagem, que não deixa de ter sua graça.

«Convalescente o imperador (que se tivesse tido a educação litteraria, que tiveram seus netos, teria sido o maior homem da sua epocha), de uma indisposição, deu o jornal, que se publicava no Porto, a noticia da sua melhora, dizendo que sua magestade já havia comido *um pequeno assado*. Jornal inimigo houve, que fez saber aos seus leitores, que o ex-imperador era um homem tão desalmado, que até comia *creanças assadas*! Mas para que é recordar a miseria d'aquella triste epocha?»

[1] Assim se lê nas *Memorias* do general Raymundo José da Cunha Mattos.

manifesta sempre para com as medidas dos antecessores no desempenho dos cargos para que são nomeados, fez adoptar ao visconde de Santa Martha o systema de operações passivas, limitando-se á stricta defensiva das suas posições, e entrincheiramentos, destinados a tornar por toda a maneira effectivo o bloqueio do Porto, unico meio de cortar aos sitiados as provisões de guerra e de bôca, visto não lhe aproveitar por mar as suas grandes forças navaes. Estabelecido tambem em Aguas Santas o seu quartel general, a collocação do seu exercito foi por elle ordenada pela seguinte maneira. A terceira divisão, que ultimamente chegára de Lisboa, passou a ser commandada pelo brigadeiro José Antonio de Azevedo e Lemos, de quartel general no Alto da Bandeira, e a guarnecer a margem do sul do Douro, desde o esteio de Avintes até as baterias da Pedra do Cão, e Cabedello, junto da barra; tinha uma brigada no alto do mirante do Boucinhas, vigiando as immediações da igreja fortificada de S. Christovão, outra no campo da Barrosa, de guarnição a varias baterias; e outra, denominada provisoria, formava no Verdinho e alturas do Candal, tendo na sua frente a bateria da Furada, e na sua esquerda todas as que d'ali iam até ao mar.

Em frente de Avintes, na margem do norte do Douro, achava-se collocada uma columna movel, do commando do coronel Antonio Joaquim Guedes, a qual se estendia pela quinta do Freixo e Valle Bom, Campanhã, e forte do Tim, até ao campo do Chão Verde, e alto do Rio Tinto, onde o mesmo coronel tinha o seu quartel general. Seguia-se a esta a quarta divisão, commandada pelo marechal de campo, Augusto Pinto de Moraes Sarmento, de quartel em Pedrouços; uma das brigadas d'esta divisão occupava Arreteia, e Cruz da Regateira; outra Aguas Santas e Areosa; a terceira a linha que ia do forte de Cantomil até á esquerda da estrada de Vallongo, para os que sáem do Porto; e a quarta achava-se postada desde a dita parte esquerda da referida estrada até ao forte do Sobral, sendo por conseguinte a linha defensiva d'esta divisão toda a que se estendia desde o acam-

pamento do Sobral até Paranhos e Arreteia, tocando em S. Mamede da Infesta. A segunda divisão, confiada ao commando do brigadeiro Joaquim Telles Jordão, de quartel em S. Thiago de Costias, tinha uma brigada em Villa Nova de Baixo, outra na Senhora da Hora e Ramalde (estrada de Matosinhos), outra no Padrão da Legua (estrada de Villa do Conde), e a quarta em S. Mamede da Infesta (na estrada de Braga).

Tal era, pois, a distribuição do exercito realista, ordenada pelo general Santa Martha, que assumindo o absoluto mando d'esta guerra, fundou todo o bom successo d'ella, tanto na superioridade de suas forças, como no rigoroso bloqueio, que com todo o cuidado se poria ao Porto, se com isto reunisse pela sua parte a occupação da Foz, até este tempo esquecida por ambos os partidos contendores. Verdade é que algumas das suas tropas já no dia 18 de outubro tinham ameaçado aquelle ponto, occupando o castello do Queijo, sem n'elle haver até então guarnição alguma. Tambem é verdade que no dia 26 do dito mez tinham os miguelistas cortado a ponte de Leça, como já dissemos, e no dia 29 cortadas foram igualmente por elles as aguas das azenhas de Lordello, mandando-se postar sobre as alturas da igreja de Nossa Senhora da Luz um forte destacamento, contra o qual uma corveta constitucional fizera muito fogo; mas nada d'isto mostrava por agora tenções fixas de occupar decididamente aquelle ponto, e de obstar assim á communicação das tropas de D. Pedro com o mar, cousa para ellas da maior importancia.

Este plano do bloqueio do Porto parece ter sido o resultado das combinações do general Santa Martha com o chefe de estado maior general de D. Miguel, o conde de Barbacena. Foi assim que nos fins do mez de outubro, auxiliados os trabalhos de fortificação, pelo grande numero de paizanos, que ou para elles eram apenados, ou vinham por vontade propria, com esperanças no promettido saque, se conseguiram adiantar sem medida, e em pouco tempo, as obras adaptadas ao projectado bloqueio, cujos funestos effeitos tão fortemente se iam já sentindo no Porto. O continuo manejo das

armas, o sem numero de baterias inimigas, incessantemente chamava a attenção de toda a gente militar e paizana do Porto para similhante objecto. As illuminações e fogos de artificio, que na cidade se tinham feito, para commemorar o dia 12 de outubro, anniversario do nascimento de D. Pedro, haviam attrahido sobre ella grande numero de bombas e balas, occasionando a morte de varias pessoas, e o ferimento de outras. O seu pouco respeito ao nome e pessoa de D. Pedro, os sitiantes claramente o manifestaram, começando, como já vimos, as baterias de Villa Nova, na noite de 28 para 29 de outubro em diante, a tomarem por alvo do fogo da sua artilheria o palacio das Carrancas, até ali quartel de D. Pedro, a ponto de uma granada ir rebentar junto d'elle, que felizmente se lhe tornou inoffensiva.

Para responderem ás baterias, que os constitucionaes haviam construido junto á igreja de S. Pedro de Massarellos, os miguelistas levantaram as suas do Verdinho, e fabrica da polvora. Firme no seu proposito de obstruir completamente a barra do Douro, Santa Martha officiou no dia 8 de novembro ao consul inglez no Porto, e ao commandante das forças navaes britannicas, avisando-os de que ia empregar todos os meios conducentes áquelle fim, e exigindo a par d'isto a mais stricta neutralidade da parte das suas mesmas embarcações fundeadas no rio, tudo em conformidade do estado de sitio em que desde 4 de julho ultimo se tinham declarado todos os logares occupados pelas tropas constitucionaes, ás quaes era forçoso embaraçar o abastecimento de viveres, e a chegada de mais forças e munições de guerra. Protestando por qualquer infracção de similhante estado de sitio, o mesmo Santa Martha pedia que se fizessem desviar das suas linhas de fogo todos os navios estrangeiros, inclusivamente os de guerra, ficando elle e o seu governo, que por este tempo fazia igual communicação ao commandante das forças navaes inglezas, surtas no Tejo, quites de qualquer responsabilidade pela contravenção d'esta medida.

As primeiras baterias miguelistas, impunemente levantadas debaixo das canhoneiras das baterias de D. Pedro, trou-

xeram a successiva construcção de outras, por que o bom successo das primeiras facilitou e deu conselho para a construcção das segundas, em que se trabalhava de noite com tal força, que na manhã seguinte appareciam já projectados os parapeitos, e delineadas as canhoneiras, sendo d'estas segundas baterias a mais notavel de todas a da Faruda, a que os realistas chamavam de D. Miguel. No dia 8 de novembro rompeu esta bateria o fogo contra os navios de guerra constitucionaes, surtos no Douro, contra a Foz, praia da Cantareira, e Trem do Oiro, saíndo ao mesmo tempo de Villa do Conde algumas lanchas canhoneiras, destinadas a atracar os navios mercantes, que trouxessem mantimentos para o Porto. Desde então o terrivel fogo da bateria da Furada encheu da maior consternação os sitiados, e de tão grave consequencia começava a ser a impressão que fazia, que no dia 10 do citado mez de novembro mandou D, Pedro levantar uma outra no monte da Arrabida, já fóra da linha de Lordello, e depois a de Santa Catharina, Trem do Oiro, e conego Teixeira, para sobre aquella cruzarem com a sua artilheria, e a obrigarem a calar-se, o que nunca conseguiram, apparecendo sempre melhoradas, bem assestadas, e abastecidas de consideravel numero de bócas de fogo estas baterias miguelistas, que quasi de repente se levantavam com novos fortins para ameaçar o Porto de uma total destruição. Em 11 de novembro desmascararam-se as duas baterias inimigas da Pedra do Cão, a que os miguelistas chamaram Tancos e Barbacena, e ainda depois d'ellas a celebre bateria de Sampaio, tendo todas por fim fechar completamente a barra, como conseguiram.

O continuado fogo de todas estas baterias inimigas, incessantemente arremessado contra os navios de guerra constitucionaes, não só lhes occasionára consideraveis rombos e avarias, mas até os fez levantar do Trem do Oiro para a praia dos Alamos de Massarellos, ficando todavia o navio *Castro I*, e a escuna *Villa da Praia* meios de agua, e impossibilitados de navegar. A 13 de novembro approximaram-se da barra dois navios mercantes, que tiveram de virar de bordo pelo fogo, que as baterias inimigas lhes dirigiram. Desde então foram

avisados do bloqueio terrestre pelos vasos inglezes os navios mercantes, que demandavam a barra. Apesar d'isto ainda no dia 23 poderam entrar no Douro os brigues *Adelaide* e *Lyra*, trazendo o primeiro cavallos, e o segundo d'elles carvão e ferro. A escuna *Graciosa*, que no canal de Inglaterra soffrêra um grande temporal com a perda do seu commandante, e a quéda de tres homens ao mar, atravessou tambem o bloqueio no dia 26, sendo conduzida ao Porto por tres marinheiros portuguezes, que recusando fazerem-se ao largo, foram dar fundo junto dos Alamos, no meio dos repetidos vivas dos constitucionaes, ao passar aquelle vaso debaixo de uma cerração de bombas, granadas e balas, que sobre elle choviam de todas as baterias inimigas. O brigue francez *Alcione*[1], demandando a barra no dia 7 de dezembro, arriou bandeira; mas apesar d'isso os tiros continuaram, e o brigue foi mettido a pique, bem como uma catraia, que o soccorria. Este vaso trazia farinha e algumas recrutas, das quaes se afogaram duas, e feriram tres.

Desde então nunca mais durante o cerco entrou no Douro um só navio mercante, ficando por conseguinte a barra inteiramente fechada da parte de terra para os defensores do Porto, aos quaes só restou para as suas communicações com o mar a pequena porção de costa, que vae desde a Foz até pouco mais adiante do pharol da Luz. A fome estava portanto imminente aos constitucionaes, e foi para lhe obstar, que debaixo de toda e qualquer bandeira, se permittiu a entrada de mantimentos com consideravel reducção de direitos, e se franqueou o commercio de cabotagem a todas as embarcações estrangeiras. Por aquelle tempo o alqueire de farinha de trigo mantinha-se já entre 1$400 a 1$500 réis. A carne tinha o preço de 200 réis o arratel. Com esta carestia de generos se reunia igualmente a falta de combustivel, que para se supprir, necessario foi importar carvão de pedra inglez, apparecendo depois de tantos males o monopolio dos atraves-

[1] Conduzia a seu bordo o ex-membro da regencia José Antonio Guerreiro.

sadores de generos, a que debalde o governo pretendeu pôr cobro, por meio de varias medidas coercitivas. Para maior desgraça até os roubos se tornaram frequentes por aquelle tempo no Porto, praticados pelas ruas ao abrigo da escuridão das noites, em que a falta de illuminação os favorecia, acobertados tambem os seus perpetradores com os uniformes militares, para se fazerem acreditar voluntarios, ou soldados do exercito, o que deu logar a que o governo auctorisasse todo o militar, de qualquer classe, ou graduação, para prender todo o individuo paizano com uniformes militares, ou mesmo qualquer militar que usasse uniformes, que lhe não pertencessem.

Algumas esperanças teve D. Pedro de que, diversificando do maritimo, este bloqueio terrestre não fosse reconhecido pelo governo inglez, porque emfim não havendo navios que o apoiassem, nem communicassem ás embarcações, que n'este caso demandassem o Douro, e recebendo ellas praticos para as pilotar, e vendo até a respectiva bandeira nas antigas fortalezas, tornava-se impraticavel similhantes bloqueio, elle que para não violar a neutralidade, que adoptára, tinha até tolerado alguns enxovalhos á sua propria bandeira. Alvo do fogo miguelista tinha ella já sido no dia 8 de setembro, vendo-a por tres vezes successivas caír a terra o capitão Smith a bordo do seu navio [1], no meio de grandes vozerias e algasarras dos que lhe atiravam. O coronel Thomás Sorell, que da Corunha viera substituir o antigo consul inglez, mr. John Crispin, chegou a reclamar contra o fogo das baterias inimigas, que de proposito lhe pareceu dirigido contra algumas propriedades inglezas. Os miguelistas prometteram pela sua parte obrar com mais cautela e resguardo, promessas por elles tão mal cumpridas, que o proprio almirante Parker chegou a ir de Lisboa ao Porto, para pessoalmente observar o que sobre este ponto se fazia. Em 23 de setembro entraram no Douro as corvetas inglezas *Childers* e *Orestes*; mas a tripulação d'esta ultima não soffreu pouco da

[1] Era mercante.

fuzilaria dos piquetes miguelistas de Santo Antonio do Valle da Piedade, que lhe occasionaram alguns ferimentos a bordo.

Aos miguelistas nada infundia respeito. O proprio escaler de uma fragata ingleza fóra da barra não foi respeitado por elles, tendo o almirante Parker de exigir uma satisfação a tal respeito. A balandra, ou cutter de guerra inglez *Raven*, pertencente ás forças navaes do Douro, tão activo fogo teve contra si das baterias inimigas, quando no dia 19 de novembro se approximava da barra, que se viu forçada a retirar, para não ser victima d'elle. Uma prompta reclamação por este facto foi dirigida ao visconde de Santa Martha pelo coronel Sorell, e pelo commandante das forças navaes britannicas dentro do Douro, Guilherme Nugent Glascock; mas esta reclamação, secundada em Lisboa por outra do almirante Parker, ficou sem mais satisfação do que a declaração de que o governo portuguez desapprovava um tal procedimento, e estranhava a conducta do commandante da respectiva bateria.

Á vista de tudo isto era claro que do governo inglez não se podia esperar com bons fundamentos recusa alguma ao reconhecimento do bloqueio terrestre, posto á barra do Porto pelos miguelistas, tomando-se como um favor a permissão que elles deram, para poderem sair livremente o Douro as embarcações estrangeiras, que estavam fundeadas dentro d'este rio, permissão de que 22 d'ellas se aproveitaram no dia 2 de dezembro. Para salvar as suas embarcações de guerra, surtas no Douro, teve D. Pedro de as fazer sair tambem de barra em fóra pela meia noite do dia 5 de dezembro, o que ellas poderam effectuar sem perigo, indo com effeito reunir-se á esquadra a corveta *Constituição*, e os bergantins *Conde de Villa Flor* e *Mindello*. Tal era o systema de guerra a que o general Santa Martha se tinha reduzido, esperando por meio de um mais rigoroso bloqueio levar os sitiados a capitular pela fome, elle que pela força das armas os não podia vencer, não tendo no seu exercito soldados para atacar a cidade a peito descoberto, depois do desbarate, que experimentaram em 29 de setembro.

CAPITULO II

D. Pedro, chamando ao Porto os militares portuguezes, que ainda estavam emigrados, e assumindo o commando em chefe do exercito, em que se tornára notavel pelas suas repetidas e funestas sortidas contra o campo inimigo, manda o marquez de Palmella por segunda vez a Londres, onde tinha chegado ao seu auge a desconfiança no bom exito das armas dos constitucionaes. D. Miguel passa a promettida revista ao seu exercito, e D. Pedro, demorando os seus projectos de uma expedição a Sagres, recebe para commandar as suas tropas um general estrangeiro, que comsigo traz para o Porto a devastadora *cholera-morbus;* prompto descredito d'este general, e aspecto de melhor situação para os constitucionaes, não só pela annullação do bloqueio miguelista, e continuação dos desembarques na costa do mar, mas tambem pela chegada do general Saldanha ao Porto, onde a sua presença promove desde logo bastante exaltação de partidos, e concorre ao mesmo tempo para a definitiva segurança da communicação da Foz com aquella cidade.

Desde os fins de outubro os males do cêrco começaram a tornar-se cada vez mais graves, não obstante os reforços de gente, munições e cavallos [1], vindos ultimamente de Inglaterra para o Porto, acrescendo alem d'isto a proximidade da estação invernosa, que não podia deixar de ser olhada pelos habitantes e defensores d'aquella cidade, como mais uma nova causa de um triste e amargo futuro, cheio de calamidades, e dos mais pesados sacrificios, que tinham sobre si imminentes. O exercito realista achava-se pelo contrario ufano com a chegada do seu supremo chefe a Braga, o infante D. Miguel, e olhando para o Porto com tanto maior desdem, quanto maior era o risco, que esta cidade corria com o novo systema de guerra contra ella empregado, tinha para si como segura a victoria, sem que para a conseguir precisasse mais do que amontuar munições, continuár activo o seu bombar-

[1] No supracitado mez de outubro haviam chegado ao Porto 835 homens, e no de novembro 431, alem de 152 cavallos, mandados pela commissão dos aprestos.

deamento, e levar por esta fórma ao desejado termo o completo bloqueio da barra do Douro, pois que pelo bloqueio de terra não conseguia o que queria. Da sua derrota de 29 de setembro se reparou elle facilmente, chamando logo ás suas fileiras todos os soldados, que desde 1814 tinham alcançado escusa, e convidando os paizanos para assentarem praça em primeira linha, só pelo espaço de dois annos, ao passo que no exercito de D. Pedro as suas perdas eram quasi irreparaveis, pela impossibilidade de achar no Porto, mais gente do que já tinha em armas, e pelas graves difficuldades de a obter de paiz estrangeiro, e das avultadas despezas porque lhe ficavam essas mesmas recrutas, mandadas de Inglaterra e de França.

Alem d'este mal, outros haviam ainda de não menor gravidade, tal como a má escolha d'estas recrutas, reduzidas ao mais infimo das classes mais inferiores d'aquelles paizes, e o sem numero de officiaes, inclusivamente superiores, que com ellas vinham, chegando cada troço de 100 homens, na opinião da commissão dos aprestos, a formar um regimento, se não quanto a soldados, pelo menos quanto a officiaes [1]. Verdade é que a muitos d'estes individuos se lhes rejeitaram os serviços; mas a taes motins e desordens deu esta medida logar, quando no Porto se viram sem corpos para commandar, que D. Pedro se julgou obrigado a dar-lhes emprego, para por este modo evitar as funestas consequencias da sua insolente altivez, creando em 31 de outubro um regimento da armada, com quatro batalhões de quatro companhias cada um. Para maior aggravo de todos estes males coincidiu ainda com esta superabundancia de officiaes a chegada ao Porto no dia 18 de outubro do aventureiro irlandez, sir John Milley Doyle, apresentando-se ali com uma comitiva de mais de vinte individuos, que sem ajuste, nem convite algum por parte de D. Pedro, ou dos seus agentes em Londres, vieram

[1] Assim succedeu com a gente que o major Sadleir apresentou no Porto, podendo olhar-se quasi pela mesma fórma o chamado batalhão de Cochran, por ser commandado por Carlos Cochran.

tentar este passo para procurar a fortuna, que o seu paiz lhes negava.

Doyle fôra um dos officiaes estrangeiros, que durante a guerra peninsular estivera ao serviço de Portugal, onde chegára ao posto de coronel do regimento de infanteria n.º 16, e inculcando-se no Porto commandante de um corpo de voluntarios inglezes, que nunca ali aportou, claramente se conheceu, que só era da sua mente vir especular no infortunio dos portuguezes, no que se não enganou, por que não só conseguiu um notavel adiantamento com a sua promoção a marechal de campo, sem que durante a nossa luta civil prestasse serviço algum digno de nota; mas até lhe deu isto motivo para no fim d'ella formular instantes reclamações, e exigir exorbitantes pagamentos, que se lhe satisfizeram pela conta que quiz formular.

Desde esta data em diante a estada dos estrangeiros no Porto tornou-se cada vez mais pesada e incommoda ao governo portuguez. O coronel George Eloys Hodges, que commandava os estrangeiros na extrema direita das linhas, d'onde no primeiro de outubro foram mandados retirar, para constituirem a força da reserva, attenta a indesculpavel surpreza, que os miguelistas lhe fizeram na acção de 29 de setembro, tomou esta medida como affrontosa aos seus brios e pundonor militar, e por esta causa se indispoz cada vez mais com o ministro da guerra, Agostinho José Freire, que, sendo tambem de um caracter rispido e orgulhoso, era pouco susceptivel de contemplações. Verdade é que D. Pedro, lutando pela sua parte com grande escassez de meios, dava para as queixas, que os estrangeiros lhe faziam, sobejo, ou plausivel motivo, pois não só lhes faltava com a paga regular dos seus soldos e prets, mas até com o fornecimento de carnes, e das mais commodidades, que se costumam dar aos militares em occasião de guerra.

Foram estas mesmas faltas e respectivos atrazos os que ostensivamente deram logar ás contestações entre Hodges e o governo, de modo que emquanto aquelle se queixava da falta de paga, e de quebra na fé dos seus ajustes, este lamen-

tava-se com a mais justa causa da grande indisciplina da tropa do seu commando, cujos soldados, sem pejo nem vergonha, andavam offerecendo pelas praças e ruas publicas do Porto todo o seu facto, roupa branca, e até mesmo o seu armamento e correame. D'estas rasões passou o mesme Hodges a vias mais positivas, mas de caracter criminoso, tal como o de concitar os soldados, e o de com elles fazer motins, que não deram pouco cuidado ao governo, particularmente o do dia 3 de novembro, em que haviam chegado ao Porto 134 inglezes. Foram estes os que, vendo a má comida que se lhes dava, e repugnando serem distribuidos pelos quatro batalhões, que constituiam o chamado regimento da armada, tomaram o expediente de fugir para a Foz, d'onde todavia voltaram para a cidade debaixo da promessa de se lhes satisfazer os seus pedidos. Era portanto forçoso exonerar Hodges do commando da divisão estrangeira de que tão mau uso fazia. Mas esta mesma medida não só foi causa para este official se demittir do serviço, mas até para que o major Shaw, e outros officiaes de merito, desgostosos por se dar aquelle commando a sir Milley Doyle, o imitassem tambem, sendo em tal caso necessario, para conservar a melhor gente dos estrangeiros, retirar o commando igualmente a Doyle, e pôr outra vez independentes cada um dos citados batalhões da armada.

Com a exoneração que por decreto de 9 de novembro foi dada ao coronel Hodges não melhorou todavia a disciplina dos inglezes, que inflammados sempre por elle, emquanto se achou no Porto, pegaram em armas a 21 de novembro, marchando ao quartel de D. Pedro, para pedir pagamento. Então se conheceu bem a grande difficuldade de fazer perceber ao soldado estrangeiro, ao mercenario, e ao que como tal offerece a vida por paga, a necessidade de se resignar com as circumstancias de apuro em que se estava. Não admira pois, que, apesar da extrema falta de braços no exercito, D. Pedro se visse obrigado a despedir do serviço, e a mandar como incorrigiveis para o seu paiz mais de 200 francezes e inglezes, que para este fim foram embarcar na Foz no dia 9 de dezembro. Já no dia 2 d'este mez tinha o coronel

Hodges desapparecido inteiramente do Porto, levando comsigo a deshonrosa mancha do descaminho de alguns dinheiros, pertencentes á tropa do seu antigo commando. Como honrosa excepção do mau serviço do geral dos estrangeiros, devemos aqui mencionar a conducta do coronel, commandante do regimento de lanceiros da rainha, Anthony Beacon, e a dos officiaes, que, para servirem no mesmo corpo, haviam com elle desembarcado no Porto ao dia 4 de novembro. Excellente cavalleiro, como o referido coronel se mostrou, a ponto de poucos lhe poderem levar a palma, e correndo sempre na linha dos atiradores contra o inimigo, o valor pessoal d'este official foi sempre para mencionar com honrosa distincção.

Aos seus esforços e diligencias se deveu igualmente a organisação e disciplina do seu excellente corpo de lanceiros, mantido como por elle foi com toda a regularidade e asseio, n'uma cidade já por tanto tempo sitiada, onde não havia forragens para sustentar cavallos, e nem até mesmo terreno para os exercitar. Este corpo, manejando lanças, o que até então era desconhecido no nosso exercito, não excedeu ao principio a 120 praças, tendo tambem algumas peças de artilheria de campanha, muito bem montadas e servidas, que se puxavam a todo o galope. A disciplina d'este corpo tornou-se tanto mais notavel, quanto maior era a difficuldade de a conseguir, pelo apuro das circumstancias, e diversidade das linguas, que os seus respectivos officiaes fallavam. Posto que de tão differentes origens, a officialidade do regimento de lanceiros mostrou sempre uma grave e composta conducta a todos os respeitos, e até se condemnou espontaneamente ás mesmas privações do exercito portuguez, tendo a generosidade de se offerecerem durante a guerra até á entrada do exercito libertador em Lisboa, pela modica prestação de 12$000 réis por mez, devendo só n'aquella epocha serem embolsados da differença dos soldos por que se haviam ajustado [1].

[1] Ordem do dia n.º 4 de 11 de novembro de 1832.

Os mais pungentes dissabores e incessantes cuidados sentiam-se entretanto, e occupavam por toda a fórma os bravos defensores do Porto, e como se não bastassem todos os males da guerra, a politica veiu tambem afeiar mais o caso da triste situação em que estavam, espalhando a noticia de que em S. Miguel alguns malfeitores e desertores tinham tentado perturbar ali a tranquillidade publica. Se nos mais assizados isto causou tanto abalo, entre os mais credulos deu azos a exagerarem-se temores, e augmentarem-se receios sobre a segurança geral dos Açores, sendo esta mais uma outra rasão que levou D. Pedro a proclamar no dia 10 de outubro aos seus soldados, como n'outra parte já vimos, destruindo-lhes a crença a que podiam dar logar taes ditos no meio das mais cordiaes expressões, honrando-os com o benevolo titulo de amigos e companheiros de armas. Mas apenas os males se conjuravam por um lado, novos renasciam promptamente por outro. Estava visto que a guerra podia protrahir-se indefinidamente no Porto; mas este estado, alem de pesar desmedidamente sobre todas as classes dos seus moradores, havia de forçosamente acabar em breve, pela grande falta de meios, que de dia para dia se tornava cada vez mais grave.

Era pois necessario cortar quanto antes pelas incertezas e apathias da guerra, e tomar portanto uma resolução, para acabar com as crueis incertezas, e o assustador futuro, que as cousas apresentavam no Porto para os liberaes. «Foram os ministros e secretarios d'estado, marquez de Palmella, José Mousinho da Silveira, e Luiz da Silva Mousinho de Albuquerque, os que para conseguir este fim apresentaram n'um conselho, tido em 16 de novembro, um relatorio em que expunham, que com os meios que o governo possuia, era-lhe summamente difficil terminar a empreza em que se achava empenhado, e crentes firmemente de que podia sustentar-se a posição, que se defendia, uma vez que houvessem recursos pecuniarios, propunham que se tentassem todos os meios, para pôr termo á guerra civil, e portanto que era chegado o momento de solicitar do governo britannico, para que in-

terviesse só, ou conjunctamente com a França, ou com outras potencias, para effectuar por uma mediação, ou arbitragem, uma reconciliação entre os dois partidos, que dividiam a nação, impondo-lhes immediatamente uma suspensão de armas; tendo esta reconciliação por base o assegurar a Senhora D. Maria II, rainha constitucional no seu throno, com a condição expressa de não se propor o seu casamento com D. Miguel»[1].

O ministro da marinha, Bernardo de Sá Nogueira, apresentou o seu parecer em separado, no qual, concordando com aquelles seus tres collegas, sobre a necessidade de se pedir immediatamente a intervenção do governo britannico, ou só, ou conjunctamente com a França, ou com outras mais potencias, era de opinião que como unica base se devia tratar sómente a segurança do throno da Senhora D. Maria II, e a garantia de um governo *provisorio* representativo, sem mais declarações. Agostinho José Freire, ministro da guer-

[1] Se a materia da primeira ida do marquez de Palmella a Londres no passado mez de agosto foi objecto de segredo para o publico, de muito maior o foi a segunda. O conselheiro José Joaquim dos Reis e Vasconcellos, tendo sempre em vista que a historia contemporanea se escreva de um modo favoravel ás suas vistas, cortesão como se mostra das altas personagens do seu tempo, embora se falseie assim a historia, houve por bem omittir no vol. IV dos *Despachos* de Palmella os que lhe pareceu, tanto os d'esta personagem para com D. Pedro, como os d'esta para com aquella, segundo se colhe dos que elle mesmo publicou. O resultado d'isto é portanto termos por justa a indisposição em que D. Pedro se collocou por fim para com Palmella, condemnando a conducta, que para com elle teve n'esta segunda ida a Londres, pois que só esta póde ser a causa da referida omissão, querendo assim o dito sr. Vasconcellos pagar á memoria de Palmella as finezas, que lhe deveu em vida. E ignorariamos o fio d'esta teia de Penelope, urdida assim por este senhor com as suas meias revelações, a não termos sido esclarecidos sobre este ponto pelos *Apontamentos historicos* do conselheiro Felix Pereira de Magalhães, d'onde transcrevemos aqui na parte acima aspada o que elle nos diz sobre isto. Já se vê portanto que temos por mal relatado o que a tal respeito escrevemos na nossa *Historia do cerco do Porto*, pois que a sua publicação foi muito anterior, tanto á do vol. IV dos *Despachos*, como á dos citados apontamentos historicos.

ra, apresentou tambem o seu parecer em separado, no qual, concordando com os seus collegas, em que era chegado o momento de acceitar, e até de pedir a interferencia da Inglaterra e das grandes potencias, para pôr termo á guerra civil, estava persuadido que a força numerica do governo era diminuta, para afiançar e tornar provavel o triumpho completo contra as tropas inimigas; e sendo tambem a sua opinião, que não seria admittida pelas potencias do norte a proposição feita pelo governo de sua magestade fidelissima, sem que um negociador portuguez, munido dos poderes os mais amplos, fosse auctorisado para conseguir as modificações politicas na fórma do governo, embora se estipulasse a saída de D. Miguel, e se afiançasse o throno á senhora D. Maria II, declarava que não podia votar por uma arbitragem, ou interferencia, que podia alterar alguns dos artigos da carta, e pedia por isso permissão para se retirar do ministerio.

O imperador no conselho de 17 de novembro communicou a sua resolução sobre os pareceres dos ministros, declarando que, tendo, havia já muito tempo, previsto o embaraço, em que se achavam por falta de meios pecuniarios, de munições, e quasi impossibilidade de as receber, e reconhecendo tambem a difficuldade (á vista das poucas forças de que dispunha, e a falta de transportes que havia), de poder tomar-se a offensiva, estava de acordo com o ministerio, e portanto crente de que se deviam tentar todos os meios de pôr termo á guerra civil, atroz e ruinosa, com que se lutava, e que tendo maduramente reflectido no parecer dos seus ministros, convinha em que o marquez de Palmella saisse do Porto para Inglaterra no outro dia, munido dos necessarios plenos poderes, que seriam em primeiro logar expor ao governo inglez e ao de França, ou juntos, ou separados, a immediata necessidade do prompto reconhecimento do governo da rainha, segundo a carta constitucional, e na conformidade dos tratados com a mesma Inglaterra. Caso porém não podesse conseguir o citado reconhecimento (a unica cousa que dentro em trinta dias poderia salvar os defensores do Porto),

proporia o para obter, a *cedencia da bahia de Lourenço Marques*, ou a de quaesquer outras colonias africanas da costa oriental, ou mesmo das asiaticas.

N'esta hypothese deveria então solicitar do governo inglez, ou d'este e do de França, a sua intervenção dentro do mesmo praso, para imporem aos dois partidos a immediata suspensão de armas, a fim de que os dois referidos governos, ou mesmo os das cinco grandes potencias, arranjassem os negocios de Portugal sobre as seguintes bases: 1.ª A prompta saida d'este reino do infante D. Miguel, com as condições que se estipulassem; 2.ª a garantia do throno portuguez para a rainha, segundo os tratados, ou fazendo um novo; 3.ª não se propor o casamento da rainha com seu tio; 4.ª não se pôr em pratica qualquer alteração, que as potencias interferentes julgassem, que devesse ser feita na carta constitucional, sem que a nação reunida em côrtes aceitasse a citada alteração. Todas as propostas que o plenipotenciario recebesse, tendentes a modificar de qualquer modo alguma das presentes bases, seriam tomadas *ad referendum*.

N'esta conformidade lavraram-se os respectivos plenos poderes aos plenipotenciarios marquez de Palmella, Luiz da Silva Mousinho de Albuquerque, e Filippe Ferreira de Araujo e Castro. Alem d'isto deram-se-lhes tambem instrucções, em que se lhes declarava, que o objecto da sua missão junto das côrtes de Londres, Paris e Madrid, era fazerem os maiores esforços, para conseguirem a immediata intervenção da Inglaterra, ou só, ou conjunctamente com França, ou com a França e Hespanha, ou finalmente com as outras potencias do norte, se assim parecesse inevitavel, a fim de pôr termo á guerra civil, que assolava Portugal, sendo indispensavel, que se impozesse logo uma suspensão de armas aos dois partidos belligerantes em Portugal, e que a contenda podesse depois terminar-se pacificamente por uma negociação, em que interviessem como mediadores ou arbitradores o governo, ou governos mencionados, devendo allegar a impossibilidade já quasi reconhecida, de que um dos dois

partidos podesse destruir completamente o outro por meio da guerra, attenta a duração que esta já havia tido, e a barbaridade que haveria em a deixar continuar. Se conjunctamente com o armisticio conseguissem obter o reconhecimento da rainha, e a saida de D. Miguel, com as condições estipuladas, ou uma promessa n'este sentido, seria este o primeiro *desiderandum*, e merecia ser comprado á custa de grandes sacrificios, no caso de serem requeridos, entrando n'este numero até mesmo alguma cessão de territorio portuguez, que não fosse no continente da Europa, ou ilhas dos Açores.

No caso porém, de não poder conseguir-se este primeiro *desideratum*, o que immediatamente devia solicitar-se era pelo menos o armisticio, para se negociar por intervenção da potencia, ou potencias acima designadas, sem a menor referencia antecipada, directamente, ou indirectamente feita ao reconhecimento de D. Miguel. Os plenipotenciarios não podiam annuir a condição alguma, que implicasse com o reconhecimento da rainha, nem tão pouco a idéa do futuro casamento d'ella com seu tio. No caso de ser proposta pelas potencias qualquer alteração na carta constitucional portugueza, declarariam os plenipotenciarios não poder aceital-a como obrigatoria, sem que a nação reunida em côrtes a approvasse. Foi no dia 21 do citado mez de novembro que os dois plenipotenciarios, marquez de Palmella, e Luiz Mousinho, saíram do Porto para Vigo, para de lá se dirigirem a Londres, sendo acompanhados por José Balbino Barbosa de Araujo, como secretario do marquez, e João Baptista Leitão de Almeida Garrett, como secretario de Mousinho. Por decretos de 18 do referido mez fôra o ministro da Guerra, Agostinho José Freire, nomeado ministro interino dos negocios estrangeiros, em substituição ao primeiro dos ditos plenipotenciarios, e o ministro da marinha, Bernardo de Sá Nogueira, ministro interino dos negocios do reino, em substituição do segundo, acordando-se entre os dois ministros que saiam, e os tres que ficavam (sendo o terceiro José Mousinho da Silveira), que durante

a ausencia dos que partiam não haveria mudança alguma ministerial[1].

Emquanto, pois, se tratava de pedir a mediação da Inglaterra e da França, para uma accommodação dos partidos belligerantes no Porto, o aspecto que a defeza d'esta cidade apresentava mostrava bem a necessidade da pedida mediação. D. Pedro lutava pela sua parte com as mais graves difficuldades, que todos os dias se multiplicavam, para poder sustentar a nobre empreza em que se achava empenhado. A falta dos recursos pecuniarios era extrema, a escassez das subsistencias tornava-se cada vez maior, e as difficuldades de as receber cresciam de um para outro dia com o chamado bloqueio de terra, a ponto do mesmo D. Pedro chegar a prometter ao piloto mór da barra 100$000 réis por cada navio que, trazendo munições, mettesse dentro do Douro, 9$000 réis a cada marinheiro, e ordenar que se dissesse ao respectivo capitão, que o governo se responsabilisava pelas avarias, que o seu navio soffresse. Com este grave mal dava-se tambem a continuação do fogo de fuzilaria, que diariamente tinha logar nos postos avançados, sendo ao pôr do sol substituido pelo bombardeamento, cujas bombas, balas e granadas, arremessadas contra a cidade, occasionavam alguns incendios e mortes, tornando assim mais pavorosa para os moradores do Porto a prolongação do cerco. O fogo, que durante as noites era por elles ouvido na Serra do Pilar, ainda mais aggravava este estado de cousas, pelo receio que infundia de que aquelle importante ponto caísse nas mãos do inimigo, e tornasse impraticavel a defeza da cidade.

Tentar operações offensivas no campo era cousa, que acobardava ser aconselhada por muitas intelligencias de nome e reputação, attenta a enorme desproporção de forças, que os constitucionaes tinham, para com esperança de bom exito se poderem bater com os seus contrarios, isto não obstante os reforços, que de algum vulto tinham já chegado de Inglaterra

[1] Assim nos affirmou o proprio Bernardo de Sá Nogueira por mais de uma vez.

ao Porto. Alem d'isto a estação invernosa em que já se estava concorria tambem para que este expediente se não podesse abraçar, e todavia a necessidade de pensar em fazer alguma operação era da maior urgencia.

O conde de Villa Flor cobríra-se de gloria na tomada dos Açores; mas esses seus serviços esqueceram-se de algum modo, depois do desastre de Souto Redondo, e o seu credito de general tinha soffrido manifesta quebra com a sua apathia no commando em chefe do exercito, para as operações do qual necessario se tornava apresentar algum projecto aceitavel de campanha. O certo é que as intrigas e os intrigantes começaram tambem a ter o conde por alvo; uns o accusavam de que elle protegia sómente os que tinham estado com elle na Terceira, outros o davam como incapaz de dar um plano de guerra, adaptado ás perigosas circumstancias em que se estava. Para se justificarem as queixas contra elle levantadas, allegava-se o desastre de Souto Redondo, e a apathia em que se achavam as operações do exercito. O conde tinha portanto contra si todos os que da Inglaterra, França e Belgica, geralmente partidistas de Saldanha, tinham vindo reunir-se na Terceira ao exercito libertador.

Foram estes os proprios, que por espirito de partido se faziam esquecidos do papel de enthusiasta absolutista, que o mesmo Saldanha tinha feito em 1823, quando pela quéda da constituição se apresentára em Lisboa á testa do exercito de Villa Franca, denominado *exercito da poeira*. Foram elles igualmente os que já se não lembravam do que elle tambem tinha feito no Porto em julho de 1828, quando teve logar a dissolução da respectiva junta provisoria, desertando do exercito, cujo commando d'ella tinha aceitado, deserção praticada por effeito do mais inqualificavel terror panico. E não obstante isto, ainda o tinham na conta do mais habil e perito general do seu tempo em Portugal, sem provas algumas que plenamente justificassem tão elevado conceito, por feitos e acções de alta capacidade, praticadas por elle no campo da batalha.

O certo é que em resultado d'estas intrigas o que se viu foi o chamar-se indirectamente, não sómente o general Saldanha para o Porto, mas igualmente todos os seus partidistas, que ainda com elle se achavam fóra do paiz, publicando-se para este fim uma portaria, com data de 3 de novembro, pela qual ordenava D. Pedro, que podessem regressar ao reino todos os militares portuguezes, residentes em paiz estrangeiro, que não estivessem empregados no serviço, ou não tivessem impedimento legitimo de molestia, ou idade que os impossibilitasse de assim o poder fazer, devendo todos os que não estivessem n'este caso dirigir-se aos ministros de sua magestade, para lhes facilitar os meios necessarios, para o seu transporte. A consequencia de similhante medida não podia deixar de ser o que foi, isto é, augmentarem-se mais as intrigas e os intrigantes, a par do estabelecimento de *clubs* partidarios, que tão damnosos se tornaram como o tempo.

A rivalidade que havia entre o general Saldanha e o conde de Villa Flor era cousa por então bem sabida entre paizanos e militares. A vir o primeiro d'estes generaes para o Porto, e a conservar-se o segundo no commando em chefe do exercito, era muito de receiar que similhante rivalidade desse logar a algum tumulto, ou motim militar, cousa que, sendo grave em todo o tempo, como quebrantador da disciplina, gravissima se tornaria nas circumstancias em que o Porto, por então se achava. Para portanto evitar similhante occorrencia, em que era muito provavel que Saldanha se envolvesse, attento o seu genio indocil e recalcitrante aos preceitos da disciplina, quando lhe não favoreciam as suas vontades e caprichos, o proprio marquez de Palmella, tendo previamente conseguido levar o conde de Villa Flor a aceitar a sua demissão de commandante em chefe do exercito, pediu a D. Pedro que houvesse por bem assumir o sobredito commando, cousa em que elle finalmente conveiu, uma vez que o mesmo conde lhe pedisse por escripto similhante demissão, como effectivamente aconteceu. O certo é que por uma honrosa carta regia, expedida ao conde na data de 5 de

novembro, foi elle demittido do commando em chefe do exercito, logar que D. Pedro em tal caso assumiu com o caracter de interino, nomeando para seu ajudante general o brigadeiro José Lucio Travassos Valdez, que mais tarde teve o titulo de conde do Bomfim; e para seu quartel mestre general o major Balthazar de Almeida Pimentel, que tambem mais tarde teve o titulo de visconde de Campanhã. O logar de seu secretario militar continuou a ser desempenhado pelo coronel de estado maior, Candido José Xavier.

Por decreto de 8 do citado mez de novembro foi o conde de Villa Flor agraciado com o titulo de duque da Terceira, fazendo-se-lhe a par d'isto a doação perpetua e absoluta do valor de 100:000$000 réis em bens nacionaes, que haveria como proprios, e livres de todo o encargo, qualquer que fosse a natureza e condição de taes bens [1]. D. Pedro assumiu pois o referido commando com o caracter de interino, como já vimos, por ser da sua intensão exonerar-se d'elle, logo que de França lhe chegasse um general experimentado, pedido como para lá tinha sido por elle. Suppozse ao principio que o referido general seria *Excelmans;* mas não tendo este obtido licença do seu governo para vir para o Porto, recaiu a escolha no general *Solignac*. Julgaram alguns que a demissão dada a Villa Flor fôra por elle vivamente criminada; que a ella recalcitrára; e que d'isto se queixára ao mesmo Palmella, lamentando que fosse elle agora um dos que o julgavam tão mal, resultando d'isto algumas desintelligencias e azedumes entre um e outro, as quaes chegaram mesmo a correr no publico. Nós assim o affirmámos tambem na *Historia do cerco do Porto;* mas tendo visto agora [2] que Palmella allegára a D. Pedro, que o conde estimava se lhe desse a demissão, temos o que então dissemos por inexacto, pois os boatos publicos, por

[1] O citado decreto é o que constitue o documento n.º 249.

[2] Officio de D. Pedro para o marquez, em 5 de outubro de 1832. *Despachos* de Palmella, vol. 4, pag. 844 e 845.

muito geraes que sejam, têem muitas vezes esta qualidade por si.

Foi no meio d'estas occorrencias que os partidistas do general Saldanha allegaram ter elle anteriormente sido excluido de fazer parte do exercito libertador, mais por espirito de partido, do que pelo motivo de lhe haver sido hostil a politica liberticida do gabinete de Madrid, motivo que agora se lhe não allegava. Póde ser que o espirito de partido tivesse anteriormente tido alguma parte na respectiva exclusão, mas tambem é certo que a principal causa d'ella foi effectivamente a opposição, que lhe fizera, para vir na expedição a Portugal o gabinete de Madrid, circumstancia que agora já se não dava. Isto é a pura verdade; mas a explicação d'este facto, clara e natural, facil nos será dal-a ao leitor, passando a relatar-lhe o seguinte:

D. Fernando VII, rei de Hespanha, tivera das suas quartas nupcias com a princeza de Napoles, D. Maria Christina, duas filhas, das quaes a primogenita, D. Maria *Izabel*, nascida aos 19 de outubro de 1830, devia succeder a seu pae, pelo acto formal da abolição da lei salica, e restabelecimento da pragmatica sancção, com força de lei a favor da linha feminina, derogada desde a elevação do duque de Anjou ao throno da Hespanha, com o nome de D. Filippe V. Declarara-se hostil a esta successão da princeza D. Izabel o infante D. Carlos, irmão immediato de D. Fernando VII, seguindo o partido d'este mesmo infante todos os que adoptavam as crenças do mais exaltado absolutismo. Tendo adoecido gravemente D. Fernando VII, no seu palacio de Santo Ildefonso em 17 de setembro de 1832, e chegando mesmo ao ponto de receiar-se pela sua vida, seu irmão manifestou promptos signaes de querer reivindicar os seus suppostos direitos, tão diametralmente oppostos aos de sua augusta sobrinha, o que fez com que em Madrid se tomassem logo as providencias, para conservar o socego e a tranquillidade publica, chegando até a chamarem-se para as vizinhanças d'aquella capital algumas tropas de observação na fronteira de Portugal.

Era pois evidente que uma guerra civil se achava imminente á Hespanha, levantanda entre os partidistas da nova princeza das Asturias, e os de seu tio D. Carlos, o qual, apoiado nos dois mais influentes membros do ministerio, o duque de Alcudia, e o conde de Almeida, ou D. Thadeu Calomardi, não sómente insistia em levar por diante as suas pretensões, mas até recebia já emissarios dos seus mais votados partidistas, certificando-o de que estavam promptos a fazer o que elle lhes determinasse. N'este conflicto o ministro de Napoles, de acordo com os de Austria e Sardenha, encarregou-se de protestar contra a pragmatica sancção, fazendo ver á rainha D. Maria Christina a gravidade dos males de uma guerra civil na Hespanha, quando porventura se insistisse em manter firmes os suppostos direitos da princeza *D. Izabel*. Fosse como fosse, este objecto apresentou-se logo ao conselho de ministros, e n'elle unanimemente se assentou, que o duque de Alcudia se encarregasse de expor a el-rei o estado assustador da Hespanha, e a necessidade de abolir a lei da successão a favor da linha feminina. Surprehendido D. Fernando VII no auge da sua molestia, meio demente, pela grande prostração em que se achava, e sem saber finalmente o que fizesse, annuiu ao que d'elle se exigia, ordenando por um decreto a annullação da citada lei, e portanto a derogação do artigo de successão, consignado anteriormente no decreto de 29 de março de 1830, e no seu testamento em favor de sua filha, na intelligencia, porém, de que o decreto de annullação se não publicaria, emquanto não tivesse logar o seu fallecimento.

Depois d'estes acontecimentos, el-rei começou sensivelmente a melhorar, e com as suas melhoras se reuniu tambem a chegada da infanta D. Luiza Carlota, que fez mudar o arranjo de todos estes negocios, occasionando a formação de um novo ministerio, composto de homens de bom agouro para o partido constitucional, pela moderação dos seus principios politicos, ainda que os liberaes tivessem contra si a mais influente personagem d'este ministerio, D. Francisco Zea Bermudes, que de embaixador de Hespanha em Londres

viera occupar o logar de Calomardi, como primeiro ministro do despacho em Madrid. O novo ministerio, apoiado nos 8:000 homens de armas, que tinha nas vizinhanças da capital, declarou-se logo pela manutenção da lei a favor da princeza *D. Izabel*, e o ministro de Napoles, barão Antonini, chegou até a receber ordem para mais não voltar ao quarto da rainha D. Maria Christina, o que fez com que o conde da Figueira, ministro de Portugal junto á côrte de Madrid, pedisse tambem a D. Miguel pessoa que o substituisse no cargo, pela sua intimidade com o infante D. Carlos, e pelo que tambem influira no decreto, que annullára a pragmatica sancção contra os direitos d'aquella princeza. Calomardi foi mandado preso para o forte de S. Sebastião em Cadiz, indo o duque de Alcudia para a fortaleza de Pamplona. Dos hespanhoes, que mais devotos se mostraram pela causa do infante D. Carlos, alguns houve entre os altos empregados, que desde então começaram a ser destituidos, contando-se entre elles os tres conselheiros de Castella, que se haviam opposto á pragmatica sancção, succedendo o mesmo a varios capitães generaes. No conselho de estado não só se decidiu remover alguns outros funccionarios de alta jerarchia, mas até se manifestaram indicios de chamar os proprios liberaes ao partido da joven princeza.

No meio d'estas occorrencias o mesmo D. Fernando VII, mal convalescente ainda, entendeu dever confiar a direcção dos negocios publicos a sua esposa, D. Maria Christina, por decreto de 6 de outubro de 1832, a qual não só fez restabelecer e abrir as universidades, que até ali existiam fechadas, mas até alimentou as amortecidas esperanças dos constitucionaes, que deixaram por uma vez de ser perseguidos pelo governo, em vista de um decreto de amnistia, pelo qual se chamaram para o reino muitos dos que andavam emigrados [1]. O completo restabelecimento do rei, em principio de janeiro de 1833, não alterou as providencias tomadas pela regente, sua esposa, de que resultou espalhar-se desde então, que as

[1] Decreto de 15 de outubro.

côrtes se iam convocar por *estamentos*. Posto que a Hespanha parecesse assim marchar para o caminho de uma lenta e regrada liberdade, todavia, a julgar pelo pessimo tratamento, que a esquadra de D. Pedro recebia por este tempo em Vigo, e pela circular dirigida por Zea Bermudes em 3 de dezembro aos agentes diplomaticos, o partido liberal tinha por ora bem pouca rasão, para se regosijar em demasia com as mudanças occorridas.

Na circular em questão dizia aquelle ministro, que ao governo da Hespanha injustamente se attribuiam intenções, que nunca tivera, de variar a sua politica, que consistia em manter a sua religião em todo o seu esplendor, os seus reis legitimos em toda a plenitude da sua auctoridade, a sua completa independencia politica, a conservação das antigas leis fundamentaes do estado, a recta administração da justiça, e o socego interno. Quanto á politica externa, não só promettia respeitar a independencia das mais nações, mas observar tambem stricta neutralidade, inclusivamente a respeito dos negocios de Portugal. Não obstante os esforços estacionarios, empregados pelo novo gabinete de Madrid, o tempo o veiu a constituir de facto em ministerio de transição para o systema liberal, como mais adiante se verá, mas ainda assim nem por isso estes successos deixaram de facilitar logo a D. Pedro o poder chamar Saldanha ao Porto, para fazer parte do exercito libertador. Uma exclusão houve ainda, tal foi a do coronel Rodrigo Pinto Pizarro, a quem se vedou voltar novamente ao reino, emquanto em todo elle não estivesse restabelecida a legitima auctoridade da rainha, com o fundamento de ter escripto contra a regencia de D. Pedro, ou antes por se entender provocar contra ella uma formal revolta.

Saldanha e Rodrigo Pinto Pizarro eram verdadeiramente os dois mais notaveis campeões do partido dissidente do governo durante a emigração, ou mais apropriadamente fallando era Saldanha o seu unico chefe, restando só a Rodrigo Pinto a sua grande influencia sobre este general. A pouca consideração, ou antes motivos de offensa, que Saldanha allegava, com verdade, ou sem ella, ter recebido de Palmella, depois

que este se collocára á frente dos negocios da emigração, e a formal exclusão, que d'elle e de Rodrigo Pinto se tinha feito, de tomarem parte na expedição libertadora, tinha dado mais corpo aos seus antigos azedumes, e exacerbado tanto mais as suas queixas, quanto maior era a confiança, que nos seus conselheiros depositava D. Pedro, depois da sua chegada á Europa. Saldanha contava por si um grande e numeroso partido, especialmente entre os militares, e todo elle ligado entre si por meio de *clubs*, constituia o *partido*, chamado mais tarde da *opposição*.

Ás antigas queixas, que este partido levantára contra o governo, se reunira tambem o attribuirem-lhe ultimamente o atrazo de dois annos de pagamento, em que os emigrados se achavam na Inglaterra e na Belgica; as más nomeações de empregados, feitas nos Açores, com particularidade as da repartição da justiça; o apparecimento de um folheto[1], que por manejo dos mesmos conselheiros e validos do regente se dizia impresso, para collocar novamente D. Pedro sobre o throno portuguez, em prejuizo dos direitos de sua filha; e finalmente a rejeição de um vantajoso emprestimo, só pela rasão dos emprestadores[2] dirigirem as suas propostas por intermedio da opposição. Tal era o grupo dos ultimos queixumes, levantados contra o governo. Mas seja como for, nunca faltam motivos de hostilisar qualquer ministerio, quando systematicamente se está decidido a fazel-o, e mais tarde se verá como da vinda de Saldanha para o Porto resul-

[1] Tinha por titulo, *O senhor D. Pedro IV, legitimo rei de Portugal*, e a epigraphe, *Pela lei e pelo rei*.

[2] Fazia-se particular menção entre elles de um tal mr. Hertault, que se dizia obrigar-se a apresentar dentro em trinta dias uma divisão de 10:000 homens, dos quaes 1:600 de cavallaria, e todos elles soldados velhos, alem de dois parques de artilheria. Quem for militar conhecerá por certo, que promessas de tamanha monta não podiam ter por si a realidade, e nas circumstancias em que o proponente se achava, sendo esta a verdadeira causa de nada se ter pedido negociar com elle. Assim o provam os *Despachos* do duque de Palmella. O credulo José Liberato foi o que por ser saldanhista acreditou nas patranhas do tal mr. Hertault.

taram com effeito as difficuldades de que os ministros do regente se receiavam, que elle lhes levantasse no reino, logo que no centro dos seus partidistas lhes desse o calor e a força de que precisavam, para tornar mais graves as permanentes discordias, que nunca poderam extinguir-se no meio dos maiores perigos por que a causa constitucional passára até ao seu completo triumpho.

D. Pedro, a quem os seus validos e cortezãos desvaneciam até com idéa da sua grande superioridade de capacidade militar, como se a guerra não precisasse de ser vista, muito estudada e meditada, mais nos campos, que nos gabinetes, desejava sair da enfadonha immobilidade em que até ali estava. Aspirando a tornar-se distincto, queria assignalar o seu commando em chefe por algum feito de subida fama marcial, que dando-lhe mais nome e gloria, servisse ao mesmo tempo de algum respiro á justa vingança, que a ira e a dor insinuavam no animo dos seus soldados contra os sitiadores, pelos estragos e perdas de algumas vidas, que diariamente occasionavam no Porto com o seu inutil, barbaro e activo bombardeamento, que mais accendia, do que quebrantava os desejos da victoria. Alem d'estes motivos, um outro não menos ponderoso havia igualmente, tal era o da necessidade de procurar tirar a causa constitucional do geral descredito em que tinha caído em Londres, d'onde resultava a grande difficuldade, que existia de encontrar especuladores, que se aventurassem a emprestar em favor d'ella a mais pequena somma. Este grande descredito influia até mesmo no animo do proprio lord Palmerston, e no dos seus collegas, para se não prestarem ao apoio, que tão instantemente se lhes pedia em favor da causa da rainha, a fim de se não comprometterem com a de D. Miguel, que tanta probabilidade de victoria tinha pela sua parte. Tal é a desgraça dos infelizes que nem mesmo, tendo a justiça por si, acham quem abertamente os proteja.

Não admira pois que no meio de taes circumstancias o caprichoso amor de gloria tornasse D. Pedro naturalmente inquieto, e mais dado a tentar fortuna, do que a esperal-a, e

sobretudo levado a similhante passo pela a necessidade de satisfazer as requisições, que de Londres se lhe faziam sobre a remessa dos vinhos de Villa Nova. Já se vê pois que no meio de tudo isto não podia ser difficil induzirem-no á aventureira empreza de uma nova sortida, pessoas que tanto procuravam merecer-lhe com a sua particular affeição, o conceito do seu prestimo, para cousas da mais alta importancia na guerra [1]. Estas idéas, reunidas provavelmente com a de não fazer perder aos soldados o costume de se baterem a descoberto, pela pratica de se defenderem só parapeitados, e talvez mesmo que reunidas tambem com a de querer destruir as tristes apprehensões de alguns, a quem o mau estado a que as cousas tinham chegado no Porto, infundia serios receios sobre a sua futura sorte, levaram com effeito D. Pedro a fazer sobre a margem esquerda do Douro no dia 14 de novembro a sua segunda sortida, para a qual destinou uma força de 1:600 homens, que subindo pela quebrada de Quebrantões, e reunindo-se á guarnição da Serra, tinham seguramente por sua particular incumbencia ver se conseguiam repellir o inimigo, libertar os armazens da companhia, e carregar finalmente de vinhos alguns dos navios, que a esse fim haviam sido mandados de Londres ao Porto com reforço de gente para o exercito.

Para mais favorecer o planeado ataque, uma outra porção de tropa devia acommetter o centro do inimigo pela baixa de Villa Nova, destinando-se igualmente contra a sua esquerda uma porção de maruja, que postada no Trem de Ouro,

1 Alguma cousa mais poderiamos dizer sobre as rasões de particular interesse, que andavam annexas a quem aconselhára a D. Pedro as suas funestas sortidas; mas como escrevemos os successos, sem nos occuparmos das vistas particulares de cada um, só nos toca referir os acontecimentos, mais do que as rasões, que lhes podiam ter dado origem. Todavia é certo que o major Balthasar de Almeida Pimentel, pessoa a quem se attribuiu ter induzido D. Pedro a similhantes sortidas, soffreu desde então grande quebra na sua reputação militar, vendo-se claramente que n'elle sobresaía mais a boa vontade do que o acerto das suas opiniões nas difficeis conjuncturas da guerra.

aspirava a assenhorear-se da bateria da Furada. Todavia o inimigo, repellido no primeiro ataque para o Alto da Bandeira, conseguiu dentro em pouco tempo a sua regular formatura, e fazendo methodicamente meia-lua, saiu do seu campo e cercou com esta ordem o campo dos aggressores, que tiveram de fugir, depois de alguma perda[1], não se realisando o ataque do centro, por se não poder restabelecer sobre o Douro a ponte de barcas, nem se alcançando mais do que encravar dois morteiros na bateria da Furada, vindo embarcar desordenadamente a maruja na praia do Cavaco, protegida pela bateria do conego Teixeira, recolhendo-se mortalmente ferido o capitão Morgell, que a commandava. Logo que Santa Martha viu empenhado o ataque de Villa Nova, ordenou o acommettimento de Lordello, d'onde conseguiu desalojar os constitucionaes, que só mais tarde poderam recuperar aquella sua posição. Este desar, e um novo bombardeamento, feito no dia 15 sobre a Serra, foram os unicos resultados reaes, que D. Pedro tirou d'esta sortida.

Apesar da nenhuma vantagem da precedente saida das linhas, facil foi realisar-se a terceira, não obstante as funestas consequencias, que forçosamente se lhe haviam de seguir, pela irreparavel perda de gente, que comsigo trazia, n'uma occasião em que tão pesados cuidados dava no Porto a falta de braços, e em que tão fortemente ella se fazia sentir, porque emfim os trabalhos, as necessidades, e as feridas tinham reunido já nos hospitaes civis e militares consideravel numero de doentes. Tambem com relação aos proprios que se achavam nas linhas, é um facto que elles tinham mais precisão de tempo para se repararem das forças, e dos males de tantas vigilias, do que de ataques, em que necessariamente se iam

[1] Foi a dita perda a de 20 mortos, 44 feridos e 30 prisioneiros, ou extraviados, por parte dos constitucionaes, sendo a dos realistas, confessada por elles mesmos, a de 43 mortos, 105 feridos e 56 prisioneiros, ou extraviados, entrando no numero dos mortos o tenente coronel de caçadores n.º 4, um outro official superior, e o juiz de fóra de Tabuaço. O boletim n.º 9, que é a parte official d'esta sortida, póde ver-se no documento n.º 250.

sacrificar ao campo inimigo, sem outra vantagem mais do que queimar esterilmente alguma barraca no referido campo, ou mesmo destruir obras, que tão facilmente lá se podiam reparar de um para outro dia, pela abundancia de material, e gastadores, que para isso tinham, sendo para todos claro, que maior era o perigo dos constitucionaes em similhantes ataques, do que aquelle de que se intentavam livrar. E nem podia ser outro o resultado de similhantes sortidas, em que quando muito se empregavam 1:600 homens contra acampamentos de 5:000, e até mesmo de 6:000 homens, defendidos de mais a mais por triplices paliçadas, nem deixar de ser funesto o effeito moral, que d'ellas provinha, porque o inimigo, quando não estivesse de vigia, era bastante poderoso, pela superioridade do seu numero e importancia dos seus intrincheiramentos, para repellir, e até mesmo esmagar os atacantes, pois facil lhe era, depois de recuar na primeira investida, cair sobre elles com grossas tropas no ponto atacado, trazel-os de roldão adiante de si até ás suas linhas, fazendo-lhes mais damno na retirada, do que o recebido d'elles no seu acommettimento.

As sortidas podem caber bem n'uma praça de guerra, regularmente fechada, onde os trabalhos de sitio ameaçam de perto a sua segurança, e a defeza dos sitiados, ou quando estes, esperando ser soccorridos, lhes convem ganhar tempo, e demorar quanto possivel as obras dos sitiantes, cousa a que nunca verdadeiramente se póde obstar, mas tão sómente retardar por alguns dias. Votos de peso as aconselham, para não deixar afrouxar os sitiados; mas outros as olham tambem como de nenhuma vantagem, e no caso de que aqui se trata, em que o Porto não era mais do que um campo intrincheirado, todos os militares de algum credito no exercito constitucional as lamentavam do coração, tendo-as como um dos mais funestos males, que perseguia a tropa do Porto, porque emfim nunca se seguiu d'ellas mais do que ficarem mortos e prisioneiros entre os realistas aquelles dos constitucionaes, que corriam menos, ao retirarem-se para o seu acampamento, fazendo-se sobretudo

notar em tão monotonas e repetidas operações o grande sangue frio dos que cercavam D. Pedro, que, postados em logares altos, e fóra de perigo, se viam admirando, com o soccorro dos seus oculos, a boa carreira, que os pobres soldados a toda a brida traziam para dentro das suas linhas.

Entretanto decidido o mesmo D. Pedro a estas fataes operações, e a trocar pelo esteril incendio de alguns barracões no campo inimigo a irreparavel perda da sua gente, forçoso nos é entrar na descripção d'esta especie de combates, que reunidos aos muitos, que durante esta guerra se contaram, fazem pela sua repetição, não sómente fastio a quem os escreve, mas talvez mesmo que tedio a quem os ler, porque emfim o mesmo Tacito confessa, que a similhança das cousas, que se repetem, trazem sempre comsigo estes funestos effeitos. Todavia se a obra não agradar pela variedade dos successos, nem por isso perderá de importancia, quanto á gloria das armas, cujos feitos mereceram no seu tempo o brado geral da Europa, e a particular attenção, e estima de todos os que n'esta parte do mundo sympathisavam com as doutrinas liberaes, e que até pozeram toda a sua confiança, e muita da sua fortuna nas aventureiras armas dos defensores de um cerco tão famoso, pela opulencia e riqueza da cidade em que foi sustentado, pelas recordações gloriosas com que desde então tem andado ligado, e onde tanto se pelejou pela vida, como pela victoria.

Como quer que a repetição d'estes factos se olhe, certo é que este escripto deve d'elles dar escrupulosa noticia, muito mais tendo preferido ao embellezamento romantico com que agora se enfeitam as historias do tempo, a singeleza e verdade, que n'esta nossa obra nos propozemos empregar, e apontando com esta obrigação a citada terceira sortida, effeituada no dia 17 de novembro, diremos, que ella foi destinada a atacar o inimigo, que ficava em frente da direita da linha defensiva, tendo por fim reconhecer as forças rebeldes por aquelle lado, envolver quanto fosse possivel alguma porção d'ellas, e aproveitando-se da occasião opportuna que occorresse, destruir as suas trincheiras, arrazar as suas bate-

rias, incendiar os seus acampamentos, e finalmente fazer no campo inimigo todos os estragos, que as circumstancias permittissem.

Com estas vistas saiu pois pela estrada de S. Cosme em direcção a Vallongo uma columna dos sitiados, commandada pelo coronel Schwalbach. Com o valor que lhe era proprio, este bravo official marchou sobre o campo inimigo, até se ir encontrar com os seus respectivos piquetes, postados junto da capella de S. Roque. Com elles manteve um forte tiroteio, proporcionando por este modo ao capitão de engenheiros, Joaquim Antonio Vellez Barreiros, a opportunidade de fazer destruir as trincheiras, que os rebeldes andavam ali construindo. Uma outra columna, commandada pelo tenente coronel Zeferino de Sequeira, marchou pela estrada do Captivo, e foi até á estrada da Cruz da Regateira, conseguindo desalojar por aquelle lado o inimigo dos postos em que estava postado. N'esta posição se conservou elle, mandando a par d'isto inutilisar todos os intrincheiramentos, e outras mais obras de defeza, que os rebeldes ali tinham construido, bem como as barracas, que occupavam as suas sentinellas e piquetes. Uma terceira columna, confiada ao commando do tenente coronel Francisco Xavier da Silva Pereira, observava no centro da linha constitucional os movimentos das duas anteriores columnas, para as auxiliar nas suas operações. Com este fim destacou uma porção da sua força sobre a sua esquerda, para apoiar o flanco direito da columna do tenente coronel Zeferino, e outra pela sua direita, para apoiar o flanco esquerdo do coronel Schwalbach.

Apesar d'este delineamento do ataque das columnas constitucionaes, o valor da defeza dos atacados, effeituada por consideraveis forças, tornou pela sua parte inuteis os apoios, destacados pelo tenente coronel Xavier, que a final teve de retirar-se com a sua gente, perseguido pelo inimigo. Em seu auxilio saiu da linha constitucional pelo sitio da Aguardente um piquete do bravo batalhão de voluntarios da rainha, debaixo das ordens do seu major, Antonio de Passos de Almeida Pimentel, que n'esta occasião foi gravemente

ferido, marchando contra os rebeldes, que desalojou das suas posições, sendo para isto auxiliado por mais vinte e seis praças do seu respectivo batalhão, commandadas pelo valente e benemerito tenente, Bento José de Almeida Moura Coutinho, sustentando com os atacados um vivo fogo de fuzilaria, para dar occasião á completa destruição dos muros e barracas, que protegiam os seus respectivos piquetes.

Á esquerda da Aguardente tambem o major de infanteria n.º 18, José Athanasio de Miranda, foi com uma força do seu respectivo regimento atacar o monte Covello, indo uma parte d'ella pelo lado direito d'este monte, e outra pelo lado esquerdo. O resultado d'este ataque foi o ser envolvido e aprisionado todo o piquete dos rebeldes, que ali se achava, composto de 1 official, 1 inferior, e 29 soldados, destruindo-se a par d'isto pelo fogo as plataformas de uma bateria para morteiros, e de duas para peças, queimando-se tambem os cestões e fachinas, que as revestiam. Taes foram pois os resultados d'esta terceira sortida, que custou a D. Pedro a perda de 174 homens, a saber: 25 mortos (entrando 4 officiaes, 3 inferióres, e 18 soldados); 144 feridos (sendo 11 officiaes, 12 inferiores, e 120 soldados); 5 extraviados (sendo 1 inferior e 4 soldados).

No dia 28 de novembro fez-se uma quarta sortida sobre o Padrão da Legua [1], direita do campo inimigo, marchando para este fim uma columna pela estrada de Villa do Conde, e outra pelo caminho de Ramalde de Baixo, indo atacar o citado ponto do Padrão da Legua, Passos e Nevogilde. Pela Foz saiu tambem uma força pela estrada de Mathosinhos, e outra pela de Lordello, ligando-se assim umas com outras todas estas forças. Varios intrincheiramentos realistas foram por esta occasião incendiados pelos atacantes, escapando-se por bem pouco de ser preso o proprio Telles Jordão, e sir John Campbell, que com as suas forças se mostraram nas alturas, que ficavam pela retaguarda dos mesmos intrin-

[1] O *Boletim* n.º 10, que descreve esta sortida, póde ver-se no documento n.º 251.

cheiramentos. Santa Martha teve em pessoa de vir commandar a quarta divisão; e emquanto um esquadrão de 50 cavallos do regimento de Chaves, caindo de improviso sobre o terceiro batalhão do regimento de infanteria n.º 18, passava á espada algumas praças da sua sexta companhia, a infanteria inimiga envolvia pela sua parte os outros corpos, de que resultou, como frequentes vezes se observa na guerra, succeder o maior temor á maior ousadia, e pôrem-se desde então em precipitada fuga as tropas constitucionaes, salvas ainda assim de uma confusão igual á de Souto Redondo, pelo coronel Pacheco, que, como então, conservára de reserva o corpo de infanteria n.º 10 do seu commando; e protegida por elle, pôde effeituar a sua retirada para dentro das linhas, sem um tal desastre.

A força que saíra da Foz não foi mais feliz no seu movimento de ataque, porque, acossada pelos realistas em numero muito superior, teve de se ir recolher ao abrigo do respectivo castello, ficando a povoação em poder do inimigo, que n'ella roubou e incendiou algumas casas, sem lhe poder valer a força de cavallaria de lanceiros, que em seu soccorro saíra por Lordello, porque impossibilitada de poder adequadamente operar no terreno que occupava, teve de ser espectadora tranquilla dos gritos e apupos, que os mesmos realistas vinham levantando na retaguarda dos constitucionaes, ao recolherem-se desordenadamente para as suas respectivas linhas. Alem do incendio dos acampamentos inimigos, os mesmos constitucionaes fizeram n'esta sortida alguma presa de gados, e muitas bagagens, que todas deixaram ficar na retaguarda, quando se pozeram em fuga [1]. Em vingança cruel d'estes desastres, logo que o fogo começou no campo inimigo, dispararam contra a cidade a sua artilheria todas as baterias miguelistas de Villa Nova. Da grande

[1] A perda do exercito libertador foi n'esta sortida de 39 mortos, 173 feridos, e 60 prisioneiros, ou extraviados, ou 272 homens ao todo, e entre estes 32 officiaes. O *Boletim* n.º 11, descrevendo esta sortida, consta do documento n.º 252.

quantidade de bombas, que lançaram, foi uma d'ellas penetrar n'um armazem de linho, que ficava por baixo dos dormitorios do extincto convento de S. Domingos, onde promptamente levantou um grande e lastimoso incendio, que encheu de horror a cidade, e devorou quasi todo aquelle convento, á excepção da igreja, e da casa onde existia a caixa filial do banco de Lisboa. Desde então quasi todos os morteiros e obuzes tomaram durante a noite por alvo o local do incendio, cujo clarão e chammas, quanto mais se ateavam durante o escuro, tanto mais favoreciam as pontarias, evidentemente destinadas contra a gente empregada no trabalho de apagar o fogo.

Desde a segunda quinzena de outubro, que o bombardeamento se tornára cada vez mais activo, como já notámos, e d'elle não só tinham resultado já alguns fogos, que felizmente se atalharam, mas até determinado algumas mortes em pessoas de um e outro sexo, alem dos estragos, que diariamente produzia. Noites houve em que constantemente se viam no ar, scintillando as espoletas, uma e duas bombas, aturando por esta fórma por espaço de horas. Conta-se como uma das scenas mais horrorosas de morte, motivadas pelo bombardeamento, a do dia 24 de outubro, em que uma granada levou a cabeça a uma innocente menina, filha de um dos membros da commissão municipal. Desde meiado de novembro passou muita gente da cidade a ir morar no bairro de Cedofeita, para se subtrahir ao maior risco do bombardeamento, que havia nos outros bairros da cidade. Foi no dia 25 d'este mesmo mez que todas as baterias de Villa Nova romperam o mais intenso fogo contra a cidade, causando muitos estragos nas casas com morte e ferimento de varias pessoas. No seguinte dia (26) foi ainda mais horroroso o bombardeamento, havendo quem elevasse a 38 o numero das pessoas mortas e feridas; tinha começado de manhã, e acabou pelas tres horas da tarde; mas renovou-se pelas quatro, para acabar ás sete, empregando-se n'este mister constantemente dois morteiros, e cinco peças de artilheria.

No dia 5 de dezembro disparava a bateria do Pinhal cinco tiros de peças e de morteiros em cada dois minutos, de modo que nas sete horas que durou o fogo lançou para mais de mil balas razas de calibre 12 e 18, quanto ás baterias de peças; e para cima de quinhentas bombas e granadas, quanto ás baterias de morteiros. As mortes e ferimentos d'este dia reputaram-se em vinte pessoas na cidade, alem de dois mortos e tres feridos na Serra. No dia 7 lançaram-se sobre o Porto não menos de duzentas bombas e granadas, alem de oitocentas balas de calibre 12 e 18. Pelas cinco horas da manhã do dia immediato rompeu novamente o fogo de morteiros e de peças de artilheria com a mesma violencia do dia antecedente. Oitocentas bombas se calcularam ter caído na cidade, causando algumas desgraças em gente e edificios.

Pela tarde repetiu-se o bombardeamento. Por causa d'elle ardeu parte do convento, ou collegio de S. Lourenço dos agostinhos descalços, caíndo tambem uma bomba na sacristia do convento das religiosas de Santa Clara, onde causou algum prejuizo. Pelas sete horas da tarde do dia 30 de dezembro rompeu o fogo das baterias realistas com sete morteiros e dois obuzes, durando até ás onze horas, e arremessando para a cidade mais de duzentas e cincoenta bombas e granadas. Pelas oito horas da noite incendiou-se o armazem das fazendas seccas da alfandega. Emquanto ardia, lançaram os realistas muitas bombas para o logar do incendio, que com muito custo se pôde atalhar. Notou-se que as bombas, que n'este dia caíram, rebentavam apenas tocavam no chão, abrindo-se pelas costuras das conchas, e como não havia explosão, causaram muito pouco mal. Quasi todas traziam bocados de mantas enxofradas, e banhadas n'um liquido, que produzia fumaças e vapores suffocantes [1].

Pelo que fica dito claramente se colhe quão sobejas ra-

[1] Estes foram os dias que houve de mais notavel bombardeamento contra o Porto, desde o começo do sitio até ao fim do anno, não fallando nos dias 13 de outubro e 14 de novembro, em que a Serra do Pilar foi o seu alvo mais especial.

sões tinham os moradores do Porto para reputarem altamente desgraçado e afflictivo o estado a que se achavam reduzidos, soffrendo por este modo todas as calamidades e funestas consequencias dos irreconciliaveis odios e reciprocas vinganças dos partidos contendores n'esta nossa penosa guerra civil. O seu serviço pessoal nos batalhões nacionaes, o das fachinas, a que os não alistados eram obrigados [1], as quantias que muitos d'elles pagaram para o fardamento dos mesmos batalhões, as suas propriedades arruinadas, para darem logar ao levantamento das linhas, ou franquearem passagem aos seus defensores, o incendio de muitas d'essas mesmas propriedades, para se reduzirem a terreno neutro, e não poderem servir de abrigo aos sitiantes, o desmantelamento por que outras passaram, quando na falta de combustivel os soldados e o povo se deram em lhes roubar os madeiramentos, eram males que todos ali sentiam.

Para tornar mais medonho um tal estado de cousas, vinham misturar-se ainda com elle os combates, o bombardeamento, e a grande falta e carestia das subsistencias, e sobretudo isto o bloqueio da barra, a completa estagnação do commercio, e do trabalho das fabricas, formando assim a summa de todos os motivos, que com effeito tornavam desgraçado o viver dos moradores da invicta cidade do Porto, aos quaes D. Pedro pretendeu suavisar tantos e tão graves prejuizos e damnos, mandando crear uma commissão, incumbida de os recensear, e de lhes declarar o seu devido valor, para em tempo opportuno serem indemnisados pelos bens de quem tão barbaramente lh'os causára [2], medida aliás capciosa, que de nada mais serviu de que para o go-

[1] A exigencia do serviço das fachinas só acabou no dia 18 de novembro.

[2] A commissão municipal do Porto tinha apresentado ao governo em 12 de setembro a necessidade de taes indemnisações, a que o governo respondeu em portaria de 13, e mais ao diante, creando a commissão de que acima se trata, em portarias de 15, 21 e 25 de novembro de 1832.

verno decretar em 31 de agosto de 1833 o modo de se realisarem taes indemnisações, que só vieram a pesar sobre o thesouro publico, que por tal motivo teve de satisfazer igualmente a todos os empregados civis e militares os vencimentos, que tinham deixado de receber durante a emigração.

Entretanto as desgraças de que o Porto estava sendo victima não podiam deixar de produzir os seus devidos effeitos, determinando em todas as classes um certo quebrantamento moral, annuncio certo de um desalento, não quanto á defeza da cidade, que essa mantinha-se cada vez mais firme e persistente, mas quanto ao triumpho final da causa, para o qual nada se antolhava que favoravel lhe fosse. Até os typhos, inseparaveis companheiros dos prolongados sitios, vieram juntar a sua influencia malefica a todo aquelle tropel de calamidades, de que ainda muitos têem abertas as feridas, e a memoria fresca, começando effectivamente a apparecer, tanto nos hospitaes, como nas habitações dos particulares. As mesmas sortidas, alem de tão inutilmente terem desfalcado o exercito, haviam feito sentir aos defensores da heroica cidade a sua impotencia para debellar os contrarios, e adquirir a triste convicção de que, sem um golpe decisivo e desesperado, não era possivel salvar-se, convicção bem amarga e cruel, que assim apparecia, depois de tantas tentativas e sacrificios até então empregados, de tantas vidas perdidas, tantas familias arruinadas, e tantas outras altamente compromettidas no Porto e nos Açores!

Eram ainda estas mesmas sortidas as que por outro lado tinham feito povoar de feridos os hospitaes de sangue, faltos de pannos, de ligaduras, fios, e de todos os mais objectos necessarios para appositos e curativos, de que resultou tomarem sobre si muitas familias nacionaes e estrangeiras de Lisboa e do Porto o piedoso e humanitario cuidado de fazerem fios, e de os offerecerem depois aos mesmos hospitaes, alem da porção de roupas, que a sua caridade e posses lhes permittia. Todas estas noticias, chegando a Londres, tinham acabado lá de esmorecer todos os amigos da causa constitucional portugueza, e desenganada a commis-

são dos aprestos de que nem se podia occupar Villa Nova, nem realisar-se-lhe a remessa das cinco mil pipas de vinho, que se lhe prometteram, não obstante os reforços de gente e munições de guerra, que enviára para o Porto nos mezes de outubro e novembro, o melindre da sua penosa situação recresceu na rasão da impossibilidade de poder satisfazer os seus urgentes e numerosos encargos. Foram-lhe estas noticias levadas pelos proprios navios, que ella mandára para o Porto com tropa, cavallos, e effeitos de toda a especie, e que voltaram a Inglaterra com a mesma carga, por encontrarem fechada a embocadura do Douro, pelas baterias inimigas da Pedra do Cão e Cabedello, sendo tambem então que o desanimo para todos os interessados na empreza de D. Pedro chegou ao seu maior auge, vendo em Londres com as mãos vasias o agente, que no Porto devia receber aquellas cinco mil pipas de vinho, e devolutos com elle os tres navios em que haviam de ser conduzidas para aquella capital, com a definitiva certeza da impossibilidade da remessa, e da occupação de Villa Nova, como tanto se desejava.

Mas se as cousas em Londres se apresentavam assim com tão mau aspecto, no Porto ainda se tornavam mais graves, pela prolongação da guerra. O territorio occupado pelos constitucionaes apenas se reduzia á cidade, e á estreita lingoeta de terra, que desce por Villar e Lordello até á Foz, onde, para salvação dos seus desembarques, D. Pedro mantinha unicamente alguns pés de terra na costa do mar, constituindo a pequena praia de Carreiros, comprehendida entre o castello d'aquella povoação e o alto da Senhora da Luz. As rendas da alfandega, consideravelmente diminuidas pelo estado do bloqueio, a nada avultavam para custeamento das mais urgentes despezas publicas, as quaes, sobrecarregadas pelos anteriores alcances, reduziam o governo ao atrazo dos seus pagamentos, d'onde nasciam as sublevações e motins da tropa estrangeira, as quotidianas deserções do exercito nos postos avançados, em que ás vezes faltavam dez e vinte homens armados, chegando até a apparecer a bordo da esquadra um murmurio geral, que de dia

para dia tomava cada vez mais corpo, e cada vez dava maior cuidado.

Este estado de apuro não só tinha levado o governo a approvar o emprestimo das 600:000 libras, em que já se fallou, mas até a offerecer ao barão de Quintella, por espaço de doze annos, o contrato do tabaco, ao preço de réis 1.200:000$000 por anno, mediante o adiantamento de alguma quantia, como mais tarde se effeituou, e como ainda nada d'isto bastasse, mandou-se, por decreto de 7 de novembro, abrir no Porto um emprestimo em que se collectaram os negociantes e capitalistas em quantia igual áquella com que haviam entrado para o emprestimo de D. Miguel. D'este violento emprestimo ainda o primeiro terço de réis 16:000$000, que se devia pagar em novembro, não tinha dado entrada, e já o ministro da fazenda tinha despendido á sua conta 12:000$000 réis.

Pela sua parte o almirante Sartorius nunca tinha podido extirpar a bordo da esquadra o espirito de indisciplina e motim, que n'ella tinha apparecido, particularmente agora, attenta a falta dos respectivos fornecimentos, a de ferros, ancoras, e sobretudo a de pagamento ás respectivas guarnições. Tudo isto fazia com que o mesmo Sartorius se tornasse cada vez mais pesado ao governo, pelas suas reiteradas reclamações e exigencias, a satisfação das quaes nem por isso melhorára a disciplina da esquadra, particularmente depois de investido nas attribuições de major general da armada, na fórma da carta de lei de 30 de outubro de 1822, e 26 de outubro de 1796 [1]. Sartorius, que em 15 de novembro viera fundear em frente do Porto, onde se conservou até 9 de dezembro, retirou-se para a bahia de Vigo, onde se foi abrigar da estação invernosa que então corria.

Foi no meio d'estas occorrencias, que o ministro da fa-

[1] Para restabelecer mais a confiança entre Sartorius e o governo, é que em 10 de novembro se nomeára para ministro da marinha o tenente coronel de engenheiros, Bernardo de Sá Nogueira, que por algum tempo conseguiu diminuir o azedume de Sartorius, que pareceu ser o proprio que apoiava a insubordinação da marinhagem.

zenda, José Mousinho da Silveira, abertamente declarou em conselho de ministros no dia 2, ou 3 de dezembro, e sem de tal cousa ter prevenido os seus collegas, a necessidade da sua prompta demissão, porque nem tinha meios de fornecer o exercito, nem dinheiro para supprir o commissariado, havendo já quarenta dias que não recebia soccorros pecuniarios, acrescendo o reunir-se tudo isto n'um tempo em que passava já de dois mezes, que se não pagavam as prestações aos officiaes e aos empregados civis, e até mesmo nem o pret aos soldados. Surprehendidos ficaram os ministros com tão inopinada declaração de Mousinho, particularmente pela obrigação que tinham contrahido, e que os ligava com os seus dois collegas, que tinham ido para Londres, de não haver mudança ministerial, emquanto elles não viessem d'aquella capital. Mousinho porém, continuando pertinazmente a insistir no que tinha dito, allegando não ter dinheiro, nem meios de o haver, decididamente pediu a sua demissão, que forçoso foi a D. Pedro dar-lh'a, e chamar desde logo para o substituir José da Silva Carvalho, o qual declarou não poder aceitar o convite, sem que com elle entrasse igualmente para o ministerio Joaquim Antonio de Magalhães. Aceita como portanto foi esta condição, o ministerio formou-se no proprio dia 3 de dezembro, saindo Mousinho da Silveira, que, occupando as pastas da fazenda e justiça, deu logar a que para a primeira se nomeasse o mesmo José da Silva Carvalho, e para a segunda o dr. Joaquim Antonio de Magalhães, ficando todos os mais ministros como d'antes nas repartições em que se achavam, inclusivamente os dois ministros ausentes.

Taes eram as tristes circumstancias em que os novos ministros íam partilhar o peso de uma administração tão cheia de funestos auspicios dentro e fóra do paiz, porque emfim a commissão dos aprestos em Londres, alcançada por este tempo em mais de 155:000 libras, não tinha por si para fazer face aos seus numerosos encargos mais do que a prestação de 10:000 libras por mez, que os mutuantes do emprestimo suppletorio se obrigaram a pagar-lhe por conta

das 300:000, que deviam satisfazer-lhe desde novembro de 1832 até abril de 1833, de modo que com ellas, e com mais 12:000, que se tinham arranjado de duas casas portuguezas, e o adiantamento de 10:000, feito pelos mesmos mutuantes por conta do mez de janeiro, póde a mesma commissão acudir aos pedidos, que do Porto se lhe faziam, valer ás cedulas da esquadra, montando umas e outras obrigações á totalidade de 300:000 libras. Não admira pois que a segunda chegada do marquez de Palmella a Londres fosse olhada como um novo, e mais decidido prognostico da formal quéda do Porto. Esta noticia elle mesmo a teve immediatamente de contradizer, mas sem effeito sensivel na opinião publica, desvairada, como aliás se achava, pelos muitos boatos, espalhados por muitos officiaes e soldados inglezes, que na mesma cidade do Porto tinham estado ao serviço de D. Pedro.

Estes homens recolhiam-se a Londres desgostosos, uns porque no Porto lhes não tinham sido aceitos os seus serviços; outros porque, tendo cá militado, não haviam encontrado o cabimento, e a importancia a que aspiravam; e finalmente outros, porque, retirando-se doentes, ou feridos, queixavam-se amargamente da falta de pagamento, de quebrantamento nos seus respectivos ajustes, e do mau estado a que os constitucionaes estavam reduzidos, como claramente se via pelas suas desesperadas sortidas, manifesta prova da sua completa impotencia. A tudo isto foi ainda dar mais corpo o assustador rumor de descontentamento e motim da esquadra, e das desintelligencias que havia entre Sartorius e alguns dos seus officiaes, o frio acolhimento que o mesmo Palmella se dizia ter recebido do governo inglez, e finalmente o que tambem correu, quanto á expedição de ordens, para que D. Pedro, e os da sua comitiva, podessem ser recebidos a bordo dos navios inglezes, surtos no Douro, quando se viesse a verificar a quéda do Porto.

Entretanto os novos ministros não desesperaram da causa publica, e o seu zêlo para a fazer triumphar os levou a adoptar principios oppostos aos do seu exonerado anteces-

sór, entendendo que, emquanto houvessem recursos pecuniarios no Porto, tinham todo o direito a exigil-os, para que, salvando os seus defensores, com elles salvassem tambem a cidade de uma funestissima entrada dos miguelistas á viva força, de que tão seriamente se achava ameaçada. Os primeiros actos do ministro da fazenda foram confiar a uma commissão do thesouro a gerencia dos dinheiros publicos; permittir por tempo illimitado, e debaixo de qualquer bandeira, a entrada de mantimentos, com a reducção de metade dos direitos para os trigos e farinhas, ficando isentos de similhante pagamento todos os mais generos comestiveis; e finalmente tornar a sujeitar ao pagamento dos direitos de exportação o vinho do Porto, que, segundo a determinação do decreto de 20 de abril d'este anno, só devia pagar 1 por cento. Alem d'estas ainda houve mais outra medida pelo ministerio da fazenda, quando se ordenou que todo e qualquer prejuizo que os navios soffressem das baterias inimigas na occasião de entrarem a barra com provimentos de bôca de qualquer especie, ou munições e petrechos de guerra, fosse encontrado nos direitos, que os mesmos navios houvessem de pagar na alfandega.

Pela sua parte o novo ministro da justiça não foi menos resoluto em remover pela repartição a seu cargo todas as difficuldades, que podiam embaraçar o apparecimento de meios pecuniarios, ou antes desenvolvendo toda a possivel actividade e energia sobre este ponto, e movido de um salutar impulso para a salvação da causa constitucional, fez com effeito entrar no thesouro quanto lhe foi possivel apurar dos bens dos miguelistas, e de outros que andavam desencaminhados, fornecendo assim sommas de algum vulto para as enormes despezas da guerra. Os sequestros dos bens dos miguelistas, meio de que já a regencia da Terceira se valêra durante o seu governo para levantar alguns fundos no archipelago dos Açores, foram novamente decretados, e levados a effeito com a mais escrupulosa exactidão, instaurando-se para esse fim um deposito, ao qual se commetteu a administração de taes bens, declarando-se como crime de

furto qualquer extravio a similhante respeito. A administração dos proprios bens dos conventos abandonados foi confiada tambem a uma commissão especial; a repartição de segurança publica annexou-se á secretaria da justiça, e a cidade do Porto foi finalmente dividida em tres bairros, para os effeitos da administração da justiça criminal e de policia. Remetteu-se a cada um dos tres juizes do crime do Porto um programma dos principios do governo, quanto á policia; e a elles se lhes commetteu tambem pelo ministerio da justiça a policia das revendagens e atravessadores, estabelecendo na cidade para sua melhor fiscalisação as barreiras que julgou conveniente.

O general hespanhol, D. Francisco de Espoz y Mina, conseguira entrar no Porto, e n'esta cidade se demorar por tres mezes continuos, sem que as auctoridades o soubessem, o que fez com que D. Pedro recommendasse ao novo ministro da justiça, que o serviço da policia fosse melhor desempenhado do que o fôra no tempo de Mousinho da Silveira, para de futuro se evitar a repetição de casos iguaes, e os serios compromettimentos com o governo hespanhol. Para o tribunal de segunda instancia, recentemente creado, se transferiu do tribunal de guerra e justiça o conhecimento de todos os crimes, que não fossem politicos, continuando estes a ser da competencia d'este ultimo tribunal. E finalmente para inspeccionar as cadeias, e propor o que fosse acertado sobre a distincção dos crimes, e separação dos presos, nomeou elle uma commissão especial.

Por esta fórma, e com estas medidas, conseguiram os novos ministros fazer parar as deserções, e pôr em dia os pagamentos do exercito, não obstante terem chegado deshonradas de Londres, logo no principio da sua administração, as letras que o anterior ministro da fazenda sacára sobre aquella praça, cerrando-se assim a porta a este indispensavel recurso. Tambem pelo ministerio da guerra se tomaram por esta occasião algumas medidas, estabelecendo-se na casa pia um deposito geral militar, concedendo-se aos officiaes prisioneiros 320 réis diarios para sua sustentação,

activando-se quanto possivel o recrutamento para os corpos de primeira linha, e finalmente extinguindo-se a antiga classe dos cadetes, para que se precisava ter um certo grau de nobreza, e uma mezada de 12$000 réis, creando-se em seu logar a classe dos aspirantes a officiaes, medida que tambem se fez extensiva á corporação da armada, no tocante aos antigos aspirantes a guarda-marinhas, que pela sua parte soffreram a mesma sorte dos cadetes.

No meio de todas estas providencias, o desejo de alcançar mais algumas pipas de vinho na margem esquerda do Douro, e com ellas os meios de obter fundos para custear as despezas, fez tentar no dia 17 de dezembro a quinta sortida feita sobre Villa Nova, empregando-se para ella uma força de 600 para 700 homens de differentes corpos, que sem maior obstaculo ganharam as praias do Candal, e a quinta do Cavaco [1]. Emquanto os constitucionaes subiam as alturas do convento de Santo Antonio do Valle da Piedade, que por esta occasião incendiaram, os realistas abandonaram o seu campo, podendo os commissionados do carreto dos vinhos retirar uma boa porção de pipas dos armazens proximos da praia, que ficavam á direita do convento. Estas pipas foram immediatamente conduzidas para o Porto nos mesmos barcos, que tinham transportado a tropa. Entretanto os miguelistas, reunindo-se em grande força, carregaram de prompto os constitucionaes, que facilmente caíram em confusão, e se entregaram a uma prompta fuga, communicando a todos quantos encontravam o terror panico de que vinham possui-

[1] O brigadeiro Cunha Matos diz nas suas *Memorias da campanha de D. Pedro em Portugal*, que para esta sortida se não nomeára um official que a commandasse, «cousa incrivel, acrescenta elle, a não ser sabida por todo o exercito». Entretanto era moralmente impossivel, que para uma empreza de tal natureza se não tivesse nomeado commandante, e effectivamente, segundo correu nas melhores rodas do Porto, parece ter sido nomeado para similhante commando o major Balthazar de Almeida Pimentel; mas como elle, ou quem quer que fosse, não apparecesse á frente da tropa d'esta funesta sortida, entendeu alguem que ella se effeituára sem se lhe ter destinado commandante. As cousas occultas, que sobre este facto se deram, não chegaram ao nosso conhecimento.

dos ao descer pela respectiva encosta, até ganharem a margem do rio. Poucos barcos tinham voltado do Porto, depois de terem para lá conduzido as pipas do vinho, e quando n'esta occasião mais se precisava d'elles, foi então que os barqueiros, amedrontados pelos tiros de fuzil dos realistas, fugiram, largando-os á discrição, sem nada os poder obrigar a vir buscar a tropa.

Dos muitos soldados que affluiram ás praias, uma pequena parte pôde ganhar alguns barcos, que a fortuna lhes deparou; outros, vendo-se abandonados, e sem meios de salvação, porque sabiam nadar, arremessaram as armas para longe de si, como quem as tinha na conta de um inutil peso, e não de proficua defeza, a que se seguiu deitarem-se ás aguas do Douro para alcançarem os navios, cujas amarras alguns effectivamente poderam haver ás mãos. Pela sua parte os miguelistas acudiram ás praias, e atirando desapiedadamente sobre os seus contrarios, mataram então alguns, ou á bayoneta junto do rio, ou atirando-lhes já dentro da agua. A noticia d'esta confusão e desordem, pintadas no Porto com as mais horrosas cores, fez em todos os individuos a mais triste e dolorosa impressão moral, que chegou ao maior auge, ao dizer-se que os commandantes das embarcações de guerra inglezas mandaram afrouxar as amarras, de que resultou afogarem-se alguns dos infelizes, que a ellas se tinham agarrado, sendo outros mortos, por se lhes não permittir subirem por ellas para se salvar, escapando sómente os que tiveram a fortuna de alcançar as embarcações mercantes, cujas capitães, especialmente os portuguezes e brazileiros, não só os acolheram, e lhes deram a mão, mas até deitaram ao rio as suas mesmas lanchas e escaleres, procurando salvar os infelizes que ainda boiavam, ou se achavam nas praias expostos a uma morte certa, sem lhes importar com a immensa fuzilaria contra elles disparada. Foi o commandante da corveta ingleza *Orestes*, o que teve o barbaro procedimento que acima referimos, dizendo-se até terem as sentinellas inglezas do seu navio repellido a tiros de fuzil um barco, que com tropa pretendia abrigar-se á

citada corveta. Outro barco, atracando ao *Echo*, e havendo desembarcado dez homens, foram por este violentamente repellidos, reembarcados, e mandados largar debaixo do fogo do inimigo.

Ao capitão Glascock, commandante das forças britannicas surtas no Douro, se attribuem todas estas barbaridades, de que resultou indisporem-se muito contra elle os defensores da rainha, no que havia tanta mais rasão, quanta era a certeza, que todos tinham da fria indifferença com que o governo inglez via o progresso da horrivel luta, que terrivelmente dilacerava os portuguezes. Apesar de tudo isto deve observar-se, que no desastre d'esta sortida houve mais exageração do que realidade, em rasão da pequena perda que n'ella houve[1]. Todavia o desalento que isto trouxe comsigo foi na verdade grande, e não concorreu pouco para aggravar mais a melindrosa situação dos do Porto, vendo-se que o citado capitão Glascock se mostrava mais condescendente para com os miguelistas, do que para com os constitucionaes. Foi elle o que effectivamente levantára queixas contra o governo do regente, resentido de um artigo da *Chronica do Porto*, dirigindo-se para este fim, não só ao consul inglez, mas até ao almirante Parker. Arguindo officialmente o governo de fazer habitualmente as suas operações ao abrigo dos navios de guerra inglezes, este lhe respondeu que a arguição era falsa, pois que isso só se podia dar na sortida do dia 17 de dezembro, e ainda assim a queixa não tinha cabimento, por ter o commandante inglez sido o proprio, que mudára para ali os seus ditos navios, parecendo fazel-o com as vistas de servirem de abrigo aos inimigos.

O almirante Parker, que commandava as forças britannicas no Tejo, tambem pela sua parte dava provas de mais

1 Foi a de 15 mortos, 56 feridos e 3 extraviados, ou a de 74 homens ao todo, dos quaes 5 eram officiaes, sendo d'estes 1 morto e 4 feridos; dos inferiores 1 morto e 5 feridos, e das praças de pret 13 soldados mortos, 46 feridos, e 1 tambor, e 3 extraviados.

affeiçoado á causa do usurpador, que á da rainha, de modo que elle, e o capitão Glascock, sempre se mostraram mais promptos em desculpar os insultos, que o governo miguelista fazia ao pavilhão inglez, do que em lh'os criminar. Como quer que seja, certo é que a sortida feita sobre o convento de Santo Antonio do Valle da Piedade não póde deixar de se ter como desastrosa, e por modo tal, que d'ella se não publicou boletim [1].

No mesmo dia 17 de dezembro, em que ella teve logar, passou D. Miguel revista ao seu exercito a pouca distancia da quinta da Prelada, sendo acompanhado por grande parte da nobreza do reino, por immenso numero de clerigos e frades, e por muitos generaes; a sua recepção foi feita no meio do mais vivo enthusiasmo da tropa e povo, que no meio das suas incessantes acclamações atirava ao ar com innumeravel quantidade de foguetes, alem das salvas de artilheria. Os vivas ouviam-se em toda a cidade do Porto, misturados, entre a indisposição que causavam, de mil imprecações contra os inglezes, pela mesquinha sorte dos feridos, e infortunio dos que em vão lhes procuram auxilio em volta dos seus respectivos navios. Foi sómente á segunda e quarta divisão do seu exercito, que D. Miguel passou revista no dia 17, passando-a no seguinte á terceira, acampada ao sul do Douro, onde se diz que uma granada lançada da Serra rebentára n'esta occasião junto d'elle, matando uma mulher, e ferindo quatro soldados. No dia 20 foram revistados os corpos, que compunham a columna movel do norte do Douro, regressando o infante novamente a Braga depois d'esta ultima revista.

Era por este tempo chegada a maior e mais funesta de todas as crises por que passaram os defensores do Porto. Sartorius, depois da sua partida para Vigo, em fins de dezembro, sentia de dia para dia cada vez mais desprovidas do necessario as forças navaes de que dispunha. Falto dos

[1] Posto que não houvesse boletim d'esta sortida, d'ella deu noticia ao publico o supplemento á *Chronica* n.º 133, como póde ver-se no documento n.º 253.

precisos abastecimentos para andar no mar, carecia por outro lado de ferros e amarras, para poder fundear com segurança. A primeira entrada da esquadra em Vigo teve da parte das auctoridades hespanholas todo o bom acolhimento e agasalho, que nas suas circumstancias era para desejar. A fragata *D. Maria II* não só pôde lá desarmar para concerto de vélas e maçame, mas pôde inteiramente aprомptar-se para navegar. Por infelicidade a chegada na nova fragata *D. Pedro,* navio da India, que montava cincoenta peças, veiu ali achar transtornadas tão boas disposições, e destruida a boa harmonia d'aquellas mesmas auctoridades com Sartorius, por effeito das desordens e disturbios praticados pela sua marinhagem, pois elle era tão mau official combatente, quanto peior disciplinador, de que resultou ser por ellas obrigado a saír immediatamente do porto, e a ir fundear junto ás ilhas de Bayonna. A acquisição d'este navio fôra o resultado das suas vivas instancias, feitas ao ministro da marinha, com a allegação da extrema necessidade que havia de reforçar a esquadra com mais um bom navio de grande lote, para poder arrostar com melhor exito as forças navaes inimigas; mas em vez de se comprar um de 1:200 toneladas [1], preferiu-se este, ainda muito insufficiente, para poder hombrear com uma nau em combate, que era o que se desejava.

O mesmo Sartorius tinha já mudado novamente o seu pavilhão para a fragata *Rainha;* mas a insubordinação do capitão Mins havia chegado ao seu auge, publicando até um relatorio contra o almirante. Pela sua parte o governo não tinha força para dar um exemplo de severidade militar apropriado ás circumstancias, e carecendo de gente a bordo dos navios, nem ao menos mandou recolher ao Porto os revoltosos, contentando-se apenas em mandar proceder contra alguns por meio de conselhos de guerra, de que nada

[1] Assim o aconselhou Napier; mas quando appareceu o seu conselho, já se tinha comprado a fragata *D. Pedro,* e não havia dinheiro para de novo se comprar embarcação como convinha.

absolutamente resultou. Com tão poderosos elementos de insubordinação a bordo, forçosamente se havia de tornar mais grave a falta de pagamento em que o governo se achava para com as guarnições, alem de outra falta não menos grave, que tambem se dava nos arranjos indispensaveis para a esquadra.

Á vista pois d'isto facil é de julgar quão energicas reclamações haveriam sido feitas pelo almirante ao governo sobre um e outro ponto, e ainda com mais instancias repetidas, quanto á prompta execução dos seus contratos, e á plena satisfação de todos os ajustes com as suas respectivas tripulações. Esta melindrosa posição de Sartorius entre o governo e os seus subordinados, e esta importunidade das suas requisições não cumpridas, occasionaram todos os funestos rumores, que depois da sua nova chegada a Vigo começaram a correr no Porto, dando-se a esquadra em completa e formal deserção para Inglaterra. Esta nova circumstancia, cuja gravidade era por todos vivamente sentida, como não podendo deixar de trazer comsigo a prompta ruina da causa liberal que se defendia, forçosamente havia de lançar o maior desalento no coração de todos os que por ella pugnavam, e de tão tristes cousas eram sabedores.

A necessidade de uma operação militar atrevida, para salvar a causa constitucional no Porto, instantemente urgia por toda a fórma e maneira, e o ministerio resolveu finalmente emprehendel-a, tendo-lhe dado primitivamente origem o ministro da marinha, Bernardo de Sá Nogueira. Na opinião d'este ministro, uma surpreza sobre a pequena praça de Sagres, não só trazia para a esquadra a acquisição de um porto abrigado dos ventos do norte, mas até uma base para as operações militares, que se podessem emprehender nas provincias do sul do reino. Este homem notavel antevia já, primeiro que ninguem, a necessidade de para aquelle ponto se dirigir uma expedição. Pensando pois sobre isto, e tendo similhante medida por util, apresentou elle em seguida uma memoria, demonstrando a conveniencia de uma expedição a Sagres, para a qual só queria 1:200 a 1:500 homens.

Com esta gente se propunha elle obter, alem de um porto de abrigo dos ventos do norte para a esquadra: 1.º, a grande e positiva vantagem de embaraçar a vinda de mais tropas realistas para as vizinhanças do Porto; 2.º, a facilidade de eventualmente se poder operar no Alemtejo, e procurar assim a occupação de Beja, tanto como ponto estrategico, como pelo apoio, que ali iria encontrar no espirito constitucional da sua população; e 3.º, finalmente, a commodidade de se poder receber do Algarve gado, e outros artigos mais, em vez de se irem a peso de dinheiro comprar a Vigo. Aceita em conselho por todos os ministros esta memoria, foi depois apresentada em despacho a D. Pedro, que todavia lhe não deu importancia. Considerada mais tarde esta materia, d'ella fizeram então os ministros questão, ou para continuarem na gerencia dos negocios publicos, ou para unanimes pedirem a sua demissão.

Apertado D. Pedro por esta fórma, deu finalmente o seu assentimento ao projecto, sem todavia annuir a conceder mais de 800 homens para a expedição proposta, cousa em que se não litigou, pela persuasão de que nas proximidades do embarque o mesmo D. Pedro conheceria a insufficiencia d'aquelle numero. Em seguida assentou-se igualmente, por commum accordo, que tudo isto seria negocio reservado sómente aos ministros, e que o seu mesmo auctor (para que de modo algum se quebrantasse o indispensavel segredo [1]), se dirigisse a Vigo para tratar pessoalmente sobre o respectivo projecto com o almirante Sartorius, a fim de que, vindo ao Porto, se levasse a expedição a effeito com o seu concurso. Com este intento saiu Bernardo de Sá para a Foz no mesmo dia da infeliz sortida de Santo Antonio do Valle da Piedade em 17 de dezembro. Observando ali o terreno circumvizinho durante o resto do dia, emquanto não chegava a noite para poder embarcar, facil lhe foi conhecer a grande

[1] Apesar do segredo que para isto se exigiu, sempre em meado de dezembro correu em Lisboa a noticia de que a esquadra da rainha se preparava para uma expedição ao Algarve.

importancia do monte do Crasto, para conservar segura a posse da pequena porção de costa, que desde o castello da Foz vae até ao monte da Senhora da Luz. Os rogos para fazer levantar quanto antes dois reductos n'aquelles dois montes, e leval-os depois com a occupação do castello do Queijo a um estado de respeitavel fortificação, empreza por então mui facil, pelo desprevenido em que os miguelistas ainda estavam a tal respeito, foram o objecto de uma carta, por elle Bernardo de Sá deixada na Foz, para se dirigir a D. Pedro, fazendo-lhe ver com ella a grande importancia de quanto antes se annullar assim o bloqueio terrestre das baterias inimigas.

Partindo depois para Vigo, n'aquella cidade foi encontrar Sartorius mettido nos grandes embaraços de que já se fallou, e nos actos de insubordinação das tripulações da esquadra. Pela sua parte o almirante aceitou gostoso os planos da expedição projectada; mas quando se deu ordem á fragata *D. Maria II*, para receber os mantimentos necessarios para a viagem, a sua gente recusou formalmente suspender, sem que primeiro se lhes pagasse, e não sendo possivel conduzil-a a melhor accordo, forçoso foi passar-se pelo dissabor de ver abandonada a esquadra por mais de duzentos homens, que por esta fórma perderam as suas respectivas soldadas, e competentes partes de presa. O mesmo Bernardo de Sá, voltando á Foz no dia 22 de dezembro, viu com bastante surpreza pela sua parte, que nada se tinha ainda feito, quanto ás fortificações do monte do Crasto e Senhora da Luz, succedendo o mesmo quanto á occupação do forte do Queijo, o que lhe causou tanto mais espanto, quanto que a Foz, alem da pequena guarnição do castello, sem mantimentos para poder soffrer um cerco, e sem proporções para lhe oppor séria e porfiada resistencia, ainda por então se achava indefeza e desguarnecida. Em compensação do desgosto que isto lhe causou, soube com prazer, depois de entrar no Porto, que se achavam já designados os corpos de que a sua projectada expedição se devia compor, e nomeado até para commandante d'ella o duque da Terceira, expedi-

ção que todavia ficou adiada, em vista das communicações recebidas de França, que vinha a ser a de recusar-se definitivamente o coronel Evans, subdito inglez, a vir tomar o serviço da causa do Porto, não obstante o grande empenho da solicitação, que para isto se lhe fez.

Tambem se recusou a aceitar a proposta de commandar o exercito do Porto o general francez Excelmans, pela denegação da licença, que pedira ao seu governo, de que resultou ser por fim contratado o general Solignac, o qual se achava já em viagem para o Porto, circumstancia que tornava necessario submetter primeiro o referido plano á sua approvação[1]. Em 30 de dezembro soube-se no Porto que um corpo de tropas inimigas havia chegado a Mathosinhos, parecendo destinar-se á occupação da Foz. Foi então que D. Pedro inteiramente se convenceu[2] de que tão importante ponto facilmente podia ser tomado por uma só brigada miguelista, em cujo caso o seu respectivo castello se não poderia conservar por muitos dias no estado em que estava, e finalmente que uma vez cortada a sua communicação com o mar, a capitulação do Porto era inevitavel, e obra quando muito de duas até tres semanas. Para evitar quanto antes similhante catastrophe, marchou logo n'aquella mesma noite para a Foz uma força de 1:200 a 1:400 homens, levantando-se no dia seguinte (31 de dezembro) sem nenhuma resis-

[1] Não sabemos se elle lhe foi, ou não presente; mas a ter-lh'o sido, de certo não foi por elle approvado, ignorando nós se com effeito se tornou a fallar n'isto. Pela nossa parte cremos que as vantagens d'esta expedição, a fazer-se ella por aquelle tempo, eram muito duvidosas, e provavelmente iria prejudicar a que mais tarde foi para o Algarve, por chamar sobre aquellas costas a maior attenção do governo miguelista, e accumular sobre ellas grandes forças, que embaraçariam os desembarques de gente. Se a subsequente expedição foi coroada do mais feliz exito, a famosa victoria naval de 5 de julho de 1833 nos mares do cabo de S. Vicente, foi que lhe aplanou o successo, pois a não ser tal victoria, e o grande desalento que trouxe aos miguelistas, o duque da Terceira não se atreveria a fazer o que depois d'ella fez, fundado em boas rasões.

[2] Pelas rasões que Bernardo de Sá lhe foi pessoalmente apresentar.

tencia uma bateria no monte da Senhora da Luz, occupando-se tambem o castello do Queijo, até então abandonado, e que novamente o foi pelos constitucionaes no dia 1 de janeiro de 1833, contentando-se apenas com o lhe demolirem os parapeitos e as canhoneiras do sul.

Entretanto nenhum dos partidos contendores se esquecia de augmentar os seus meios de ataque e defeza. Ao Alto da Bandeira chegára no dia 24 de dezembro um celebre canhão obuz, ou peça das chamadas *paishans,* a que o vulgo, corrompendo a palavra, chamava *canhão-pechão,* offerta feita a D. Miguel por um dos seus mais votados partidistas, o famoso contratador do tabaco, João Paulo Cordeiro. Esta peça jogava balas de pedra e ôcas de ferro de 11 pollegadas e 9 linhas de diametro. Foi por este mesmo tempo que os miguelistas desmascararam a sua bateria do alto do Verdinho, ou do Candal. A Serra do Pilar, que já então tinha adquirido alguma perfeição nas suas escassas e primitivas fortificações, recebeu no dia 24 de dezembro para sua defeza mais uma peça de 24, e outra de 48, alem de mais dois obuzes.

O recrutamento para primeira linha, para voluntarios e marujos, tomou tambem nova actividade da parte dos constitucionaes. Os batalhões de voluntarios fixos e moveis, mostrando-se alheios ás questões politicas dos partidos ministerial e opposição, tinham pontualmente cumprido com as suas respectivas obrigações, o que fazia com que o governo empregasse todos os meios ao seu alcance para augmentar as forças d'estes corpos [1]. Depois d'aquelles, crea-

[1] Bernardo de Sá, quando governador militar do Porto, concedeu dez dias de dispensa do serviço a todo o voluntario, que apresentasse um individuo, que estivesse nas circumstancias de ser alistado n'aquelles batalhões, e ordenou aos seus respectivos commandantes, que para taes diligencias lhes franqueassem sempre licença. Isto, e o desejo de verem no serviço quem a elle estava sujeito, deu em poucos dias algumas centenas de praças mais para os corpos nacionaes; mas foram taes as violencias, que se praticaram com as buscas, que D. Pedro entendeu dever cessar com este systema, posto que para isso não desse ordem expressa.

ram-se ainda os batalhões provisorios, primeiro, segundo e terceiro, um para o bairro de Santa Catharina, outro para o de Santo Ovidio, e o terceiro para o de Cedofeita, cujo serviço não foi de menos importancia que o dos corpos anteriormente organisados. Dos barqueiros do Douro formou-se tambem o valente *batalhão de mareantes,* que pelos seus relevantes serviços, prestados fóra da barra nas descargas dos navios e desembarques de generos, foi um dos mais efficazes auxilios para a conservação do Porto. Dos pilotos, e mais gente do alto mar, se constituiu igualmente o *batalhão dos voluntarios do Douro.*

Alem das precedentes creações, é de rasão dizer-se que a par de tantos corpos nacionaes, houve tambem uma companhia de postilhões, composta de 50 a 60 rapazes de doze a quinze annos de idade [1], que uniformisados de alvadio, e armados de espadas, e montados em ridiculos cavallos, foram destinados para ordenanças dos generaes, para correios, e para todo o mais serviço d'este genero, que o prestaram excellente durante todo o inverno, sem na maior parte do tempo receberem forragem alguma, que o governo lhes não podia dar. Elles porém, sempre sagazes e activos, quanto o podiam ser rapazes espertos, tiveram arte de os sustentar, chegando ao ponto de para isto se aproveitarem da palha dos enxergões, que lhes caíam nas mãos. D'este modo 50 a 60 rapazes vadios se constituiram em cidadãos uteis, vindo a ser depois do cerco muito bons officiaes inferiores, ao passo que durante elle equivaleram a um reforço de 50 a 60 soldados de cavallaria, que o governo não teve por muito tempo, e que quando os teve, não os podia dispensar do serviço regular dos corpos. Do emprego de todas estas medidas resultou que o exercito libertador, que no fim de outubro era de 12:381 homens, comprehendendo todas as armas e corpos, no seguinte mez de novembro era já de 12:591, no de dezembro de 12:668, chegando em ja-

[1] Em relação ao seu fundador, muitos lhes chamaram *os filhos de Bernardo de Sá,* por ser creação sua esta companhia dos rapazes.

neiro de 1833 a 17:668. E para que nada escapasse ás diligencias, que podiam fazer-se n'este sentido, necessario é acrescentar, que até houve um projecto de se formar uma, ou duas companhias de mulheres, não só para em dias de combate levarem ás linhas mantimentos, agua e munições, mas tambem para eventualmente cuidarem e tratarem nos primeiros momentos do arranjo e commodidade dos feridos, equivalendo assim a um reforço de muitos soldados, que n'aquelles dias se empregavam em similhante mister.

A entrada do novo anno veiu trazer algumas esperanças de alento aos tristes defensores do Porto. A reducção dos direitos dos trigos e farinhas, e a isenção concedida para os mais generos comestiveis, por decreto de 3 do proximo passado mez de dezembro, produziram dentro em pouco tempo os mais salutares effeitos. Activo como era o fogo das baterias inimigas, encarregadas do bloqueio da barra, e conhecidamente arriscados como igualmente são os mares da costa d'este reino na estação invernosa, era de receiar que os navios estrangeiros não viessem correr os riscos, e a furia dos elementos durante esta estação. E todavia não causou pequeno espanto, quando fóra da barra se viram apinhadas sobre um mar bonançoso mais de cem embarcações mercantes estrangeiras, procurando vez para a sua respectiva descarga. Por outro lado a esperança do ganho fez tambem apparecer homens destemidos, que, tripulando as suas frageis lanchas e catraias, não duvidaram abalançar-se aos riscos de similhantes descargas, effeituadas sempre durante o medonho escuro das noites de um rigoroso inverno, e sempre debaixo do continuado fogo do inimigo, das suas bombas e balas de artilheria, fogo feito até mesmo dentro do alcance do ponto em branco. Similhante fogo, feito como era sem alvo durante as noites, e portanto sem pontaria fixa, pouco ou nenhum embaraço causava aos desembarques.

Á vista de similhantes circumstancias não é para admirar que a paga dos homens, que d'elles se encarregavam, fosse ao principio tão avultada e crescida, como foi, e que alguns

arbitrios se apresentassem ao governo, para intervir nos respectivos ajustes; mas elle, limitando-se apenas á policia do logar, viu realisadas as suas esperanças, quando os altos preços dos desembarques, attrahindo muita gente maritima áquelle modo de vida, inclusivamente a do paiz occupado pelo inimigo, por saberem o pouco damno, que as baterias inimigas causavam aos que se entregavam a este mister, fizeram decaír as avultadas pagas, á proporção que crescia a affluencia dos barcos para taes trabalhos. Foi assim que a cidade do Porto, tão seriamente ameaçada pela fome, viu correr sem risco de tão funesta calamidade todo o mez de dezembro de 1832, e o de janeiro de 1833, pelos repetidos desembarques de mantimentos de toda a especie, effeituados durante as noites em maior, ou menor copia, segundo o estado do mar, e o remanso da costa o permittia.

Era tambem de receiar que o governo, forçado pela dura lei da necessidade, attentasse contra a propriedade dos generos, cujos desembarques tantos sacrificios exigiam, e tantos receios de perigo causavam; mas observando com religioso respeito, salvas algumas pequenas excepções que houve, o principio de pagar á vista os variados artigos de que precisava, tanto para os arsenaes, como para o deposito de mantimentos, o seu proceder sobre este assumpto foi sem duvida mais uma das ponderosas causas, que tanto concorreram para o abastecimento de que a cidade ía gosando. E posto que assim se visse o governo obrigado a submetter a quantas condições pesadas os especuladores lhe quizeram impor, certo é que por outro lado conseguiu elle a vantagem de achar sempre generos para poder prover os seus depositos, e de ter n'elles abundancia de assucar, aguardente e arroz, sendo este o unico genero, que por muito tempo foi o principal sustento de um exercito, que a Providencia Divina parecia aliás proteger, e destinar ao seu final triumpho, para castigo da escandalosa usurpação miguelista.

Quanto aos apuros financeiros, alguma cousa mais se foram remediando. No deposito publico acharam-se réis

35:000$000, com que o novo ministro da fazenda pagou as despezas atrazadas do fornecimento de carne, e habilitou, não sómente o thesoureiro da comarca, para fazer tambem alguns pagamentos, mas igualmente o recebedor da alfandega, para remir os adiantamentos, que fizera sobre o seu proprio credito. Do emprestimo decretado para os moradores do Porto conseguiu o governo, por meio da sua energia, e firme proposito de empregar os meios ao seu alcance, apurar em principios de dezembro os 32:000$000 réis, correspondentes aos dois terços, que d'elle se deviam pagar nos dois mezes de novembro e dezembro, mas não sem bastante repugnancia da parte dos collectados, como era bem de esperar n'uma cidade já com tantos mezes de sitio. Das casas sequestradas [1], e dos bens dos conventos abandonados se foram tambem tirando todos os possiveis recursos.

Para os Açores decretou-se um emprestimo de réis 400:000$000, que todavia não produziu effeito, pela viva repugnancia, que os povos d'aquelle archipelago mostraram em o effeituar, tendo já sido quotisados antes da partida da expedição para o continente. O dinheiro que se achou nas administrações do tabaco, estabelecidas nas ilhas do referido archipelago, d'ellas foi mandado para o Porto. Do barão de Quintella se tinha conseguido, por conta dos seus pagamentos futuros do contrato do tabaco, que se lhe offerecêra, a quantia de 45:000 libras, das quaes o ministro da fazenda mandou pôr 20:000 á disposição da commissão dos aprestos em Londres, para valer ao descredito de que se achavam ameaçados os saques, feitos anteriormente pelo governo, cujos aceites estavam perto do praso do seu vencimento, que era em 29 de dezembro; e posto que se viessem a pagar dois dias depois d'elle, ainda assim o credito soffreu com isto um terrivel golpe, tendo a mesma com-

[1] 96 casas se sequestraram no mez de dezembro, e 154 em janeiro, fazendo um total de 250. Casas houve em que se levantaram lages para procurar dinheiros soterrados, e com o mesmo fim se diligenciaram achar por todo o modo os falsos, que podia haver nas paredes e sobrados.

missão, e a casa de Carbonell, de renovar as suas obrigações de Londres na sua quasi totalidade, para exclusivamente se poderem applicar ao pagamento das ordens do governo e da esquadra.

D'este estado de cousas se seguiu, como necessaria consequencia, perder-se em Londres o resto da confiança, que os amigos da causa do Porto n'ella tinham depositado, entregando-lhe com os seus capitaes o seu socego, pela imminencia do risco de que cada vez mais estavam sendo ameaçados. Este estado de cousas subiu por tal fórma de ponto, que chegando a Londres o navio *Boulogne-sur-mer* com 300 francezes recrutados em París, necessario foi, para fretar navio que os conduzisse ao Porto, hypothecarem-se-lhe para seu pagamento os effeitos de armamento, vestuario e outros mais objectos, que no referido navio se tinham igualmente embarcado. No meio pois dos seus grandes apuros a referida commissão dos aprestos chegou mesmo a dirigir-se ao marquez de Palmella, para que lhe pozesse á sua disposição das 300:000 libras do emprestimo suppletorio, existentes em deposito no banco de Londres, 100:000 com a faculdade de as negociar até ao diminuto preço de 25 por cento.

Assim mesmo ninguem espontaneamente se resolveu a tomar os respectivos *bonds*, conseguindo-se apenas fazel-os aceitar por alguns dos mais fervorosos amigos da causa portugueza, que effectivamente os receberam, movidos das repetidas instancias, que para tal fim se lhes fez, e mais ainda pela idéa de prolongar a existencia dos valentissimos homens do Porto, e d'este modo salvar os seus anteriores adiantamentos, de que aliás se achavam descoroçoados. Foi com estes recursos, e com mais 12:000 libras, que em 12 de dezembro de 1832 a commissão dos aprestos recebeu por conta das 20:000, que o governo pozera á sua disposição, que ella pôde ir satisfazendo as suas obrigações de janeiro, e estabelecer quanto possivel o credito da casa de Carbonell, chegando mesmo ao ponto de ver que os donos do navio, cuja carga se lhes hypothecára, para conduc-

ção dos já citados 300 francezes ao Porto, dirigiram ordem ao respectivo capitão, para que d'ella podesse fazer entrega á sua chegada, recebendo em pagamento letras sobre aquella casa a dois e a tres mezes de data.

Não obstante o exposto, forçoso nos é dizer que o zêlo, a actividade, e a grande influencia do marquez de Palmella em Londres não poderam achar concorrentes ao emprestimo, que, em virtude da auctorisação que tinha, publicára debaixo da protecção do seu nome, e dos auspicios de duas casas portuguezas de bastante consideração n'aquella cidade. Tão desgraçada e precaria se antolhou a causa do Porto, que não houve na capital de Inglaterra pessoa a quem para aquelle fim movessem as esperanças dos mais exorbitantes ganhos, em presença das mais vantajosas condições, offerecidas aos mutuantes. E tão desproporcionadas pareceram similhantes condições, que o proprio governo se viu obrigado no Porto a recusar-lhe a sua sancção. As inconveniencias notadas n'esta negociação não se limitaram sómente ao gabinete dos ministros; mas o proprio jornal do governo, ou a *Chronica constitucional do Porto* [1], com tal asco e azedume apresentou esta questão no publico, que não duvidou dizer que, fosse qual fosse a fórma de governo que houvesse em Portugal, jamais poderia approvar-se contrato tão oneroso. «Quando não tinhamos, dizia o referido jornal, para combater por nós mais do que os braços da emigração, e para hypothecar mais do que um rochedo no meio do Atlantico, achámos dinheiro em Londres pelo preço que tinham os fundos portuguezes do antigo emprestimo; e hoje, que senhoreâmos todo o archipelago dos Açores, que temos uma esquadra, e que nos achâmos firmes e seguros na terra de Portugal, com um exercito numeroso, disciplinado e bem provido, commandado em chefe por sua magestade imperial, o duque de Bragança, chegariamos a aceitar 19 réis com obrigação de 100»?

Tudo isto assim era; mas quando a passada regencia

[1] Veja os seus n.os 14 e 19 de 1833.

senhoreava a Terceira, quando D. Pedro tomou conta da sua expedição, tendo já por si todo o archipelago dos Açores, todos suppunham, que o seu apparecimento, e o do seu exercito em terras de Portugal, eram bastantes para fazer caír D. Miguel, e esta convicção geral em todos, nacionaes e estranhos, tinha barateado muito os anteriores emprestimos; mas logo que se perdeu esta crença, vendo que nem o nome de D. Pedro, nem o seu exercito, nem a sua esquadra, nem os recursos de que dispunha, apoiados de mais a mais nos governos de Inglaterra e França, abalavam as fileiras do exercito miguelista, que pelo seu grande numero tinha por si a grande probabilidade da victoria, todos sem excepção alguma cairam no extremo opposto, duvidando da salvação da causa constitucional, e d'aqui veiu a rasão de não haverem especuladores, que quizessem arriscar os seus fundos em novos emprestimos, por mais vantajosas que fossem as suas condições, por entenderem que era certa a sua perda.

Não obstante as más condições allegadas do projectado emprestimo, não foram ellas por certo a causa do forte azedume, que desde então por diante o governo do regente manifestára contra o marquez de Palmella, cuja negociação em finanças fôra tão mal succedida, quanto a sua missão diplomatica lhe acarretára de descredito, e grande indisposição no animo do proprio D. Pedro. Explicámos nós este facto na *Historia do cerco do Porto*, pela seguinte maneira. «Em meiado de dezembro corrêra n'esta cidade, que uma divisão de 6:000 homens inglezes ía occupar Villa Nova, devendo entrar igualmente em Portugal um numeroso exercito hespanhol, tendo ambas estas forças por fim obrigar a uma suspensão de armas ambos os partidos belligerantes. Dizia-se mais, que D. Pedro e D. Miguel haviam de evacuar Portugal, e que a infanta D. Izabel Maria assumiria as funcções de regente, durante a menoridade de sua augusta sobrinha.»

«Mais se acrescentava ao exposto, que o marquez de Palmella, não só se tinha acordado sobre isto com lord Pal-

merston, mas até recommendára para o Porto, que se não fizessem mais sortidas, como operações inuteis, em vista da feliz terminação, que a guerra civil d'este reino ia ter pela intervenção estrangeira. Soube-se mais que o marquez de Wellesley fôra nomeado ministro de Inglaterra para Madrid, para levar o governo hespanhol a tomar parte na citada intervenção, e que na impossibilidade da sua partida, fôra em seu logar nomeado sir Stratford Canning, para desempenhar aquella commissão. Assim o participou Antonio Ribeiro Saraiva, agente de D. Miguel em Londres, aos seus collegas de S. Petersburgo e Berlim, na data de 11 de dezembro de 1832, dizendo-lhes: «Apparece finalmente descoberto o fructo das diligencias do ex-marquez de Palmella, e dos bons desejos, que tem o governo inglez e o francez de salvarem D. Pedro e os rebeldes, cuja perda se julgava inevitavel!!»

«O gabinete de S. James vae mandar immediatamente a Madrid sir Stratford Canning, para ali negociar uma transacção perfida, de que vou expor a v. ex.ª a base e o objecto nos termos, que m'o permitte a estreiteza do tempo. O governo inglez estabelece como principio, que a Hespanha e a Inglaterra, sendo as potencias mais immediatamente interessadas nos negocios de Portugal, a primeira por causa da sua situação geographica, e a segunda por causa das suas relações, que datam de muitos seculos, é a estas duas potencias que pertence o direito de se interporem, para pôr um termo á guerra deploravel, monstruosa, etc., que devasta o paiz. (Só agora, que D. Pedro se acha em perigo imminente, se tomam a peito as desgraças de Portugal!). Que as duas potencias, estando n'uma situação igual, relativamente aos dois partidos, o de el-rei nosso augusto amo, e o de D. Maria, visto que a Hespanha reconhece o primeiro, e a Inglaterra o segundo, podem ellas por consequencia fazer concessões reciprocas, a fim de chegar a um arranjo, cujas estipulações sejam: 1.ª, cessação immediata das hostilidades no Porto, seguida de negociação, tendo por fim que o nosso augusto amo, e D. Pedro, sejam ambos considera-

dos sem direito, nem um, nem outro, á corôa de Portugal, e que elles se ausentem da peninsula; 2.ª, que a Hespanha e a Inglaterra (e com ellas a França), reconheçam immediatamente D. Maria da Gloria na qualidade de rainha de Portugal; 3.ª, que a carta, outorgada por D. Pedro, soffra as modificações insinuadas pela Hespanha; 4.ª, que D. Maria casará com o filho mais velho do infante D. Carlos. Estes dois ultimos pontos são calculados para fechar a bôca á Hespanha; espera-se que este ultimo sobretudo deverá ser particularmente agradavel á rainha catholica, e ao partido que domina ha pouco, desde que ella reina em Hespanha. Alem d'isto, amnistia geral para todos os portuguezes, sem excepção, etc., etc. Provavelmente será Palmella o proposto para regente, durante a menoridade de D. Maria! Tal é o plano.»

Pelo que se lê n'uma nota, posta a pag. 855 do vol. IV dos *Despachos* do duque de Palmella pelo seu editor, o conselheiro Reis e Vasconcellos, vê-se que elle não contesta, que a negociação tentada em Londres pelos tres plenipotenciarios Palmella, Mousinho de Albuquerque, e Filippe Ferreira de Araujo e Castro, deixasse de ter as bases acima relatadas por parte do governo britannico, affirmando sómente que elles nunca prestaram assentimento á 3.ª e 4.ª, e ainda menos por parte de Palmella lhe passou jamais pela cabeça ser regente do reino. A conclusão que portanto devemos tirar d'aqui é que o duque e os seus collegas se prestaram á citada negociação, aceitando de lord Palmerston a 1.ª e 2.ª das referidas bases, sem que alem d'isto nos pareça ser o duque tão isento, quanto o dito conselheiro nol-o diz, a respeito do casamento da rainha com o filho mais velho do infante D. Carlos de Hespanha. Que fallasse n'elle a D. Pedro com a idéa de o conseguir, é o que manifestamente se vê do officio, que este soberano lhe dirigiu na data de 10 de dezembro, dizendo-lhe: «Pelo que respeita ao casamento, vou tocar n'essa materia á pessoa em que me falla, sem cuja resposta não posso, nem devo deliberar-me a similhante respeito, e como essa circumstancia não é por ora o

mais necessario, logo que receba aquella resposta o communicarei ao sr. marquez [1]». Este officio de D. Pedro indica ter referencia a officios por elle recebidos do mesmo Palmella, e o editor dos *Despachos*, occultando quasi toda a correspondencia do duque para o mesmo D. Pedro, ou para os seus ministros, se é que alguma houve para estes, dá-nos a mais justa suspeita de que essa correspondencia lhe não é honrosa, omissão mais particularmente digna de reparo, no que respeita á nota, que na data de 8 de dezembro dirigira a lord Palmerston, e da qual D. Pedro tão vivamente se lhe queixou.

Cremos portanto que a maneira por que o governo inglez se prestou a intervir na luta civil, que então se debatia em Portugal, era fundada nas quatro estipulações acima referidas, e não contestadas pelo conselheiro Reis e Vasconcellos, sendo uma d'ellas a saida do infante D. Miguel e de D. Pedro para fóra da peninsula, cousa que não podia deixar de indispor fortemente contra elle com a mais justa causa o animo do mesmo D. Pedro, e o de todos os seus conselheiros e validos. A não ser pela indicada fórma, o governo inglez de certo se não prestava a tomar parte na pedida intervenção, recusando-se tambem o impor a D. Miguel a immediata suspensão de hostilidades, cousa, dizia lord Palmerston, que só poderia ter logar durante a negociação, pois que tinha por obrigação não obrar separadamente da Hespanha, nem impor a D. Miguel cousa alguma, a não ser de accordo com ella. Alem d'isto acrescia igualmente, que, se por um lado os plenipotenciarios davam esperanças a D. Pedro do bom exito da sua commissão, em officio de 21 de dezembro, tambem por outro lhe deixavam entrever, que só um grande feito de armas pela sua parte o poderia salvar da terrivel crise politica e financeira com que lutava.

[1] Póde ser que sejamos injustos para com Palmella no que sobre esta sua negociação dizemos; mas a culpa tem-n'a o conselheiro Reis e Vasconcellos, por ter só publicado a correspondencia, que lhe pareceu favoravel ao seu cliente.

Se pois o exercito libertador pelo seu valor ganhasse uma tão assignalada victoria, que tirasse toda a duvida sobre o triumpho da causa da rainha, aquelle governo de prompto se decidiria a favor d'ella. Mas se a victoria se declarasse a favor do usurpador, o gabinete de S. James interviria talvez para que D. Miguel não se vingasse de todos os defensores da rainha. E quando nenhum dos exercitos tivesse por si a victoria, conservando-se as cousas como estavam, o governo britannico, para não declarar francamente, que seria tranquillo espectador, continuaria a solicitar da Hespanha, que se prestasse a concorrer para uma conciliação, visto que o usurpador não podia vencer, sacrificando-se a carta constitucional; mas que se a Hespanha nem assim quizesse annuir ao governo da rainha, ficaria este abandonado á sua sorte.

A primeira causa da indisposição de D. Pedro contra o marquez de Palmella, e Mousinho de Albuquerque, foi o grande azedume que mostraram ter contra a nomeação dos novos ministros, José da Silva Carvalho, e Joaquim Antonio de Magalhães, tendo-a como manifesta quebra dos ajustes feitos, de não haver mudança alguma de ministerio, emquanto de Londres não voltassem para o Porto, sem attenderem a que fôra Mousinho da Silveira quem tornou necessaria similhante mudança, declarando positivamente, que não continuava no ministerio, pela absoluta falta de meios, que tinha para o cabal desempenho do seu logar de ministro. E com effeito, escrevendo Palmella a D. Pedro na data de 21 de dezembro, pedia-lhe a demissão de ministro, dizendo-lhe: «Não importunarei mais a vossa magestade com mais noticias, tendo-lhe já dito quanto tinha a dizer de essencial nos meus officios».

«Agora resta-me um dever penoso a desempenhar, e é o de levar á presença de vossa magestade imperial a impossibilidade em que estou de continuar a ter a honra de ser membro do ministerio, pois que estou prompto para continuar a prestar os meus debeis serviços de qualquer outro modo, que os queira aceitar, e até deixo a vossa magestade

imperial o arbitrio de publicar desde logo, ou de guardar só para si durante a minha ausencia, a declaração que me julgo obrigado a fazer, conforme lhe parecer mais conveniente ao seu serviço, e na certeza de que, sem ordem de vossa magestade, eu nada divulgarei. Emquanto á negociação em que vossa magestade se dignou empregar-me, considerará vossa magestade se convem, ou não que eu continue a ser encarregado d'ella, e n'isso obedecerei inteiramente ao que me ordenar, pedindo sómente como especial mercê, que, se for desonerado da referida commissão, me permitta regressar para o Porto, e ter a honra de permanecer junto da sua augusta pessoa, emquanto durar a contenda, em que desde o principio me tem cabido uma parte activa, e a qual tenho servido com todas as minhas faculdades.»

Já antes da recepção d'este officio tinha D. Pedro escripto a Palmella na data de 25 de dezembro, respondendo a uma sua carta, datada de 6 [1], dizendo-lhe: «Muito estimarei que o governo inglez não annua ao seu pedido, de *enviar alguem para exigir, ou instar* a que meu irmão acceda a uma immediata suspensão de hostilidades, pois, se bem me recordo, as suas instrucções são para pedir ao governo inglez, *que imponha aos dois partidos suspensão de armas,* o que é muito differente do que me acaba de ser participado. Sinto infinitamente, que uma nota em sentido, não conforme com as suas instrucções, seja dirigida a esse gabinete, e que d'esta maneira lhe seja mostrada a nossa fraqueza, fornecendo-se-lhe ao mesmo tempo um documento pouco honroso a este governo, e ao exercito libertador. Se eu não tivesse tanta confiança na sua experiencia na carreira diplomatica, na sua honra e tacto fino, eu me veria na dura necessidade de estranhar um tal pedido, feito verbalmente e por escripto, e de lhe recommendar mui positivamente, que se cingisse á

[1] Ignorâmos o que Palmella dizia n'esta carta, por ser ella tambem uma das omittidas pelo sr. José Joaquim dos Reis e Vasconcellos nos *Despachos* do mesmo Palmella, de que fôra editor.

letra das instrucções; mas tendo toda a confiança no sr. marquez, suspendo o meu juizo a este respeito, até que, esclarecido pelas suas cartas, possa, com sufficiente conhecimento do que se vae passando, fazer-lhe constar o que for conveniente».

Mas a indisposição de D. Pedro para com Palmella tornou-se ainda mais forte ao receber o seu despacho de 21 de dezembro, em que lhe pedia a demissão de ministro, mostrando-se não menos sentido da nota, que elle Palmella tinha dirigido a lord Palmerston em 8 do citado mez de dezembro, e que d'elle recebêra por copia, coberta pelo seu despacho n.º 6 [1]. D. Pedro, escrevendo-lhe sobre este assumpto, dizia-lhe: «Pelo que toca ao conteúdo da segunda carta (era a do citado dia 21 de dezembro), nem seria justo, nem rasoavel, recusar-lhe a demissão, que me pede do ministerio, e pela repartição competente receberá o sr. marquez a minha decisão a esse respeito.

«Nenhuma incompetencia podia haver em que, apesar d'aquella demissão, o sr. marquez continuasse a tratar da importante negociação de que o encarreguei; mas havendo o sr. marquez dirigido a lord Palmerston, na data de 8 de dezembro, a nota de que enviou copia a este governo com o seu despacho n.º 6, na qual se lê: *Cet acte (la reconnaissance de la reine), suffira pour faire cesser en Portugal toute resistance, et sa majesté le duc de Bragança déclare, en invoquant l'appui de l'Angleterre, qu'il est prêt à accéder d'avance, et sans bornes, à toutes les conditions, que la sagesse de sa majesté britannique jugera convenable de lui demander*, etc., e sendo a parte, que o sr. marquez mesmo sublinhou, de uma tal clareza, expressamente contraria ao espirito, e á letra de todos os artigos das suas instrucções; esta circumstancia, da mais alta transcendencia, faz com que eu não possa conservar-lhe, como muito desejaria, os plenos poderes, que debaixo d'aquellas instrucções lhe confiei, sem

[1] Este despacho é mais um outro omittido na publicação dos *Despachos* de Palmella.

attrahir sobre mim, e sobre o governo de sua magestade fidelissima, uma responsabilidade, que nos não pertence, e que mais tarde, no caso de um mau resultado, obrigaria a justificar-nos perante a nação, e perante o tribunal da opinião publica, remedio extremo, que é melhor prevenir, do que aproveitar. Sinto muito que as circumstancias, todas independentes de mim, me determinem a renunciar por agora á vantagem, que a minha confiança, o serviço da minha augusta filha, e o da nação, tinham direito a esperar da cooperação do sr. marquez a bem dos mais poderosos interesses do estado. Consola-me porém a idéa de que novamente não tardarão em apresentar-se lances, nos quaes o sr. marquez continue a empregar os seus talentos, a sua experiencia, e a sua boa vontade». Quanto á licença pedida para vir para o Porto, D. Pedro nada absolutamente lhe dizia.

A *Chronica constitucional do Porto* tambem por mais esta vez quiz mostrar ao publico, no seu n.º 4, de 4 de janeiro de 1833, uma solemne reprovação á negociação diplomatica do marquez de Palmella, dizendo que era de crer que as bases de tal negociação fossem o reconhecimento da rainha, o restabelecimento da carta constitucional, e a prompta saída do infante D. Miguel, para fóra do reino com as condições que se estipulassem. «Embora se ouçam, continuava a dizer o redactor, ou outrem com o nome d'elle, ou mais provavelmente Candido José Xavier, proposições que devam ser consideradas pela assembléa nacional [1]. Se para se realisarem estas primeiras hypotheses, for necessario que aos dois partidos se imponha uma suspensão de armas, embora seja assim, se o regente pela sua parte entender que as circumstancias o aconselham que aceite (de que duvidâmos). São destituidos de fundamento os boatos, que se têem derramado sobre as negociações, que se dizem entaboladas, pois é im-

[1] Estas expressões são evidentemente destinadas á continuação da regencia de D. Pedro, que no seu manifesto elle mesmo havia promettido apresentar á futura decisão das côrtes por uma proposta sua.

possivel que os plenipotenciarios quizessem postergar os interesses da sua patria, nem suppomos que em tal caso o governo os conservasse por mais tempo nos empregos, e missões, que actualmente têem. Dentro em pouco tempo conheceremos se as nossas conjecturas são bem fundadas; porque sendo-o, o governo approvará as negociações começadas, segundo as suas vistas, e cujo fim bem poderá ser o evitar maior derramamento de sangue, salva sempre a dignidade de sua magestade imperial, o duque regente, e a honra dos portuguezes constitucionaes, que se votaram á mais nobre das causas».

Desde então o marquez de Palmella, e Mousinho de Albuquerque, dando-se por offendidos, ou com rasão, ou sem ella [1], tiveram de ser demittidos, tanto do ministerio, como

[1] Palmella desabafou a sua mágua, escrevendo ao ministro da marinha, Bernardo de Sá Nogueira, a seguinte carta: «Londres, 2 de fevereiro de 1833. Meu amigo e senhor do coração. Recebi a sua carta de 12 de janeiro, e creio que me fará a justiça de não duvidar, que os meus sentimentos, os meus votos, e todos quantos esforços de mim dependem, continuarão a ser consagrados ao serviço da causa que abraçámos, e que alem de ser a da legitimidade, e da liberdade, tem a meus olhos ainda direitos mais sagrados, por ser a dos meus amigos, dos meus parentes, dos meus companheiros de infortunio, e emfim por ter sido a occupação quasi exclusiva da minha alma por mais de cinco annos. Nada ha mais natural do que a resolução, tomada por sua magestade imperial, de dar por acabada a minha missão diplomatica, nem d'esse facto me póde resultar motivo algum de resentimento. Verdade seja que podia ter havido um sentimento de pudor, que respirasse mais alguma urbanidade nas fórmas d'esta demissão, considerando os meus anteriores serviços. Mas isso importa-me pouco, e não me admira da parte dos novos conselheiros de sua magestade imperial. Não ignoro a calumnia e os destemperos, que lá se tem de proposito espalhado (e até auctorisado por meio da *Chronica)*, attribuindo-se-me projectos de atraiçoar a causa, e de sacrificar a carta. Rejeito essas calumnias com o desprezo que ellas merecem, e só me resta o sentimento de que v. ex.ª tambem achasse na minha nota a lord Palmerston motivo de desapprovação, quando eu, que a escrevi, e aquelle que a recebeu, lhe não encontram o veneno que se suppõe, e o qual se reduz tudo a uma só phrase, *relativa á amnistia completa a favor dos individuos comprommettidos*, á qual se quiz dar uma accepção lata e criminosa, que até seria

da sua commissão diplomatica por decretos de 11 de janeiro, incluindo-se n'elles igualmente o de Filippe Ferreira de Araujo e Castro, sendo os primeiros dois substituidos no ministerio por Candido José Xavier na pasta do reino, e na dos estrangeiros pelo marquez de Loulé. Para o desempenho da commissão diplomatica, que os tres demittidos exerciam, foram nomeados o conde de Funchal, e Luiz Antonio de Abreu e Lima, dando-se-lhes para seu regulamento instrucções iguaes

injuriosa para o mesmo governo inglez. Alem do que, quem se lembraria nunca de considerar uma phrase vaga de uma nota, como se fosse uma estipulação de um tratado? Tenho com v. ex.ª este ligeiro desabafo, porque *sou seu amigo*, e continuarei a sel-o, não obstante a má companhia com que se acha, e conto tambem sobre a sinceridade e duração dos mesmos sentimentos da sua parte. Dê recados, etc. — De v. ex.ª, amigo. = *Pedro de Sousa*».

N. B. Temos o documento original d'esta carta.

O desabafo de Mousinho de Albuquerque para Bernardo de Sá Nogueira foi um pouco mais violento na carta, que de Londres lhe dirigiu em 19 de janeiro de 1833, dizendo-lhe: «V. ex.ª foi testemunha da repugnancia com que eu deixei o Porto na crise arriscada da minha saída; e quão longe estava eu então de pensar quaes seriam as consequencias d'esta saída, e que escolhas se fariam poucos dias depois para o conselho. Oxalá! E ninguem o deseja mais do que eu, que a corôa e a patria não tenham que soffrer por tal causa. A falta de contemplação com as virtudes privadas na escolha dos homens publicos é sempre fatal, e tanto mais, quando o interesse principal dos governos é de conciliar a opinião, e raras vezes os talentos e a actividade podem supprir a probidade e a honradez; porém eu já lavei as minhas mãos, e desde que conheci o collegio, não quero mais ser collegial. Esta perda é pequena, se bem que nas crises alguma cousa tenha feito, para bem do meu paiz, e alguns exemplos tenha dado, que tem tido influencia no presente, e talvez a venham a ter no futuro; porém o que eu não sei é como v. ex.ª póde tolerar, que dois antigos collegas e amigos de v. ex.ª, como o marquez e eu, comecem a ser insultados em um jornal, redigido sob os auspicios de quatro paralvilhos, atraiçoados, e perfidos, e que se façam declamações contra aquillo mesmo que se pediu, e se desejou, contra aquillo que só póde salvar a nação portugueza dos males variados que a ameaçam. A linguagem da sua *Chronica*, e até a dos officios do sr. Freire (creatura para mim de eternas luminarias), não me afronta, porque um dia virá em que eu me desafronte pela maneira, que pessoalmente me compete; mas afflige-me pelo meu companheiro, e pelo

ás dos seus antecessores [1], com a recommendação de que, no caso de ser imposta uma suspensão de armas a ambos os partidos, por nenhuma maneira se entenderia, que esta fosse requerida por sua magestade imperial, mas sómente por Inglaterra assim o julgar conveniente a bem da humanidade, na certeza de que a não ser assim, o mesmo augusto senhor não aceitaria outra por differente fórma.

Na mesma data de 11 de janeiro de 1833 foram mandados recolher ao Porto o conselheiro official maior graduado da secretaria d'estado dos negocios do reino, José Balbino Barbosa de Araujo, e Antonio Joaquim de Torres Mangas, o primeiro para dirigir os trabalhos da sua respectiva secretaria, e o segundo para ser empregado como se julgasse conveniente ao serviço. José Balbino fôra para Londres com o marquez de Palmella como seu secretario, dizendo-se no Porto que, sendo amigo de lord Palmerston, fôra elle uma das causas de induzir o mesmo Palmella a concordar com o governo inglez na saída de D. Pedro para fóra da peninsula. Este ponto não tem por si a necessaria clareza historica; mas bastantes motivos de suspeita ha para isto, não só pelas rasões, que já temos visto, mas sobretudo pela viva

interesse da causa da rainha. E foi para ter em um papel do governo similhante linguagem, que v. ex.ª tomou o trabalho de se pôr de acordo com esses velhacos sobre a politica, que devia seguir-se? Veja lá o resultado do acordo, e creia meu amigo, que, por mais chimica que eu estude, por mais que tente a via humida e a secca, ha substancias que nunca podem amalgamar-se, nem ligar-se, e que repugnam á união, e taes são a honra e a virtude com a deshonestidade, e ambição ignobil dos cargos, e suas consequencias. O que eu sinto é que o nome do meu amigo Bernardo de Sá, symbolo da delicadeza e da honra, figure n'uma lista de nomes, como aquella em que ora se acha. É livre porém a cada um pensar e obrar como entende justo, e bem longe estou de querer influir no espirito de v. ex.ª; mas eu faltaria á franqueza de amigo, se lhe não desenvolvesse a minha opinião fria e desapaixonada, pois tenho dado á minha bilis todo o tempo de acalmar-me. = *Albuquerque*». No documento n.º 254 póde ver-se a integra d'esta carta, da qual tambem temos o original.

[1] Veja o documento n.º 255.

indisposição em que no animo de D. Pedro o mesmo Palmella incorreu pela sua conducta.

Os plenipotenciarios novamente nomeados continuaram com as negociações dos seus antecessores, mas sem resultado algum favoravel, como era bem de esperar, porque nem o governo inglez, nem o francez, se prestavam com animo decidido a favorecer a causa da rainha. O governo inglez nada mais fazia de facto do que contemporisar com os dois partidos, que em Portugal se debatiam raivosos e intransigentes, esperando unicamente por aquelle que alcançasse a victoria, por quem em tal caso se decidiria. Parecia pois que se se attendia ás instancias, que n'algumas cousas os agentes da rainha lhe faziam, era só para não contrariar inteiramente o reconhecimento, que o anterior ministerio tinha feito do seu direito á corôa de Portugal, nem para se mostrarem arrependidos das opiniões, que no parlamento haviam emittido sobre a questão portugueza.

O facto era que, se lord Palmerston algumas propostas fazia sobre esta questão, o que se via era serem tão favoraveis ao usurpador, como á rainha, chegando até algumas vezes a serem contrarias aos interesses d'esta soberana. Lord Palmerston chegou até mesmo a entremetter-se na marcha interna dos negocios do Porto, fazendo saber a D. Pedro, por meio de uma communicação verbal, que José Balbino lhe apresentára, que, quaesquer que fossem as boas disposições do governo hespanhol, para a solução da questão portugueza, similhante solução não poderia ter logar, emquanto elle D. Pedro conservasse o seu actual ministerio, cuja côr era bem conhecida no sentido do progresso liberal.

Aos plenipotenciarios respondeu o mesmo Palmerston, que era escusado trabalharem por exigirem do governo inglez cousas contrarias ao systema, que se propozeram seguir. Que no Porto, e á roda do Porto, é que se devia trabalhar, e que de lá é que deviam ir as noticias [1]. D. Pedro, para justificar o ministerio das imputações, que lord Pal-

[1] Officio do conde de Funchal de 13 de março de 1833.

merston lhe fazia, dando-lh'o como um obstaculo, para o bom exito das negociações entaboladas, convocou um conselho, e apresentando n'elle a communicação verbal de lord Palmerston, permittiu aos respectivos ministros, que na sua presença francamente declarassem quaes os principios politicos, que se propozeram seguir na sua ascensão ao poder. Esses principios, de que tencionavam não se desviar, emquanto sua magestade lhes conservasse a sua confiança, foram, e eram: 1.º, fazer quanto lhes coubesse para restaurar o throno da rainha; 2.º, trabalhar para que D. Miguel se retirasse de Portugal; 3.º, propor e obter do imperador, que conseguidos estes intentos, concedesse em nome da rainha a todos os subditos portuguezes, qualquer que tivesse sido a sua passada opinião politica n'esta contenda, uma completa amnistia; 4.º, finalmente, deixar depois d'isto, á nação convocada em côrtes, a decisão de uma questão, que era toda sua, isto é, declarar a fórma de governo, que mais entendesse convir-lhe, comtanto que fosse em nome da rainha.

Ao que fica exposto succedeu pedirem os respectivos ministros ao imperador, que lhes permittisse resignar nas suas mãos a qualidade de membros do governo, desde o momento em que sua magestade o tivesse assim por bem para a causa publica; persuadidos de que só nomes, e nunca principios, poderiam dar motivo a tal acontecimento. Alem d'isto disseram mais, que apoiariam constantemente os esforços e bons desejos da futura administração, e que quando isto não bastasse, sairiam até do reino, se a sua presença n'elle podesse retardar a marcha de um negocio, á solução do qual estavam promptos a sacrificar tudo. Com esta declaração respondeu D. Pedro a lord Palmerston, dizendo-lhe ter achado n'ella uma inteira conformidade dos seus principios com os apresentados pelos seus ministros, logo no momento em que os chamára para o desempenho dos seus respectivos logares, isto a par do zêlo e independencia com que haviam servido a causa da rainha sua filha.

Ao exposto, acrescentou mais o mesmo D. Pedro, que o ministerio, tirado da classe mais illustrada da emigração,

offerecia ao mesmo tempo um justo meio termo entre a pura aristocracia, que por causas bem sabidas não inspirava ainda bastante confiança, tanto á nação, como aos espiritos exaltados, dos quaes a mesma nação muitos annos havia, que se mostrava cansada, porque, ou fosse pela sua ambição, quanto á politica interna, ou pelos seus disparatados sonhos, quanto á politica externa, não procuravam senão desorganisal-a e perdel-a; e portanto não queria elle imperador por modo algum dar occasião, por um lado a que o feliz exito do negocio se retardasse, e por outro a que uma subita mudança de administração, se fosse esteril em seus resultados, servisse sómente de annunciar em suas deliberações uma mudança de principios, ou pelo menos uma violação prejudicial nas circumstancias do momento.

Tudo isto fazia elle chegar ao conhecimento de milord, a fim de que o expozesse tambem ao seu governo, fazendolhe igualmente conhecer, que, se o que lhe expunha, não offerecia sufficientes garantias a favor do ministerio, elle imperador estava disposto a nomear outro, composto dos individuos, que por via de milord lhe insinuasse o governo de sua magestade britannica, uma vez que o mesmo governo, por carta de milord, fizesse a promessa solemne sobre os seguintes pontos: 1.º, de que seria imposta immediatamente aos dois partidos uma suspensão de armas; 2.º, de que sua augusta filha seria reconhecida de facto e de direito rainha de Portugal; 3.º, de que D. Miguel sairia do reino, não sendo de modo algum admissivel o casamento d'elle com a rainha; 4.º, finalmente, de que a nação portugueza, representada pelo modo que mais conveniente parecesse á Inglaterra, França e Hespanha, podesse declarar francamente por que modo queria ser governada em nome da rainha, e por quem, não sendo em caso algum D. Miguel.

Se fosse dada solemnemente pelo governo de sua magestade britannica a segurança sobre estes quatro pontos, o imperador não só mudaria a administração, mas até concederia uma amnistia geral, e faria todos aquelles sacrificios pessoaes, que não fossem contra a sua honra, e que as tres

potencias houvessem como necessarios para conseguir a conclusão feliz d'este importantissimo negocio [1]. Do andamento que isto teve, e do da negociação dos novos plenipotenciarios, nada mais encontrámos que nos esclarecesse sobre este ponto, o que nos leva a crer que o governo inglez nada resolveu, tanto sobre um, como sobre outro assumpto.

Á vista pois do exposto, todas as esperanças se voltaram novamente para a sorte das armas, e com tanta mais rasão, quanta maior era a confiança que D. Pedro depositára no general francez, o barão João Baptista Solignac, desembarcado em S. João da Foz no dia 1 de janeiro de 1833. Oppostas vicissitudes tinham effectivamente quebrantado todas as esperanças dos bravos defensores do Porto, porque através do prisma dos seus passados receios, todos os raios visuaes do futuro, que ora se lhes tinham apresentado risonhos, ora desfavoraveis, nada mais davam de si do que a continuação da guerra. Cruel desengano, e desmancho de todas as illusões, que só o tempo foi capaz de produzir pela sua rotação, e marcha natural dos acontecimentos!

Assim começava o apparecimento do anno de 1833, em que effectivamente se viu desembarcar no Porto, e tomar armas pela causa da liberdade portugueza aquelle esperançoso general, que, acobertado na pratica da guerra de Napoleão I, vinha pelos seus creditos reanimar geralmente os animos, não só fatigados pela desproporcional peleja, que n'aquella cidade tão brilhantemente se sustentava já por quasi seis mezes, mas até abatidos pelo fatal prejuizo de que o solo da patria, que tão bravos e corajosos soldados produz, é escasso para lhes dar generaes, que dignamente os dirijam no campo, forçando-os a mendigar para isto generaes estrangeiros. Solignac contava por este tempo sessenta e dois annos de idade, tinha feito a campanha da

[1] Declarâmos escrever este episodio, fundados no que a tal respeito nos diz nos seus *Apontamentos historicos* o conselheiro Felix Pereira de Magalhães, o qual cita n'este seu escripto uma carta, dirigida pelo imperador a lord Palmerston na data de 17 de março de 1833.

Italia sob as ordens dos dois distinctos generaes, Massena e Clausel, e no sitio de Astorga se distinguira em Hespanha, e fôra como tal recommendado ao imperador Napoleão.

Depois de uma penosa e difficil viagem de mais de vinte dias, Solignac chegára ás aguas do Porto a bordo do vapor *London Merchant*, trazendo como seus ajudantes de ordens o tenente coronel José Maria Amando Duvergier, official de reputação e credito, e o tenente João Baptista Solignac, filho do general recemchegado, o qual foi no dia 3 de janeiro promovido a marechal do exercito, para servir debaixo das immediatas ordens de D. Pedro. Este general dera-se na sua primeira ordem do dia ao exercito como votado em toda a sua carreira á causa da liberdade, vangloriando-se de merecer a confiança de um principe, que tanto a apreciava, e de estar á testa de um exercito, que por ella tanto tinha soffrido, e tanto valor e lealdade patenteado.

Durante este mez de janeiro a força constitucional havia sido consideravelmente augmentada com recrutas estrangeiras. Com Solignac tinham vindo 200 belgas. O marechal de campo João Baptista Froment havia trazido comsigo 150 recrutas francezas. Uns 200 escocezes, de 600 que haviam sido recrutados em Glasgow [1], foram postos debaixo das ordens do bravo major Shaw. Do archipelago dos Açores chegaram uns 200 recrutas, debaixo da denominação de *Leaes fuzileiros da ilha Terceira*, e da mesma cidade de Lisboa começou desde este mez por diante a correr para o Porto uma grande emigração de individuos, que alcançando passagem a bordo dos differentes paquetes, iam desembarcar na Foz, d'onde depois seguiam para a cidade, sendo a final empregados no exercito.

Por este modo pôde D. Pedro reforçar no citado mez de janeiro as suas tropas com 674 estrangeiros, e 83 cavallos, desembarcando tudo a salvamento debaixo do pharol do monte da Luz, o que felizmente succedeu tambem ás provi-

[1] Os 400 restantes tiveram a infelicidade de naufragar nas costas da Irlanda, sem poder escapar um só d'elles.

sões de guerra, posto que a ressaca e o estado do mar tornasse algumas vezes impraticaveis taes desembarques. Para facilitar quaesquer operações militares na margem esquerda do Douro, buscou-se estabelecer no Senhor de Alem, onde um bote andava sempre em continua communicação entre a Serra do Pilar e o Porto, uma ponte de trinta e cinco barcos, ao que os realistas, que por este tempo haviam desmascarado da parte de Villa Nova uma bateria em S. Christovão, procuraram desde logo obstar-lhe, empregando contra o estabelecimento de similhante ponte uma outra bateria, que levantaram na Pedra Salgada, em Quebrantões, cuja artilheria inutilisou em breve todos os trabalhos da projectada ponte, mettendo alem d'isso a pique com dezoito rombos a escuna de guerra *Coquette*, com uma lancha e um escaler, que n'aquella paragem se achavam fundeadas. Fôra a dita escuna a nau almirante com que no anno anterior de 1831 se haviam restaurado as ilhas dos Açores. Para fazer substituir a citada ponte de barcos, ainda mais ao diante se imaginou fazer girar, suspenso n'uma amarra de corda, um caixão de madeira, puxado por tirantes, de fórma que não tocasse na agua, ainda mesmo em occasião de cheia. Mas este projecto não foi ávante, porque, fazendo a amarra grande bolsa no centro, não era facil poder-se puxar o caixão, não obstante o apoio, que lhe davam dois grandes cavalletes, que nos dois extremos suspendiam a amarra.

Para que nenhuma das calamidades deixasse de perseguir os bravos e perseverantes defensores do Porto, veiu de companhia com o general Solignac aportar igualmente no 1.º de janeiro ás praias de S. João da Foz, a devastadora epidemia da *cholera-morbus*, que por aquelle tempo tanta gente victimava pelos differentes paizes da Europa. Entre os grandes e extraordinarios acontecimentos do decimo nono seculo, e até no meio das grandes calamidades publicas, de que ha memoria nos annaes do mundo, deve sem duvida alguma collocar-se, como em primeiro logar este terrivel e destruidor flagello. Desde a peste negra, que no decimo quarto seculo assolou todas as regiões do nosso hemisphe-

rio, nenhuma epidemia se espalhou ainda tão extensamente por toda a parte do mundo, e tão consideravelmente o devastou como a *cholera*, semeando o terror e a morte por todos os differentes povos que visitou, calculando-se os seus estragos em 45 a 50 milhões de victimas.

São tão variadas as regiões do globo, que esta terrivel molestia percorreu, tão diverso e crescido foi o numero dos povos, que n'esta sua invasão flagellou, que bem difficil será marcar com toda a clareza e segurança o seu itinerario, os seus progressos, e finalmente mostrar por que série de irrupções successivas o seu pestilencial e mortifero germen se espalhou desde uns até aos outros confins do mundo. Effectivamente a *cholera*, saindo de Jessore, seu berço natal nas bôcas do Ganges em fins de maio, ou principios de junho de 1817, de lá foi apparecer em Malaca pelas vias de communicação no seguinte anno de 1818, e dobrando o cabo Romania, successivamente em muitos outros paizes, e reinos insulares e continentaes da parte oriental da Asia.

Começando tambem em 1817 a dirigir-se para o occidente, veiu tambem a Madrasta em 1818, e d'ali se transportou a bordo dos navios de commercio para o golpho de Oman, e golpho persico. Manifestando-se successivamente em todas as cidades onde as caravanas param, até ganhar Alepo, de lá se encaminhou para o mar Caspio, indo em 1823 apparecer em Astrakhan. Seguindo pelo Volga acima a bordo dos barcos que o sobem, foi em 1830 manifestar-se em Moscow, e pouco depois em S. Petersburgo. De Moscow ganhou os affluentes do Dwina, porque emfim foi por este rio abaixo, que a *cholera* successivamente desceu nos barcos que o navegam, até que appareceu em Riga, sendo igualmente infectados os pequenos portos de Liebau e Polengen. Emquanto pelas vias seccas se dirigia para a Polonia, e de lá para a Prussia, e estados de Allemanha, pelas vias humidas ganhava igualmente a Escocia e a Inglaterra, passando-se finalmente de Londres para Paris em fevereiro, ou março de 1832.

Viu-se portanto que a cholera epidemica tanto se desen-

volvia nos pantanos da Baviera, como nos aridos desertos, que se avizinham de Oremburgo; tanto nas vertentes do Caucaso e do Himalaya, como nas planicies da Persia; e finalmente tanto nas populosas cidades do Indostão, como nas da propria Europa, sem poupar povoação por mais humilde que fosse, levando a toda a parte os seus espantosos estragos. Todos os differentes povos a elles se viram portanto igualmente sujeitos, o indio, o chinez, o birman, o malaio, o arabe, o negro, o persa, o tartaro, o armenio, e finalmente o europeu. O rico não estava ao abrigo dos seus estragos, e o pobre foi, como em todas as mais epidemias, a quem ella menos respeitou.

Para os homens da arte não foi pouco difficil, nem menos laborioso marcar a este terrivel flagello, não só emquanto durou, mas ainda mesmo depois que passára, qual foi a sua natureza, os seus caracteres morbidos, as condições da sua existencia, os meios curativos e hygienicos, que se lhe deviam oppor, o modo da sua propagação, as circumstancias que a favoreciam, e como explicar a sua importação a grandes distancias, e a sua marcha pelas vias de transito de mar e de terra, e finalmente o seu apparecimento alem das mais altas serras do globo, d'aquellas cujos cumes, sobranceiros ás regiões das nuvens, taes como o Caucaso e os Gates, impedem a passagem d'estas, e até a do ar atmospherico, de um para outro lado.

Tudo n'esta pestilencial molestia foi conseguintemente mysterioso e incomprehensivel para a intelligencia humana! O seu germen ainda nos é hoje inteiramente desconhecido, e desconhecida tambem a sua marcha e propagação. Os symptomas mais terriveis e assustadores, que no doente se viam, eram marcados pelo transtorno das feições, alteração da voz, encovação dos olhos nas orbitas, azulado que n'ellas se divisava, bem como nos beiços, nos pés, nas mãos e na face; um frio glacial espalhado por todo o corpo, enrugamento da pelle, e particularmente nos dedos, onde as gelhas mais sobresaiam, suor frio e viscoso, um cheiro nauseabundo, uma difficuldade extrema na respiração, um

extraordinario embaraço no livre giro do sangue, que se apresentava alterado na sua côr e consistencia, chegando ao ponto de se não sentirem bater as arterias, apalpadas no pulso, e a não correr depois de effeituada a sangria.

Tal era o terrivel quadro d'esta mortifera e pestilencial molestia no seu periodo mais grave, a que os homens da arte chamavam de *cholera grave*, ou *periodo algido*, ou *azulado*. Atacados assim os centros da vida, a rapidez de alguns casos foi tão extraordinaria, que doentes houve que succumbiram em seis, oito e doze horas, dando-se a estes ataques o epitheto de *cholera fulminante*. Sobrevivendo o doente, seguia-se-lhe então uma febre, cuja gravidade era proporcional á gravidade dos symptomas dos periodos anteriores, e este tal estado, ou periodo, se denominava *febril*, ou de *reacção*. O primeiro dos dois periodos anteriores ao *algido*, era o *precursor*, ou o da *cholera ligeira*, ou *cholerina*, em que se notava incommodo geral, peso de estomago, seccura de lingua, flatuosidade, sobresalto de tendões, caimbras mais ou menos fortes, algumas dores de cabeça, nauseas, vomitos e soltura de ventre, phenomenos estes que se attribuiam ao estado de influencia epidemica.

Mesmo entre as pessoas, que não foram formalmente atacadas pela propria *cholerina*, foi frequente serem de noite incommodadas por caimbras e sobresaltos de tendões, como succedeu ao auctor d'este escripto, e a outros mais individuos da sua relação. O segundo periodo, ou o da *invasão*, trazia comsigo anciedade insolita na região do coração, grandes nauseas e vomitos, cujas materias de naturaes passavam a serosas e esbranquiçadas, colicas sobre a região umbilical, abundantes e frequentes evacuações por baixo, as quaes, sendo tambem naturaes ao principio, depois tornavam-se esbranquiçadas, similhantes á agua de arroz, e ao sôro de leite; suppressão das urinas, da bilis e da saliva, dôr de cabeça intensa, e pulso quasi natural.

O apparecimento na Europa d'este terrivel flagello fez que todos os facultativos procurassem com avidez todos os possiveis rascunhos e individuações dos medicos, que na

India o tinham visto, estudado e tratado, olhando como preciosas todas as noções, que d'elles podessem haver e colligir, para se habilitarem a combatel-o. Verdade é que todos os auctores desde Hypocrates até aos nossos dias trataram da cholera sporadica, ou não epidemica; mas os symptomas d'esta, sendo em geral de menos gravidade, dão logar a supporem-n'a differente d'aquella, particularmente pela falta d'aquelle estado azulado (cyanose), que em auctor algum se acha descripto para a cholera sporadica. E ainda a maior auge levam outros a sua distincção, quando dizem que a cholera, manifestada no Ganges em 1817, é igualmente differente da molestia, que até então ali se conhecia endemica; e inclinam-se para esta opinião, não só por não haver na memoria dos homens noticia de que similhante molestia fosse em tempo algum anterior tão eminentemente pestilencial e epidemica, e que como tal passasse alem dos indigenas para os europeus no seu berço natal, e muito menos que saísse das terras do Delta do Ganges; mas tambem pelo silencio guardado sobre a excessiva gravidade e originalidade dos symptomas, que n'aquelle mesmo anno de 1817 n'ella se observára durante os seus ataques.

Como quer que seja, certo é que contra ella se empregaram todos os systemas e methodos curativos, ensaiando-se desde os estimulantes mais energicos até aos evacuantes, as sangrias, e os mais brandos emolientes. Propozeram-se especificos; mas a fallar a verdade ainda hoje mesmo se não sabe ao certo quaes são os meios mais seguros para a debellar, conhecendo-se tão sómente pela experiencia que, á similhança das outras molestias, em vez de um tratamento uniforme, ella exige uma medicina de observação, sendo em tal caso necessario estudar os symptomas predominantes, a constituição do individuo, e o modo da invasão da molestia, para, segundo estas circumstancias, se abraçar uma medicina racional e proficua, sendo modificada por ellas.

A causa directa e essencial da cholera epidemica ainda presentemente nos é desconhecida. Qualquer que seja o seu

elemento productor, a verdadeira natureza d'elle é trazer tal gravidade de symptomas, tanta e tamanha rapidez na sua marcha em atacar os centros da vida, que se póde bem assimilhar á acção do mais energico veneno. Se porém se ignorou a causa essencial da epidemia, não se desconheceu todavia, que circumstancias, ou causas secundarias (predisponentes e occasionaes), a favoreciam, taes como as affecções moraes tristes, parcos e maus alimentos, habitações humidas e estreitas; accommulação de individuos em logares immundos e pouco arejados; falta de limpeza publica e privada; e finalmente excessos de toda a ordem. A sua natureza não foi menos obscura para os homens da arte; e com effeito n'ella se achavam caracteres de differentes molestias, taes como os de uma asphyxia, um envenenamento miasmatico, um ligeiro tetanos, uma inflammação aguda de estomago e intestinos, uma affecção catarrhal, uma febre algida muito intensa, etc. Antevê-se já que, quanto á séde da molestia, tambem não podia deixar de haver duvidas, porque emquanto uns a suppunham residir no systema nervoso, e a olhavam como nevrose, outros a julgavam fixada nos intestinos, e a tinham como inflammatoria, não servindo o exame feito sobre o cadaver para marcar ao certo os vestigios de uma e outra opinião, pela variedade e inconstancia das lesões, que se encontravam depois da morte.

Uma outra questão, e talvez que mais debatida entre os homens da arte, foi o saber se a cholera era, ou só contagiosa, ou só epidemica, ou se uma e outra cousa ao mesmo tempo. A crença do contagio é antiquissima; Moysés a comprova já nos capitulos XXIII e XXIV do Levitico, estabelecendo separações para os leprosos. Thucydides, que nasceu 471 annos antes de Christo, diz, no livro II da guerra do Peloponeso, que o peior mal que tinha a epidemia de Athenas era o transmittir-se dos doentes para os que os tratavam, acrescentando-nos mais que, segundo se dizia, o mal fôra importado da Europa para o Pyrêo. Aristoteles formalmente falla do contagio da peste, e de outras molestias no problema VII, secção I, pag. 36; e no XXVII, pag. 75. Esta crença do con-

tagio tomou por conseguinte grande calor, applicando-se á cholera.

Notando-se que a sua propagação foi constantemente operada pelas vias de communicação de terra e mar, e achando-se por outro lado registada nos annaes da sciencia uma longa serie de factos, que provam coincidir sempre o seu apparecimento em pontos onde até então não havia d'ella o mais pequeno vestigio com a chegada de pessoas, ou effeitos vindos de paizes doentios, com toda a rasão se olhou que ella se propagava por importação, estabelecendo-se por este meio novos focos epidemicos fóra do seu berço, tanto em terra, como a bordo dos navios do alto mar, ou nas caravanas. Mas será uma e a mesma cousa a importação e o contagio da cholera? Eis-aqui pois uma nova questão, propria dos livros especiaes do assumpto, mas estranha todavia á nossa presente obra. É portanto nos livros da sciencia medica onde o leitor curioso poderá ir investigar isto, e n'elles achará que uma grande parte dos nomes de reputação na medicina, e particularmente os de Inglaterra, partilham a crença de que ella fôra simultaneamente epidemica e contagiosa[1].

Segundo as observações feitas durante a viagem do vapor *London Merchant*, que, como acima se disse, conduzia para o Porto o general Solignac, esta fatal molestia manifestára-se entre os recrutas belgas, que o mesmo vapor tinha ido tomar a Ostende, de modo que dos 30 individuos atacados por ella, 6 tinham succumbido. Estando este vapor em communicação com a terra, mas antes de effeituar qualquer desembarque, o governo foi convenientemente informado do que se passava a bordo, e ordenando que o inspector da saude do exercito, o dr. João Fernandes Tavares, fosse examinar os doentes, houve a desgraça d'este facultativo não reputar a molestia como cholera, permittindo que não só esses doentes, e os sãos, podessem livremente vir para ter-

[1] Nós mesmo publicámos no *Diario do governo* de 7 de março de 1848 um artigo sustentando esta opinião.

ra, mas até para maior fatalidade, que da Foz podessem vir igualmente para o Porto, onde os atacados foram recebidos no hospital militar do Anjo, não obstante ter-se no meio de tudo isto reputado a molestia grandemente suspeita[1]. A noticia

[1] O segundo volume da *Historia do cerco do Porto* saiu á luz no anno de 1849. Passados quinze annos recebemos do Rio de Janeiro uma extensa carta do dr. João Fernandes Tavares, com data de 24 de julho de 1864, em que se queixava do que na referida historia eu disse d'elle, culpando-lhe o desacerto do seu procedimento, e a parte que teve na entrada da *cholera-morbus* no Porto.

Este individuo foi um dos brazileiros, que acompanharam D. Pedro para a Europa, quando em 1831 deixou o Brazil, abdicando em seu filho a corôa d'aquelle imperio, e aggregado ao imperador andou sempre até ao seu fallecimento, succedido em setembro de 1834, em que ao depois voltou para o Brazil.

Diz elle pois na sua dita carta, que rogado por D. Pedro em 1 de janeiro de 1833, para ir a bordo do vapor, que conduzia Solignac, examinar os doentes atacados, que n'elle vinham pela fatal molestia, não chegou a atracal-o, por ver que d'elle largára um escaler, que se dirigia para terra, trazendo dezesete recrutas belgas, e o estado maior do referido general, escaler com que não fallou, porque o vagalhão do mar lh'o não permittiu. Ao exposto acrescentára mais, que, chegando a terra o general Solignac, e não desistindo de se dirigir para o Porto, no intento de se apresentar quanto antes a D. Pedro, apenas pôde conseguir d'elle, não sem muita difficuldade, que annuisse a deixar na Foz aquelles individuos da sua comitiva, que já manifestamente se achavam no estado cholerico, para os quaes de prompto estabeleceu um hospital supplementar, adoptando alem d'isto todas as mais providencias, que teve por necessarias, o que não embaraçou que alguns dos contagiados partissem tambem para o Porto em companhia do mesmo Solignac. Diz mais que, apparecendo no seguinte dia 2 de janeiro atacado na Foz um catraeiro, que ajudára ao desembarque das bagagens, e alem d'elle uma mulher, que em sua casa recebêra os capotes dos que vinham doentes, coincidindo tambem com isto o espalhar-se logo na cidade o apparecimento da terrivel epidemia, entendeu inutil a existencia do hospital supplementar da Foz, mandando portanto remover para os do Porto todos os doentes, que no referido hospital ainda se achavam vivos.

Quanto á creação da commissão sanitaria, de que eu tambem fallo na *Historia do cerco*, elle pela sua parte nega que tivesse havido tal commissão, ou que tivesse tomado caracter official, ou pelo menos com relação ás repartições militares.

Do que pela minha parte disse na *Historia do cerco* a respeito do

de tão funesto hospede dentro das linhas d'aquella cidade correu immediatamente por entre os mais facultativos, al-

dr. Tavares, nada mais fiz do que seguir o que o dr. Bernardino Antonio Gomes publicára em 1842 na sua *Memoria sobre a epidemia da cholera-morbus*. Tão auctorisado escriptor, e de mais a mais testemunha ocular do que n'ella nos diz, não podia deixar de me merecer credito, como ainda hoje me merece, sendo alem d'isso pessoa de reconhecido merito na sciencia que professava, e do mais subido conceito de homem de honra e verdadeiro. Á vista pois d'isto, passo agora a copiar da sua dita *Memoria* algumas tiradas, que dizem respeito ao assumpto, para que o leitor faça pela sua parte justiça a quem entender que a tem.

A pag. 14 da sua dita *Memoria*, fallando do vapor *London Merchant*, diz elle: «Esteve o barco de vapor em communicação com a terra, antes que se effeituasse qualquer desembarque, e por meio d'ella foi o governo informado do que se passava a bordo. Sabemos que se communicaram ordens as mais terminantes ao inspector de saude do exercito (era o referido dr. Tavares), a fim de ir inspeccionar a bordo os doentes que ali se achavam, informar logo o governo do seu estado, e obstar, se o julgasse conveniente, ao seu desembarque. Apesar porém de taes medidas, e do zêlo e intelligencia com que devemos suppor foi preenchida aquella commissão pelo empregado d'ella encarregado, alem dos sãos, foram trazidos a terra os doentes, recebidos na Foz, e o que mais nos custa a explicar, transportados d'esta povoação á cidade do Porto, foram recolhidos em um dos edificios, que fazia parte dos hospitaes militares». O dr. Bernardino ali os foi ver com outros facultativos, e reconheceu n'elles todos os symptomas da terrivel epidemia, segundo nos diz.

A pag. 16 diz elle mais: «Não foi pois sem bastante surpreza, que vimos o que se vae referir em um documento official, no qual se tratava de dar ao governo sobre este negocio as informações de que carecia, e que tanta influencia deviam ter sobre as medidas a adoptar por elle. Depois de se referir á maior parte dos factos, que deixo mencionados, e relacionar mesmo na descripção da nova molestia os principaes symptomas, que descrevemos, conclue o dito officio, dizendo: «É facil ver pelo enunciado, que em nenhum dos enfermos se notou a funesta reunião de todos os symptomas, que caracterisam a *cholera-morbus*, indiana, ou azul». Um pouco adiante se lê no mesmo documento (o officio do inspector de saude do exercito, o citado dr. Tavares): «Durante o mez de janeiro, á força de privações e miseria, algumas pessoas da povoação da Foz appareceram atacadas dos mesmos incommodos que soffriam os belgas. Crescia este mal, e para lhe dar allivio, etc.»

guns dos quaes foram por mais cuidadosos examinar a molestia, que pelos seus bem manifestos symptomas sem hesi-

No principio do mesmo officio exprimia-se tambem assim o que o redige: «A continuada tempestade durante quasi toda a viagem, que foi longa, a falta de commodidades, e dos necessarios e bons alimentos, a falta de vestidos, e talvez causas moraes, determinaram entre elles uma molestia suspeita, e que pareceu contagiosa».

«Maior foi ainda a nossa surpreza, vendo por este documento, que a pessoa informante, encarregada pelo governo de inspeccionar os primeiros doentes, e de tomar todas as medidas, que a prudencia podesse suggerir, não podendo, como diz, ter evitado o seu desembarque, o que confessa ter sido um mal, e na realidade o foi, consentisse, e até ordenasse, que elles fossem transportados ao Porto, e recebidos no meio dos outros doentes em um hospital militar. Verdade é que pouco tempo ahi se demoraram, e não sei porque nova ordem de idéas elles foram na noite do mesmo dia, em que vieram da Foz novamente conduzidos a esta povoação.

«Uma similhante incoherencia de procedimento e de informações, uma tal contradicção de idéas provaria á primeira vista uma de duas cousas. Ou o sr. inspector de saude do exercito desconheceu a molestia na sua origem, posto que a observasse, e mesmo commemorasse seus principaes symptomas; ou então conhecendo-a, foi pouco franco com quem era seu dever sel-o rigorosamente. O seu modo de proceder faria mais adoptar a primeira d'estas hypotheses; é porém de suppor, que nenhuma d'ellas existisse, e que em seu logar houvesse uma terceira, que nos não é comtudo muito facil de descobrir. É para desejar que o digno inspector nos quizesse esclarecer, e ao publico, sobre um ponto ainda hoje quasi de todos desconhecido, e por este modo remova de si a pesadissima responsabilidade, que sobre elle acarretaram os factos mencionados, e que tão funestos nos podiam ser.»

Quanto á existencia da commissão de saude, cremos que d'ella se não póde duvidar, á vista do que a tal respeito se lê a pag. 23 da citada *Memoria* do dr. Bernardino, onde nos diz sobre tal assumpto o seguinte:

«Pelos fins de janeiro, progredindo a cholera, e não parecendo, pela apathia observada n'esta parte, achar-se o governo sufficientemente prevenido das consequencias de um mal, que, abandonado á sua propria marcha, tanto mais terrivel se costuma mostrar, houve quem, levado pelo bem da humanidade, e zêlo por uma causa, que a todos tanto interessava, julgou do seu dever, aproveitando relações de amisade e confiança, procurar uma entrevista com o que então era ministro da marinha, actualmente visconde de Sá da Bandeira, com o fim de lhe fazer

tação capitularam de prompto como a genuina *cholera morbus asiatica*[1]. Um negro e assustador futuro para os bravos defensores do Porto se antolhou logo aos homens da arte, vendo que tão terrivel flagello vinha apparecer n'uma população já moralmente muito impressionada pelas vicissitudes de uma tão diuturna e devastadora guerra, pelos cuidados a ella inhe-

conhecer, e por este meio ao governo, tudo o que observára, e os seus desgraçadamente bem fundados receios a este respeito. Perguntado sobre os meios, que julgava deverem de prompto adoptar-se, entre outros a mesma pessoa lembrou a creação de uma commissão de facultativos, que reunindo os mais acreditados da cidade, podesse cabalmente instruir o governo sobre uma tão grave materia. Pouco depois appareceu organisada a commissão sanitaria, composta de quatro medicos e dois cirurgiões, a qual foi munida de amplos poderes para se corresponder directamente com todas as auctoridades, e d'ellas solicitar todos os meios, que julgasse preciso deverem empregar-se para atalhar, ou pelo menos minorar os effeitos da epidemia.»

Mais abaixo diz o auctor da *Memoria:* «A enumeração de todos os meios aconselhados, e postos em pratica pela commissão, já foi feita no relatorio, que se acha impresso, e que a mesma fez ao governo no fim dos seus trabalhos».

Á vista pois do exposto, não se póde duvidar de que a commissão se creou, e officialmente existiu, ficando tambem n'esta parte, assim como na anterior, formalmente provado serem faltas de verdade e de fé as allegações do dr. Tavares, suppondo eu tambem, como o dr. Bernardino parece indicar, que o irregular procedimento do referido Tavares proveiu do medo que teve de se contagiar, não observando directamente os doentes, illudindo assim a boa fé e os rogos que, tão instantemente elle diz lhe fizera o proprio duque de Bragança, seu amigo e protector. Retribuo pois ao queixoso as grosseiras e offensivas expressões, que no fim da sua carta me dirigiu, denegrindo com ellas o meu credito e reputação como historiador, accusando-o a elle de calumniador, e de faltar á verdade sabida, pois creio que o leitor o ha de tambem julgar como tal, á vista do que acima fica dito. Mas d'este senhor nada mais direi senão, que basta elle chamar-se *João Fernandes*, para me merecer desculpa das amabilidades que me dirigiu.

[1] Foi um d'estes, ou talvez o unico, o dr. Bernardino Antonio Gomes, que em Lisboa publicou depois uma curiosa e interessante memoria sobre o apparecimento e desenvolução d'esta funesta epidemia no Porto; é sobre este escripto que assenta o que aqui vamos apresentar ao leitor. Pelos seus serviços durante a cholera, foi o dr. Bernardino agraciado com o habito da Torre e Espada.

rentes, pelos receios da fome, que lhes estava imminente, e em que o uso da carne fôra geralmente substituido pelo do bacalhau e arroz, e por ultimo quasi exclusivamente ao segundo d'estes artigos.

Com esta falta de uma alimentação abundante, variada e convenientemente reparadora, se reunia tambem a má qualidade d'esse mesmo alimento, porque emfim a mesquinhez de meios para reduzir os cereaes a farinha tinha feito admittir com preferencia as farinhas estrangeiras, as quaes, alem da facilidade com que se alteravam, reuniam tambem o não serem sempre da melhor qualidade, achando-se até algumas vezes estragadas pela agua do mar com que se tinham encharcado, ou a bordo dos respectivos navios, que as tinham conduzido, ou mais particularmente no acto dos desembarques; e como em taes circumstancias não podesse haver por outro lado uma perfeita fiscalisação na sua admissão para consumo, resultava que o pão da classe indigente era geralmente de má qualidade, misturado com substancias estranhas, e maus eram tambem pelo mesmo teor os restantes artigos de que se alimentavam os individuos da referida classe.

Por conseguinte a carestia e a escassez dos generos alimenticios não só eram duas poderosas causas da parcimonia do sustento dos moradores e defensores do Porto, mas até os obrigava a ser pouco escrupulosos na qualidade e escolha da sua regular alimentação. A estas condições physicas e moraes se juntavam tambem as da estação invernosa, e por conseguinte a presença de uma atmosphera fria e humida. As cortaduras e fossos, que havia pelas differentes ruas, com as quaes vinham entestar as estradas, que de differentes partes do reino se dirigem para o Porto, tinham-se enchido de agua das chuvas, e transformado até n'outros tantos depositos de animaes mortos, e de geral despejo para todas as mais immundicies, d'onde provinham outros tantos focos de corrupção, concorrendo poderosamente para infeccionar a atmosphera. Finalmente sobre tudo isto apparecia ainda mais uma população atacada já pelo

rheumatismo, por doenças do peito e do baixo ventre, e desde o mez de dezembro começava tambem a ser assaltada pelos typhos. Tudo isto concorreu pois para terrivelmente amargurar a existencia dos heroicos defensores do Porto, a saber, peste, fome e guerra.

Entretanto o governo, ou por instincto proprio, ou por inspiração de alguem, ordenou que os doentes recebidos no hospital do Anjo fossem na noite do mesmo dia em que ali se receberam conduzidos outra vez para a Foz, onde se conservou tambem o corpo de belgas recentemente desembarcado. A epidemia continuou a lavrar n'este corpo, d'onde, em 6 de janeiro, promptamente se communicou aos habitantes d'aquella povoação, passando de lá a assaltar o Porto no dia 10 do referido mez de janeiro, manifestando-se por algumas mortes subitas e casos fulminantes, invadindo ao mesmo tempo os hospitaes militares. A marcha d'esta fatal molestia foi ao principio tão insidiosa e lenta, que apenas se calculou em 10 o termo medio dos casos dos atacados por dia. Em 2 de fevereiro appareceu no Aljube, cadeia da relação, e deposito dos prisioneiros.

Desde então cresceu o numero dos atacados n'este mesmo deposito, onde muitos d'elles falleceram, sendo n'alguns d'elles tão prompta a sua terminação funesta, que não dava tempo a transportarem-se aos hospitaes, outros íam morrer ao caminho, e dos restantes, que tinham saido do seu respectivo deposito, a maior parte foi expirar na cadeia da relação. O governo marchava até aqui tão imprevidente e descuidado no progresso e desenvolução da molestia, como tinha sido na sua importação, e entrada no Porto. Solicitado por um facultativo de boa reputação e credito, o já citado dr. Bernardino Antonio Gomes, cuidou elle finalmente em recorrer aos meios necessarios para atalhar este cruel flagello, nomeando para esse fim uma commissão sanitaria, que tomou logo a peito melhorar, quanto possivel fosse, a sorte dos presos, fazer effectiva a limpeza e arejo das cadeias, empregando tambem n'ellas as fumigações do chloro.

Alem d'esta providencia, todos os fossos e cortaduras das

ruas foram promptamente entulhados, e não se limitando aos trabalhos hygienicos e clinicos, esta mesma commissão entregou-se tambem aos scientificos, colligindo todos os dados, que podiam enriquecer a sciencia. Os cuidados e a labutação da guerra não permittiam no Porto as prevenções de annuncios, de instrucções e folhetos, que por todo este tempo inundaram a Europa, nas vistas de instruir o publico, ou de o premunir sobre o tratamento de similhante molestia, mas que por desgraça só as mais das vezes lhe serviam de incutir exagerados receios e terrores, que nada mais faziam do que amedrontar, em vez de prevenir as victimas. Em logar d'isto, no Porto ignorou-se por muito tempo no publico a existencia da terrivel epidemia, que ali se tinha introduzido, de modo que, isentos os defensores e moradores do Porto das negras cores com que se pintavam a marcha, e as differentes fórmas d'esta terrivel molestia, primeiro se familiarisaram com os seus funestos effeitos, do que definitivamente soubessem de similhante existencia [1].

A falta de preces, de procissões, e prédicas apropriadas; o não se ouvir o incommodo dobrar dos sinos, sem que tambem se vissem todos os mais apparatos funerarios, com que de ordinario os espiritos fracos se aterram, foram cousas que não concorreram pouco para moralmente os não predisporem para a molestia, a qual, fazendo lentos progressos em janeiro, exasperou-se consideravelmente em fevereiro [2],

[1] Pelos mappas estatisticos da citada commissão, se vê que desde 1 de janeiro até 30 de agosto de 1833, entraram nos hospitaes civis e militares do Porto e Foz 4:039 pessoas atacadas de *cholera*, das quaes 1:186 mulheres, e 2:853 homens. Morreram ali 1:606 pessoas, das quaes 549 mulheres e 1:057 homens, saíndo curadas 2:425 pessoas, comprehendendo 635 mulheres e 1:790 homens, ficando ainda nas enfermarias 8 individuos. A mortalidade total da *cholera*, succedida no Porto durante aquelle tempo, dentro e fóra dos hospitaes, foi de 3:621 pessoas, das quaes 1:784 mulheres e 1:837 homens. A determinada por outras molestias foi a de 3:735 pessoas, das quaes 1:590 mulheres e 2:145 homens. A mortalidade produzida em Lisboa pela *cholera* foi de 13:522 individuos, segundo os mappas do conselho de saude do reino.

[2] No dia 24 houve 45 cholericos fallecidos.

vindo a declinar em março. Estacionaria até fins de maio, de novo se exasperou em principios de junho, e d'este novo ponto culminante foi progressivamente descendo, até que em fins de agosto se extinguiu quasi de todo[1].

No mesmo dia em que o general Solignac fôra promovido a marechal do exercito, passou elle revista aos corpos da guarnição do Porto, cuja disciplina, senão era a melhor que podia ter um exercito em campanha, era pelo menos aquella, que permittia ter um sitio com perto de seis mezes de aturada duração, feito no meio de uma encarniçada guerra civil, e empregando sempre a tropa em ordem estendida junto aos parapeitos das linhas. O marechal ordenou que os corpos tivessem diariamente duas horas de exercicio, sempre que a estação e as circumstancias o permittissem, e bem assim que as praças pagassem os cartuchos que perdessem, para assim as desviar do superfluo estrago da polvora, que diariamente faziam. Um especulador inglez se apresentou no Porto no dia 6 de janeiro, inculcando-se como capaz de construir uma machina infernal, ao modo de catapulta, por meio da qual dizia produzir o effeito das minas no recinto das baterias inimigas. Bons annuncios para quem tanto precisava alcançar similhante resultado sobre os seus contrarios.

E posto que a incredulidade dominasse logo muita gente boa, a respeito de tão felizes annuncios, ainda assim, para satisfazer aos mais credulos, destinou-se ao machinista uma casa apropriada, onde todavia os seus trabalhos não fizeram mais que confirmar as suspeitas da insufficiencia dos meios, e vantagens que o seu auctor inculcava. Em troca d'isto os esforços do governo applicavam-se a obras de mais

[1] Comparando os obitos do Porto com os 13:522 individuos, fallecidos em Lisboa pela *cholera*, tira-se a seguinte conclusão: que sendo a população do Porto, em tempos ordinarios, calculada n'um terço da de Lisboa, os 3:621 obitos que ali houve, são menos de um terço da mortalidade da capital do reino; mas podem taes obitos reputar-se, sem erro notavel n'esta mesma fracção, attendendo a que a população do Porto devia achar-se consideravelmente diminuida durante o cerco.

conhecido e seguro effeito, convertendo em arsenal do exercito, e desligando como tal do Trem do Oiro o trem provisorio, estabelecido no convento abandonado dos Congregados, que desde então se regulou em tudo quanto foi possivel pelos regulamentos do antigo arsenal de Lisboa. Com todo o cuidado e diligencia se foi este estabelecimento apropriando ás necessidades do serviço; ali se deu augmento artificial de calibre e peso a diversos projecteis. Brocaram-se morteiros e obuzes, chegando até a fundir-se um morteiro. Por conseguinte a creação d'este arsenal trouxe comsigo o da fundição e laboratorios, e nada houve na arte da guerra, que se não tentasse e praticasse no Porto com os mais felizes resultados, não obstante a escassez dos meios apropriados para tudo isto.

As esperanças de que a chegada de D. Miguel ao exercito realista determinasse um ataque geral ás linhas do Porto tinham-se desvanecido, á proporção que o infante se ia demorando inactivo em Braga, e com elle todo o seu dito exercito em volta das mesmas linhas; mas em troca d'isso as festas do Natal e Anno Bom passaram-se entre os sitiados debaixo de um tão activo bombardeamento, que mais parecia entre os sitiadores gasto superfluo de munições superabundantes, do que um regular systema de fazer a guerra, ou de proteger qualquer operação militar. Este estado aggravou-se ainda mais na noite de 7 para 8 de janeiro, em que a galera *Fluminense* pretendeu saír a barra carregada de francezes e inglezes incorregiveis, e tão vivo fogo se dirigiu contra ella da parte do inimigo, que teve de dar fundo em frente da Furada, com perda de sete homens mortos e alguns feridos. Pela noite remediaram-se alguns estragos recebidos durante o dia, e por modo tal, que pelas quatro horas da manhã do dia 8 pôde com a ajuda de algumas catraias saír com effeito a barra, sem embargo do activo fogo, que contra ella se empregou, especialmente da bateria, que os miguelistas haviam já levantado nos areaes de Cabedello.

A difficultosa saída d'este navio, e o desembarque de al-

guns cavallos, feito nos dias proximos, bem como o de muitos bois, carneiros, gallinhas e alguns quintaes de bacalhau, e outros generos mais, acabára de mostrar ao general Santa Martha a illusão de um bloqueio, para que tanto trabalhára, e tanto em vão se esmerára de levar a effeito. Um activissimo fogo, empregado contra a Foz desde a manhã do mesmo dia 8 de janeiro, mostrava bem as intenções hostis do inimigo, para dirigir um ataque sobre aquelle ponto; mas a este tempo já D. Pedro tinha igualmente conhecido pela sua parte a importancia da fortificação do monte da Luz e da povoação da Foz, a que começára a dar consideravel impulso desde o fim do anterior mez de dezembro, pontos que por conseguinte pozera em estado de defeza. O batalhão de voluntarios de Fafe, e um batalhão de francezes, que guarneciam estes dois pontos, poderam com effeito repellir d'ali os miguelistas, que no campo deixaram alguns mortos, levando comsigo os feridos. Os constitucionaes foram no alcance dos atacantes até ao monte do Crasto, que pouco dista da Foz, abandonado ainda por mais esta vez por ambos os partidos, por ter cada um d'elles recolhido ao seu campo, sem lhe ligar importancia. Foi n'este dia que caíu gravemente ferido o major Semblano, commandante do batalhão de voluntarios de Fafe, expirando poucas horas depois do seu ferimento, com grande lastima dos que o conheciam, e sentida perda para o exercito, pelo seu merecimento e reputação.

Todos os defensores do Porto, desdenhosos do merito dos seus proprios generaes, esperavam importantes operações militares da grande pratica da guerra, que suppunham ter por si o marechal Solignac, espectativa a que elle não correspondeu, resolvido a não emprehender operação alguma arriscada, cujo resultado seria para elle summamente duvidoso, como claramente lh'o demonstravam as fortificações do campo inimigo, e as differentes e inefficazes sortidas, que antes da sua chegada se tinham feito, e a que elle por fortuna do exercito immediatamente pôz cobro, talvez a mais proficua medida por elle adoptada durante a sua ge-

rencia. Os antigos batalhões de infanteria 3, 6 e 10, que até ali constituiam o chamado regimento provisorio, foram organisados por elle n'outros tantos regimentos. Do batalhão dos *Leaes fuzileiros*, vindo da ilha Terceira, formou elle o regimento de infanteria n.º 4; e dos tres batalhões do regimento de infanteria n.º 18 vieram igualmente os regimentos 9, 15 e 18. Pela sua parte o almirante Sartorius, que com a esquadra se achava nas ilhas de Bayonna desde dezembro proximo findo, continuava a dar provas da sua grande falta de actividade e intelligencia, a ponto de fazer perder inteiramente as esperanças, que anteriormente n'elle se tinham posto.

Tencionando fazer-se uma sortida ao monte de Crasto, e achando-se a esquadra, fundeada nas ilhas de Bayonna, ao mesmo Sartorius tinha D. Pedro feito expedir repetidas e terminantes ordens, para com ella se apresentar em frente do Porto, a fim de auxiliar por mar a referida sortida, batendo o forte do Queijo, que tambem se tencionava occupar. Todavia similhantes ordens não foram pelo almirante cumpridas, de que resultou ter o ministro da marinha, Bernardo de Sá Nogueira, de ir pessoalmente a Vigo, para o trazer ao fiel desempenho dos seus deveres, a que se seguiu levantarem-se no Porto contra elle os mais altos brados e justos clamores, a perda da sua reputação, e passar geralmente a ser tido por *fraco, cobarde, ignorante e charlatão, que prometteu muito e nada fez*[1].

Foi finalmente no dia 20 de janeiro, que elle Sartorius appareceu nas aguas do Porto, annunciando aos realistas a sua chegada pelo fogo que uma fragata contra elles infructuosamente dirigiu ao longo da costa, desde o castello do Queijo até ao Cabedello, onde a bateria d'este ponto, e a da Pedra do Cão, lhe responderam atrevidamente com repetidos tiros de bomba e bala raza. A presença da esquadra no Porto devia necessariamente reproduzir a discussão da projectada expedição a Sagres, em que já n'outra parte fal-

[1] *Memorias* de Cunha Matos, vol. II, pag. 217, lin. 22 a 26.

lámos, a qual todavia não foi apoiada por Solignac, que lhe substituiu a mais completa inacção militar, salva a supradita sortida, destinada á occupação do monte de Crasto, que elle sem fructo algum emprehendeu no terreno neutro. O seu espirito de segurança e cautela forçosamente o havia de levar a manter e fortificar a Foz, e a par d'isto a occupar tambem o monte de Crasto, como Bernardo de Sá Nogueira igualmente julgava de necessidade fazer-se, para segurança das communicações com o mar.

Situado se achava este monte no extremo do flanco direito da linha de circumvallação do inimigo, e onde este podia completamente dominar todos os movimentos necessarios, para o desembarque de mantimentos e reforços de guerra, que vinham para o exercito constitucional. Conseguintemente a sua occupação, a que o fogo da esquadra podia prestar muito bom serviço, não só tinha por fim segurar aos constitucionaes aquelles desembarques, que com a sua efficaz protecção tanto a salvo se podiam effeituar sem risco do fogo inimigo, mas até dar ao novo general uma idéa apropriada do estado do exercito sitiante, e da disciplina e bravura do seu mesmo exercito. Este projectado assalto ao monte do Crasto devia ser ao mesmo tempo acompanhado de um golpe de mão sobre o castello do Queijo, pequeno e antigo forte, situado á beira mar, um pouco áquem de Mathosinhos, castello que tinha comsigo a vantagem de servir de apoio áquelle monte, quando se pretendesse fazel-o entrar dentro das linhas, operação com que se acabava de abrigar a praia de Carreiros, onde até ali os mesmos desembarques se faziam.

A cooperação de Sartorius expunha o castello do Queijo a ter sobre si o fogo de artilheria de terra e mar por parte dos constitucionaes, ao passo que Solignac, emquanto operava o seu ataque de frente, cuidaria tambem em fazer saír pelo Carvalhido, pela estrada de Mathosinhos, uma columna, que tomasse o inimigo de flanco e retaguarda, quando alguma tropa d'elle houvesse, que buscasse dirigir-se ao monte do Crasto. A avantajada idéa que no Porto se fazia do ge-

neral Solignac, a presença de Sartorius, e da esquadra por elle commandada, e finalmente o reconhecido, e bem provado valor das tropas defensoras do Porto, eram outros tantos motivos que faziam esperar do projecto entre mãos o mais brilhante e feliz resultado para a estada do exercito liberal no Porto.

Pela uma hora da tarde do dia 24 de janeiro saíu com effeito das linhas o marechal Solignac com cinco batalhões debaixo das suas ordens, e tomando pela estrada de Lordello e monte do Pastelleiro, foi até ao pharol da Luz, onde fez alto. A este tempo devia Sartorius achar-se junto da beira mar, para bater o forte do Queijo, e a mais força que podesse vir de Mathosinhos. O vento norte que então reinava, e as reclamações de pagamento com que n'esta tão inopportuna occasião o oppimiam as suas respectivas tripulações, demoraram a execução do que elle tinha a fazer pela costa, e só pelas quatro horas da tarde pôde a esquadra achar-se no logar ajustado, onde só dois dos seus navios romperam n'um fogo disparatado, e a grandes distancias contra o castello do Queijo, já por então occupado por parte dos miguelistas, commandados pelo capitão Lourenço Pedro Soares Valladares, que n'elle corajosamente se defendeu. A grande demora occorrida tinha dado logar ao inimigo a poder reunir 7:000 a 8:000 homens, para acudir com elles sobre o monte do Crasto, que apesar d'isto foi ainda occupado por Solignac, que n'elle encontrou já uma trincheira, guarnecida por uns trinta homens, que promptamente se retiraram com a approximação dos constitucionaes.

A esta hora a noite começava já a apparecer, e Solignac, não vendo a columna, que do Carvalhido devia saír pela estrada de Mathosinhos, perplexo e receioso das forças inimigas, que na frente se lhe amontoavam, pela facilidade com que o podiam tornear, retrocedeu em tal caso sobre Lordello. Ao passo que Solignac expedia uns atrás de outros os seus ajudantes de ordens, para saber da columna que lhe faltava, mandava tambem uma força ao castello do Queijo,

que julgava abandonado pelo fogo da esquadra. Entretanto a força miguelista, que d'elle se tinha já apoderado, fez aos constitucionaes uma grande resistencia, arremessando até contra elles granadas de mão, de que resultou verem-se obrigados a operar uma prompta retirada pela beira mar, ameaçada como já estava de ser cortada pelas tropas inimigas. Informado Solignac de que D. Pedro impedira a saida da columna em que se devia apoiar o seu flanco direito, pelas noticias de que os miguelistas marchavam sobre o Porto em grande força pelo caminho de Lordello, retirou definitivamente para a cidade pelas oito horas da noite, bramindo de colera, por ver assim mallograda a sua primeira operação militar, com grave prejuizo do seu credito, ficando desde então o monte do Crasto em pacifico poder dos miguelistas, que já pela estrada de Lordello se dispunham realmente a cortar-lhe a retaguarda [1].

No paço se expressou Solignac com o mais vivo resentimento diante de D. Pedro, queixando-se do mallogro das suas esperanças, do descredito que lhe acarretaria o nenhum resultado das suas primeiras operações, e finalmente de que sobre elle pesasse uma dura responsabilidade, tendo elle apenas metade do commando em occasiões de ataque, queixas a que D. Pedro respondeu, assegurando-o de que no futuro se não intrometteria mais nos seus planos e operações. Por esta sortida, que de facto se constituiu em bem disputada e renhida peleja, conheceu Solignac a ardua e espinhosa tarefa, que sobre si tomára, e as grandes difficuldades com que tinha a combater para a levar ao cabo. O regimento n.º 10 de infanteria foi n'este dia carregado fortemente pela cavallaria inimiga, que lhe fez perder alguma gente. Os inglezes voltaram n'esta occasião a cara, ou deram as costas ao inimigo, debandando por tal modo, que necessario foi aos lanceiros leval-os novamente ao combate, quasi que á ponta da lança, unica vantagem que aqui se ti-

[1] No documento n.º 256 verá o leitor o boletim official d'esta sexta sortida.

rou d'esta arma, sem poder ir á carga, por se atolarem os cavallos nos caminhos quasi até aos peitos. Pelo contrario os francezes portaram-se com bastante coragem, sendo por isso mesmo a força que mais soffreu n'este ataque [1].

A idade do general Solignac, as gloriosas recordações das suas antigas campanhas, e a necessidade que julgava haver no Porto dos seus serviços, reunindo a tudo isto um certo mau humor e franqueza de caracter, que lhe eram naturaes, tornavam-n'o indocil, e improprio para cortezão de palacio de reis, o que particularmente fez ver nas suas queixas pelo mallogro da sua anterior sortida. Ao exercito fez elle saber na sua ordem do dia de 25 de janeiro, que o mau successo de similhante empreza proviera, não d'elle, mas de circumstancias extraordinarias, que de nenhum modo estavam na sua mão remediar, e para cumulo da sua linguagem grosseira e imprudente, houve até quem dissesse que, referindo-se a D. Pedro, elle proferira uma vez as descortezes expressões de *nunca ter conhecido imperador, que fosse militar, a não ser o imperador Napoleão*. Mal visto como passou a ser de D. Pedro, e dos seus ministros, achou-se tambem reduzido á espectativa dos reforços, que pedia para o exercito; e adoptando entretanto o plano da mais completa inacção, o seu descredito passou do paço a correr geralmente no publico, e tanto mais, quanto que o abandono do monte do Crasto se lhe attribuiu a desleixo, não sendo verdadeiramente coagido a isso pelo inimigo, segundo a crença do vulgo.

Como organisador nada fez, que com rasão mereça nome, porque emfim no arranjo e disciplina dos corpos não mudou cousa alguma do que achou estabelecido. Quanto á esquadra, tambem poucos mais serviços, ou nenhuns d'ella se viram, porque sobrevindo os ventos, e os temporaes proprios da estação invernosa, voltou novamente para as ilhas

[1] A perda dos constitucionaes n'esta sexta sortida foi a de 35 mortos, 201 feridos, e 16 prisioneiros, ou extraviados, sendo ao todo 252 homens, dos quaes 25 eram officiaes.

de Bayonna, levando contra si o mesmo Sartorius os clamores e exasperações dos moradores e defensores do Porto, com consideravel quebra da sua reputação militar, que julgaram muito rotineira, para poder aproveitar no meio das circumstancias extraordinarias em que os constitucionaes se achavam [1]. Por conseguinte da sortida de 24 de ja-

[1] Pelo que temos dito do almirante Sartorius, terá o leitor avaliado já quanto mallogradas não foram as esperanças, que os constitucionaes haviam posto na importancia dos serviços navaes, que em Londres elle promettêra fazer á causa liberal portugueza como commandante em chefe da sua respectiva esquadra. Das queixas que contra esta personagem se levantaram no Porto, nos constituimos nós echo na nossa *Historia do cerco*, de que resultou vir-nos elle procurar á secretaria d'estado dos negocios da marinha, acompanhado pelo sr. Jorge Torlades O'Neill, que ainda hoje vive, e póde ser testemunha do que agora vamos dizer.

Sartorius procurava-nos no intento de nos obrigar a retractar do que a seu respeito tinhamos escripto e publicado na nossa dita historia, tendo-o por deshonroso para comsigo. A similhante exigencia formalmente nos recusámos, com a allegação de que, a satisfazer-lhe a vontade, seria faltarmos á verdade sabida e reconhecida por tal. Sartorius, vendo a nossa resolução, buscou intimidar-nos pelo recurso á força do seu braço e da sua gigantesca figura, contrastando com a nossa. A isto tranquillamente lhe respondemos, que lhe agradeciamos a franqueza da sua declaração, e que com igual franqueza lhe declaravamos tambem, que d'ali por diante viriamos prevenidos para a repartição, podendo s. ex.ª contar que ao vel-o em qualquer parte avançar contra nós, e levar a mão ao seu chicote, tambem nós levariamos a nossa a um *revolver*, para lhe retribuir a fineza.

Desde então mudou um pouco do tom brusco, que até ali havia empregado, passando a levar-nos a acceitar-lhe uma defeza escripta, para annexarmos á nossa obra na primeira occasião opportuna. Concordámos com o pedido, uma vez que s. ex.ª pagasse as despezas da impressão do seu escripto, no que elle conveiu. Todavia, impressa a referida defeza, que mal podia ter este nome, mandámos-lhe d'ella um exemplar impresso, reclamando-lhe o pagamento de 5$000 réis, despeza da impressão e papel. A isto nunca nos respondeu, nem nos mandou embolsar da quantia por nós dispendida, de que resultou tambem nunca até hoje lhe termos publicado o escripto, que elle tinha por defeza sua. Por similhante conducta póde bem o leitor avaliar agora as qualidades, que ornavam o sobredito almirante. Passados alguns annos, encontrámol-o em casa do sr. marquez de Sá, tendo elle Sartorius a delicadeza de nos abaixar

neiro é claro que só os miguelistas se aproveitaram com vantagem sua, pelos cuidados e actividade a que desde então se entregaram, para levantar no monte do Crasto um dos seus mais bem acabados e completos fortes, que saíram das mãos dos seus engenheiros.

Entretanto chegavam ao Porto alguns dos mais distinctos generaes da emigração portugueza [1], entre os quaes se contava como mais notavel, e auspicioso para a causa liberal, o general Saldanha, a respeito do qual o ministerio tinha tomado as medidas ao seu alcance, receiando alguma sublevação depois do seu desembarque. Da Foz largaram elles a pé para a cidade; mas antes de lá chegarem já se lhes tinham offerecido cavallos para o seu transporte. Grande numero de pessoas lhes foram successivamente apparecendo ao encontro, para lhes abrilhantar a chegada, e d'ellas se formou dentro em pouco uma numerosa e esplendida comitiva, com que entraram no Porto. As ruas e as janellas do transito apinharam-se de espectadores, que á porfia lhes levantavam acclamações e vivas. Foi esta a consideração e respeito que se teve para com a contravenção ordenada nos editaes, que os tres juizes dos bairros tinham mandado affixar, recommendando, não só o mais perfeito socego e ordem, especialmente durante a noite, mas prohibindo até lançar ao ar fogos de artificio, quer de noite, quer de dia, e vedando tambem os numerosos ajuntamentos de qualquer natureza que fossem, ou fins que podessem ter, sob pena dos contraventores ficarem sujeitos ás leis e regulamentos de

muito cortez a cabeça, e nós a grosseria de nos fazermos desapercebidos do seu comprimento.

Posto que já a pag. LV do prefacio do volume I d'esta nossa 3.ª epocha, tivessemos dado ao leitor conhecimento da nossa contestação com Sartorius, tivemos então por melhor calar o modo por que nos conduzimos para com elle. Entretanto um nosso amigo, filho do sr. Jorge Torlades O'Neill, entendeu que nos era honroso narral-o explicitamente, como agora fazemos, para condescender com o nosso dito amigo.

[1] Avistaram a Foz no dia 26 de janeiro, mas só no dia 28 poderam desembarcar.

policia a tal respeito. Solignac fez um polido acolhimento a Saldanha, que antes de ir para o seu quartel foi ao do duque da Terceira, com quem se demorou umas duas horas em particular.

No theatro, onde se representava uma peça allusiva á memoravel acção da Villa da Praia na ilha Terceira, dada em 11 de agosto de 1829, achava-se destinada uma brilhante recepção ao por então chamado conde de Saldanha [1], apesar do grande numero de cabos de policia, que para ali se mandára. Este proceder de ciume e rivalidade, fazia claramente ver quanto azedados pelo resentimento appareceram logo os ministros, e os seus parciaes, contra os recemchegados, que, para não darem pretextos a sinistras interpretações, tiveram o accordo de nenhum d'elles comparecer no theatro. Os obsequios feitos por Solignac a Saldanha, mais acabaram de o perder na opinião dos ministros, que desde então o tiveram na conta de seu desaffeiçoado partidista, e votado decididamente aos interesses do mesmo Saldanha, e foi tambem desde então que se delineou o modo de levar a effeito a quéda d'este phantastico colosso, que tanto mal podia fazer ao poder dos ministros, quando com a elevada posição do seu commando militar reunisse o distincto merecimento, que para tão eminente cargo se exigia. O certo é que desde então se começaram a urdir reciprocamente as intrigas entre o partido ministerial e o de Saldanha, guerreando-se ambos a todo o transe.

Por este tempo o prestigio da opposição, ou o dos saldanhistas, começava a ser consideravel entre os emigrados; mas aos em tal opposição alistados unicamente se limitava por ora o referido partido, arregimentados como os seus membros tinham sido pelos *clubs* durante a emigração; e quei-

[1] Na segunda data de despachos de pares, conselheiros d'estado e titulares, feitos por D. Pedro no Rio de Janeiro em 1827, e que a infanta regente não quiz, ou não póde levar a effeito, incluia-se já o general Saldanha, elevado á jerarchia de conde, e por este motivo se ficou elle assignando desde então como conde de Saldanha. Por esta mesma occasião havia o conde de Villa Flor sido elevado ao titulo de marquez.

xosos como se mostravam dos ministros de 1826, allegavam o mallogro da revolução do Porto de 16 de maio de 1828, e os erros governativos commettidos durante o seu exilio. A chegada de Saldanha ao Porto marca com effeito uma notavel epocha, quanto á importancia e desenvolvimento d'este mesmo partido, e ás desordens que comsigo trouxe para o paiz. É de crer que as associações secretas, que o alimentaram, e que dividido e retalhado se vira pela Terceira, e differentes depositos dos emigrados na Inglaterra, França e Belgica, e até no Rio de Janeiro, recebessem agora, depois de reunidos todos os emigrados no Porto, um grande grau de força e vigor com a presença do mesmo Saldanha n'aquella cidade, como se prova pelos cuidados e resentimentos, que os ministros mostraram a seu respeito, desde o primeiro momento do seu desembarque.

O certo é que desde este momento a opposição tornou-se mais compacta e sytematica, e as suas queixas correram de então por diante com mais voga e azedume. Emquanto os ministros, e os seus partidistas, chamavam aos da opposição inimigos de D. Pedro, ávidos do poder e do mando, demagogos, e propensos á anarchia, Saldanha, e os antagonistas do governo, olhavam para os ministeriaes como gente abjecta e aduladora do poder, servindo sem lhes importar a quem, nem attenderem ao bem do paiz, ou ás qualidades moraes dos ministros, comtanto que estes tivessem que dar, e dessem effectivamente. O systema de governo era arguido de formar uma clientella corrupta, ou *guarda pretoriana*, que cegamente o applaudisse, e lhe defendesse todas as suas medidas.

Então começaram a popularisar-se as queixas contra os ministros, por não terem abastecido a cidade de viveres, e os depositos e arsenal do exercito de mantimentos e munições de guerra, logo que se viram cercados pelas forças inimigas. A conservação da Serra do Pilar, olhada como inspiração feliz, não dos ministros, mas do governador militar do Porto, servia de prova á imperícia dos conselheiros do regente, redobrada ainda mais esta culpa com as accusações

que lhes faziam, pelo abandono de Villa Nova, e da immensa riqueza dos vinhos, que lá ficára. A mais insignificante medida do governo estudava-se pelo lado, que lhe podia ser hostil, e como tal se interpretava, e se assoalhava depois, dando-se como attentatoria da carta constitucional.

No publico chegaram-se até a annunciar projectos de assassinios, a respeito dos quaes se exprimiu um escriptor contemporaneo nos seguintes termos[1]: «As odiosas intrigas, nem mesmo na medonha presença do horroroso espectaculo da fome, nem debaixo da terrivel e mortifera chuva de balas e bombas, deixaram de tramar o descredito do general Saldanha; contra o general houve um projecto hostil; qual elle fosse ignoro; mas é sabido que então se fallou muito em Joaquim Antonio de Magalhães, em José da Silva Carvalho, e outros. Repito, ignoro tanto as intrigas, como as causas; mas fossem estas quaes fossem, n'aquella epocha todo o homem, que se achava dentro do Porto, e que não tinha por primeiro dever salvar a patria, ou morrer por ella; que não tinha valor para se bater no campo, mas que intrigava na cidade, devêra ser lançado ao Douro; pois quem em taes apuros nutria ambições pessoaes era indigno de viver entre nós. O nosso unico dever era combater no campo os inimigos, vencel-os, ou morrer livre».

Tudo isto era assim; mas a guerra das intrigas secretas tambem não allucinava pouco o partido da opposição, e particularmente o general Saldanha, o qual, não duvidando antepor as rivalidades e caprichos de partido á segurança da propria causa constitucional, até do mesmo nome de D. Pedro (d'aquelle sem o qual nem por uma só semana se poderia manter a defeza do Porto), se mostrára pouco respeitador, não se lembrando, que se o regente abandonasse aquella cidade, tudo, e todos ali ficavam inteiramente perdidos, por ser elle o centro para onde convergiam todas as attenções, quer dentro, quer fóra do paiz. Tão inconsiderado proceder foi quem sobre este partido acarretára com plausivel funda-

[1] Veja *Revista historica de Portugal*, pag. 229.

mento a accusação de attentar contra a regencia de D. Pedro, e de, arrebatado na sua ardente sêde do poder, procurar derrubar o governo por meios revolucionarios, para lhe substituir um regimen de desordem e de anarchia. Do emprego d'estes meios se receiaram evidentemente os ministros, quando a toda a pressa mandaram recolher o armamento, distribuido a alguns individuos não alistados, encobrindo esta medida com a allegação de ser necessario armar os francezes, que ultimamente tinham chegado. É pois evidente que ambos os partidos se tinham desvairado da carreira dos seus deveres, recorrendo a intrigas, e a machinações ignominiosas e indecentes, e que ambos elles, e sobretudo o general Saldanha, e os seus parciaes, se tornaram réus do alto crime de pôrem a causa publica no mais imminente risco de perdição, abrasados só no desejo de aniquilarem os seus adversarios, para os substituir no poder.

Apesar d'isto, a chegada dos novos generaes ao Porto trouxe a necessidade de se lhes dar emprego, e para esse fim se distribuiu então o exercito em tres grandes divisões no dia 2 de fevereiro, continuando a linha defensiva na sua antiga divisão por districtos. A primeira das tres ditas divisões do exercito, que era a do centro, confiou-se ao commando do duque da Terceira, o da segunda, que era a da ala esquerda, ao conde de Saldanha, e o da terceira, que era a da ala direita, ao tenente general Thomás Guilherme Stubbs, encarregando-se a inspecção do pessoal e material do mesmo exercito ao brigadeiro Diocleciano Leão Cabreira[1]. Por este mesmo tempo projectaram os miguelistas levantar uma bateria em Serralves, que avançando sobre Lordello, quasi vinha entrepor-se entre a cidade e a Foz, o que seria funestissimo para os cercados, a realisar-se tal bateria.

Ao general Saldanha se confiára, com o commando da

[1] Foi por esta occasião que na respectiva ordem do dia se mencionaram tambem os regimentos de cavallaria n.os 10 e 11, os quaes, tendo sido creados por decreto de 31 de janeiro, apenas tinham com o regimento de lanceiros 260 cavallos.

sua divisão, a defeza do quarto e quinto districto da linha, que formavam a esquerda d'ella, desde Lordello até á Foz, depois que n'um conselho militar se decidíra o augmento das fortificações da Luz, e o metter-se effectivamente dentro das linhas quanto antes o terreno situado entre Lordello e o mar, pois que perdido elle, perdida estava a causa do Porto. Conhecedor da importancia da conservação da Foz, Saldanha desenvolveu então toda a sua actividade, para assegurar a communicação d'aquella povoação com o Porto, levantando para esse fim, nos pontos que lhe ministravam a grande vantagem dos fogos convergentes, e cruzados sobre o inimigo em occasião de ataque, os seus importantes reductos do Pasteleiro e Pinhal. Para os fortificar lhe serviram de banqueta as primeiras pipas vasias, que lhe caíram nas mãos; e emquanto pela frente lhes fazia abrir os respectivos fossos, pela retaguarda ía levantando os reductos com aquella rapidez e perfeição, que as circumstancias lhe permittiam, seguindo-se-lhes depois as suas linhas de communicação, e finalmente a sua estrada coberta, para abrigo dos defensores.

D'este modo se annullaram os funestos effeitos das bellas fortificações inimigas do monte do Crasto, se paralysaram os da sua bateria de Serralves, e se deu finalmente apoio á que os constitucionaes levantaram no monte da Luz. Saldanha, pela confiança e popularidade que tinha, até na gente mais somenos, pela affeição e carinho com que agasalhava a todos, teve a boa fortuna de constituir em sapadores e homens de fachinas as praças dos batalhões de voluntarios, de que dispunha. Artistas, como muitos d'elles eram, frequente cousa foi entre elles largarem os trabalhos, e pôrem de parte as ferramentas para acudirem ás armas, e debaixo do fogo, e com muito risco de vida, defenderem um terreno, que estava collocado a meio tiro de espingarda da bateria de Serralves, onde os realistas tiveram occasião de lhes matarem sete carpinteiros, subindo-se ás arvores, para melhor dominarem a gente do trabalho, e lhe poderem atirar com pontaria mais certa.

N'aquelle logar tiveram os sitiados, para castigo do seu descuido, de trabalhar a peito descoberto em muitas occasiões, para segurarem um ponto, por assim dizer, conquistado já ao inimigo, e onde á força de improbo trabalho, e grande risco de vida, levantaram com effeito as suas respectivas fortificações, que progrediram com incrivel rapidez, chegando até a construir no intervallo dos reductos do Pinhal e Pasteleiro uma flecha, que nos subsequentes ataques áquelle ponto foi de muita utilidade [1]. Uma das flechas ali construidas teve a denominação de *flecha dos mortos*, porque nenhum piquete de lá recolhia sem participar a perda de alguma, ou algumas das praças com que para lá fôra. Estes piquetes eram geralmente fornecidos pelo regimento de infanteria n.º 10, cujo commandante, o tenente coronel José Joaquim Pacheco, official de bastante credito no exercito libertador, muito se distinguiu tambem n'esta defeza.

[1] Bastante pena me assiste em não saber o nome do perito official engenheiro, que tão habilmente dirigiu estas fortificações, e a quem por esta causa muita gloria cabe igualmente na conservação d'esta tão importante parte da linha.

CAPITULO III

Recrescem no Porto os funestos effeitos da fome com a actividade do bombardeamento, e do sitio do inimigo, dando logar aos projectos de capitulação, e de um desesperado ataque contra os sitiantes da parte dos constitucionaes, que todavia desistem de uma e outra cousa, originando-se tambem d'aqui a demissão do general miguelista, visconde de Santa Martha, substituido pelo conde de S. Lourenço. A esquadra subleva-se formalmente contra D. Pedro, que a muito custo a póde manter firme no seu serviço, sem que todavia tivesse igual fortuna na repressão das iras dos partidos politicos, que contaminavam o seu exercito, chegando um d'estes mesmos partidos a pedir-lhe a demissão do seu ministerio. D'aqui nasceram os desgostos por que passou Solignac, com quem se instou para aventurar uma batalha fóra das linhas constitucionaes, sustendo a execução d'estes planos a chegada ao Porto de uma expedição de vapores com os possiveis reforços de gente, com quem vinha o duque de Palmella, e o almirante Napier, que tomando o commando da esquadra constitucional, com ella e a mesma expedição se fez de véla para o Algarve.

Ás anteriores se vae seguir agora a epocha da mais triste e dolorosa recordação para uma cidade tão cruelmente flagellada pela peste, fome e guerra. O inverno, que tão benigno se tinha constantemente apresentado até ao fim do mez de janeiro, dando logar a ver-se em frente da respectiva costa de mar um cardume de navios, carregados de diversos generos alimenticios, esperando em tempo bonançoso a occasião dos seus desembarques, mudou inteiramente de aspecto em principios de fevereiro. Até ao fim do citado mez de janeiro o mercado achava-se tão fornecido e abundante, que os preços dos generos alimenticios estavam longe de se poderem com justa rasão chamar excessivos, attentas as despezas e embaraços, que geralmente havia para se deitarem em terra; mas apesar d'esta abundancia, nem os particulares, nem o governo, tinham feito grandes depositos, e por conseguinte era de esperar que a primeira cordoada de mau tempo, fazendo parar os desembarques, quasi limitados ás necessidades do dia, trouxesse grande alta para aquelles

preços[1], e expozesse portanto ás maiores privações as classes indigentes. Ao tempo e mares bonançosos se seguiu pois em fevereiro a aspereza de um rigoroso inverno, que soprando violentamente com rijos vendavaes do SO., não só acarretou sobre o Porto repetidos nevoeiros,

[1] De 9 de fevereiro em diante os preços foram subindo, até chegarem aos constantes da inclusa tabella.

Preço a que durante o cerco do Porto chegaram alguns generos alimenticios, e outros mais artigos no primeiro trimestre de 1833, que foi o tempo do maior apuro para os sitiados.

Generos	Preço em 7 de julho de 1832	Preço na carestia
Azeite, quartilho [1]	$100	1$100
Azeite, borras [1]	$030	$360
Aguardente de canna, quartilho	$060	$200
Azeitonas [1]	$025	$140
Arroz, arratel	$045	$085
Arroz ordinario, arratel	$030	$065
Aletria, arratel	$080	$360
Bacalhau, arratel	$040	$440
Batatas, alqueire	$360	1$600
Biscouto da costa, arratel	$070	$280
Biscouto doce, arratel	$110	$360
Biscouto de chá, arratel	$160	$640
Bolacha, arroba	$960	5$260
Boi de 16 arrobas, um [1]	28$800	201$600
Carne de vacca, arratel	$060	$720
Carne de vacca ordinaria, arratel	$050	$440
Carne de vacca, mão, uma	$060	$600
Coelho, um	$150	$750
Coelho para creação, um casal	$400	2$880
Carvão de pedra portuguez, alqueire	$200	1$280
Carvão choça, cesto	$120	$960
Carqueja, molho	$005	$080
Castanhas da terra, alqueire [2]	1$000	3$600
Castanhas do Maranhão, trinta	$020	$090
Castanha pilada, quartilho	$015	$100
Cebolas, cabo [3]	$025	$060
Carneiro, um	1$800	12$800
Cevada, alqueire	$440	3$400
Frango, um	$080	$600
Feijão fradinho, alqueire	$480	4$200

[1] Faltou inteiramente. [2] De França. [3] Uma só cebola.

com cerrações de pesadas e copiosas chuvas, mas até, encapellando os mares, afugentou da costa pela sua furia todo esse montão de navios, que sobre ella se viam até então fundeados.

Por espaço de trinta a quarenta dias estiveram quasi sem

Nomes	Preço em 7 de julho de 1832	Preço na carestia
Feijão amarello, alqueire	$440	4$000
Farinha de milho, alqueire	$400	6$000
Farinha de trigo, barrica de 11 alqueires	7$000	52$000
Farinha de pau, arratel	$020	$100
Farello, alqueire	$300	7$600
Figos do Algarve, arratel	$040	$280
Gallinha, uma [1]	$300	5$760
Ganso, um	$240	1$200
Grão de bico, quartilho	$040	$240
Grão de ervilha, quartilho	$030	$100
Herva, 12 molhos	$060	$400
Linguiça, uma	$100	$360
Lampreia	$360	4$800
Limões, um	$001	$060
Laranjas, uma	$005	$060
Lenha, feixe [2]	$200	1$440
Leite de vacca, quartilho [3]	$020	$400
Leite de cabra	$030	$400
Leite de jumenta, quarteirão	$025	$090
Leitão, um	1$200	8$000
Milho, alqueire	$360	5$600
Maçãs, uma	$003	$090
Mostarda, arratel	$080	$800
Morangos, duzia	$040	$600
Manteiga, arratel	$240	1$600
Macarrão, arratel	$080	$320
Nozes, quarteirão	$025	$100
Ovos, um	$005	$080
Porco de quatro arrobas	9$600	57$000
Porco, carne curada, arratel	$090	$900
Porco, carne nova, arratel	$070	$560
Polvo secco [4]	$060	$210
Painço, quartilho	$025	$300
Peru, um	1$920	9$600
Pombos, casal	$150	$600
Pato, um	$800	4$800
Passas de Alicante, arratel	$100	$300

[1] Faltou de todo. Deu-se por uma 12$000 réis. [2] Valia 13 réis a libra. [3] Faltou inteiramente. [4] Incapaz de comer-se.

interrupção os defensores do Porto incommunicaveis com o resto do universo. D'aquelles navios, nem uma só véla se avistava ao longe para qualquer das partes, que se corresse com os olhos no extremo horisonte, e apenas com difficuldade apparecia por ali solitariamente de quando em quando o paquete inglez, para deitar em terra a mala, ou só, ou acompanhada por algumas das victimas, escapadas de Lisboa á tyrannica perseguição miguelista, ou alguns individuos, que os amigos da causa constitucional resolviam a vir para o Porto pegar em armas, e a fazer parte do exercito

Generos	Preço em 7 de julho de 1832	Preço na carestia
Pão de milho, broa	$140	$800
Pão de trigo, um	$020	$060
Pão de ló, arratel	$170	$960
Pingue, arratel	$150	$720
Queijo, cabeça de preto [1]	$120	$600
Savel, um	$220	2$400
Sardinhas salgadas, uma	$002	$025
Salpicão, arratel	$150	$480
Tapioca, arratel	$040	$090
Tainha, uma	$100	$700
Trigo, alqueire	$500	6$000
Tremoços, alqueire	$400	1$800
Telha para telhado, uma	$015	$065
Unto, arratel	$160	$900
Vinagre, quartilho	$030	$320
Vinho verde, quartilho [2]	$025	$100
Vinho maduro, quartilho [3]	$060	$140
Vitella de 3 arrobas, uma	4$800	43$200
Vitella boa, arratel	$075	$760
Vitella ordinaria, arratel	$045	$480
Vitella, mão, uma	$080	$320
Vélas de sebo, arratel	$070	$320

[1] Sequissimo. [2] Não havia. [3] Não havia ordinario.

N. B. Foi copiada esta tabella do *Conimbricense* n.º 3:223 de 18 de junho de 1878, cujo redactor a copiou tambem do *Commercio Portuense*, sem declarar o numero.

libertador [1]. Desde então os generos mais vulgares, e portanto os mais necessarios á vida, vieram a escassear, e os poucos que ainda appareciam, alcançaram dentro em breve subidos e exorbitantes preços. Da gente pobre e miseravel passou a falta de mantimentos a sentir-se até no exercito, e nos proprios hospitaes, succedendo o mesmo em muitas casas dos moradores d'aquella cidade, os quaes só por sua imprevidencia se podiam ver reduzidos, como a tropa, ás mesquinhas rações de bacalhau e arroz.

A fome começou por conseguinte a apparecer com todas as suas funestas consequencias, manifestando-se nas physionomias descarnadas e macilentas de uns, sendo n'outros acompanhadas de uma marcha fraca e vacillante, denotando assim o quebrantamento geral da força muscular do corpo pela falta de alimentos. As ruas do Porto, que em tempos regulares são em todas as manhãs frequentadas por tudo o que dá vida e actividade á sua industria e commercio,

[1] Não sómente em Lisboa muitos individuos houve, que por sua dedicação á causa liberal, tomaram por empreza mandar para o Porto o maior numero de pessoas que poderam, para lá pegarem em armas, expondo-se por este serviço a serem condemnados á morte, como alguns foram pelo governo miguelista, pela simples culpa de mandarem gente para o Porto; mas até no proprio exercito, que sitiava aquella cidade, parece ter havido alguem, que participava a D. Pedro o que lhe podia interessar do que se passava no campo inimigo. E com effeito, umas vezes saiam do Porto as tropas liberaes sobre os pontos da linha sitiante, em que os miguelistas se achavam mais desprecatados; outras contava-se ao certo na *Chronica do Porto* a perda, que estes tinham tido, ou defendendo-se, ou atacando; e finalmente outras houve tambem em que os constitucionaes pareceram prevenidos do ataque imminente, que os miguelistas íam fazer ás suas linhas. D'esta ultima especie alguns casos houve, em que até os proprios boletins de D. Pedro manifestaram ao publico indicios de prevenção, confirmando assim o que dizemos; tal é o que refere o ataque, que á casa do Pastelleiro fizeram os miguelistas no dia 4 de março de 1833, dizendo n'elle (é o boletim n.º 13, com data de 5 do referido mez de março), *que do dia 3 para o dia 4 o marechal major general* (era o general Solignac), *tendo rasão para acreditar que seriamos seriamente atacados, fez d'isso prevenir os generaes, e tomou as suas disposições em consequencia.* Um outro boletim vem ainda confirmar o que sobre este ponto avançâmos; é o boletim

viam-se por então desertas, dando mais realce á profunda tristeza, que a todos tão altamente angustiava o coração. N'essas solitarias ruas já se não encontrava um só d'esses animaes beneficos, que não só servem ao homem de um poderoso auxiliar nos seus trabalhos agricolas, mas até de salutar alimento para a sua existencia, e isto tanto pelo que respeita á falta de emprego, que se lhes podesse dar, como pelo que toca á carestia a que toda a especie de carnes tinha chegado, não deixando tambem de concorrer para isto a difficuldade da sua sustentação.

A mesma cavallaria do exercito, tendo-se até então fornecido do feno, que lhe vinha de Inglaterra, começou igualmente a apresentar-se como um aggregado de esqueletos ambulantes, pela grande falta que d'aquelle artigo começou a haver. Até o typho e a cholera fizeram durante o ominoso mez de fevereiro repetidos e horrorosos estragos, misturando com tamanho tropel de calamidades o negro e pesado luto de grande numero de familias, ás quaes, por causa de

n.º 17, de 26 de julho de 1833, que trata da acção do dia anterior. N'elle se diz: «Sua magestade imperial, *tendo sido exactamente informado* de todas estas circumstancias (a da chegada do marechal Bourmont ao exercito miguelista, e a de se lhe haver conferido o commando em chefe d'elle), *e tendo recebido participação* de que o inimigo havia passado nos dias 23 e 24 para o norte quasi toda a força, que guarnecia a margem esquerda do Douro, conheceu desde logo o mesmo augusto senhor, que o novo general do usurpador se propunha dar cumprimento ás suas inconsideradas e temerarias promessas». Dizer pois quem era o individuo, ou individuos, que faziam estas participações para dentro do Porto, não o podemos fazer, o que não admira, pois que cousas d'esta natureza são sempre feitas com tal resguardo e cautela, que difficil será achar provas, que tornem evidente a designação dos que similhantes actos praticam. É certo que os miguelistas se queixam de que houve traidores no seu exercito, e de que, ao passo que n'elle estavam recebendo honras e promoções, estavam-se tambem ao mesmo tempo bandeando com os sitiados, e por este modo habilitando-se a receber igualmente d'elles outras que taes vantagens. Cremos que no Porto tambem alguem havia entre os paizanos, que se correspondia com os sitiantes; mas se alguns houve, eram dos proprios miguelistas, que se deixaram ficar na cidade por occasião da entrada, que n'ella fez D. Pedro.

similhantes flagellos, ou pelo do bombardeamento, ou pelo dos combates nas linhas, faltava chefe, ou parente proximo! Quem ha que, tendo durante o cerco estado no Porto, podesse olhar para tudo isto com a mais estoica e fria indifferença, e podesse igualmente, concentrado em si mesmo, contemplar, sem dar um ai em lastimoso silencio, os graves males de tão afflictivo quadro, de que tanta gente, e elle observador, estavam ali sendo victimas? Entretanto nada fez desanimar os bravos e heroicos defensores da invicta cidade do Porto, aquelles homens fortes e de resoluto espirito, nos quaes se divisou sempre a maior coragem, para entrar na liça das batalhas, a par de um caracter firme e inflexivel, superior á negra adversidade que os perseguia. Quanto aos seus moradores, a sua coragem tambem, em geral, não era menos heroica que a do exercito libertador, fugindo de confiar a mãos alheias a defeza e sustentação das suas vidas, a par da dos seus bens, como quem só buscava livral-os com as suas proprias da rapina e espoliação, de que pelo exercito sitiante tinham sido ameaçados.

Em meiado de fevereiro duplicára o preço dos generos, e o governo, mandando pelo tribunal correccional impor-lhes uma taxa, fez desapparecer todos completamente do mercado, vendo-se por conseguinte obrigado a contramandar as ordens que expedíra. As rações da tropa começaram gradualmente a diminuir, e se os soldados portuguezes, sobrios e pacientes, não recalcitraram a uma medida, dictada aliás pela força das circumstancias, modelo exemplar como são do soffrimento e disciplina, os estrangeiros appareceram logo com as suas incommodas e afflictivas exigencias sobre pagamentos, chegando até a promover algumas desordens, que com toda a resignação teve o governo humilhantemente de lhes soffrer[1].

[1] Foi n'esta extrema falta de provisões frescas, que as tropas francezas e belgas começaram a lançar mão de gatos, cães, e ratos, que encontravam, zombando das pessoas que se anojavam de similhante iguaria! Casos houve em que estes soldados tiveram de sustentar uma renhida pendencia com as donas dos animaes que apanhavam, e no meio

As carnes das bestas cavallares, que morriam á mingua, ou n'algum combate, chegaram até a apparecer no mercado de vacca; mas ninguem se podia enganar com ellas, quando attendesse á sua extrema magreza e côr denegrida[1]. O que porém acabou mais de aggravar este crescido estado de miseria publica foi a grande falta de artigos de tempero, que no fim do mez se fez extremamente sentir, apesar de se pagarem pelo preço, que o vendedor lhes marcasse. Por outro lado a mesma falta de pão amargurava a todos, e se o governo se viu então reduzido a não poder dar á tropa mais que as magras rações de bacalhau e arroz, particular houve que se deu por contente em ter para viver um pouco de arroz cozido em agua e sal, temperando-o depois com assucar, ou chocolate, por isso que o arroz e assucar nunca felizmente faltaram durante o cerco.

Succedeu tambem que os vinhos de inferior qualidade foram os que primeiro se consumiram, ficando depois os generosos para supprir a energia, que se não podia achar n'uma alimentação insufficiente e depauperada. Para maior fortuna foi tambem este artigo um dos poucos de que nunca se conheceu falta, com relação aos superiores. A raridade do combustivel foi um outro mal, e muito grave, que se tornou tanto mais sensivel, quanto mais avançava a estação invernosa. Limpo de arvores para a construcção das linhas o terreno occupado pelos constitucionaes, tornou-se depois necessario arriscar combates, e fazer correr o sangue dos soldados dos postos avançados, para debaixo do fogo do inimigo se poder colher alguma porção d'este indispensavel artigo no terreno neutro, que entre uns e outros dos contendores se interpunha. Acabado este recurso, lançou-se mão dos emmadeiramentos das casas arruinadas, ou pelo tempo, ou pelo bombardeamento, que diariamente continuava nas suas destruições. Esta infeliz e calamitosa epocha foi pin-

da qual os prisioneiros ás vezes se escapavam, deixando logrados os seus apprehensores.

[1] A raridade das aves domesticas chegou a ser tal, que houve quem ao proprio D. Pedro pedisse cinco moedas por um casal de perus.

tada pelo governador do bispado do Porto, quando na pastoral, que permittia ao povo e ao exercito, o uso da carne durante a quaresma, se exprimiu piedosamente, dizendo: «O Senhor das alturas entornou sobre esta cidade o calix da sua ira pelas mãos da usurpação rebelde, e nos tem de tal maneira atenuado, que podemos dizer: *misericordiæ Domini quia non sumus consumpti*».

A miseria e a fome já se não limitavam a opprimir sómente a pobreza, mas estendiam tambem os seus funestos effeitos a algumas familias, costumadas em tempos regulares a viver á custa do seu trabalho com certa commodidade e abundancia, sendo estas as que, nas circumstancias de então, mais duramente soffriam a portas fechadas as mais crueis precisões, pois que em tempos tão desgraçados, nem ao menos havia quem, sem faltar a si proprio, podesse soccorrer os estranhos. Felizmente individuos houve, que dominados pelo seu espirito de bem fazer, tomaram o expediente de estender a estes desgraçados mão benigna e piedosa, por meio da chamada *associação da sopa economica*. D'entre os individuos a quem o céu bafejou com tão salutar inspiração, mencionaremos em primeiro logar o negociante inglez F. J. Smith, que á sua custa distribuiu desde 6 até 12 de fevereiro, de 347 até 954 rações por dia. Succedeu-lhe depois, tomando-lhe o exemplo, o cidadão portuguez Paulo José Soares Duarte, que desde 13 a 20 do dito mez de fevereiro distribuiu de 1:159 até 1:440 rações por dia.

Crescendo como ia tão prodigiosamente o numero dos necessitados, formou-se então definitivamente a mencionada associação[1], acudindo a tão bom exemplo, não só pessoas do Porto e Lisboa, mas igualmente de Inglaterra, d'onde

[1] Os primeiros fundadores d'ella, alem dos dois sujeitos acima mencionados, foram: Antonio Ferreira Pinto Basto Junior, Adriano Ferreira Pinto Basto, Antonio Fortunato Martins da Cruz, Manuel Antonio Pinto do Soveral, Antonio Filippe de Sousa Cambiaço, J. P. Guedes, e João Thomás de Sousa Lobo. Os estrangeiros que tambem n'ella entraram foram: Mr. Fewerhead, F. O'berne, E. H. Cox, J. Attinson, e J. Reed.

As rações de quartilho, distribuidas diaria e mensalmente pela com-

por mão do consul britannico se recebeu a quantia de réis 800$000. De differentes maneiras se foram arranjando e compondo, segundo as circumstancias, e a abundancia de mantimentos o permittia, as rações distribuidas; mas a final quando faltaram quasi todos os generos de que se podessem formar, imaginou-se uma sopa, em que apenas entrava o arroz, assucar, agua, e uma pequena porção de aguardente, sopa que, posto não reunisse todas as condições de

missão da sopa economica desde 6 de fevereiro até 20 de agosto de 1833, foram as constantes do incluso mappa.

Dias	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto
1	–	1:920	3:264	4:536	5:568	5:424	5:856
2	–	2:112	3:456	4:944	5:088	5:280	5:952
3	–	2:016	3:504	4:704	5:472	5:280	5:952
4	–	2:064	3:936	4:656	5:280	5:280	5:952
5	–	2:256	3:528	4:848	5:280	5:280	6:048
6	347	2:400	3:681	4:992	5:472	5:232	6:000
7	500	1:992	3:936	4:416	5:424	5:184	6:000
8	620	2:424	4:272	4:272	5:376	5:232	6:048
9	753	2:544	3:840	4:416	5:280	5:568	5:760
10	969	2:304	3:931	4:656	5:424	5:280	5:760
11	882	2:428	3:816	4:800	5:424	5:280	5:808
12	954	2:592	3:999	4:800	5:376	5:472	5:808
13	1:159	2:832	3:888	4:992	5:376	5:664	5:616
14	1:287	2:832	3:888	4:944	5:376	5:472	5:088
15	1:485	2:832	4:080	5:040	5:472	5:568	5:088
16	1:343	2:928	4:080	4:752	5:472	5:568	4:896
17	1:319	3:024	4:176	5:016	5:568	5:472	4:896
18	1:368	2:640	4:320	5:088	5:472	5:520	4:944
19	1:415	2:832	4:368	5:184	5:472	5:472	4:896
20	1:440	3:024	4:320	5:184	5:472	5:472	4:704
21	1:440	3:264	4:368	5:376	5:472	5:568	–
22	1:488	3:072	4:416	5:280	5:472	5:664	–
23	1:584	3:264	4:656	5:376	5:472	5:760	–
24	1:581	3:120	4:536	5:376	5:472	5:760	–
25	1:784	3:456	4:920	5:280	5:472	4:800	–
26	1:584	3:168	4:416	5:376	5:424	7:104	–
27	2:069	3:216	4:704	5:376	5:376	5:760	–
28	1:968	3:600	4:512	5:568	5:376	5:760	–
29	–	3:456	4:608	5:568	5:424	5:856	–
30	–	3:456	4:704	5:568	5:376	5:760	–
31	–	3:648	–	5:568	–	5:760	–
	29:339	86:716	124:128	155:952	162:480	171:552	113:072
	843:239						

uma boa alimentação, não deixava comtudo de entreter nos orgãos um certo grau de energia e de tonicidade, que não podiam adquirir sómente pelas qualidades nutritivas do alimento, que fóra d'este poderiam haver.

O bombardeamento continuava activo, e redobrava de maldade, pelo estudado systema com que se praticava. As horas do dia e da noite, em que podia ser mais nocivo, eram tambem as que para elle se escolhiam. Umas vezes era pelas duas horas da tarde, quando a maior parte dos moradores do Porto jantavam; outras pelas dez horas da noite, quando se recolhiam, continuando até ás onze horas, á meia noite, e ás vezes mesmo até á uma hora da noite. Casos houve em que principiava antes da madrugada, e progredia até dia claro. As horas da missa tambem algumas vezes se preferiam para este fim, e varial-o com intervallos constantemente irregulares foi um capricho, que houve sempre da parte dos miguelistas. O bairro de Santo Ildefonso, e o de Cedofeita, ambos a grande distancia das linhas, e o primeiro d'elles acobertado de mais a mais com a Serra do Pilar, foram os que por mais algum tempo estiveram a salvo do bombardeamento, circumstancia que fez com que um grande numero de familias, abandonando as suas proprias habitações, para elles emigrassem. Todavia este mesmo abrigo escasso desappareceu nos mezes de fevereiro e março, em que os miguelistas, estudando melhor as ondulações do terreno da parte de Villa Nova, construiram novas e mais terriveis baterias, aperfeiçoando a do Cavaco, a do Verdinho, ou Candal, e sobretudo a que ficava por trás de Gaia.

Estas foram as baterias que nos fins de fevereiro se tornaram as mais perigosas de quantas até ali existiam, porque alem de alcançarem todos os bairros da cidade, batiam tambem de flanco a Serra do Pilar, a bateria do Prado do Bispo, e a passagem do rio, que da praia da Corticeira, na sua margem direita, ia para o Senhor de Alem, na sua margem esquerda, passagem por onde os da Serra se communicavam com os do Porto. Foi a bateria do Candal a que no dia 6 de março metteu a pique o brigue de guerra *Rio*

Ave, ou *Vinte e Tres de Julho*, e por causa d'ella se fizeram tambem alguns rombos nas corvetas *Amelia* e *Regencia*, que por esta fórma se encheram de agua, e por este modo se pouparam ao desaire por que passou aquelle brigue.

A residencia de D. Pedro na rua de Cedofeita começou novamente a ser alvo d'estas baterias; mas o inimigo nunca felizmente a póde alcançar a geito, como tanto parecia desejar. Sete bombas se viram algumas vezes correr no ar, chammejando com as suas espoletas, e tanto se familiarisaram todos com este estado de cousas, que até as proprias creanças disputavam já entre si, se o tiro disparado era de granada, ou bala rasa. As saccas de algodão e couros crus, que o commercio do Brazil tinha levado ao Porto, foram o abrigo de algumas familias mais poderosas, que nos andares superiores das suas habitações os dispunham em camadas para quebrarem a força da bomba, e não vir esta aos andares inferiores, no caso dos emmadeiramentos poderem resistir ao peso da quéda; mas este segundo recurso foi ainda assim abandonado em pouco tempo, pelo mau cheiro que taes couros exhalavam, e influencia nociva, que por esta fórma podiam ter na desenvolução da cholera.

É portanto um facto que o anno de 1833 tinha rompido não sómente funesto, mas até funestissimo para a causa liberal do Porto. Sobre todos os males de que por então ali se viu cercada; sobre a fome, a miseria, e as innumeras desgraças, que lhe occasionavam o typho devastador e a cholera pestilencial, acrescia o mau aspecto com que os negocios politicos se lhe apresentavam por parte dos governos inglez e francez, que se tinham por amigos. A commissão, que junto d'elles se tinha confiado ao marquez de Palmella, e aos mais plenipotenciarios seus collegas, nada de favoravel tinha dado de si. Retirada depois como d'elles foi, e confiada aos dois novos plenipotenciarios, o conde de Funchal e Luiz Antonio de Abreu e Lima, estes tambem por si não tinham dado melhor resultado. Surdo e pertinaz na sua politica da não interferencia, lord Palmerston, e os seus collegas, nenhum caso faziam das reiteradas instancias, que os

plenipotenciarios de D. Pedro lhe dirigiam, para valerem ao mesmo D. Pedro, e aos bravos defensores do Porto. Se esta era a conducta do governo britannico, a do francez estava no mesmo caso, ou peior ainda. Luiz Filippe e os seus ministros, acatando as potencias do norte, e contemporisando com ellas, buscavam não lhes dar pretexto, para as pôr em aberta hostililidade contra si, d'onde resultava negarem-se a intervir na questão portugueza.

O duque de Broglie, ministro dos negocios estrangeiros, em um discurso que fez na camara dos deputados, fallando dos negocios de Portugal, abertamente declarou que a França, não só se recusava a prestar auxilio algum á causa do Porto, mas que até lhe tributava pouca affeição. Havendo um amigo do duque, que a esta parte do seu discurso lhe fez observações, em vez de arrependimento, a resposta que lhe deu foi a de que estimava muito ter aquella occasião, para mostrar que o governo francez considerava a questão portugueza de uma maneira differente por que o governo inglez a encarava, concluindo por dizer, que o seu governo não pretendia apoiar por modo algum os revolucionarios portuguezes. Eram d'esta politica os ministros de que Luiz Filippe se cercou, e por isso os francezes o expelliram depois do throno, como fizeram a Carlos X, sendo aquelle tão reaccionario como este.

O certo é que, dominado por estas idéas, o duque de Broglie evitava quanto podia receber D. Francisco de Almeida, a fim de não chamar sobre si a indisposição do gabinete de Madrid, para não ser arguido por elle das suas intimas relações com os agentes da rainha, cuja causa pouco lhe importava sacrificar á conveniencia da sua politica [1]. Verdade é que o governo francez tolerava por outro lado, que os agentes de D. Pedro tratassem de recrutar polacos e francezes para o exercito libertador, chegando até a favorecer quanto pôde a legião, que dos primeiros se pretendeu or-

[1] Officios de D. Francisco de Almeida de 11 de janeiro e 21 de fevereiro de 1833.

ganisar em França; mas o fim d'esta benevolencia não era o de auxiliar a causa liberal portugueza, mas tão sómente o de alliviar o throno francez das despezas que com elles fazia, e de remover do seu paiz uns individuos, que lhe causavam inquietação, tendo-os como revolucionarios para comsigo.

Apesar das novas occorrencias politicas, que em Hespanha tinham tido logar, como já vimos, nem por isso as negociações tratadas em Madrid por lord Stratford Canning apresentavam resultado algum favoravel para a causa do Porto, o que não admira, não tanto pela má vontade, que para este fim mostrava o gabinete hespanhol, presidido como era pelo exaltado absolutista, D. Francisco Zea Bermudes, quanto pela fria indifferença, que o mesmo Canning via no seu respectivo governo para com a dita causa. Acrescia mais, que o gabinete de Madrid, certo de que nenhum mal lhe provinha de não attender as proposições, que o embaixador inglez lhe fazia sobre tal assumpto, nenhuma duvida tinha em se conduzir assim, pois que com a demora da sua solução, ao passo que satisfazia á sua politica liberticida, tinha tambem a vantagem de ver se as armas de D. Miguel, auxiliadas pela fome e a cholera, que tão cruamente devastava o Porto, alcançavam, ou não a victoria na renhida luta civil em que se achavam empenhadas com os liberaes. O certo é que a politica do novo ministerio hespanhol era ainda decidida protectora da causa miguelista, porque ao passo que persistia na prohibição da entrada da esquadra de Sartorius em Vigo, nenhuma duvida punha em admittir n'aquelle porto a do usurpador. Por tão manifesta violação da sua promettida neutralidade, ordenou D. Pedro, que se dirigisse uma nota ao consul inglez no Porto, a fim de expor este negocio em nota sua a lord Stratford Canning, e leval-o a obter do governo hespanhol a revogação das ordens, que havia sobre a dita prohibição.

Canning respondeu em nota de 17 de março, dizendo ao consul, que não só encontrava grandes difficuldades em obter do gabinete de Madrid concessões favoraveis á causa do

Porto, mas até que o ministro Zea Bermudes era abertamente opposto a toda a negociação, que tivesse por fim pôr D. Maria II no throno, que seu tio lhe usurpára. Ao contrario do que se lhe exigia, o que o governo hespanhol fez um pouco mais tarde foi mandar para Portugal os infantes D. Carlos e D. Sebastião com as suas esposas, e até mesmo a mãe d'este segundo infante, procedimento que não só lhe dava a vantagem de remover da Hespanha dois poderosos inimigos do governo da rainha regente, D. Maria Christina; mas até de dar um poderoso reforço á causa miguelista, tanto pela força moral, que os exilados lhe davam, quanto pelos recursos pecuniarios que lhe traziam. Debalde reclamou D. Pedro contra esta nova quebra da promettida neutralidade hespanhola, porque nem o governo hespanhol attendeu as suas reclamações, nem o governo inglez se mostrava offendido do quebrantamento do que se lhe promettêra, pois foi n'esta occasião que o gabinete de Madrid formalmente rejeitou todas as proposições de lord Canning, offerecendo-lhe um contra-projecto, incluindo condições taes, que não sendo por modo algum admissiveis, resultou d'isto dar-se por finda a negociação.

No auge portanto do abandono geral, em que D. Pedro se viu por parte dos governos inglez e francez, lembrou-se elle em tal caso de recorrer a um expediente, que teve por admissivel, tal foi o de mandar estacionar dois emissarios seus a bordo da esquadra ingleza surta no Tejo, para de lá se pôrem em communicação com alguns individuos, que se achavam em Lisboa, e que, tendo servido a D. Miguel, desejavam concorrer para a pacificação do paiz, por meio de uma conciliação e fusão dos dois partidos contendores. Nas vistas portanto de obter isto, mandou dirigir uma nota ao consul inglez no Porto, buscando por seu intermedio alcançar o consentimento do almirante Parker, para que os ditos emissarios podessem ser com effeito recebidos e conservados no Tejo a bordo de uma das suas embarcações de guerra, auxiliando-os igualmente em tudo quanto estivesse ao seu alcance. Para Londres mandou elle igualmente officiar

a Luiz Antonio de Abreu e Lima, para que solicitasse de lord Palmerston a expedição das precisas ordens ao almirante Parker, para que admittisse os sobreditos emissarios a bordo de algum dos navios da esquadra do seu commando, surta no Tejo. Parker respondeu pela sua parte ao consul inglez no Porto, que só os poderia admittir, mediante o previo consentimento do governo de Lisboa, pois que o admittil-os clandestinamente não o podia fazer.

Mas a isto acrescentava mais, que se a D. Pedro conviesse encarregal-o a elle almirante de fazer algumas proposições ás auctoridades miguelistas da capital, no que dizia respeito á admissão dos seus agentes, elle se esforçaria em cumprir com os seus desejos. Lord Palmerston tambem pela sua parte respondeu, que se os emissarios em questão tivessem de se dirigir ao governo, estabelecido em Lisboa, ou ás auctoridades n'ella constituidas, seriam com segurança admittidos a bordo de algum dos navios de guerra da esquadra ingleza no Tejo, mas a querer-se que elles tratassem com os particulares, não os podia admittir, segundo a posição que a esquadra tinha no Tejo [1]. Já se vê pois que nenhum soccorro real lord Palmerston se promptificava a prestar á causa da rainha, que de facto entregava ao mais absoluto e completo abandono, sem attender ao apoio, que os absolutistas da Hespanha, de França, e de todos os mais paizes da Europa, de concurso com os *torys* inglezes, estavam por aquelle tempo prestando á causa miguelista. Todavia, de palavras o referido lord confessava-se dedicado aos defensores do Porto, manifestando o muito que desejava o seu decidido triumpho. Assim o testemunhava na sua correspondencia para o Porto Luiz Antonio de Abreu e Lima.

No seu officio de 13 de fevereiro dizia elle a este respeito: «Mylord mostrou claramente que desejava o nosso triumpho. «*A vossa questão* (disse mylord) *deve decidir-se no Porto, e tudo depende de um successo abalisado do exercito, comman-*

[1] Carta de lord Palmerston para D. Pedro, na data de 21 de abril de 1833.

dado pelo duque regente, sobre as forças de D. Miguel. Mylord informou-se com interesse dos nossos meios pecuniarios, dos nossos projectos, mostrando em tudo os seus desejos a favor do triumpho da nossa causa». N'um outro officio do mesmo Abreu e Lima, com data de 13 de março, dizia elle para o Porto: «Pela conversa que tive com lord Palmerston, reconheci que os desejos e as boas disposições d'este ministerio continuavam a ser-nos favoraveis; porém mylord repetiu-me, o que já muitas vezes me tem dito, que a conclusão feliz da nossa luta dependia inteira e essencialmente de alguma victoria assignalada, conseguida pelo nosso bravo exercito, sem a qual nenhuma negociação poderia progredir, nem terminar-se em proveito nosso. Não devo omittir de dizer a v. ex.ª, que lord Palmerston me exprimiu os receios de que o partido exaltado liberal, que elle suppõe dominar agora n'essa cidade (parece-nos que isto tinha referencia á chegada de Saldanha ao Porto, e á de alguns dos seus mais exaltados partidistas, como os dois irmãos Passos, José Liberato, e outros), não seja tambem um grande e invencivel obstaculo ás negociações de Madrid, fornecendo ao governo hespanhol, e ás grandes potencias do norte um pretexto de desconfiança, e de receio, que impeça o bom exito das diligencias de sir Stratford Canning, e do ministro de França. Procurei quanto pude modificar e destruir as opiniões de lord Palmerston; porém, apesar das minhas diligencias, percebi com pezar, que não conseguíra completamente o meu intento».

Á vista pois d'isto, era indispensavel a D. Pedro procurar remover as gravissimas difficuldades, que se oppunham a conseguir a tão desejada intervenção ingleza, recorrendo a alguma operação desesperada, que, ou o arrastasse á sua total perdição, ou lhe servisse de meio para que o governo britannico se lhe prestasse ao que d'elle exigia. Mas para realisar similhante operação, alem da pequenez do seu exercito, tinha de mais a mais contra si achar-se elle consideravelmente desfalcado por aquelle tempo de praças combatentes, pelo grande numero de doentes entrados nos hospitaes,

sendo o total d'elles em meiado de fevereiro 1:922, alem de 763 convalescentes e com licença. A falta de desembarque de generos, que tivera logar na segunda quinzena do mez de fevereiro, occasionára a diffusão de noticias o mais aterradoras possivel para a causa liberal. Chegadas que foram a S. Miguel, o desalento manifestou-se logo entre os mais compromettidos na referida causa, os quaes resolveram mandar um emissario seu ao Porto, para pessoalmente saber o que havia ao certo sobre tal assumpto, a fim de que, a ter-se verificado a quéda do Porto, podessem a tempo retirar-se para os Estados Unidos, como em tal caso tencionavam fazer. Foi Manuel de Medeiros, um dos mais ricos morgados d'aquella ilha, e que mais tarde teve o titulo de barão das Laranjeiras, o que á sua custa fretou um hiate para conduzir ao Porto o respectivo emissario [1], provendo-o abundantemente de tudo quanto lhe era necessario para o seu sustento durante a viagem de ida e volta.

Felizmente não se realisaram as tristes noticias da quéda do Porto, como se dizia; mas nem por isso os michaelenses deixaram de saber os gravissimos apuros em que se achava a causa liberal. Tambem a falta que houve em Londres de noticias do Porto, falta occasionada pelo mau tempo que houve em fevereiro, e que não permittiu aos navios o poderem communicar com a terra, deu logar, não só a uma repentina baixa de 7 por cento nos fundos, mas até o publicar o *Times* no dia 12 de março um artigo aterrador, que alborotou toda a gente, e fez correr á casa da legação portugueza um grande numero de pessoas, entre ellas muitos redactores de jornaes, anciosos de saber ao certo o que havia sobre tal assumpto. Abreu e Lima asseverou-lhes, que nem a legação, nem o governo britannico, nem mesmo o al-

[1] Foi difficil achar quem se promptificasse a aceitar esta commissão, tamanho era o terror que as respectivas noticias tinham causado em S. Miguel; foi o tenente de cavallaria n.º 10, José Pessoa Tavares de Amorim, meu fallecido amigo, o que se encarregou de tal commissão, que pontualmente desempenhou.

mirantado, tinham recebido participação alguma, que podesse dar peso ás noticias espalhadas.

Verdade é que os fundos restabeleceram-se em parte, ficando ainda assim abaixo do que estavam, mas a depressão que houve não deixou de ser funestissima, apesar de não terem cessado as diligencias em que se estava de se mandar para o Porto um reforço de 1:500 francezes, diligencias que tambem tiveram contra si um outro contratempo, tal como as novas formalidades exigidas pelo governo francez na promptificação dos passaportes necessarios ás respectivas recrutas. As cousas do Porto estavam por conseguinte n'um tão desgraçado estado na primeira quinzena de março, que o almirante Parker, conhecendo a gravidade d'ellas, julgou conveniente, por effeito das suas antigas instrucções, dever approximar-se d'aquella cidade, e apparecer na Galliza, não só para favorecer com a sua presença qualquer negociação de armisticio, ou de evacuação, que se tornasse necessaria, mas até para proteger a esquadra constitucional contra qualquer insulto, que houvessem de lhe fazer as auctoridades hespanholas, ou evitar a colisão de ataque, com que o almirante Sartorius tinha ameaçado as forças maritimas da Hespanha.

Para maior desgraça dos liberaes o governo miguelista impavido continuava na negra senda das suas barbaridades e tyrannias contra elles. No dia 21 de março, com o pretexto da queima da polvora em S. Martinho da Cortiça, succedida no dia 5 de agosto de 1832, foram fuzilados na cidade de Vizeu os seguintes oito individuos: Antonio Homem de Figueiredo e Sousa, natural de Cruz do Souto, freguezia de Farinha Podre; Antonio Joaquim, solteiro, natural da Varzea da Candosa, junto a Midões; padre Antonio Maia, natural de Souto, freguezia de S. Pedro de Farinha Podre, parocho encommendado da freguezia do Covello de Azere; Francisco Homem da Cunha, do logar da Cortiça, freguezia de S. Martinho da Cortiça; Francisco de Sande Sarmento, solteiro, natural da Carvoeira, freguezia e concelho de Penacova; Felisberto de Sande, solteiro, natural da Carvoeira,

freguezia e concelho de Penacova; Guilherme Nunes da Silva, filho de Bernardo Homem da Cunha, e irmão do já citado Francisco Homem da Cunha; José Maria de Oliveira, natural da Cortiça, freguezia de Paradella. Estes desgraçados, depois de introduzidos no oratorio dos claustros do seminario, foram fuzilados pelas milicias de Santarem no terreiro do Rocio de Santo Antonio. A barbara commissão que os sentenciou não teve duvida em condemnar á morte individuos inteiramente innocentes nos factos de que eram accusados. O padre Antonio Maia, Antonio Homem de Figueiredo e Sousa, Francisco Homem da Cunha, e Guilherme Nunes da Silva, não tomaram parte na queima da polvora, e comtudo foram por tal motivo fuzilados! O infeliz e innocente Francisco Homem da Cunha não succumbiu, como os seus companheiros de infortunio, á desgraça de ser como elles arcabuzado, pois ficou totalmente incolume, de que resultou ter o commandante da escolta de recorrer ao expediente de o fazer assassinar, mandando dar-lhe um tiro contra um dos ouvidos [1].

O que fica relatado é mais uma prova do que foi no infe-

[1] Ao que superiormente fica dito, por nós extrahido do *Conimbricense* n.º 3:716, de segunda feira 27 de março de 1883, additou mais o seu redactor o seguinte: «Nas prisões de Almeida estava preso Bernardo Homem da Cunha, e ali recebeu a terrivel noticia de terem sido fuzilados em Vizeu os seus dois filhos, Francisco Homem da Cunha, e Guilherme Nunes da Silva, e seu cunhado Antonio Homem de Figueiredo e Sousa.

«Quando em 1834 Bernardo Homem da Cunha regressou á sua terra, encontrou (diz o sr. Henriques Secco nas suas interessantes *Memorias)*, sua mulher na eternidade, e as casas devoradas pelas chammas; e como se não fôra bastante o flagellal-o o cruel açoute do despotismo, quiz ainda a dura sorte, que perdesse em vida os restantes filhos, sobrevivendo-lhe apenas duas filhas.

«Alem dos referidos fuzilados, grande numero de outros individuos foram perseguidos, sem que nada tivessem com a queima da polvora. Entre elles notaremos José Felix da Cunha Figueiredo Castello Branco, que falleceu nas prisões, e Francisco Antonio da Assumpção, da Sobreira, de cuja prisão resultou perder sua mãe o uso da rasão.

«Mais se deve notar, que mesmo os presos que não foram pronuncia-

liz Portugal o barbaro e tyrannico governo da usurpação miguelista. Pelo que fica dito se poderá bem julgar de qual seria a sorte, não só de muitos dos defensores do Porto, mas até mesmo d'esta cidade, attendendo-se a ter já sido condemnada ao saque pelo visconde do Peso da Regua em setembro de 1832, como já vimos. Era portanto forçoso que os seus heroicos defensores permanecessem firmes em defendel-a com as suas vidas até onde ellas lh'o permittissem. Felizmente D. Pedro, apesar das grandes calamidades com que elle, e o seu exercito, se achavam lutando no Porto no primeiro quartel de 1833, teve a fortuna da Providencia Divina o livrar finalmente da triste condição de submisso aceitar do infante D. Miguel, seu irmão, e dos seus crueis ministros, o preconisado acto da sua clemencia, de que já superiormente fizemos menção.

No auge pois das apuradas circumstancias em que se viam, impossibilitados de tentar qualquer operação importante contra as forças miguelistas que os sitiavam, um outro mal, seguramente gravissimo, veiu ainda reunir-se aos precedentes, tal foi o da formal rebellião em que o vice-almirante Sartorius se poz para com o mesmo D. Pedro, re-

dos tiveram de jazer nas cadeias de Lamego, até esta cidade ser libertada do jugo do governo de D. Miguel.

«Restaurado o governo liberal, muitos cidadãos patriotas de Vizeu tomaram a nobre resolução de reunir em um mausoléu os ossos das numerosas victimas da tyrannia n'aquella cidade nos annos de 1832 e 1833. O acto solemne em que tomaram parte as corporações ecclesiasticas, irmandade, toda a tropa, guarda nacional, e grande concurso de povo, effectuou-se nos dias 25 e 26 de agosto de 1836.

«No mausoléu foram gravadas duas inscripções, uma em latim, e a outra em portuguez. Esta ultima é a seguinte: «Pela adhesão á liberdade, carta e rainha D. Maria II, por iniquas sentenças foram innocentemente condemnados e fuzilados no anno de 1832 e 1833. *(Segue-se a lista dos portuguezes e hespanhoes fuzilados em Vizeu.)*

«Descansam suas cinzas n'este monumento, o qual, em detestação da execranda tyrannia d'aquelle tempo, e para memoria perpetua de varões tão benemeritos da patria, os cidadãos de Vizeu religiosamente, e por commum subscripção, lhes dedicaram no dia 26 de agosto de 1836.»

cusando-se altivo a obedecer ás ordens, que em nome d'elle se lhe tinham expedido, servindo-lhe de pretexto para isto as faltas de pagamento, que se deram, tanto com relação a elle Sartorius, como ás tripulações dos differentes navios da esquadra. Os fornecimentos dos sobreditos navios eram geralmente feitos por meio de letras, sacadas sobre a commissão dos aprestos; mas não se tendo em Londres podido pagar algumas das referidas letras, este meio havia caido em descredito, de que resultaram as citadas faltas de pagamento, chegando a haver guarnições com nove mezes de atrazo! Dava-se igualmente com isto a falta de vestuario, de que resultou crescer progressivamente a indisciplina, e as ameaças, que diariamente se ouviam, das tripulações fugirem com os respectivos navios para Inglaterra, como effectivamente veiu a praticar a escuna de guerra *Graciosa*.

N'este aperto de circumstancias Sartorius resolveu-se a escrever a D. Pedro uma carta em termos mais asperos e fortes do que até ali tinha feito, indicando n'ella como meio mais prompto o desertar com a esquadra para Inglaterra, ou França. A outras mais pessoas dirigiu igualmente o mesmo Sartorius cartas, em que formulava as suas queixas do governo do regente, pedindo-lhes dar toda a publicidade ao seu conteúdo. D. Pedro reputou a carta a elle dirigida como um formal insulto, feito á sua pessoa, e levando-a a conselho de ministros, n'elle só o da marinha a defendeu, como filha da melindrosa e arriscada posição em que o almirante se achava collocado, de que resultou votar-se pela exoneração de Sartorius, e dar-se interinamente o commando da esquadra ao capitão de mar e guerra Sackville Crosby, que por então se achava no Porto, expedindo-se ao mesmo tempo ordem a Luiz Antonio de Abreu e Lima, para que em Londres se suspendesse toda a ulterior remessa de fornecimentos para a esquadra, até nova determinação do governo.

O desgosto do mau serviço naval, prestado pelo almirante Sartorius a bordo da esquadra, datava já desde o fim do anno anterior de 1832, desgosto que levára D. Pedro a mandar convidar lord Cockrane a vir tomar o commando da es-

quadra de Sartorius, convite que o mesmo Cockrane não aceitou, em rasão de ter conseguido do seu governo ser novamente incluido na lista dos officiaes da marinha britannica, de que se achava riscado, por haver tomado o serviço de estrangeiros sem licença do seu dito governo. Para o substituir no commando da esquadra portugueza inculcava-se com approvação geral o capitão de mar e guerra Carlos Napier, official que na marinha ingleza tinha por si, alem da sua reputação de bravura, algumas outras qualidades, que o tornavam superior ao proprio Cockrane.

É portanto um facto que tudo por aquelle tempo se apresentava com o mais negro e desanimador aspecto para a causa do Porto, para a defeza da qual, e por fortuna dos que n'ella se achavam compromettidos, só por então se apresentava como esperançoso santelmo esse bravo capitão Napier, que a fortuna lhes deparou em tão critica conjunctura. Na data de 19 de janeiro de 1833 officiava o marquez de Loulé a Luiz Antonio de Abreu e Lima, dizendo-lhe: «E porque o vice-almirante Sartorius tem continuado a não mostrar aquella actividade e intelligencia, que d'elle se esperava no commando da esquadra, a qual até hoje não tem apparecido diante d'este porto, apesar das repetidas e terminantes ordens, que para este effeito lhe têem sido expedidas, sem haver motivo que possa justificar a sua falta de execução; sua magestade imperial, o duque de Bragança, tem resolvido exonerar o sobredito vice-almirante do commando das forças navaes de sua magestade fidelissima, logo que tenha outro official no qual concorram as qualidades necessarias para o substituir; e tendo o capitão Napier, da marinha britannica, patenteado ultimamente o seu desejo de entrar no serviço da rainha, o mesmo augusto senhor me ordena diga a v. s.ª, que, no caso do almirante Cockrane não annuir á proposta, que v. s.ª lhe deve ter feito, na conformidade das ordens, que lhe foram communicadas no supradito despacho, com a condição de que deverá então estar aqui impreterivelmente até ao dia 20 de fevereiro proximo futuro, v. s.ª proceda sem perda de tempo a solicitar o

mencionado capitão Napier, para passar ao nosso serviço, no qual lhe será conferido o posto de vice-almirante, e o commando das forças navaes, com as mesmas vantagens do contrato feito com o vice-almirante Sartorius, e com a mesma condição de estar aqui até ao dia 20 de fevereiro, podendo trazer um, ou dois officiaes da sua escolha e confiança, para serem empregados no commando das fragatas de guerra». Recommendava-se mais ao mesmo Abreu e Lima, que fizesse todas as diligencias, para que a nomeação dos officiaes, que houvessem de acompanhar o novo vice-almirante, fosse só devida ao merecimento, e de modo algum á protecção. Participava-se-lhe alem d'isto, que a disciplina da esquadra se achava restabelecida, pela mudança feita de alguns officiaes, e do pagamento de parte do que se devia ás guarnições, e a promessa de serem pagos por inteiro no fim de março, com relação aos que quizessem deixar o serviço. Mais se lhes dizia que as tres fragatas se achavam guarnecidas por inglezes, e as corvetas e mais navios de guerra por portuguezes.

Effectivamente Napier já se tinha prestado a entrar no serviço da rainha, escrevendo para este fim ao marquez de Palmella uma carta no dia 8 do citado mez de janeiro de 1833, em que lhe dizia: «Meu querido marquez.—Supponho que a carta que dirigi a v. ex.ª ha algum tempo por via do *Foreign-Office*, em resposta á sua, lhe não chegasse ás mãos. O objecto d'ella era para dizer a v. ex.ª, que se eu consentisse em ir ao Porto, seria quando v. ex.ª ahi voltasse, sendo inutil ir antes d'isso, e mesmo então não sei, que eu fosse de qualquer utilidade, até que se tratasse de alguma empreza especial. Se um ataque sobre Peniche for meditado, ou um *coup de main* em outro qualquer ponto, eu não duvidaria prestar-me para tudo aquillo de que me julgassem capaz; mas um serviço de muita duração debaixo do commando de um official mais moderno não me conviria. Se eu dissentir da opinião com Sartorius, sobre a conveniencia de qualquer ataque, isto acabaria por dar a minha demissão, o que não produziria bem, mas sim mal á causa da rainha.

Qualquer tentativa de avançar por terra do Porto, receio que não seria praticavel, sendo a força inimiga tão superior; e sem abalos o paiz não poderá declarar-se em favor da rainha. Para recrutar gente aqui, e mandal-a para o Porto, por pequenas porções com despezas enormes, poderá enriquecer alguns individuos, mas nunca ha de restabelecer a senhora D. Maria II no seu throno.»

«Póde acreditar o que lhe digo, meu querido marquez, quando se trata de uma corôa, e especialmente na situação do senhor D. Pedro, tudo se deve arriscar. Se elle ficar no Porto, e o governo inglez não intervier em seu favor, deve forçosamente render-se a final; então a unica alternativa *(chance)*, que resta é reembarcar o exercito, e ir ás costas do inimigo. Eu faria mais do que isto, entraria no Tejo, e desembarcaria a tropa em Lisboa; a empreza é difficil, mas não impossivel em barcos de vapor. Ha um grande espirito de empreza em Londres, e barcos de vapor sem numero, que se podiam ter n'esta estação, não só em Londres, mas tambem em outras partes; e se v. ex.ª tivesse dinheiro para os pagar, eu me comprometteria a empregar todo o meu tempo e esforço para isso. Agora é o tempo proprio para os preparativos, e ainda no inverno, ou logo no principio da primavera, poderia effeituar-se a expedição; as bagagens deveriam ir em navios mercantes, e a tropa nos barcos de vapor com as armas sómente. A passagem para Lisboa é curta, e dou a minha palavra, que elles se achariam entre o Bugio e S. Julião antes do romper do dia, e Lisboa ficaria em nosso poder, se os habitantes nos forem favoraveis; e se não, a tropa poderá retirar-se para o Alemtejo, e os barcos de vapor voltar á noite, ou ficar no Tejo fóra do alcance da artilheria, como elles julgarem mais conveniente. Se houver alguma duvida em fazer o emprestimo, convoque v. ex.ª as pessoas mais interessadas n'elle; diga-lhes o que se trata de fazer, se elles confiarem no plano, e nos homens que o devem pôr em pratica, não deixarão de adiantar o dinheiro necessario. Creia-me, meu querido marquez, seu amigo verdadeiro. = *Carlos Napier.*»

Vê-se portanto que o plano de Napier era o de se organisar uma expedição em força, composta de uma duzia de barcos de vapor, conduzindo n'elles o maior numero de tropas de que se podesse dispor; entrar com a dita expedição no Tejo durante uma noite, e tentar com ella um golpe de mão sobre a capital, indo arrojadamente desembarcar no Terreiro do Paço. A carta fôra dirigida a Palmella nas vistas de ser presente a D. Pedro. Palmella a enviou ao ministro da marinha, Bernardo de Sá Nogueira, com a recommendação de a apresentar ao regente, como praticou. Debateu-se em conselho o assumpto de que tratava, e n'elle se assentou com effeito em fazer saír do Porto a citada expedição, não para com ella se ir desembarcar em Lisboa, mas sim em Sines, ou no Algarve, tendo-se por temerario o seu desembarque na capital, não só pela difficuldade de poder escapar das numerosas baterias de terra, mas sobretudo da artilheria dos navios de guerra, surtos no rio. E se a fortuna permittisse vencerem-se estas difficuldades, seguir-se-ía depois uma encarniçada luta entre a tropa expedicionaria e a inimiga, que avultava ainda assim a 16:000, ou 18:000 homens. Em conformidade com esta resolução, o mesmo Bernardo de Sá escreveu a Napier no dia 30 de janeiro uma carta em francez, em que lhe dizia: «Meu caro capitão Napier.—Já vos escrevi, em resposta á carta por vós dirigida ao marquez de Palmella, propondo-lhe a expedição sobre Lisboa».

«O projecto de entrar no Tejo julgo-o impraticavel, porque se os barcos de vapor escaparem ás numerosas baterias de terra, como poderão elles escapar á artilheria de uma duzia de navios de guerra, fundeados no rio? Por outro lado sou de parecer, que a expedição deve ter por alvo a costa fóra do Tejo, desde Peniche até Cascaes, e a não ser isto praticavel, deve ir desembarcar ao sul do Tejo. Em todo o caso tenho a expedição por muito util. Vós já sabeis como havemos trepado pelos rochedos das ilhas de S. Jorge e S. Miguel. É melhor tornar a trepar, do que expormo-nos no desembarque ás baterias inimigas. Necessario nos será levar escadas a bordo dos barcos de vapor. Mr. Magalhães

(Rodrigo da Fonseca), vos fallará d'este negocio. Elle vae munido de instrucções, e deverá entender-se comvosco. Quanto á vossa vinda ao Porto, bom será guardar o mais inviolavel segredo. As tres fragatas são commandadas, a saber: a *Rainha de Portugal*, pelo capitão Blackeston, que dizem ser bom marinheiro, e commandou em Inglaterra navios mercantes; a *D. Pedro* é commandada pelo capitão Goble; era o segundo de Sartorius na fragata *Pyramus*, e dizem ser bom official. A *D. Maria* é commandada pelo capitão Massey; julgo que se chamava *Evans* na marinha ingleza. O capitão Minus, aliás Bingham na marinha ingleza, commandava, antes de Massey, a *D. Maria*. O capitão Sackville Crosby commandava a *Rainha*, tendo sido o segundo de lord Cockrane. Tomae sobre isto informações, e vêde quaes são os que mais vos convem.»

Igualmente se officiou para Londres a Luiz Antonio de Abreu e Lima, participando-lhe a resolução tomada de se mandar apromptar em Inglaterra tudo o que necessario fosse para uma expedição de 6:000 para 7:000 homens, que em barcos de vapor se devia dirigir a Lisboa, ou ás suas vizinhanças, segundo o projecto, que para isto se tinha approvado, e se lhe remettia por copia. Entendia o governo, que dez a doze barcos de vapor eram para isto sufficientes, incluindo os que já se achavam fretados por conta do mesmo governo. Fôra adoptado o projecto de combinação com o marechal Solignac, e tendo-se por muito importante executal-o quanto antes, o mesmo governo teve por indispensavel mandar a Inglaterra um agente especial para tratar d'este negocio, recaíndo a nomeação no já citado Rodrigo da Fonseca Magalhães, ao qual se deram, na data de 28 de janeiro, umas instrucções para seu regulamento. Por ellas se lhe ordenava, que se entendesse com as pessoas a quem se commettêra a promptificação dos vapores, e das munições de guerra e bôca, as quaes eram Luiz Antonio de Abreu e Lima, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario de sua magestade fidelissima em Londres; João Antonio Alvares y Mendizabal, e Francisco Ignacio Wanzeller. Chegando

a Londres, devia ter uma conferencia com o capitão Napier, e com elle combinar o modo e o tempo de realisar a expedição projectada, e de apromptar as necessarias munições de guerra e bôca.

Indicava-se para ponto de desembarque a praia entre Corteria e o cabo da Roca, ou entre este mesmo cabo e Cascaes, ou entre Cascaes e S. Julião, ou finalmente entre S. Julião e Lisboa, recommendando-se-lhe o pedir ao mesmo Napier as mais claras explicações sobre os meios de praticar o desembarque. Rodrigo da Fonseca partiu do Porto para Inglaterra no dia, 30, ou 31 de janeiro, chegando a Londres no dia 7 do seguinte mez de fevereiro. Todavia este emissario nem levava dinheiro, nem por si tinha bastante credito na capital da Inglaterra, para achar meios de lá poder levar a effeito o fretamento dos respectivos vapores, e esperando-se em cada paquete a formal noticia da quéda do Porto, não era possivel encontrar em Londres quem emprestasse em tal conjunctura a mais pequena quantia, e por conseguinte o projecto de uma tal expedição caducou inteiramente por falta de meios. Por outro lado a prudencia espectante do general Solignac não permittia no Porto movimento algum decisivo; mas este estado de guerra tornava-se insupportavel, pela immensidade de bombas e balas, que diariamente victimava mais ou menos gente, e devastava a cidade, onde, apesar dos infatigaveis esforços dos amigos da causa constitucional, a escassez dos meios necessarios á vida se fazia cruamente sentir no auge de tudo isto, occasionando a fome para muitos desgraçados.

Contra os defensores do Porto tudo conseguintemente parecia ter-se conspirado; a guerra, a fome, e a cholera morbus por um lado, e por outro a braveza dos mares, que se obstinava em negar-lhes todos os soccorros de fóra, e finalmente a inutilidade, ou antes o peso de que a sua propria esquadra lhes servia. Era pois de receiar que o cumulo de tantas e tão graves desgraças viesse a desalentar inteiramente os animos mais destemidos. E foi então no meio d'estes tão acerbos apertos que o governo, sabedor de quanto util

é ás vezes nas concepções militares uma resolução arriscada, entendeu não lhe ser possivel conformar-se por mais tempo com a funesta apathia a que o mesmo Solignac tinha reduzido o exercito, e n'um conselho militar, tido no dia 14 de fevereiro, ao qual presidiu D. Pedro, se fez saber: 1.º, que na cidade só havia mantimentos para dez dias; 2.º, que a força inimiga era, pelo menos, a de 24:000 homens de tropa regular[1], dois terços da qual occupavam o norte do Douro, e o resto a margem do sul; 3.º, que a força com que se podia contar para poder romper por entre o inimigo, não excedia a 10:000 ou 12:000 homens. Saldanha foi de voto que o inimigo se não atacasse na margem direita, mas na esquerda do Douro, onde a força sitiante, não passando de 7:000 homens[2], facilmente podia ser torneada pela sua direita.

Desembarcados os corpos expedicionarios em Quebrantões, queria elle que as forças seguissem depois por Oliveira sobre o Monte Grande, por detrás de Santo Ovidio. A guarnição da Serra tinha de ser reforçada por 300 homens, e na estrada de Avintes se deviam postar 700 com a possivel cavallaria, para impedir a passagem dos realistas n'aquelle ponto, quando quizessem vir em soccorro dos do sul. O fim d'esta operação era occupar Villa Nova, e limpar a margem esquerda do Douro, e se porventura o inimigo viesse entretanto atacar as linhas do norte do Porto, o exercito poderia em tal caso manobrar na Beira, ou ir morrer ás portas de Lisboa. E este era necessariamente o tragico e desastrado fim, que havia de ter um tal acto de desesperação, que comsigo trazia a grande probablilidade da total perda do Porto, e a total derrota do exercito libertador, logo que os miguelistas deitassem sobre elle a sua cavallaria, derrota que não podia deixar de ter logar em qualquer

[1] A força era n'este mez de 39:509 homens de todas as armas com 1:757 cavallos, 10 peças de artilheria de campanha, e 6 obuzes.

[2] A divisão do sul do Douro comprehendia 9:997 homens, com 463 cavallos, 3 peças de artilheria e 1 obuz.

ponto do paiz, onde ella o fosse encontrar. Por fortuna para os constitucionaes, nem este, nem outro algum plano se adoptou por então, em rasão de declarar Solignac, que n'aquelle momento não havia munições sufficientes, havendo então, quando muito, oitenta cartuchos por cada praça.

Que admira pois que no Porto se fallasse por aquelle tempo em capitulação, quando os constitucionaes não tinham já por si cousa alguma, que humanamente os podesse salvar? Alguem houve d'entre os conselheiros do regente, que concebeu e formulou um projecto de capitulação, que se não foi discutido, foi pelo menos passado a limpo, para ter aquelle destino em occasião opportuna [1]. O consul inglez chegou mesmo a propor-se officiosamente a D. Pedro para medianeiro de algum ajuste entre elle e seu irmão, ao que o mesmo D. Pedro promptamente respondeu, *que nunca faria tal*, resolvido como estava a levar a contenda até á ultima extremidade [2]. Já não havia então mantimento para mais de seis dias, e a polvora reduzia-se a cunhetes e barris de areia, que do arsenal saíam para as baterias e linhas, para desviar do publico a mais pequena suspeita a tal respeito.

N'este aperto, um ajuste feito no dia 22 de fevereiro com um negociante inglez, para a compra de 3:000 quintaes de bacalhau, e sobretudo alguns generos e munições desembarcadas, ainda que escassamente, na Foz pelos bravos mareantes do Douro, que na noite de 18 de fevereiro tiveram a coragem de lutar com o fogo das baterias de ambas as margens do rio, e não menos com o estado bravo do mar, salvaram a causa constitucional de uma perdição certa. Estes pequenos recursos e alguns mantimentos, que se con-

[1] O coronel Badcock diz até que o coronel Sorell o consultára no dia 18 de fevereiro, para ir a Braga tratar de uma capitulação com D. Miguel. (Veja pag. 201 *Rough Leaves from a jornal kept in Spain, and Portugal*, Londres, 1835.)

[2] O imperador, encontrando alguns dias depois o coronel Badcock, perguntou-lhe por graça, se com effeito tinha já ido a Braga tratar com seu irmão.

servavam escondidos, sem terem sido dados ao manifesto, foram parcamente alimentando os moradores e defensores do Porto, e deram assim logar a desvanecerem-se progressivamente as tristes e tão repugnantes noticias de capitulação, de que não só houve conhecimento entre os miguelistas, mas até d'ella correram assustadores boatos em Londres, onde o *Evening Mail* chegou a publicar a tomada do Porto por capitulação, e a fuga de D. Pedro para fóra da cidade, d'onde a muito custo se podéra evadir.

Grandes eram com effeito os soffrimentos do exercito libertador, e demasiadamente triste a situação de todos os defensores do Porto; mas a intolerancia e a barbaridade do partido miguelista eram as mais poderosas causas, que levaram os constitucionaes a supportar resignados todos os males e privações de tão arriscado cerco. Mas se triste e lastimoso era o estado dos moradores e defensores do Porto, o das tropas miguelistas tambem não deixava de lhes ser consideravelmente penoso, expostas como estavam sendo ás calamidades de uma guerra, que tanto affligia já todo o reino. Victimas se achavam ellas portanto das consequentes enfermidades, causadas pelas excessivas fadigas de um sitio, em que durante todo o rigor do inverno apenas se lhes ministrava para se recolherem algumas barracas atulhadas de gente por todo o tempo frio e chuvoso de similhante estação.

Os soldados miguelistas do exercito sitiante eram aquelles que, desertando para o Porto, traziam impressa na macilenta physionomia e no desgraçado fardamento com que se cobriam a mais evidente prova da miseria que os opprimia. Em taes circumstancias, e entre taes apuros, era bem natural que o general Santa Martha, como homem moderado, e o mais competente para avaliar adequadamente os males por que os seus soldados estavam passando, ligasse toda a importancia ao acabamento da guerra, e que reputando este negocio o do maior momento para o seu partido, votasse n'um conselho militar, para que os artigos da capitulação em que se fallava a respeito de D. Pedro, fossem

taes, que este pela sua parte não podesse ter duvida em os acceitar.

Mas a opinião contraria foi o que a maioria do conselho votou, successo que para o general Santa Martha equivaleu ao decreto da sua prompta demissão [1], sendo com effeito substituido logo no dia 21 de fevereiro no commando do exercito em volta do Porto pelo ministro da guerra, conde de S. Lourenço, que n'este emprego o foi depois tambem pela sua parte pelo tenente general conde de Barbacena. Pela opinião proferida pelo ministro dos negocios estrangeiros, visconde de Santarem, claramente se vê que a opinião d'este ministro era a de que jamais se devia tratar com os rebeldes directamente, no caso de offerecerem capitular, intervindo a suprema auctoridade de D. Miguel, pois que jamais se deveria, nem por sombras, fazer estabelecer o aresto de tratar de igual a igual poder, mas sim por intermedio dos inglezes e auctoridades britannicas [2], por isso que entre a legitimidade de D. Miguel, e a rebellião constituida da parte dos constitucionaes, não devia haver transacções. Mais se vê que, á excepção dos sargentos, cabos e soldados, a todos os mais se permittia unicamente embarcar para fóra do paiz, incluindo n'estes os habitantes do Porto, que se tivessem compromettido, concessão que ainda assim tinha de ficar subordinada ás circumstancias militares e politicas no momento de tratar, «por isso que o general em chefe podia ser mais exigente, á medida que a situação dos constitucionaes se tornasse

[1] Natural é que para similhante demissão figurasse tambem a recusa de Santa Martha em atacar as linhas do Porto, pela intima convicção que tinha do mau resultado de similhante ataque.

[2] Todavia o duque de Lafões, escrevendo de Braga ao visconde de Santarem em 16 de abril, prevenia-o de que, a ser necessario recorrer á mediação estrangeira, só para ella se devia acceitar algum subdito hespanhol, por ser o governo da Hespanha o que tinha já reconhecido o do senhor D. Miguel, lembrando-lhe em tal caso para esta commissão o coronel barão Rumford, que se achava por então no exercito do mesmo augusto senhor.

mais critica, e tal podia ser ella, que mais conviria forçal-os a cortarem a linha, e a baterem-se em campo aberto, do que deixal-os partir, *sem receberem a justa punição do attentado que commetteram*[1]».

[1] Este benevolente e philantropico segundo visconde de Santarem (Manuel Francisco de Barros e Sousa de Mesquita de Macedo Leitão e Carvalhosa), tendo ido para París depois da restauração do governo legitimo em 1834, e achando-se n'aquella capital em precarias circumstancias para n'ella poder viver, nenhuma duvida teve, não obstante o parecer que havia emittido contra os liberaes do Porto, mendigar junto dos seus chefes mãos cheias de beneficios, e até mesmo o logar de guarda-mór da Torre do Tombo, que o infame espirito de partido tirou ao benemerito Antonio Manuel Lopes Vieira de Castro, que tão dedicado tinha abraçado a causa da emigração, não obstante fazer-lhe perder no Minho um beneficio ecclesiastico, que lhe dava de renda alguns contos de réis annuaes, tal como o da abbadia de S. Clemente de Basto.

A este respeito se exprimiu Garrett na biographia d'este notavel contemporaneo, dizendo: «O governo presidido por um homem que tinha sido objecto da maior deferencia e indulgencia politica dos seus contrarios (cremos ter isto referencia ao ministro Costa Cabral, depois conde e marquez de Thomar), que, nem quando em guerra aberta, com as armas na mão contra elles, e contra a lei do estado, recebêra a mais leve injuria, ou desattenção, devia ser um exemplar de tolerancia. Quem diria que esse governo havia de ter a covardia de ir exercer sobre o homem mais generoso, e mais moderado de toda a opposição, a sua ignobil e regateira vingança! Pois um dos seus primeiros actos foi demittir Vieira de Castro do cargo de guarda mór da Torre do Tombo. Assim testemunhou o partido vencedor agora a gratidão que lhe devia pelo modo com que o ministro da justiça de 1836 com elle se houvera, quando partido vencido».

O facto que acabâmos de referir, nada mais foi do que cravar um buido e agudo punhal no bondoso coração de Vieira de Castro, prostrado como por elle se viu no leito da dor, sobrevindo-lhe alguns mezes depois a morte, que no dia 20 de setembro de 1843 lhe poz termo á vida. A idade que contava era apenas quarenta e sete annos, por ter nascido no mez de julho de 1796. Talvez que alem do tyranno e detestado ministro que o demittiu, fosse tambem envolvido n'este abominavel homicidio o marechal Saldanha, como protector do visconde de Santarem, e de alguem mais da sua familia, porque a protecção por elle prestada a esse mais alguem correu pela nossa mão uma boa parte.

Ao exposto devemos acrescentar, que o cadaver do fallecido foi conduzido em coche da casa real ao cemiterio dos Prazeres no meio de

Curioso como é o officio em que se contém o parecer dado pelo visconde de Santarem, aqui o vamos transcrever na integra, para que ninguem nos possa com rasão attribuir omissões de má fé.

«Reservado.—Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr.—Em officio que v. ex.^{a} me fez a honra de dirigir em 11 do corrente, em referencia ao *memorandum* da conferencia, que eu tivera com o ministro de sua magestade catholica no dia 4, me participa v. ex.^{a} que sua magestade foi servido ordenar que v. ex.^{a} me dissesse que apromptasse eu as instrucções, que se deveriam dar ao general em chefe do exercito em operações contra os rebeldes na cidade do Porto, para o caso apontado no mêsmo *memoradum*. A minha doença, e a affluencia de multi-

um numerosissimo prestito. Muito antes de chegar ás portas d'elle, um grande concurso de pessoas de todas as classes, em que se contavam ministros d'estado, deputados, pares do reino, e membros de tribunaes, querendo todos prestar á memoria do seu amigo, e do cidadão benemerito, o ultimo testemunho da sua pungente saudade e devido respeito, ao tirar do coche o respectivo caixão, tomaram nas suas mãos aquelles despojos mortaes, e os levaram ao respectivo jazigo, onde a familia do finado lhe erigiu depois um monumento, existente para o lado do sul do citado cemiterio, onde ao presente se vê.

Ainda para mais sobre isto se favorecer o dito visconde de Santarem, o governo estabeleceu-lhe uma pensão de 50$000 réis mensaes, para gosar em Paris, dando-se-lhe, para a justificar, a commissão litteraria de escrever em francez a seguinte obra: *Essai sur l'histoire de la cosmographie, et de la cartographie pendant le moyen-âge, et sur les progrès de la géographie, après les grandes découvertes du* XV^{e} *siècle*. O visconde não publicou d'esta obra mais do que os primeiros tres tomos, de cada um dos quaes o governo só mandou tirar seiscentos exemplares, por ter fallecido o seu auctor em Paris, segundo uns em 17 de dezembro de 1855, e segundo outros em 18 de janeiro de 1856.

Por decreto de 7 de outubro de 1857 o mesmo governo encarregou a continuação da referida obra ao notavel escriptor, José da Silva Mendes Leal, do qual sabemos ter usufruido por alguns annos a citada pensão dos 50$000 réis mensaes, sem até hoje ter dado á luz um só volume, segundo nos informam, apesar de allegar ter já por então prompto o quarto volume. Em maio de 1860 compromettêra-se elle a dar o quinto e o sexto volume, pedindo dois annos para a promptificação de cada um d'elles, reduzindo-se-lhe então a pensão a 25$000 réis mensaes,

plicados e urgentes negocios, alem do melindre d'este, não me permittiram executar tão promptamente como desejava aquellas soberanas ordens; agora porém tratarei alguns pontos que me parecem essenciaes:

«1.º Que nunca se deve tratar directamente com os rebeldes, no mesmo ponto onde elles offerecerem capitular, intervindo a suprema auctoridade de el-rei nosso senhor, porque jamais se deveria, nem por sombras, fazer estabelecer o aresto de tratar de igual a igual poder. Entre a legitimidade e a rebellião não ha transacções.

«2.º Que se deverá e poderá tratar n'aquella eventualidade com os inglezes e auctoridades britannicas, como medida preliminar da evacuação de todos os estrangeiros ao

obrigação a que se comprometteu, assignando para isto um termo na respectiva secretaria d'estado, obrigação a que não obstante faltou, pois nos não consta de publicação alguma d'elle sobre o assumpto da citada obra. É que escriptos d'estes não são para os improvisadores, ou os que nos seus gabinetes escrevem diariamente, rascunhando artigos ás vezes bem escandalosos, para jornaes, pela paga, ou salario que se lhes dá.

Um dos titulos com que este notavel escriptor contemporaneo se honra é com effeito, alem de outros, o de insigne jornalista, merito que lhe não contestâmos, pois n'esta carreira sobresaiu pelo facto de se constituir redactor de um jornal, no qual empregava contra um outro as mais virulentas expressões, indo-se depois associar á redacção d'aquelle de que tão mal dizia. Sirva para prova d'isto o *Tempo* e o *Estandarte;* no primeiro d'elles, como defensor strenuo do ministerio existente, stigmatisava este no segundo semestre de 1847 tendo-o por indecente e immoral, e todavia á redacção d'elle se foi logo associar, apenas o *Tempo* acabou com a quéda do ministerio que defendia. As suas crenças politicas tambem não deixam de ter energicas tintas do seu claro-escuro, circumstancia que nos parece ter sido filha, não da rasão, mas de uma carreira de mais de vinte annos de um incessante trabalho, e amargas privações de jornalista. A final ganhou o ponto no jogo, subindo aos mais altos logares do estado, pois, como é sabido, os que assim se conduzem, são os que geralmente têem por si o *placet* dos que estão á testa dos destinos do paiz, sobretudo se empunharam o malhete de grão-mestres da maçonaria. (Veja a portaria do ministerio do reino de 1 de maio de 1860 no *Diario de Lisboa* n.º 117 do mesmo anno, e o *Diccionario bibliographico* de Innocencio Francisco da Silva, tom. v, pag. 132.)

serviço do senhor D. Pedro, e dos rebeldes, os quaes estrangeiros deverão partir immediatamente na esquadra britannica, ou em outros transportes.

«3.º Que durante aquella evacuação as hostilidades deverão cessar.

«4.º Que os rebeldes, que por acaso os acompanharem, não poderão tocar em nenhum porto de territorio portuguez.

«5.º Que os rebeldes deverão desde logo deixar aos commissarios, nomeados pelo general em chefe do exercito de sua magestade, toda a artilheria, cavallos, munições, etc., ou entregar-lh'os nos logares em que se acharem.

«6.º Que não poderão levar os cofres publicos, nem os fundos, nem moveis, ornamentos das igrejas, e de outros estabelecimentos de sua magestade, e sómente as suas bagagens pessoaes.

«7.º Poder-se-ha permittir aos habitantes do Porto, que se comprometteram, a embarcar com outros.

«8.º Quanto aos sargentos, cabos e soldados portuguezes, que sua magestade lhes perdoava, e lhes daria o destino que julgasse opportuno, conseguindo-se talvez por este meio o diminuir o numero de novos expatriados, e novas tentativas de futuro, etc., chamando-se assim muita gente para a obediencia á legitima auctoridade, e evitando tambem a ida para os Açores.

«Estas são as primeiras e imperfeitissimas idéas, que me occorrem, e que em caso necessario, e principalmente *estando ao facto das intenções* de sua magestade, desenvolveria com os convenientes motivos e rasões; comtudo todas estas idéas devem ser subordinadas ás circumstancias militares, e politicas do momento de tratar, ou antes do conde de S. Lourenço as dictar, se sua magestade convier em adoptar a base da rendição do Porto, sem ser pelo effeito formal do ataque, e entrada das linhas dos rebeldes, e até porque o general em chefe póde ser mais exigente, á proporção que a situação dos inimigos se tornar mais critica, e tal poderá tomar-se esta situação, que seria melhor forçal-os

a cortarem a linha, e baterem-se em campo aberto, do que deixal-os partir, sem que elles recebam a justa punição do attentado que commetteram. Poderá occorrer tambem a opportunidade de que cousa alguma se lhes deva conceder, sem a condição de entregarem ás tropas de el-rei as ilhas de que se acham de posse. Não posso deixar de significar a v. ex.ª, que é de todo impossivel traçar um projecto de instrucções sobre todos os pontos, que uma situação eventual e complicada póde apresentar em mil e mil incidentes diversos.

«Apressar comtudo a quéda do Porto é o maior negocio da monarchia. Tantas considerações d'estado, internas e externas, estão ligadas áquelle assumpto, que seria mui difficil o poder ponderal-as no curto espaço d'esta carta. Sobretudo o que é mais para temer é o estado do reino vizinho. Elle é o mais assustador, e a existencia de parte da familia real hespanhola em Portugal, e do senhor infante D. Carlos, é um dos negocios mais serios, que tem tido Portugal, tanto na posição relativa actual d'estes reinos com a Hespanha, como do partido, que a perfidia e intrigas da França e da Inglaterra d'ahi podem tirar, continuando principalmente a existir o Porto, occupado pelos rebeldes, que a mais funesta de todas as fatalidades tem demorado n'aquella cidade, que se edificou para nosso flagello.

«Rogo a v. ex.ª queira por mim pedir perdão a sua magestade por este meu desafogo, mas n'este ponto estou de tal modo, que nem posso conter-me.

«Tenho a honra de ser de v. ex.ª o mais attento venerador e creado.—Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. duque de Lafões.=*Visconde de Santarem.*—Lisboa, 24 de março de 1833.»

Foi por este mesmo tempo que os dois exercitos começaram a conhecer melhor as vantagens do terreno, que cada um d'elles occupava, e foi tambem desde então que a defeza das linhas do Porto se tornou cada vez mais importante. Já não era cousa estranha ouvir um simples paizano, ou qualquer dos voluntarios, debater as vantagens de uma posição militar, e as possibilidades de um ataque, ou de uma defeza

feliz, o que n'alguns casos chegou a prejudicar bastante o bom exito de alguns movimentos e operações, porque, antecipadas estas no publico, ou reveladas diante dos espiões miguelistas, immediatamente preveniam d'ellas os sitiantes. No mez de fevereiro tinha o exercito libertador recebido o consideravel reforço de 702 estrangeiros, entre os quaes se contava o corpo de irlandezes do coronel Cotter, subindo então o total d'este mesmo exercito a 18:340 homens de todas as armas, incluindo 7:044 individuos dos batalhões nacionaes. A cavallaria chegára tambem n'este mez a 341 cavallos de fileira.

Entretanto as circumstancias de apuro tinham chegado ao seu auge dentro das linhas do Porto, e os seus aterradores effeitos iam produzindo, como resultado de tão triste situação, a pouca, ou nenhuma esperança de salvação da causa constitucional, quando appareceram noticias de que o reducto do Pasteleiro seria dentro em pouco atacado pelos inimigos. Conhecedor da importancia d'esta parte da linha, e da extrema necessidade da sua conservação, para se manter aberta a communicação com o mar, o general Saldanha tinha-se dedicado com incrivel actividade ao levantamento e arranjo das suas respectivas fortificações; e estando ainda longe do seu acabamento, contra estas obras premeditou com effeito o novo commandante em chefe do exercito realista, depois de despertado por ellas do seu lethargo, um prompto e decisivo ataque, bem antevisto, e esperado da parte dos constitucionaes.

Era já entrada com effeito a noite de 3 de março, quando um dos moradores de Villa Nova, que tinha um irmão no campo inimigo, dirigindo-se, segundo se disse, ao paço, ali avisou D. Pedro de que as posições de Lordello seriam atacadas em força na manhã do seguinte dia. Acresceu ainda mais, que no mesmo dia 3 de março desertára um cabo de infanteria n.º 10 para o inimigo, levando a noticia de que o reducto do Pasteleiro se não achava ainda artilhado. Com este aviso de ataque proveram-se de munições, e foram vantajosamente reforçados com efficaz habilidade e zêlo pelo gene-

ral Saldanha os mais importantes pontos do seu respectivo districto. Aquelle reducto foi immediatamente guarnecido de boa artilheria, conservando-se-lhe tapadas as suas respectivas canhoneiras. O reducto do Pinhal foi confiado á direcção do coronel Pacheco, e á sua brava infanteria n.º 10, reforçada pelo batalhão nacional do Minho, e o da casa do Pasteleiro tinha de guarnição infanteria n.º 3. O reducto da Luz defendia-o o primeiro batalhão movel, commandado pelo major Rangel. Lordello estava occupado por infanteria n.º 9, e a communicação d'este ponto com o Pasteleiro tinha por defensores os escocezes do major Shaw, e uma porção de inglezes, que se designavam pelo nome de *rifle-men*. Toda esta infanteria recebeu ordem de não fazer um só tiro, emquanto o inimigo não viesse perfeitamente ao alcance de espingarda.

Na manhã de 4 de março fizeram os realistas um ataque falso sobre Paranhos, Cruz da Regateira e Cantomil, ameaçando tambem toda a mais direita da linha desde Campanhã até S. Roque da Lameira. Ao mesmo tempo toda a segunda divisão, commandada pelo marechal de campo Joaquim Telles Jordão, veiu seriamente contra Lordello, e desde esta povoação até ao mar. As baterias miguelistas do monte da Ervilha e do monte do Crasto, secundadas pelas da margem esquerda do Douro, romperam n'um activissimo fogo contra o reducto da Luz, emquanto que a de Serralves fazia tambem o mesmo contra o Pasteleiro. Os atiradores realistas vieram tanto mais ousados, quanto menor era a resistencia, que encontravam pela retirada, que para dentro das linhas tinham feito os piquetes constitucionaes.

Estavam já ao alcance de se lhes distinguirem perfeitamente os botões das fardas, quando as descargas de metralha, acompanhadas por uma activa fuzilaria, os desbarataram, e lhes fizeram uma horrorosa carnagem. Todavia o inimigo veiu ainda contra a *flecha dos mortos*, e a que ligava o reducto do Pasteleiro com o do Pinhal; mas o seu ataque tinha já perdido a maior parte da força, porque os atacantes, procurando na fuga a salvação, nada era já capaz de

os trazer novamente a um firme e decisivo combate, tendo de passar por entre os cadaveres dos seus proprios camaradas, alcançados tão de perto como tinham sido pelo fogo dos constitucionaes. A Serra do Pilar tambem n'este dia se tornára o alvo de todas as baterias inimigas, que a podiam descobrir e alcançar; o fogo começára pelas tres horas da manhã, e acabára pelas tres horas da tarde, calculando-se em mais de mil as bombas e balas contra aquella posição lançadas.

Do campo da Cravéla saíu uma columna para a igreja de S. Christovão, d'onde tomou o caminho de Quebrantões, e depois o do Pinhal, para vir contra a cerca da mesma Serra, ao passo que outra columna, seguindo para o lado da Fer vença, parecia ameaçar d'ali a direita dos constitucionaes; mas nada d'isto passou de uma simples ameaça, retirando-se finalmente os realistas sem combater[1]. A cidade do Porto foi, segundo o costume, a que soffreu o castigo do mau successo do inimigo, que contra ella tomou por desforra dirigir-lhe um activo bombardeamento, durando até ás tres horas da tarde, e causando algumas mortes e ferimentos. O conde de S. Lourenço, que chamou a este ataque um reconhecimento em força, como o visconde do Peso da Regua chamára á acção de 29 de setembro, manobrou n'este dia com bastante actividade, como quem queria levar a palma aos seus antecessores em zêlo e dedicação pela causa que defendia; mas os seus soldados é que o não acompanharam no empenho, que mostrou no referido ataque.

Da parte dos constitucionaes os resultados do dia 4 de março podiam-lhes ser de grande vantagem, se o marechal Solignac, deixando os seus habituaes receios, e demasiadas cautelas, em presença da critica situação do exercito liber-

[1] A perda dos constitucionaes foi n'este dia de 24 mortos e 134 feridos; a dos realistas foi por elles mesmos computada em 50 mortos e 135 feridos; mas é de crer que n'esta conta haja ainda sua diminuição.

tador, tivesse convenientemente manobrado [1]. Saldanha por duas vezes lhe mandou rogar, que fizesse um movimento sobre a esquerda do inimigo, apenas o visse em derrota na sua direita; mas elle continuou sempre inactivo á ilharga de D. Pedro na linha do Bom Successo, perdendo assim uma nova occasião de se poder novamente occupar o monte do Crasto. Desde então claramente se viu que o general francez para nada mais servira entre nós do que para obstar ás funestas e imprudentes sortidas a que tinha posto cobro, obra como foram do capitão Balthazar de Almeida Pimentel.

O conde de S. Lourenço, perdidas como por elle igualmente foram as idéas de poder levar as linhas do Porto por assalto, entregou-se ao augmento das baterias do bloqueio, e na ponta do Cabedello (areal que na foz do Douro aperta as aguas d'este rio pela sua margem esquerda, e as leva a fazer ali uma estreita garganta contra a outra margem), appareceu em 9 de março levantado um parapeito, para manobrar a fuzilaria, e a coberto d'elle poder cuidadosamente vigiar os desembarques da barra, que contra si veiu a ter na mesma margem esquerda do Douro seis baterias, duas na Pedra do Cão, duas no Cabedello, uma em Sampaio, e a sexta na Furada. Na margem direita tinham igualmente este officio tres baterias, duas junto á praia de Carreiros, e a terceira no monte do Crasto. N'algumas d'estas baterias contavam-se cinco canhoneiras com as suas respectivas peças; mas em nenhuma d'ellas havia menos de tres.

Senhores como os miguelistas se achavam de todas as alturas, que dominavam o Douro, a sua artilheria não só obstruia a barra, mas até batia de flanco quasi toda a cidade do Porto, onde, como já se viu, conseguiram levantar alguns incendios, pela enorme quantidade de bombas, balas e outros projecteis, que quotidianamente contra ella arremessavam. Quanto ás fortificações inimigas, formavam ellas por este tempo um grande arco em redentes e resaltos,

[1] A parte official do ataque feito a Lordello, constante do boletim n.º 13, póde ver-se no documento n.º 257.

comprehendendo quasi quatro mil braças, ou mais de cinco leguas de extensão! Os seus fortes do monte do Crasto, da Ervilha e Serralves, em que pelo lado do mar, e ao norte do Douro, os sitiantes se apoiavam, eram muito mais consideraveis do que as vulgarmente chamadas fortificações de campo entrincheirado. Todas estas obras, de tão extensos contornos, eram muito bem concebidas e delineadas, tendo perfeita execução, e a sua artilheria era toda ella tão boa, quanto bem servida por toda a parte se achava.

Os seus engenheiros tinham habilmente aproveitado, para formar esta linha, todas as ondulações do terreno, e as posições mais vantajosas achavam-se entre si ligadas por muros de sebes e estevas, reforçados com parapeitos á prova de bala. A primeira e segunda linha eram sobretudo guarnecidas de paliçadas nos intervallos dos tres fortes acima mencionados, tendo pela sua frente fossos de doze a quatorze palmos de largura, sobre dez a doze de profundidade. Similhantes entrincheiramentos, sustentados pelas baterias em que elles iam terminar, e por todas as mais de que se achavam cercados, interceptavam completamente as communicações com a cidade do Porto.

Effectivamente os miguelistas tinham cortado as avenidas, que d'ella se dirigiam a todas as povoações circumvizinhas; haviam alem d'isso destruido todas as casas, queimando aquellas que lhes ficavam na frente. Todos os muros das quintas, ou foram por elles demolidos, ou seteirados, obstruidos todos os caminhos, e estabelecidas finalmente cortaduras com os seus competentes travezes e abatizes em todos os logares e encruzilhadas de mais transito, ou embocaduras de caminhos, que deitavam para o lado do Porto. Alem da sua muita artilheria de bater (morteiros, obuzes e peças de grande calibre), os realistas tinham tambem por si o consideravel reforço de muitos parques de artilheria volante. Eis-aqui pois as linhas inimigas no seu maximo ponto de perfeição, que com effeito haviam alcançado em março de 1833, linhas que por assim dizer constituiam um arco de ferro, que apertava os sitiados dentro do recinto que

occupavam, tornando-se-lhes impossivel poderem saír para fóra d'elle, a não ser pela pequena porção de costa, que ainda por si tinham á beira mar.

Estes pela sua parte haviam dividido a sua linha em tres districtos. Na extrema esquerda achava-se alguma cavallaria, e no centro havia de reserva uns duzentos cavallos de lanceiros, e mais alguns corpos de infanteria de pequena força, sendo o Carvalhido o ponto dado para a reunião do batalhão de empregados publicos, e para todas as mais praças e officiaes avulsos em occasião de fogo. A força da artilheria volante consistia apenas em tres meias brigadas, alem da artilheria de bater, que guarnecia os fortes. De todas as baterias, que serviam de apoio ao pequeno exercito constitucional, as mais regulares eram certamente a do monte da Luz, a do Pinhal e Pasteleiro, e finalmente as do Monte Pedral e Congregados.

A primeira d'estas duas ultimas, ou a do Monte Pedral, revestida de leiva, e de pedras soltas e toscas, era a mais temivel de todas, pela elevação sobre as outras pequenas baterias; mas o seu accesso era ainda assim tanto mais facil, quanto pela maior parte essa mesma bateria, e todas as mais das linhas constitucionaes se achavam desprovidas de golas e fossos, correndo-lhes apenas por diante, a maior, ou menor distancia, segundo o permittia o terreno, uma singela linha parapeitada para a infanteria, linha formada em muitas partes de vallados, de barricas, pipas, leivas, e muros irregularmente delineados. As fortificações, que muito á pressa se haviam levantado desde o Carvalhido até á Foz, e que se olhavam como um quarto districto, eram geralmente feitas de terra, constituidas n'algumas partes por uma simples ordem de barricas e pipas, e revestidas n'outras por tábuas, com que a mesma terra se amparava, correndo-lhes por diante fossos de não grande profundidade, que da parte dos sitiantes lhes vedavam o accesso. A sua respectiva artilheria podia dizer-se com verdade não ser geralmente boa, por falta de capacidade para poder jogar á vontade no local em que se achava assestada.

Cremos pois que os miguelistas, só por fraqueza e cobardia deixaram de entrar no Porto, não tendo coragem para levar umas linhas, construidas pela fórma que temos visto, estando por conseguinte bem longe de se terem por intomaveis, particularmente dando-se com esta circumstancia a da grande superioridade da sua força sobre a dos seus contrarios. O estado de insubordinação e desordem a que o seu exercito tinha chegado, no meio dos incommodos e privações de um tão prolongado cerco, explica perfeitamente bem similhante circumstancia, sobretudo com relação ás tropas, que se achavam na margem esquerda do Douro. Obrigados os soldados miguelistas a recorrerem para viver aos roubos e violencias, feitas por elles aos paizanos, como natural consequencia da falta de pagamento de prets, e de regular distribuição de rações, não era possivel aos seus officiaes e commandantes desviarem os seus soldados de uma similhante conducta. E se algum official, por affecto á disciplina, diligenciava temerario reprimir-lh'a, tinha logo contra si a accusação de malhado e desaffecto ao senhor D. Miguel, accusação que pelo estado de desconfiança, que lavrava em todo o seu exercito, se tinha por verdadeira, d'onde provinha não ser possivel a nenhum official de similhante exercito poder manter n'elle a disciplina.

Quanto aos constitucionaes, causas muito mais graves havia, que os impossibilitava de poderem acommetter com probabilidade de bom exito as linhas miguelistas, taes como a grande superioridade das forças, que para isso contra si tinham, e a da perfeição e bom acabamento das suas respectivas fortificações, que lhes dava o caracter de intomaveis. A escassez das suas forças era um mal para elles irremediavel, lutando como se viam com a mais extrema falta de meios pecuniarios, d'onde provinha não poderem recrutar senão em paiz estrangeiro pequenas porções de praças combatentes, que lhes custavam exorbitantes sommas, sem que d'isto lhes resultasse outra vantagem mais, que a de supprir as perdas dos seus anteriores combates. Já se vê pois que com este systema de guerra, impossivel lhes

era poderem alcançar victoria, sendo-lhes portanto indispensavel recorrerem a algum outro expediente, para se poderem salvar do desastrado fim que lhes estava imminente. Mesmo para subsistirem, necessario lhes era manterem a todo o transe a sua communicação com o mar, não tendo em favor dos seus desembarques mais do que o escuro das noites, e a bateria do monte da Luz, a par da artilheria do castello da Foz, onde o seu governador, o coronel de cavallaria, José da Fonseca (que depois teve o titulo de barão de Lordello), não só ia resistindo ao continuado fogo de artilheria das baterias realistas, e até ao do canhão obuz, que para defronte d'elle foi mandado, ficando ali ao alcance de ponto em branco, mas até pessoalmente auxiliava os mesmos desembarques, pegando nas padiolas, para com o seu exemplo animar os soldados a fazer este serviço, pouco familiarisados como então estavam com tal especie de trabalho.

Foram as baterias do Cabedello as que mais particularmente acabaram de fechar a barra; por causa d'ellas se viraram algumas catraias, ou foram mais, ou menos avariadas as que dentro do Douro vinham procurar a pequena praia da Cantareira, com a pressa de se lhes escapar ao fogo. A foz do rio ficou por então completamente obstruida, tendo todas as catraias dos desembarques de ir procurar para elles a pequena praia dos Inglezes, que está já fóra da barra, junto ao monte da Senhora da Luz. Na mesma praia da Cantareira se assestaram da parte dos constitucionaes contra as baterias do Cabedello duas peças, as quaes, ainda que auxiliadas pelas do castello da Foz, nada podiam conseguir de uma decidida vantagem. Uns vinte voluntarios, desejosos de adquirir gloria e fama, mettendo-se no dia 25 de março em barcos, foram sobre o Cabedello, para destruirem aquellas baterias, que geralmente só estavam bem guarnecidas durante a noite; mas vindo sobre elles um bando de caçadores realistas da bateria de Sampaio, e de outros mais pontos fortificados, tiveram de retirar á pressa, deixando ainda por lá ficar uns tres mortos, alem dos feridos que para cá trouxeram.

Apesar de todas estas baterias, os desembarques foram sempre continuando, effeituados desde as ave-marias até ás duas horas da madrugada, não sem algumas desgraças durante as noites, desgraças exageradas por vezes pelos proprios barqueiros, quanto ao numero dos afogados, ou dos mortos pelo fogo do inimigo, nas vistas de desviar a concorrencia dos companheiros, e conservar quanto possivel os altos preços de um tão arriscado serviço. Com os escassos desembarques ultimamente feitos, se foram pois supprindo as necessidades do Porto; mas o apuro dos mantimentos foi ainda assim subsistindo, e não menos o das munições de guerra. Nas noites de 10, 11 e 12 de março fizeram-se alguns desembarques, entre os quaes se contaram 400 barris de polvora, com 50 quintaes de chumbo, e 300 irlandezes, precioso reforço para quem, como D. Pedro, se achava por então em tamanho apuro.

Em fins de março teve elle de reduzir a metade os direitos do bacalhau e arroz; mas já então se contavam ao largo, avistadas da terra, vinte e cinco embarcações mercantes, que ao abrigo já da primavera vinham procurar a descarga. Contra estas embarcações, e as catraias empregadas nos desembarques, mandaram então os miguelistas sair de Mathosinhos seis lanchas artilhadas, contra as quaes o governo teve de mandar pôr de barra fóra algumas canhoneiras, que, escoltando as catraias dos desembarques, as pozessem a coberto das aggressões do inimigo. Para este mesmo serviço saiu ainda do Douro na noite de 17 de abril o brigue-escuna *Liberal*, que serviu de apoio ás referidas lanchas. Com este pequeno auxilio, e o da escuridão das noites, e sobretudo pelo remanso, que o mar foi pouco a pouco adquirindo, depois de meiados de março, poderam os homens atrevidos, que tripulavam similhantes embarcações, arrojarem-se com ousadia ao mar no meio de tantas contrariedades, tendo por cima da cabeça, emquanto remavam á voga surda, um continuado fogo de balas de artilheria, granadas, bombas e fuzilaria, e por baixo da fragil quilha logares aparcelados, asperos e eriçados de cachopos, encobertos pelas aguas da maré cheia.

Foi assim que os desembarques de 21 de março, ainda que de algum vulto, só nas noites de 27 e 28 se tornaram copiosos, adquirindo desde então por diante mais alguma regularidade, fazendo desvanecer os tristes receios da fome do Porto, cujo mercado, apresentando-se soffrivelmente fornecido de quasi todos os generos de primeira necessidade, afastou de muitas mesas, que no seu domestico nunca tinham visto a desgraça de uma alimentação depauperada, o fastidioso e enjoativo arroz com assucar, pois a muita gente boa tinha esta iguaria servido até ali de alimento unico[1]. Com a energia das forças physicas, determinada pela abundancia de mantimentos, adquiriram um novo vigor as forças moraes, e as amargas idéas de capitulação pela fome desappareceram inteiramente d'entre os defensores do Porto.

Se os desembarques dos generos desviaram do Porto as calamidades, que determinaram a sua falta, um outro mal de terrivel aspecto, e difficultoso remedio, continuou a apparecer no meio dos graves apertos, que opprimiam os defensores do Porto, tal foi o da persistencia da formal insubordinação do almirante Sartorius ás ordens de D. Pedro, pondo a causa liberal no mais imminente risco de perdição. Como já dissemos, o regente viu-se inteiramente obrigado a demittil-o do commando em chefe da esquadra, tanto pelo facto da sua reiterada desobediencia, como tambem para dar uma satisfação publica á Hespanha, satisfação que ella exigia, em consequencia dos procedimentos do mesmo Sartorius, para com uma das suas embarcações de guerra, pois era por então da maior necessidade procurar conservar a melhor harmonia com o gabinete de Madrid, ou pelo menos não lhe dar por fórma alguma justo motivo para abertamente hostilisar a causa do Porto. Para portanto se poder realisar a demissão de Sartorius, ordenada por carta regia de 13 de

[1] Eu mesmo, fiado nas rações que recebia do governo, não fiz provimento de cousa alguma; mas o resultado d'isto foi o ter de recorrer tambem durante algum tempo ao arroz com assucar, por não se encontrar em loja alguma do Porto adubo com que se podesse temperar a comida.

março, resolveu D. Pedro mandar a Vigo tres commissarios, com o fim de lhe entregarem a carta regia, que o exonerava do respectivo commando, e de ajustar as contas e reclamações da maruja e officialidade, levando os ditos commissarios meios e auctorisação, para satisfazerem o que se lhes mostrasse terem em divida, sendo parte em dinheiro, e parte em letras sobre Londres, conforme se convencionasse, e para renovarem os contratos com aquelles individuos, que quizessem continuar no serviço, e proverem ao regresso d'aquelles, que, tendo concluido o praso por que se alistaram, quizessem voltar para a sua patria.

Similhante resolução era com effeito arriscada e perigosa, por estar o almirante a bordo, e não haver quem o obrigasse a largar o posto, quando voluntariamente elle o não fizesse, e o ministro da marinha, ponderando novamente a inconveniencia d'ella, como o tinha já feito em conselho de ministros, teve por fim de referendar a medida, por consideração e deferencia para com D. Pedro. A esquadra, desde a infructuosa sortida do monte do Crasto, fôra para as ilhas de Bayonna, e ali se conservava realmente sem paga, sem mantimentos, e até mesmo cortada das suas communicações com a terra, e quasi forçada a fazer-se ao mar por uma esquadra hespanhola, que d'ali a queria ir afastar, a pretexto do apparecimento da *cholera morbus* a bordo d'ella.

Os commissarios, que o governo nomeára para irem a Vigo realisar a demissão de Sartorius, foram o marechal de campo, sir John Milley Doyle, o capitão de mar e guerra da armada Sackville Crosby, nomeado commandante interino da esquadra, e o capitão de fragata José Xavier Bressane Leite, os quaes deveriam partir para Vigo na noite de 13 para 14 de março a bordo do vapor *London Merchant*, que se achava em frente do Porto. Todavia o seu commandante, desconhecendo a auctoridade do governo, como em outras occasiões havia já praticado, não quiz receber a seu bordo os commissionados, fez-lhes fogo, e partiu logo para Vigo a prevenir o vice-almirante do que tinha acontecido, de que resultou terem os ditos commissionados sido obrigados a

seguir viagem no patacho *S. Bernardo*, o qual só no fim de dez dias chegou ao porto do seu destino.

Lutando com as difficuldades da insubordinação das tripulações dos navios da esquadra se achava Sartorius, quando o vapor *London Merchant*, chegando a Vigo, o seu dito commandante lhe apresentou o numero da *Chronica constitucional do Porto*, periodico official do governo, em que por dobrada imprudencia se publicára a exoneração do mesmo Sartorius, antes de se levar a effeito. Informado, como o vice-almirante já se achava, do que a seu respeito se havia passado, logo que os commissarios chegaram a Vigo prendeu o marechal de campo Doyle, pondo-o incommunicavel; o capitão Crosby foi por elle mettido em conselho de guerra, sendo o capitão de fragata Bressane Leite violentamente obrigado a entregar-lhe os dinheiros publicos, e particulares que comsigo levava.

Não contente ainda com isto, nenhuma duvida teve em abrir a correspondencia do governo, dirigida ao seu agente em Vigo, o capitão de atiradores, Joaquim José Falcão, conducta que se tornou duplicadamente escandalosa, com remover dos commandos varios officiaes portuguezes, conservando-os de mais a mais presos até os mandar para o Porto a bordo da corveta *Constituição*, intimando a uns e outros, que elle, os seus officiaes, e as suas differentes tripulações, jamais abandonariam os seus navios, emquanto previamente se lhes não pagasse a sua divida. Pelas differentes embarcações da esquadra andou elle seduzindo a officialidade e tripulações, para lhe assignarem uma declaração, de que não permittiriam que se lhe tirasse o commando, praticando outros mais actos de rebeldia e insubordinação, tão escandalosos, quanto imprevistos[1]. A conducta de Sartorius foi certamente do mais pernicioso effeito para a disciplina militar, alem da mais flagrante falta de fé, com relação ao juramento, que em Belle-Isle tinha prestado de obedecer a

[1] Officio do marquez de Loulé para Luiz Antonio de Abreu e Lima, na data de 31 de março de 1833.

D. Pedro; entretanto parece fóra de duvida, que se o vice-almirante resignasse effectivamente o commando, era inevitavel o passo das guarnições desertarem effectivamente com a esquadra para Inglaterra, ou França, principalmente a guarnição da fragata *D. Pedro,* que estava já n'um estado de completa insurreição.

Foi o mesmo vapor *London Merchant,* o que em 29 do citado mez de março reappareceu no Porto com uma solemne declaração, na qual o almirante, e os seus officiaes, exigiam o seu prompto pagamento até 31 de março, sob pena de fazerem navegar a esquadra para Inglaterra, para ali lhes servir de hypotheca á sua divida. Todavia pelo mesmo vapor Sartorius escrevia particularmente aos generaes Saldanha e duque da Terceira, participando-lhes as rasões do seu procedimento, e protestando-lhes, que jamais desampararia a causa da liberdade portugueza, e que promptamente appareceria no Porto, logo que ali apparecesse tambem a esquadra inimiga. Desde este momento Sartorius, ganhando na opinião das suas tripulações o que perdêra na do governo, pôde com effeito obstar a que os seus navios abandonassem a causa constitucional, e se retirassem para Flessingue, para onde as suas tripulações os queriam conduzir.

Julgar o governo que um official superior da marinha ingleza, não obstante as promessas de obediencia, que tinha feito a D. Pedro, e tendo debaixo do seu commando uma esquadra tripulada por inglezes, e ao qual se tinha faltado a quasi todos os seus ajustes, havia de resignado entregar-se com todas as apparencias de prisioneiro nas mãos de um homem seu inimigo pessoal, que como tal reputava sir John Mylley Doyle, o mesmo que nenhum credito tinha entre os seus proprios patricios, foi seguramente o requinte da maior boa fé, com visos da maior insensatez. Inglezes mercenarios, que ao dinheiro sacrificam todas as considerações do dever, da gloria, e da honestidade, faltando-se-lhes ao pagamento das sommas por que se ajustaram, não ha rasões a que attendam, por mais ponderosas que sejam, não tendo libras á vista. Assim se mostrou Sartorius, e os seus

associados, na sublevação da esquadra, sublevação que o tomou a elle por chefe, queixoso pela falta do pagamento dos seus soldos, avido como se mostrou por dinheiro, exigindo até o pagamento de cousas, que já lhe tinham sido satisfeitas.

Entretanto é fóra de duvida que o governo do Porto aggravou consideravelmente o melindre da sua situação, pela imprudencia d'este seu proceder. De Inglaterra não lhe podiam vir esperanças de encontrar os avultados meios pecuniarios de que precisava, para pôr em dia os atrazos em que a esquadra se achava, n'uma occasião em que a commissão dos aprestos mal podia sustentar o pagamento das letras, que sobre ella se sacavam para fornecimento da esquadra, e em que a casa de Carbonell, de accordo com os seus principaes credores, deixava a sua residencia em Londres, para se transferir a París. Os emprestimos abertos no Porto tinham já dado o que era possivel dar, montando á importante somma de 380:364$350 réis. O mesmo succedia ao producto dos sequestros, e bens dos conventos abandonados, e todavia foi ainda n'estes apertos, e no meio das grandes calamidades por que estava passando aquella heroica cidade, que lembrou por mais esta vez recorrer em tamanho perigo ao exemplar patriotismo dos seus moradores, que tantos males soffreram com a maior resignação. A nada se eximiram portanto os seus negociantes e capitalistas, chamados como foram vinte d'elles pelo ministro da fazenda a sua casa. Ás exigencias que se lhes fizeram, responderam elles, não sem algumas contestações, com louvarem-se na commissão do thesouro, para que, não fazendo pesar só sobre uns os males da patria, derramasse tambem por todos os que podessem contribuir com a parte proporcional aos seus teres, na certeza de que elles pelo seu influxo fariam quanto podessem para que os collectados não repugnassem á paga do que assim se lhes lançasse.

Desde então o governo, revestindo-se da energia de que em taes circumstancias precisava, para realisar a satisfação das quotas de um novo emprestimo, que só veiu a ser de-

cretado em 29 de abril, não duvidou impor aos refractarios a pena de cadeia, e a de pagarem dentro d'ella o dobro da primitiva derrama, quando ainda assim continuassem a persistir remissos, subtrahindo-se ás suas respectivas entradas [1]. De Lisboa poucos, ou nenhuns recursos de vulto lhe podiam ir, não só pela vigilancia com que o governo usurpador perseguia os liberaes, mas porque quasi todos elles se achavam exilados, presos, e privados da administração dos seus bens, e n'este caso mal podiam ter para si, quanto mais para emprestar. Entretanto o ministro da fazenda, José da Silva Carvalho, servindo-se das relações de alguns amigos do barão de Quintella (que depois teve o titulo de conde de Farrobo), por então um dos mais ricos capitalistas de Lisboa, e que por liberal se tinha já refugiado a bordo de um navio estrangeiro surto no Tejo, pôde conseguir d'elle adiantar n'esta critica occasião a somma de 20:000 libras sobre o que de futuro tinha a pagar pela concessão do contrato do tabaco, que lhe fôra promettida, alem de outros mais adiantamentos de vulto, que já tinha feito, perfazendo um total de 65:000 libras [2].

Por outro lado acresceu tambem que o governo, sem lhe embaraçar com o fecho da barra, mas obrigado pelos apuros em que se via, tambem não duvidou decretar em 15 de

[1] Todos os moradores do Porto viram n'aquelle tempo, que um famoso usurario, bem conhecido então pelo appellido de *Lobo da Reboleira*, tendo-se recusado a satisfazer a sua quota de 2:000$000 réis, foi por esta causa mettido na cadeia, e intimado para pagar de lá 4:000$000 réis no fim de oito dias, esgotados os quaes, foi obrigado a pagar réis 8:000$000 para ser solto; e é galante o que alem d'isto se acrescentou mais, dizendo-se que este homem, aliás de uma grande reputação de usurario, affirmára, para justificar a sua conducta, que estando muito mal parada a causa constitucional no Porto, tomára por expediente fazer toda esta simulada resistencia, para que os miguelistas o deixassem depois gosar em paz o resto da sua grande fortuna, diminuida não pouco pelos emprestimos forçados, decretados pelos realistas e constitucionaes. Por este modo pôde o governo, auxiliado pelo tempo, realisar ainda por este emprestimo a importante somma de 103:085$000 réis.

[2] Tão importante foi este serviço, prestado pelo barão de Quintella á causa constitucional, pelo abono d'esta quantia, que Bernardo de Sá

março, que os generos existentes na alfandega, inclusos os de exportação, despachassem, e pagassem no praso de quinze dias os respectivos direitos de consumo, ou de saída, medida esta que contra si teve não pequenos clamores, mas que nem por isso deixou de executar-se, e o thesouro de levantar as quantias de que precisava em tamanha urgencia. Mas a morosidade andava annexa a todas estas medidas, e para a neutralisar, com relação ás exigencias de Sartorius, o ministro da marinha, Bernardo de Sá Nogueira, que elle justamente tinha por seu particular amigo, tomára a resolução de lhe dirigir uma carta, em que lhe mostrava as funestas consequencias do seu procedimento, já porque se constituia rebelde ao governo, ao qual tinha promettido obediencia, e já porque, a partir com a esquadra para Inglaterra, seria elle o proprio, que ia dar o triumpho á causa miguelista. Alem d'isto fez-lhe igualmente ver: 1.º, que um official da marinha ingleza, com grande reputação na sua arma, e mais antigo do que elle, se offerecêra para tirar a causa da rainha da apathia em que se achava, por meio de uma operação arrojada, sem a qual impossivel lhe era triumphar, e que não podendo D. Pedro deixar de aceitar esta offerta, fôra esta a causa da sua respectiva exoneração; 2.º, que a demora do pagamento não podia deixar de a haver, pois que ao ministro da fazenda não era dado fazer pagamentos sem se lhe apresentarem as contas da despeza competentemente legalisada, pois seria cousa extraordinaria obrigal-o a pagar sem se saber o que.

Outras mais rasões lhe expoz Bernardo de Sá, e de re-

Nogueira se julgou obrigado a dirigir-lhe a seguinte carta, debaixo do nome de mr. Smith:

«Ill.^mo e ex.^mo sr.—Como defensor da causa da rainha, e dos direitos da nação, não póde deixar o abaixo assignado de experimentar a maior satisfação pelos serviços, que mr. Smith tem feito a esta mesma causa, serviços extraordinariamente eminentes, e que serão apreciados pela nação toda, logo que os conheça. Queira, pois, mr. Smith, receber a expressão do vivo reconhecimento, que lhe tributa = *Bernardo de Sá Nogueira.*»

forço a elle o proprio D. Pedro lhe dirigiu tambem uma carta, na data de 30 de março, rogando-lhe que permanecesse fiel á causa de sua filha, que elle havia abraçado, e ao mesmo tempo certificando-o de que as suas reclamações seriam em breve satisfeitas. Singular contradicção, a que os repentes do seu genio arrebatado, e a irreflectida opinião de algum dos seus ministros o arrastára. Satisfeitas, como portanto foram até aos fins de abril (não sem haver sobre isto uma aturada correspondencia), todas as reclamações de Sartorius, mediante o adiantamento feito pelo barão de Quintella, e as primeiras sommas, que se apuraram do emprestimo ultimamente lançado aos negociantes do Porto, foi o mesmo Sartorius, por nova carta regia do dia 1 de maio, reintegrado no seu antigo commando, ajustando-se por este modo todas as differenças, que se tinham dado entre elle e o governo. Alem d'isto pôde o mesmo governo pagar igualmente as letras, que não tinham sido aceites na praça de Londres, sacadas no Porto sobre a casa de Carbonell, cujo credito forçoso era restabelecer a todo o transe, identificado como estava com a causa liberal portugueza.

Aplanadas assim estas tão graves difficuldades, e abastecido como o Porto se achava desde os fins de março, outros males vieram ainda de novo acommetter esta infeliz cidade. O fogo da bateria do Candal, e o da construida por trás do castello de Gaia, aterrava consideravelmente a todos. O alto de Gaia domina completamente todos os bairros do Porto, e D. Pedro, não obstante os avisos, que o coronel Hare lhe fizera, para o occupar no principio do cerco, desprezára-o pela grande falta de gente, que tinha para guarnecer toda a sua extensa linha, como já n'outra parte vimos. Desde os fins de fevereiro que os miguelistas o tinham fortificado, e o seu fogo destruidor começou a ser desde então o terror de toda a cidade. Alcançado o bairro de Cedofeita, e a Ramada Alta, não houve d'ahi por diante logar seguro para pessoa alguma, e o mesmo D. Pedro esteve a ponto de mudar novamente de habitação. Quantas vezes as bombas d'aquellas baterias, passado um certo silencio, depois do seu tremendo

estampido, não faziam saír das casas em que caíam, e levar instinctivamente para a rua as pessoas de um e outro sexo, que espavoridas, arrepelando os cabellos, e borbulhando-lhes as lagrimas pelos olhos, gritavam pela falta de algum parente, que tinha ficado victima do terrivel projectil! Assim se annunciavam algumas vezes as mortes dos que succumbiam por similhante fórma.

Estas scenas não era raro repetirem-se a bem pequena distancia umas das outras, e posto que em grande numero tivessem logar na rua de Belmonte, e geralmente na encosta, que olha para Villa Nova, desde a bateria da Victoria até ás praias do Douro, e desde a igreja da sé até á de S. Pedro Gonçalves, comtudo os outros bairros da cidade começaram tambem desde o mez de março a ser terrivelmente incommodados. No 1.º d'este mez se assestou no Prado do Bispo uma bateria de duas peças e um morteiro contra a do alto de Gaia; mas não produzindo vantagem, e recorrendo-se ao estudo dos fogos cruzados sobre aquelle alto, teve de se construir a meia encosta sobre o caes de Massarellos, e junto de S. Pedro Gonçalves, uma nova bateria, que junta com a das Virtudes, Victoria e Prado do Bispo, cruzavam todas os seus fogos sobre a terrivel bateria de Gaia. Desde então os estragos n'ella causados foram tantos, e de tal ordem, que os realistas lhe pozeram o nome de *matadouro*, e de *açougue*, sendo depois d'isso necessario quintar até os soldados, que a deviam ir guarnecer[1].

[1] Apesar d'este cruel bombardeamento, nada fazia desanimar os defensores do Porto; conversas reciprocas entretinham elles com os seus inimigos durante as noites de inverno. Ali sobre as alcantiladas ribanceiras, que deitam para o bello caminho da Foz, se ouviam gritar no silencio das noites para os seus contrarios de piquete em Santo Antonio do Valle da Piedade: *ó corcundas! ó caipiras!* Outras vezes, entretendo conversas e argumentações, levantavam os miguelistas a voz, e diziam: *ó malhados! o vosso rei, sentado n'uma cadeira, vê de um só golpe de vista todo o seu reino;* ao que os constitucionaes respondiam: *assim será, mas certo é que vocês ha nove mezes que andam a marchar por elle, e ainda não poderam entrar na sua capital.* Todo o mez de março foi n'este anno de quaresma, e referindo-se a esta circumstancia, disse

Pela parte do norte do Porto o inimigo procurára incessantemente estudar todas as elevações do terreno, onde podesse construir baterias, para não deixar ficar na cidade um só ponto morto, e com estas vistas se apressou com a construcção de uma d'ellas em frente de Campanhã, annuncio de outra, que em breve teria provavelmente de apparecer na bella posição do monte das Antas, onde ameaçava ser tão terrivel como da parte do sul o era a bateria de Gaia. Aquelle monte tinha sido até então occupado por um simples piquete constitucional; mas D. Pedro mandou na noite de 23 de março levantar n'elle uma trincheira, para começo de fortificações de mais vulto. Ao amanhecer do dia 24 do referido mez, vendo aquelles trabalhos os piquetes da descoberta dos realistas, entraram com caçadores n.° 5 n'um continuado tiroteio, que em breve foi auxiliado pela marcha de uma brigada. Corria um domingo no citado dia 24, e D. Pedro dirigia-se, segundo o seu costume, á missa da igreja da Lapa com todo o seu estado maior[1], quando no caminho foi informado de que as tropas inimigas, saindo dos seus entrincheiramentos em força de 2:000 a 3:000 homens, avançavam em atiradores sobre o monte das Antas. Os constitucionaes, atacados por força tão superior, tiveram de retirar sobre as suas reservas, vindo tomar posição perto

uma vez um realista: *vocês são tão desgraçados, que nem padres têem para n'este tempo se confessarem;* arguição a que um dos soldados constitucionaes replicou: *de padres não temos nós cá falta; manda-nos de lá um boi, que nós te mandaremos de cá um padre.* O conde da Taipa era um dos individuos, que durante as noites costumava entreter-se com estas conversas, ás quaes D. Pedro fez pôr cobro, por irem degenerando em reciprocas e pungentes satyras.

[1] Solignac, depois da sua chegada ao Porto, foi quem resolveu D. Pedro a assistir com apparato militar á missa na igreja da Lapa em todos os dias de preceito, collocando-se para esse fim na capella mór d'aquelle magnifico templo cadeiras rasas de velludo vermelho, dispostas em fileira do lado da epistola no pavimento baixo do subpedaneo do altar, a primeira das quaes era destinada a D. Pedro, a segunda ao marechal Solignac, seguindo-se depois as outras para os mais generaes e concorrentes.

das suas linhas, o que deu logar a que os atacantes podessem demolir as obras levantadas, derrubar a banqueta das pipas, que já lá havia, e entulhar finalmente um fosso, que se tinha aberto na extensão de algumas braças.

Concluidos que foram estes trabalhos, os mesmos realistas deram em passar depois grandes forças para o lado da Foz, ameaçando por ali um ataque serio; mas chegando as tres horas da tarde sem apparecer similhante ataque, o mesmo D. Pedro se resolveu a mandar retomar a posição perdida do monte das Antas, attenta a importancia que por si tinha, pois que uma força inimiga, não inferior a 6:000 homens, o occupava já. Para este effeito saíu pela estrada de Vallongo uma columna, que devia atacar a esquerda dos realistas; uma outra columna se destinou para os atacar na direita, commandada pelo tenente coronel Francisco Xavier da Silva Pereira, que marchando ousadamente a occupar o disputado monte, viu fugir adiante de si o inimigo, o qual, apoiado nas suas reservas, voltou novamente ao ataque, e disputou com teimosia o terreno.

Então foi gravemente ferido o bravo major Sadler, que mais tarde veiu a succumbir das feridas que ali recebeu. O conflicto tornára-se bastante critico, e a confusão appareceu outra vez entre os constitucionaes, e particularmente entre os inglezes, que tiveram de abandonar por segunda vez o local das suas projectadas fortificações, de que já se achavam senhores. Foi n'este momento que a columna constitucional saída pela estrada de Vallongo, dando animo e calor aos fugitivos, promptamente os fez tornar a si, e os levou com tal impeto contra o inimigo, que este teve de retirar-se precipitadamente, dando assim logar a que a posição disputada ficasse por terceira e ultima vez em poder dos constitucionaes, que desde então poderam definitivamente levantar sobre o monte das Antas o reducto do seu mesmo nome [1].

[1] Os constitucionaes tiveram n'este dia a perda de 21 mortos, 212 feridos, e 3 prisioneiros, ou extraviados, comprehendendo ao todo 236

Continuava pois o exercito libertador coberto de gloria pelos seus recentes triumphos; mas os que nos reductos do Pastelleiro e Pinhal tinham sido alcançados pelo general Saldanha em 4 de março, eram outros tantos motivos de grande dissabor e pungente amargura para o ministerio e os seus partidistas, que nas derrotas do inimigo viam o annuncio dos seus proprios desastres, pela desmedida influencia de um rival, que de dia para dia se tornava cada vez mais poderoso pelas suas victorias, e mysterioso prestigio de que gosava nas sociedades secretas. Saldanha tinha organisado para a parte da Foz um *club* maçonico, em que entre muitos militares entravam tambem alguns officiaes superiores do exercito de muito bom nome e reputação, pois que sem o apoio de taes *clubs* Saldanha jamais teria a popularidade que teve, nem alcançaria á custa do thesouro publico haver á mão as avultadas sommas, que d'elle conseguiu, intimidando os ministros á sombra d'elles.

Pela sua parte os ministros tambem tinham por si o apoio d'estas associações, a que naturalmente não podiam deixar de pertencer os aspirantes á magistratura, e aos mais empregos do estado. Não será pois para accusar de temerarios os que a estas taes associações attribuirem o systema, que os de um e outro partido se propozeram seguir, para o seu reciproco ataque e defeza, e d'onde por conseguinte partiram os planos com que os dois partidos, transpondo os limites do honesto e justo, reciprocamente se tornaram com o tempo cada vez mais inimigos. N'estes termos, não admira que os meios de que o governo ultimamente se servira, para poder manter o exercito, e conservar a esquadra, fossem transtornados e pervertidos pelos seus inimigos, e por elles reputados como outras tantas violencias e extorsões, feitas aos habitantes do Porto.

homens, dos quaes 29 eram officiaes. Segundo os mappas vindos de Lisboa, a perda do inimigo foi de 226 homens; mas no Porto computaram-n'a em não menos de 1:000, incluindo 136 homens mortos no campo. O boletim da tomada do monte das Antas vê-se no documento n.º 258.

A carta, diziam elles, acha-se infringida em cada pagina, e o caminho para o absolutismo trilha-se assim a largos e seguros passos. Vê-se pois que no mesmo dia em que os ministros mendigavam pelas portas dos capitalistas algumas quantias, para fazer face ás mais urgentes despezas, varridos como estavam inteiramente os cofres publicos de todo o numerario; no mesmo dia em que no commissariado se ignorava pela tarde quaes seriam os generos com que na manhã seguinte se haviam de fornecer as tropas, esperando pelos desembarques da noite proxima, n'esse mesmo systematicamente se tramavam cada vez mais fortes as urdidas intrigas, contra os mesmos ministros, formuladas pelos amigos e partidistas do general Saldanha. Muitos d'estes individuos, e particularmente os da roda dos dois irmãos Passos, olharam sempre para D. Pedro como necessitado a viver no Porto, quaesquer que fossem os desgostos por que o fizessem passar, não se lembrando, que, sem este grande centro moral, que debaixo do seu nome escudava a causa constitucional dentro e fóra do paiz, olhado na Europa como um certo freio, que impunha respeito ás demasias de ambos os partidos, não era possivel conservarem-se por um só dia unidos os defensores do Porto. Entretanto a mesma opposição, capitaneada por Saldanha, passou de palavras a vias de facto, quando para guerrear o ministerio mandou da Foz em deputação ao Porto, dirigidos ao ministro da marinha, Bernardo de Sá Nogueira, dois dos seus mais distinctos membros, para lhe solicitarem a quéda dos seus collegas, exceptuando elle ministro unicamente. Era muito exigir de um homem de honra, reduzil-o a fazer o infame papel de traidor para com os seus ditos collegas.

Bernardo de Sá, bem longe de annuir ao que d'elle se exigia, buscou socegar os da deputação, pintando-lhes a má situação a que a causa constitucional se achava n'aquelle tempo reduzida, a penuria do dinheiro para custear as despezas de cada dia, a escassez das munições de guerra, e finalmente a extrema falta de viveres, reunindo-se ainda a tudo isto a necessidade, que os ministros tinham, para maior

desgraça sua, de se mostrarem alegres e prazenteiros no publico, tendo o coração pungido pelas mais acerbas difficuldades da sua penosa situação, a fim de que, por sua causa, não desanimassem os que tão empenhados se achavam na defeza do Porto, nem dessem esperanças de victoria aos que contra elles combatiam. A tudo isto lhes acrescentou mais, que esta penosa situação era tão conhecida de D. Pedro, que elle mesmo havia já escripto para sua esposa, dizendo-lhe, que só por milagre se podia salvar a empreza em que se tinha mettido. E se n'esta confissão ingenua claramente se via, que elle só por capricho continuava unido ao exercito libertador, não se iria com similhante passo dar-lhe um pretexto honroso, para se poder desligar da sua união com os defensores do Porto, vendo assim desacatada a sua auctoridade, e coarctadas revolucionariamente as suas prerogativas constitucionaes? E se o seu capricho offendido o conduzíra ultimamente a abdicar no Rio de Janeiro por um caso analogo a corôa imperial do Brazil, não seria elle capaz de dar agora de mão á phantastica regencia de Portugal? E, finalmente, se indispensavel para a segurança da causa constitucional era a presença de D. Pedro no Porto, não se iria dar logar, quando elle se houvesse de retirar, a que D. Miguel entrasse triumphalmente n'aquella cidade, e mandasse de prompto executar a quantos liberaes lhe parecesse conveniente sacrificar á segurança do seu triumpho? Um mal que fosse a sua existencia no Porto, nada havia que igualasse o da sua retirada d'aquella cidade em tal occasião. Eis-aqui pois a rasão com que pela negativa foi despedida por Bernardo de Sá a deputação da Foz, reputando por este modo Saldanha, e os seus partidistas, altamente nocivos á causa liberal em similhantes circumstancias, dando-lhes por conseguinte a certeza de que a demissão de qualquer dos ministros havia de necessariamente trazer comsigo a d'elle Bernardo de Sá, porque com todos elles se achava em boa e fiel harmonia ligado.

Todas estas rasões, ainda que fortes, e capazes de impressionar os homens, não fanatisados pelo espirito de par-

tido, não foram todavia bastantes, já não diremos para desviar, mas nem ao menos para retardar os tão damnosos, e mal concebidos projectos do general Saldanha e dos seus partidistas. Foi portanto do mesmo lado da Foz, ou do districto, cuja defeza se lhe confiára, que continuaram a pôr-se em campo todos os possiveis manejos, para privar os ministros dos seus logares, chegando até a formular-se uma petição, com bem pouca honra para a disciplina militar, que devia ser assignada por todos os commandantes de divisão e de brigada. N'este importante papel, documento indelevel da insensatez dos seus promotores, e que com toda a rasão se deve reputar como um libello famoso contra os ministros do regente, se dizia: 1.°, que elles o tinham enganado, pintando-lhe com falsas cores o estado da nação em 1832, e as difficuldades da empreza, a que se abalançára com a sua expedição sobre Portugal, por isso que dando-lhe todo o reino como sublevado, só pelo credito e magia do seu nome, que valia mais do que quantas bayonetas se podessem empregar, logo que a expedição assomasse no horisonte dos mares de Portugal, segundo as suas lisonjeiras expressões, nada mais se tinha encontrado do que a firme e pertinaz resistencia da parte dos realistas; 2.°, que haviam retardado as fortificações do Porto, e adoptada uma vez a sua defeza, se haviam esquecido, não só de occupar as vantajosas posições da margem esquerda do Douro, mas até toda a porção de terreno, que desde Lordello vae até ao mar, expondo-se assim o Porto a não receber de fóra o mais pequeno soccorro, e por conseguinte o exercito libertador, ou a morrer de fome, ou a atacar desesperadamente as tropas realistas, em força de 40:000 homens, defendidos pelas suas formidaveis linhas de circumvallação e contravallação; 3.°, que se não procedêra com franqueza e lealdade, não annunciando aos habitantes de Villa Nova a necessidade de se retirarem para o Porto com todos os seus effeitos e generos; 4.°, que todo o ministerio, e não só um dos ministros, era responsavel de se não ter feito recolher para dentro da cidade a grande riqueza dos vinhos e aguardentes, que a

companhia do alto Douro tinha nos armazens de Villa Nova; 5.°, que estreitando-se o cerco, se deixaram levantar ao inimigo quantas baterias lhe aprouve, e sobrevindo o bloqueio da barra, nem antes, nem depois se fizeram depositos de mantimentos, nem de munições de guerra, sendo por este modo os ministros os verdadeiros culpados nos males por que tinham passado, e estavam passando os habitantes e defensores do Porto; 6.°, que não se tendo sustentado o principio da liberdade do commercio, teve de se recorrer depois ao violento systema, e ás contradictorias medidas do ministerio a tal respeito, medidas que tão poderosamente haviam contribuido para a fome e miseria que se soffrêra, e continuava soffrendo; 7.°, que os unicos recursos dos ministros só eram as execuções fiscaes, os emprestimos forçados, e as multas despoticamente impostas, vexando assim por meios tão extraordinarios e violentos um povo já espoliado por D. Miguel n'um milhão de cruzados, e agora mesmo sobrecarregado por tantas maneiras, quando se achava paralysado o commercio interno e externo, e quando mais necessidade havia de exaltar o patriotismo dos cidadãos, abatidos por tantos trabalhos e sacrificios feitos; 8.°, que em vez de se animar o valor, de se recrutarem soldados, e agenciarem munições para o exercito, se tinham creado tribunaes phantasticos, e nomeado juizes sem vara, alem do apparato de repartições inuteis, tal como a da segurança publica; 9.°, que não tendo o ministerio por si a opinião publica da cidade, do exercito, e dos governos da Europa; que havendo temido a urna eleitoral, pela não ter consultado, para dar aos habitantes do Porto os seus magistrados municipaes, pedia-se em tal caso que, usando o regente do poder moderador, houvesse por bem demittir o seu ministerio, e nomear um presidente do conselho, que, reunindo a confiança do publico, a do mesmo exercito, e a da Europa com a d'elle regente, lhe propozesse as pessoas, que deviam compor e completar a nova administração.

É bem facil de ver que o general Saldanha, não obstante o enthusiasmo com que em 1823 abraçou a causa do abso-

lutismo, e estigmatisou o governo liberal d'aquella epocha, e não obstante o vergonhoso papel, que em 1828 fizera, quando a bordo do famoso *Belfast* fugiu do Porto, e desertou do commando do exercito, que se lhe confiára, dominado pelo mais extraordinario terror panico, era n'esta petição o indigitado para o logar de presidente do conselho pelos *clubs* da opposição de que era chefe; e é muito notavel, que nem um só dos individuos lhe prestasse o seu consenso com a sua assignatura, sendo tantos os que o deviam fazer. Parece que uma vez approvada a materia do seu conteúdo, com pressa se procedeu á sua redacção; mas o duque da Terceira, que primeiro a devia assignar, caindo em si, duvidou fazel-o, e atrás d'elle todos os mais generaes de divisão e brigada, desculpando-se em querer primeiro ver assignados os de mais antiga e elevada graduação. No meio d'esta indecisão, alguem disse que Saldanha, não querendo perder o trabalho de tal petição, não só a levou ao marechal Solignac, mas até o resolveu a apresental-a a D. Pedro, o qual pela sua parte de prompto a entregou aos seus ministros, correndo por então os fins de fevereiro, ou principios de março.

Solignac, que já por este tempo tinha perdido o prestigio do seu saber militar, e que nada mais fazia que conservar-se teimosamente no seu systema de inercia, resistindo sempre ás insinuações, que o governo lhe fazia, para que, deixando o damnoso systema da guerra espectante, entrasse em operações activas, como unico meio de salvar a causa constitucional, forçosamente havia com este passo de rematar o seu total descredito, e chamar contra si a mais forte e viva indisposição dos proprios ministros, intromettendo-se tão abertamente nas intrigas dos partidos contra elles dirigidas, e patrocinando a causa do general Saldanha, verdadeiro auctor de todos estes manejos partidarios, que foi talvez a sua mais distincta qualidade pessoal. Em breve se verão os funestos effeitos de tão indiscreta conducta da parte d'este tão notavel contemporaneo, e o mal que com a sua presença veiu fazer á causa do Porto.

Por este mesmo tempo era chegado o dia 4 de abril, anniversario do nascimento da rainha D. Maria II, mas porque tinha caido em quinta feira santa, fôra o recebimento da côrte transferido para a segunda feira da paschoa, em que se contavam 8 do referido mez. Tristes e bem tristes eram por certo as circumstancias em que o Porto se achava para condignamente festejar tão solemne anniversario; todavia fez-se o que era possivel fazer. A salva real das seis horas da manhã, repetida ao meio dia e á noite, chamou sobre a malfadada cidade do Porto todo o fogo das baterias inimigas da margem do sul do Douro. D. Pedro, depois de assistir em grande uniforme ao solemne *Te Deum*, que a camara municipal fizera cantar na igreja da Lapa, veiu receber n'uma sala do quartel militar do Campo de Santo Ovidio, com mais ar militar, que de imperante, o cortejo proprio do dia, publicando-se ali por esta occasião a lista dos despachos, no primeiro dos quaes figurava o municipio do Porto com a honrosa commemoração dos sacrificios por que se achava passando, ordenando D. Pedro que o segundo filho, ou filha dos reis d'estes reinos tivesse o titulo de duque, ou duqueza do Porto, e que o escudo municipal da cidade, não só fosse ornado, em harmonia com aquella mercê, com a corôa ducal, mas que até fosse acrescentado com a insignia da gran-cruz da Torre e Espada, servindo o respectivo collar de orla ao mesmo escudo, tendo a medalha pendente [1].

Apesar do desagrado em que o marquez de Palmella incorrêra para com D. Pedro, os seus valiosos serviços, tanto os que em 1828 prestára como embaixador em Londres, dando ás mais legações portuguezas o primeiro exemplo de corajosa opposição ás pretensões do infante D. Miguel, como os que igualmente prestára durante a emigração, particularmente na qualidade de presidente da regencia na ilha

[1] Quando no anno de 999 a cidade do Porto foi reedificada e ampliada pelos fidalgos gascões, querendo-se elles mostrar agradecidos para com a Virgem Maria, tomaram para armas da cidade a imagem da mesma Virgem, com o seu unigenito Filho reclinado sobre o peito, collocada entre duas torres, com uma letra que diz *Civitas Virginis*.

Terceira, não podiam ficar esquecidos n'este solemne dia, nem deixarem, sem grave injustiça, de lhe serem galardoados com o titulo de duque do Fayal de juro e herdade, commutado depois para o de Palmella, garantindo-se-lhe a par d'isto uma dotação perpetua, que se decretaria em tempo competente. Entre os restantes despachos, notou-se que se muitos houve de justiça, outros podiam ficar omissos, servindo todavia de maior reparo, que entre os agraciados, nem um só se encontrasse de reconhecida desaffeição aos ministros, á excepção de Palmella. E com effeito, os importantes serviços dos defensores da ilha Terceira, ficariam em completo esquecimento, a não se ver na lista dos despachados um dos individuos, que n'ella mais se haviam distinguido como o do mesmo Palmella [1]; mas os da celebrada victoria da villa da Praia, ganha em 11 de agosto de 1829, e os da campanha dos Açores não tiveram por si a mais pequena commemoração.

Pela noite a cidade illuminou-se, como era possivel no meio das circumstancias de apuro em que se achava. Em frente da casa da camara, na praça Nova, hoje praça de D. Pedro, levantára-se um bem desenhado obelisco, que com uma brilhante illuminação sustentava o retrato da joven rainha. A celebre Torre dos Clerigos, de um lançado elegante e delgado, que parece querer ir sumir-se na altura das nuvens, chamou sobre si pela sua vistosa illuminação os repetidos tiros das baterias inimigas, que ainda por esta vez a erraram, como sempre lhe succedêra em outras mais occasiões de anniversarios ali festejados. O numero das bombas, que n'esta noite caíram na cidade, foi sobremaneira excessivo, havendo a desgraça de uma d'ellas matar na rua do Bom Jardim, e na sua propria cama, um dos mais entendidos facultativos da emigração, o dr. Paulino de Nola Dias Carrero, estimavel pessoa pela sua honradez e delicadas maneiras, o qual foi n'este dia victima das suas idéas

[1] Alem d'este titulo fizeram-se mais dois marquezes, dois barões, tres gran-cruzes, seis conselheiros, e deram-se muitas commendas e habitos. Houve tambem uma promoção de dezeseis brigadeiros.

politicas como liberal, tendo emigrado com a divisão leal por Galliza em 1828. Este facto contristou a todos.

Emquanto o fogo do inimigo assim continuava activo por uma boa parte da noite, os ajudantes e mais pessoas do estado maior do marechal Solignac, e os commandantes das divisões, tiveram ordem de comparecer sobre a madrugada nos seus respectivos quarteis generaes. Todos anteviam um ataque proximo ao campo inimigo; mas sobre que ponto se fizesse, ninguem o sabia ao certo, posto que se suspeitasse. O monte Cobello tinha sobre si chamado a attenção do conde de S. Lourenço. Isolado e sobranceiro como aquelle monte está a um dos extremos da cidade pelo lado do norte, n'elle se podia construir uma boa bateria, que nas mãos dos realistas traria comsigo os mais funestos effeitos para os constitucionaes. Este monte, apesar de muito avançado das fortificações inimigas, e de ser flanqueado por duas gargantas de terreno baixo, tendo sobre a sua direita o monte da Secca, que facilmente podia ser ganho por um precipitado arrojo, não só era a séde de um piquete miguelista, mas começára desde os fins de março a apresentar uma estacada, e depois d'ella uma banqueta de pipas, que já no dia 8 de abril não bastava para encobrir a actividade dos trabalhos de fortificação, que á sombra d'ella se faziam. Eram estes trabalhos os que com toda a rasão affligiam os moradores do Porto, criminando o injustificavel desleixo de tão descançadamente se deixarem levantar fortificações inimigas dentro do alcance do ponto em branco das trincheiras constitucionaes.

D. Pedro, que excessivamente activo, algumas vezes fez succeder a maior energia á grande apathia dos seus generaes, mandou finalmente atacar o monte Cobello pela tarde do dia 9 de abril, ataque que teve por si a fortuna de não ser presentido pelo inimigo, em vista do segredo com que foi acompanhado desde a sua concepção até á sua formal execução. O coronel José Joaquim Pacheco, encarregado d'esta operação, poz-se em campo pelas cinco horas e meia da tarde com duas pequenas columnas, uma das quaes,

saindo pela estrada da Aguardente, ou Cruz da Regateira, tinha por fim marchar sobre a esquerda do monte em questão, emquanto a outra, largando pela estrada do Sério, devia assaltar a direita do mesmo monte. A marcha das tropas executou-se por caminhos encobertos, e cheios de muros, e com tanta presteza se executou ella, que os realistas foram completamente surprehendidos, tendo ali infanteria n.[os] 12 e 13, um regimento de milicias, e um batalhão de voluntarios realistas. N'este ataque portaram-se os constitucionaes com a maior bravura e coragem, e a sua celeridade foi tal, que em sete minutos e meio pozeram os inimigos em fuga, e assenhoreando-se do disputado monte, demoliram as obras por elles começadas, e levantaram em sentido contrario as suas favorecidas pelo material que já ali acharam, e pela escuridão da noite, que sobreviera logo ao seu pleno triumpho. Apesar d'isto, os realistas ainda durante a noite se propozeram occupar o monte da Secca, sentidos pela perda da sua bella posição do Cobello, sendo todavia postos em completa debandada, e acabando pelas quatro horas da manhã do dia 10 o tiroteio, que se entretivera por toda a noite.

Por segunda e terceira vez tornaram elles a tentar fortuna, vindo sobre o monte Cobello; mas os constitucionaes estavam já tão seguros da sua posse, que apesar de não terem ali mais do que umas tres companhias de infanteria, nem as reforçaram, nem foram desalojados, porque emfim os miguelistas, depois de terem n'este mesmo dia ameaçado infructuosamente as fortificações de Lordello, e o monte das Antas, achavam-se com bastante rasão fatigados, os animos abatidos, e as esperanças acabadas, quanto a recuperar o ponto que anteriormente haviam occupado, vingando-se sómente em empregar contra elle por muitos dias depois um activo tiroteio, mettidos por varias casas e muros, d'onde a seu salvo entretinham aquella fuzilaria.

Esta operação sobre o Cobello foi com effeito uma das mais rapidas e brilhantes de quantas se fizeram no Porto, e da qual o mesmo D. Pedro por varias vezes se vangloriou

depois [1]. Todas as baterias constitucionaes, que podiam alcançar as tropas realistas, desde a dos Congregados até á da Ramada Alta, sustentaram sempre um continuado e bem dirigido fogo durante o ataque. Da parte dos defensores do Porto, nem um só deixou de cumprir com os seus deveres, emquanto que os realistas ficaram conhecendo por mais esta derrota a inefficacia dos seus esforços, e a irregularidade dos seus ataques, podendo affoutamente dizer-se, que tão prolixo cerco havia de manter-se indefinidamente, emquanto os sitiados alcançassem meios para entreter a luta.

Tal era com effeito o estado dos exercitos sitiante e sitiado no fim de nove mezes de continuados combates, e extraordinaria perda de vidas de parte a parte, de modo que se os defensores do Porto eram insufficientes para vencer em campo os seus contrarios, tambem os miguelistas, apesar da sua grande desproporção de forças, se mostravam impotentes para poderem entrar n'uma cidade, defendida n'algumas partes por acanhadas fortificações, mas em troca d'isso coberta de quando em quando por uma grande nuvem de bombas e balas, sendo tambem victima de duas graves epidemias, a *cholera* e o *typho*, e finalmente ameaçada de fome, como esteve por algum tempo. Os desembarques, effeituados na costa do mar, e na pequena praia dos Inglezes, eram por conseguinte a unica salvação do Porto.

O coronel José da Fonseca, governador do castello da Foz, tinha já sido o alvo de desatinadas murmurações, por não ter devidamente obstado, nem destruido em tempo as terriveis trincheiras e baterias do Cabedello, e malquistado depois d'isso com o piloto mór, auctoridade para quem em taes circumstancias eram necessarias todas as attenções do governo, pela sua grande influencia nos homens das catraias, e por conseguinte na maior copia e boa direcção dos desembarques, e reunindo com isto a qualidade de vo-

[1] A occupação do Cobello custou aos constitucionaes a perda de 31 mortos, 138 feridos, e 9 extraviados. O boletim n.º 15, que trata da tomada d'este monte, é o que constitue o documento n.º 259.

tado partidista de Saldanha, e de pronunciado inimigo dos ministros, nada o podia conservar em similhante logar, para o qual de prompto se lhe designou substituto, na pessoa do brigadeiro Diocleciano Leão Cabreira, o qual, com a guarnição d'aquelle castello, teve, como o seu antecessor, de proteger igualmente os desembarques, á custa de vivos e porfiados combates.

A chegada da esquadra constitucional ás aguas do Porto, em 18 de abril, fizera desapparecer do mar as lanchas miguelistas, que armadas e guarnecidas se destinavam a embaraçar os barcos e catraias das descargas, algumas das quaes ainda n'este mez foram tão escassas para o governo, que na falta de mantimentos teve elle de recorrer á distribuição de arroz e assucar á tropa. Alem d'isto, dias houve tambem em que por falta de meios se viu obrigado a lançar mão da odiosa medida de embargar o pão, que achou nos differentes fornos, para consumo da cidade. Foi n'este apuro de meios, que elle igualmente fez entrar no thesouro os dinheiros, que achou no deposito publico, e no cofre dos orphãos, chegando até a apprehender nas mãos de um inglez uma letra de 8:000$000 réis, pertencente a pessoa que se achava no campo inimigo. Um fortuito caso lhe veiu dar inesperadamente mais um pequeno auxilio, que nas suas circumstancias foi todavia de grande soccorro.

O ministro da fazenda, mostrando dar-se mal na casa em que vivia em Cedofeita, mudou de habitação para outra na rua de Santo Ovidio. A esta mudança se seguiu o boato, e logo após d'elle o achado de um thesouro escondido, que foi de prompto em direitura para a casa do juiz do crime do bairro de Santa Catharina, e de lá foi para o thesouro publico, importando a quantia achada em 37:000$000 réis, mas que o povo elevára nas suas conjecturas a muito maior somma. Para tudo se tornar cuidadoso ao governo, até a falta de vinhos começára a merecer-lhe a sua attenção; mas elle mais cauteloso agora do que o fôra no anno anterior, não só ordenou, por portaria de 13 de março, que se procedesse a um embargo em todo o vinho de propriedade por-

tugueza, existente nos limites das linhas de defeza, mas até decretou em 3 de abril permittida no Porto a entrada de vinhos nacionaes e estrangeiros, e a de licores e mais bebidas espirituosas, á excepção da aguardente, debaixo de qualquer bandeira que fosse.

Os miguelistas pela sua parte a nada mais recorriam do que a bombear o Porto, esquecidos de que as victimas d'este seu barbaro procedimento em nada concorriam para a entrega de uma cidade, cujos moradores, familiarisados já com as desgraças de um tal bombardeamento, resignados se conformavam com a sua sorte, ao passo que os verdadeiros combatentes, em armas sempre junto das linhas, eram os que menos experimentavam o effeito destruidor de tantas balas, bombas e granadas. Defronte da quinta da China, ou na Fonte da Pedrinha, e em frente do monte das Antas, ainda por este tempo os inimigos levantaram novas baterias. A sua raiva nem ao menos perdoava aos hospitaes, sendo necessario que o capitão Glascock, commandante da corveta ingleza *Orestes*, intercedesse para com o general miguelista, José Antonio de Azevedo e Lemos, e livrasse os miseraveis doentes de similhante flagello. As duas unicas escunas de guerra, que D. Pedro tinha ainda dentro do Douro, fizeram com que o mesmo general Lemos officiasse ao consul inglez, para fazer desviar do pé d'aquelles navios as embarcações mercantes da sua nação, por ter de ir abrir o fogo contra elles. Este repentino movimento de similhantes embarcações, largando do seu ancoradouro da margem direita para a esquerda do Douro, assustou a todos os proprietarios dos navios portuguezes, que immediatamente os pretenderam metter a pique.

A confusão redobrou ainda mais, quando no meio d'estas circumstancias correu, que pelo rio abaixo devia descer uma flotilha de canhoneiras, contra a qual se projectou ainda o emprego de umas amarras de ferro, atravessadas de uma para a outra margem. O tempo fez em breve conhecer a falsidade d'estes boatos, e posto que contra o brigue-escuna *Liberal* rompesse effectivamente o fogo da bateria do Can-

dal, todavia, illudindo durante a noite do dia 17 de abril a vigilancia das baterias inimigas, o seu commandante pôde, como já n'outra parte vimos, conduzil-o a remo até ao Cabedello, onde teve então contra si o fogo de mosquetaria, e o das baterias d'aquelle mesmo local, fogo a que elle respondeu sempre tiro por tiro, até que saiu a barra á espia pela volta da meia noite, com a perda de um guarda-marinha, e dois marinheiros a bordo [1].

Perdidas pois entre os miguelistas as idéas de que o Porto capitulasse, resolveram por mais outra vez seduzir ainda os seus defensores, introduzindo dentro da cidade, por meio de mulheres e homens, e até mesmo dentro das bombas, que contra ella arremessavam, uma ordem do dia em francez, inglez e portuguez, em que o general conde de S. Lourenço os convidava á deserção. Esta ordem do dia a fez D. Pedro publicar logo na *Chronica* nas mesmas tres linguas em que vinha escripta, sem que depois d'isso as deserções se mostrassem mais copiosas do que d'antes eram [2].

Era exactamente no meio de tantos apuros, e graves difficuldades, que o indocil e recalcitrante espirito de partido entre os proprios constitucionaes rebentára indirectamente no Porto contra o marechal Solignac. Fôra o ministro da justiça, Joaquim Antonio de Magalhães, o que mais particularmente tomou a seu cargo, como supremo chefe da policia, vigiar de perto o referido marechal, e até mesmo haver á mão a correspondencia d'elle para França, receiando-se que por ella chegassem ao conhecimento da imperatriz do Brazil, D. Amelia Augusta, segunda esposa de D. Pedro, algumas queixas contra o ministerio. Para este fim se chegou até a comprar o secretario do mesmo Solignac, e se conseguiu com effeito alcançar uma parte da sua desejada

[1] Era o commandante do referido brigue o segundo tenente da armada, Francisco Soares Franco Junior, que mais tarde teve o titulo de visconde de Soares Franco.

[2] No dia 11 de abril tinha D. Pedro mandado fuzilar nos campos de Cedofeita dois desertores e um alliciador, todos tres convencidos do seu crime.

correspondencia, não sem que o marechal d'isso fosse informado algum tempo depois pela confissão de um francez, que mandára prender, e se lhe tornára suspeito pelas continuadas visitas que fazia ao seu secretario. Colerico e abrasado na mais justa ira, Solignac foi de prompto queixar-se a D. Pedro, e depois de energicamente lhe expor o delicto dos seus ministros, e de lhe pintar o descredito, que tinham dentro e fóra do paiz, e a necessidade de os substituir, concluiu, pedindo pelo menos a demissão do ministro da justiça, que tão gravemente o offendêra, ou no caso contrario a sua exoneração do commando do exercito. Pouca falta fazia no Porto quem, como Solignac, a tal desconceito chegára, e D. Pedro, que o olhava já como um importuno, nem demittiu o ministro, nem deu a exoneração ao marechal, que continuando assim ludibriado, nada mais fizera com a sua exigencia do que augmentar aos olhos de toda a gente o desprezo em que desde certo tempo havia entre todos caído.

D. Pedro, que tinha attribuido tudo isto ás intrigas e ambição de Saldanha [1], não podia já hesitar na opção; mas a questão que se lhe antolhou a elle, e aos seus ministros, era a da pessoa que devia substituir Solignac. O duque da Terceira achava-se ainda debaixo do estigma, que lhe tinha acarretado a vergonhosa debandada de Souto Redondo. Stubbs, commandante que fôra valentissimo durante a guerra da peninsula, alem de não ter por si a reputação de general de plano no campo, era por outro lado já bastante idoso, parecendo incapaz, na idade em que estava, da actividade e fadigas, que em taes casos demandava o commando de um exercito em campanha, cousa para que tambem não concorria pouco o seu temperamento fleugmatico. Restava por exclusão de partes sómente o general Saldanha, cuja fama era na opinião dos seus partidistas, sem provas cabaes com que a justificassem, de uma capacidade militar, rival da dos maiores capitães.

[1] Veja *Memorias* de José Liberato, vol. IV, pag. 58.

Mas falsa como era similhante opinião, segundo o tempo o mostrou depois, forçoso foi transigir com elle e o seu partido, como effectivamente se transigiu, fazendo tentar a sua ambição [1]. Era pela tarde de 19 de abril, quando chegou á Foz um mensageiro, pessoa não desagradavel ao mesmo Saldanha, que da parte do governo lhe foi offerecer o commando do exercito, sob o especioso pretexto de o livrar do desaire de ser commandado por um estrangeiro. Ou fosse que Saldanha quizesse pagar a Solignac os bons officios da entrega da petição, já por nós mencionada, ou porque reconhecesse a inteira impossibilidade de fazer cousa melhor que o marechal, como nos parece mais provavel, fez em tal caso de cavalheiro, dando uma resposta negativa, allegando que *maior desaire era demittir sem causa um general estrangeiro do commando do exercito portuguez, do que conserval-o agora n'um logar, para que tinha sido convidado.*

Entretanto o ministro da justiça tinha decretado a demissão de Solignac; era-lhe forçoso leval-a a effeito, e se as vias legaes lhe não favoreciam os seus planos, as revolucionarias foram as que mais propicias se lhe antolharam, porque Joaquim Antonio de Magalhães era mais sujeito a odios e malquerenças, do que prudente e justiceiro. Não tem corrido no publico, nem nos consta por outra via, o fio dos escondidos trabalhos, que para tal fim se empregaram; mas pelo que ouvimos dizer, e pelo que se víra impresso, Saldanha devia pagar com a vida a recusa, ou o desprezo do commando, que se lhe offerecêra, em holocausto aos odios, que desde tanto tempo se lhe votavam. Os partidos nunca duvidam levantar aleives e calumnias, quando assim lhes convem; nem Saldanha, e os seus partidistas foram os menos escrupulosos em recorrer a similhantes meios.

É possivel que isto não fosse mais do que uma urdida trama para malsinar os ministros, e dar mais força ás exi-

[1] Sobre este ponto continuo a reportar-me ás já citadas *Memorias* de José Liberato.

gencias feitas, para que D. Pedro os demittisse. Mas ao exposto acrescentou-se, que alguem fôra á Foz avisar Saldanha do plano ideado, prevenindo-o de que, para dar logar á execução da destituição do general francez, as ruas do Porto deviam ser testemunhas, na noite de 20 para 21 de abril, de que grupos de povo amotinado gritariam por todas ellas: *abaixo com Solignac, e viva Saldanha!* Repetimos pois, que se tudo isto se ideou e planisou, não o sabemos ao certo, mas que tambem o ministro, Joaquim Antonio de Magalhães, era homem azado para estas emprezas, temol-o por verdade. Mas se esta trama foi obra sua, é claro que tambem o partido ministerial não quiz ficar atrás aos excessos do partido contrario, sacrificando com tanta sem rasão e imprudencia a causa constitucional á damnosa vertigem dos seus loucos e vingativos caprichos.

O que porém não admitte duvida, é que os commissarios, cabos e mais agentes da policia, que já por então andavam em avultado numero, foram vocalmente instruidos pelo juiz do crime do bairro de Santa Catharina, José Bernardo da Silva Cabral, homem não menos azado para estas cousas [1], dizendo-lhes, que Solignac era traidor, que devia saír do Porto, e que para se levar a effeito esta saída, tinham elles de correr pelas praças e ruas da cidade, gritando, *abaixo Solignac, e viva Saldanha!* Mais sisudo do que quem dera taes ordens, foi seguramente um dos mesmos commissarios, quando de prompto correu a pedir conselho a quem para tão arriscado lance lhe merecia mais confiança do que o sobredito juiz. Desde então o sigillo revelou-se, porque avisados os ministros da guerra e fazenda de tão loucos e perigosos planos, a que se mostraram estranhos, não sómente os reprovaram, mas conseguiram até contramandar

[1] O brigadeiro Cunha Matos, nas suas *Memorias da campanha de D. Pedro em Portugal,* diz a pag. 306 do segundo volume, que o ministro da justiça, Joaquim Antonio de Magalhães, fôra quem ordenára ao sobredito juiz, José Bernardo da Silva Cabral, que fizesse similhante intimação aos cabos e agentes da policia.

as ordens já expedidas[1]. Á vista pois d'isto, a noite de 20 de abril passou-se tranquilla, e só na manhã seguinte correu definitivamente no publico a funesta crise de que todos estavam ameaçados, e á qual alguns commandantes de corpos se não diziam estranhos. Como em satisfação á moral publica, Joaquim Antonio de Magalhães foi então demittido de ministro da justiça, por decreto de 21 de abril, e José da Silva Carvalho, que desde 26 de março havia interinamente substituido no ministerio da marinha a Bernardo de Sá Nogueira, por causa do seu ferimento no combate do monte das Antas, a que assistira por curioso, deixou esta repartição, para ir interino para a da justiça, continuando effectivo na da fazenda.

Foi por esta occasião que o marquez de Loulé foi a ministro interino da marinha, permanecendo nos estrangeiros, ficando como d'antes no ministerio do reino Candido José Xavier, e no da guerra Agostinho José Freire. Com esta modificação ministerial veiu igualmente a demissão do juiz do crime do bairro de Santa Catharina, por decreto do citado dia 21 de abril, e até a repartição, denominada segurança publica, passou do ministerio da justiça para o do reino, com o nome de policia preventiva, por decreto de 28 do referido mez, dando-se-lhe, por decreto de 29, as mesmas attribuições, que o alvará de 25 de junho de 1760 marcára para a intendencia geral da policia. Bem infeliz se teve esta lembrança, posta em obra por parte de um ministro, tal como Candido José Xavier, que contra si tinha a recordação do seu ominoso ministerio da guerra em 1827, e que n'este tempo se tornára duplicadamente distincto, por fazer reviver no anniversario da outorga da carta constitucional as leis e creações do tempo eminentemente despotico do marquez de Pombal. Entretanto os manejos contra Solignac e Saldanha não pararam com as demissões decretadas. Á mais celebre folha do partido miguelista, a *De-*

[1] Cunha Matos, logar citado; e José Liberato, vol. IV, pag. 53 e 54.

feza de Portugal, de que era redactor o abbade Alvito Buella[1], se foi buscar, para se transcrever no periodico official do governo, a *Chronica constitucional do Porto*, um famoso artigo contra Solignac, Saldanha e Stubbs.

N'este artigo, que pelo modo da sua publicação visivelmente importava o consentimento, e approvação tacita de algum, ou alguns dos ministros, se accusava o marechal francez de *fatuo, inepto e tolo; de general dos cirios; de farfalhão, que fugira das milicias portuguezas*, e por fim *que já pelo governo francez tinha sido demittido por ladrão*. Saldanha e Stubbs pouco mais poupados eram, porque emquanto este se accusava de *ter já fugido do marquez de Chaves em 1827*, áquelle dava-se-lhe o epitheto de general das archotadas[2]! Tido como um *libello famoso*, este artigo deu desde logo penosa e afflictiva occupação a todas as intelligencias, porque correndo de mão em mão por todo o exercito, forçosamente acarretava o descredito para os seus generaes

[1] Esta folha era redigida por um exaltadissimo apostolo da usurpação, o supracitado padre Alvito Buella, natural da Galliza, d'onde se passou para este reino em companhia do notorio marquez de Chaves, depois de lá ter sido membro de *la Santa hermandad*.

[2] O artigo acima citado era precedido do seguinte preambulo. Para entretimento dos nossos leitores, copiaremos um paragrapho, que se lê na *Defeza de Portugal* n.º 99, obra de um padre gallego, por nome *Alvito Buela*, o qual fez parte de *la Santa hermandad*, que acompanhou o orate marquez de Chaves nas suas desgraçadas correrias. O escriptor é digno da causa que defende. Deixemos apparecer a sua obra como ella veiu á luz do dia, para que o menor commento nosso lhe não roube a belleza, que lhe encontrâmos só por só. É pena que os objectos de maior importancia nos não deixem logar para toda a *Defeza*, e para outros papeis com que os apostolos da usurpação fazem diariamente gemer a imprensa. Temos por certo que a publicação de tanta *bernardice* offereceria um passatempo agradavel no meio dos trabalhos e fadigas da guerra em que estamos.

«*Vêde porém portuguezes, quaes são os generaes que estão á frente dos rebeldes! Um Solignac! O nome lhe basta para mostrar que é fatuo, inepto e tolo; que tudo isto quer dizer por sua etymologia de Solignocho, que vem do italiano, posto que elle agora seja franchinote, o solingornio, o frandino, o cornigero, o gafeirante; o general dos cirios, o farfalhão,*

mais distinctos, e era até mesmo um passo para a sua indisciplina. O clamor publico foi portanto geral contra elle, e fazendo o seu devido effeito, trouxe por conseguinte comsigo a suppressão do respectivo numero da *Chronica* [1], e a remessa para os tribunaes ordinarios dos cumplices da publicação de um artigo, em que com tão grave escandalo, e intoleravel abuso, se ludibriavam personagens as mais respeitaveis, e que como taes mereciam toda a consideração ao governo nos importantes cargos de que se achavam revestidas. D. Pedro viu-se alem d'isto obrigado a demittir do seu emprego o official da secretaria da justiça, Antonio Pereira dos Reis, tido como responsavel do que se publicava na *Chronica*, em satisfação aos offendidos generaes, condemnando-o alem d'isso a uma prisão por quinze dias na cadeia da Relação. Apesar do exposto, nunca a linguagem das peças officiaes publicadas sobre isto os ministros a harmonisaram com os seus factos subsequentes, pois que Pereira

que fugiu das milicias portuguezas; o farroupilha, que já foi demittido do governo francez por ladrão, e que só por maçon podia fazer alguma fortuna em Portugal, por ter entre os portuguezes alguns socios na maçonaria, e tão cobardes e traidores como elle, que precisam de pôr á sua porta duas peças de artilheria, para não pagarem o que devem ás mãos da lealdade! E temereis vós, portuguezes, temereis vós de um general d'este caracter, que já na invasão franceza veiu por lã, e foi tosquiado? Porém até os mesmos rebeldes lhe tiraram o commando, pela vergonhosa fraqueza, que mostrou na sua tentativa contra as tropas do commando do valoroso e destro Telles Jordão! Outros berliques e berloques apparecem no theatro da rebellião, Saldanha, Stubbs, Sancho Pança um, tagarella outro, berimbau aquelle, basbaque este, ambos tão fracos, que este fugiu do marquez de Chaves no anno de 1827, e aquelle no mesmo anno soube sómente ser general dos archotes! Portuguezes, o ridiculo, o fraco, o vergonhoso é o triplicado elemento da revolução! Mostrae pois ao mundo que zombaes corajosamente de todos os vossos inimigos! Mas a mesma epidemia flagella já esses desalmados! Bom animo, realistas portuguezes! que o céu está por vós! Sim, o mesmo céu se declara contra o chamado duque de Bragança.»

[1] Esta suspensão foi todavia feita de tão má vontade, que n'algumas repartições publicas apenas se entregaram os novos numeros da *Chronica*, sem se pedir a restituição dos supprimidos.

dos Reis foi, passado algum tempo, reintegrado no seu respectivo emprego.

Por esta fórma remittiram, mas não esqueceram de todo as animosidades dos ministros contra Solignac, não concorrendo pouco para esta especie de tregua as importunas requisições do coronel Bacon, o commandante dos lanceiros, que chegou ao ponto de pedir a sua demissão, na quasi absoluta carencia das cousas, que precisava para o seu regimento, requisições que por falta de meios o governo lhe não podia satisfazer. Por outro lado era este igualmente o tempo em que as deserções, e emigração de Lisboa para o Porto, tinham chegado ao seu maior auge, e dia houve em que se apresentaram um major de engenheiros com 60 soldados de artilheria e 4 paizanos. Com estes soccorros de gente, e recrutamento estrangeiro, o exercito libertador contava em abril 18:011 homens, com 282 cavallos de fileira, e no mez de maio 17:857, com 296 cavallos, avultando n'aquelle numero uns 6:151 individuos de batalhões nacionaes. D'este modo a força de primeira linha do exercito de D. Pedro, depois de tantos combates e deserções, mais algum vulto fazia do que aquelle com que desembarcára nas praias do Mindello; mas as esperanças com que viera a Portugal, tinham já caducado, e com tão diminuta força não era possivel poder ter vantagem em campo contra o numeroso exercito realista. Pela sua parte este exercito, contaminado pela geral desconfiança, que n'elle e no seu governo havia, e propenso como tal a appellidar sempre de traição a derrota dos seus mais acreditados generaes, achava-se igualmente cansado de tão penosa e diuturna guerra, e de um tão incommodo e prolongado cerco.

O mesmo D. Miguel parecia augmentar mais esta desconfiança, pela sua continuada nomeação de commandantes para o seu exercito, e até por fim com a destituição do marechal de campo, Joaquim Telles Jordão, que chamado novamente para o governo da torre de S. Julião, veiu espalhar em Lisboa a crença da impossibilidade do exercito realista poder levar de vencida as trincheiras dos constitucionaes do

Porto. Desde então o descontentamento fez-se geralmente sentir no exercito inimigo, e o epitheto de *malhado* [1], que qualquer dos seus soldados proferia contra os seus officiaes, equivalia a uma proxima desligação. Finalmente, emquanto muitos dos milicianos desertavam para suas casas, os voluntarios realistas vigiavam nos postos avançados, que os soldados de primeira linha não fugissem para os constitucionaes. Foi então que D. Miguel julgou necessario passar uma segunda revista ao seu exercito, a qual teve effectivamente logar no dia 10 de maio.

Apesar d'isto, e dos vivas com que incessantemente o saudavam, a sua visita nem trouxe mais disciplina, nem mais coragem aos seus soldados, arreigando-se cada vez mais a crença, *que se os liberaes não tinham força bastante para saír a campo das suas linhas, e bater os realistas, levando-os de vencida, tambem era um facto, que estes pela sua parte se achavam no mesmo caso, para poder vencer as linhas do Porto.* O cerco apertára-se; mas a porfia com que se pegára nas armas, e a esperança de victoria, eternisavam-se, tendo por esta causa tornado gloriosos, e de celebrado nome em toda a Europa, a persistencia e os trabalhos de um tal cerco. E com effeito, pela marcha dos successos, claramente se mostrava, que as tropas de D. Miguel nada mais faziam que desacreditar o prestigio, que até ali infundia o seu grande poder, honrar sobremaneira a firme constancia das tropas de D. Pedro, e tornar altamente afamados no mundo inteiro o valor e resolução do exercito libertador, e o do mesmo D. Pedro.

N'esta impossibilidade pois de terminar tão sanguinolenta e laboriosa guerra civil, por meio dos imperiosos dictames da força, diligenciaram os inglezes ver se a acabavam por algum ajuste amigavel. Já em meiado de março procuraram elles facilitar entrevistas, e promover conferencias entre os generaes constitucionaes e os miguelistas; mas

[1] Palavra chula, com que os realistas costumavam denominar os constitucionaes.

n'aquelle tempo os d'este partido ainda julgavam ter pelas armas como certo o seu appetecido triumpho, e portanto difficilmente convinham em entrar em arranjos amigaveis com os seus contrarios. Em abril e maio seguintes as circumstancias tinham já mudado bastante, e a bordo do brigue *Nautilus*, da marinha de guerra ingleza, surto no Douro, compareceram n'um jantar os generaes Saldanha e José Antonio de Azevedo e Lemos. A conversa da mesa versou, como era bem natural, sobre as contendas politicas, e a situação reciproca dos dois partidos contendores; mas as esperanças de terminar a luta, a não ser pelas armas, acabaram logo n'esta primeira conferencia, por não concordar nem um, nem outro dos dois generaes, em prescindir dos direitos á corôa dos seus respectivos soberanos. Todavia ainda se não desistiu de novas conferencias, para que de parte a parte os conferentes se prestaram, acrescentando Lemos que, para não infundir suspeitas entre os seus, algumas vezes viria em logar d'elle o barão de Haber, o visconde de Torre Bella, ou o da Bahia, parente do proprio Saldanha.

Não é facil descobrir a rasão, que cabalmente defenda o procedimento d'este ultimo general, fazendo o que fez, sem previo conhecimento de D. Pedro sobre uma questão tão melindrosa, e tão grave perante a disciplina militar, de que aliás devia ser o primeiro, e mais rigido mantenedor pela sua eminente posição no exercito. Aceitar com effeito, e entreter n'uma praça de guerra, e sitiada como estava sendo o Porto, entrevistas e communicações com o inimigo, com a condição expressa de não serem sabidas, nem pelo seu governo, de quem não tinha licença para tratar, nem pelo seu general em chefe, o proprio D. Pedro, que igualmente ignorava taes entrevistas, tão longe de lhes serem permittidas, seria isto motivo bastante para em qualquer paiz se dar á disciplina militar mais um exemplo de severo castigo. E tanto mais digno de reparo se tornava este seu procedimento, quanto que no campo inimigo o sigillo, não sendo tão rigorosamente observado da parte do general Lemos, não era

por conseguinte fundado em justa reciprocidade, nem podia ter por si boa fé.

Cremos que Lemos, não tendo o caracter politico do mesmo Saldanha em grande conta de firmeza, julgou talvez leval-o a faltar aos seus deveres; mas enganou-se d'esta vez no seu juizo. A fidelidade de Saldanha tinha-se por então ao abrigo de todas as suspeitas; mas é n'este caso fóra de duvida, que o seu desmedido capricho o levou a arrogar-se uma importancia tal no acabamento da luta, que quando possa honrar as suas particulares intenções, não o póde de modo algum desculpar diante das leis militares, porque emfim com a mesma rasão com que elle só sobre si se prestava a taes negociações e ajustes, o podia fazer tambem qualquer outro general, e por conseguinte qualquer coronel, e correndo ainda pela escala militar descendente, qualquer capitão, ou mesmo um official subalterno, o que faria desapparecer toda a ordem e disciplina n'um exercito, e mesmo estabelecer principios para fomentar traições.

Tão natural era que o general Saldanha não acudisse a taes conferencias, sem ser de acordo com o seu governo, que o proprio capitão Glascock, commandante das forças navaes inglezas no Douro, não duvidou referir-se a ellas n'uma disputa, que teve no dia 30 de maio com o marechal Solignac. Desde então o negocio correu logo aos ouvidos de D. Pedro, que justamente irritado pela falta de consideração, que com elle se tinha, a alguem se queixou com a maior amargura da irreflectida conducta de Saldanha. Foi Bernardo de Sá Nogueira a quem elle dirigiu as suas queixas, e lhe perguntou o que faria nas suas circumstancias. «Eu fuzilava o culpado, lhe respondeu o interrogado. Sendo absolutamente necessaria a presença de vossa magestade no Porto, póde afouto inflingir ao delinquente as penas e castigos, que as leis militares impõem a um tal procedimento, na certeza de que elle Bernardo de Sá, e todos os mais militares, que se prezavam d'este nome, sentindo em extremo as irreflexões de um seu camarada, haviam de ne-

cessariamente conformar-se com as duras disposições das mesmas leis».

Entretanto um negocio de tal magnitude tomou-se no publico como cousa de politica, porque emfim, sendo este um passo, que podia franquear caminho ás desregradas ambições de partido, louvou-se como virtude na pessoa do general Saldanha, o que n'outras circumstancias forçosamente se havia de ter por um grave e imperdoavel delicto. Triste condição é a de uma nação, quando os partidos não olham para as leis, mas para as suas proprias conveniencias, ou quando, faltos de sinceridade, e de amor ao que é justo, ultrapassam os limites da moral, louvando muitas vezes o que só merecia a mais severa censura, e outras vezes condemnando o que só merecia louvor. Apesar dos preceitos da disciplina, os militares tambem não são isentos das paixões dos homens, e por conseguinte dos caprichos e vaidades dos partidos. Nem podia ser de outro modo, por não mudar a natureza humana nas differentes classes e jerarchias sociaes, nem a nobre e cavalheirosa profissão das armas é por si só capaz de alterar a natureza moral dos homens, por mais rigidos que sejam os seus preceitos e leis. N'este embate de partidos, e por deferencia com um dos mais distinctos generaes da emigração, D. Pedro entendeu finalmente por melhor relevar faltas, que de tão difficil perdão seriam em outros tempos, para não pôr em risco a causa de sua filha, sem que nada de proveito resultasse das conferencias de Lemos com Saldanha, pagando este ao mesmo D. Pedro as finezas d'elle recebidas, tanto com este, como com os subsequentes desgostos, que ainda depois d'isto lhe deu.

Um outro acontecimento inesperado viera de algum modo entrelaçar os nossos com os acontecimentos politicos da Hespanha. A questão da successão d'este reino, nosso vizinho, continuára a agitar-se n'elle fortemente entre o infante D. Carlos, e a filha primogenita do decrepito rei D. Fernando VII. Com a sorte d'esta princeza, tinham os liberaes d'aquelle reino ligado a sua propria sorte, pelas boas dis-

posições, que na esposa do mesmo D. Fernando achavam, ou lhes parecia achar já em seu favor, não sendo mysterio fallar-se na convocação das antigas côrtes, particularmente depois que a *Revista de Hespanha* não duvidava publicar sobre ellas alguns artigos e commentos. Á proporção pois que ia crescendo o partido da joven princeza das Asturias, tramava o de seu tio D. Carlos, com quem se ligára a princeza da Beira, D. Maria Thereza, e seu filho, o infante D. Sebastião. Para desviar da Hespanha tão poderosos concorrentes, D. Maria Thereza recebeu ordem expressa de se pôr immediatamente a caminho para Portugal, e para levar a effeito tal ordem, tomaram-se logo as adequadas providencias, decretando-se igualmente, que na sua viagem fosse acompanhada tambem pelo infante D. Carlos, como succedeu, e já mais atrás dissemos.

A 26 do mez de março chegára a real comitiva hespanhola a Aldeia Gallega, e no mesmo dia descêra pelo Tejo abaixo, e viera hospedar-se no real palacio de Nossa Senhora da Ajuda em Lisboa, d'onde se transferiu depois para o do Ramalhão, propriedade que fôra da irmã de D. Carlos, a rainha de Portugal, D. Carlota Joaquina. Com a sua chegada a Portugal, o mesmo D. Carlos recebeu ordem para fazer uma viagem á Italia, ordem que se negou a cumprir, mas sendo depois procurado, da parte de seu irmão, D. Fernando, pelo embaixador da Hespanha em Lisboa, para declarar se tinha, ou não tenção de prestar juramento de obediencia á princeza das Asturias, D. Maria Izabel Luiza, que no dia 4 de abril fôra mandada jurar como presumptiva rainha reinante da Hespanha pelos prelados, grandes, titulares, e deputados das cidades e villas com voto em côrtes, reunidas como deviam ser para aquelle fim no dia 20 de junho no real mosteiro de S. Jeronymo de Madrid, abertamente se manifestou pela negativa, apparecendo logo, em conformidade d'esta sua resolução, n'alguns jornaes do meio-dia da França, um protesto, com data de 22 de abril, em que declarava, que nem a sua consciencia, nem a sua honra, lhe permittiam poder prescindir dos seus direitos á corôa da Hespa-

nha, quando D. Fernando não deixasse filho varão. Apresentado por esta maneira em publico, como pretendente á corôa do reino vizinho, D. Carlos ligou desde então a sua sorte com a de seu sobrinho, o infante D. Miguel.

As cousas politicas em Hespanha começavam portanto a complicar-se, ou antes a encaminhar-se para uma terrivel guerra de successão, que para aquelle reino trouxe effectivamente uma mortifera e prolongada luta civil, que em breve appareceu n'aquelle reino, ateada pelos partidistas do mesmo D. Carlos. A *cholera-morbus*, fazendo por aquelle tempo em Lisboa um grande numero de victimas por dia, cremos ter sido a principal causa do referido infante largar da capital para Coimbra, reunindo-se talvez com esta circumstancia algum motivo politico, que tambem para isso houvesse. O certo é que, pelas nove horas da manhã do dia 1 de junho de 1833, o infante D. Carlos foi entrar em Coimbra, sendo acompanhado pelas irmãs de D. Miguel, a citada princeza da Beira, D. Maria Thereza, e a infanta D. Maria Francisca de Assis, esposa do mesmo D. Carlos. No seguinte dia 2 dirigiu-se este com a referida princeza sua cunhada, bem como com sua mulher e tres filhos, á sé cathedral, para ouvirem missa, a qual foi dita em circulo, finda a qual houve um *Te Deum*. O bispo D. Joaquim da Nazareth, que desde as dez horas da manhã estava esperando na igreja todas estas personagens, fôra recebel-as á porta do templo de capa de asperges e mitra. O infante D. Miguel viera de Braga a Coimbra, chegando a esta cidade das tres para as quatro horas do citado dia 2, para ver suas irmãs e cunhado. A sua demora em Coimbra foi até ao dia 12, parecendo que as cousas politicas não eram já para elle tão alegres e risonhas, como se lhe haviam antolhado as do mez de outubro do anno anterior, pois dias houve d'esta vez, que não fallou a pessoa alguma, sendo tambem menos prodigo de visitas aos padres jesuitas.

Das oito para as nove horas da manhã do dia 4 chegaram tambem a Coimbra as outras duas irmãs de D. Miguel, D. Izabel Maria, e D. Maria da Assumpção, achando-se assim fóra

de Lisboa toda a familia real, cousa seguramente já muito para notar, com relação aos assumptos politicos. O mesmo D. Miguel tinha no dia 12 ido passear ao Campo do Bolão pelas nove horas da manhã, acompanhado pelo seu camarista, o conde barão de Alvito, e o conde de Soure. Ás onze horas chegava de Braga D. Bernardo de Carvalhaes, irmão do conde d'este titulo. As noticias, ou despachos que trouxe a D. Miguel foram de tal ordem, que o obrigaram a partir para o exercito logo depois do meio dia, acompanhado sómente pelo seu dito camarista, o conde barão de Alvito, e conde de Soure. Ficaram portanto em Coimbra o infante D. Carlos, com os seus tres filhos, e as quatro infantas portuguezas, que na tarde do mesmo dia 12 foram todos a pé ao collegio dos padres da companhia de Jesus, o que igualmente praticaram em quasi todos os mais dias do citado mez de junho. A demora de D. Carlos em Coimbra foi ainda até ao dia 16 de agosto, em que o infante D. Miguel, seu cunhado, tendo voltado novamente a esta cidade, vindo da de Braga, por effeito dos extraordinarios acontecimentos, que levaram D. Pedro a Lisboa, teve de saír de lá para Soure. Pela sua parte D. Carlos dirigiu-se para Thomar com a sua familia, e de lá para Abrantes, Santarem, Gollegã, Guarda, e outras mais terras do reino, diligenciando levar em Hespanha os seus partidistas a pegarem quanto antes em armas em seu favor, o que por então não conseguiu.

Estava-se já portanto no citado mez de junho; mas o futuro do Porto apresentava-se ainda para D. Pedro tão precario e incerto, como se vira no principio da luta. Realmente os constitucionaes nada mais tinham por si n'aquella cidade do que o milagroso prestigio das suas armas, fundado n'um sem numero de gloriosos combates, de modo que a recordação dos seus repetidos triumphos era quem assombrava os seus mortaes inimigos, e apresentava intomaveis os fracos e tennes muros d'aquella invicta cidade, constituidos em formidaveis barreiras. Ali velava ardente dentro de taes muros o heroismo resignado, o mais pronunciado amor da liberdade, esperançado n'um seductor futuro de venturas

para a patria, e finalmente sobresaia dentro d'elles o não interrupto enthusiasmo da gloria marcial, que, como o sagrado fogo de Vesta, constantemente acceso, inflammava todos os corações dos fieis soldados do pequeno exercito libertador. A seductora esperança com a necessidade atrevida por vezes apresentavam a muitos dos sitiados risonhos e phantasticos quadros de um lisonjeiro porvir; mas para outros, de mais solido e rigido pensar, a reflexão era verdugo, que lhes amargurava o presente, e lhes denegria o futuro, pela pouca esperança que tinham no bom exito da causa que defendiam. A coragem, porém, e a perseverança do homem, tem grande imperio ás vezes na marcha dos acontecimentos, a ponto de lhes fazer mudar o aspecto, por mais sombrio que seja, facilitando-lhe alcançar só com isto grandes, e não esperados resultados; e estas eminentes qualidades do exercito libertador, mereciam bem ser com effeito recompensadas pela Providencia Divina com o mais feliz desenlace, como realmente succedeu.

No principio da guerra, todas as probabilidades colhiam a favor do exercito mais numeroso; mas como depois de tantos combates, tantas lides e esforços, se conhecesse que similhante vantagem de nada valia contra um punhado de bravos, fechados n'uma cidade, na qual se viram perseguidos por quantos males a natureza humana conhece com o nome de horrorosos, o resultado da luta veiu desde então a considerar-se dependente unicamente de quem maiores recursos tivesse, devendo succumbir primeiro aquelle dos dois partidos, a quem mais brevemente faltassem. Desgraçadamente ainda as probabilidades estavam n'este caso a favor de D. Miguel, porque alem dos recursos, que achava em todo o reino em gente, e em meios pecuniarios, e até nos chamados *dons voluntarios,* não duvidou recorrer tambem aos meios violentos, quando ordenou que os mercadores de lã e seda da cidade de Lisboa apresentassem por cada loja dentro em vinte e quatro horas no local que se lhes designasse, 100 covados de panno, das cores em uso no exercito, e que os mercadores de lençaria entregassem

igualmente por cada loja 150 covados de panno de linho, para fornecimento dos hospitaes, sob pena de serem uns e outros executados no dobro, quando se não verificasse a entrega pela maneira indicada.

Por esta fórma ía D. Miguel custeando as enormes despezas do seu exercito; mas D. Pedro, depois das violencias ultimamente praticadas no Porto, para valer á esquadra, e fornecer o exercito, tinha esgotado no reino todos os possiveis recursos, e em Londres, depois da falta de confiança em que ali tinham caido as suas armas, e da funesta sensação, que causára a sublevação da esquadra em Vigo, já não podia achar quem lhe emprestasse a mais pequena quantia. Ainda assim a commissão dos aprestos pôde mandar para o Porto um navio carregado com differentes effeitos, enviou 160 marinheiros, para compensar as deserções da esquadra, aprompiou e remetteu 1:500 libras, para do modo que lhe foi possivel satisfazer ás reclamações, tanto d'ella, como de dois navios em que ultimamente tinha feito transportar 620 recrutas francezas, armadas e equipadas. Esgotados por esta fórma todos os recursos, a mesma commissão só poz as suas esperanças em negociar 200:000 libras das 300:000 em *bonds* do emprestimo suppletorio, que se achavam depositadas no banco de Inglaterra; mas n'este tempo era tal a desconfiança nas armas de D. Pedro, que não havia quem os aceitasse, dando 10 libras por cada 100! O mesmo *Times* tinha já dado por duvidosa a conservação de D. Pedro no Porto, e quando uma folha de principios tão liberaes, e defensora sempre da causa constitucional portugueza, se achava debaixo de tão negras e tristes impressões, poderá bem colligir-se qual não seria o desconceito a que ella tinha chegado na propria cidade de Londres.

Com estes elementos, facil é de antever que o estado physico da tropa constitucional do Porto não podia ser lisonjeiro. O seu muito trabalho, e mau passadio, e a falta de provisões frescas, reunidas estas cousas com as epidemias reinantes, continuavam a devastal-a terrivelmente, enchen-

do os hospitaes de doentes [1]. Quanto ao moral, nem o medo havia entrado dentro do coração dos bravos defensores do Porto, nem o susto lhes havia tomado a ascendencia sobre as suas faculdades e acções, como claramente se via na pertinaz resistencia por elles opposta ao multiplicado numero de ataques, que os sitiantes tinham dirigido contra as suas tenues linhas de defeza. Os factos respondem pois pela verdade do que se acaba de expor, e sem contradicção demonstram, que a grandeza dos perigos parecia multiplicar ali as forças dos sitiados, cuja salutar energia, sempre bem patente em todos, em todos reciprocamente inspirava a pertinaz e inflexivel coragem, que tão celebres tornou o cerco, e os constitucionaes do Porto. Entretanto, posto que não faltasse o valor, notava-se ainda assim em não poucos um certo esmorecimento, quanto ao definitivo triumpho da causa constitucional. Todavia, nem os officiaes transigiam com os inimigos, nem queriam ouvir fallar em interferencia estrangeira; mas as repetidas deserções dos soldados, effeituadas, não tanto por mau espirito, pois as d'esta ordem haviam tido logar no principio da luta, quanto pela falta de um passadio regular, attestavam o cansaço dos mesmos soldados, e a sua falta de esperanças no acabamento de uma guerra, que, sem decidir, tanta gente matava e feria quotidianamente.

No dia 16 de maio, anniversario da revolução do Porto no anno de 1828, foi um dos mais terriveis dias de bombardeamento dos sitiantes contra os sitiados. O fogo começou ao toque da alvorada, durando activo até ás nove horas da manhã. Renovou-se depois á uma hora da tarde, e durou até á noite. Calcularam-se as mortes e ferimentos em 100 pessoas, sendo tambem estragadas um grande numero de casas. Entre os mortos contou-se o coronel das milicias de Villa do Conde, e um capitão francez, mr. Canna, e nos feridos o proprio coronel José Joaquim Pacheco, commandante do 10 de infanteria. Ninguem escapava dos terriveis projecteis do inimigo, nem mesmo as casas de Deus o foram, tendo sido

[1] Em abril eram os doentes nos hospitaes 1:934, e em maio 1:788.

as maltratadas por elles durante o cerco, a cathedral, S. Domingos, Collegio, S. Francisco, Graça, Santa Thereza, Santa Clara, e S. Bento. A este fogo das baterias dos realistas, no dia 16 de maio, responderam as dos constitucionaes, dizendo-se que na bateria de Gaia foram mortos 1 official e 6 soldados. Uma bala de peça grande metteu a pique um hiate; uma bomba rebentou dentro de outro, e um barco carregado de tropa, que ia para a Serra, foi igualmente mettido a pique junto ao Senhor de Alem.

Não admira, pois, que no meio d'este estado de cousas, os armazens e arsenaes do Porto se achassem faltos de munições, pelo grande gasto diario que d'ellas se fazia, circumstancia com que por outro lado se dava tambem a falta de meios para as comprar, e o risco que havia nos seus desembarques. Era um facto demonstrado, que as armas constitucionaes, aggressoras, ou aggredidas, tinham na grande maioria dos casos achado sempre por si propicia a fortuna. Combater e vencer fôra o seu fadario; mas as victorias alcançadas no campo não bastavam para destruir os serios apuros, supervenientes á duração da guerra, nem ás difficuldades de toda a natureza, que n'aquella cidade se oppunham á sua conservação, antes parecia que essas mesmas victorias destruiam os proprios vencedores, e lhes faziam escassear tudo o de que precisavam para saír do Porto.

N'este arduo apuro de circumstancias, e estando já em meio a primavera, o governo, e sobretudo o ministro da guerra, manifestou cada vez mais os desejos de entrar em operações activas, convencido de que, se por este modo não podesse salvar a causa constitucional, pelo menos se collocaria em posição mais vantajosa do que presentemente estava. Com esta crença insistia elle fortemente com o marechal Solignac, para que, deixando a sua habitual inacção, empregasse alguma operação decisiva, e saindo da cidade com o seu exercito, procurasse o inimigo, e com elle aventurasse uma formal batalha. Tal era a posição desesperada do governo, não vendo que o exito de similhante conflicto forçosamente lhe havia de ser adverso, subindo as forças

realistas por aquelle tempo a perto de 40:000 homens, occupando de mais a mais posições escolhidas, e estando tambem n'ellas magnificamente entrincheirados. Todavia ventilou-se como questão previa, saber qual a ordem por que se devia saír, por onde, e qual o ponto que se devia atacar. Alguem julgou que um ataque pela retaguarda e frente era o mais proficuo de todos. Compostas como já estavam as dissidencias da esquadra, e efficaz como devia ser a cooperação de Sartorius, nada mais facil do que receber elle na tranquillidade e socego de uma bella noite, uma columna de 2:000 homens de tropa expedicionaria, e fazendo-se com ella ao mar, ir no meio do maior sigillo deital-a na seguinte noite em Mathosinhos, ou Leça, e a horas taes, que podesse levar *á granadeira*, e ao romper do toque de alvorada, o acampamento inimigo, que simultaneamente devia ser atacado pela frente com a maior força, que podesse saír da Foz.

Se com este ataque o inimigo fosse surprehendido, levaria certamente o terror aos mais acampamentos, e o exercito miguelista podia n'este caso expor-se a uma grande e total derrota. Obrigado o governo a desistir, por falta de meios, da sua expedição longiqua, como já vimos, considerava-se agora obrigado a romper a linha inimiga, porque quaesquer que fossem os seus contras (e não ha plano algum de guerra que os não tenha em maior, ou menor grau), forçoso era deixar á fortuna o que por outro modo se não podia remediar, fossem quaes fossem os seus resultados. Entretanto, a julgar por algumas disposições de Solignac, e das ordens dadas para se concertar a ponte de barcas sobre o Douro, parece que o seu projectado ataque era sobre Villa Nova, cousa que os miguelistas presentiram, pois no dia 5 de maio passaram elles tropas suas do norte para o sul do Douro. Nunca se soube ao certo qual fosse o plano d'aquelle general. Parece que tres pontos na linha inimiga, e outras tantas maneiras de ataque tinha elle imaginado, expondo a relação das vantagens, que havia em cada um d'elles; mas apesar d'isso, talvez que um quarto fosse o preferido. O certo é que, quando toda a cidade do Porto se

achava alvoroçada, agourando o mais lisonjeiro futuro do golpe decisivo, que assim se tentava, ficou este de nenhum effeito com a noticia da proxima chegada de consideraveis reforços de gente, vindos de Inglaterra a bordo de alguns barcos de vapor, trazendo sufficiente numerario, para se emprehender negocio de mais alta monta, e de mais feliz desenlace para a causa liberal, á vista de tão inopinados e importantes recursos.

O illustre emulo da immortal gloria de Nelson, e não menos corajoso e audaz do que elle, o novo e bravo heroe dos mares do cabo de S. Vicente, o celebre capitão de mar e guerra da marinha britannica, Carlos Napier, que tanto sympathisára com a causa liberal portugueza, desde que nos Açores presenseára na primavera de 1831 o arrojado valor dos emigrados da Terceira na feliz campanha d'aquelle archipelago, para onde fôra mandado de observação pelo governo inglez, commandando a fragata *Galathéa*, tinha-se promptificado, como n'outra parte já vimos, na carta que em 8 de janeiro de 1833 dirigira ao marquez de Palmella, a aceitar o convite, que este lhe fizera, para entrar no serviço da causa liberal portugueza, quando porventura se tentasse algum arrojado golpe de mão em seu favor, tal como o de uma entrada á viva força no Tejo, e o desembarque de uma porção de tropa em Lisboa.

Na expedição de vapores, que o governo do Porto projectára organisar em Londres, e para o arranjo da qual fizera saír do Porto para Inglaterra o official maior da secretaria da justiça, Rodrigo da Fonseca Magalhães, o capitão Napier devia n'ella tomar uma importante parte. Mas não se tendo levado a effeito a dita expedição, por falta de meios, como tambem já vimos, o encarregado dos negocios de Portugal em Londres, Luiz Antonio de Abreu e Lima, entendendo-se com o membro da commissão dos aprestos, João Antonio Alvares y Mendizabal, bem como com o duque de Palmella, e o conde de Funchal, embaixador portuguez na mesma cidade de Londres, tratou, não só de organisar uma outra expedição de vapores, e tropas de desembarque, mas igual-

mente os meios de a levar a effeito, destinando tambem para commandante d'ella o citado capitão Napier, com quem igualmente se entendeu. Parece que o coração persago era geral em todos em favor d'este bravo homem do mar.

Os meios pecuniarios para ella destinados, o mesmo Palmella diz no seu officio de 22 de maio, expedido para o Porto ao marquez de Loulé, havel-os elle conseguido na importante somma de 40:000 libras esterlinas, que varios capitalistas se prestaram a adiantar sobre o seu credito. Para reclamar a gloria, que lhe compete como collaborador efficaz d'esta memoravel expedição, e dos meios pecuniarios, que para ella se obtiveram, publicou já pela imprensa [1], o subdito portuguez, por então residente em Londres, Henrique José da Silva, a parte que n'ella teve, dizendo-nos: «Que informado pelo marquez de Palmella, de ter este fidalgo ido a Londres, commissionado por D. Pedro, para tratar com o governo inglez de uma capitulação entre os dois partidos, que se debatiam no Porto, convidou elle para uma reunião em sua casa o cavalheiro Abreu e Lima, o citado capitão Carlos Napier, e o membro da commissão dos aprestos, J. A. A. y Mendizabal, na qual foi resolvido por todos organisar-se uma expedição, destinada a ir operar fóra do Porto, sendo a parte naval d'ella confiada ao dito capitão Napier. Tres dias depois d'esta reunião, e para se levar a effeito o que n'ella se decidira, deu elle um jantar de vinte e quatro talheres na mesma sua casa, e chegada a occasião das saudes, coubera-lhe a elle levantar a destinada ao triumpho da nova expedição, confiada ao dito capitão Napier, a que se seguiu o convite por elle feito aos amigos presentes da causa portugueza, que tão valiosos serviços lhe haviam já prestado, para coroarem a sua obra, concorrendo n'esta tão critica occasião para o seu triumpho, por meio de uma valiosa subscripção pecuniaria, para aquelle fim destinada. Acolhida com benevolencia, como esta proposta foi, abriu-se a citada subscripção, sendo elle propo-

[1] Veja o *Diario popular* n.º 2:418, de 6 de agosto de 1863, pag. 2, col. 6.ª

nente, e seu sogro, Carlos Pratt, os primeiros que a assignaram com 10:000 libras esterlinas, acrescentando que, correndo o papel á roda da mesa, lhe voltára á mão com uma valiosa quantia, que não designa, parecendo-nos ser ella a de 40:000 libras, que o marquez de Palmella diz ter arranjado sob o seu credito dos capitalistas inglezes [1].

Abreu e Lima (mais tarde visconde e conde da Carreira), diz na introducção á publicação da sua correspondencia official, ter a expedição de que tratâmos sido preparada debaixo da sua responsabilidade pessoal e exclusiva, com o mais profundo e inviolavel segredo. Acrescenta mais, que esta expedição lhe viera ao pensamento, depois de saber do auxilio das 50:000 libras, que em janeiro de 1833 o barão de Quintella se prestára a adiantar em favor da causa da rainha, auxilio que a salvára do imminente perigo, em que então se achava collocada, pela falta absoluta de meios pecuniarios. O mesmo Abreu e Lima nada nos diz, quanto aos trabalhos, que teve para levar a effeito a citada expedição, relatando sómente que, achando-se já prompta a largar de Falmouth, Mendizabal tivera por opportuno revelar o segredo d'ella a Rodrigo da Fonseca Magalhães, indo-lhe para este fim pedir o seu consentimento, que elle Abreu e Lima lhe dera com repugnancia, mas com a condição *expressa e*

[1] Conseguido que foi o bom exito d'esta expedição, Abreu e Lima foi agraciado com a gran-cruz de Aviz, Mendizabal com a da Torre e Espada, elle Henrique José da Silva com o titulo de barão de Lagos, por effeito d'este seu serviço, como relata o seu diploma, segundo diz, e seu sogro com a commenda da Torre e Espada, cravejada de brilhantes, com uma carta autographa da rainha, o que parece provar a importancia dos serviços prestados pelos agraciados no arranjo da expedição em questão. Todavia houve alguem que pela sua parte julgou que Henrique José da Silva não foi mais do que um especulador de emprestimos de grandes usuras, aventurando os seus fundos nos da causa liberal portugueza, que eram os que em Londres estavam por então mais no caso de offerecer grandes interesses. O que sobre este sujeito dizemos, é confirmado pelo que d'elle se poderá ver n'um dos capitulos do seguinte volume, na conformidade do que d'elle achámos escripto em papeis officiaes, e semi-officiaes.

formal de exigir d'elle a sua palavra de honra de guardar o mais rigoroso sigillo d'esta confidencia, o que elle prometteu fazer.

Todavia é certo que, saindo a expedição de Falmouth no dia 28 de maio, e chegando á foz do Douro no dia 2 de junho, já no dia 20 do citado mez de maio se tinha no Porto noticia d'ella, porque, tendo Fonseca Magalhães faltado ao compromisso da sua palavra de honra, sem nenhum escrupulo communicou logo o que d'ella sabia a José da Silva Carvalho, o qual de prompto o foi tambem participar a D. Pedro. O resultado d'isto foi a mais viva indisposição do mesmo D. Pedro, tanto para com tal expedição, como para com o proprio Abreu e Lima, a quem o marquez de Loulé disse officialmente, que, pelo que respeitava aos seus officios segundo e terceiro, sua magestade imperial mandava declarar-lhe: *que o silencio guardado para com o governo dos passos dados para o fretamento dos vapores, convite do capitão Napier, e realisação dos fundos, para se verificar a expedição, muito offendeu ao mesmo senhor, e ao seu ministerio; que aquelle silencio para com o augusto chefe do mesmo governo, não póde por maneira alguma ser justificado, e ainda mais quando havia a relevar-lhe a responsabilidade, que sobre si tomou de ajustar o sobredito capitão Napier, depois de haver recebido as ordens de sua magestade imperial, que positivamente lhe ordenavam de sobrestar n'aquelle ajuste.* Em continuação a isto dizia-lhe mais: «que sua magestade imperial confiava que elle, reconhecendo a justiça da sua desapprovação, lhe não daria nova occasião de lh'a mandar expressar; e que antes pelo contrario, continuaria a prestar á causa da rainha aquelles uteis serviços, pelos quaes elle tanto se havia distinguido no cabal desempenho dos seus arduos deveres [1]».

[1] Officio sem data, do marquez de Loulé, para Abreu e Lima, transcripto de pag. 679 a 682 dos *Despachos* d'este mesmo diplomata, edição da sua viuva, officio que se não encontra na edição dos referidos *Despachos* feita pelo governo. Advertimos porém que já antes do dito officio, o mesmo marquez de Loulé lhe havia igualmente enviado um

Os *Despachos* e correspondencias do duque de Palmella, editados pelo conselheiro José Joaquim dos Reis e Vasconcellos, são tambem inteiramente omissos no que é relativo aos arranjos d'esta expedição, não se sabendo bem qual a parte activa, que o mesmo duque n'elles tomou, pois nada mais se diz n'esta publicação, com respeito a similhante assumpto, senão que elle duque fôra quem, sob o seu credito, arranjára as já citadas 40:000 libras, e bem assim que a respectiva expedição fôra levada a effeito pelo embaixador e ministro de Portugal em Londres (o conde de Funchal, e Luiz Antonio de Abreu e Lima), os quaes tiveram por indispensavel solicitar a acquiescencia d'elle duque á condição imposta pelo capitão Napier, para acompanhar a expedição ao Porto. Abreu e Lima queixa-se, na introducção á publicação da sua correspondencia official, da sobredita omissão, circumstancia para elle attendivel, que o levára tambem a dal-a á luz; mas apesar d'isso nada encontrámos n'ella, que nos forneça o detalhe dos trabalhos previos a que se entregára, para a organisação da expedição em que nos falla, d'onde resulta não sabermos ao certo qual a parte que elle, Mendizabal, o duque de Palmella, e o barão de Lagos, n'ella cada um d'elles tivera individualmente.

Mais uma outra peripecia se acha ainda ligada com a publicação da correspondencia official do conde da Carreira, que passámos a relatar. Queixava-se elle de que no quarto volume dos *Despachos* do duque de Palmella se lhe tivessem

outro, na data de 4 de junho, o qual tambem se não acha na edição do governo, officio em que lhe dizia: «que sua magestade imperial lhe ordenára communicar-lhe, que não podia deixar de *ver com grande surpreza, que tendo sido ultimado entre elle Abreu e Lima e o capitão Napier o contrato de 3 de abril, nenhuma communicação fizesse d'elle nos diversos officios, que lhe dirigira depois d'aquella data, reservando sua magestade imperial portanto formar o seu juizo sobre a maneira por que elle Abreu e Lima se conduzira em todo este negocio, a fim de tomar uma deliberação definitiva, quando lhe fossem presentes os protocollos anteriores a 18 de maio,* o que teria logar provavelmente no regresso de Lisboa do paquete, que devia ter trazido de Inglaterra a correspondencia de 15 do referido mez.»

omittido officios, que elle entendia comprovativos dos serviços que prestára á causa liberal. Estas queixas as temos como altamente injustas para com a memoria do duque, a terem sido feitas com relação a elle, pois que só podem ter este caracter com relação ao conselheiro José Joaquim dos Reis e Vasconcellos, que foi o editor responsavel dos referidos *Despachos*, em rasão, como é de crer, da commissão que o duque para isto lhe tivesse dado.

Seja porém como for, certo é que publicado o referido quarto volume, o conde da Carreira manifestou ao duque d'Avila em 1870, sendo por então ministro e secretario d'estado dos negocios estrangeiros, os desejos que tambem tinha de publicar a sua correspondencia official, o que Avila muito lhe louvou, chegando até a offerecer-lhe o mandar-lhe pagar pelo ministerio a seu cargo a despeza que fizesse com a referida impressão. Começou pois esta a fazer-se; mas Abreu e Lima não logrou vel-a concluida em sua vida. Terminada portanto depois de morto, o governo, desprendido já das attenções, que em vida tivera com o seu auctor, ou por seu proprio arbitrio, ou a pedido do mesmo sr. Reis e Vasconcellos, tomou a seu cargo fazer o papel de censor posthumo, sendo ministro dos negocios estrangeiros João de Andrade Corvo, o qual, não julgando a publicação conforme ao seu parecer, guardou, ou mandou guardar os respectivos volumes a sete chaves no archivo do seu dito ministerio, dando sómente a um, ou outro dos seus predilectos amigos, algum exemplar por grandissima fineza[1]. A condessa viuva, julgando honrar a memoria do seu fallecido esposo, e desaggraval-o da grave offensa, que lhe tinham feito, commetteu ao fallecido conselheiro Moreira, pessoa da sua maior intimidade e confiança, honra que igualmente tinha merecido ao fallecido conde, o fazer uma nova edição da sua respectiva correspondencia, da qual ha hoje portanto duas edições. Na introducção d'esta obra, impressa por conta

[1] Não é portanto a elle que devemos o exemplar, que possuimos, apesar da sua tão expressa prohibição.

do governo, queixa-se o conde com amargura de que Rodrigo da Fonseca Magalhães lhe faltasse á promessa, que debaixo de palavra de honra lhe fizera de guardar o mais formal e inviolavel sigillo, quanto ao que, a rogos de Mendizabal, se lhe dissera sobre os arranjos da expedição de Napier.

Na edição do governo acha-se assim formulada similhante queixa. *Elle* (Rodrigo) *assim o prometteu, mal peccado* (era o de guardar o referido sigillo); *mas em vez d'isso, apressou-se de escrever ao seu amigo, José da Silva Carvalho, dando-lhe a novidade, que este tambem propalou logo sem reserva em toda a cidade. Com esta noticia levantou-se no Porto uma tremenda e ruidosa algazarra* (segue-se d'aqui por diante o que está em ambas as edições). Reputada como foi por algum dos amigos de Rodrigo da Fonseca Magalhães (que dizem ter sido o já citado conselheiro José Joaquim dos Reis e Vasconcellos), por offensiva á sua memoria a parte, que se acaba de ler em gripho [1], pôde elle fazer com que o governo, por intermedio do duque d'Avila, tomasse a resolução de trancar nos seus archivos os exemplares da citada correspondencia official do conde da Carreira. E não só esse amigo de Rodrigo conseguiu isto do governo, mas até foi causa do conselheiro Moreira cortar na introducção da edição da condessa a parte que acima está em gripho. Mas não é só esta parte o unico córte feito pelo referido conselheiro Moreira na publicação da obra de que foi editor, pois que no officio, dirigido em 2 de julho de 1831 pelo conde da

[1] Cremos que cousas de muito mais negra fama afeiam hoje a memoria de Rodrigo da Fonseca Magalhães, taes são as que se lêem n'um folheto, que por ahi corre com o titulo de *O Novo Mecio*, e se attribue ao fallecido litterato, Luiz Augusto Rebello da Silva, folheto em que, com documentos officiaes, se dá Rodrigo como delator da celebre conspiração da rua Formosa, tentada em 1822 contra a constituição d'aquelle tempo. Para o desempenho do seu papel, fez-se acreditar como amigo dos conspiradores, para saber dos seus planos, e fingindo partilhar a sua politica, conseguiu a final o que pretendia, indo depois denuncial-os, o que n'aquelle anno lhe valeu a nomeação de official ordinario da secretaria d'estado dos negocios da justiça.

Carreira para o secretario da regencia da Terceira, Luiz da Silva Mousinho de Albuquerque, se encontra um outro mais notavel córte [1], tal como o de dois importantes paragraphos, constituindo o juizo critico, que Abreu e Lima fazia do ex-

1 Talvez que alguns outros córtes haja ainda na edição da condessa da Carreira, o que não temos podido ainda verificar; mas o que fica dito é bastante, para que o leitor veja, que nem os *Despachos* do duque de Palmella, nem as duas citadas edições da *Correspondencia official do conde da Carreira* se podem ter como copia fiel dos respectivos originaes, porque, tanto n'uma, como n'outra d'estas duas edições se acham não só notaveis omissões de officios, mas até (o que temos ainda por cousa peior), subtracções de paragraphos n'alguns d'elles, e póde ser mesmo que substituições fraudulentas. Não sabemos se nos *Despachos* do duque ha com effeito d'estas subtracções, ou substituições; mas de omissões de officios, é cousa que não admitte duvida. A consequencia que de tudo isto tirâmos, é, que as publicações d'esta natureza, entre nós encetadas, não são feitas para demonstrar a verdade, nem tão pouco para auxiliar a historia, mas tão sómente com o fim doloso de conseguirem assoalhar por ellas aquillo que querem, que pela mesma historia se divulgue, para eternisar a personagem, que se quer elevar a heroe. Ora quando cousas taes se praticam n'esta nossa epocha, chamada *das luzes* e *illustração*, póde bem fazer-se idéa do que succederia nos tempos do obscurantismo, bem como nos anteriores á imprensa, e mesmo já depois d'ella estabelecida, quando fiscalisada pela censura prévia. Por conseguinte quantas patranhas não haverá, relatadas por esses livros de historia, tanto nacional, como estrangeira, e quantos heroes e personagens se não acharão n'ellas, que mereçam ser tiradas das peanhas em que os seus aduladores as collocaram, personagens que, se hoje podessem ser levados á pedra do toque, da moral, da justiça e da verdade, seriam condemnadas a caír no extremo opposto, ou pelo menos a terem um conceito muito abaixo do que têem?

Uma obra corre hoje por ahi no publico, relativa ao duque de Saldanha, escripta por um seu enteado, a qual só temos na conta de um tecido enredador e laudatorio, destinado a fazer acreditar o que nos parece não ter por si a verdade, empregando asserções conducentes ao fim, que se tinha em vista, omittindo-se de proposito muito do que é sabido e corrente no mesmo publico, por ser bem pouco honroso á personagem, que uns tem tido por um grande heroe, emquanto outros o tiveram como um verdadeiro flagello para a sua patria, podendo-se-lhe com rasão ter applicado em vida o *quousque tandem, Catilina, abutuere patientia nostra?* Eis-aqui pois como ainda hoje mesmo se esconde o que é de notoriedade publica!

imperador D. Pedro, pouco depois da sua chegada á Europa, paragraphos que são os já por nós transcriptos no capitulo II da parte II do precedente volume, pag. 90, em que se diz o seguinte:

«Passando agora ao juizo ainda não definido, que n'este pouco tempo tenho podido fazer do caracter, das vistas e dos desejos do imperador, direi a v. ex.ª, quanto ao primeiro ponto, que me parece ser um complexo de presumpção, de leviandade, docilidade até certo ponto, e bastante perspicacia e bom senso, provindo os seus defeitos de falta de educação, de haver adquirido o que sabe por esforço proprio, de estar habituado a não ter quem contradiga as suas opiniões, e de ter estado cercado de nullidades, que lhe inspiravam um sentimento de superioridade, que se lhe figurava absoluta, quando é só relativa. É alem d'isso o imperador homem de algarismos, muito pontual, e arranjado em suas contas; mas em consequencia d'isso, e das vicissitudes por que tem passado, mesquinho e muito inquieto do futuro, que não quer expor ás contingencias futuras, ainda que muito improvaveis. Quanto ás vistas secretas, e aos desejos do imperador, estou por agora persuadido serem de reinar em Portugal, e n'isso me confirma mesmo a ira, que sua magestade patenteia, quando se lhe toca n'aquella corda, e o grande estudo com que se defende contra uma tal supposição. Sua magestade receia-se de não ser bem visto em Portugal, por lhe ter feito guerra, e este receio prova que a consciencia o accusa dos actos inuteis do desprezo e insulto com que tanto maguou a nação portugueza, e de que hoje se arrepende. Este temor, e as idéas erroneas, que tem sobre a opinião publica, que confunde com os alaridos das facções, retem a manifestação dos seus verdadeiros desejos, sobre os quaes, como já disse, sua magestade se illude a si mesmo.»

Fosse porém qual fosse o primordial promotor da expedição de Napier em Londres, certo é não se ter elle recusado a ir com ella desembarcar onde se tivesse por mais conveniente, desistindo portanto de se dirigir directamente a Lis-

boa, forçando para este fim a barra do Tejo, como era da sua opinião. No dia 20 de maio appareceu em frente do Douro a fragata *D. Maria II*, e na tarde do seguinte dia 21 avistou-se o resto da esquadra, que tambem foi fundear em frente do mesmo rio, facto que acabou de destruir o mau effeito moral, que podia resultar da apparição das forças navaes miguelistas n'aquellas paragens. Foi por este mesmo tempo que no Porto se espalhou a noticia de estarem proximos a vir de Londres consideraveis reforços com a expedição acima referida, o que fez suspender o começo das operações activas, que em conselho militar se tinham debatido na presença do marechal Solignac, como superiormente já vimos. Sartorius, tendo recebido um aviso de Napier, de que o vinha substituir no commando da esquadra, pareceu conformar-se com a sua sorte, queixando-se todavia ao mesmo Napier, da ingratidão que para com elle usára o governo portuguez [1], bem como das intrigas contra elle urdidas pelos seus proprios officiaes.

Á vista d'estas circumstancias, o terror que se havia espalhado em Londres com a quéda do Porto tinha-se desvanecido, e a tenacidade da defeza dos constitucionaes, realçando em seu logar com admiração de toda a Europa, fez apparecer de novo o alento e a confiança entre os amigos da causa liberal da peninsula. A commissão dos aprestos achava-se em principios de abril alcançada proximamente na quantia de 165:000 libras; mas sem desesperar da sua melindrosa situação, pôde com os meios com que Palmella a habilitou preparar a expedição projectada, mandando com ella de Inglaterra para o Porto 1:200 soldados, 200 mari-

[1] Mas o que da parte d'elle se tornou mais do que ingratidão para com o governo portuguez, foi o elle exigir em tão critica occasião, como a da chegada da expedição dos vapores ao Douro, o seu ajuste de contas, e ter de se lhe pagar a avultada somma de 1:500 libras, as quaes, segundo o dizer do duque de Palmella, foram outras tantas facadas por elle dadas no pouco dinheiro destinado ás primeiras despezas da citada expedição. Mais ao diante esta ingratidão tornou-se ainda maior, pedindo novo ajuste de contas, pelo qual teve de se lhe pagar novamente o que muito bem quiz e imaginou.

nheiros, e um numero de barcos de vapor sufficiente para transportar de 2:500 a 3:000 homens a qualquer parte do reino, que mais vantajosa parecesse, antolhando-se de preferencia as praias do Algarve.

Corria de crença, que a população maritima d'esta provincia era na sua maioria em favor da causa da rainha, e que desguarnecida de tropa, e difficil de ser promptamente soccorrida, tinha em si todos os elementos para um poderoso foco de insurreição, que ganharia sem custo a provincia do Alemtejo, e particularmente Beja, cujo espirito era de reconhecida affeição ao systema liberal. Napier entendia pela sua parte, que forçando a barra do Guadiana, e puxando os vapores até Mertola, podia a tropa de desembarque effeituar uma marcha rapida sobre Beja, e de lá estender a insurreição por todo o Alemtejo. Mas como para isto era de necessidade empregar de preferencia as tropas portuguezas, que elle Napier julgava não lhe serem affeiçoadas, na sua qualidade de estrangeiro, metteu em tal caso por condição ser acompanhado, alem de Mendizabal, pelo duque de Palmella, que em rasão do desagrado de D. Pedro se achava como de parte, e não consultado sobre os negocios do Porto.

O duque, apesar dos motivos de queixa, e vivos desgostos que o acompanhavam, não duvidou tomar parte na empreza para que o convidavam, e por esta causa deixou promptamente Paris, onde se achava com a sua familia, para se apresentar em Londres. Chegado o negocio a estes termos, a commissão dos aprestos cuidou então em negociar a venda das já citadas 200:000 libras em *bonds*, que se achavam em deposito no banco de Inglaterra, conseguindo com effeito vendel-as ao preço de 38 por cento, a saber, 20 de contado, e 8 ao estabelecer-se o governo em Lisboa, ficando na mão dos emprestadores as 10 restantes, como juro que se devia vencer no 1.º de junho de 1833. Este negocio, marchando todavia com lentidão, necessario foi que os amigos da causa do Porto fizessem algum avanço, que effectivamente realisaram, com a condição de que os reforços, que fossem de Inglaterra não desembarcariam no Porto, e que Napier lhes

garantiria effeituar immediatamente a expedição, para o bom resultado da qual, sendo indispensavel o segredo, forçoso se tornou communicar ainda assim aos emprestadores o respectivo plano, cousa que todavia não prejudicou similhante segredo, pelo interesse, que os levava a ter por obrigação guardar.

O mez de abril havia-se consumido em Londres em todos os precedentes arranjos, aos quaes sobrevieram as satisfactorias noticias da tranquillidade da esquadra, da resignação de Sartorius em entregar o commando d'ella, e finalmente de ter largado de Vigo, e ido já fundear em frente do Porto. Estas noticias, fazendo renascer as amortecidas esperanças nas armas de D. Pedro, trouxeram mais alguns especuladores á praça [1], e facilitaram as transacções da commissão dos aprestos, que, achando mais commodamente os meios de que precisava, para levar a effeito a expedição projectada, para ella pôde fretar os cinco vapores, *Birmingham, Waterford, Darmouth, Britannia* e *Pembroke*, e ultimar as providencias já dadas, para o alistamento dos 200 marinheiros, e de um batalhão de belgas, e outro de inglezes, que teve por commandante um antigo official da guerra peninsular, o coronel Dudegeon.

Por esta mesma occasião se facilitaram tambem ao general Romarino os meios necessarios para recrutar um batalhão de polacos e francezes, alistamento que não se levou a effeito, e que só serviu de pretexto para o mesmo general vir mais ao diante a Lisboa pedir em seu favor a execução dos artigos de um contrato, que elle não cumpriu, e o pagamento de cousas, que não apresentou. Infelizmente toda esta expedição, á similhança do recrutamento anteriormente enviado para Portugal, nem teve ordem, nem detalhe algum regular, de que resultaram graves transtornos, muita perda de gente, e ainda peior do que isto, a do dinheiro, chegando quasi tudo ao ponto de falhar por similhante motivo. Não

[1] Cremos que seriam os devidos aos esforços de Henrique José da Silva, do qual Palmella costumava servir-se para estes arranjos.

sendo possivel receber a gente alistada de uma só vez no Tamisa, necessario foi leval-a a pouco e pouco com enormes despezas para os pontos de reunião, Portsmouth e Falmouth. Algumas scenas de embriaguez se deram n'estas viagens parciaes, rompendo os amotinados em actos de insubordinação e desordem, puxando por facas, e arriando finalmente escaleres e lanchas em que fugiram para terra, virando-se uma d'ellas com perda de vidas, pondo assim em risco de ser a expedição embargada pelas auctoridades inglezas.

O capitão Napier chegára a Portsmouth no dia 22 de maio em companhia do vapor *Britannia*, que transportava o batalhão do coronel Dudegeon, e no qual succedêra uma similhante, porém menos violenta scena. Algumas precauções se tomaram em Falmouth, para evitar a renovação de taes acontecimentos; mas os amotinados, depois de se lhes ter ali dado uma libra a cada um dos alistados, para os indemnisar dos seus suppostos prejuizos, conseguiram levar os segundos guardiães a apitar durante a noite — *toda a gente para terra* — de que resultou correrem todos impetuosamente á espia, e aos apparelhos das lanchas, que cortaram, dirigindo-se para terra quantos n'ellas poderam caber. Por fortuna a pequenez das lanchas não lhes permittiu levar muita gente, e a expedição dos cinco vapores, depois de terem chegado a Falmouth o duque de Palmella e Mendizabal, pôde finalmente largar d'ali no dia 28 do citado mez de maio, conduzindo 160 officiaes marinheiros, e umas 322 praças, pertencentes aos batalhões inglez e belga.

Chegadas as cousas a estes termos, a commissão dos aprestos resolveu finalmente vender as ultimas 100:000 libras em *bonds*, resto das que havia depositado no banco, e as negociou com effeito pelo mesmo preço, e pela mesma maneira das antecedentes, trazendo o proprio Mendizabal para o Porto, para as pôr á disposição do governo, as 20:000 libras metallicas, que de tal negociação resultaram, á excepção de 2:000, que ficaram em Londres, para os ajustes do general Romarino. Com esta negociação deu a commissão

dos aprestos por finda a sua missão, ficando as suas transacções com um alcance de 190:000 libras, de que só verdadeiramente era responsavel para com os respectivos credores a casa de Ramon y Carbonell, que a si havia tomado por expediente, com grave risco do seu credito, associar-se á causa liberal do Porto.

Com as recordações das fracas esperanças, que por aquelle tempo infundiam a muitos todos estes preparativos, á vista da constante serie de infortunios, que havia tido contra si a causa, a que o auctor d'este escripto igualmente se votára, relata elle hoje o que por então se passou, tendo por milagroso o resultado, que a final se obteve. Largando de Falmouth a expedição, como já vimos, no dia 28 de maio, foi pela noite de 1 de junho que o capitão Napier surgiu com ella em frente do Porto, e com o seu importante reforço de gente, ultimo empenho das muitas esperanças e ardentes desejos até então não realisados, e annuncio feliz que para outros foi de uma nova epocha, destinada a coroar dos mais immarcessiveis louros o valor, a pertinacia, e inabalavel constancia com que os defensores do Porto haviam sustentado por perto de um anno uma luta de tão desigual e renhida peleja, e que tão cheia fôra de perdas, lamentadas ainda hoje por aquelles, que n'ella ficaram sem prezados amigos, e não menos cheia de esforços e rasgos de patriotismo, que de modelo servirão na historia para emprezas de igual natureza. O activo fogo occasionado pelos desembarques na Foz, foi tomado pelos recemchegados como um bravo e rijo combate, de parte a parte com todo o vigor sustentado. Um consideravel numero de 110 navios se achava por aquelle tempo ancorado em frente da barra do Douro, uns com generos para consumo do Porto, esperando pela occasião de os poderem desembarcar para esta cidade, outros havendo entre elles, carregados de munições e petrechos de guerra, que a seu bordo conduziam para o exercito sitiado, esperando tambem occasião para o mesmo fim.

Dava mais realce a este numero de vélas a presença da esquadra constitucional, fundeada igualmente em frente do

Douro. No dia 2 de junho desembarcaram o duque de Palmella, o capitão Napier, o subdito hespanhol, J. A. A. y Mendizabal, o general portuguez José Maria de Moura, o coronel Dudegeon, o tenente coronel Butts, e outros mais officiaes, tendo os primeiros tres ido antes d'isso a bordo da fragata almirante, onde Sartorius de novo manifestou os pungentes desgostos com que largava o serviço da rainha. A esquadra miguelista estava-se por então em Lisboa apromptando a toda a pressa, esperando-se que dentro em breves dias podesse saír do Tejo; e os amigos da causa miguelista, francezes e inglezes, receiosos já do triste e sombrio futuro, que lhe tinham por imminente, andavam em apressurados arranjos de contratar para o serviço do exercito de D. Miguel o marechal Bourmont, e para commandante da sua dita esquadra o capitão Eliot.

Napier conheceu bem a inferioridade das forças navaes, que vinha commandar, com relação ás de um inimigo proporcionalmente tão poderoso, e o que peior era, contaminadas de insubordinação as guarnições dos seus respectivos navios. Todavia, de um caracter firme e persistente, stoico e resoluto, e como tal sobranceiro a todos os perigos, bem longe de perder a coragem em os arrostar, mais caprichou em levar por diante a difficil e arriscada empreza a que mettêra hombros, crente de que seria seu o triumpho, como quem tinha por verdade, que algumas vezes casos ha na guerra em que a fortuna protege os atrevidos, com desprezo do maior numero, crença que tão propria é de um militar valente e ousado, como se mostrava Napier. Desembarcados que foram os recemchegados na madrugada do citado dia 2 de julho, seguiu a respectiva comitiva da Foz para a cidade. O tempo estava bello e risonho, o aspecto do paiz lindo e brilhante, pelo sol que o illuminava, e não menos lindo o esplendido golpe de vista do mar, apinhado de tantos e tão variados navios, o que não podia deixar de ser agradavel, para os que vinham de uma atmosphera nublada e sombria, como geralmente é a de Londres.

A vista marcial das duas margens do Douro não era me-

nos brilhante. Sobre a sua margem esquerda, e nos entrincheiramentos miguelistas, que na sua margem direita se divisavam nos altos ao norte da cidade, viam-se desenrola-das e fluctuantes as bandeiras inimigas, distinguindo-se até as suas respectivas sentinellas. As alcantiladas ribanceiras do rio; os continuados tiros de artilheria, arremessados contra as linhas constitucionaes, distinctas das realistas, pela sua alegre e fluctuante bandeira azul e branca; o som dos tambores, dos clarins e cornetas; os multiplicados sarilhos das armas, com que de quando em quando igualmente se deparava com a vista; e finalmente a variedade dos fardamentos dos differentes corpos, tudo isto havia de forçosamente impressionar o genio de um militar tão bravo e corajoso, como era o do arrojado capitão Napier, e determinar n'elle uma sensação, que bem facil será comprehendel-a os que estiverem bem acostumados ao confuso arruido da guerra, e dos seus respectivos acampamentos.

Soffrivelmente coberta, como naturalmente é a estrada, que da Foz se dirige para o Porto, era ella n'alguns sitios perigosa por aquelle tempo aos passageiros. Os recemchegados, trilhando-a, chegaram sem inconveniente ao Porto, onde foram encontrar D. Pedro, e os seus ministros (entre os quaes figurava o orgulhoso e rispido ministro da guerra, Agostinho José Freire), altamente indispostos com a expedição, e os seus promotores. Disse-se que da parte d'elle D. Pedro não houve pequena duvida em se conformar com a entrada do duque de Palmella no Porto, ao qual n'esta occasião certamente valeu de muito a companhia, e protecção do novo almirante, porque emfim recusar a entrada ao duque, e excluil-o por acinte dos conselhos e debates, que iam ter logar, seria dar inteiramente de mão aos importantes serviços, que do mesmo almirante se esperavam, e renunciar por conseguinte a todas as idéas da projectada expedição [1].

[1] Os boatos que a este respeito se espalharam, dentro e fóra do Porto, foram de tal ordem, que o marquez de Loulé, officiando a Abreu e Lima em 15 de junho, disse-lhe, que a maneira por que D. Pedro rece-

É um facto que o duque de Palmella se achava por aquelle tempo consideravelmente mal visto pelo proprio D. Pedro, e como consequencia d'isto, mal visto tambem pelos seus ministros e conselheiros, sectarios adstrictos, como não podiam deixar de ser, d'aquelle brilhante astro. A vinda do duque na expedição fôra terminantemente exigida pelo capitão Napier, de que resultou terem os organisadores d'ella como cousa indispensavel levar o duque a prometter-lhes, não sómente por palavra, mas até mesmo por escripto, o acompanhal-os ao Porto, o que elle de prompto lhes afiançou por um e outro modo, vista a condição imposta, tanto por Napier, como pelos proprios capitalistas, que debaixo do seu credito, e da confiança que lhes merecia, se haviam prestado a fornecer, para a realisação de uma tal expedição, a somma das já citadas 40:000 libras.

É de suppor que por causa da indisposição, em que Palmella incorrêra no animo de D. Pêdro, os seus ministros o procurassem desviar de vir ao Porto, e que fosse com estas vistas que o nomeassem embaixador portuguez em Paris, enviando-lhe a respectiva credencial, que elle lhes reenviou de prompto, com a allegação do solemne compromisso, que tinha feito, de acompanhar a expedição, segundo lhes participou em officio de 22 de maio, acrescentando que, ainda mesmo que tal compromisso se não desse, não aceitaria a nomeação, que se lhe mandára. Tudo isto foi causa, como era bem de ver, de que contra elle augmentasse mais a indisposição, em que tinha incorrido no animo de D. Pedro, o qual chegou até ao ponto de se mostrar indisposto contra o proprio Napier, que, apresentando-se-lhe pela primeira vez, se deu por muito offendido, quando sem ceremonia se viu recebido á porta de um quarto pelo imperador, que estava de mãos cruzadas atrás das costas, e parecia muito enfadado, pelo modo aspero com que fallava.

bêra Palmella, era a mais solemne contradicção aos loucos boatos, que se espalharam por occasião da demissão, que se lhe havia dado de ministro, demissão que elle proprio solicitára.

D. Pedro, reputando a expedição como destinada a prival-o da regencia, pela parte que n'ella se dera ao duque de Palmella, olhava decididamente para ella com viva indisposição, e até o mesmo Solignac se declarou igualmente seu adversario, não fazendo a Napier uma recepção mais cortez do que lhe fizera D. Pedro. Na manhã do dia 3 dirigiram-se, o marechal, e Napier, ao quartel general do imperador; ali se debateu a necessidade, que havia da prompta execução de uma operação decisiva, que salvasse a causa constitucional das funestas ameaças, que sobre si tinha, de em breve ter de depor vergonhosamente as armas aos pés dos seus inimigos. Napier insistiu ainda nos seus antigos planos de forçar a barra do Tejo n'uma bella noite de bom vento, ou então no de fazer o desembarque entre Peniche e Lisboa, para n'uma marcha rapida se apresentar a tropa inopinadamente ás portas da capital, surprehendendo a sua guarnição. Tudo isto ficou para se tratar n'um subsequente conselho militar, e Napier retirou-se d'esta vez da presença de D. Pedro mais satisfeito do que se retirára da primeira.

Os desgostos que por este tempo experimentára Palmella, e uma especie de repulsa, que entre os ministros achava, alguma voga e popularidade lhe principiaram a grangear entre os partidistas da opposição, que já pela sua parte o não duvidavam aceitar para chefe de uma nova administração, a qual se não pôde realisar, apesar das diligencias que para esse fim se empregaram, inclusivamente da parte do marechal Solignac. Tal é a sorte das opposições, que aceitam sempre os descontentes, ainda que lhe venham do partido contrario. Restituir ainda assim n'aquella occasião o duque de Palmella ás boas graças de D. Pedro, e rehabilital-o a ponto tal, de lhe confiar a nomeação de um novo ministerio, era empreza realmente difficil, quando aliás elle o julgava disposto a prival-o da regencia, e a querel-o remover para fóra do reino.

Entretanto Mendizabal mostrava-se impaciente pela demora da expedição, para a qual, depois de um conselho de

gabinete, se convocou um conselho militar[1], em que se agitaram as quatro importantes questões: 1.ª, será conveniente embarcar todas as tropas disponiveis, e fazer com ellas um decisivo ataque sobre Lisboa? 2.ª Será melhor embarcar 2:000, ou 3:000 homens, e fazer com elles um ataque sobre algum ponto, distante da capital, e do Porto? 3.ª Deve ser Villa Nova atacada por um desembarque, feito na sua retaguarda? 4.ª Deve effeituar-se um ataque na retaguarda das linhas inimigas ao norte da cidade? Solignac inclinou-se a mandar um exercito de 5:000 homens, para ser lançado nas vizinhanças de Lisboa, offerecendo-se elle, ou para o commandar em pessoa, ou para ficar no Porto, por cuja conservação se responsabilisava n'este caso. Napier entendia pela sua parte que, se abandonasse a Foz, e se limitassem as linhas unicamente á defeza do Porto, cidade que por então estava abastecida para tres mezes; e com a maxima porção de gente de que se podesse dispor, se fosse com ella fazer um ataque repentino sobre Lisboa, projecto a que Solignac decididamente se oppoz, preferindo antes um ataque em força contra o campo inimigo pela parte do norte, ou do sul do Douro.

O ataque pela retaguarda era muito incerto, pelas vicissitudes do desembarque, que era necessario fazer em qualquer ponto da costa. A probabilidade de bom exito era tambem pequena, e se a força atacante fosse mal succedida, a conservação do Porto arriscava-se em demasia. Conseguintemente este plano olhou-se como arriscado e indiscreto. A maior parte das opiniões do conselho optou pelo parecer de Napier, que felizmente não veiu a seguir-se, aliás, quando se tomasse Lisboa, hypothese do melhor resultado, o Porto cairia em poder do inimigo, porque não tendo pro-

[1] N'este conselho se conheceu que a força do exercito libertador era n'este mez de 18:021 homens, dos quaes 10:439 eram de infanteria e caçadores, e 1:125 de artilheria, 445 de cavallaria, e 6:012 de batalhões nacionaes fixos e moveis. Abatendo d'esta força 1:607 doentes, e os corpos nacionaes fixos, apenas se podia contar com 10:000 homens, promptos, para manobrarem activamente no campo.

visões para mais de tres mezes, e não se podendo antes d'isso arranjar na capital um exercito, capaz de fazer rosto aos miguelistas, e obrigal-os a levantar o sitio, a fome havia de trazer aos seus defensores uma capitulação humilhante, e quando para evitar isto se conservasse a Foz, as linhas do Porto seriam naturalmente levadas por qualquer ataque serio, que contra ellas se fizesse, attenta a falta de bayonetas constitucionaes, para devidamente guarnecer tamanho espaço.

Sartorius, tendo pedido a sua demissão [1], foi então substituido por Napier, que com a sua patente de vice-almirante da marinha portugueza, e commandante em chefe da esquadra, accumulou tambem as funcções de major general da armada. A sua força naval consistia nas tres fragatas, *D. Pedro* (de 50 peças), *Rainha de Portugal* (de 46), e *D. Maria II* (de 42); na corveta *Portuense* (de 20), e no brigue *Conde de Villa Flor* (de 18); as guarnições subiam a uns mil e tantos homens, entre officiaes e marinheiros, e a esquadra contava mais por si cinco barcos de vapor, e os respectivos navios de transporte. Com estes unicos meios, e no estado de indisciplina a que a mesma esquadra se achava reduzida, tinha o novo almirante constitucional de conduzir aos campos da gloria uma expedição, que se destinava a libertar Portugal, e a reduzir o infante D. Miguel á dura condição de proscripto, depois de vencido e derrubado do throno, que usurpára, e portanto destinado a collocar sobre esse mesmo throno a sua joven e legitima rainha D. Maria II, o que tudo devia ser feito em presença de um exercito inimigo, que se elevava a perto de 80:000 homens de todas as armas, e de uma esquadra, que constava de duas naus de linha, uma charrua armada em guerra, montando 50 peças, uma fragata de outras 50, tres corvetas e quatro brigues, promptos todos estes vasos a saír do Tejo.

[1] Deu-se-lhe por carta regia de 8 de junho, dia em que Napier foi tambem nomeado para o substituir, tomando igualmente o commando da esquadra.

O capitão Carlos Napier, trocando este seu verdadeiro nome pelo de Carlos de Ponza, para commemorar um bello feito de armas por elle praticado em Italia, e sobretudo para illudir as leis inglezas, que lhe vedavam, com pena de perda de patente, entrar no serviço estrangeiro, sem previa permissão do seu governo, ao içar o seu pavilhão fallára ás suas guarnições pelo seguinte modo: «Por occasião de tomar o commando da esquadra de sua magestade fidelissima, sinto o maior orgulho em me associar a tantos officiaes e homens valorosos, que já tão nobremente se têem distinguido na causa da liberdade e da rainha. A esquadra tem visto que um grande numero de barcos de vapor está agora aqui para cooperar com ella. Se o inimigo saír ao mar, vós sabeis como deveis tratal-o: se ficar no Tejo, atacaremos diversos pontos da costa, e poderemos antecipar um geral levantamento contra a usurpação e a tyrannia. Meus rapazes! Nós temos batalhas que vencer, e grandes esforços que praticar; conservae a disciplina, obedecei aos vossos officiaes, e venceremos. Os olhos de todo o homem livre da Europa estão fitos sobre vós. Os vossos compatriotas, e até as vossas patricias estão anciosos por vos verem de volta; e quando vencida a batalha, voltardes ás vossas casas, sereis recebidos com alvoroço, como homens que têem livrado o infeliz Portugal da tyrannia e oppressão. = *Carlos de Ponza*, vice-almirante, e major general da armada. — Aos respectivos commandantes e officiaes da esquadra de sua magestade fidelissima».

Quanto á expedição, o conflicto das opiniões tornára os planos d'ella cada vez mais incertos, porque emfim todos os grandes negocios têem sempre difficuldades grandes que vencer. Ao principio optára-se pela opinião de Solignac, quanto á saida de uma divisão de 5:000 homens contra Lisboa; mas depois resolveu-se que D. Pedro e Solignac ficassem no Porto, enviando-se para o Algarve uma expedição mais pequena, cujo embarque Solignac lhe tinha demorado, reprovando-a com todo o calor, dando-a como inefficaz, e sem plausivel rasão militar que a justificasse. Foi então que

o vice almirante Napier, desconfiando das dissensões do marechal com o governo, fez signal telegraphico do mar para terra, dizendo que aquella não era certamente a maneira de ganhar a causa da rainha. *Vem soldados, ou não?* Perguntou elle. *Á vista da resposta, obrarei conformemente.* Entretanto a demora continuava, e os dias 9 e 10 de junho passaram-se sem mais decisão de embarque. No dia 11 declarou novamente o almirante para terra, *que se não embarcava a tropa, immediatamente arriaria a sua bandeira, e seguiria sem demora para Inglaterra.*

N'este aperto convocou-se um novo conselho militar, e n'elle se decidiu finalmente, que não se podendo mandar para fóra do Porto, sem risco de perder esta cidade, uma divisão de 5:000 homens, forçoso era recorrer ao emprego de uma expedição de 2:500 homens, que se destinaria ao Algarve, expedição que de nada valeria, se lhe não viera em seu auxilio a prestigiosa e memoravel victoria naval, que precedeu a sua feliz marcha sobre Lisboa. Esta resolução foi promptamente participada a Napier por uma carta, que na data de 11 de junho, D. Pedro lhe escreveu, na qual, dizendo-lhe que a força da expedição seria de 2:500 homens, como se vencêra em conselho, e promettendo-lhe toda a sua possivel energia e actividade no embarque da tropa, se notavam as seguintes lisonjeiras expressões: *Ide, meu querido almirante. Eu vos sigo com os meus esperançosos votos, e espero ver-vos voltar a mim coberto de gloria, e com as benções de uma nação grata, a quem viestes com generosas intenções fazer brilhantes serviços.* Estas palavras foram propheticas, como a sua realidade o mostrou em breve.

Solignac, irado pela sua parte, por ver tão friamente rejeitada a sua opinião e conselho, pediu a sua demissão, que promptamente se lhe deu por carta regia de 13 de junho. As causaes d'este facto são relatadas n'um officio do marquez de Loulé para Abreu e Lima, com data de 15 de junho, pela seguinte maneira: «Havia muito tempo que o marechal tinha perdido entre nós todo o conceito. A tropa, e os habitantes d'esta heroica cidade, vendo que elle se occupava uni-

camente em dar ouvidos, e em promover intrigas; vendo a inacção em que elle conservava o exercito; sabendo que se oppunha a qualquer tentativa contra os rebeldes, e que mesmo aquellas, que tiveram logar contra as Antas, e o Covello, não haviam merecido a sua approvação, ouvindo-lhe repetir por vezes, que elle sairia contra o inimigo, porque assim lhe era positivamente ordenado, mas que tinha a certeza de ser vencido; todas estas circumstancias reunidas, fizeram com que soldados e paizanos retirassem inteiramente, como era natural, a sua confiança a um chefe com taes predicados.»

«Depois de se haver recusado a tomar a offensiva, quando era desejada por sua magestade imperial, e aconselhada pelos generaes mais experimentados, sendo instado o marechal pelo ministerio para saír de um tal estado de inacção, que tornava impraticavel ao governo o continuar a permanecer n'esta cidade, pela total extincção de todos os recursos, decidiu-se finalmente a fazel-o, exigindo porém de sua magestade imperial uma ordem positiva, para assim o praticar, dizendo que ella lhe serviria de resalva, depois da derrota com que contava. Dispoz-se com effeito tudo para o exercito saír das linhas, e a este tempo chegou ao Porto o sr. duque de Palmella com reforços; entrou então em contemplação se se deveria tentar uma expedição em grande força sobre a capital, acompanhando-a sua magestade imperial, ou se conviria mais tentar outras em menor escala, sem compromettter a segurança d'esta heroica e soffredora cidade.»

«Foi este o voto seguido por todo o conselho de generaes, que sua magestade imperial mandou reunir para aquelle fim, e como o marechal não concordasse n'elle, deu a sua demissão, que sua magestade imperial promptamente aceitou, tendo soffrido pacientemente até agora as imprudencias, e as exigencias d'este impertinente ancião, unicamente para que a Europa não dissesse, particularmente depois do que havia occorrido com o vice-almirante Sartorius, que os generaes estrangeiros eram maltratados n'esta terra, a

ponto de se desgostarem, e pedirem as suas demissões. Apesar de que os serviços do marechal foram nenhuns, e de que só aqui veiu desorganisar alguma cousa, que existia em bom arranjo e ordem, ainda sua magestade imperial quiz ser generoso com elle, e por isso o condecorou com a gran-cruz da muito nobre e antiga ordem da Torre e Espada, do valor, lealdade e merito, que o marechal nada fez para merecer.»

Na sua despedida ao exercito, Solignac lhe disse: «Terei sempre presente na memoria a boa disciplina, zêlo e valor, que constantemente observei da parte do exercito, ao qual terei porventura ver-me outra vez unido. Em toda a parte em que me achar, poderei affoutamente assegurar aos portuguezes fieis, que um tal exercito é digno da justa causa que defende». Foi no dia 21 de junho que elle marechal, tentando sair a barra com destino a Inglaterra a bordo do navio *African,* não o conseguiu, sem ser ferido em um braço por uma das baterias realistas, levando assim esta perpetua memoria da sua estada no Porto, e sobretudo o justo castigo de não ter feito todas as possiveis diligencias, para conservar o monte do Crasto. No dia 20 se havia Sartorius retirado já antes d'elle igualmente para Inglaterra a bordo do cutter *Osprey;* dizia-se que fôra doente, e ralado pelos amargos desgostos, que o ministerio lhe causára. Vão ostentador de serviços, que promettêra, e não fizera, e portanto longe, e bem longe, de ser o que inculcára, deve-se todavia confessar, que, apesar de não ser o almirante, que convinha á causa liberal, fez-lhe ainda assim o importante serviço de embaraçar, que a esquadra miguelista podesse bloquear o Porto.

Quanto a Solignac, devemos tambem dizer que não era falto de merito; mas os seus annos tinham-lhe cansado bastante a sua actividade, e o constituiam incommodo pelo seu genio irrascivel, e pouco cortezão, n'uma côrte como ainda por então era a de Portugal. O mais importante serviço por elle prestado á causa liberal, foi certamente o de acabar com as malfadadas sortidas; mas quanto á disciplina, e adminis-

tração do exercito, nada se lhe deveu de melhoria. Despido portanto de credito, como acima se vê, retirou-se a final sem deixar um só amigo, e nem ao menos entre os seus mesmos patricios, não recebendo d'elles a mais pequena prova de sentimento pela sua ausencia. A demissão de Solignac trouxe para o general Saldanha a sua elevação ao importante logar de chefe do estado maior de D. Pedro, e para o brigadeiro, José Lucio Travassos Valdez, a nomeação de ajudante general, e a de quartel mestre general para o major, Balthazar de Almeida Pimentel, a quem para tal nomeação muito aproveitaram as intrigas do real palacio, e sobretudo a decidida influencia, que o nefasto Candido José Xavier alcançára no animo de D. Pedro, levando-o a mandar inutilisar o decreto, que para este logar de seu quartel mestre general se tinha já passado a favor do brigadeiro Bernardo Antonio Zagallo.

Á vista do que temos dito, é um facto que o vice-almirante Napier, comparado com Sartorius e Solignac, se mostrou no Porto, e no campo, com dotes muito differentes d'estes dois generaes, tendo nós por certo, que elle seria na sua arma um tão grande homem de guerra, como os que a historia nos apresenta por celebres, se porventura a fortuna lhe houvesse deparado occasião para se illustrar por feitos iguaes aos d'elles. De estatura regular, um pouco grosso de corpo, e face redonda; com um lenço de seda preto, que, passando por baixo da barba, lhe ia atar á cabeça, parecendo ter dor de dentes; chapéu redondo, de copa baixa e aba larga, imitando o dos Quakers; calça larga, azul; sapato e meia branca; envolvido n'uma sobrecasaca, propria de official de marinha, eis como vimos pela primeira vez esta grande personagem militar apresentar-se na secretaria da marinha no Porto, procurando fallar ao respectivo ministro, marquez de Loulé.

De maneiras simples, longe de pretenciosas, franco na sua linguagem, sem allegar basofias de valentia, como fizera Sartorius, Napier não podia deixar de se fazer bemquisto de todos os que o tratavam de perto. Foi elle o que

finalmente fez soar a hora extrema da usurpação miguelista, levando-lhe o alarme ás suas proprias fileiras. A tropa de que se compunha esta memoravel expedição, destinada ao sul do reino, começando o seu embarque no dia 12 de junho, estava toda ella a bordo no dia 14. O duque da Terceira fôra por carta regia do dia 13 nomeado commandante de todas as forças, que para ella se destinaram, com amplos poderes de levar a effeito quaesquer medidas militares, que entendesse a proposito. Nas suas respectivas instrucções se lhe dizia, que a divisão tinha de se dirigir ao ponto em que mais facil fosse o seu desembarque, fixado todavia esse ponto por um conselho militar, composto a bordo da esquadra d'elle duque da Terceira, do duque de Palmella, e do vice-almirante Carlos de Ponza.

Desembarcadas as tropas, ficavam ellas desde então debaixo do seu immediato commando, e elle general revestido das prerogativas de dar execução ás sentenças dos conselhos de guerra, de punir os paizanos e ecclesiasticos, apanhados com armas na mão; de promover a alferes os cadetes, e officiaes inferiores, que mais se distinguissem em acção; de receber todas as pessoas, que se lhe apresentassem, quaesquer que fossem as suas opiniões, ou erros passados, podendo conceder aos militares os postos que tivessem adquirido, ainda mesmo durante a usurpação, sem que todavia os podesse empregar em serviço effectivo, a não ter a certeza da sua lealdade á causa constitucional, ou sufficiente garantia pela importancia dos serviços, que ultimamente lhe houvessem prestado.

O duque de Palmella recebeu na mesma data do duque da Terceira a sua nomeação de governador civil provisorio, para n'essa qualidade acompanhar tambem a expedição, para reger e governar os territorios, que necessariamente fossem entrando na obediencia do governo legitimo; para proclamar aos povos, e communicar-lhes a natureza da sua missão; para receber tambem todas as pessoas, que se lhe apresentassem, quaesquer que fossem os seus erros e opiniões passadas, não podendo todavia empregal-as, sem a

convicção intima da sua fidelidade, ou a garantia dos seus recentes serviços. Palmella podia de mais a mais castigar militarmente os paizanos e ecclesiasticos, apprehendidos com armas na mão; nomear pessoas aptas para os cargos municipaes, officios de justiça e fazenda; cobrar os dinheiros publicos; prover a tropa expedicionaria do que lhe fosse necessario; captar a benevolencia dos inimigos, conciliando-os quanto lhe fosse possivel sem offensa da lei; prometter e conceder as recompensas, que julgasse a proposito; e finalmente executar quaesquer outras medidas de administração politica, civil e economica, que a sua discrição lhe suggerisse, dando de tudo conta ao governo.

Os duques foram no dia 15 de junho recebidos pelo novo vice-almirante a bordo da fragata *Rainha;* as accommodações que n'ella acharam eram bem fracas para titulares e fidalgos de tão alta monta, e de tão antiga e nobre procedencia. Uma roda de tão bella gente, e de officiaes tão promptos a resignarem-se com as privações de tão apuradas circumstancias surprehendeu Napier. N'esta mesma viagem, uma parte da companhia dos artilheiros academicos apenas ali achou por toda a accommodação uma véla estendida por baixo da meia coberta, com ração do porão para passadio. Só no dia 20, por noite, pôde a expedição concluir todos os seus arranjos, não sem grandes esforços para se alcançar lenha e agua, que por descuido, e outros mais inconvenientes, se não tinham tomado em Vigo, sendo aliás cousa de summa difficuldade obter no Porto estes dois artigos a bordo, o primeiro pela sua raridade, e ambos elles pela difficuldade do embarque.

No mesmo dia 20 officiou o almirante para terra, communicando ao governo as suas ultimas providencias, e as ordens que dava ao official, que durante a sua ausencia ficava em frente do Porto, a bordo do navio *Edward,* official a quem igualmente confiava o historico brigue-escuna *Liberal,* navio almirante da campanha dos Açores, e alem d'elle todos os mais hiates, que se haviam apresado, ficando ao dito brigue-escuna a especial incumbencia da protecção

dos desembarques. Feito finalmente o signal telegraphico da despedida, os vapores começaram a levantar ferro pela noite, e a esquadra, que já no dia 19 tinha perdido alguns ferros, em rasão da resaca, fez-se finalmente de véla pelas oito horas da manhã do dia 21, e reunida com os vapores, seguiu no fim de tantos dias de espera o rumo do sul com mar bonançoso e vento de feição, levando comsigo as lisonjeiras e auspiciosas esperanças da salvação e pleno triumpho da causa liberal, e da legitimidade dynastica[1].

Apesar de tão consideravelmente desfalcada de gente, a guarnição do Porto, animada pela presença e actividade de D. Pedro, sentia com effeito bater-lhe no peito o coração de alegria, pela esperançosa perspectiva, que se lhe antolhava com a saida d'esta tão celebre quanto esperançosa expedição do Algarve. O mesmo D. Pedro tinha feito preceder a saida d'ella de uma proclamação, em que não sómente annunciava aos portuguezes, que uma divisão expedicionaria do exercito libertador ía coadjuvar o desenvolvimento dos sentimentos de fidelidade, para com a rainha, e a carta constitucional; mas chamava os povos igualmente ás armas, e os convidava a auxiliarem-n'o na restauração do throno legitimo, como se vê do que em tal proclamação lhes dizia. «Portuguezes! Uma divisão expedicionaria do exercito libertador, do meu immediato commando, parte a coadjuvar-vos no desenvolvimento da vossa fidelidade á rainha, a senhora D. Maria II, vossa legitima soberana, e á carta constitucional. Correi ás armas. Uni-vos aos bravos, que marcham intrepidos contra a usurpação; n'elles achareis um apoio assás forte, para que possaes derribar as auctoridades do

[1] Esta expedição compunha-se dos cinco barcos a vapor, já por nós mencionados, bem como das tres já citadas fragatas, *Rainha de Portugal* (navio almirante), *D. Pedro*, e *D. Maria*, bem como da corveta *Portuense*, e brigue *Conde de Villa Flor*. A tropa de desembarque comprehendia caçadores n.os 2 e 3, infanteria n.os 3 e 6, primeiro batalhão do primeiro regimento de infanteria ligeira da rainha (francezes), um destacamento de lanceiros apeados, e outro de artilheria, formado pelos academicos de Coimbra.

despotismo. Se quereis viver na posteridade, não temaes morrer pela patria. Ajudae-me a restaurar o throno da vossa rainha, aleivosamente usurpado. Os momentos são preciosos. Acolhei-vos à bandeira da honra e da fidelidade. Não receieis cousa alguma, quaesquer que tenham sido as vossas opiniões e erros passados. Contae que sereis recebidos com a generosidade, que é propria de um governo justo e liberal, e que em breve gosareis da paz domestica, de todas as felicidades sociaes, e da liberdade legal. Ás armas, portuguezes! *Viva a rainha, e a carta*. Porto, 15 de junho de 1833. = *D. Pedro, duque de Bragança*».

CAPITULO IV

Emquanto o duque da Terceira se assenhoreia do Algarve, e o general miguelista, visconde de Mollelos, passa ao Alemtejo, e emquanto finalmente Napier ganha a famosa acção naval do cabo de S. Vicente, chega ao campo realista o marechal de França, Bourmont, que sem fructo acommette as linhas do Porto, onde depois de tal acommettimento chega a noticia d'aquella mesma acção naval. Napier apromptа-se pela sua parte para bloquear Lisboa, e o duque da Terceira, aproveitando-se da demora do visconde de Molellos em Beja, marcha sobre o Alemtejo, entra em Setubal, d'onde afugenta uma divisão movel, que de Lisboa para ali mandára o duque de Cadaval, e vem a Cacilhas derrotar uma outra divisão inimiga, fazendo com a sua ousada marcha retirar da capital do reino o mesmo duque de Cadaval, que assim lhe facilita a sua entrada triumphal em Lisboa, para onde acode logo D. Pedro, retirando-se os realistas sobre Coimbra, o que tambem faz Bourmont, deixando o Porto, cujo sitio é definitivamente levantado por Saldanha, depois do inimigo ter incendiado os armazens de vinhos de Villa Nova; Bourmont finalmente, saindo de Coimbra, marcha sobre as margens do Tejo, para pôr o cerco a Lisboa.

O reinado de D. Miguel estava já em via da sua total ruina e perdição, porque emfim, apesar de ter accumulado em volta do Porto a tropa, que de toda a parte do reino ali pôde fazer reunir; apesar dos postos, titulos, fóros de fidalgo, commendas, habitos e alcaidarias móres, com que a mãos generosas o governo miguelista galardoava os seus mais fieis adeptos, bem como os brios militares dos que no seu exercito pugnavam com mais coragem pelo seu alcunhado rei D. Miguel; e apesar finalmente da distincção honorifica da cruz escarlate de panno, com a legenda de *valor* e *merito,* que mandára pôr sobre o braço direito das praças de pret mais distinctas pelos seus brilhantes feitos de armas, nada d'isto podia já levar as suas tropas a romper as invenciveis linhas dos constitucionaes do Porto.

Quando muitos pareciam duvidar associar o seu nome ao dos illustres defensores d'esta heroica cidade, esgotados todos os seus recursos moraes e physicos; quando a causa liberal, olhada como tinha sido por muitos portuguezes como a da rasão, da honra e da justiça, parecia haver perdido

todo o interesse e apego, que inspirava uma grande causa, que tinha por si o caracter da legitimidade da dynastia, era exactamente então que apparecia em seu favor um ultimo esforço de reacção, por meio do qual muitas vezes um corpo gravemente doente recobra o seu antigo estado de saude. Se o exercito libertador nunca foi commandado por um official de grande genio, com relação ás suas operações strategicas, foi pelo menos dirigido por D. Pedro com soffrivel bom senso, quanto á sua conservação, disciplina, e arranjo, circumstancia para que igualmente muito concorreram os commandantes das brigadas e corpos, amestrados como uns e outros eram pela passada guerra da peninsula. A espectativa em que a necessidade collocára o referido exercito, aguardando do tempo a marcha dos acontecimentos; a sua concentração no Porto, e o seu plano de guerra defensiva ali sustentado, cansou extremamente o exercito contrario, fatigou-o em demasia com a prolongação da luta, quebrantou-lhe até o valor, fez-lhe exhaurir de todo os seus vastos recursos moraes e physicos, e foi finalmente o sobredito plano o que coroou os esforços mais patrioticos com o mais feliz resultado.

Entretanto forçoso é confessar, que similhante plano não foi insinuado *a priori* por uma intelligencia superior, mas foi imposto a D. Pedro pela ponderosa occorrencia de circumstancias, e inteira impossibilidade de offensivamente poder manobrar em campo contra os seus adversarios. Foi esta sua longa pertinacia, o que alcançou para o seu exercito as palmas da sua grande gloria militar, e a fama da sua heroicidade, sendo tambem o que para o mesmo D. Pedro constituiu em prospera a sua adversa fortuna, e o que, alem do descredito em que estava, tornou a toda a nação gasto, fastidioso, oppressivo e incommodo em demasia o governo de seu irmão, nullificando-lhe a omnipotencia de meios, de que em todo o reino dispunha ao começar da luta civil.

Quasi 8:000 homens de armas primitivamente, acrescentados depois com os batalhões nacionaes do Porto, tinham tornado impotente um exercito de 40:000 homens, que em volta d'aquella cidade os sitiavam; haviam feito perder a

confiança dos mais distinctos e acreditados generaes realistas, tornando inutil o immenso material de campanha e de sitio, que se reunira em volta do Porto, repellido todos os ataques dos seus inimigos, e reduzido finalmente ao desprezo, ou pelo menos a uma completa indifferença o seu barbaro e activo bombardeamento, arreigando assim por toda a parte a crença de que o maior numero nem sempre póde vencer o menor. Desde então nasceram os enfados com a prolongação de uma guerra, cuja prolixa indecisão fazia com toda a rasão suppor, que o exercito constitucional não era tão desprezivel, quanto o governo usurpador inculcava, e o seu jornalismo escrevia. D'aqui nasceu a desmoralisação dos soldados miguelistas, amargurados pelos trabalhos e privações, a que os condemnava um cerco a que não viam fim; faltos alem d'isso de vestuario, quasi rotos e descalços, sem paga de vencimentos, e sempre sujeitos a um serviço tão aturado e penoso, quanto cheio de perigos, e no fim de tudo sem nenhuma gloria para elles: eis o fructo que tiraram dos seus trabalhos ao sitiar o Porto. Todas as provincias do reino, ainda as mais afastadas do theatro da guerra, se achavam igualmente fatigadas pelos vexames, que este tão mau estado de luta civil lhes occasionára.

O tributo de sangue, dado em soldados de todas as tres classes militares, que então havia, de tropa de linha, milicias e ordenanças, era sobremodo oppressivo em todo o paiz. Effectivamente o serviço dos milicianos, dos voluntarios realistas, o dos guerrilhas e fachinas para os trabalhos das linhas sitiantes, reunido com o da promptificação dos transportes, e o peso dos chamados *dons voluntarios*, haviam realmente esfriado bastante o enthusiasmo dos mais ardentes e leaes á causa do infante D. Miguel, contido os indifferentes n'uma calculada espectativa, e dado finalmente o maior realce á pericia e valor do exercito liberal. N'estes termos, falto de confiança nos seus generaes, e movido pelos desejos de evitar as perniciosas consequencias de uma luta, que tão feio aspecto ía quotidianamente tomando para a sua causa, D. Miguel, e os seus partidistas de dentro e fóra do paiz, tinham

recorrido ao expediente de chamar tambem para o seu serviço, como já dissemos, um general estrangeiro de grande reputação, que lhe viesse coroar com os louros da mais assignalada victoria um exercito, ao qual sómente parecia faltar um digno chefe, que o levasse ao seu tão desejado triumpho. O marechal de França Bourmont, bem conhecido na Europa, desde que na batalha de Waterloo deixára em 1815 traiçoeiramente as bandeiras de Napoleão Buonaparte, para se passar para as dos alliados, e que ultimamente ennobrecêra o seu nome, pelo seu illustre feito da conquista de Argel em 1830, achando-se emigrado para pagar com a sua fidelidade ao decrepito Carlos X o bastão de marechal de França, com que por aquelle feito o havia galardoado, foi o general que, como campeão strenuo da legitimidade franceza, o mesmo D. Miguel pôde com effeito chamar ao seu serviço, e por elle de dia para dia anciosamente se esperava no acampamento realista, como um valioso auxilio para as suas armas e pretensões.

Emquanto D. Miguel assim providenciava, sobre o commando em chefe do seu exercito, proseguia a sua aventurosa viagem na direcção do sul do reino, com que saíra do Porto, a pequena expedição constitucional do vice-almirante Napier. Pelo meio dia de 21 de junho havia ella reconhecido a costa da Figueira, na manhã seguinte avistára Peniche, approximára-se depois ao cabo da Roca, para chamar sobre aquelle ponto a attenção do governo de Lisboa, e o distrahir sobre o verdadeiro ponto do desembarque, e d'ali continuára ainda a sua derrota na direcção do sul. No dia 23 dobrou pela noite o cabo de S. Vicente, e no seguinte dia foi a esquadra razando a costa do Algarve, d'onde alguns fortes, junto dos quaes passára, lhe fizeram alguns tiros soltos, de que não fez caso algum. Pelas tres horas da tarde do mesmo dia 24 estava ella em frente da praia, escolhida para o desembarque, a *praia da Alagoa*, situada entre o forte da Cacella e o Monte Gordo, a legua e meia, ou duas distante de Tavira. Este sitio podia-se dizer aberto, e apenas protegido por mesquinhas e mal guarnecidas fortifi-

cações, cujos fogos foram de prompto calados pela fragata almirante.

D'ali se retirou o inimigo ao tomar terra a expedição, effeituando-se o desembarque, sem o mais pequeno desastre, ou contratempo. O duque, ao desembarcar no Algarve, dirigiu aos seus habitantes uma pequena proclamação, na qual lhes dizia: «Portuguezes! A necessidade de livrar-vos d'aquelles, que vos opprimem, para que a vossa fidelidade á legitima rainha possa manifestar-se, moveu sua magestade imperial, o senhor duque de Bragança, regente em nome da mesma augusta senhora, a mandar ao meio de vós um exercito, que eu tenho a fortuna de commandar. Portuguezes leaes vem, debaixo do meu commando, libertar portuguezes; as armas que trazem são temiveis para os vossos oppressores. Uni-vos a mim, e aos meus soldados, e a rainha legitima será por nós restituida ao throno de seus avós, aleivosamente usurpado, e á nossa patria será restituida a carta constitucional, e a liberdade. = *Conde de Villa Flor, duque da Terceira.*

O governo de Lisboa, presidido então pelo duque de Cadaval, e dominado pelo conde de Basto, só tinha cogitado em se defender no seu posto. O Algarve achava-se por conseguinte esquecido nas combinações militares dos que dirigiam os negocios da guerra, e o general d'aquella provincia, o visconde de Molellos [1], tão desprevenido estava igualmente de ser ali atacado, que só na madrugada do dia 25, em que o duque da Terceira se tinha já dirigido para Tavira, mandou reconhecer a força desembarcada. A tropa que para este fim empregára foi encontrar-se com os constitucionaes uma legua distante d'aquella cidade, junto da pequena ribeira do Almargem. Ali guarneceram os realistas a respectiva ponte com quatro bôcas de fogo, e alguma gente

[1] Este general apenas dispunha ali de quatro batalhões de realistas, de milicias de Lagos, de 150 cavallos de n.º 5, e de oito bôcas de fogo, servidas por uns 200 artilheiros de n.º 2, podendo avaliar-se em 1:600 homens o total da força de que dispunha.

bisonha de Tavira, Faro e Beja, com um destacamento de cavallaria. A resistencia não foi grande, perdendo os realistas uma peça de calibre 6, e as munições de outra de calibre 3. Desde então Molellos experimentou uma grande deserção nos seus batalhões de realistas, e retirando-se do logar do conflicto para Faro, que aliás abandonou, deu com esta sua marcha logar a que no dia 26 o duque da Terceira fosse entrar em Olhão, e no seguinte dia 27 fizesse a sua entrada triumphal em Faro, capital da provincia, pondo-se tambem a esquadra de Napier simultaneamente em movimento para aquella cidade. Molellos, depois de abandonar Faro, tomou a direcção da serra por S. Bartholomeu de Messines, sendo acompanhado por todos os empregados da provincia, e mais individuos n'ella compromettidos.

Todavia forçoso é confessar, que, apesar da acquisição de Faro, e do arsenal, que lá se achava soffrivelmente provido de munições e petrechos, o resultado da expedição estava ainda muito longe de merecer confiança. A sua força era pequena, para insurreccionar as provincias do sul do reino, cujos habitantes, receiosos de tornarem a caír debaixo do regimen da usurpação, não se atreviam a abraçar decididos a causa constitucional, e a fazer em favor d'ella os sacrificios, que d'elles se exigia, tendo por si tão pequeno apoio.

Em Faro estabeleceu o duque de Palmella o governo civil da provincia, e ali se procedeu á acclamação da rainha, de que se lavrou auto. As operações militares ainda não tinham plano fixo; na tarde do dia 28 de junho marchou uma das brigadas do duque da Terceira sobre Loulé, e outra sobre a Quarteira, estrada que o inimigo seguíra para S. Bartholomeu de Messines, e que Mollelos abandonou, retirando-se para o Alemtejo. Na Quarteira se reuniram as duas brigadas do duque, marchando d'ali em perseguição do inimigo, que se retirava por S. Marcos da Serra para Santa Clara, e d'aqui para Messejana, ponto da sua reunião. Pela sua parte Napier, tendo recebido agua e mantimentos de refresco em Faro, fez seguir a esquadra para Lagos, conseguindo-se por esta fórma dentro de seis dias a occupação

de todo o Algarve. O inimigo, arrojado para alem das serras de Monchique e Caldeirão, tinha abandonado todas as baterias do litoral, e o interior da provincia. As munições, e todo o material de Faro, tinham igualmente caído em poder dos constitucionaes. Ainda assim, no meio do geral enthusiasmo dos habitantes do litoral do Algarve, havia entre elles certa indisposição para receberem armas, e organisarem-se em corpos regulares, tanto para a sua protecção e defeza, como para o andamento, e progresso da causa constitucional.

Por conseguinte a situação dos constitucionaes era não obstante precaria, pela falta de um combate, que decidisse e assegurasse a occupação da provincia, como bem se patenteava pelo estado de perplexidade em que o duque da Terceira se conservou em S. Bartholomeu de Messines, d'onde expediu ordem para se lhe reunir a artilheria de campanha, tomada ao inimigo, bem como a sua de montanha, e as reservas de polvora, que tinha deixado em Faro. Molellos, ainda que retirado para S. Martinho das Amoreiras até Garvão, tinha conseguido aprisionar um major, e um alferes do duque da Terceira, que, como exploradores, haviam sido mandados a S. Marcos da Serra. Molellos, parando em Messejana, buscou oppor na serra a maxima resistencia ao duque, empregando para isto as ordenanças, fazendo-as capitanear por differentes officiaes, alguns dos quaes eram de linha, e conhecedores do paiz.

Esta circumstancia aggravou ainda mais os grandes receios do duque em perseguir o inimigo, e dominado por elles, desandou para a retaguarda, indo novamente occupar Loulé na manhã de 4 de julho, onde de novo se entregou á sua perplexidade e incerteza, com todas as mostras de querer eternisar a guerra, tanto quanto succedia no Porto. As rasões que para isto tinha eram realmente plausiveis; embrenhar-se pelo Alemtejo com tão pequena força, para tão temerario se approximar da capital, despido do apoio da esquadra, de que não tinha noticias, era realmente arriscar-se a perder-se, e a perder tambem, não só a força

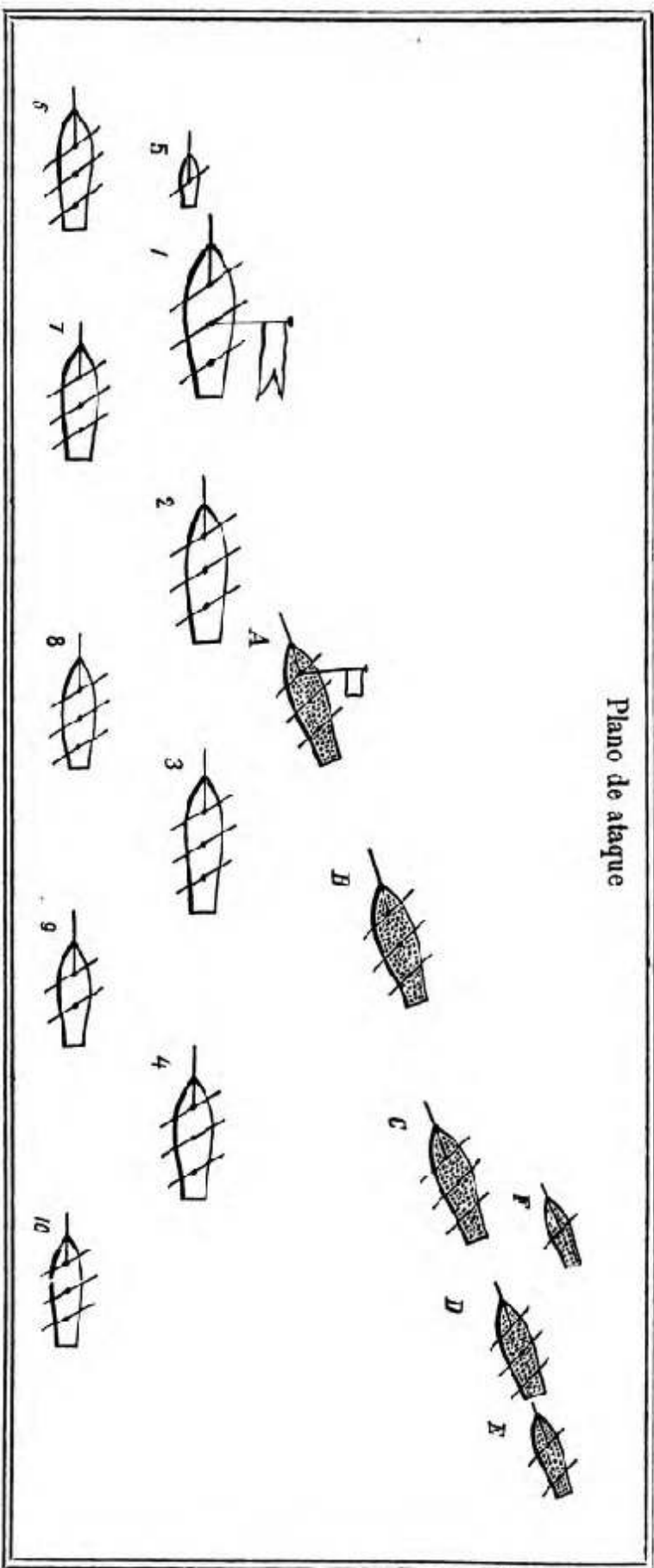
de que dispunha, mas igualmente a causa que defendia. Retrogradar portanto, como fez, até ter noticias da esquadra, parece-nos não ser cousa digna de censura, quando o não seja de louvor.

A opinião dos liberaes em Lisboa com rasão devia exaltar-se, esperançados na serie de todos estes acontecimentos. No dia 25 de junho participára para Lisboa o telegrapho do sul do Tejo o desembarque da expedição no Algarve, succedendo-lhe pouco depois a noticia de se ter levantado nas immediações de Thomar uma guerrilha, que, correndo sobre aquella cidade, ali se armára com armas de milicianos e realistas, que achára em deposito, seguindo depois para a Barquinha, Alpiarça e Almeirim. Tudo isto aterrára o governo de Lisboa, que no dia 9 de julho fez saír uma força [1] para Aldeia Gallega, d'onde a final marchou a unir-se a Molellos, que na sua retirada do Algarve com toda a instancia requisitára reforços ao seu governo, expondo-lhe a urgente necessidade, que tinha da remessa dos possiveis soccorros de gente, dinheiro e polvora.

Para este mesmo fim largou tambem do Porto uma brigada, commandada pelo brigadeiro, Nuno Augusto de Brito Taborda, que chegando a Coimbra no dia 30 de junho, ali reuniu toda a sua força, composta como veiu a ser de um batalhão de infanteria n.º 8, outro de infanteria n.º 17, milicias de Aveiro, realistas de Penafiel, um esquadrão de cavallaria n.º 4, e duas bôcas de fogo de calibre 3. Desde então o governo de Lisboa pareceu ter perdido o acerto, que tanto lhe convinha empregar em todas as suas medidas; em vez de conservar a esquadra no Tejo, para em caso de desastre nas provincias do sul se cobrir e abrigar com ella, para a defeza da capital; em logar de esperar pelos reforços maritimos, e por um official de marinha ingleza, o capitão Eliot, que se havia arranjado em Londres para a comman-

[1] Foi commandante d'ella o brigadeiro Raymundo José Pinheiro, que comsigo levava milicias de Thomar e de Tavira, caçadores n.º 1, um batalhão de infanteria n.º 14, e um esquadrão de cavallaria n.º 2.

BATALHA DO CABO DE S. VICENTE ENTRE AS ESQUADRAS PORTUGUEZAS

5 de julho de 1833. Principiada ás quatro da tarde e finalisada ás seis. Estampa 1.ª, pag. 341.

Esquadra de D. Maria

A. Fragata *Rainha de Portugal*: almirante.................. 46
B. Fragata *D. Pedro*, anteriormente *Wellington*........ 48
C. Fragata *D. Maria*........... 42
D. Corveta *Portuense*........... 18
E. Brigue *Villa Flor*............ 16
F. Escuna *Faro*................ 6

Peças de artilheria..... 176

Esquadra de D. Miguel

1. Nau *D. João VI*.............. 80
2. Nau *Rainha*.................. 76
3. *Martim de Freitas*........... 48
4. Fragata *Princeza Real*........ 56
5. Cutter ....
6. *Izabel Maria*................. 24
7. Brigue *Tejo*.................. 20
8. Corveta *Princeza Real*......... 22
9. Brigue *Audaz*................ 20
10. Corveta *Cybelle* 26

Peças de artilheria..... 372

dar, só cogitou em a fazer aprompt ar-a toda a pressa, e mandal-a saír a barra no 1.º de julho, não obstante o miseravel estado em que se achava, quanto ao material e pessoal.

Ao passo que o duque da Terceira tambem apathico consumia o tempo, ou em S. Bartholomeu de Messines, ou na villa de Loulé, o almirante Napier saía de Lagos no dia 2 de julho. Da esquadra inimiga não tinha elle noticia alguma; mas na manhã do dia 3 do dito mez, achando-se a esquadra na altura do cabo de S. Vicente, os officiaes de quarto deram-lhe parte de se avistarem duas vêlas, depois tres, quatro, e assim successivamente até se contarem nove embarcações, que eram as naus *D. João VI*, e *Rainha*; as fragatas *Martim de Freitas* (ou a antiga charrua *Maia e Cardoso*), e *Princeza Real*; as corvetas *Izabel Maria*, *Princeza Real*, e *Cybelle*; e os brigues *Tejo*, e *Audaz*. Napier navegava então com amura a estibordo, com as quatro mestras e joanetes, e o almirante miguelista, o chefe de esquadra, Antonio Correia Manuel Torres de Aboim, seguia em gaveas, e mais em cheio para bombordo, e a sotavento da esquadra constitucional. Pelas duas horas da tarde Napier virou de bordo sobre o inimigo, que pela sua parte teve a indiscrição de voltar tambem, deixando assim desembaraçada a bahia de Lagos, sobre a qual devia aliás navegar, porque d'este modo, ou fazia com que os constitucionaes voltassem ao porto, onde ancorados teriam de dar uma acção, ou os obrigava antes d'isso a travar combate, tendo elles a desvantagem do vento.

Pela tarde do mesmo dia 3 reuniram-se a Napier os vapores, e o brigue *Conde de Villa Flor*, que os tinha ido chamar a Lagos, tomando desde então a esquadra constitucional posição cousa de milha e meia a barlavento da do seu inimigo, e assim os veiu apanhar a noite, estando o mar demasiadamente encapellado, para tentar uma abordagem, plano de ataque por que o vice-almirante Napier se decidíra, como o melhor nas suas circumstancias, posto que indiscreto e temerario parecesse, pelo disparatado das forças inimigas, convencido como estava da necessidade de um de-

sesperado esforço, para salvar, ou accelerar a perda total da causa do Porto, e a sorte da expedição. «Não havia meio termo, dizia elle comsigo mesmo, ou ganhar tudo, ou perder tudo; uma acção parcial apenas podia prolongar por algumas semanas a causa da rainha, que só podia salvar-se por uma grande e momentosa victoria, ao passo que uma derrota acabava por uma vez com a guerra civil». Oxalá este fôra o juizo, e a resolução dos generaes de D. Pedro, quando desembarcados nas praias do Mindello, viram pela sua esquerda fugir o brigadeiro José Cardoso, e pela sua direita o general Santa Martha, devendo diligenciar n'este caso perseguir seriamente um d'elles, e sobretudo levar este ultimo a aceitar uma acção decisiva, em vez de se irem entregar á sua apathia no Porto.

Durante a noite ambas as esquadras se conservaram a tiro de fuzil uma da outra. No dia 4 o vento continuava aspero, e o mar encapellado não permittia ainda a execução do plano de abordagem, que Napier premeditava; mas elle conheceu bem durante este tempo, que o chefe de esquadra Aboim não só hesitava, mas nem ao menos mostrava tenções de entrar brevemente em combate, o que o tornára a elle mais ousado, esperando pela occasião, e tempo favoravel, para a sua premeditada e heroica empreza. Veiu a manhã do glorioso dia 5 de julho, serena, e com todas as apparencias de uma calmaria proxima, que effectivamente sobreveiu pelas nove horas da manhã. Foi então que, tornando-se os vapores necessarios, para rebocarem as fragatas, e as collocarem em posição de ganharem facilmente a victoria, sem grande derramamento de sangue, elles se recusaram a fazel-o por cobardia.

Pelo meio dia, estando as guarnições jantando, appareceram signaes de uma proxima viração. Os differentes commandantes vieram então a bordo da fragata almirante receber as ultimas instrucções de Napier, que se conservava a barlavento do seu inimigo, estando este formado em uma linha cerrada, navegando com pouco panno, apparecendo primeiro as duas naus, depois as duas fragatas, tendo as

1. *D. João.*
2. *Rainha*
3. *Martim de Freitas.*
4. *Princeza Real.*
5. Cutter.
6. *Izabel Maria.*
7. *Tejo.*
8. Corveta *Princeza Real.*
9. *Audaz.*
10. Corveta *Cybelle.*

A. *Rainha de Portugal.*
B. *D. Pedro.*
C. *D. Maria.*
D. *Portuense.*
E. Brigue *Villa Flor.*
F. Escuna *Faro.*

tres corvetas, e os dois brigues um pouco para sotavento, mas nos intervallos dos navios grandes. As fragatas *Rainha*, e *D. Pedro* foram destinadas por Napier para abordarem a nau *Rainha*, e a *D. Maria II* teve a seu cargo acommetter a fragata *Princeza Real*; e a corveta *Portuense*, e o brigue *Conde de Villa Flor*, eram contra a *Martim de Freitas*, deixando-se vogar á ventura a nau *D. João VI*, as tres corvetas e os dois brigues. Pela uma hora da tarde começou a calar a viração fresca, que se esperava; as guarnições estavam todas a postos, determinadas a baterem-se até á ultima extremidade.

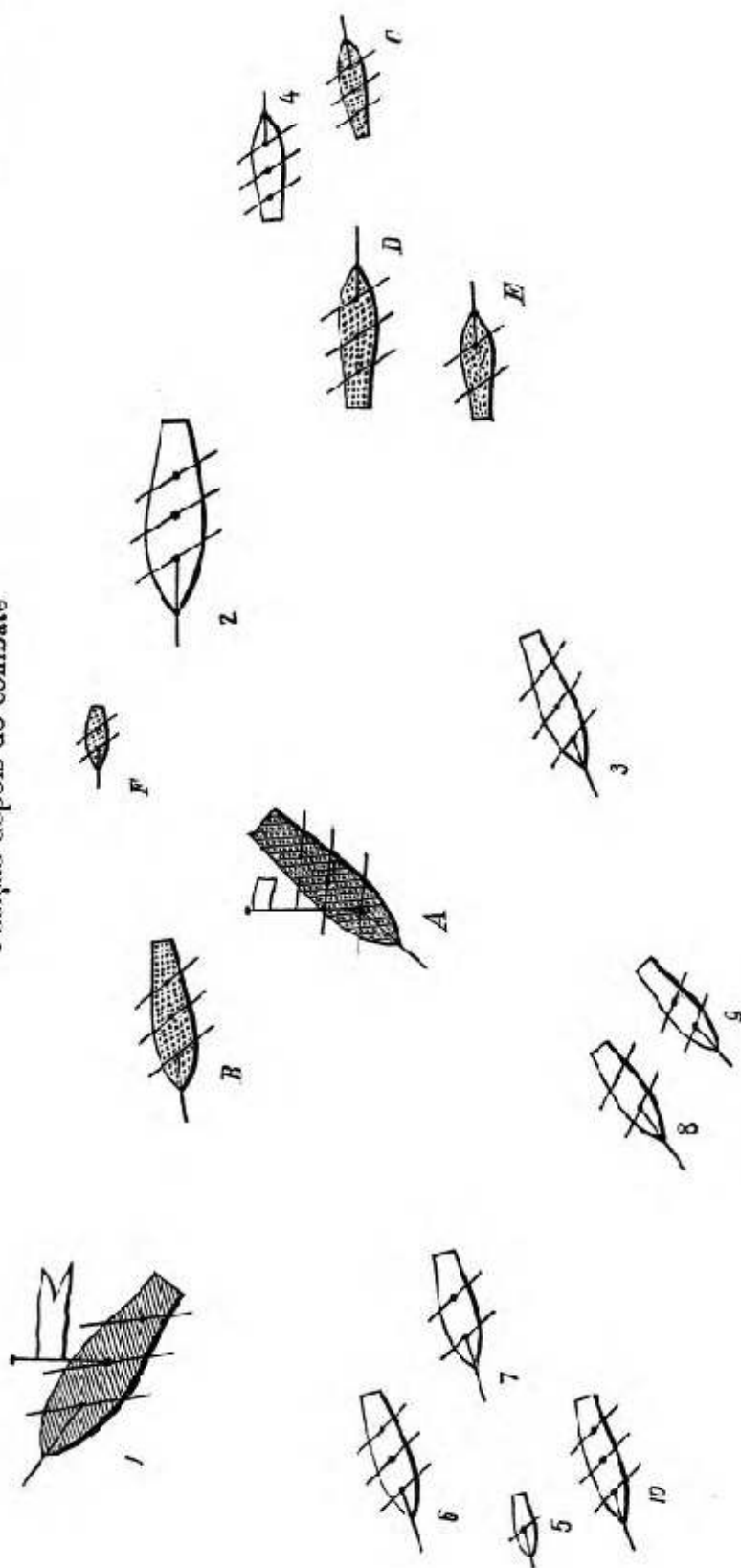
Napier, e alguns dos commandantes dos differentes navios da sua esquadra, pozeram-se todos á mesa, tranquillos conversando com a maior counfiaça na sua proxima batalha, bem longe de attenderem aos que deixariam de existir dentro em pouco tempo, ou aos que n'ella seriam mortalmente feridos. Pelas duas horas voltaram todos os referidos commandantes aos seus respectivos navios. Deu-se o signal do combate, metter em linha, arriar escaleres, navegando toda a esquadra em mestras e joanetes, e tremulando-lhe nos topes de todos os mastros as bandeiras constitucionaes azues e brancas. Os vasos realistas navegavam em gaveas, á excepção da *Martim de Freitas*, que levava largas as mestras e joanetes; os seus differentes navios continuavam formando uma especie de columna dobrada, constituida uma das filas d'ella pelas duas naus de linha e as duas fragatas, e a outra pelas tres corvetas e os dois brigues, como occupando os intervallos, que entre si deixavam os primeiros navios. O vento era bom, o mar chão, não se vendo no céu uma só nuvem, que presenceasse esta respeitavel scena.

Já se distinguia a bordo da esquadra miguelista escorvar as peças; mas as guarnições constitucionaes estavam tranquillas e resolutas, não desconhecendo todavia, que o exito da empreza dependia todo elle do estado em que os seus respectivos navios ficassem depois da primeira banda. Chegaram finalmente os contendores a tiro de fuzil, sem que de parte a parte se tivesse feito fogo até então, conser-

vando-se os realistas em linha cerrada. Rompeu finalmente n'estas circumstancias a terrivel banda de uma das fragatas inimigas, instantaneamente seguida por outra de toda a esquadra, á excepção da *D. João VI*, que só podia fazer mal com os seus guarda-lemes; e quando todos esperavam encontrar completamente ao vae-vem a cordagem, e os mastros da desmantelada fragata *Rainha*, não foi de pequeno espanto verem-lhe ainda tremular incolume a flamula do tope, e ella navegar altiva sobre as historicas aguas de Nelson, e S. Vicente, depois de dissipado o fumo, occasionado por um fogo, que até fizera borbulhar o mar em volta dos navios, e lhe dera o aspecto das vagas de um temporal desfeito, que os açoutava. Poucos lhe foram mortos, ou feridos no convez; porém as tres peças de proa sobre o tombadilho ficaram-lhe quasi limpas de guarnição.

Respondeu pela sua parte a fragata *Rainha* ao terrivel fogo do inimigo, seguindo-se-lhe a fragata *D. Pedro*, e ao passarem estes vasos pela *Martim de Freitas*, que perdêra o seu mastaréu de velaxo, a nau *Rainha* metteu então de ló, arribando n'esta occasião os navios constitucionaes pela sua parte, para lhe evitarem uma banda das suas baterias. A nau *D. João VI* orçou toda, procurando metter Napier entre os fogos cruzados das duas naus, sendo isto exactamente o que elle desejava, por se achar a mesma nau *D. João VI* muito sotaventeada, para poder tomar a tempo uma vantajosa posição a barlavento. O proprio Napier instantaneamente metteu o leme de ló; a fragata obedeceu promptamente, e roçando quasi pela pôpa da nau *Rainha* com o pau da giba, disparou-lhe então os cachorros, e mais peças de proa, carregadas quasi até á bôca de bala rasa e metralha. Desde então correu a prolongar-se com a mesma nau, debaixo de um fogo activissimo, e estes dois navios foram por conseguinte atracados, cruzando as vergas e as vêlas grandes.

O chefe de divisão Wilkinson, e o capitão Carlos Napier, commandando a gente de abordagem, saltaram de prompto de cima das ancoras para a amurada da nau, e levaram

Posição depois do combate

1. *D. João*, mettendo de ló, e arriando bandeira.
2. Nau *Rainha*, tomada.
3. *Martim de Freitas*, tentando escapar.
4. *Princeza Real*, tomada.
5. Cutter.
6. *Izabel Maria*, escapou.
7. *Tejo*, escapou.
8. *Princeza Real*, entregou-se depois da acção.
9. *Audaz*, reuniu na bahia de Lagos, dois dias depois da acção.
10. *Cyballe*, escapou.

A. *Rainha*, dando caça ao *Martim de Freitas* depois da *D. João VI* ter arriado bandeira.
B. *D. Pedro*, indo tomar posse da nau *D. João*.
C. *D. Maria*.
D. Corveta *Portuense*.
E. Brigue *Villa Flor*.
F. Escuna *Faro*.

adiante de si toda aquella parte da guarnição, que acharam ao longo dos bailéus de bombordo[1]. O mesmo almirante, seguindo tambem o impulso dos seus subordinados, quasi sem o presentir, achou-se igualmente no castello da proa da nau. Saltou então mais gente para dentro do navio inimigo, e correndo a bordo d'elle para a ré, ou passaram por meio da sua guarnição, ou a repelliram corajosamente pela escotilha grande abaixo. Os invasores assenhorearam-se finalmente da tolda, custando-lhes esta importante conquista o grave ferimento de Wilkinson, e o do capitão Napier.

Pela sua parte o proprio almirante Napier tinha tambem levado sobre a cabeça uma forte pancada, dada com um pé de cabra, a que depois se seguiu uma boa cutilada, que lhe foi descarregada pelo segundo commandante da nau. Desde então as cobertas não foram tão disputadas, e dentro em pouco se seguiu a posse tranquilla de toda a nau, cujo commandante, o bravo e valente Manuel Antonio Barreiros, succumbiu na luta, depois de se ter batido como um leão. Ainda em confusão, separaram-se os dois navios; mas a fragata *Rainha*, tendo mettido um velaxo novo, por estar o outro despedaçado, e cuidando tambem em metter uma véla nova, por se achar a outra inutilisada, viu-se quasi repentinamente junto da nau *D. João VI*, que para evitar o combate metteu de ló, e arriou a bandeira[2], dando-se por vencida, quando apenas ameaçada, como igualmente estava pela fragata *D. Pedro*. Seguiu-se depois a posse da *Martim de Freitas*, cujo commandante, Manuel Pedro de Carvalho, se defendeu por tal modo, que o mesmo Napier lhe mandou por um seu ajudante de ordens recommendar na noite da batalha, que no dia immediato se lhe apresentasse, para lhe entregar com a sua espada o commando da nau *Rainha*. A corveta *Princeza Real* rendeu-se, e a fragata do mesmo nome foi corajosamente

[1] Toda a descripção d'esta famosa batalha foi geralmente tirada da *Guerra da successão em Portugal*, pelo almirante Carlos Napier, isto é, pelo proprio official que a ganhou.

[2] É inutil commentar um acto de similhante fraqueza e cobardia, tudo isto praticado por um navio almirante!

tomada pela *D. Maria II*, que lhe passou pela pôpa, prolongando-se com ella, e orçou toda, dando-lhe algumas bandas. Assim terminou a famosa acção naval de 5 de julho, deixando em pleno poder dos constitucionaes duas naus de linha, duas fragatas e uma corveta, escapando-se duas outras corvetas, que se dirigiram para Lisboa, e os dois brigues, um dos quaes se foi depois unir aos vencedores, e o outro foi demandar a Madeira[1].

N'esta desigual peleja, o triumpho de Napier foi obra da perturbação de Barreiros, official que na occasião dos grandes perigos era inteiramente incapaz de achar recursos na sua propria capacidade e intelligencia, perdendo completamente a cabeça. Este defeito, bem conhecido n'elle por todos os officiaes de marinha d'aquelle tempo, e que com elle serviram, em tão alto grau o dominára, ao ver-se atracado pelo arrojado almirante Napier, que não tendo comsigo sobre a tolda mais do que as taifas d'ella e do castello, compostas pela maior parte de taifeiros pertencentes á guarnição, nem ao menos lhe occorreu a idéa de chamar promptamente em seu auxilio, e em defeza da embarcação que commandava, os reforços das baterias do convez, e da coberta, apesar de ser n'estas baterias onde se deviam achar, alem da maruja das guarnições das peças, os soldados do destacamento da nau, que das mesmas guarnições faziam parte. O proprio Napier confessou ao depois este consideravel erro do seu inimigo, dizendo, que toda a sua gente corréra armada sobre as escotilhas, para impedir que viessem em soccorro dos da tolda os reforços das citadas baterias, e por conseguinte que, se os soldados da brigada, em vez de se destinarem ás guarnições das peças, como determinava a lei da sua creação, fossem empregados como tropa de infanteria na defeza da primeira coberta dos navios de guerra, jamais conseguiria lograr tão assignalada victoria,

[1] Os constitucionaes perderam 90 homens, entre mortos e feridos; e os realistas de 200 a 300. A parte official d'esta acção póde ver-se no documento n.º 260.

que precipitou D. Miguel do throno que usurpára, e o expulsou definitivamente de Portugal, para todo o sempre, ou foi a mais efficaz causa d'isso.

A tomada da nau *Rainha* determinou pois a entrega de todos os mais navios, devida por certo em grande parte á fraqueza e cobardia com que a bordo da nau *D. João VI* se conduzira o commandante em chefe da esquadra miguelista. Entretanto a famosa batalha naval de 5 de julho privou o governo de Lisboa, dirigido pelo duque de Cadaval, dos poderosos auxilios, que até ali lhe offereciam as embarcações de guerra, e chamou de prompto a fortuna das bandeiras miguelistas para as constitucionaes, porque emfim este rasgo espantoso, e talvez unico, de coragem e pericia militar, não só lhes deu o dominio dos mares, assegurando o de terra, mas até fez mais effeito na opinião publica do que até ali o fizera o nome de D. Pedro, depois d'esta assignalada victoria. Tamanho é o prestigio, que por si tem sempre a espada do vencedor, ou, mais propriamente fallando, o prestigio da força e coragem, sem a qual impossivel era, que em tão crua e prolongada luta, a causa liberal podesse fazer proselytos, e em seu favor enthusiasmar os animos ao ponto de vermos os filhos e parentes proximos dos mais exaltados miguelistas, e até alguns d'estes, terem por muita honra pertencerem hoje ao gremio do partido liberal, até então detestado, e tido por infame, partido que ao presente olham por patriota e benemerito! Tal é a ordem das cousas no mundo, e a verdade de que a fortuna tem sempre por si adoradores sem numero!

Limitadas pois as forças miguelistas unicamente ás operações de terra, a barra do Tejo ficou desde então como patente, para qualquer golpe de mão com que Napier a quizesse ameaçar, vantagem que portanto trouxe comsigo a de expor Lisboa aos ataques directos de um inimigo ousado e triumphante. Foi assim que este nobre feito militar rompeu todo o equilibrio da balança entre as forças belligerantes, feito incomparavelmente glorioso, por ser ganho com tal, e tamanha desproporção de forças, receiando-se que justa-

mente duvide a posteridade, se o successo passou como se escreve. Como quer que seja, certo é que os resultados moraes igualaram, se é que não excederam, as vantagens materiaes, que com elle vieram annexas, porque, ao passo que os miguelistas se acobardaram, e particularmente o visconde de Molellos, tambem os constitucionaes proporcionalmente se affoutaram a maiores e mais decididas emprezas em terra, e particularmente as tropas da expedição do Algarve, e o seu bravo commandante, o afortunado duque da Terceira. Este general, depois de ter atravessado o Algarve, nas vistas de penetrar no Alemtejo, havia retrogradado para Loulé, como já vimos, sem duvida pelo receio, que lhe infundiram as forças de Mollelos, que já por então corriam o mesmo Alemtejo, ou n'elle o estavam esperando, para o derrotar.

Foi a participação da brilhante victoria de Napier, o que felizmente veiu destruir todo o mau effeito moral de similhante retirada, que aliás se constituira em obra de mais funesto agouro para as tropas constitucionaes, chamando com este passo, como necessariamente devia chamar, sobre o Algarve as tropas do mesmo Molellos, a não lhes embargar esta marcha, como de facto succedeu, a prestigiosa acção naval do Cabo de S. Vicente. Muito póde o exemplo de um grande feito de armas, e grande imperio tem no animo d'aquelles, que ardentemente buscam por meio d'ellas deixar de si um nome eterno e glorioso, mostrando que não foi debalde que vieram ao mundo, nem deixavam de ser uteis á sua patria, sobresaindo ao vulgar dos seus concidadãos!

Como quer que seja, certo é que desde este momento as forças da expedição do duque da Terceira, afoutas e levadas de uma inspiração feliz, assumiram (logo que elle soube em Loulé da grande victoria naval, e depois que em Lagos foi conferenciar com Palmella e Napier), o caracter de restauradoras de Lisboa, e com esta crença não só voltaram outra vez sobre os seus passos, dirigindo-se em 10 de julho novamente para S. Bartholomeu de Messines, e de lá para

o Alemtejo, mas até pozeram atrevidas vistas na propria capital do reino, sem lhes embaraçar com o longo e difficil trajecto, que tinham de percorrer, desde as praias meridionaes da provincia, em que estavam, até Lisboa; e ver-se-ha dentro em pouco os portentosos effeitos de tão nobre e ousada resolução.

A fortuna quiz tornar duplicadamente historico o memoravel dia 5 de julho nos gloriosos fastos da nossa guerra civil, pelo cumulo de feitos e proezas militares, que n'elle se praticaram. Era assim que todas as cousas se íam por este tempo succedendo com a mais incrivel prosperidade para o pleno triumpho da causa liberal. A noticia do favoravel desembarque da expedição do Algarve chegára ao Porto no dia 4 do citado mez de julho, e durante a noite bandas de musica correram a annuncial-a pelas differentes praças e ruas da cidade, que espontaneamente se illuminou, esperançados os seus moradores de que o bom successo d'esta empreza viria em breve coroar do mais feliz resultado a heroica pertinacia dos bravos defensores do Porto. Para um tão pequeno exercito, como o de D. Pedro, qualquer desfalque de tropa forçosamente lhe havia de ser sensivel, e muito mais uma expedição, como a que saira para o sul, a qual apenas lhe deixou ficar promptos no campo não mais de 9:000 para 10:000 homens de todas as armas, destinados a guarnecer as linhas da cidade, da Foz, e do convento da Serra do Pilar.

Os realistas tinham feito correr entre os seus soldados, e por toda a parte dos seus acampamentos, que a expedição constitucional seguira viagem para os Açores, levando comsigo a maior e melhor parte da sua tropa de linha, ficando por conseguinte o Porto e a Foz quasi desguarnecidos, e apenas defendidos estes dois pontos pelos estrangeiros desordeiros, e indisciplinados, e alem d'elles por alguns voluntarios e paizanos armados, que mal se poderiam bater com tropas regulares. Entretanto elles não deixaram de prever, que o verdadeiro destino da expedição era a provincia do Algarve, onde iriam desembarcar, já pela grande distancia

em que se achava dos logares onde estava a maior força da tropa miguelista, e já pelos muitos portos, que no litoral da referida provincia ha de facil desembarque.

Apesar d'isto julgaram que, postos em terra, a sua influencia não podia ser de grande monta no paiz, por contarem com a devoção dos povos montanhezes, todos elles dedicados á causa miguelista, vindo a par d'isto a crença, que tinham, de que a superioridade das suas forças navaes, e a breve chegada de alguns officiaes, e petrechos de guerra inglezes, haviam provavelmente de supplantar as constitucionaes do commando de Napier. Uma outra suspeita houve, quanto ao destino da expedição, julgando que fosse desembarcar á Figueira, d'onde marcharia a Coimbra, para se interpor entre Lisboa e o Porto, e cortar assim aos sitiantes as suas communicações directas com a capital, e que manobrando ella, ou sobre a Beira, ou sobre o Ribatejo, forçaria os sitiantes a levantar o cerco, internando-se no coração do paiz, e chamando sobre si a attenção dos mesmos sitiantes, e a maior parte das suas forças.

Finalmente uma terceira, e mais seguida opinião havia ainda, tal era a de que a expedição se dirigiria a Lisboa, ou ás suas vizinhanças, para n'ella provocar uma sublevação, attento o estado de fermentação, e de desmantelamento em que por então se achava a esquadra, falta de tripulação, e alem d'isto indisciplinada. Não obstante os receios, que o exito da expedição constitucional causava nos sitiantes, é um facto acharem-se elles contrabalançados pela noticia de que o marechal Bourmont, aceitando o commando em chefe do exercito realista, para que o convidaram, se achava já em caminho para Portugal, trazendo comsigo uma luzida e numerosa comitiva de officiaes francezes de distincção, para com elle virem tambem associar os seus nomes á defeza de uma causa retrograda, que tinham por patriotica, tal como a da sustentação das velhas e caducas instituições das monarchias despoticas, por então identificadas com a causa miguelista.

Os nomes valem ás vezes tanto como as cousas, porque a

espada de Bourmont, posto que manchada nos campos de Waterloo, era reputada no seu tempo como uma das melhores, e mais abalisadas da França. Olhada como tal pelos miguelistas, elles a tomaram sem mais averiguação como synonymo de victoria para o seu exercito, ao passo que os constitucionaes se encheram de cuidados, tendo nas fileiras dos seus inimigos um tal general. A desconfiança chegou mesmo a apossar-se de muitos dos moradores do Porto, e avisos se passaram até aos negociantes estrangeiros, que n'esta cidade ficaram, para que saíssem d'ella, e acautelassem a sua vida com a sua fortuna, pela probabilidade da estupenda victoria, que de um tão afamado general se esperava. Entretanto pequeno imperio tiveram estes primeiros avisos, e todos no Porto continuaram tão firmes, esperando pela sua sorte, como os mais compromettidos emigrados. O momento era com effeito dos mais criticos e assustadores, porque se tinha passado em todo o tempo do cerco, e n'este estado de fluctuação dos animos, todos os miguelistas se mostraram confiados no bom exito da sua causa, e assim se preparavam para um novo e decisivo ataque, que reputavam o ultimo, pela assignalada victoria, que proximamente agouravam para a sua causa, cuidando vencer d'esta vez um inimigo, posto que victorioso, todavia sempre apoucado, em relação ao seu exercito, e de mais a mais agora, em que tão consideravelmente fôra desfalcado.

As tropas do norte, que os realistas tinham feito passar para o sul, emquanto cuidaram que Villa Nova seria o theatro de um novo ataque dos constitucionaes, feito pela frente e retaguarda, voltaram novamente ao seu antigo acampamento, logo que o tempo lhes trouxe o desengano de que a expedição constitucional vogava no mar para outra parte do paiz. Esta prompta passagem de tropas, de uma para outra margem do Douro, tinha dado logar á crença de que os sitiantes haviam estabelecido uma ponte perto do convento de Oliveira, por meio da qual podiam de um para outro momento acudir com quaesquer reforços ao ponto que julgassem necessario. Taes eram as circumstancias, em que

de parte a parte se achavam os contendores, quando veiu o notavel dia 5 de julho. E ou fosse que um mero acaso désse logar a travar-se um reciproco tiroteio entre os postos avançados de Lordello, ou fosse tenção formada da parte do conde de S. Lourenço, para reconhecer o estado das forças sitiadas, certo é que pouco tinha passado do meio dia, quando os realistas, saíndo dos seus entrincheiramentos em duas columnas, e avançando repentinamente entre a quinta do Wanzeller, e a casa do Placido, ameaçaram com a sua marcha cortar as communicações do Porto com a Foz.

Uma das columnas realistas apoderou-se da casa da fabrica do Antunes, e a outra atacou a porção da linha, á esquerda da mesma fabrica; mas o fogo de uma peça de campanha, collocada no angulo esquerdo da quinta do Wanzeller, e a reserva, que se mandou saír pelo Carvalhido, em direitura á casa da Prelada, que definitivamente occupou, bem como a aldeia dos Francos, fez retirar os aggressores, sem esperanças de renovarem o ataque em frente de Lordello. O centro, e a direita da linha constitucional, foram ainda ameaçados pelos realistas, que a final se retiraram, sem ter feito mais do que um mero reconhecimento, de certo para examinar as forças, que tinham ficado no Porto. Apesar d'isto, os constitucionaes tiveram ainda 150 homens fóra do combate, inclusos 15 officiaes, entre os quaes se comprehendeu o brigadeiro João Maria Amado Duvergier, que das suas feridas morreu depois com geral sentimento de todo o exercito, pela sua bravura e intelligencia, qualidades que o constituiram uma das melhores acquisições, que nos paizes estrangeiros se fizera para o exercito libertador[1].

Nada de notavel tinha de parte a parte occorrido em volta do Porto até ao dia 9 de julho, quando uma proclamação de D. Pedro veiu annunciar aos portuguezes, não só o feliz resultado, alcançado pelo seu exercito no dia 5 de julho sobre os miguelistas, que atacaram as linhas de Lordello, mas

[1] O boletim n.º 16, que se occupa da parte official d'este ataque póde ver-se no documento n.º 261.

igualmente a brilhante victoria naval, ganha por Napier nas aguas do historico Cabo de S. Vicente, dizendo-lhes: «Portuguezes! Faz hoje um anno, que á frente de um exercito de bravos entrei nos muros da vossa cidade, e n'este dia chega a certeza do favor com que a Divina Providencia coroou as armas da rainha, dando-lhes uma completa victoria sobre a esquadra rebelde. No mesmo dia 5 do corrente, em que nas linhas do Porto o nosso exercito obrava prodigios de valor, se aniquillava a armada inimiga defronte do Cabo de S. Vicente. As duas naus, duas fragatas, e uma corveta, caíram em nosso poder. Portuguezes, os vossos trabalhos estão acabados. O fructo de tantas fadigas e sacrificios, está diante dos olhos. Triumphou a nossa perseverança, e a grande causa da restauração portugueza. Viva a rainha! Viva a carta constitucional! Viva a esquadra, o exercito libertador, e a mui nobre e leal cidade do Porto. Paço, 9 de julho de 1833. = *D. Pedro, duque de Bragança*».

Após esta proclamação, e as noticias que annunciava, veio o prazer, que assim se succedia aos agros e antigos dissabores do cerco, extasiar o regente, os seus ministros, e os bravos defensores do Porto, acrescentando nós, como testemunha de vista, que similhante prazer trasbordou de tal fórma os corações de todos, que só este facto mostrou bem os cuidados, que antes d'elle tão fortemente os opprimia. Napier foi justamente reputado como o salvador da causa constitucional portugueza, e o anniversario do desembarque do Mindello tornou-se duplicadamente fausto nos annaes da nossa luta civil com a chegada de tão aprazivel e extraordinaria noticia, que a alguns pareceu incrivel. Pela tarde fez D. Pedro saír um parlamentario para o campo inimigo, portador de um officio para o conde de S. Lourenço, no qual os membros do ministerio lhe communicavam o bom resultado da expedição do Algarve, e por fim a tomada da esquadra [1].

[1] O officio acima citado póde ver-se no fim do volume, bem como o relatorio do official do estado maior, encarregado de o ir apresentar ao conde de S. Lourenço.

A pacificação voluntaria, a que com esta carta se procurava chamar o partido realista, foi completamente rejeitada pelo general inimigo, que do seu campo fizera sair promptamente o parlamentario constitucional, despedindo-o, sem lhe receber a carta, e mandando-lhe dar em resposta: *que elle nada tinha com o senhor D. Pedro, nem com os seus ministros*. É um facto que D. Miguel, ou de boa, ou de má fé, em vez de se dar por crente na derrota, e tomada da sua esquadra, foi o contrario d'isto o que mostrou ao publico, pois foi no meio d'estas occorrencias, que elle se dirigiu á capella do Senhor Jesus de Mathosinhos, e n'ella, assistido do seu estado maior, fez cantar na presença do Santissimo exposto, um solemne *Te Deum Laudamus*, com o fim de agradecer ao Ente supremo a victoria da sua esquadra, derrotando a constitucional [1].

Entretanto o partido realista, suppondo mesmo que verdadeira fosse a tomada da sua esquadra, facto de que provavelmente ainda não tinha a certeza, possuia ainda muitos e vastos recursos, para continuar a luta por terra. Era sua ainda a capital do reino, todo elle ainda por então se lhe conservava em obediencia passiva, á excepção do Porto, e a segurança da tropa constitucional no Algarve era ephemera, ou pelo menos bastante problematica, emquanto por si não tivesse em terra uma assignalada victoria. Ainda assim o mau resultado da missão do parlamentario nada diminuiu no publico o regosijo, tendo como certo, que metade da luta constitucional de facto se achava já ganha, conceito em que

[1] Assim se lê na *Chronica constitucional do Porto* n.º 165, pag. 65, dizendo-se mais: «Agradecer a Deus uma victoria, que a tremenda, e a divina magestade do Senhor lhe negou, para concedel-a á augusta soberana, que o mesmo principe aleivosa e perfidamente despojou da corôa; commetter este attentado na presença de Jesus Christo, é na verdade demonstrar até á evidencia, que D. Miguel não acredita na Divindade, nem tem outra religião, que o seu interesse. A religião de D. Miguel é irmã da sua clemencia, e ambas são irmãs da sinceridade das suas amnistias e juramentos. Eis-aqui o chefe dos defensores do altar e do throno».

com toda a rasão não podia deixar de se ter o brilhante feito naval do Cabo de S. Vicente.

Carlos de Ponza foi em virtude d'ella promovido com toda a justiça ao posto de almirante da marinha portugueza, e honrado com o titulo de visconde do Cabo de S. Vicente. A fragata *Rainha de Portugal* foi mandada conservar armada, como monumento de glorioso brazão por tão assignalada victoria, devendo-se-lhe collocar na camara uma lamina de bronze, e embutir-se-lhe outra no seu mastro grande, para em cada uma d'ellas se lhe gravar inscripto o respectivo decreto, e depois d'elle as denominações dos differentes navios, a força da esquadra apresada, e a da apresadora, e finalmente o nome do almirante, dos officiaes, e dos individuos distinctos em tão memoravel feito de armas [1]. Emquanto no Porto se dava assim tamanha importancia ao desbarate da força naval inimiga, os miguelistas pareceram tão indifferentes a elle, que o mesmo D. Pedro chegou a escrever a Napier, insinuando-lhe que se mostrasse nas aguas do Porto, para convencer o exercito de seu irmão de uma derrota, em que aliás se mostrava tão incredulo, pedido a que o almirante não pôde annuir, por se achar envolvido em operações de maior consequencia, e ter de collaborar simultaneamente com o duque da Terceira na sua marcha sobre Lisboa, como as circumstancias pediam.

O prazer que dos constitucionaes se apossára com a tomada da esquadra miguelista, foi consideravelmente attenuado com a chegada do marechal Bourmont a Villa do Con-

[1] Cara nos custou a paga d'este serviço, pelas avultadas indemnisações, que pelos navios apresados tiveram de se dar aos seus aventureiros apresadores, a quem necessario foi tambem satisfazer todas as suas avultadas reclamações, o que certamente lhes diminuiu muito o merito de tão illustre feito. Esta é talvez uma das causas por que o decreto acima citado nunca passou do papel em que se escreveu, parecendo assim esquecerem-se os resultados de uma victoria, sem a qual era impossivel o triumpho da bandeira constitucional, em vista das insuperaveis difficuldades, que teve sempre contra si.

Sobre as distincções a Napier, e a respeito da fragata *Rainha de Portugal*, podem ver-se os documentos que vão no fim do volume.

de, onde effeituára o seu desembarque no dia 10 de julho, sendo acompanhado do general Clouet, e de outros mais officiaes francezes da Vandée, circumstancia que claramente fazia ver aos do Porto, que ainda tinham contra si um forte exercito, não sómente superior em força, mas agora mesmo auxiliado pelos distinctos talentos, notoria reputação e grande experiencia militar de um bravo e distincto marechal de França, que D. Miguel elevára logo ao importante posto de marechal general do seu exercito. O brilhante nome do conquistador de Argel, e o luzido numero dos officiaes vandeanos, que o acompanhava, por tal modo enthusiasmára os miguelistas, que todos á uma acreditaram provavel o pleno triumpho da causa da usurpação. A pericia d'este general, e a grande pratica da guerra, que por si tinha, coadjuvadas estas prendas pelas da comitiva com que desembarcára, com rasão fazia suppor, que elle acabaria por uma vez com o mau systema dos ataques das tropas miguelistas, cujas testas de columna, em vez de se conservarem firmes, e occuparem os espaços vasios pelos mortos e feridos, rompiam sempre em escaramuças de nenhum proveito, desunindo-se, e apoiando-se nas eminencias, que o terreno lhes offerecia, de que resultava exporem-se assim a um fogo mais variado, e provavelmente mais mortifero pela sua duração, do que aquelle que soffreriam, se viessem unidos, e atacassem á bayoneta affoutos e decididos.

Apesar do exposto, o marechal não só vinha tarde, para desarreigar com a promptidão, que lhe convinha, os erros e os vicios, que os maus habitos tinham já desde muito introduzido no exercito, que vinha commandar, mas até chegava com fracos e enganadores auspicios, para poder triumphar. A perda da esquadra, ainda que não fosse sentida e pensada pelo exercito miguelista, era comtudo um golpe mortal para a sua causa, e necessariamente havia de dar logar a serias e bem amargas reflexões, a quem seriamente olhasse para o perigo a que desde então ficava exposta Lisboa, tanto pelo rigoroso bloqueio de que estava ameaçada, quanto pela probabilidade de poder ser forçada a barra do Tejo, e até mes-

mo bombeada terrivelmente a cidade. Os cuidados da expedição do Algarve, e o pouco credito militar de que gosava Molellos, augmentando o perigo que corria a capital, infundia certo presagio de bem ruim agouro. Desgraçada é a nação cujos recursos se acham todos concentrados na sua capital, porque a ser-lhe tomada, forçosamente tem de aceitar uma amarga paz da mão do inimigo, aceitando igualmente d'elle as condições, que lhe quizer impor, e n'este caso se acha effectivamente Portugal, e por isso a tomada de Lisboa, a poder ser feita pelos constitucionaes, a victoria não podia tambem deixar de ser ganha por elles, particularmente senhores como tambem já estavam do Porto, pois que n'estas duas cidades se acham reunidos todos os recursos do reino. Por conseguinte, Lisboa forçosamente se havia de constituir em alvo das vistas do duque da Terceira e de Napier, o que fazia com que a causa miguelista se achasse em gravissimo risco de perdição.

Entretanto o marechal conde de Bourmont não desistiu da sua empreza. No dia 16 de julho deu elle a Clouet o commando em chefe do exercito realista em operações em volta do Porto, por ver n'este official muita actividade, reunida a uma grande força de convicções politicas, ao passo que o conde de S. Lourenço foi outra vez collocado em ministro da guerra. Clouet, obstinado em superar obstaculos, e prompto sempre na execução dos planos que concebia, era com effeito um poderoso auxiliar para Bourmont, que pelo contrario era moroso n'esta ultima parte, pondo toda a circumspecção e prudencia em amadurecer os seus. Um luzido estado maior, composto de officiaes portuguezes, e de muitos dos recem-chegados, cercou logo o novo commandante em chefe do exercito realista, que julgando talvez popularisar-se, deixou tambem crescer as barbas, seguindo o exemplo do que via no proprio infante D. Miguel.

Foi então que um novo e inesperado perdão, ou decreto de amnistia para os constitucionaes, marcou a chegada do marechal Bourmont ao campo inimigo. Por este decreto, que no Porto se publicou logo na *Chronica constitucional,*

promettia D. Miguel estender a sua real clemencia, não só ás praças de pret, mas até aos officiaes do exercito de seu irmão, desde a patente de alferes até á de coronel inclusivamente. Tardio perdão era este, e dictado, não por verdadeira humanidade, e desejo de congraçar partidos, mas sim pelo mal parado estado da causa miguelista. A inconstancia da fortuna principiava a ser-lhe adversa, e, em circumstancias taes, mal podiam os constitucionaes acreditar agora n'um governo cruel e sanguinario, que nunca lhes merecêra fé, ainda mesmo no estado em que os seus negocios mais negros e arriscados se viram.

É este facto uma clara prova, de que as medidas de moderação, quando vem de um governo cruel e despotico, como era o de D. Miguel, são tidas de ordinario como concessões de fraqueza, que aos seus inimigos dão mais exasperação e audacia, do que vontade de com elle se congrassarem. Tanto é verdade que para se ser moderado com fructo, até para isto mesmo se precisa ter força! Entretanto os effeitos de uma tal amnistia não podiam deixar de ser nullos com similhantes auspicios. Quando a sorte começa a favorecer um partido, quando um grande feito de armas prognostica o seu completo triumpho, não é esta por certo a melhor occasião de o chamar para o partido opposto, por ser então que, não só os indifferentes sáem da sua estudada apathia, para lisonjearem os vencedores, mas até alguns dos alheios partidistas entram a vacillar, desertando por fim para as bandeiras oppostas. O facto é que desde este momento as paixões declinam e acalmam; muitos começam então a mostrar-se, não só trataveis, mas até officiosos para os triumphantes, e levados do desejo de lhes merecerem consideração e favor, fazem-lhes até serviços, tanto mais importantes, quanto maior é o compromettimento em que se julgam para com elles. D'aqui vem a convergencia de todos os espiritos, não para crear obstaculos aos triumphadores, mas para lhes aplanar as difficuldades, marchando tudo de concurso para lhes offerecer rendidos as mais brilhantes palmas da victoria. Tal é a condição da mudança, que o te-

mor, e os interesses, fazem nas almas fracas e vacillantes, e tal era tambem o estado em que os espiritos, já por então benevolentes, se mostravam por toda a parte do reino para com os defensores do Porto.

O reconhecimento dos miguelistas em 5 de julho, trouxera para o conde de Saldanha a sua promoção a tenente general. Que inconstante e injusta não é muitas vezes a fortuna! Ganhou-se na Terceira a brilhante victoria da Villa da Praia em 11 de agosto de 1829, que foi da maior importancia para a causa liberal; fizeram-se-lhe importantes e assignalados serviços na tomada de todas as mais ilhas dos Açores; no Porto não menos serviços se lhe prestaram em Ponte Ferreira, e sobretudo na acção de 29 de setembro de 1831, a mais renhida e sanguinolenta de todas as que se travaram contra o Porto; Bernardo de Sá Nogueira perdêra em defeza d'esta heroica cidade o seu braço direito com o maior rasgo de valor e constancia, que se póde praticar em taes actos, e nunca por estes e outros maravilhosos feitos de bravura houve official algum a quem se désse um só posto de accesso por distincção até 5 de julho de 1833! Estava portanto reservada esta distincta honra sómente para o general Saldanha, sem que fizesse cousa alguma differente do que se não tivesse já praticado por muitas vezes no Porto, antes d'elle chegar a esta cidade contra os ataques dos miguelistas! Veremos no progresso d'esta historia, como elle pagou a D. Pedro estas suas finezas de benevolencia e favor.

Não admira pois, que no meio de taes circumstancias, as aspirações de tomar Lisboa se accendessem cada vez mais no animo dos constitucionaes. O bom successo da expedição do Algarve, e o mallogro da tentativa miguelista contra o Porto em 5 de julho, favoreciam sem duvida estas aspirações, de que resultou tomar o governo a resolução de collocar perto da capital um fóco de sublevação, que não só podesse servir de apoio aos constitucionaes n'ella existentes, mas até produzir uma diversão vantajosa nas forças, que sitiavam o Porto. Para este fim se fez sair para as Berlengas uma força de 100 a 200 francezes incorrigiveis, dando-

se ao seu commandante, o tenente coronel de artilheria, Joaquim Pereira Marinho, a faculdade, não só de os fazer instruir, mas até de os armar, á proporção que a sua conducta lhes fosse merecendo confiança. Desembarcada que foi esta gente na maior das Berlengas em 22 de julho, cuidou logo o seu dito commandante em se pôr a coberto de qualquer golpe de mão, e com estas vistas abriu correspondencias para a costa, e particularmente para a praça de Peniche, que mais tarde veiu effectivamente a occupar, sem o emprego de um só tiro.

Corriam entretanto algumas vozes de terror entre os defensores do Porto, cujas linhas se davam como incapazes de resistir ás concepções strategicas, e recursos militares, que por si tinha o conquistador de Argel; familias houve que foram procurar soccorro a bordo de alguns navios estrangeiros, surtos no Douro, e até para os subditos inglezes se chegou a designar como ponto de reunião a sua propria igreja, e as suas immediações, para se salvarem da grande confusão, inherente ao esperado assalto, dado ao Porto pelo marechal Bourmont, cujos ajudantes de ordens, e officiaes d'estado maior, se tinham já visto andar investigando com o maior escrupulo as fortificações do Porto. Todavia, o promettido ataque da parte do inimigo corria com o maior segredo, e até o calado das suas baterias o tinha feito esquecer por maneira tal, que as mesmas familias, que por cautela haviam ido para bordo de alguns navios, voltaram em breve para terra, não se lembrando que atrás das calmarias vem ás vezes as mais furiosas tormentas.

O marechal Bourmont tinha resolvido separar o Porto das suas communicações com o mar, e firme n'este seu plano, manifestára-o até ao seu exercito. Mas esse exercito indisciplinado, e desmoralisado por tantas derrotas anteriores, não era já para tão ardua empreza. Nos dias 23 e 24 de julho correu entre os constitucionaes, que forças de consideração passavam da margem do sul para a do norte do Douro. Na noite de 24 chegou-se até a sentir a rodagem de muita artilheria; e a marcha de cavallaria em frente do Carvalhido

e Lordello, manifestou com toda a probabilidade um ataque por aquelle lado. O mesmo Saldanha, e todo o quartel general imperial, prevenidos por este acontecimento, attentos correram tambem n'aquella noite toda a extensão da linha, indo pela madrugada postar-se na bateria da Gloria, para melhor observarem os movimentos, e as disposições do projectado ataque[1].

Amanhecia em 25 de julho o dia de S. Thiago, e Bourmont, querendo provavelmente solemnisar por distincta maneira o anniversario das famosas ordenanças, que em 1830 derrubaram em França do throno dos Capetos o proscripto Carlos X, resolveu preferir este dia a qualquer outro, para dar um serio e vigoroso ataque ás linhas do Porto. O reducto de Serralves, as baterias do Verdinho e da Furada, e outros mais pontos fortificados no campo inimigo romperam com effeito na manhã d'aquelle dia um activissimo fogo de artilheria contra o ponto destinado ao projectado ataque. O chuveiro das bombas, balas e granadas, que caía sobre todos os caminhos, que da cidade conduzem para o sitio do Lordello e monte do Pastelleiro, evidentemente mostrava, que aquelle era o verdadeiro ponto, que se destinava atacar. Aniquiladas como se suppunham as fortificações d'aquelles dois logares, Bourmont fez sair, das seis para as sete horas da manhã, dos seus acampamentos da Areosa e Mathosinhos, umas oito pequenas columnas, fazendo ao todo de 11:000 para 12:000 homens.

Uma pequena força marchou tambem sobre o logar dos Francos e Casa da Prelada; outra de maior vulto, trazendo em cada um dos flancos da sua columna do centro tres peças de campanha, se dirigiu pela sua parte sobre o centro e direita da quinta do Wanzeller, tendo-se previamente emboscado nos pinhaes das suas proximidades dois esquadrões de cavallaria. Uma outra força, com outro esquadrão d'esta arma, veiu sobre Lordello, apresentando-se finalmente sobre a sua esquerda e direita duas fortes columnas, com mais

[1] Temos tambem a crença, de que estes preparativos foram causados por avisos vindos do campo inimigo.

tres esquadrões de cavallaria, e dez peças de artilheria volante, competentemente guarnecidas. D'este modo vieram os realistas a um grande e forte ataque, empenhado desde o Carvalhido até á esquerda do Pastelleiro, e direita do reducto do Pinhal.

Do logar dos Francos não pôde o inimigo assenhorear-se, como pretendia. Sobre a quinta do Wanzeller veiu elle com tanto maior arrojo a passo accelerado, quanto mais lhe convinha occupar aquelle ponto. Tres fortes columnas se approximaram d'ali a tiro de fuzil, apoiadas em duas baterias de campanha, assestada uma em frente da dita quinta, e outra no flanco direito d'ella. Tão perseguidos ali se viram os constitucionaes, que tiveram de sair dos seus entrincheiramentos, e a peito descoberto ir com arrojo carregar á bayoneta um inimigo ousado, que teve de recuar, apesar da superioridade do numero. Ordenando-se os fugidos em volta da sua columna do centro, que já para esse fim lhes ficára de reserva, os miguelistas resolveram-se a um segundo assalto, a que os constitucionaes lhe foram pela sua parte sair ao encontro, diligenciando, por um movimento atrevido, tomar uma das baterias de campanha, em que os miguelistas apoiavam os seus ataques. Foi então que deixaram os pinhaes os dois esquadrões de cavallaria, que n'elles se tinham emboscado. Bella apparencia foi esta, que se notou n'uma carga tão mal empregada contra trincheiras, e mais obras de fortificação! A brigada estrangeira, formada pelo primeiro e segundo regimento de infanteria ligeira da rainha, que por parte dos constitucionaes se tinha encarregado d'aquella sortida, debandou, e fugiu com bastante pressa para dentro das suas respectivas fortificações.

Foi então que a cavallaria inimiga veiu por um terreno descoberto, que lhe favorecia a marcha até junto das linhas, onde foi posta em confusa retirada, perdendo alguns cavallos [1], depois de repetir por tres vezes o seu ataque,

[1] Depois de terminado o ataque, vimos nós alguns soldados belgas entretidos em cortar carne dos cavallos mortos, que se achavam no terreno fronteiro ás linhas constitucionaes.

sendo o ultimo o mais obstinado de todos. Contra as posições de Lordello, e reducto do Pastelleiro, os miguelistas não foram ali menos pertinazes n'este seu outro ataque. No primeiro acommettimento, o terreno ficou logo em poder dos aggressores; mas a posse fôra-lhes disputada com todo o vigor, e até a celebre Flexa dos Mortos foi por tres vezes tomada e retomada pelo ousado regimento n.º 19 de infanteria de Cascaes. Este corpo era protegido pelos supracitados tres esquadrões de cavallaria, que, tendo vindo ao ataque entre as columnas, e um pouco na retaguarda d'ellas, desenvolveram bastante atrevimento, sendo conduzidos pelo general francez Larochejaquelin, o qual, carregando com denodada bravura, não só teve dois cavallos mortos debaixo de si, mas até foi ferido por uma bala de fuzil, que lhe atravesson um pulso.

Entretanto o inimigo, depois de ser vantajosamente repellido pelos constitucionaes em todos os pontos do seu ataque, tinha já soffrido consideraveis perdas, não só em mortos, mas tambem em prisioneiros, distinguindo-se até nos proprios moradores da cidade um enthusiasmo difficil de descrever, tendo corrido ás trincheiras, sem que a tranquillidade publica corresse o mais pequeno perigo. O coronel Joaquim José Proença, official de muita reputação no exercito miguelista, tinha sido morto logo no principio da acção. O tenente coronel do regimento de infanteria de Cascaes, mr. Ferriet, recebêra na testa uma larga ferida, feita por um estilhaço de obuz. Um outro official francez, mr. Tannegui de Chatel, marchando á frente de um regimento de infanteria, caíra gravemente no chão com quatro feridas. A todos estes desastres parece ter sobrevindo a recusa de ir o general João Galvão Mexia Origni substituir no commando da cavallaria o general Larochejaquelin. Todo o estado maior do proprio infante D. Miguel, inclusivamente o marquez de Bellas, e o duque de Lafões, foram postos ás ordens do marechal Bourmont, que infructuosamente dispoz n'este dia de um exercito de 35:000 homens, chegando até a ser envolvido n'uma nuvem de terra, levantada por uma

bomba, que rebentára perto d'elle. Das posições constitucionaes de Lordello, reducto do Pastelleiro, e obras fortificadas da quinta do Wanzeller, foram por conseguinte rechaçados os miguelistas, cujo fogo, começando a affrouxar pelas dez horas da manhã, cessou pelo meio dia.

Pela uma hora da tarde foi ainda ameaçada a posição da direita da linha constitucional, comprehendida entre a quinta da China e o Bomfim. Alguns dos piquetes constitucionaes tiveram de retirar dos postos avançados que occupavam, e o proprio general Saldanha, levado do desejo de fazer recuperar os pontos abandonados, poz-se á frente de uns vinte lanceiros, e com elles, e todos os seus officiaes d'estado maior, carregou por tal fórma o inimigo, que este se viu obrigado a ir buscar a protecção das suas columnas, e com o apoio d'ellas repelliu depois a ousadia do mesmo Saldanha, o qual, apenas viu feridos alguns dos seus ditos officiaes d'estado maior, contando entre elles seu sobrinho, D. Fernando Xavier de Almeida, que ali acabou de uma ferida mortal que recebeu, perdeu logo a sua dita ousadia, correndo para a retaguarda com velocidade igual áquella com que se propozera atacar o inimigo [1]. Não tendo este colhido vantagem alguma dos seus ataques, retirou finalmente toda a sua força pelas duas horas da tarde, desistindo assim de uma luta em que os constitucionaes tiveram a lamentar uma perda de bastante monta [2]. Assim acabou a notavel acção de 25 de julho, em que os miguelistas, commandados por Bourmont, acommetteram o Porto com todo

[1] Todos sabem o rifão francez *Mentiroso como um boletim*. Os que damos como documentos, não estão isentos d'esta pecha, contando-se n'alguns façanhas encommendadas para certos louvores, em cujo caso está a bravura, que se lê no boletim n.º 17, que constitue o documento n.º 262.

[2] A supracitada perda foi a de 67 mortos, 244 feridos e 11 prisioneiros, ou extraviados, ou 322 homens ao todo, dos quaes 39 eram officiaes. A *Chronica do Porto* avalia a perda do inimigo em 600 mortos, 70 cavallos, e 4:000 feridos, no que talvez haja exageração, a não ter ella sido communicada para o Porto da parte do exercito sitiante, como succedeu n'alguns casos.

o heroismo da desesperação. Nenhum ataque fôra no anno de 1833 tão empenhado e terrivel como este; mas a pertinacia da defeza, exigiu o emprego de todos os recursos da sciencia, e da coragem da parte dos aggredidos, que nos fossos das suas trincheiras sepultaram a gloria e fama de um marechal de França, tal como era o afamado Bourmont.

Emquanto tão brilhante victoria se havia conseguido no Porto, outras ainda maiores se tinham tambem alcançado nas provincias do sul, fazendo desde então pender com decidida vantagem a balança politica para o lado de D. Pedro, e mudar o principal theatro da guerra do Porto para os arredores de Lisboa. Tal era o resultado da obstinada vontade com que o mesmo D. Pedro conseguíra chamar a si a gloria de vencedor, amparado pela fortuna, por isso que o grito do povo, bem pronunciado já em Lisboa, começava a decretar-lhe antecipadamente a uma voz a sua proxima victoria. Napier, conseguida que foi a acção naval de 5 de julho, deu-se logo a toda a pressa em devidamente guarnecer os navios apresados, e em segurar do melhor modo possivel as suas respectivas guarnições. Feito isto, navegou para Lagos, onde o duque de Palmella e Mendizabal, rendidos á importancia da sua assignalada victoria, o foram por ella saudar, tendo-o como um novo Nelson. Não sendo possivel conservar prisioneiras todas as praças dos navios apresados, offereceu-se-lhes a sua entrada no serviço da rainha, proposta que todas ellas aceitaram, e até muitos dos officiaes de marinha portuguezes prestaram tambem por esta occasião obediencia ao governo legitimo, e como taes se lhes confiou o commando de alguns navios da esquadra. Desde então os constitucionaes e realistas rivalisaram todos a bordo em actividade e zêlo uns com os outros em reparar as avarias da passada batalha, pondo as differentes embarcações promptas para navegarem breve.

Por este tempo o coronel das milicias de Beja, Domingos de Mello Breyner, tendo reunido a si alguns voluntarios de Villa Real de Santo Antonio, e ajudado tambem por uns cincoenta atiradores francezes, que de Faro lhe mandára o du-

que de Palmella, não só se apoderára da villa de Alcoutim, mas d'ali seguiu a Mertola, onde teve a noticia do levantamento de Serpa, e da villa de Moura, dispondo-se por conseguinte a marchar sobre Beja, que anciosamente esperava pelo apparecimento das tropas da rainha. Esta cidade caíu effectivamente em poder dos guerrilheiros constitucionaes no dia 9 de julho, tendo-lhes custado a perda de 12 homens mortos e 5 feridos. Pela sua parte o duque da Terceira, tendo entrado em Loulé no dia 4 d'aquelle mez, ali se conservava apathico, como já se disse, até que no dia 7 o foi despertar a feliz noticia da completa derrota, e captura da esquadra miguelista.

Em Lagos foi elle no dia 8 conferenciar com Napier, de quem recebeu um reforço de 200 homens, entre soldados da antiga brigada e marinhagem, que voluntariariamente se alistaram na sua divisão. Postos então de parte todos os receios e perigos das operações de terra, o mesmo duque da Terceira ousado e resoluto se entregou então aos mais arrojados e atrevidos planos de guerra, e como tal se resolveu a penetrar quanto antes no Alemtejo pela estrada de S. Marcos e Santa Clara em busca do seu adversario, succedendo isto ao mesmo tempo, que umas guerrilhas pelo lado de Serpa, e de outros mais pontos, entravam em Beja, e o coronel Domingos de Mello Breyner se movia por Mertola.

No dia 10 de julho reuniu o mesmo duque em S. Bartholomeu de Messines todos os corpos da sua divisão, á excepção da força, que elle destinava á occupação do Algarve, e bem assim todos os meios de guerra e munições de bôca, indispensaveis para transpor a serra de Monchique, e operar com arrojo na provincia a que se destinava. Combinadas assim as operações de terra, Napier entendeu pela sua parte fazer bloquear quanto antes a barra de Lisboa, e com estas vistas saiu então de Lagos para a foz do Tejo no dia 13 de julho, içando o seu pavilhão victorioso a bordo da nau *D. João VI,* trazendo alem d'esta tambem a nau *Rainha,* as fragatas *D. Pedro,* e *Princeza Real,* e o brigue *Conde de Villa Flor,* sendo a maior parte d'estes navios guarnecidos com a

mesma gente, que oito dias antes se havia combatido e obrigado a render á discrição. A confiança que assim se depositou nos prisioneiros, ainda que arriscada, por poderem tentar alguma sublevação, ou apresentar-se ao governo de Lisboa, era filha da necessidade. Deixal-os atrás era impossivel, pelo damno que podiam causar á expedição, e sendo da maior urgencia apparecer quanto antes em frente de Lisboa, forçoso foi acreditar na sua fidelidade, e suppor com boa rasão, que não atraiçoariam uma bandeira, a favor da qual começava a declarar-se tão manifestamente a fortuna.

No mesmo dia 13 deixou o duque da Terceira S. Bartholomeu de Messines, chegando a Garvão no dia 15, onde se demorou por todo o dia 16, para reunir a si a artilheria de campanha, que vinha um dia de marcha á retaguarda. Para maior fortuna dos constitucionaes, o visconde de Molellos já por este tempo lhes tinha desembaraçado a estrada sobre Lisboa, movimento o mais indiscreto que podia praticar, por ser do seu rigoroso dever vigiar de perto o seu inimigo, e entrepor-se sempre entre elle e a capital do reino, prescindindo da questão secundaria da sublevação parcial de uma, ou outra terra, cousa de muito pequena importancia, em relação á segurança da capital. Entretanto Molellos nada sabia do que se passava ao norte do Tejo, e ignorando até mesmo os soccorros que se lhe mandavam, as operações tentadas pelo seu exercito em volta do Porto, e por conseguinte a chegada do marechal Bourmont, e a da sua comitiva, para tomar o commando das tropas realistas, entendeu que, abandonado inteiramente a si mesmo, como se suppunha, só lhe cumpria segurar Beja, para onde marchou com effeito, não só por haver n'ella entrado a já citada guerrilha de Domingos de Mello Breyner, mas tambem por ter interceptado nas serras do Algarve uma correspondencia do Porto para o duque da Terceira, na qual se encontrou uma carta de Bernardo de Sá Nogueira, recommendando ao duque a occupação de Beja, tanto pelo bom espirito dos seus habitantes, como pela vantagem strategica, que de tal occupação resul-

tava para as suas ulteriores operações militares no Alemtejo, e estabelecimento de um poderoso foco de sublevação, para os habitantes da provincia, e emigrados que se conservavam pela raia da Hespanha. Foi esta uma excellente recommendação, que tão bons resultados deu para a expedição do Algarve.

O mesmo Molellos, ignorando a par d'isto as operações do duque da Terceira, e querendo-se antecipar á sua supposta entrada em Beja, d'esta mesma cidade se apoderou com effeito no dia 10 de julho, onde inactivo se demorou nove dias, nas vistas provavelmente d'ali reunir a si todas as tropas, que de Lisboa e do norte do reino se lhe tinham mandado de reforço, sendo as mais importantes as do brigadeiro Nuno Augusto de Brito Taborda. A Coimbra tinha este general chegado com ellas no dia 30 de junho, como já vimos, demorando-se ali nos dias 1 e 2 de julho, a fim de se communicar com um batalhão de infanteria n.º 8, estacionado na Figueira, e que tinha de levar comsigo. No dia 3 seguiu a estrada, que vae pelo Rabaçal, Perucha, e Thomar, até á Barquinha, onde não só aguardou a reunião de duas companhias, que destacára sobre Ourem, a fim de lhe esclarecerem a marcha, por causa da guerrilha constitucional de D. Manuel Martini, mas porque tambem tinha em vista saber as ordens, que lhe podiam vir de Lisboa, e que com effeito recebeu do duque de Cadaval, por mão de D. José de Alarcão, ajudante de campo do mesmo duque. Em consequencia d'ellas seguiu a sua marcha para Coruche, e Montemór, onde só no dia 12 pôde conseguir a juncção do referido batalhão de infanteria n.º 8, annunciando-se-lhe igualmente a concorrencia de outras mais forças saidas de Lisboa, que todas deveriam obedecer a elle visconde de Molellos, como seu commandante em chefe.

Effectivamente nos dias 7 e 8 de julho haviam partido de Lisboa para o sul do Tejo 200 homens do primeiro de caçadores, um forte batalhão de infanteria n.º 14, e as milicias de Thomar e de Tavira, forças estas que entraram em Beja no dia 14 de julho, dois dias antes da brigada de Taborda,

que só ali chegou no dia 16. Alem d'estas forças, Mollelos tinha tambem comsigo um pequeno esquadrão de cavallaria n.º 2, que fôra destacado por elle para os lados de Serpa, a fim de observar, e perseguir as forças de Domingos de Mello Breyner (consistindo em guerrilhas, e n'um corpo de 50 francezes, que o duque da Terceira havia posto debaixo do seu commando), sendo notavel que nunca mais aquelle esquadrão voltasse á sua obediencia, nem d'elle jamais tivesse noticia. Alem d'este, teve igualmente ás suas ordens um esquadrão de cavallaria n.º 5. Deve porém advertir-se que as forças saidas de Lisboa, retardaram tambem a sua marcha, porque o general das armas do Alemtejo, Augusto Pinto de Moraes Sarmento, assim o exigiu, receiando o incremento, que havia tomado uma insurreição constitucional em Portalegre, e outros mais pontos da sua provincia.

Nos sete dias, decorridos desde a entrada de Molellos em Beja, até á chegada da columna do norte, passaram-se n'esta cidade cousas de grande monta, e grave compromettimento. A força que se retirava do Algarve, approximadamente 200 homens de artilheria de linha, pela maior parte recrutas, os voluntarios realistas de Tavira, Faro e Beja, as milicias d'esta cidade, e as de Lagos, com algumas companhias de cavallaria de ordenanças armadas, e seis bôcas de fogo, chegando a Beja, pretenderam vingar alguns tiros, que os guerrilhas constitucionaes lhes tinham feito, buscando assim embaraçar-lhes a curta occupação d'esta cidade, querendo-se por esta fórma indemnisar da sua falta de fornecimento de rações, e dos incommodos soffridos, desde que saíram das suas casas. Foi então que projectaram dar um formal saque a Beja, invadindo e roubando effectivamente muitas propriedades, tendo por esta occasião muitas pessoas da terra, e de outros districtos, sido barbaramente assassinadas pela soldadesca desenfreada, e excitada para tal fim pela desenvoltura da plebe amotinada.

Molellos quiz cumprir com os seus deveres, reprimindo estas desordens, que tamanho desdouro acarretavam sobre o seu nome; mas a estes seus desejos lhe obstou fortemente

a vozeria da multidão, accusando-o de *malhado*, e de traidor, acompanhando estas vozes de *morras*, proferidas, não só contra elle, mas igualmente contra mais alguns officiaes, que manifestavam iguaes desejos. Estas vozes nada mais eram do que obra de um plano urdido entre algumas pessoas não militares, que desde o Algarve queriam a todo o transe substituir Molellos por outro individuo no commando da divisão, nas vistas de satisfazerem com isto miseraveis vinganças, que felizmente se não realisaram, pela chegada das forças do brigadeiro Taborda, concorrendo tambem muito para isto o esquadrão de cavallaria n.º 4, e o batalhão de infanteria n.º 8, commandados então pelo tenente coronel Cabreira, que em 1834 foi desgraçadamente assassinado na cadeia de Faro. Foi no meio d'estas circumstancias que Molellos recebeu as ultimas instrucções do duque de Cadaval, que lhe ordenavam seguisse de perto o duque da Terceira, o qual, no caso de se approximar do Tejo, seria batido de frente pelas forças, que contra elle destacaria de Lisboa, cumprindo-lhe portanto a elle Molellos trazel-o tão perto de si, quanto lhe fosse possivel.

Só nos dias 14 e 16 de julho, é que o mesmo Mollelos pôde reunir em Beja as forças, que se lhe tinham mandado pôr debaixo do seu commando. Foi tambem sómente no dia 19 que elle saiu d'aquella cidade, depois de n'ella se terem commettido todas as atrocidades, que podia praticar uma divisão inteiramente insubordinada, e tão irregularmente composta como ella era, e já superiormente se viu. Apesar das deserções, que elle tinha já soffrido nas tropas do seu commando, depois da reunião das forças de Raymundo José Pinheiro, e da brigada de Taborda, o total da sua divisão não podia ainda ter menos de 8:000 para 9:000 homens, inclusos 400 cavallos, e 10 bôcas de fogo, ficando assim, não só muito superior á do duque da Terceira, mas até em estado de seriamente o perseguir por toda a parte, e facilmente derrotal-o no primeiro encontro, se para isto o não tivesse deixado já adiantar dois dias de marcha sobre Lisboa, desviando-se da estrada da capital, para se dirigir a

Beja, e da grande demora de dias, que n'esta cidade teve igualmente, para reunir a si as forças que temos visto. Estas demoras tornaram-se portanto funestissimas para a sua causa, e de grande vantagem para a liberal.

Foi no campo de Garvão que o duque da Terceira teve pela sua parte confirmada a noticia dos desastrosos acontecimentos de Beja; mas em troca d'isto viu-se com uma estrada limpa de inimigos na sua frente, o que lhe facilitava poder-se afouto dirigir sobre Lisboa, sendo precedida a sua marcha das repetidas, e enthusiasticas acclamações dos povos a favor do governo legitimo[1]. Com este facto dava-se mais a circumstancia de poder sem grande risco correr parallelamente ao mar até ás portas da capital, apoiado para esse fim na esquadra, e no immenso prestigio e fermentação, que por toda a parte espalhára a memoravel batalha naval de 5 de julho. Qual seria pois o militar que, ousado e amante da gloria, deixasse de pôr desde então os olhos em Lisboa, e que, pesando devidamente na balança da fortuna o que ella no meio de tão risonhas circumstancias lhe apresentava, hesitasse em de prompto lhe seguir os passos? Entretanto o duque, duvidando das felizes disposições, que ella lhe punha diante, e da bella perspectiva, que ellas lhe apresentavam, para afoutamente marchar sobre a capital, vacillou, ao que se diz, em ir n'ella arvorar triumphante a bandeira bicolor, bem como nas fortalezas das duas margens do Tejo, e com estas vistas, ou cuidava ir em busca da divisão de Molellos, para com ella se bater a todo o transe, ou então, como alguem tem affirmado, retrogradar de novo, para se ir fortificar em qualquer das terras da beiramar do Algarve, esperando pela completa manifestação dos povos a favor da causa da rainha, se presentimentos de justos avaliadores de taes occorrencias, e de amigos intimos, que formavam o seu quartel general, o não levassem a con-

[1] Tinha já sido acclamado em Villa Nova de Milfontes, Sines, Santiago de Cacem, e Alcacer do Sal, com muito boas esperanças de poder succeder o mesmo em Setubal.

vocar em Messejana, onde chegára no dia 17 de julho, um conselho militar [1].

N'esta povoação, distante seis leguas de Beja, teve o duque a certeza de que alguns constitucionaes de Serpa, reunidos aos emigrados em Hespanha, tinham proclamado o governo da rainha n'aquella villa. Soube mais que Domingos de Mello Breyner avançára de Mertola sobre Beja, onde procedêra á acclamação da rainha, de que resultára marchar Molellos sobre esta cidade, como já vimos, e que, entrando n'ella, dava indicios de querer ali esperar o duque. Sendo pois Beja cidade murada, e tendo Molellos por si uma força mais do duplo da liberal, e de mais a mais com alguma cavallaria, arma de que o duque só tinha alguns officiaes e soldados, montados em cavallos garranos, entendeu o conselho por melhor, aproveitar-se do descuido de Molellos, o qual, pela sua marcha e permanencia em Beja, deixára ás forças liberaes a estrada livre sobre a capital, sem receio algum de por elle serem acommettidas.

Esta circumstancia, reunida com a da esperança de que ao approximarem-se de Lisboa os amigos da causa da rainha, fariam em seu favor algum esforço, e fiado tambem o duque no auxilio, que lhe prestaria a esquadra, e nas promessas de Napier, que se não demoraria em ir bloquear o Tejo, entenderam os do referido conselho por melhor dever marchar-se immediatamente sobre Lisboa, para não se deixar esfriar a patriotica effervescencia, e o vivo enthusiasmo dos seus moradores. Á vista pois d'isto, o duque, tão avido da gloria como era, e tão predilecto da fortuna, decidiu-se a final pelo parecer do conselho, e portanto a continuar com heroica ousadia na direcção de Lisboa. Sabedores como foram d'este plano os commandantes das brigadas

1 O tenente coronel José Jorge Loureiro, quartel mestre general do duque da Terceira, e o capitão de engenheiros, Luiz da Silva Mousinho de Albuquerque, foram os que mais particularmente levaram o mesmo duque a reunir no seu proprio quartel este conselho, visto acharem-n'o tão persistente, ou em procurar Molellos, ou em se retirar para o Algarve.

e corpos, resolveu-se tambem, com applauso d'elles, marchar com a divisão no dia 18 sobre Setubal, o que se fez com os mais favoraveis auspicios, pois que apenas a vanguarda da mesma divisão viu deixar-se a estrada de Aljustrel, que vae a Beja, e tomar-se a de Alvalade, que se dirige a Lisboa, um grito de geral enthusiasmo se ouviu em toda a columna, expressado pelas palavras de *Lisboa! Lisboa!*

Não ha duvida que a marcha retrograda, que o duque pretendia fazer, indo-se fortificar em Faro, ou Lagos, não só havia de diminuir com ella as tendencias dos povos em favor da causa constitucional, mas até desmoralisar de algum modo a tropa, ao passo que mal succedido na sua tentativa da marcha sobre a capital, tinha por si a vantagem de se fortificar em Setubal, e pôr em communicação com a esquadra. Entretanto forçoso é confessar, que os riscos de similhante empreza eram de toda a ponderação, porque não só os constitucionaes íam achar na sua frente forças muito superiores ás suas, mas até deixavam á retaguarda uma divisão de 8:300 inimigos, e portanto cinco para seis vezes maior do que a sua, e de mais a mais formidavel em cavallaria, arma de que o duque, como fica dito, apenas tinha 16, ou 18 homens, montados n'uns pequenos cavallos, que alguns particulares lhe tinham franqueado. Sobre tudo isto acrescia igualmente, que o immenso fosso do Tejo se lhes apresentava diante com as suas duas margens defendidas, e guarnecidas por muita e mui grossa artilheria, oppondo-lhes por conseguinte grandes e serios embaraços á sua entrada em Lisboa, onde pelo menos 8:000 homens de armas tratavam ainda de reprimir qualquer tentativa em favor da causa do Porto[1]. Apesar de tudo isto, o duque desistiu fe-

[1] Um official miguelista, Manuel Vaz Guerreiro de Aboim, pertencente á divisão de Molellos, publicou no n.º 6:501 do jornal a *Nação*, em uma quarta feira, 29 de setembro de 1869, um extenso artigo, em que se contém uma indevida e injusta apreciação do valor e arrojo, que o duque da Terceira, e o seu quartel general mostraram em marchar do Algarve sobre Lisboa, com a diminuta força de que dispunham, e no meio das arriscadissimas circumstancias, que acima se descrevem. Cremos que o

lizmente da sua marcha retrograda, para arrojadamente se adoptar a de flanco, deixando Molellos em Beja. Tentou-se pois este ousado golpe, abraçando-se, como acima se diz, a marcha sobre Lisboa, para onde com a mais viva instancias estavam chamando o mesmo duque os seus amigos de Alcacer, de Setubal, e sobretudo os da propria capital.

Era na madrugada do dia 18, que se resolveu começar com a dita marcha, sabido como era com certeza, que a divisão constitucional levava em tal caso um avanço pelo menos de quarenta e oito horas, ainda mesmo que a noticia da referida marcha chegasse promptamente a Beja, e que d'esta cidade os miguelistas se movessem, logo ao primeiro annuncio. Vê-se pois, que se a resolução adoptada era atrevida, não podia olhar-se como inteiramente temeraria, tendo por si as seguintes vantagens: 1.ª, a sua livre communicação com a esquadra, tomando a estrada ao longo da costa; 2.ª, ganhar por meio d'ella Setubal, onde os constitucionaes poderiam embarcar-se, e virem com a esquadra assenhorear-se das

articulista, que tão entendido se mostra no assumpto de que trata, não seria capaz de, no meio de similhantes circumstancias, fazer o que o duque fez, pois o deixar o Algarve, e vir internar-se no Alemtejo, e sem apoio algum, resoluto a bater-se a todo o transe, dispondo apenas de uma divisão de 1:500 homens, e sem de mais a mais ter por si cavallaria, com uma outra na força de 8:300, em que entrava uma boa porção d'esta arma, foi um arrojo, que podia bem reputar-se exceder a devida prudencia, e capitular-se de temeridade. Elle não adivinhava se teria, ou não, de bater-se com as tropas de Molellos; e se não o encontrou na sua marcha, isso só foi devido ao acaso, o que não destroe a sua grande ousadia, que só póde achar desculpa na confiança, que tinha no grande valor e disciplina das suas tropas, e na crença de que as do inimigo se achavam desmoralisadas, e cansadas já de uma tão longa e fratricida luta. Tendo o mesmo duque tido por si a fortuna de ganhar dois dias de marcha ao general Molellos, não teve menos temeridade do que anteriormente mostrára em continuar a internar-se n'um paiz, em que tinha pela sua retaguarda uma divisão de 8:300 inimigos, e pela sua frente de vir bater-se em Setubal com outra de menor força, mas de certo igual, senão superior á sua, divisão, que aliás bateu e afugentou d'aquella cidade, vindo depois d'esta victoria encontrar novamente na Cova da Piedade uma outra divisão, duplicada da que por si tinha, e

fortificações da bôca do Tejo, quando isto lhes conviesse; 3.ª, finalmente, a darem de mão a isto, podiam em Setubal manter-se na defensiva, ou, em caso desesperado, voltar á sua esquerda para Cezimbra. Não ha duvida, que seguindo os constitucionaes parallelos ao mar, tinham por si a sua dita esquadra, o enthusiasmo dos povos, que successivamente se ia desenvolvendo, o estado de indecisão de Molellos, e finalmente o susto em que estava o governo de Lisboa, pela consideravel fermentação dos espiritos, que redobrou de intensidade, quando um annuncio telegraphico de S. Thiago de Cacem participára ao duque de Cadaval, que uma divisão constitucional de 5:000 para 6:000 homens saíra do Algarve, e a marchas forçadas se dirigia sobre Setubal.

N'esta agitação dos espiritos, proclamou elle então aos habitantes da capital, dizendo-lhes: «Leaes portuguezes, habitantes de Lisboa! Valorosos soldados, que tenho a honra de commandar! A desesperação fez com que os rebeldes

commandada por um bravo general, como foi na guerra da peninsula o brigadeiro Telles Jordão, a quem ousadamente acommetteu, e inteiramente venceu e aniquilou, fazendo-lhe, para prova do seu triumpho, mais de 1:000 prisioneiros, alem de 160 cavallos, e 28 peças de artilheria, com todo o seu trem competente. Que arrojo e valor não teve por si similhante feito?! O certo é que elle foi de natureza tal, que espantou em Lisboa o duque de Cadaval, não lhe passando jamais pela idéa, que tudo isto fosse feito apenas por 1:500 homens, de que resultou abandonar promptamente a capital, levando ainda comsigo uma força de 8:000 homens, que alguns avaliaram em 12:000, todos amedrontados, e sem coragem alguma para fazer frente aos seus contrarios! Foi no meio d'estas circumstancias, e de tão glorioso incitamento, que os moradores de Lisboa se animaram a sacudir o jugo da usurpação, e a franquearem inteiramente o passo para a entrada na capital ao nobre e afortunado duque da Terceira, que n'ella entrou com effeito, sem disparar um só tiro! Para se ver portanto a injusta apreciação d'este seu glorioso feito de armas, transcreveremos no fim d'este volume a lucubração do assanhado articulista, tanto por este motivo de flagrante injustiça partidaria, como porque tambem não deixa tal artigo de ter por si algum interesse historico, embora desdenhe de uma marcha, que Napier teve como igual á de Napoleão de Frejus sobre Paris em 1815.

lançassem nas costas do Algarve uma porção de aventureiros, que buscando na rapina o sustento, que a propria patria lhes negava, e evitando o encontro da quinta divisão, se dirigem sobre Setubal, confiando no asylo, que os seus navios lhes offerecem. O general visconde de Molellos, com dobradas forças vem na sua retaguarda, e as disposições estão dadas, para que na sua frente encontrem uma valente resistencia. As provocações com que elles não deixam de opprimir os povos, com a sua detestavel presença, de novo acclamam com o maior enthusiasmo a el-rei, meu senhor. Não ha que temer, mas sim que providenciar contra os mal intencionados, e contra os perversos auxiliadores dos inimigos do throno e do altar. Honrados habitantes de Lisboa! Correi ás armas em defeza da religião santa, que professâmos, e do legitimo rei que jurámos. Os cobardes desappareçam, fujam os traidores, e os honrados sómente se apresentem a prestar serviço á mais justa causa».

«Soldados! Que tenho a dizer-vos? Recommendar-vos valor? Vós o tendes superior a todos os soldados do mundo. Recommendar-vos amor e lealdade á real pessoa do senhor D. Miguel I? Qual será de vós o que não esteja prompto a derramar todo o seu sangue para o defender? A mais perfeita disciplina e subordinação? Bem sabeis quanto é precisa; com ella pequenas forças batem grandes exercitos; sem ella grandes exercitos são destruidos por poucos inimigos. Soldados! Estou á vossa frente, e confio na divina misericordia, que não desmerecerei o nome, que herdei com o sangue». (Segue-se a declaração do estado de sitio, em que punha Lisboa, e a lei marcial, pela qual se mandava punir, dentro em vinte e quatro horas, com pena de morte, todo o individuo, que por acções, ou palavras sediciosas, promovesse o desalento e a revolta, concluindo): «Portuguezes, militares e paizanos! Confiança em Deus, cuja causa defendemos. Valor, lealdade, constancia, e nenhum temor, e a victoria será nossa, porque pela nossa parte está a justiça».

Apesar d'esta proclamação do duque de Cadaval, os effei-

tos d'ella resultantes não podiam ser notaveis entre os seus mesmos partidistas, aterrados como deviam já estar com a noticia da tomada da sua esquadra, por effeito da monumental batalha naval do Cabo de S. Vicente. Este estrondoso successo fôra annunciado aos habitantes de Lisboa por um impresso clandestino, que durante as noites era affixado pelas esquinas das differentes praças e ruas, tendo um dos seus exemplares sido encontrado na madrugada do dia 19 de julho por uma patrulha da cavallaria da policia, e por ella arrancado de uma das esquinas da rua do bairro Alto [1]. Era uma perfeita proclamação, dirigida aos portuguezes pela seguinte fórma: «Exultae, portuguezes! A esquadra de D. Miguel já não existe! Esse sustentaculo da tyrannia, que tanto tem incommodado os patriotas n'estes cinco annos de captiveiro, caiu finalmente».

«No memoravel dia 5 de julho foi corajosamente tomada pela esquadra da rainha, a senhora D. Maria II. O valor e pericia com que se houve o almirante Carlos de Ponza, arrostando com uma força duplicada, é superior a todo o elogio; é feito digno da causa que segue, a causa da liberdade! Foco de heroismo e virtude! Vinte e tantas embarcações, entre ellas duas naus, seis fragatas, cinco vapores, e varios transportes, compõem hoje a esquadra da rainha; em breve veremos esta armada libertadora entrar pela barra de Lisboa, a despeito da irrisoria e inutil fortificação, que se lhe oppõe. Eia, lisbonenses! Uni-vos! Tomae as armas, e quebrae com as vossas proprias mãos os grilhões, que vos atam ao carro do despotismo! Imitae a heroica resolução das povoações de Thomar, Almeirim, Coruche, Portalegre, Fronteira, Aviz, Galveias, Souzel, Mertola, Serpa, Odemira, e de todo o reino do Algarve, onde os duques de Palmella e Terceira arvoraram a bandeira da rainha, no meio da mais decidida e espontanea adhesão! Sai a campo;

[1] Foi remettido este exemplar pelo commandante da guarda ao intendente geral da policia Belfort, em officio do dito dia 19 de julho de 1833.

não ha que hesitar! Menos custa expor a vida com armas na mão, pugnando pela patria, pelas esposas, pelos filhos, do que morrer nos cadafalsos... Vêde que os malvados não descansam; até ao ultimo extremo hão de apparecer *Guiões*, e outros assassinos, para assignar sentenças de morte, e *condes de Bastos*, e *Furtados do Rio*, para as mandar executar; estes verdugos não querem, nem esperam por amnistia; não transigem; querem acabar matando, e ainda fugindo, enviar ao patibulo victimas innocentes.»

«Soldados! Basta de servilismo; por cinco annos tendes virado contra a patria as armas, que ella vos confiou para a defender. Soldados! Essas armas que trazeis, são roubadas; deponde-as, entregae-as a sua magestade imperial o senhor D. Pedro, duque regente em nome da rainha. Olhae que ainda é tempo de gosar do perdão, que este augusto principe vos concede; obedecei ao decreto de 10 de julho de 1832... Tremei do justo castigo; não espereis para o ultimo momento, então sereis abandonados pelos chefes, que vos tem illudido, e sacrificado; vereis esses ineptos e desmoralisados officiaes fugirem confundidos, como uma legião de demonios diante do anjo da luz!»

«Opprimidos milicianos e ordenanças, que tantos beneficios ides receber com os decretos do incomparavel regente, identificae-vos com os povos; prestae-lhe todo o auxilio e apoio. Sejamos todos uma familia; cessem as discordias, e paixões particulares; levantemos o brado da liberdade, proclamando a rainha, a senhora D. Maria II, e o governo de sua magestade imperial, o duque regente; e entoando hymnos de louvor ao Ser supremo, retumbem pelos céus as nossas acclamações! Viva a rainha, a senhora D. Maria II! Viva o senhor D. Pedro, duque regente! Viva a carta constitucional!»

Entretanto o duque da Terceira participava de Messejana ao coronel de milicias, Domingos de Mello Breyner (que por então se achava em Mertola com alguns voluntarios e francezes, que o mesmo duque lhe mandára), que elle tencionava marchar para Lisboa, e sendo provavel que o barão de Mo-

lellos lhe fosse no alcance, ordenava-lhe n'este caso, que incommodasse quanto possivel este general inimigo, ameaçando-lhe a sua retaguarda e bagagens, sem comtudo se comprometter. Esta correspondencia foi accusada pelo proprio Breyner, concluindo pela obediencia ao que se lhe ordenára. Tinha ella sido expedida por cinco differentes individuos, um dos quaes era padre; mas na volta teve elle, e outro seu companheiro, a infelicidade de cairem nas mãos dos guerrilhas, por quem foram martyrisados, levando-os a Beja nos dias do seu mais exaltado e anarchico desatino. Foi por este modo que Molellos soube da audaz resolução do duque da Terceira, e regulando por ella o seu procedimento, saíu de Beja com toda a sua divisão no decurso do dia 19 de julho, como já vimos, indo ficar a Cuba na noite do dia 20, sem que ainda a esse tempo soubesse da saída da divisão constitucional de Messejana na madrugada do dia 18, e de na noite d'este mesmo dia ter ido ficar a Bairros, circumstancia que levára o mesmo Molellos a mandar o batalhão de caçadores n.º 1 fazer um reconhecimento sobre Messejana, para colher noticias.

O duque da Terceira, tendo effectivamente pernoitado em Bairros na noite do citado dia 18 de julho, continuou no dia 19 a sua marcha sobre o Sado, que atravessou em Porto de Rei, aonde se lhe apresentaram alguns patriotas a cavallo, que na vespera tinham saído de Alcacer do Sal, na intenção de se lhe irem reunir no Algarve. Foi por elles que o duque soube, que n'aquella villa se achava uma pequena força de voluntarios realistas, e que a sua approximação era d'elles completamente ignorada. Com esta noticia, o duque avançou de Porto de Rei na mesma tarde de 19, e foi acampar em Valle de Ferreira, tencionando ir surprehender a força estacionada em Alcacer, onde effectivamente entrou na madrugada de 20, surprehendendo os ditos voluntarios, alguns dos quaes se poderam escapar em debandada, fortuna que tiveram, por não haver na divisão constitucional cavallaria alguma, que os perseguisse. O receio de que os fugidos podessem levar a Setubal a noticia da approximação das for-

ças do duque, obrigou este general a continuar de prompto a sua marcha no mesmo dia 20, dirigindo-se para Palma. No dia 21 foi a Aguas de Moura, indo acampar n'uns arrozaes, distantes legua e meia de Setubal, onde effectivamente os fugitivos de Alcacer tinham ido levar a noticia da sua approximação, espalhando com ella um grande terror, e geral desalento.

Na madrugada de 22 achavam-se as forças inimigas em posição em frente de Setubal, dispostas ao que parecia a entrar em batalha; mas tudo isto não era mais do que o annuncio da total decadencia do governo miguelista, cujas tropas parecia não terem já valor para atacar, e o que peior era, nem até mesmo coragem para se defender. E com effeito, aquella gente, ao ver marchar contra si os constitucionaes, nada mais fez que disparar contra elles alguns tiros de artilheria, pondo-se logo depois em desordenada marcha pela estrada de Azeitão, cobertos nos seus flancos por alguns atiradores [1]. O castello de S. Filippe, e a torre de Outão, abriram espontaneamente as portas aos vencedores, arvorando logo em seguida a bandeira azul e branca, vendo-se a par d'isto que muitos dos setubalenses enthusiasmados se offereciam para pegar em armas, e que até muitos dos transfugas do proprio exercito miguelista corriam tambem aos corpos liberaes, para n'elles militarem. A divisão constitucional atravessou portanto Setubal no citado dia 22, indo fazer alto n'este mesmo dia perto da quinta do Esteval, tres quartos de legua já para cá de Setubal, na estrada de Azeitão, destacando-se tambem alguma gente para a estrada de Palmella.

De Setubal pôde o duque avistar muito ao mar algumas das embarcações da esquadra do almirante Napier, e sendo informado de que ella ainda não tinha realisado o effectivo

[1] As tropas fugidas de Setubal, eram commandadas por um brigadeiro Freitas, compondo-se de um batalhão de infanteria, alguns corpos de voluntarios realistas, dois esquadrões de cavallaria, e quatro peças de artilheria.

bloqueio da foz do Tejo, procurou communicar-se com o almirante, para lhe participar o progresso da sua marcha, e os ulteriores projectos que tinha, o que só pôde conseguir já de noite, vindo ao seu quartel general no Esteval o capitão Charles, commandante de uma das corvetas, o qual lhe disse, que o almirante se achava bastante amarado; mas que lhe assegurava, que na madrugada seguinte elle receberia as mensagens do duque.

Em Lisboa a desinquietação do duque de Cadaval, occasionada pelas noticias, que lhe foram dar os fugitivos de Alcacer do Sal e Setubal, não podia deixar de ser grande, como os subsequentes factos o demonstraram. Os seus cuidados foram tanto maiores, quanto mais o sobresaltou a rapidez, e audacia das marchas forçadas, que os constitucionaes empregavam para chegar ás margens do Tejo. Em similhante aperto, tomou a resolução de fazer saír na manhã de 23 de julho para Cacilhas uma parte da guarnição da capital, constando de tres batalhões de infanteria, e tres esquadrões de cavallaria, forças estas que, reunidas a outras que já lá estavam, restos da columna movel afugentada de Setubal, se computavam em 2:500 para 3:000 homens, dando-se o commando de todas ellas ao marechal de campo, Joaquim Telles Jordão, encarregado de cooperar quanto podesse com a divisão de Molellos. Telles Jordão tinha o conceito de official valente, como mostrára ser na guerra da peninsula; mas, quanto a capacidade militar, não passava de um mero rotineiro, tendo-se todavia tornado celebre pela tyrannia e barbaridades, que praticára contra os liberaes presos na torre de S. Julião, quando fôra seu governador.

Chegado que foi a Cacilhas, e reunindo as forças que pôde, foi estabelecer na Amora as suas vedetas de cavallaria, dispondo as mais das ditas forças nas collinas, que dominam a baixa de Corroios, do lado de Almada. Em similhantes circumstancias, não ha duvida que a posição do duque se tornou summamente arriscada; mas a gloria que o esperava, era tambem proporcional. A sua força, depois de deixadas no Algarve as precisas guarnições de Faro, Lagos e Olhão, e dos

150 francezes, por elle confiados a Domingos de Mello Breyner, apenas contava 1:600 homens escassos, tendo na sua frente a força de Telles Jordão, e na sua retaguarda a de Molellos, sendo qualquer d'ellas dupla, ou tripla da sua. Todavia, tamanha desproporção de forças, em nada quebrantou o arrojo do bravo duque da Terceira, nem o do seu corajoso estado maior, nem o da valorosa tropa do seu commando.

Como já vimos, Molellos havia saido de Beja no dia 19 de julho, indo pernoitar a Cuba na noite de 20. A 21 entrára em Alvito, ignorando ainda completamente as marchas do seu adversario, sem que tambem de Lisboa tivesse recebido novas instrucções, ou correspondencia alguma, que o orientasse no que devia fazer. De Alvito marchou elle para o Torrão, indo a 22 bivacar a meia distancia de Alcacer e Torrão. Por este modo fez Molellos n'este seu movimento, apenas cinco leguas de marcha, ao passo que o duque da Terceira, desde Bairros, d'onde partiu a 20, até Setubal, onde entrou a 22, tinha andado sete leguas no mesmo tempo. Tal era a vontade que o duque tinha de decidir promptamente a questão, sem nada lhe importar com os perigos a correr, e tal o receio de Molellos em se ir encontrar com elle.

Apesar do que temos exposto, o nobre duque, e o seu quartel mestre general, José Jorge Loureiro, militar de reputação e credito, resolveram marchar contra Telles Jordão, e caír igualmente depois sobre Molellos, voltando-se contra elle, se algum movimento popular em Lisboa lhes não franqueasse antes d'isso, como esperavam, as portas da capital. Da esquadra pouco auxilio podia elle receber, e os seus subordinados, porque demorada pelos ventos nortes, que lhe sopravam rijos, só na manhã de 24 pôde ella mesma saber que a pequena divisão constitucional se dirigíra a marchas forçadas no dia 23, com audaz vigor, sobre as vizinhanças de Almada, depois de ter entrado victoriosamente em Setubal. Effectivamente na madrugada do citado dia 23 de julho, proseguiu o duque a sua marcha sobre Azeitão, encontrando na estrada duas peças de artilheria,

que o inimigo tinha já pela sua parte abandonado na sua precipitada fuga de Setubal. Dirigindo-se depois sobre Cacilhas, procurou pela velocidade da marcha da sua infanteria, compensar a falta de cavallaria, conservando, ou mesmo augmentando o desalento moral do inimigo, que parecia amedrontado, pela ousadia e rapidez dos movimentos aggressivos das tropas do duque, que lhe não queria dar respiro. Atravessando Azeitão, sem ali se demorar, seguiu a estrada, que d'aquella villa vem á Cova, ou Valle da Piedade. Este valle é um prolongamento da enseada do Tejo, por trás de Cacilhas; limita ao sul as alturas de Almada, e offerece um pequeno campo plano, em que desembocam, alem da estrada da Amora, as do Pragal, na esquerda, a de Almada no centro, e a de Cacilhas, por Mutela, na direita.

Sobre a tarde, na proximidade da Amora, avistou o duque uma consideravel força do inimigo, formada nas alturas de Almada, e procurando então um logar proprio para dar descanso ás suas tropas, sem poder ser observado pelo inimigo, procedeu rapidamente com o seu estado maior aos reconhecimentos mais necessarios do terreno em que tinha a operar. Effeituado o descanso, o duque formou a sua tropa em uma só columna, e pela tarde do citado dia 23 avançou com ella sobre a Piedade, na intenção de n'essa mesma noite se ir estabelecer em Cacilhas, e apoderar-se de Almada, se para isso ainda tivesse tempo. Na passagem do rio Judeu, começou a vanguarda do duque a encontrar postos avançados do inimigo, os quaes se foram gradualmente retirando com a approximação das forças constitucionaes, sem disputarem o terreno, de que resultou poderem estas penetrar finalmente na estrada escavada, que por entre as alturas do Alfeite vae desembocar no Valle da Piedade.

A columna constitucional, que se compunha dos batalhões de caçadores n.os 2 e 3, bem como de infanteria n.os 3 e 6, com alguns academicos de Coimbra, e alguma cavallaria, dividia-se em duas partes, uma das quaes era commandada pelo brigadeiro João de Schwalback, e outra pelo coronel Romão José Soares, que eram dois dos mais

bravos commandantes, que havia no exercito libertador. No dito Valle da Piedade se achavam postadas as tropas, que ultimamente tinham ido de Lisboa, entre as quaes se contava alguma artilheria, e dois bellos esquadrões de cavallaria, os quaes se achavam acobertados pelos armazens, que ha no Caramujo. Telles Jordão escolhèra provavelmente aquella posição, pela vantagem que lhe dava para poder manobrar com a sua cavallaria, deixando abandonada a estrada de Almada pelo lado de S. Sebastião.

Apesar das forças do duque da Terceira serem metade das do seu adversario, decidiu-se a ordenar o ataque contra elle, fiado em que a sorte ajudaria os atrevidos, fundada no seu arrojo. A columna constitucional desembocava pois no Valle da Piedade pela estrada do Alfeite, quando se foi encontrar de frente com as avançadas inimigas, que de prompto derrotou, circumstancia que obrigou Telles Jordão ao emprego da sua cavallaria, a qual deitou a galope pela estrada de Cacilhas, carregando os seus adversarios com todo o impeto e galhardia. Todavia os caçadores dos batalhões n.os 2 e 3, não só sustentaram valentemente a posição que occupavam, mas até conseguiram pôr em debandada os atacantes, soffrendo estes grande perda, cuidando em abrigar-se do fogo, que lhes faziam por trás dos já citados armazens, que ha n'aquellas paragens.

Reformando-se os esquadrões inimigos a coberto dos referidos armazens, tentaram uma nova carga, que foi igualmente repellida com muito maior perda da sua parte, porque a força do duque se tinha já estabelecido em columnas contiguas de batalhões, e portanto em situação de lhes dirigir muito maior, e mais intensa linha de fogo, o que effectivamente fez, causando-lhes muito damno. Feito isto, os miguelistas retiraram-se em debandada, e sem ordem alguma sobre Cacilhas; e o duque, fazendo promptamente avançar a sua força em columna pela mesma estrada, tomou quatro peças de artilheria, que se achavam em posição á entrada de Cacilhas; e avançando sem descontinuar, pôde penetrar até ao caes da povoação, levando o batalhão de ca-

çadores n.º 2 na sua frente os fugidos com bayoneta calada sobre os rins. O valente Romão José Soares, o bravo commandante d'este batalhão, entrando na rua Direita de Cacilhas, ousadamente foi por entre os rebeldes até ao caes, para lhes impedir o embarque para Lisboa.

É impossivel descrever o desordenado espectaculo, que no mesmo caes se observava por esta occasião; a infanteria, cavallaria, artilheria e bagagens; os generaes, officiaes e soldados, todos em rodilhão ali se viam concentrados, procurando precipitarem-se sobre os barcos, que a fortuna lhes deparava, onde eram pelos vencedores cruamente fuzilados á queima-roupa, chegando áquella mesma hora, para augmentar mais a desordem, algumas lanchas com reforços, vindos de Lisboa, consistindo em dois batalhões de infanteria n.os 1 e 2. Todavia era já tarde, para que soccorro algum válido podessem os ditos batalhões prestar aos seus correligionarios, vencidos como de facto já estavam. Era por esta mesma occasião que o marechal de campo, Joaquim Telles Jordão, tratava de se embarcar tambem para Lisboa, buscando a salvação na fuga; mas não o póde conseguir sem ser reconhecido, o que deu logar a que o bravo commandante de caçadores n.º 2, Romão José Soares, corresse sobre elle de espada em punho, e o acutilasse, sendo um tiro, disparado por um soldado do seu corpo, o que acabou de o matar. Feito seguidamente em pedaços, com rancorosa crueza partidaria, pagou assim com a vida as amargas affrontas, vilanias e barbaridades, que, como governador da torre de S. Julião da barra, havia praticado contra os infelizes presos liberaes, que n'ella se achavam reclusos. O filho d'este general, que era seu ajudante de ordens, tendo mais fortuna que seu pae, póde salvar-se, escapando-se para Lisboa, indo portanto elle mesmo, testemunha ocular da victoria liberal, espalhar o que vira praticar contra seu pae, e contagiar de terror todos com quem fallava.

Era já entrada a noite, e a escuridão, de que vinha acompanhada, deu ainda a esta triste scena um aspecto mais lugubre e medonho. Senhores como os vencedores completa-

mente se achavam do caes de Cacilhas, poderam sem perigo algum fuzilar as tropas, que tinham chegado de Lisboa, e do mesmo caes buscavam approximar-se, para effeituar o seu desembarque, que aliás não conseguiram, tornando-se assim completa esta notavel victoria, cujo resultado foi perder n'ella o inimigo mais de 1:000 prisioneiros, 160 cavallos, e 8 peças de artilheria, com todo o seu trem competente. Tinha já soado meia noite, mas faltava ainda tomar-se o castello de Almada, occupado por tropas inimigas, e permanecendo fieis ao usurpador, o que deu causa a que o duque da Terceira lhes mandasse intimar por um parlamentario a sua rendição. A resposta que este infeliz teve, sendo filho do general Schwalback, foi o darem-lhe uma descarga cerrada de fuzilaria, que o prostrou moribundo, vindo morrer ao seu acampamento. Sabedor como o duque foi d'este desastre, ordenou que logo na madrugada do seguinte dia 24 o castello fosse entrado á força das armas. As tropas que o guarneciam, temendo o ataque imminente, abandonaram-n'o, fugindo umas d'ellas para a Trafaria, onde foram prisioneiras, ao passo que outras depozeram humildemente as armas aos pés dos vencedores.

No mesmo dia 24 voltaram para o norte do Tejo os batalhões de infanteria n.os 1 e 2, que nenhuma parte, ou influencia tinham tido no combate do dia anterior em Cacilhas, ficando como esquecidos. Um esquadrão de cavallaria, escapando-se ao desastre, tomou a direcção do Ribatejo; mas emquanto descansava da calma, e sendo mal guardado, foi surprehendido por uma guerrilha constitucional, e por ella desarmado. N'este conflicto se achou presente, e foi prisioneiro, o general Cordova, ministro hespanhol em Lisboa. O inimigo perdeu toda a força com que viera ao ataque, sendo-lhe aprisionados tres esquadrões de cavallaria, e perto de 1:000 homens de infanteria de differentes corpos, alem de 500 apresentados, sendo portanto o numero dos vencidos quasi o dobro do dos vencedores, sem que todavia se encontrasse differença entre uns e outros, uma hora depois de acabado o fogo.

Parece incrivel que a perda dos constitucionaes, depois de alcançarem tão assignalada victoria, se reduzisse apenas a 3 soldados mortos, 3 officiaes, e 9 soldados feridos, 1 official e 2 soldados extraviados, ao todo 18 individuos [1]. Os soldados que poderam atravessar o Tejo no dia 23, e particularmente o filho de Telles Jordão, acabaram de pôr termo á grande anciedade, e consideravel terror, que o duque de Cadaval mostrou ter n'esta occasião, apesar do grande entono da sua promessa, de não desmerecer o nome, que dos seus antepassados herdára com o seu sangue. O certo é que as noticias dos successos do dia 23 em Cacilhas, noticias que em casos taes são sempre exageradas por quem foge, talvez que para cohonestar a sua desairosa conducta, reunindo-se com isto a illuminação, que na Outra Banda se via, tinham despertado um grande espirito de fermentação nos moradores de Lisboa.

Observado como isto foi pelo citado duque de Cadaval, e sabedor como igualmente estava do que se passára em Cacilhas, reuniu pela meia noite de 23 para 24 um conselho militar, em que prevaleceu a idéa de se não poder conservar Lisboa: 1.°, pela falta de confiança na tropa; 2.°, pela facilidade com que a esquadra constitucional poderia entrar na barra, e bombear a cidade ao abrigo das baterias da margem esquerda do Tejo; 3.°, pela impossibilidade de se lhe poder resistir, e ao mesmo tempo conter qualquer sublevação em Lisboa. N'estes termos optou-se pela prompta evacuação da capital; e a pretexto de uma revista, foram reunir-se no Campo Grande, na madrugada do dia 24 de julho, as tropas que se achavam em Lisboa, e que subiam ainda ao numero de uns 8:000 homens de todas as armas, outros havendo que as elevam a 12:000. O duque de Cadaval, e os do seu conselho, que tão ousados e arrogantes se mostraram na proclamação, que poucos dias antes tinham publicado, tornando-se de mais a mais notaveis pela barbaridade

1 A parte official da expedição do Algarve póde ver-se no documento n.° 263.

com que na manhã de 23 tinham feito executar no caes do Sodré um infeliz preso liberal[1], não tiveram agora coragem para encarar com os seus adversarios, sem ao menos averiguar ao certo quaes fossem as forças de que dispunham. Consideravel numero de frades e padres, quasi todos os empregados publicos, grande numero de nobres e de plebeus, ou todos os que se julgavam compromettidos, abandonaram finalmente Lisboa, que por esta maneira deixaram exposta a qualquer golpe de mão.

Os gritos de victoria, levantados em Cacilhas durante a noite, eram pela viração trazidos a Lisboa, d'onde alguns amigos da causa liberal se transportaram para a margem esquerda do Tejo, nas vistas de irem n'ella abraçar cordialmente os vencedores. Ainda que verdadeiras algumas das rasões expostas no conselho militar, convocado pelo duque de Cadaval, todavia retirar antes de ver qual fosse a força dos seus inimigos, foi certamente um acto de não pouco desalento. Os montes que dominam Lisboa pelo lado oriental, podiam ser fortificados e occupados pelos voluntarios realistas, inclusivamente o castello de S. Jorge, que se podia guarnecer e defender pela guarda real da policia, tropa fiel e dedicada á causa de D. Miguel. Por este modo o duque de Cadaval tinha sempre uma retirada segura por aquella parte de Lisboa; nada lhe podia embaraçar a sua saída do castello de S. Jorge pela Graça, Penha de França e Arroios, onde por conseguinte podia tomar a estrada de Sacavem, ou a de Loures, como mais conta lhe fizesse. Por outro lado nada se sabia da divisão de Molellos, e achando-se intacta, e servindo de ponto de reunião aos fugitivos de Setubal e Cacilhas, tambem lhe havia de ser de grande auxilio, qualquer que fosse o ponto em que ella viesse a passar o Tejo. É por conseguinte manifesto, que o medo atacára n'esta occasião o duque de Cadaval, para que os miguelistas se

[1] Alem d'este havia mais tres infelizes presos politicos, que teriam a mesma sorte d'aquelle, se a sublevação de Lisboa do dia 24 os não viera tirar do oratorio.

não ficassem rindo impunemente do que os liberaes tambem tinham praticado no Porto em julho de 1828.

No meio dos successos que temos relatado, é um facto que a população da capital se achava consideravelmente exaltada em favor dos victoriosos, pois que a fortuna, que os protegêra na sua empreza, continuava a ser-lhes propicia. Entretanto poucos dos seus moradores se atreviam a levantar publicamente o grito em favor dos vencedores, sobre tudo os das classes pensadoras e intelligentes. Tem com effeito sido crença geral, que os membros d'estas classes não foram os que no memoravel dia 24 de julho de 1833 tomaram em Lisboa a iniciativa revolucionaria contra o governo miguelista, que no citado dia 24 n'ella appareceu; nem a propria commissão, encarregada de mandar para o Porto os individuos, que queriam ir alistar-se no exercito libertador, foi tambem quem se abalançou a dar começo ao respectivo movimento, que nasceu unicamente do espontaneo e patriotico enthusiasmo de alguns homens da mais baixa classe, cuja dedicação pela causa liberal os cegou a tal ponto, que não viram as difficuldades, nem attenderam aos perigos, que podiam ter, em levar a effeito a empreza a que metteram hombros.

Rebentára pois a manhã do citado dia 24 de julho, quando, seriam então quatro horas, um homem do povo, chamado Antonio Joaquim Governo, de profissão alfaiate, e primeiro sargento da oitava companhia do segundo batalhão do regimento de ordenanças da côrte, arrebatado dos desejos de fazer apparecer a insurreição, se dirigiu ao caes do Sodré, onde achou em contestações junto do mesmo caes os catraeiros, que já ali se achavam, por causa de um d'elles haver levado a bordo da *Mixeriqueira* alguem, que d'este navio pretendia passar ao Porto. Antonio Joaquim metteu-se entre os ditos catraeiros, a pretexto de os accommodar, e quando os julgou dispostos já a seu favor, tomou a resolução de romper em *vivas e acclamações a sua magestade, a rainha D. Maria II, e á carta constitucional,* tendo por si a fortuna de ser logo seguido por varios dos circumstantes, a que

depois se reuniram alguns dos operarios, que vinham para os seus trabalhos do arsenal da marinha.

Este facto, presenciado de Cacilhas e Almada pela divisão constitucional do duque da Terceira, fez-lhe logo suppor, que algum movimento revolucionario se achava em começo em Lisboa, pensando nós tambem que este mesmo facto fôra um dos motivos, que levára o governador, e a guarnição do castello de Almada, a entregar-se ao referido duque, o que varios dos seus defensores fizeram, fugindo outros para a Trafaria, como já vimos. Alcançado assim este triumpho, o mesmo Antonio Joaquim Governo, enthusiasmado por elle, passou do caes do Sodré ao largo do Corpo Santo, acompanhado já por bastantes individuos da sua classe, e sentimentos iguaes aos seus. No referido largo encontrou elle alguns soldados, que com as bagagens dos seus respectivos corpos, se dirigiam para o Campo Grande, para lá se reunirem a elles. Governo e os seus companheiros lançaram-se atrevidamente aos referidos soldados, tendo a fortuna de os desarmar, sem haverem soffrido incommodo algum.

Do largo do Corpo Santo passaram depois ao do Pelourinho, e encarando com o arsenal da marinha, onde estavam de guarda alguns voluntarios realistas, tomaram os amotinados a resolução de se lhes apoderarem das armas, que por um dos postigos, que estava aberto na porta principal, viram encostadas a um dos pilares do telheiro fronteiro á capella de S. Roque. Foi o mesmo Antonio Joaquim Governo o que lhes deu o exemplo para esta façanha, que os levou a assenhorearem-se das referidas armas, sem que alguem se atrevesse a embaraçar-lhes o passo, pois que elle Governo, depois de as ter assabarcado todas a si, bem como as respectivas patronas e cartuchame, que dentro d'ellas havia, fez de todas estas cousas franca distribuição pelos seus associados. Eis-aqui pois como appareceu em publico armada e municiada a primeira porção dos amotinados em favor da causa liberal. A ella principiaram depois a reunir-se na cidade baixa outras porções de povo, visto não haver auctoridade alguma miguelista, que lhes impedisse o seu

agrupamento, ou procurasse dominar a revolução. Da dita cidade baixa passaram os revolucionarios ao Limoeiro, onde soltaram os presos, seguindo-se-lhe depois todos os mais actos, que pozeram a revolução em caminho plano para o seu triumpho[1].

Effectivamente depois do rompimento popular, que temos descripto, nenhum dos moradores de Lisboa duvidou em se mostrar cansado da continuação da grande e crua luta civil, que se travava em volta do Porto, luta de que aliás nenhum bem havia até então resultado para a nação em geral, mas apenas para alguns particulares, partidistas do poder absoluto, que cercavam o usurpador da corôa portugueza, ou para alguns dos que com taes partidistas se achavam ligados. Aquella espantosa devoção com que tantos milhares

[1] Antonio Joaquim Governo era um grande fallador, com a monomania de ter sido elle o auctor da revolução liberal, rebentada em Lisboa em 24 de julho de 1833. Arrastado por esta crença, veiu uma vez procurar-me a minha casa, para me confiar um documento passado em julgado, baseando-se a respectiva sentença, no depoimento unanime das testemunhas que apresentou, para provar os seus allegados serviços, exigindo tambem que eu os consignasse na minha historia, o que agora faço, convencido de que este homem já morreu ha muitos annos. Entretanto é um facto, que pelos seus ditos serviços foi nomeado, em 1 de julho de 1835, continuo addido á repartição do ajudante general, d'onde depois passou para o ministerio da guerra, quando se extinguiu o estado maior general, e o commando em chefe do exercito, achando-se em outubro de 1867 em primeiro continuo da respectiva secretaria d'estado, tendo já sido preterido para o logar de porteiro por um outro individuo, que tendo menos serviços, é provavel que tivesse por si maiores empenhos, porque emfim, já muito antes de 1867, o ter por si bons serviços á causa constitucional, despidos de protecções clubisticas, eleitoraes e partidarias, embora taes serviços fossem prestados em arriscada epocha, de pouco, ou nada serviam para conseguir empregos. Nenhum liberal de boa fé pensou jamais até 1834, ou 1835, que o systema liberal, havia de facto ser o que desde então até hoje todos temos visto. Todavia, parece-nos tambem que Antonio Joaquim Governo, semi-doido como era, não estava no caso de ser nomeado porteiro, emprego que exige já mais alguma cousa de juizo e merito do que este homem tinha, ou mostrava ter, sendo por fim reformado no logar de continuo.

de individuos tinham militado, ou nas fileiras dos voluntarios realistas, ou no exercito de primeira linha, ía já na sua rapida decadencia, por tanta fé perdida na omnipotencia das suas armas, e no prestigio da sua invencibilidade, resultado bem amargo do nenhum effeito de tantos, e tão multiplicados combates, dados em volta das linhas do Porto contra os 7:500 bravos, a quem agora a fortuna tão decididamente parecia proteger. D'este modo as esperanças, que n'outr'ora se pozeram no maior numero, tinham por conseguinte acabado, e a confiança no infante D. Miguel estava de todo perdida, pelos seus repetidos desacertos nas cousas militares e civis, e não menos pelas infructuosas perseguições, feitas tão cruamente contra o partido liberal, perseguições que, pelo sem numero de descontentes que produzíra, aborrecia até mesmo a muitos dos que tão acaloradamente as tinham promovido.

Por conseguinte a inaptidão do governo miguelista, e a dos seus generaes de mais nome, era cousa exuberantemente demonstrada, pelas vantagens alcançadas pelos constitucionaes desde os Açores até ao seu desembarque no Porto (não obstante os meios descommunaes de que os seus contrarios dispunham); pela coragem com que depois se defendêram durante o cerco de todos os meios de guerra, que contra elles, reclusos n'aquella cidade, se pozeram em pratica; e ultimamente pela importancia da memoravel batalha naval do cabo de S. Vicente; pela atrevida marcha do duque da Terceira desde o Algarve até Cacilhas; e finalmente pelo seu grande triumpho na acção do valle da Piedade. Todos estes factos haviam com toda a rasão esfriado os mais enthusiastas pela causa de D. Miguel, e enthusiasmado a todos os que propendiam para a do governo legitimo. Desde então começára-se a generalisar a crença de que o governo constitucional, a julgar pelos homens, que no meio de tantas difficuldades se tinham sustentado, e sabido dominar a fortuna, era o unico capaz de tornar feliz a nação. Estabelecida pois a fé de que o governo representativo seria na verdade o da ordem, da moralidade e da justiça, e de que

traria comsigo respeitaveis homens ao parlamento, e a mais severa economia dos dinheiros publicos, attento o consideravel estado de pobreza a que por então a nação estava reduzida, ninguem mais em Lisboa hesitou em abraçar a causa de similhante geverno no meio de taes conjecturas, que o tempo tem ultimamente mostrado serem bastante illusorias, estando o mesmo parlamento e os ministros d'estado bem longe de serem o que d'elles por então se esperava. Infeliz desengano depois de tantos males soffridos.

Seja porém como for, certo é que da meia noite para as duas horas de 23 para 24 de julho começaram a retirar-se as guarnições dos fortes da margem do Tejo, e das estações da policia. Já então se ouviam ao longe soar no Tejo os alegres vivas ao governo legitimo, sem bem se saber o verdadeiro local d'onde elles partiam. Na madrugada do mesmo dia 24 retirou-se da cidade o duque de Cadaval, tendo-se já retirado igualmente a força de que ainda dispunha, computada por uns em 8:000, e por outros em 12:000 homens, como já dissemos. Dando-se com a certeza d'esta retirada a de que tambem já havia da tomada da esquadra miguelista pelo almirante Napier, e a da marcha rapida, que pela sua parte o duque da Terceira trazia pelo interior do Alemtejo (o que dera logar ás affirmativas de uns, e ás formaes negativas de outros, manifestadas por então em Lisboa), póde bem fazer-se idéa de que grau não seria a agitação, que por todas estas circumstancias começou a apparecer entre os constitucionaes lisbonenses, e entre todo o mais povo, sobretudo quando igualmente se soube da grande victoria, ganha pelo mesmo duque no valle da Piedade, victoria coroada por fim com o prompto exterminio do malvado Telles Jordão.

A consequencia d'isto foi o começarem-se a encher as praças e ruas da capital de cidadãos armados, dando freneticos vivas a D. Maria II, e á carta constitucional, e emquanto uns iam correndo a soltar das cadeias as innumeraveis victimas da fidelidade, que n'ellas gemiam, contando-se entre ellas tres, que no oratorio se achavam proximas a ser executadas, outros marchavam affoitos a arvorar no castello

de S. Jorge, e nos differentes fortes, construidos pela margem do Tejo, e em varios logares da cidade (como symbolos da causa por que se pugnava dentro dos muros do Porto), as bandeiras azul e branca, que para tal fim de improviso appareceram feitas. No arsenal do exercito achou o povo um consideravel provimento de armas, e em mais de 5:000 presos, saídos das differentes cadeias, um fiel e consideravel reforço para auxiliar a causa constitucional. Para dar aos sublevados um centro de união, collocou-se no Terreiro do Paço a brigada real da marinha, e um batalhão de caçadores, cuidando-se desde logo na organisação dos antigos corpos do commercio, e na dos dois batalhões de atiradores, e de artilheiros nacionaes, que D. Miguel dissolvêra na sua chegada a Lisboa em 1828.

Até aqui fôra o baixo povo quem unicamente fizera o primeiro rompimento contra o governo usurpador; mas apenas se soube que o duque de Cadaval, dominado pelo terror, não só abandonára vergonhosamente a capital, mas até retirava do Campo Grande para Loures, procurando a Cabeça de Montachique, o movimento revolucionario começou desde então a tornar-se mais geral, e a chamar já a si os cidadãos de mais alta jerarchia, particularmente depois que viram saudada pelos navios de guerra inglezes e francezes a bandeira bicolor, içada no tope do mastro grande dos sobreditos navios. Toda a população de Lisboa, ao ver-se livre da terrivel compressão do governo usurpador, rebentára finalmente como n'um vulcão de patriotica ira popular contra a tyrannia de similhante governo. As salvas e os vivas resoavam pois por toda ella ao ver tão inopinadamente destruirem-se os patibulos, fugirem os verdugos, sumirem-se os caceteiros, acabar a ignominiosa servidão, e cairem finalmente aos pés dos desgraçados presos politicos os ferros, que até então lhes roxeavam os pulsos.

Grande numero de embarcações, apinhadas de gente, remavam para o pontal de Cacilhas, com vistas de se anticiparem ao triumphal desembarque da pequena expedição do Algarve em Lisboa. Pela sua parte o proprio duque da Ter-

ceira duvidava até então da sua mesma fortuna, parecendo-lhe incrivel, que tivesse á sua disposição, como lhe diziam, os recursos, e a população inteira da capital com todos os seus arsenaes. O apparecimento da bandeira constitucional no castello de S. Jorge, e nos mais fortes da margem direita do Tejo, fez-lhe até suspeitar alguma cilada da parte dos seus inimigos, sendo a final desenganado d'esta sua incredulidade pelos officios, que recebeu da propria commissão revolucionaria, que existia em Lisboa, e pela presença de pessoas, cuja fidelidade se lhes não podia contestar, certificando-o da acclamação, que na casa da camara se tinha já feito da rainha D. Maria II, de que se lavrára auto, rasgando-se o de D. Miguel.

Reunida pois com a immensa multidão de barcos e de gente, que de toda a parte affluia ao caes de Cacilhas, a humilde expedição do Algarve largou finalmente de lá, para vir desembarcar no Terreiro do Paço das duas para as tres horas da tarde do citado dia 24 de julho, vendo-se os individuos, que a compunham, restituidos por este modo á patria, depois de tantos annos de exilio, de tantas privações soffridas, e de males tão duramente passados, bem como de tantos combates valorosamente sustentados nos Açores, no Porto, e ultimamente ao sul do Tejo. Por conseguinte a chegada do duque da Terceira a Lisboa, á frente do seu pequeno e victorioso exercito, causou, tanto nos individuos que o compunham, como nos moradores da capital, o maior e mais justo enthusiasmo, olhando-o estes como um salvador, que a Providencia lhes mandava, para os livrar das crueis perseguições de que tinham sido victimas, e tão geral era esse seu enthusiasmo para com elle, quanto por mais certo lhes parecia ir inteiramente acabar um governo cruel e tyranno, para ser substituido por um outro de paz, de mansidão e justiça, virtudes que tinham por inherentes aos governos liberaes.

É portanto mais facil de imaginar do que de descrever qual devia ser o enthusiasmo de uma populosa cidade, que por cinco annos continuos tinha gemido debaixo dos mais pesados açoutes de um despotismo cruel, sanguinario e

tyranno. Muitos milhares de pessoas impacientes acolheram n'aquella praça a pequena divisão expedicionaria no meio da mais viva effusão de alegria. O duque da Terceira, seu illustre commandante, por muito tempo não pôde pôr os pés na terra de que por tantos annos se achava ausente, sendo quasi levado de braços para braços até ao paço do antigo senado da camara, onde desde o começo do dia todas as classes de cidadãos tinham corrido a acclamar o governo legitimo, acclamação a que o mesmo duque da Terceira concorria tambem pela sua parte, no meio de muitos generaes, de outros officiaes militares, e de um immenso concurso de povo, que o acompanhava.

Muitos motivos de vingança existiam gravados no coração offendido dos habitantes da capital, não sendo por conseguinte possivel que no meio de um governo, que por effeito de uma revolução se destruia, e de outro que ainda bem o não tinha substituido, deixassem de haver os resentimentos, que eram bem de receiar no meio de taes occorencias. Para cohibir as escandolosas violencias, e excessos que se praticaram, deu o duque da Terceira as ordens, que mais acertadas lhe pareceram, mandando alem d'isso affixar a seguinte proclamação. «Habitantes de Lisboa! A divisão do exercito libertador, de cujo commando sua magestade imperial, o duque de Bragança em nome da rainha, houve por bem encarregarme, com a mira unicamente em libertar-vos, atravessou as provincias ao sul do Tejo, e veiu sobre a margem d'este rio fazer tremular diante de vós o estandarte da rainha, e da liberdade; mas este estandarte, a cuja sombra se abrigaram no meio das perseguições, do exilio, e dos combates os leaes sustentadores do throno e da carta, jamais foi o emblema da guerra e da vingança, mas sim o da paz, o da concordia, da reconciliação de toda a familia portugueza, o da clemencia e perdão para os illudidos e desgraçados. Portanto, habitantes de Lisboa, a ordem, o respeito aos direitos de todos, a tranquillidade e o socego da capital é o que eu de vós espero e exijo. Eu tenho dado, e continuarei a dar as providencias para o vosso regular armamento, restabelecendo os mesmos

corpos, que em outro tempo foram o sustentaculo da rainha e da carta; n'elles, e n'aquelles que passarei a organisar, tereis a occasião de partilhar a gloria de restaurar a nação, de manter a ordem e a tranquillidade dos nossos lares. Quartel general em Lisboa, aos 24 de julho de 1833.=*Duque da Terceira.*

Emquanto isto se passava em Lisboa, Molellos proseguindo do Torrão a sua marcha nos dias 23 e 24, achava-se sobre Setubal ao alvorecer do dia 25, contando vencer no mesmo dia a distancia de tres a cinco leguas, que o podiam separar do seu adversario, a quem contava acommetter onde quer que o encontrasse, trazendo para este fim na vanguarda da sua columna os seus melhores corpos de linha, e estes municiados de rações mais avultadas, e mais aligeirados no seu equipamento. Ao romper do sol a vanguarda de Molellos deteve uns homens, que se lhe tornaram suspeitos, e sendo interrogados, verificou-se serem uns salteadores, e vadios das partes do Sado, que escapados do Limoeiro na vespera, já por aquella hora se achavam outra vez no local dos seus antigos latrocinios e malfeitorias [1]. Foram estes os primeiros individuos, que noticiaram á Molellos a retirada das tropas realistas de Lisboa, e a triumphal entrada, que n'ella fizera o duque da Terceira, não podendo dizer mais, porque desde logo passaram a embarcar-se para Alhos Vedros. A este encontro se seguiu um outro de não menos singularidade; tal foi o de um mal disfarçado frade franciscano, que se declarou alferes de um batalhão de voluntarios do Alemtejo, e que havendo assistido ao combate de Cacilhas no dia 23, e occultando-se depois em uma casa, vinha em habitos monasticos procurar alcançar a sua patria. Estas noticias accelerarám a marcha da divisão miguelista, a qual, entrando em Setubal, não só achou tudo com-

[1] Estes dois artigos, e algumas cousas mais, que anteriormente temos narrado, com relação á divisão de Molellos, foram por nós tiradas de um manuscripto, pertencente a um official superior, que andára na referida divisão, e depois se passára para o duque da Terceira.

provado, mas até revestido de circumstancias e episodios os mais contradictorios possivel, concluindo-se por fim que a antiga guarnição de Lisboa, se achava, segundo uns no Campo Grande, e segundo outros no alto da Ajuda, e Monsanto.

Com a noticia do visconde se approximar de Setubal, as recentes auctoridades civis e militares abandonaram a povoação, sendo de notar que alguma d'essas auctoridades esteve até muito tarde, por julgar que o annuncio de tal approximação era uma columna liberal de francezes, que o baixo povo falsamente dava por miguelista. Se em Alcacer a recepção feita a Molellos, foi de pouco enthusiasmo, a que se lhe fez em Setubal foi o contrario d'isto. As ruas e as janellas estavam cheias de povo; os vivas, e a agitação dos lenços, denunciavam a mais extrema alegria. A multidão foi logo promover as salvas do castello de S. Filippe, cujas peças parece desencravára, ao passo que por outro lado reclamava, que a artilheria de campanha prohibisse, que a bordo de certos navios saissem algumas familias liberaes, que a seu bordo se tinham ido refugiar.

Fizera Molellos acampar a sua divisão no Campo do Bomfim, para conter os soldados nos seus respectivos corpos, querendo que ali mesmo descansassem e fossem municiados, para desde logo proseguirem na sua marcha, no que foi contrariado, pois que a plebe setubalense, excitada por alguns individuos, praças de voluntarios realistas, e de milicias, fugidas aos tiroteios, e homisiadas, ou em Setubal, ou nos seus suburbios, constituindo-se clamorosas e vingativas, buscavam prender, e assassinar os que malsinavam de liberaes, querendo até deitar fogo a algumas casas. A estes grupos se vieram juntar soldados dos regimentos n.os 14 e 17 de infanteria, antigos emigrados da Hespanha, para onde tinham ido em 1827.

Rebentou portanto a anarchia, ameaçando a povoação de scenas tão desgraçadas como as de Beja. O general encarregou o seu chefe d'estado maior de socegar os começados tumultos, o que effectivamente conseguiu, salvando assim

algumas vidas e propriedades. Para isto se obter, necessario foi empregar a força, e a espada contra os anarchistas, aproveitando-se o general da reclamação, que lhe fizera o corpo vice-consular de Setubal, vindo-lhe requerer protecção, para os subditos das suas respectivas nações, protestando pelas perdas e damnos, que podessem ter nas suas respectivas propriedades. Foi então que o general publicou uma ordem do dia, em que declarava dever ser marcialmente julgado, e fuzilado dentro em vinte e quatro horas, todo e qualquer individuo, fosse de que classe fosse, que promovesse com motins o assassinato, os roubos e os incendios. O bando, que por ordem do general se publicou, não só se affixára nos logares publicos, mas até se lêra á tropa por um capitão de voluntarios realistas de Tavira.

Tendo o visconde de Molellos perdido todas as idéas de poder alcançar o duque da Terceira, depois da sua entrada triumphal em Setubal, Cacilhas e Lisboa, decidiu-se a marchar para Aldeia Gallega, onde, por mão do seu dito chefe d'estado maior, recebeu uma carta de um João Baptista Buschantal, em que este lhe dizia ter de lhe fallar em Palmella *sobre circumstancias difficeis do momento* [1]. O visconde de

[1] Este individuo era um judeu, casado com uma formosa mulher, que por então fazia muita bulha em Lisboa, assim como a tinha já feito no Rio de Janeiro, chegando a ponto de se tornar lá conhecida até mesmo do imperador D. Pedro. Cremos que por meio d'este conhecimento, Buchantal foi encarregado de missões secretas, tanto para alguem do exercito miguelista, como para alguem dentro do Porto, como se infere de um officio da correspondencia do conde da Carreira. Com este conhecimento, o duque da Terceira o mandou ao Alemtejo, para ver se conseguia de Molellos o vir unir-se á causa da rainha com a sua divisão, o que não conseguiu, posto que o tentasse fazer, entendendo-se para tal fim com alguns dos officiaes da sua dita divisão, como se infere do decreto de 5 de outubro de 1833. Que Buchantal fôra commissionado politico de D. Pedro, claramente o prova o officio, que do Porto para Londres dirigiu o marquez de Loulé em 31 de março de 1833, no qual lhe dizia: «Relativamente a mr. Buchantal, de que tratam os officios n.ºs 69 e 72, sua magestade imperial approvou a deliberação de v. s.ª, de suspender o pagamento da mezada de 100 libras, que elle recebia, e o governo fica inteirado das observações, que v. s.ª

Molellos achava-se então em marcha para aquella villa, e logo que a ella chegou, ordenou ao seu dito chefe d'estado maior, que fosse fallar com Buschantal á estalagem, onde effectivamente foi, mas já lá o não encontrou, segundo disse. Em Aldeia Gallega recebeu Molellos uma outra carta do mesmo Buschantal, pedindo-lhe um salvo-conducto, para de Setubal lhe poder ir fallar. Molellos ordenou novamente ao seu dito chefe d'estado maior, que lhe respondesse, que a marcha ía ser na direcção de Samora Correia, onde se lhe podia apresentar, tomando sempre cautela no modo de o fazer, porque attento o estado de desconfiança dos soldados, corria perigo de vida qualquer estrangeiro, que entre elles podesse apparecer.

Foi em Aldeia Gallega que o brigadeiro Nuno Augusto de Brito Taborda se retirou para Lisboa, indo embarcar na Mouta, onde a sua chegada coincidiu ali com a de Buchantal, que vinha de Setubal, de que resultou virem casualmente ambos no mesmo barco para a capital. Chegados que

faz sobre este individuo, *que d'aqui partiu ha poucos dias por via de terra para Lisboa, encarregado de uma nova commissão*; se porém elle se dirigir a v. s.ª, para obter algum soccorro pecuniario, fique v. s.ª na intelligencia de que lh'o não deve dar.

O decreto de 5 de outubro de 1833, superiormente citado, é do teor seguinte:

«Tendo o marechal do exercito, duque da Terceira, afiançado por agentes mandados conferenciar com alguns officiaes do exercito da usurpação, que seriam conservados nos mesmos postos aquelles, que melhor avisados abandonassem o serviço da rebeldia, e empregando a sua influencia para trazer aos seus deveres as tropas do seu commando, se unissem ás fileiras da honra e da fidelidade; e fazendo o mesmo marechal do exercito constar, na minha imperial presença, os nomes dos que, aproveitando-se d'aquella faculdade, se lhe tinham apresentado, acompanhando a relação d'elles com a supplica, de que seja garantida a sua promessa, sem que prejudique a antiguidade dos officiaes do exercito fiel, tomando tudo na devida consideração: hei por bem, em nome da rainha, que os officiaes declarados no presente decreto, e que se acham nas circumstancias acima indicadas, conservem os postos com que vão designados, sem prejuizo da antiguidade dos officiaes do exercito libertador. O brigadeiro graduado, Nuno Au-

foram a ella, o duque da Terceira mandou Manuel de Castro Pereira, no vapor *Jorge IV*, até Villa Nova da Rainha, levando uma carta de Mousinho de Albuquerque, intimando Molellos da parte do mesmo duque, que cessasse com as hostilidades da sua divisão, e se unisse com ella ás forças da rainha, em cujo caso permaneceria tal como se achava. Foi em Villa Nova da Rainha, que Buchantal escreveu uma terceira carta a Molellos, convidando-o por mais outra vez a uma conferencia, mandando-lhe o visconde em resposta, que se lhe apresentasse em Salvaterra. Esta resposta foi-lhe enviada por um official da marinha de guerra ingleza, que se dizia ajudante de ordens do almirante Parker.

Ainda que Molellos quizesse vir unir-se com a sua divisão ás forças da rainha, difficilimo lhe era fazel-o, compondo-se de individuos do mais exaltado miguelismo. Só, não se resolveu a fazel-o, indo de Salvaterra ao pinhal do Escaroupim, e depois a Vallada, onde atravessou o Tejo, abandonando a divisão do seu commando, tendo em vista ir-se

gusto de Brito Taborda. O coronel de artilheria, Francisco Cypriano Pinto. O tenente coronel do exercito, Augusto Xavier Palmeirim. O capitão de cavallaria, Pedro Maria de Brito Taborda. O capitão de infanteria, Eugenio Ribeiro. O tenente de infanteria, Joaquim Gomes da Silva Pinheiro. O cirurgião ajudante, Carlos Viegas. O ministro e secretario d'estado dos negocios da guerra o tenha assim entendido e faça executar. Paço das Necessidades, em 5 de outubro de 1833. = *D. Pedro, Duque de Bragança* = *Agostinho José Freire.*»

Não nos parece applicavel a accusação de traidores, que alguns miguelistas fizeram aos officiaes acima mencionados. Elles viram a causa de D. Miguel inteiramente perdida, depois da batalha naval do Cabo de S. Vicente, e da revolução liberal de Lisboa; viram mais, que prolongar a guerra no meio de taes circumstancias, era sacrificar vidas inutilmente para a causa de D. Miguel, e prolongar tambem as desgraças da patria, sem vantagem alguma para ella. Por conseguinte, aceitarem a offerta de se apresentarem ao governo da rainha, conservando-se-lhes os seus postos, e vindo isoladamente, como vieram, sem trazerem comsigo um só soldado, jamais com verdade se poderá chamar traição. Traição, reconhecidamente por tal no exercito de D. Miguel, só a houve na conducta de José Urbano, e essa mesma veiu já tão tarde, que nenhuma vantagem real trouxe para D. Pedro.

unir em Leiria, como o praticou, á divisão do duque de Cadaval, que de Lisboa para ali se dirigira. Molellos fôra substituido no commando da sua dita divisão pelo general Joaquim Rebello da Fonseca Rosado, tendo ella chegado a um estado tal de insubordinação e indisciplina, que muitos soldados e officiaes de segunda e terceira linha dos corpos das provincias do sul deixaram as bandeiras do usurpador, para se retirarem para suas casas, havendo até alguns dos ditos corpos, que tentaram revolucionar-se, dando logar a que o mesmo Molellos dissesse não poder já commandar tropas, que lhe não obedeciam.

Resta-nos agora tratar da esquadra de Napier, que em rasão dos ventos contrarios não pôde acompanhar as marchas do duque da Terceira, como já notámos. Foi sómente no dia 24 de julho, que ella pôde finalmente chegar á foz do Tejo, onde o seu commandante foi, com grande espanto seu, informado do abandono de Lisboa pelos miguelistas, e da sua occupação pelas tropas do duque da Terceira. Não sabendo ainda do abandono das torres de S. Julião e Bugio, o almirante lançou ferro fóra da barra, para em breve o suspender, apenas lhe constou que similhante circumstancia tambem n'ellas havia tido logar. Fundeado novamente defronte da torre de S. Julião, de que logo tomou posse, reforçando-a com alguma gente, que mandou em auxilio dos presos politicos, de lá seguiu n'um escaler com o duque de Palmella pelo Tejo acima, deixando a esquadra, que não podia navegar por falta de vento. Ainda o escaler não tocava o ponto do desembarque no arsenal da marinha, e já pela beiramar da cidade retumbavam estrondosas acclamações de um infinito povo, que victoriava os recemchegados. Recebidos n'uma esplendida equipagem do barão de Quintella, se foram depois hospedar no palacio do mesmo barão, no largo do seu proprio nome.

Um procedimento atrevido, facilmente poderia ainda perder os constitucionaes, se o duque de Cadaval, em vez de proseguir na sua retirada, reunisse a si a divisão de Molellos, e entrasse depois por Lisboa dentro, onde todos se

achavam sem cuidar em defeza, nem por então terem ainda meios d'isso, entregues todos sómente aos extasis do seu grande enthusiasmo. Na tarde do dia 25 póde a esquadra entrar finalmente no Tejo, e emquanto as naus, subindo por elle acima, fundearam defronte do arsenal, a fragata *D. Pedro* teve ordem de ir postar-se defronte de Aldeia Gallega, para evitar que as tropas de Molellos podessem d'ali passar para o norte, mandando-se tambem alguns brigues estacionar em differentes pontos do rio. O resto da força naval seguiu para o Porto, não só para ficar á disposição de D. Pedro, mas para bloquear tambem os differentes portos da costa.

Emquanto o duque de Palmella cuidava, como governador civil provisorio, na nomeação dos empregados, e em proclamar aos habitantes de Lisboa, as medidas do duque da Terceira, para a defeza da capital, consistiam apenas em ultimar o armamento dos antigos corpos do commercio, e dos dois batalhões de atiradores, e dos outros dois de artilheiros nacionaes. Ninguem por conseguinte se lembrava da imminencia dos perigos, que podiam sobrevir, absortos todos na magnitude dos recentes acontecimentos de uma e de outra margem do Tejo; tão verdade é que, quem se acha vivamente impressionado n'um sentido, mal póde avaliar devidamente as circumstancias de outro inteiramente differente. Napier era talvez o unico militar, que antevia o mal, que ainda podia sobrevir aos recemchegados, e para o remediar quanto possivel, fez levantar o vapor *Jorge IV*, apresado dentro do Tejo, e seguir até ás alturas de Salvaterra, para vigiar o inimigo, e obstar igualmente ali á passagem de Molellos para a margem do norte.

O chefe do estado maior de Molellos, o então tenente coronel, Augusto Xavier Palmeirim, penetrado da necessidade de entrar n'alguma capitulação, por meio da qual os realistas podessem ainda conseguir algumas condições de vantagem, em vez de se sujeitarem ás de desaire, que a continuação da guerra forçosamente lhes havia de trazer comsigo, não duvidou aconselhar este passo ao seu general, que to-

davia lhe não pôde tomar o parecer[1], decidindo-se bem pelo contrario, n'um conselho militar por elle reunido, que as suas forças se dirigissem de Setubal para Aldeia Gallega, onde encontraram já a fragata *D. Pedro*, que ali lhes impediu a passagem para o norte do Tejo.

Ainda assim a divisão de Molellos marchava já n'um tão completo estado de confusão, que nem se estabeleciam piquetes, nem postos avançados, e um só regimento, que de Lisboa se tivesse mandado contra ella, era talvez bastante para a derrotar sem grande derramamento de sangue. Pela sua parte o tenente coronel Palmeirim, imitando o brigadeiro Taborda, despediu-se do seu general no Escaroupim, e conseguindo atravessar o Tejo, dirigiu-se a Lisboa, onde se apresentou ao duque da Terceira, que cordialmente recebêra a ambos, garantindo-lhes as patentes, que tinham adquirido no exercito de D. Miguel, na conformidade das instrucções, que no Porto recebêra[2]. Molellos, não podendo

[1] Molellos teve a indiscrição de revelar ao seu barbeiro os planos do tenente coronel Palmeirim, d'onde resultou a impossibilidade de os poder levar a effeito, divulgados como desde então começaram a ser no publico, que desde logo lhe oppoz a sua mais viva e formal resistencia.

[2] A desconfiança no triumpho das armas de D. Miguel, foi quem provavelmente levou o tenente coronel Palmeirim a procurar uma capitulação vantajosa, emquanto julgava poder alcançal-a, pois mais tarde teria de ficar sujeito á inteira discrição do vencedor. Este seu proceder, reunido com a sua apresentação ao duque da Terceira, foi quem naturalmente lhe acarretou, entre os seus antigos partidistas, uma reputação desairosa, com que o têem affligido alguns escriptos do tempo, cousa que elle tem procurado repellir, como lhe tem sido possivel. Entretanto, o proprio chefe do estado maior de D. Pedro, o general Saldanha, positivamente affirmou, quando acabou a guerra, *não ter tido noticia, nem saber que o mesmo Palmeirim servisse promiscuamente as duas bandeiras politicas que se guerreavam;* mas para ajudar mais a desvanecer taes imputações, necessario era tambem, que d'este official dissessem o mesmo que Saldanha, tanto o duque da Terceira, como o ministro da guerra, Agostinho José Freire, ou outras mais pessoas auctorisadas, que podessem saber como estas cousas se passaram, pois que a affirmativa de Saldanha, nos parece um pouco amphibologica. O que em parte aqui dizemos, já por nós foi publicado no *Cerco do Porto*.

passar o Tejo, como desejava, embaraçado como lá foi d'isso pelo vapor *Jorge IV*, foi atravessal-o em Vallada, com já dissemos, marchando a unir-se á divisão do duque de Cadaval, que pela cabeça de Montachique se tinha dirigido a Obidos, Caldas da Rainha, Alcobaça e Leiria, logo que perdeu as esperanças de poder metter-se em Peniche, que o seu governador, Antonio Feliciano Telles de Castro Apparicio, dominado por um terror panico, tinha já abandonado, depois de intimado para se render pelo commandante da expedição constitucional das Berlengas, o tenente coronel de artilheria, Joaquim Pereira Marinho, não obstante as positivas ordens, que tinha para resistir, e tomar todas as disposições convenientes para a sua defeza. Para Coimbra se dirigira pois Apparicio, e após elle o duque de Cadaval com a divisão de Molellos, ficando assim por algum tempo limpas de tropas miguelistas, a exceptuar unicamente a praça de Elvas, as provincias do Algarve, Alemtejo e Extremadura.

O estrondoso successo da feliz victoria de Cacilhas, seguido tão de perto pelo do não menos feliz da entrada da divisão do Algarve em Lisboa no dia 24 de julho, foram participados para o Porto ao ministro da guerra, Agostinho José Freire, em officio do duque da Terceira com data do mesmo dia 24, officiando tambem o duque de Palmella n'esta mesma data a Candido José Xavier, secretario militar de D. Pedro, annunciando-lhe, não só a entrada das tropas liberaes na capital, mas igualmente a da entrada no Tejo da esquadra da rainha, no mesmo momento em que estava ouvindo o ruido das salvas de artilheria da torre de S. Julião e castello de S. Jorge, salvas dadas ao içar-se n'uma e n'outra fortaleza a bandeira da referida soberana. Poucos momentos se haviam passado no Porto, depois que no seguinte dia 25 de julho o vencedor de Argel depozera, aos pés do bravo e victorioso exercito libertador, os louros que lhe cingiam a fronte, quando D. Pedro inopinadamente recebeu a agradavel noticia da occupação de Lisboa pelas valorosas tropas do duque da Terceira.

Este tão feliz successo o levou a dirigir promptamente aos

soldados do exercito de seu irmão uma proclamação, convidando-os a virem apresentar-se-lhe, o que fazia, não porque a causa de sua filha precisasse já do seu auxilio, mas sim porque o coração d'ella precisava rodear-se de todos os seus subditos, para ser completamente feliz, como se vê da citada proclamação, dizendo-lhes: «Soldados illudidos, que ainda seguis as bandeiras da usurpação; povos, que seguis illudidos esses soldados, ouvi-me ainda uma vez, para vosso desengano, pois que a vossa obstinação e cegueira me faz dó. O dia 24 do corrente, e a victoria que o antecedeu na margem esquerda do Tejo, seguidos da victoria gloriosa, que no dia 25 coroou os esforços da brava guarnição do Porto, não vos deixam senão logar ao arrependimento. Eu prometto novamente esquecimento do passado; mas pela ultima vez o prometto. A causa da rainha não precisa da vossa cooperação para o seu triumpho; mas o seu coração precisa rodear-se de todos os seus subditos, para se reputar completamente feliz. Em nome da mesma augusta senhora vos chamo, e convido a abandonar um partido tão indigno da fidelidade portugueza. Soldados, vinde unir-vos ao exercito libertador. Povos, recolhei-vos aos vossos lares, e não troqueis o vosso descanso pelo remorso do crime, e pelo castigo que o espera. Hoje não ha salvamento senão na legitimidade. Salvae-vos emquanto é tempo, porque de todo o coração desejo o vosso bem, como o tenho provado á custa do meu descanso, e de todos os possiveis sacrificios. = *D. Pedro, Duque de Bragança*».

Aos habitantes do Porto, e ao mesmo exercito libertador, fez elle as suas despedidas, annunciando-lhes no dia 26 a sua prompta saída para a capital, expressando-se para com os habitantes do Porto pela seguinte maneira: «Amigos portuenses! A Divina Providencia, que nos tem sempre protegido, dignou-se permittir, que a divisão expedicionaria, que d'este exercito destaquei, entrasse em Lisboa, batendo os rebeldes, e que a esquadra da rainha fundeasse no Tejo; aquelles portuguezes, que ali acabam de quebrar os ferros, que os opprimiam, são portuguezes perseguidos, como vós

o fosteis. Elles reclamam a minha presença; e poderei eu, votado a sacrificar-me por tão heroica nação, deixar de correr a seus braços, a congratular-me com aquella porção de vossos dignos compatriotas, e animal-os? Forçoso é portanto que eu parta sem demora, para que de Lisboa possa dar mais amplamente as providencias, que as circumstancias reclamam. Bem tendes visto, portuenses, que emquanto esta cidade poderia correr o menor perigo, nunca vos desamparei; agora porém que as circumstancias tem mudado completamente, obedeço com inteira confiança á necessidade de deixar-vos por algum tempo, levando commigo a saudade mais pungente de vós, e dos meus companheiros de armas. Emquanto durar a minha ausencia, recommendo-vos união, firmeza, constancia e tranquillidade. O meu chefe do estado maior fica entretanto encarregado do commando do exercito, e do governo da cidade; elle é digno da vossa confiança. Asseguro-vos, illustres portuenses, que em breve hão de acabar os vossos soffrimentos; que as minhas promessas serão religiosamente cumpridas; e que a carta constitucional terá em breve a devida execução, que circumstancias tão extraordinarias não me tem permittido, que se lhe dê. Paço no Porto, 26 de julho de 1833. = *D. Pedro, Duque de Bragança*».

Quanto ao exercito libertador, fallou-lhe elle como seu commandante em chefe, pelo seguinte modo: «Quartel general imperial no Porto, 26 de julho de 1833. — A valente e nunca desmentida conducta do exercito libertador, não carece de elogios; assás a honram tantos feitos illustres, praticados no campo da gloria; tudo quanto póde caracterisar peitos leaes, destemidos, e amantes da patria, se acha decifrado em vós; os vossos amigos, transportados de admiração, o confessam; e os vossos inimigos, ainda hontem, cobertos de vergonha, foram forçados mais uma vez a reconhecel-o. Emquanto vós aqui tendes debellado os inimigos da patria, que são sómente os vossos inimigos, os nossos irmãos de armas tem, longe de vós, apoiado o desenvolvimento da lealdade dos cidadãos honrados, e antes de com-

pletarem um mez, depois do seu desembarque no Algarve, arvoraram gloriosamente o estandarte da nação sobre o castello e fortes de Lisboa. Esta circumstancia requer absolutamente que eu me separe por pouco tempo de vós; é forçoso prover de mais perto aos negocios urgentes do estado, e cuidar em que esta illustre cidade seja quanto antes libertada do constrangimento, que por tanto tempo, e com tão honrada indifferença tem sabido desprezar. Obrigado pois a separar-me por ora de vós, os meus votos, e o amor, que por tantos titulos me mereceis, ficam comvosco. O meu chefe d'estado maior tomará em meu logar o commando; a sua bravura, a sua adhesão á causa da minha augusta filha, e á carta constitucional, vos são conhecidas; tudo me tranquilliza n'esta minha momentanea separação, e sobretudo vou descançado, de que a segurança e defeza d'esta nobre cidade, confiada ao patriotismo dos seus leaes habitantes, e á vossa valentia, permanecerá firme, como até agora, esperando as providencias, que em breve farão triumphar completamente a lealdade, a coragem, e a illustre devoção civica dos seus dignissimos habitantes. = *D. Pedro, Duque de Bragança,* commandante em chefe do exercito libertador».

Este pequeno e notavel exercito, a quem D. Pedro assim fazia a sua despedida, e tributava tão subidos elogios, era realmente digno dos seus extremos, pois desde a sua entrada no Porto, em julho de 1832, até igual mez do seguinte anno, levára sempre a palma ao exercito inimigo nos muitos combates e batalhas, que com elle tivera, occasionando-lhe entre mortos, feridos e prisioneiros, uma perda de soldados em numero mais consideravel do que aquelle, que contava nas suas fileiras, o que não é exagerado, bastando-nos lembrar para prova d'isto, que só na acção de 29 de setembro perdeu elle 2:229 homens, havendo alguns dos proprios miguelistas, que estavam no caso de saber a sua verdadeira perda, que a fizeram subir a 5:000 homens.

Com isto uma outra circumstancia se deu não menos attendivel, tal foi a de lhe ter feito perder tambem a força moral, inclusivamente a do mesmo D. Miguel, e a dos seus ge-

neraes de mais nome, ministros e conselheiros, alguns havendo que, já antes do anno decorrido, se lamentavam não pouco do mau estado em que ultimamente se achava a luta por parte d'elles. Entretanto preparavam-se as cousas para a prompta saída de D. Pedro da cidade do Porto para a de Lisboa. Eram com effeito dez horas da noite do dia 26 de julho [1], quando o mesmo D. Pedro, com o seu sequito militar cortezão, se dirigiu para a Foz, sendo acompanhado de todos os ministros d'estado, dos seus ajudantes de campo, e mais pessoas de familia, onde se embarcou para Lisboa a bordo do vapor *Guilherme IV*.

Debalde procurou a commissão municipal do Porto, n'uma pequena allocução, que dirigiu ao regente, demorar-lhe por mais algum tempo a sua saida para Lisboa. «Augusto senhor, lhe disse ella, ainda tudo não está concluido, emquanto se acha sitiada a cidade do Porto, a qual por seus longos e incalculaveis sacrificios, para a consolidação da grande causa da rainha e da carta, supplica e espera de vossa magestade imperial a continue ainda a honrar por alguns dias com a sua presença, e lhe permitta, em remuneração de tantos e tão longos sacrificios, a honra e prazer de felicitar pessoalmente a vossa magestade imperial, pelo triumpho final da grande causa em que vossa magestade imperial e a cidade se têem tão heroicamente empenhado».

A esta supplica respondeu D. Pedro, que bem desejava permanecer por mais tempo entre os habitantes da leal cidade; mas que o amor que lhes tinha, e sobretudo a nobre causa, que tão gloriosamente haviam defendido, o obrigavam a acudir a toda a parte onde as circumstancias o chamassem: «contem os illustres portuenses, acrescentou elle, que no momento do perigo me acharão com elles, e que em breve voltarei a gosar do prazer, que deve causar-

[1] Era sómente durante as noites, que os embarques e desembarques se faziam na pequena praia, que ha entre a ermida da Senhora da Luz e o castello da Foz, pois que o fogo das baterias inimigas, e sobretudo as do monte do Crasto, não permittiam fazerem-se de dia.

lhes o inteiro restabelecimento da tranquillidade da patria». Com esta despedida ficaram os habitantes do Porto entregues ainda a todo o vigor do sitio, que até então supportavam, e que pelo mesmo modo continuou, pois o exercito realista parecia conservar-se inteiramente impassivel no meio dos grandes acontecimentos, que successivamente se íam passando, não obstante serem para elle tão criticos, como realmente eram.

Pela uma hora da tarde de 28 de julho entrou a barra do Tejo o vapor *Guilherme IV*, içando, ao approximar-se das torres, o pavilhão real, firmado com vinte e um tiros, a que tambem salvaram as fortalezas de S. Julião da barra e do Bugio, rompendo as suas guarnições em repetidos e estrondosos vivas de um grande enthusiasmo para com o augusto chefe da real casa de Bragança. A vista do pavilhão içado, e as salvas, que se ouviam das fortalezas da barra, espalhando por toda a capital a inopinada noticia da chegada do duque regente, chamaram immediatamente ao Tejo grande numero de embarcações miudas, carregadas de gente de ambos os sexos, distinguindo-se as senhoras pela elegancia e esmero das suas vistosas galas azues e brancas. Este immenso concurso de botes no Tejo, e o da gente apinhada por toda a parte d'onde se avistava o rio, formaram uma das melhores e mais brilhantes vistas de que a capital tem gosado. Todos os possiveis signaes de regosijo publico se manifestaram esplendidos por esta occasião; os fogos de artificio, as salvas dos navios de guerra, e as das baterias dos differentes reductos da margem do Tejo, que atroavam os ares; os innumeraveis lenços e bandeiras, que incessantemente se agitavam no ar, no meio de um immenso concurso de povo; tudo isto de tal modo impressionou o mesmo D. Pedro, que as lagrimas lhe rebentaram pelos olhos fóra, ao presencear tão vivo e interessante quadro.

O almirante Parker, commandante das forças navaes inglezas surtas no Tejo, acompanhado dos officiaes superiores, pertencentes ás mesmas forças, e lord William Russell, foram os primeiros a comprimentar D. Pedro, que os recebeu

com toda a polidez e urbanidade; mas o almirante Napier foi o que mais pomposa teve a sua recepção, vindo o mesmo D. Pedro, acompanhado de todos os ministros d'estado, e do seu proprio estado maior, tomal-o affectuosamente nos braços ao portaló, e conduzil-o pela mão até ao tombadilho, onde lhe prodigalisou as mais lisongeiras expressões, e lhe attribuiu a honra d'elle ter collocado a sua augusta filha no throno dos seus maiores, expressões que por si tinham a mais rigorosa verdade. Pelas duas horas e meia da tarde chegaram os duques de Palmella e Terceira, que o mesmo D. Pedro veiu tambem receber ao portaló, e a quem igualmente abraçou, e deu os mais vivos agradecimentos pelos seus importantes serviços, fineza que os duques agradeceram com toda a polidez, confessando a parte principal, que elle proprio tinha tomado em taes feitos. De bordo do vapor se dirigiu D. Pedro a bordo da nau *D. João VI*, para pagar a visita ao almirante conde do Cabo de S. Vicente, e lhe agradecer novamente, bem como a todas as guarnições da esquadra, o seu nobre e arrojado feito de armas de 5 de julho, confessando novamente sem lisonja, que a rainha de Portugal devia o seu throno aos importantes serviços, que a esquadra lhe acabava de dar.

Pelas tres horas da tarde desembarcou D. Pedro no arsenal da marinha, sendo tão extraordinario o concurso do povo, e tal o enthusiasmo de que estava possuido, que o regente julgou de todo terminada a luta, e chegou até a arremessar para longe de si a sua espada, entendendo que d'ella não tornaria mais a precisar. Para se ver a rasão de similhantes ovações, diremos que depois de tantos e tão repetidos triumphos, como os que pela sua parte contava o exercito libertador, não é exageração confessarmos, não só que os generaes e os mais officiaes do referido exercito, mas até mesmo os proprios soldados, que o compunham, tinham em seu favor a crença da grande importancia dos serviços por elles prestados á causa da legitimidade e da carta. Tidos portanto como heroes, e cobertos de gloria, como por

tal motivo se achavam, o respeito e a consideração publica não podiam deixar de para com elles igualmente se manifestarem solemnes. E se pela sua parte elles tinham merecido em Lisboa um tão lisonjeiro e favoravel acolhimento, como o que se lhes fez, qual não deveria ser o dos moradores d'esta cidade para com D. Pedro, seu commandante em chefe, que tanta constancia, e tão audaz firmeza, a par da mais heroica dedicação pela causa de sua filha, havia mostrado aos seus subordinados durante o cerco do Porto, exposto, como qualquer d'elles, a todos os graves perigos de similhante cerco?

Não admira pois que os citados moradores á porfia o recebessem no meio dos mais estrondosos vivas e incessantes acclamações, depois do seu desembarque, como de facto succedeu, no que não havia mais do que justiça feita aos seus importantes serviços. Enthusiasmos de grande monta tem sempre por si o general victorioso, pois que o prestigio da victoria o eleva sempre ao apogeu da gloria e fama, circumstancia que até mesmo se dá no meio das lutas civis, qualquer que seja o partido a que esse general pertença. D. Pedro estava pois n'este caso, podendo portanto dizer-se, que o grande enthusiasmo com que foi recebido em Lisboa pelos seus habitantes, equivalia por certo a uma justa e espontanea manifestação da confiança, que lhes merecia a sua causa, e o seu governo, confiança proveniente do grande numero de victorias, que por mar e por terra alcançára á frente do seu pequeno exercito sobre o do seu irmão, apesar da sua grande desproporção de forças, facto que aliás lhe redobrava a gloria dos seus triumphos, os quaes, alem do brilho, que lhes é inherente, trazem igualmente comsigo vantagens moraes de não pequena monta, alem dos materiaes, que d'elles tambem dimanam.

O certo é que todos os lisbonenses á porfia lhe deram as mais evidentes provas de gratidão, como era de justiça. A commissão municipal, que poucos dias antes se installára, quando o veiu comprimentar, representou-lhe a anxiedade, que o povo tinha de o ver, e por deferencia a similhante pe-

dido teve elle de passar por algumas das principaes ruas da cidade, cujas casas e janellas se lhe apresentaram ornadas de vistosas bandeiras azues e brancas, de ricos tapetes e colchas, entrando finalmente pelas cinco horas da tarde no real palacio da Ajuda, onde um grande concurso de pessoas da maior distincção, e das mais altas jerarchias do estado, civis e ecclesiasticas, lhe apresentaram os seus respeitos, com os seus protestos de fidelidade á rainha, e á carta constitucional. Correndo aquelle palacio n'um lançar de olhos, o imperador dirigiu-se depois á capella real, para assistir ao *Te Deum*, officiado por um principal, por senão aceitarem para isso os serviços do patriarcha, D. Frei Patricio, que tão celebre se tornára pelas suas odiosas e offensivas pastoraes contra o governo do Porto, escravo como se tinha mostrado do usurpador, e seu decidido partidista. Concluido que foi este acto, voltou para Lisboa, estabelecendo a sua residencia no palacio da Bemposta, onde despachou com os seus ministros, e recebeu muitas pessoas, que lhe foram apresentadas.

Na manhã de 29 de julho foi a S. Vicente de Fóra visitar o jazigo dos reis da real casa de Bragança, e depois de ouvida a missa, que mandára celebrar pelo eterno repouso de seus paes, veiu junto do tumulo de D. João VI, onde, commovido pelos agros desgostos e dura ingratidão, que este infeliz monarcha experimentára nos ultimos annos da sua vida, dos membros mais chegados da sua propria familia, pregou no seu caixão o seguinte rotulo: *Um filho te assassinou, outro filho te vingará, 29 de julho de 1833. D. Pedro.* Admira de que elle n'este acto, senão recordasse de que na censura que com isto fazia a D. Miguel, seu irmão, tambem este podia dizer d'elle outro tanto, pois ambos estes filhos não deram poucos desgostos ao fallecido monarcha, seu pae. Mas todos sabem a facilidade que sempre ha de um accusador notar os defeitos alheios, sem se lembrar dos seus proprios, por mais graves que sejam. No dia immediato mudou elle a sua residencia para o palacio das Necessidades. E para mostrar a franqueza com que tratava os seus proprios

subditos, desdenhoso da cortezã etiqueta dos seus antigos maiores, não só teve a delicadeza de ir em pessoa pagar algumas visitas, que se lhe tinham feito, mas até mandou declarar, por portaria do ministerio do reino, com data de 11 de agosto, que veria com satisfação prescidirem do incommodo de se apearem, como prova de respeito, as pessoas que, indo a cavallo, o encontrassem no seu transito pelas ruas da cidade, ou por quaesquer outros sitios.

Ainda D. Pedro se achava no Porto, quando o ministro dos negocios estrangeiros, e interino da marinha, marquez de Loulé, foi encarregado de ir levar ao conhecimento da rainha, então residente na côrte de Paris, a noticia das victorias alcançadas sobre os miguelistas, e particularmente a entrada das tropas constitucionaes em Lisboa, e a da esquadra no Tejo. Desde então foi o expediente dos negocios estrangeiros confiado interinamente ao ministro do reino, Candido José Xavier, e o da marinha ao ministro da guerra, Agostinho José Freire, continuando José da Silva Carvalho pela sua parte nas repartições da fazenda e justiça: tal foi o ministerio com que D. Pedro entrára na capital. Alguns decretos, dos que podiam grangear ao governo alguma popularidade, se publicaram novamente em Lisboa, não obstante terem-no já sido na Terceira, ou no Porto, taes como o da extincção dos direitos do pescado, o da extincção das ordenanças e milicias, e o do acabamento do fôro ecclesiastico para os crimes civis.

A installação do governo legitimo foi no dia 29 de julho participado aos agentes consulares. O papa, ou o seu delegado na côrte de Lisboa, o cardeal Justiniani, que tão efficazmente protegêra a causa da usurpação, foi o que sobre si chamou as primeiras vistas e attenções do governo, recentemente installado. A pretexto de evitar qualquer acto publico de animadversão dos portuguezes, foi aquelle delegado da curia romana intimado para saír de Lisboa dentro em tres dias, praso que todavia foi prorogado até 5 de agosto, permittindo-se-lhe, que em vez de seguir viagem para Cadiz, a bordo da embarcação de guerra, que se tinha man-

dado aprompiar, podesse ser transportado para Genova a bordo do bergantim sardo *L'Annuta*.

O tribunal da legacia, cujo presidente era nomeado em Roma, sendo os restantes dos seus membros escolhidos depois por este mesmo presidente, foi extincto, como offensivo á dignidade nacional, aos direitos do episcopado, e á liberdade da igreja lusitana, passando o processo das habilitações dos nomeados, para os bispados vagos, para o metropolitano da provincia, e o d'este para o bispo suffraganeo mais antigo, e para a secretaria dos negocios estrangeiros as dispensas *in forma pauperum*. Ás medidas relativas ao papa, e ao seu delegado, seguiram-se as que diziam respeito aos ecclesiasticos seculares e regulares, que tão conspicuo papel tinham feito nos annaes da usurpação: uma vez mettidos nas contendas civis, era consequencia necessaria experimentarem as tristes consequencias dos vencidos.

Por decreto de 30 de julho se creou uma commissão de reforma geral ecclesiastica, para conhecer dos conventos, mosteiros, collegiadas e parochias, que deviam supprimir-se, ou conservar-se, commissão que depois foi elevada á cathegoria de *junta do exame do estado actual, e melhoramento temporal das ordens regulares*. Por um outro decreto de 5 de agosto se declararam rebeldes e traidores, devendo ser como taes processados e punidos, perdendo igualmente o direito ás suas igrejas e beneficios, os ecclesiasticos seculares e regulares, que desampararam, ou desamparassem as suas parochias, capellas, conventos e mosteiros, na occasião em que se acclamára, ou viesse a acclamar o governo legitimo, comminando-se tambem penas aos conventos e mosteiros, que no seu seio recebessem taes ecclesiasticos.

D. Pedro, fiel ao que promettéra ao papa Gregorio XVI, na carta, que de Paris lhe dirigira em 12 de outubro de 1831, declarou vagos todos os bispados e arcebispados, que depois de apresentados pelo governo usurpador, tinham obtido a confirmação da Santa Sé, succedendo o mesmo a todas as mais dignidades ecclesiasticas, pelo mesmo modo providas. A admissão a ordens sacras e a noviciados foi

desde logo prohibida, mandando-se despedir dos conventos ou mosteiros todos os individuos ainda não professos. Todas estas medidas foram acompanhadas de prompto embarque para fóra do reino dos padres jesuitas, que D. Miguel tinha n'elle admittido contra as expressas leis do reino, que novamente se mandaram vigorar. Os padroados ecclesiasticos de qualquer natureza, ou denominação, tambem por esta occasião se extinguiram, passando para o governo todas as apresentações ecclesiasticas. Finalmente mandou-se que os ordinarios aceitassem á sua obediencia as communidades religiosas, ainda que militares fossem, que tivessem casa conventual nas respectivas dioceses. Em todos estes decretos foi notavel a linguagem n'elles empregada contra uma classe, para a qual até então pareciam poucas todas as attenções e deferencias.

Todas as scenas de terror, e o desordenado movimento do governo miguelista pararam, logo que lhes faltou o impulso central de Lisboa. Todavia a raiva dos seus partidistas, exacerbada pelas recentes victorias dos constitucionaes, não podia conter-se nos justos limites da moderação e paciencia. Um bando de amotinados e furiosos correu ás cadeias da villa de Extremoz, e arrombando as portas, assassinou a golpes de machado todos os infelizes presos politicos, que debaixo de mão ali lhe caíram. Tão barbaro procedimento não podia deixar de trazer logo comsigo duras e crueis represalias da parte dos constitucionaes, que em differentes praças e ruas de Lisboa se deram em tomar aquelle exemplo dos seus inimigos, vingando as perseguições e injurias, que d'elles tinham recebido. Por esta occasião se commetteram então não poucos assassinatos, que mal podia cohibir um governo ainda não firmado no seu respectivo poder, e cujos delegados se achavam por conseguinte sem força, para fazer respeitar as auctoridades e a lei.

Esta reciproca irritabilidade e exacerbação de odios partidarios cresciam na rasão directa da prolongação da luta, ou da pertinacia com que se queria fazer triumphar uma causa inteiramente perdida, e a par d'isto despida já do apoio das

duas principaes cidades do reino, Lisboa e Porto, e de mais a mais sem um só navio de guerra, que por mar lhe podesse defender a bandeira. Apesar d'esta barreira de sangue, com que o partido miguelista tão inutilmente se oppunha ainda á plena pacificação do reino, e ao estabelecimento do governo legitimo, D. Pedro tornou novamente a repetir o seu decreto de amnistia geral, para todos os delictos politicos, exceptuando sómente os ministros d'estado de seu irmão, os duques de Cadaval e Lafões, o marquez de Olhão, o bispo de Vizeu, José Acursio das Neves, e finalmente os membros das alçadas civis e militares. Esta amnistia não envolvia todavia restituição de empregos, a respeito dos quaes se tomou como regra demittir d'elles todos os individuos, que se alistaram em quaesquer corpos de voluntarios realistas, ou que por qualquer modo tomaram armas para sustentar a usurpação, os que foram nomeados pelo governo intruso, ou que por causa d'elle desampararam os seus logares.

Debaixo d'este systema de politica, os constitucionaes demittidos, ou perseguidos por aquelle governo, não podiam deixar de entrar logo nos seus respectivos logares, mandando-se-lhes até contar a sua antiguidade e annos de serviço, como se tal privação, ou perseguição não tivesse tido logar. Os bens sequestrados, ou confiscados, foram-lhes igualmente restituidos, e com elles os seus rendimentos desde que saíram do dominio, ou posse de seus legitimos donos[1]. As pessoas a quem a consciencia da sua anterior conducta levára a sair para fóra de Lisboa, nas vistas de evitarem a presença de D. Pedro, e fugir ao estabelecimento do governo legitimo, foram por elle mandadas processar immediatamente, sequestrando-se-lhes os bens. As sentenças proferidas pelos tribunaes, conselhos de guerra, alçadas e commissões contra quaesquer portuguezes, ou estrangei-

[1] N'este mesmo decreto se consignava tambem a idéa da indemnisação dos ordenados aos empregados demittidos pelo governo miguelista, em referencia aos principios estabelecidos no decreto n.º 60 da regencia da Terceira de 28 de novembro de 1831, medida evidentemente destinada a fazer clientella.

ros, por opiniões politicas, tambem por esta occasião se annullaram. O nome de D. Miguel foi mandado riscar de todos os documentos publicos, e até os livros de registo publico das differentes estações, que serviram durante o governo intruso, se fizeram recolher á Torre do Tombo, ou cancellar, e aspar, por maneira tal, que nunca mais podessem tornar a servir.

Se a muitos do partido vencedor agradaram geralmente estas medidas de severidade para com os vencidos, tambem é certo que contra ellas se declarára o partido aristocratico da emigração, do qual era chefe o duque de Palmella, despeitado, como aliás se achava contra o ministerio então existente, desde que se julgou por meio d'elle malquistado com D. Pedro, ou com justa rasão, ou sem ella, sendo certo que a sua segunda commissão a Londres nos fins do anno de 1832, foi a causa d'esta indisposição do mesmo D. Pedro para com elle. O resultado d'isto foi portanto servirem as citadas medidas de pretexto, tanto a Palmella, como aos seus partidistas, para a sua opposição ao ministerio. Entretanto é um facto que algumas das referidas medidas foram filhas da necessidade, particularmente no que dizia respeito á escolha dos empregados; porque estabelecer e crear um novo systema de governo, dar acção, ou vigoroso impulso á carta constitucional com as velhas e caducas molas do regimen absoluto, e portanto altamente adversas ao systema liberal, não só era medida ante-politica, mas até impossivel de realisar no meio da irritabilidade geral dos partidos dominantes, e por mais fortes que pareçam as rasões em contrario de alguns escriptos do tempo, não nos convencem da excellencia de similhantes doutrinas.

Muitas cousas ha que na pratica se apresentam muito diversas do que na theoria se figuram: 1.°, porque a tolerancia absoluta, que adoptaram os governos liberaes de 1820 e 1826, nunca póde conseguir dos empregados, que conservára, mais do que uma concentração de perfidias, que tanto contrastára com a generosidade de similhantes governos; 2.°, porque, salvas as devidas excepções, o merecimento e

capacidade não eram de ordinario o melhor titulo para o provimento dos empregos nos antigos tempos, e as repartições do estado tambem não eram por conseguinte mais do que um despejo para o patronato dos aulicos, e foco de clientella não inferior ao que nos nossos dias se tem visto com o maior escandalo praticar contra a espectativa, e os preceitos fundamentaes do regimen constitucional, falsificados constantemente na pratica; 3.º, finalmente, porque a necessidade de crear interesses novos, para grangear ao novo systema o maior numero de leaes defensores, obrigava o governo a tomar aquelle arbitrio, aconselhado, tanto pela rasão, como pela experiencia do passado.

Não era possivel que os carrascos do partido miguelista, constituidos em membros de tribunaes sanguinarios, em que se postergava a justiça, se sophysmava a lei, acobertando paixões ignobeis e partidarias, podessem constituir um respeitavel corpo da magistratura constitucional; nem quando taes juizes se conservassem, eram elles habeis para administrar justiça recta e imparcial, sem grave compromettimento seu, ou coacção que as partes n'elles determinassem. Similhantemente os officiaes do exercito não infundiriam respeito, nem manteriam a disciplina nos seus subordinados, quando estes fossem commandados pelos officiaes do exercito vencido, e tão fortemente adstrictos como se mostraram á causa da usurpação. O antigo magisterio, e os velhos professores de direito, tenazmente aferrados ao principio de que o poder dos reis vem de Deus, tendo por blasfemos os que o julgam provir do povo, não eram certamente os mais aptos para leccionar lealmente aos seus discipulos as leis do novo systema de governo; nem os empregados de outras carreiras publicas, alistados nos corpos de urbanos, ou de voluntarios realistas, se podiam apresentar com dignidade, nem por modo algum merecer respeito aos emigrados, e praças do exercito libertador, pelo menos nos primeiros tempos, havendo-se mostrado ao publico, durante o governo transacto, seus corypheus dedicados, e cavalheiros da *real effigie*, tendo-se de mais a mais

alguns d'elles tornado crueis perseguidores de muitos dos liberaes.

Foi com estas vistas e fundado n'estes principios que o governo desmantelou os antigos tribunaes de justiça, para os substituir por outros de creação nova, e compostos de membros sectarios das idéas novas, abraçadas pela opinião publica. Caíram assim os antigos juizes de fóra e corregedores, a antiga casa da supplicação, a mesa da consciencia e ordens, e o velho desembargo do paço, para virem em seu logar os novos juizes de direito, as relações, e o supremo tribunal de justiça, que determinára o decreto de 16 de maio de 1832, modificado depois pelos de 18 de abril e 25 de maio de 1834. Para julgar verbal e summariamente os delictos e abusos, que perturbam a ordem publica, e atacam a segurança individual, crearam-se em Lisboa, como já se tinha feito no Porto, os juizes criminaes, e os tribunaes de policia correccional, continuando todavia nas terras, que successivamente se fossem libertando, os antigos juizes de fóra, e corregedores, até que o governo legitimo se restabelecesse em todo o reino.

Assim se foram desmoronando os antigos tribunaes, e se levantaram outros de novo, correspondentes aos differentes ramos de administração constitucional. Entretanto a occupação da capital pelos liberaes, não tinha feito impressão notavel no paiz, nem no exercito miguelista em volta do Porto, onde se conservou por algum tempo como estupefacto, e entregue a uma indiscreta indifferença, para com um tão extraordinario, e transcendente acontecimento. O governo constitucional em Lisboa achava-se ainda como sobre um vulcão, e por toda a parte cercado de grandes difficuldades; a força de que dispunha, para defeza da sua causa, compunha-se apenas dos 1:600 homens da expedição do Algarve, aos quaes acresciam os prisioneiros de Cacilhas, e as praças dos batalhões nacionaes, que se íam arregimentando em Lisboa, forças que estavam ainda muito áquem do que exigia a defeza de uma tão populosa cidade. Mal seguro pois na capital, e com a maior parte do seu exercito

no Porto, apenas podia contar com firmeza com a sua antiga base de operações, entregue então aos cuidados do general Saldanha.

A provincia do Algarve, coberta de guerrilhas miguelistas, á excepção de Faro, Lagos e Olhão, unicas terras para que podiam chegar as guarnições constitucionaes, e as povoações do Alemtejo, tinham caido outra vez em poder dos miguelistas, por isso que da guarnição de Elvas qualquer pequena força, que se destacasse para precorrer as povoações do sul do Tejo, era bastante para as subtrahir ao dominio constitucional. Na Extremadura não havia uma só bayoneta inimiga; mas os seus habitantes, perplexos e indecisos no meio do immenso poder e prestigio, que ainda por si tinha a causa da usurpação, com toda a rasão trepidavam em tomar parte na luta. O activo almirante Napier, que nada podéra conseguir de positivo durante o curto governo dos duques de Palmella e Terceira, para a defeza real de Lisboa, cidade que por este tempo começava de mais a mais a ser victima da maior intensidade, e exacerbação da *cholera morbus*, já então devastando o Algarve, Setubal, Coimbra e Leiria, não cessava de instar com D. Pedro para prestar toda a sua attenção a similhadte defeza.

O governo, fundado no decreto de 10 de julho do anno anterior, chamára ao alistamento dos batalhões nacionaes todos os individuos de dezoito a cincoenta annos de idade, e com esta medida pôde conseguir em breve 14 corpos d'esta arma, sendo 7 moveis e 7 fixos. Alem d'estes creou tambem o batalhão de empregados publicos, o do arsenal do exercito, do arsenal da marinha, das obras publicas, das obras militares, e do terreiro publico, corpos que, tendo geralmente a natureza dos nacionaes fixos, ou sedentarios, eram todavia importantes para a defeza da capital. O antigo corpo da ordem de Malta, mandou-se pegar em armas, e sendo empregado como corpo movel, prestou a favor da causa constitucional valiosos e importantes serviços durante o resto da guerra civil. Foi então que mais do que nunca se sentiu em Lisboa a falta de officiaes: alguns tinham já che-

gado do Porto, e outros foram nomeados d'entre os que tinham sido presos e perseguidos por D. Miguel; mas d'estes, quebrantadas pelos seus soffrimentos as forças moraes e physicas, bem poucos mostravam a precisa energia em tão apertadas circumstancias. Alem de gente, carecia tambem de armas, fardamentos e cavallos; mas nada d'isto se podia arranjar com a promptidão que convinha dentro e fóra do paiz. N'estes termos novas ordens se deram para arranjar mais gente em Inglaterra e na Belgica, mandaram-se vir mais armas e cavallos, sem que todavia lembrasse ao governo dar no paiz uma gratificação de quatro, ou cinco moedas a cada um dos individuos, que se fosse alistar nos corpos de tropa de linha, expediente que lhe seria mais commodo, que o de mandar vir estrangeiros.

A estas medidas se reduziram todos os primeiros cuidados do governo, para a defeza e conservação de Lisboa. D. Pedro, impressionado pelo seu desembarque na capital, e julgando que os ultimos acontecimentos politicos teriam desalentado o exercito de seu irmão, estava certamente convencido de que a luta não podia progredir, e que os miguelistas, ou se entregariam, ou debandariam sem mais resistencia. As suas convicções a tal respeito cresciam, á proporção dos cortejos que recebia. Só n'uma tarde, foi a de 7 de agosto, se lhe vieram apresentar 1:163 presos politicos, saídos das cadeias, e das torres nos dias 23 e 24 de julho; e tão notavel se lhe tornou o relatorio dos seus padecimentos, que pessoalmente se resolveu a ir examinar os subterraneos, calabouços e enxovias da torre de S. Julião da barra. Estas apresentações continuaram ainda por algum tempo. Para o ultramar mandaram-se embarcações do estado, para conduzirem para o reino os deportados politicos, que para lá tinham sido mandados pelo governo usurpador. O que com effeito acaba de provar a errada crença de que estava possuido D. Pedro, quanto á proximidade da terminação da luta, foi o seu decreto de 15 de agosto, pelo qual não só mandou convocar extraordinariamente as côrtes geraes da nação, mas até commetteu aos eleitos a obrigação de virem munidos dos

poderes necessarios, para decidirem as importantes questões da regencia do reino, e do casamento da rainha.

Alguns antigos empregados do paço, ainda que aferrados á causa da usurpação, foram todavia bem acolhidos por D. Pedro, que não obstante demittiu do mesmo paço todos os officiaes mores e creados da casa, e os das cavallariças reaes, que estavam comprehendidos nas mesmas circumstancias de exclusão, marcadas para os empregados civis das differentes repartições do estado. A guarda real dos archeiros foi por esta occasião reformada, ordenando-se até que n'ella podessem ser admittidos os soldados e officiaes inferiores do exercito, que tivessem tido praça de voluntarios. As cores azul e branca, decretadas como nacionaes pelas côrtes de 1821, e ultimamente pela regencia da Terceira, foram mandadas trajar pelas damas e creadas do paço, ordenando-se que o seu uniforme fosse vestido de seda branca, e banda azul clara com bordaduras, ou galões cosidos em ambas as cousas, expedindo-se ao mesmo tempo aviso á camareira mór, para não considerar como creadas da rainha, qualquer que fosse a sua graduação, todas as que tinham sido chamadas durante a usurpação, ou que seguiram similhante causa. A mesma igreja patriarchal não foi isenta das medidas demissorias, comprehendendo-se n'ellas, não sómente o vigario geral respectivo, mas até os proprios membros da congregação camararia, por haverem tido para a sua eleição o consenso do governo intruso. Consequentemente, a separação politica dos partidistas de similhante governo foi completa e radical, como as circumstancias o pediam, e por esta fórma abrangeu todos os empregados civis e ecclesiasticos, desde os umbraes do paço até á mais somenos repartição do estado.

Um grande acontecimento politico acabou de enthusiasmar D. Pedro e os seus ministros, quando no dia 15 de agosto se apresentou no paço da Ajuda lord William Russell, como ministro plenipotenciario de sua magestade britannica, e como tal encarregado da missão especial de reconhecer o governo legitimo da rainha. Para este fim se achava

elle já em Lisboa quasi desde que D. Pedro desembarcára no Porto em julho do anno anterior. Munido como fôra das respectivas credenciaes, e instrucções eventuaes, para desenvolver o seu caracter de ministro do governo britannico em missão extraordinaria, para o caso em que Lisboa permanecesse sob o dominio da rainha, dera elle o passo que fica dito, a que se seguiu, como consequencia natural, ser recebido pelo governo inglez, como representante de Portugal por parte de D. Pedro, Luiz Antonio de Abreu e Lima, ficando assim restabelecidas officialmente as relações politicas e diplomaticas entre os dois paizes. Pela sua parte o governo francez, apenas teve conhecimento do governo inglez acreditar junto de D. Pedro um ministro seu, acreditou tambem, por carta de 22 de agosto, a mr. Lurds, para entreter provisoriamente as relações politicas com o governo portuguez, na qualidade de encarregado de negocios, recebendo tambem na mesma qualidade, por parte do mesmo D. Pedro, a mr. Daupias, o que só teve logar em 7 de outubro de 1833.

Por effeito da credencial de 20 d'este mesmo mez, foi tambem nomeado o barão de Mortier enviado extraordinario e ministro plenipotenciario, por parte da França junto do governo portuguez em Lisboa, e n'esta qualidade foi elle recebido em audiencia publica por D. Pedro em 8 de março de 1834. A estes dois reconhecimentos se seguiu o de el-rei da Suecia, em 16 de agosto do mesmo anno de 1834, sendo seu representante mr. Kantsu, o que gradualmente foram tambem fazendo os restantes governos. Á vista pois d'isto, D. Pedro julgou com rasão não dever o governo inglez ter já duvida alguma em prestar ostensivamente á causa da rainha os convenientes auxilios, para o acabamento da guerra civil em Portugal, e n'esta conformidade ordenou ao seu ministro em Londres que os reclamasse, fundado nos tratados, que a Inglaterra tinha com Portugal, pois que não só D. Miguel, tendo perdido a sua causa, se achava como rebelde errante no reino, mas até o proprio governo hespanhol lhe estava prestando auxilio, tendo até junto d'elle um

ministro acreditado, consentindo alem d'isto que os seus generaes, officiaes e soldados servissem nas tropas do usurpador. Não obstante as reclamações mandadas fazer por D. Pedro ao governo inglez, quanto aos auxilios que lhe mandára pedir, nenhuma resposta favoravel pôde d'elle obter, nada mais fazendo, que enviar mr. Villers para Madrid, com instrucções para insistir com o governo hespanhol sobre a necessidade de pôr termo á guerra civil em Portugal, solicitando d'elle, por assim dizer, a sua intervenção directa a favor da causa da rainha.

Entretanto as consequencias que dimanavam da famosa victoria do Cabo de S. Vicente, e da entrada do duque da Terceira em Lisboa, iam a pouco e pouco produzindo os seus devidos effeitos. Foi de certo por causa d'ella que no dia 6 de agosto se apresentaram por uma só vez a D. Pedro 554 individuos, entre officiaes, officiaes inferiores e soldados de differentes armas, que abandonaram as bandeiras de D. Miguel. No dia 11 d'aquelle mez espalharam-se em Lisboa as noticias de que o marechal Bourmont marchava sobre a capital, deixando ficar no Porto um exercito de 10:000 homens, para ali observar os constitucionaes, e para cobrir e defender Braga, no caso de necessidade. Estas noticias enfureceram novamente a população de Lisboa, que arbitrariamente se deitou a prender, e a perseguir quantos individuos lhe caíam nas mãos com a mancha de miguelistas. Estes excessos deram logar a que o governo mandasse formar culpa aos perpetradores, e creasse igualmente uma auctoridade militar, para que, com o titulo de chefe superior da policia, auxiliasse com força armada as auctoridades, encarregadas da conservação da tranquillidade publica. Aos ministros criminaes recommendou finalmente, que por todos os modos ao seu alcance fizessem cessar as prisões arbitrarias, que se praticavam, fazendo de uma vez para sempre acabar com tão criminosos excessos.

No dia 12 começou então D. Pedro com a sua extraordinaria actividade o levantamento das linhas de Lisboa. Elle mesmo foi dar principio á obra, havendo dias em que ama-

nheceu entre as fachinas e os respectivos trabalhadores, recolhendo-se ao paço pelo sol posto. Alguns batalhões nacionaes tornaram-se por esta occasião distinctos na construcção da sua respectiva linha de defeza, e por maneira tal o fizeram o primeiro batalhão movel, e o primeiro fixo, que n'um só dia deixaram concluidas em grosso as suas fortificações do Arco do Cego, onde se collocaram logo tres peças em bateria. Foi por este modo que se circumvallou Lisboa com reductos e linhas, que começando em Alcantara, se prolongavam pelo terreno forte e facil de fortificar, que apresentam os altos, que constituem as ribanceiras, que a prumo caem sobre a margem esquerda da mesma ribeira de Alcantara, desde a sua respectiva ponte, junto do Tejo, até ao arco do Carvalhão. D'ali seguiam, cortando este mesmo arco, a ganhar as alturas, que vão para a entrada dos arcos das Aguas Livres, desciam depois procurando a estráda de Campolide para Sete Rios, que atravessavam em direitura á parte externa da quinta dos marquezes de Louriçal, em Palhavã, para a parte de oeste, e interna dos viscondes da Bahia, até irem desembocar junto das portas de S. Sebastião da Pedreira.

D'este local seguiam por diante da travessa das Picoas, cortando as terras, que então havia em frente do chafariz da Cruz do Taboado, e buscando depois o Arco do Cego, desciam para as hortas, que ficam por detrás do convento das freiras de Arroios. D'aqui subiam pela quinta do Alperce ao Alto do Pina, e ganhando assim as alturas em frente da Penha de França, cujo alto ficava já dentro das respectivas fortificações, iam pelo Alto de S. João ao do Varejão, descendo para a Madre de Deus, até firmarem o seu extremo flanco direito sobre a margem direita do Tejo. Pelos differentes cumes e alturas, que dentro d'este espaço se encontravam perto das linhas, se levantaram os já citados reductos, e construiram baterias, á similhança do que tambem no anno anterior se tinha feito no Porto.

A fragata *Rainha de Portugal*, fundeada no Beato Antonio, flanqueava a direita das linhas; um brigue achava-se

estacionado mais acima, mandando-se até postar em Villa Franca o brigue-escuna *Liberal*. A nau *D. João VI* flanqueava a esquerda das fortificações, fundeada abaixo das Necessidades, enfiando a rua larga da Junqueira. A nau *Rainha* postou-se em Belem; a fragata *D. Pedro* mais abaixo, para sustentarem ambas a respectiva torre, ponto importante, que, por dominar o rio, necessario foi incluil-o dentro das linhas de defeza. A fragata *D. Maria II* tinha sido mandada para Sines; a corveta *Izabel Maria* para Setubal, e o resto da esquadra vigiava ao longo da costa, para evitar a introducção de petrechos e munições de guerra, e fazer quanto possivel effectivo o bloqueio dos differentes portos, sujeitos ainda ao governo de D. Miguel.

A organisação dos batalhões nacionaes progredia tambem o mais activamente possivel; e como muitos individuos procurassem subtrahir-se ao seu respectivo alistamento, saindo para fóra do reino, prohibiu-se em tal caso a concessão de passaportes aos que não apresentassem uma justificação, em que provassem achar-se devidamente isentos de um tal alistamento. Todavia a necessidade de recrutar para tropa de linha era extrema; e a falta que havia de gente para este mister, levou D. Pedro a passar uma revista a cada um dos corpos nacionaes, e a convidar a que pegassem em armas na tropa de linha os que estavam em circumstancias de assim o dever fazer. Por este meio conseguiu o regente um copioso e proficuo alistamento para o seu exercito, formando-se então por este tempo um deposito geral militar, para todas as praças avulsas, e officiaes de qualquer graduação, que não fossem officiaes generaes.

Por outro lado o exercito achava-se quasi desprovido de cavallaria, arma de que os nossos infantes têem geralmente grande receio, quando em acto de campanha se não vêem pela sua parte apoiados em tanta, quanta julgam necessario, para se poderem vantajosamente oppor ao inimigo. Remediar pois este grande mal physico e moral era da maior urgencia, e foi para este fim que nos quarteis de Alcantara se mandou estabelecer uma commissão de remonta, encar-

regada de comprar e approvar cavallos e bestas muares para o serviço do exercito. Os trabalhos d'esta commissão pouco deram de si pelos meios ordinarios, de que resultou mandar o governo apprehender pelo Ribatejo os cavallos de marca, que por lá se encontrassem, o que tambem se fez depois extensivo a Lisboa. O resultado d'estas medidas foi que, sendo a cavallaria do exercito libertador de 426 cavallos de fileira no mez de julho, em agosto seguinte era já de 782. A força total de primeira linha, que em julho era de 13:353 individuos, no mez de agosto era já de 17:842, subindo n'este mez a força total do exercito a 36:429 individuos de todas as armas, tendo sido no mez anterior de 19:492.

Os objectos de fazenda, ou os meios de custear regularmente tão crescido exercito eram tambem obra de grande cuidado para D. Pedro e os seus ministros. As 190:000 libras em que ficára alcançada a commissão dos aprestos em Londres, e que pesavam sobre a casa de Carbonell, deram causa a crearem-se n'aquella mesma cidade *acções do thesouro de Portugal*, até á quantia de 200:000 libras, com o juro de 5 por cento, e pagaveis a seis, nove, e doze mezes, depois de restaurado em Lisboa o legitimo governo da rainha. Por esta fórma, e pelos successos que ultimamente se tinham passado n'este reino, não houve duvida em levar os credores do mesmo Carbonell a aceitarem as referidas acções em pagamento dos seus creditos, e a restabelecer-se em Londres o credito da respectiva casa, que por falta de meios se houvera transferido para París, como anteriormente já vimos. As despezas da gloriosa empreza da expedição do Algarve tinham avultado a um grosso cabedal, e a muito mais do que os calculos para ella feitos, de que resultou ter o governo de contratar com um negociante da praça do Porto, para a sua promptificação, um emprestimo de 40:000$000 réis, ao preço de 50 por cento, e ao juro de 5, pelo qual se passaram apolices, admissiveis em metade dos pagamentos nas estações publicas.

O Porto tinha pois dado tudo quanto era possivel, para

occorrer ás despezas da guerra, e n'estes termos as vistas do ministro da fazenda voltaram-se para Lisboa, onde então se mandou abrir um emprestimo patriotico de 800:000$000 réis, que as subscripções particulares não poderam todavia preencher, apesar da clausula de serem as respectivas apolices recebidas como dinheiro em qualquer das repartições, ou casas de arrecadação publica, vendo-se por conseguinte o governo obrigado a negociar com o antigo banco de Lisboa a quantia de 283:500$000 réis, para preencher o total de similhante emprestimo. Entretanto o ministro da fazenda tinha consideravelmente aggravado as despezas publicas, mandando pagar por inteiro desde o mez de agosto em diante os soldos aos militares, e os ordenados aos empregados civis, dando-se-lhes metade em dinheiro, e metade em cedulas, que dentro em pouco chegaram quasi ao par, logo que se mandaram admittir em metade dos direitos da alfandega.

A inesperada victoria do Cabo de S. Vicente, e a brilhante marcha da expedição do Algarve, desde esta provincia até á sua definitiva entrada em Lisboa, tinham produzido nos habitantes do Porto bem fundadas esperanças de que os seus soffrimentos deviam acabar em breve. Entretanto o cerco posto á cidade continuava como d'antes em volta d'ella, e o exercito miguelista permanecia firme, e teimosamente fiel á causa da usurpação, que abraçára. Era pois necessario saír da especie de lethargia, ou torpor de resolução, em que os sitiadores ficaram depois d'aquelles extraordinarios acontecimentos, que para não serem patentes aos soldados em toda a sua extensão, tiveram os seus chefes de os illudir, primeiro com as noticias da supposta victoria maritima por D. Miguel ideada, e depois com as da derrota da divisão expedicionaria do duque da Terceira, quando elle já victorioso havia entrado em Lisboa. O tempo trouxe finalmente o cruel desengano, para todo aquelle exercito, que debalde estendia pela beiramar os seus avidos olhos para ver se descobria no extremo horisonte do mar a bandeira triumphante da sua esquadra, que lhe davam como victoriosa. No

meio de tudo isto notava-se que o correio de Lisboa já lhe não trazia as costumadas novas da capital, e a convicção da sua má fortuna penetrava já no intimo do coração de muitos dos seus mais fieis e leaes soldados, começando a promover n'elles frequentes e consideraveis deserções na propria tropa de linha, manifestando-se em maior escala nas milicias.

Foi então que D. Miguel teve de exhortar os povos e os seus mais firmes e leaes defensores com a sua proclamação, datada de Leça do Ballio aos 20 de julho[1]. Na vespera tinha desembarcado em Villa do Conde um outro reforço de officiaes francezes, chegados ali a bordo do vapor *Lord das Ilhas,* que para esse mesmo fim se tinha fretado em Londres. Entre os recemchegados contava-se o capitão Eliot, da marinha de guerra ingleza, vindo a Portugal, para saber ao certo dos progressos da expedição do Algarve, e certificar-se da má noticia que já tivera em Falmouth, da perda da esquadra miguelista, para que estava destinado commandante. No numero dos officiaes desembarcados contavam-se igualmente os generaes d'Almer, e Grival, e os coroneis Breviel, e Luiz de Bourmont. O primeiro d'estes generaes foi immediatamente mandado para Coimbra, para reunir e ordenar as tropas, vindas da guarnição de Lisboa, e as do general Molellos, sendo igualmente acompanhado pelo coronel Luiz de Bourmont, destinado a commandar a guarda real da policia. Grival, como official de artilheria, foi encarregado de inspeccionar os petrechos e munições dos fortes e praças de guerra, e o coronel Debreuil passou a chefe d'estado maior.

Na difficil e melindrosa situação do marechal Bourmont, era-lhe necessario saír quanto antes da sua perigosa apathia, de que parece ter sido despertado pelas quotidianas deserções, que tão consideravelmente lhe iam desfalcando o exercito. Bourmont, ou devia atacar immediatamente o Porto, decidido a tomal-o a todo o risco, ou marchar quanto antes

[1] Esta proclamação póde ver-se no fim do volume.

sobre a capital, e portanto no mesmo dia em que recebeu a noticia da sua quéda, movimento a que o convidava, não só a pequena força regular, que D. Pedro ainda n'ella tinha á sua disposição, como as insignificantes defezas e obras de fortificação, que por aquelle tempo havia já levantado, e finalmente o grande inconveniente de poder percorrer tão depressa quanto lhe convinha a consideravel distancia de cincoenta leguas, que da mesma capital o separava. Em vez d'isto, o marechal consumiu em volta do Porto os primeiros dias de agosto, já cansando as tropas com marchas e contramarchas, para evitar deserções, e já debatendo em incertos e vacillantes conselhos militares operações, que deviam rapidamente executar-se, antes que a opinião moral dos seus soldados decaísse inteiramente. No dia 2 de agosto fez elle retirar a artilheria dos fortes do monte do Crasto, da Ervilha e de Serralves. No dia seguinte reuniu um conselho de generaes; e foi só no dia 6 que pausada e lentamente se começou a retirar, como de má vontade, sobre Coimbra, indo passar o Douro na ponte de barcas, construida em Gramil.

No dia 9 é que se conheceram manifestamente no Porto os primeiros effeitos do levantamento do cerco, e do successivo abandono do terreno, comprehendido entre Lordello e Mathosinhos. Este facto, de que não sabemos ter-se publicado parte alguma official, foi relatado no n.° 20 da *Chronica Constitucional de Lisboa* pelo seguinte modo: «No dia 9 do corrente mez de agosto, pelas duas horas e tres quartos da manhã, o inimigo retirou no maior silencio as sentinellas avançadas, e os seus piquetes, postados desde a sua extrema direita, ao norte do Douro, até ao Carvalhido, e logo depois abandonou com o mais rapido movimento os reductos do Crasto, Ervilha, Serralves, e outro que occultamente já haviam construido em frente do Wanzeller, por trás dos pinhaes, em proximidade da casa do consul da Austria. O general conde de Saldanha ordenou immediatamente aos nossos postos avançados, e seus supportes, que occupassem aquellas posições, pelo inimigo desamparadas, de que re-

sultou começar a entrar na cidade por aquelle lado grande copia de gados e provisões. Já anteriormente o inimigo só conservava algumas peças de campanha nos mencionado reductos, o qual, juntamente com a força, que os guarnecia, continuou a sua retirada, fazendo alto no reducto denominado *real,* ou *de D. Miguel,* áquem da estrada de Braga, na qual se conservaram alguns fortes piquetes, ficando assim aberta a nossa communicação até Leça, ponto álem do qual o general Saldanha não quiz fazer avançar os nossos exploradores».

O general Clouet, destinado a ficar em frente do Porto, estabeleceu no dia 11 o seu quartel general em Rio Tinto, que se podia reputar como extrema direita da sua linha provisoria, cuja esquerda era nos Carvalhos, e o centro em Avintes. A força de que dispunha ao norte do Douro podia ainda reputar-se de 6:000 a 7:000 homens de todas as armas, primeira linha, milicias e voluntarios realistas, suppondo-se que em Villa Nova não podia ter mais de 2:500 a 3:000 homens; e nas suas fortificações, que ainda conservava até ao Cabedello, pequenas guarnições havia, que as podessem regularmente defender. Finalmente uma revista, passada por D. Miguel ás tropas, que deixava em frente do Porto, acabou de certificar o publico da sua definitiva marcha sobre Coimbra, indo no dia 9 ficar effectivamente a Oliveira de Azemeis, e no dia 10 áquella mesma cidade. Deploravel e triste era seguramente o quadro, que por então apresentavam os soldados realistas na sua triste marcha retrograda do Porto para Coimbra! Os restos do seu antigo e debotado uniforme, um calçado, que já não resguardava os soldados do mau piso dos caminhos, uma physionomia queimada pelos ardores do sol, e amargurada pelas privações e fadigas de um enfadonho e prolixo cerco, é o que bem visivel se notava em quasi todas aquellas praças, em tão desanimadora marcha.

A cavallaria, ainda que mais apurada no seu asseio e garbo militar, resentia-se tambem muito do desarranjo dos seus uniformes, e dos arreios dos seus respectivos cavallos.

Uma boa parte d'esta arma comprehendia ainda os soldados veteranos da guerra peninsular, sendo commandados por bravos e distinctos officiaes. Uma numerosa artilheria, mediocremente equipada, e misturada com um sem numero de mulheres, de creanças, cavallos e bestas de carga, que seguiam o exercito, e lhe embaraçavam a marcha, punha remate áquella parte do exercito, destinada a ir retomar Lisboa. O terrivel flagello da *cholera morbus*, que de vez em quando arrebatava algumas dezenas de soldados, que matava dentro em poucas horas, era um dos mais graves e funestos companheiros da triste marcha, que ia fazendo este desgraçado exercito.

D. Miguel, trajando uma simples sobrecasaca azul, com abotoadura direita, sem mais distincção que uma banda á cinta, botas altas de montar, chapéu armado, atravessado sobre a cabeça á napoleoa, era na sua passagem pelas differentes terras recebido entre os grupos da gente mais ordinaria, que o esperava, e o saudava com incessantes e repetidos vivas, prostrando-se-lhe até algumas vezes de joelhos, acatando assim a sua real pessoa. Reduzido a este estado, o infante ostentava ainda assim o seu luxo, e ardente paixão por cavallos, de que tinha grande copia; mas a sua bagagem era muito limitada, e conduzida apenas por uma simples mula da casa real, coberta com um panno escarlate, com as armas reaes bordadas.

Até ás duas horas e meia do dia 12 o inimigo conservou-se com a sua extrema direita no citado *forte de D. Miguel*, ou *reducto real*, tendo a sua extrema esquerda nos Carvalhos, na margem sul do Douro. Durante estes dias os rebeldes mostraram sempre disposições de marchar para o sul, e na direcção de Coimbra. Saldanha tratava já pela sua parte de estabelecer no dia 10 a ponte de barcas sobre o Douro, o que fez com que o inimigo désse mostras de querer continuar ainda de observação ao Porto. No dia 11 o respectivo consul francez passára ao acampamento inimigo, com o fim de declarar a D. Miguel, como então correu, que a França exigia que Bourmont, e os officiaes francezes, fossem despedidos do seu exercito, dando-lhe trinta e seis ho-

ras para o cumprimento d'esta formal intimação, da qual nada resultou.

Tambem correu que o consul inglez officiára ao general Clouet, dizendo-lhe que, visto o abandono que fizera das suas posições na extrema direita da sua antiga linha ao norte do Douro, de que resultava ter o exercito constitucional franca communicação por aquelle lado com o interior do paiz, e receber por ali sem impedimento algum o municiamento de materiaes de guerra, e todos os generos de consumo, tinha por este facto caducado o bloqueio, e portanto não podia embaraçar-se a entrada no Douro aos navios inglezes, uma vez que a seu bordo não conduzissem materiaes de guerra. O certo é que o abandono da extrema direita da linha sitiante ao norte do Douro causou aos habitantes do Porto a maior alegria, ao passo que os soldados inimigos abertamente clamavam, que similhante abandono fôra traição, e que de necessidade se deviam rehaver as suas antigas posições, o que já lhes seria um pouco difficil, pois que Saldanha havia já pela sua parte mandado abrir canhoneiras nos reductos do Crasto, da Ervilha e de Serralves, encorporando-os já na sua linha, e dispondo-os a bater o inimigo, quando de novo os pretendesse occupar.

Um caso da mais negra recordação, e atroz perversidade, pintando bem o maligno coração de quem o ordenou, succedeu por estes dias no Porto. A falta de meios pecuniarios para custear as enormes despezas do exercito realista, reunida com as suggestões dos conselheiros do infante D. Miguel, levados dos desejos de alcançarem taes meios, occasionára-lhes a lembrança de negociarem com o seu agente, o barão de Haber, o precioso deposito dos vinhos da companhia do Alto Douro, recolhidos nos armazens de Villa Nova de Gaia. Para este fim deu-se como organisada no Porto uma companhia, destinada a entrar em ajustes, e a offerecer dinheiro sobre aquelles vinhos, circumstancia que se por um lado apresentava alguma lisonjeira perspectiva, por outro foi de perniciosa influencia nas operações do exercito realista, que por esta causa demorou consideravelmente a sua

marcha sobre Lisboa, dando assim a D. Pedro o tempo necessario, para na capital poder levantar as suas linhas, guarnecer e artilhar do melhor modo possivel os seus reductos. D. Miguel, dando de mão a todas as idéas de interesse nacional, e sacrificando á phantastica segurança da sua causa a propriedade de tantas familias, que n'aquelles vinhos tinham a sua unica fortuna, e aguilhoado igualmente pelas rogativas de alguns estrangeiros, que por toda a fórma queriam recuperar o dinheiro, que a titulo de emprestimo lhe haviam anteriormente promptificado, particularmente o sobredito barão de Haber, entendeu, ou destruir os armazens de Villa Nova, ou negociar sobre elles o dinheiro de que carecia para a prolongação da guerra.

Com estas vistas veiu pois o proprio duque de Lafões a Villa Nova, onde entregou ao referido barão, agente do citado emprestimo miguelista contrahido em França, e a um official do estado maior de Bourmont, plenos poderes para convidarem o general Saldanha a uma conferencia, que em 8 de agosto teve effectivamente logar a bordo da corveta ingleza *Orestes*. Saldanha foi então informado das ordens dadas por D. Miguel ao duque de Lafões, ou para a destruição dos vinhos, ou para a sua negociação, pedindo-se-lhe que pela sua parte annuisse á sua saida pela foz do Douro, na certeza de que no banco de Inglaterra se havia de depositar o producto da compra até á final decisão da guerra. A intolerancia, ou antes má fé dos dois citados agentes, não lhes permittiu entrar nos respectivos ajustes com a junta da companhia dos vinhos, que D. Pedro nomeára no Porto, como lhes propunha Saldanha, que á vista d'esta formal recusa, não quiz tomar sobre si a responsabilidade de tão grave materia, cuja decisão prometteu todavia dar por escripto dentro em poucas horas.

Reunidos em casa do mesmo Saldanha os membros da citada junta, com audiencia do procurador geral da corôa, e de varias outras pessoas, unanimemente se decidiu que, sendo a citada compra feita sem fiscalisação, nem interferencia da junta legalmente nomeada no Porto, e só contra-

tada com pessoas, que se achavam no campo inimigo, e não se dando alem d'isto fiança, nem garantia de que similhante compra fosse feita na boa fé, nem de que o seu producto fosse religiosamente depositado no banco de Inglaterra, como se promettia, não podia aceitar-se a proposta apresentada a tal respeito, e d'esta resolução se lavrou acta, em que todos os signatarios protestaram ao mesmo tempo pelas perdas e damnos, que resultassem da projectada destruição, contra todas as pessoas que aconselhassem, ordenassem, auxiliassem, ou participassem de uma acção tão injusta, quanto barbara e destruidora de um rico deposito, que não pertencia a partido algum, mas individualmente aos accionistas da companhia dos vinhos, aos seus crédores, e a grande numero de outras pessoas, que ali tinham mettido os seus fundos [1]. O duque de Lafões foi de aviso de que pela sua pessoa e bens ficaria responsavel pela premeditada violação do direito de propriedade, e até os consules inglez e francez protestaram por tão inaudito attentado, protestos a que o general Lemos respondeu, mostrando a sua viva repugnancia em atacar assim a propriedade, e interesses de tantas familias innocentes; mas que emfim elle forçosamente havia de executar as ordens, que tinha a tal respeito, uma vez que se lhe não garantisse a saída dos vinhos para Inglaterra.

No dia 9 de agosto algumas conferencias se renovaram ainda sobre o mesmo assumpto, havendo até novas propostas, mas o resultado de tudo foi sempre nullo, colligindo-se que os agentes miguelistas nada mais queriam do que apossar-se dos vinhos, para d'elles disporem como lhes aprouvesse, sem a mais pequena ingerencia dos interessados. Entretanto foram passando os dias sem occorrencia notavel, mas tendo sido chamado a Coimbra o general Clouet, e sendo substituido no commando do exercito em volta do Porto pelo general conde de Almer, foi a este que se commetteu

[1] Os documentos d'este tão barbaro e cruel successo podem ver-se no fim do volume.

o desempenho da destruição dos vinhos, para cujo fim se minaram os armazens, e se lançou fogo aos rastilhos, que se incendiaram no dia 16 de agosto, sendo por este modo queimadas e destruidas 17:374 pipas de vinho finissimo, e 533 pipas de aguardente fina. Estes dois liquidos, inflammados como foram, corriam pelo rio Douro, mettendo horror um tal espectaculo [1]. A terrivel scena, que por effeito de tão barbara ordem presenciaram os moradores do Porto, não só prova bem as funestas prendas, e ruins qualidades moraes do infante D. Miguel, mostrando por este seu pro-

[1] Um amigo nosso nos forneceu a seguinte nota sobre a materia de que acima se trata, dizendo que a importancia dos vinhos, aguardentes, vinagres, cascos, e mais objectos, pertencentes aos particulares, e á companhia geral da agricultura das vinhas do alto Douro, destruidos em Villa Nova pelo incendio ordenado por D. Miguel, é a seguinte:

	De particulares:	
585	Pipas de vinho e aguardente, pertencentes ao negociante Francisco Alves de Oliveira Araujo; valor do liquido, cascos, madeiras, etc.......	80:972$000
70	Pipas, 5 almudes, e 3 canadas de vinho de 1820 a 1821, pertencentes ao negociante Antonio Thomás de Carvalho......................	11:580$024
	Da companhia:	
533	Pipas, e 7 canadas de aguardente, prova de escada, encascadas, a 168$000 réis cada uma...	89:548$666
38	Pipas, e 16 almudes de vinagre encascado, a 50$000 réis cada uma....................	1:938$095
9:388	Pipas, 11 almudes, e 8 canadas de vinho de embarque, sem novidade por ser muito velho, superior, e encascado, a 200$000 réis cada uma..................................	1.877:711$111
7:218	Pipas, 15 almudes, e 2 canadas de vinho do ramo, a 58:000 réis cada uma................	418:685$888
2:966	Cascos de pipa c. h., a 8$000 réis cada uma....	23:728$000
192	Cascos de meia pipa, a 4$000 réis cada um....	768$000
82	Cascos de quarto, a 2$000 réis cada um.......	164$000
72	Cascos de barril, a 1$200 cada um...........	86$400
Aduelas e utensilios	....	8:449$357
	Total da perda.......	2.513:631$541

cedimento não ficar atrás dos mais famigerados tyrannos, mas até mesmo qual seria a sorte d'aquella bella cidade, se elle e o seu exercito podessem triumphantes ter entrado n'ella.

A causa miguelista, depois da perda da esquadra, e da entrada dos constitucionaes em Lisboa, já não tinha por si esperança alguma de triumpho, e portanto annuir Saldanha á proposta, que se lhe fez, nada mais era que dar a D. Miguel uma valiosa hypotheca, para contrahir novos emprestimos em Paris, e portanto dar-lhe promptos e efficazes meios de prolongar a guerra no desgraçado estado em que as suas cousas por então se achavam, ao passo que para os constitucionaes não eram já taes vinhos um recurso indispensavel para o seu pleno triumpho, como anteriormente fôra, o que a marcha dos acontecimentos manifestamente mostrou, pois senhores de Lisboa e Porto, equivalia a terem já por si os principaes recursos do paiz, d'onde resultava que a destruição, ordenada por D. Miguel, sem lhe trazer vantagem, nem inhabilitar seu irmão de conseguir d'elle a victoria, nada mais era do que um acto filho do seu perverso coração, não tendo por si rasão alguma que o justificasse. E com effeito, ainda hoje causa horror ver assim destruida, por ordem de um tal tyranno, a fortuna de tantas familias portuguezas, muitas d'ellas innocentes nas contendas civis, e outras muitas até bastante distinctas, pela extrema fidelidade com que tinham abraçado, e servido a causa da usurpação. Entre os rolos de fogo e de fumo, se presenciou pois a destruição completa de uma immensa riqueza de vinhos, que vieram tingir de vermelho as aguas do Douro.

Todo o povo do Porto, e mesmo os sectarios de D. Miguel, olharam para um tão atroz e vandalico espectaculo, abafados de indignação e horror. Foi então que o capitão Glascock, commandante das forças britannicas dentro do Douro, receioso pela segurança da propriedade dos subditos inglezes, não hesitou em mandar desembarcar alguma gente das suas guarnições, para impedir o progresso das chammas devastadoras. Enraivecido o conde de Almer com a vista de al-

guns soldados armados da marinha britannica, que atrevidamente lutavam com o fogo, que buscavam apagar, não duvidou perguntar ao mesmo capitão Glascock, com que direito pisavam os soldados inglezes o territorio portuguez; mas esta pergunta não embaraçou, que o referido capitão continuasse resoluto no seu proposito de atalhar os estragos de que os armazens inglezes se achavam ameaçados, acrescentando-se até, que por esta occasião salvára promiscuamente para a companhia cinco mil pipas, ameaçadas de uma proxima destruição.

No dia 17 de agosto renovou o barão de Haber para com Saldanha as suas propostas da negociação dos vinhos, que ainda restavam, mas com as mesmas clausulas com que as tinha feito da primeira vez; todavia os membros da junta da companhia, reunidos novamente por Saldanha, corajosamente responderam, que antes queriam ver estragadas na mão do inimigo as suas, e as fortunas de tantas familias, do que irem-lhe servir de auxilio, ou dar-lhe meios para continuar com tão barbara e fratricida luta. Entretanto, ou as novas ameaças não fossem sinceras da parte dos miguelistas, ou lhes faltasse tempo para as executar, ou fosse finalmente que os successo do seguinte dia os embaraçasse d'isso, certo é que este novo incendio dos vinhos se não repetiu, ficando a salvo os que tinham escapado da primeira destruição.

O abandono da extrema direita da linha sitiadora do Porto não só poz a cidade em livre communicação até Leça, mas fez até ver a solidez, e bom acabamento das fortificações miguelistas, a largura e profundidade dos seus fossos, a abundancia e apinhado das suas estacadas e paliçadas, em tudo superiores ás dos constitucionaes. Qualquer dos reductos abandonados era com effeito uma verdadeira fortaleza; mas o do monte do Crasto, que podia considerar-se como uma perfeita praça de armas, tendo todas as condições precisas para este mister, excedia a todos os mais no seu bom acabamento, sendo no seu genero uma bella peça de fortificação. N'estes reductos, Saldanha não fez mais do que mudar

as estacadas para a parte opposta em que até ali estavam. O forte do Queijo, que pela sua muita distancia não podia ficar comprehendido dentro do seu novo plano de fortificação, teve os seus parapeitos demolidos. O monte do Crasto foi guarnecido pelos irlandezes, e o de Serralves pela guarnição de Lordello. Os realistas, limitados agora na sua extrema direita ao reducto, que chamavam *real*, tinham abandonado toda a mais linha, que d'ali ia até ao mar; mas apesar da sua concentração, a sua attitude era de uma completa desorganisação, pelo avultado numero dos seus desertores, havendo todos os indicios de que a sua estada no Porto, e em Villa Nova de Gaia, não podia ser de muita duração.

Entretanto a barra do Douro achava-se ainda fechada pelas suas baterias do Cabedello, e pelas mais da margem esquerda do rio. Para a desembaraçar definitivamente, exigiu novamente o consul inglez do general miguelista, que os navios mercantes inglezes podessem affoutamente entrar pelo Douro acima, por se não poder julgar já effectivo o bloqueio parcial da cidade, abastecida já de mantimentos, que lhe entravam desde Lordello até ao mar, e podendo receber tambem sem obstaculo junto da costa todos os materiaes de guerra de que precisasse. Apesar d'isto, esse mesmo bloqueio continuava ainda, e as tropas miguelistas permaneciam no seu systema de incommodar quanto possivel os moradores do Porto. N'este aperto Saldanha resolveu-se a passar da guerra defensiva á offensiva, procurando assignalar-se por algum feito de armas, por isso que as suas novas linhas, desde Serralves até ao monte do Crasto, se achavam em soffrivel estado de defeza.

As obras exteriores da cidade foram todas ellas guarnecidas no dia 17 de agosto; em Lordello collocou-se uma força para observar a margem esquerda do rio. O terreno comprehendido entre a aldeia dos Francos e a quinta da Perlada foi igualmente guarnecido, bem como as fortificações da quinta do Wanzeller. Entre esta mesma quinta, e o Carvalhido, postou-se pela meia noite toda a cavallaria constitucional e uma brigada de artilheria, emquanto que a

infanteria se dividiu em duas columnas, marchando toda esta força pela uma hora da noite sobre o Padrão da Legua. Pela manhã foram as linhas guarnecidas pelos tres batalhões provisorios da cidade, despertados, segundo o costume em taes casos, ao toque de rebate dos sinos da torre dos Clerigos.

Meia hora antes de amanhecer o dia 18, estava o mesmo Saldanha á frente da columna da direita, sobre S. Mamede da Infesta, na estrada de Braga, emquanto que a esquerda, saindo pelo Carvalhido, devia dirigir-se igualmente ao mesmo ponto. As forças realistas soffreram uma consideravel derrota em S. Mamede da Infesta, porque os lanceiros carregaram por esta parte com tal impeto, que não houve obstaculo que não vencessem. Diante do *reducto real*, e de Cantomil, é que a resistencia se antolhava mais pertinaz; mas uma terceira columna, que saiu mais pela direita da estrada de Braga, batendo de flanco os realistas, emquanto Saldanha os batia de frente, decidiu a tomada d'aquelle reducto, quasi sem se disparar um tiro, tendo o inimigo de fugir, perseguido novamente pelos lanceiros e cavallaria n.º 10, que n'elle fizeram um bem sentido e consideravel destroço com uma brilhante carga.

A tropa realista foi então coroar as alturas de Vallongo: e o *reducto de D. Miguel*, que tinha ficado com guarnição inimiga, teve de se render dentro em breve, sem fazer maior resistencia. O general miguelista, conde de Almer, tinha pela sua parte a seu cargo a conservação de Villa Nova de Gaia; mas vendo em fugida sobre Vallongo a força, que guarnecia as linhas ao norte do Porto, commandada pelo general Pantaleão, bem lhe desejava valer, mas não o pôde realisar, não só porque o seu antecessor, o general Clouet, havia destruido a ponte de barcas, que se achava em Gramil, mas tambem porque uma força constitucional se tinha ido postar na cabeça d'aquella ponte, e o embaraçou d'ali passar o Douro, o que só na noite de 18 para 19 pôde effeituar em Arnellas.

Forte como era a posição das alturas de Vallongo, que o

inimigo tinha ido occupar na sua debandada, Saldanha não hesitou em se deitar a ella. Deixada em frente de Avintes a força conveniente, para obstar n'aquelle sitio á passagem, que a tropa realista da margem esquerda do Douro quizesse tentar para a outra margem, ao coronel Pacheco se confiou atacar aquella posição de frente, logo que a visse acommettida pelo flanco direito d'ella. Contra este flanco marchou Saldanha com todas as tropas de que ainda dispunha[1], e chegando á altura, conhecida pelo nome de Mulher Morta, ali dividiu aquellas mesmas tropas em tres columnas, e emquanto com ellas avançava sobre o citado flanco direito da posição inimiga, o coronel Pacheco a atacou de frente, como lhe fôra ordenado. Bello devia ter sido este espectaculo para os habitantes do Porto, que anciosos o desfructavam dos intrincheiramentos que guarneciam, e que por tantas vezes tinham defendido, e visto defender.

A resistencia, que tão porfiada se julgou, tornou-se nulla, porque tamanha era a ordem e a rapidez com que os constitucionaes atacavam, quanta a precipitação e desordem com que debandavam os realistas, perseguidos por mais esta vez pelos lanceiros até ás alturas de Ponte Ferreira. Só em Penafiel é que o inimigo fez alto, e para mais longe se dispunha a partir o general Pantaleão, quando no seguinte dia foi soccorrido pelo conde de Almer, que ao mesmo tempo lhe retirou o commando, para o dar a quem com mais fortuna e acerto o podesse desempenhar. A noticia d'esta derrota, conhecida entre os miguelistas pelo nome de *acção de Avintes*, chegando a Coimbra, consternou sobremaneira o seu exercito, tendo por esta causa o marechal

[1] A força que por este tempo existia ainda no Porto, consistia em toda a artilheria, cavallaria n.º 10 e lanceiros, infanteria n.ºs 9, 10, 15 e 18, caçadores 5 e 12, o primeiro e o segundo regimento de infanteria ligeira da rainha (francezes), dois regimentos de escocezes, o corpo inglez do coronel Dudegeon, quatro companhias do regimento da marinha (tambem inglezes), quatro batalhões nacionaes moveis, incluindo o do Minho, dois fixos, e tres batalhões provisorios, que só guarneciam as linhas em occasião de ataque.

Bourmont de destacar de lá em reforço do exercito, que deixára em frente do Porto, a brigada commandada pelo brigadeiro Osorio. Uma peça de calibre 6 foi por esta occasião apprehendida pelos constitucionaes, ficando alem d'ella em seu poder um tenente coronel, 1 major com mais 6 officiaes, e 238 praças de pret; tres armazens de polvora, balas, granadas, muitos viveres, muitos utensilios, um grande numero de apresentados, e o completo abandono das linhas do inimigo, foram os immediatos resultados da brilhante victoria do dia 18 de agosto [1].

A derrota do inimigo seria ainda mais completa, se a columna que saiu do Porto pelo Carvalhido, ás ordens do brigadeiro José Lucio Travassos Valdez, mais tarde conde do Bomfim, tivesse sido bem dirigida, e houvesse chegado a tempo ao logar, que se lhe havia marcado. Todavia, por um extraordinario acaso, de bem poucos exemplos nos annaes da guerra, aquelle general, e o seu ajudante de ordens, perderam-se da columna que commandavam, tendo por esta rasão o conde de Saldanha de esperar por aquella força tres successivas horas [2]! Bem desejava Saldanha passar em acto continuo á margem do sul do Douro, e fazer ali ás tropas realistas de Villa Nova de Gaia o mesmo, que acabava de fazer ás do norte; mas não se podendo ultimar sobre o rio com a rapidez necessaria a respectiva ponte de barcas, viu-se obrigado a esperar a occasião mais favoravel aos seus intentos.

Entretanto a derrota do general Pantaleão trouxe comsigo o tão desejado levantamento do bloqueio da barra no dia 19, depois de ter durado por nove a dez mezes continuos, entrando pelo Douro acima, e indo n'elle ancorar de-

[1] Os constitucionaes tiveram n'este dia a perda de 16 mortos, 93 feridos, e 4 extraviados, sendo ao todo 118 homens, dos quaes 12 eram officiaes. A parte official d'esta batalha póde ver-se no documento n.º 264.

[2] Esta asserção não só é fundada no que então ouvi, mas igualmente no que se acha escripto nas *Memorias posthumas*, de José Liberato, vol. IV, pag. 156.

fronte da cidade uma grande quantidade de navios. Este importante acontecimento, unido com a noticia, que tinha chegado de Lisboa, do reconhecimento do governo da rainha por Inglaterra, foi solemnisado no Porto por uma salva geral, dada simultaneamente por todas as baterias da linha constitucional. A concorrencia de todas estas circumstancias desalentára em grau extremo todo o exercito realista, que no dia 20 abandonou completamente Villa Nova de Gaia, não podendo já ser alcançado na madrugada de 21 pelo general Saldanha, apesar de lhe ir no alcance, até alem de Souto Redondo e Arrifana.

D'este modo chegou finalmente o dia da emancipação do terrivel captiveiro da heroica cidade do Porto, cujos moradores, dominados pela extrema alegria, que tão importante acontecimento lhes determinava, não poderam conter-se dentro d'ella, e avidos correram a contemplar as obras de fortificação do inimigo, e a admirar a superioridade das suas linhas de circumvallação e contravallação, e a inferioridade d'aquellas em que se tinham defendido. Juizes competentes na materia, a quem a patria tinha feito adquirir bastante conhecimento sobre ella, concordes reconheceram todos a impossibilidade de se poderem romper, quando o exercito libertador se tivesse abalançado a tão ousado, e imprudente passo. Corajosos e soffredores, como acabavam de ser durante o cerco, já cada um se ufanava do merito das suas proprias acções, ou das dos seus parentes e amigos; e olhando para o terreno, que acabava de ser o theatro das suas recentes glorias, quantas lembranças de amarga saudade não tiveram n'esta occasião muitos dos observadores por tantos bravos, que n'elle tinham sido feridos, ou n'elle terminado desgraçadamente os seus dias?! Por fortuna sua tudo isto eram recordações dos males passados, embora que dolorosos e recentes fossem. A penosa guerra com que tinham luctado, as desgraças do activo bombardeamento que os perseguira; as fomes, molestias e miserias, que tão cruelmente os vexára, estavam por fortuna sua coroados pelos immarcessiveis louros de uma bem disputada victoria, cujos

effeitos por essa mesma rasão lhe davam dobrado realce, e esta só lembrança de algum modo os galardoava das suas arduas fadigas, das privações e trabalhos de tão prolongado cerco, em que foram feridos 2:586 individuos, morrendo no campo 732.

Desorganisadas assim as forças inimigas ao norte e ao sul do Porto, depois de perdidos todos os seus reductos e linhas, os seus grandes depositos de armas e munições, com todo o material de campanha, Saldanha começou desde então a olhar mais attentamente do que até ali para os seus, e para os interesses do seu partido politico, sem nada mais lhe importar do que isto. Levado do ciume de não ser chamado a Lisboa, depois do levantamento do cerco do Porto, e de uma grande ousadia, para com os seus adversarios, cujas maquinações queria pessoalmente desfazer, não escrupulisou partir quanto antes do Porto, para junto de D. Pedro em Lisboa, ainda que sem previa ordem d'elle para que similhante partida fizesse[1]. Esta nova falta de disciplina, este constante menospreso dos seus deveres de subordinação militar, foi por mais esta vez disfarçado por D. Pedro, que o relevou em Saldanha, pois que em vez de o metter logo em conselho de guerra, nenhuma duvida teve em lhe mandar expedir com antedata uma ordem de chamamento, para lhe cohonestar uma nova deserção do arriscado posto que se lhe confiára, o que provavelmente fez pelas mesmas rasões, que anteriormente o levaram a disfarçar-lhe as intelligencias, que a seu arbitrio tivera com os generaes miguelistas, a bordo das embarcações de guerra inglezas surtas no Douro.

Do Porto saíu pois Saldanha para a capital no dia 23 de agosto, deixando encarregado do commando das forças do norte o tenente general Thomás Guilherme Stubbs, dandolhe para seu chefe d'estado maior o tenente coronel José Joaquim Pacheco. Logo que no dia 25 se soube em Lisboa

[1] Ainda por mais esta vez me reporto ás asserções de José Liberato, vol. IV, pag. 169. Napier confirma tambem isto mesmo na sua *Guerra da successão.*

da chegada de Saldanha, e de que com elle vinha igualmente o batalhão de caçadores n.º 5, tão celebre pela sua fidelidade ás instituições liberaes em 1821, e sobretudo pelos seus relevantes serviços, prestados na defeza e sustentação da ilha Terceira em 1828, e não menos pelos seus gloriosos e subsequentes feitos de armas durante o cerco, grande multidão de gente correu á praça do Pelourinho, para verem e saudarem um corpo tão benemerito, e verdadeiramente historico por todos aquelles titulos. Os vivas de um inumeravel concurso de povo atroavam por toda a parte os ares durante a formatura e a marcha do citado batalhão para o seu quartel. O mesmo D. Pedro, vestido com a farda de coronel d'este corpo, o foi receber em pessoa, e ao seu bravo commandante, o coronel Francisco Xavier da Silva Pereira, e os conduziu como em triumpho até ao quartel de Valle de Pereiro, quartel que lhe estava destinado para o seu alojamento.

D. Miguel havia pela sua parte entrado em Coimbra no dia 10 de agosto, seguido por uma guarda de cavallaria, sendo igualmente acompanhado pelo conde barão de Alvito, e conde de Soure. No mesmo dia chegou tambem áquella cidade o marechal Bourmont, e o ministro da guerra, conde de S. Lourenço. O infante ainda ali encontrou suas irmãs solteiras, a infanta D. Izabel Maria, e D. Maria da Assumpção, bem como D. Maria Francisca, esposa de D. Carlos de Hespanha, e a princeza da Beira, D. Maria Thereza, viuva do infante D. Pedro Carlos, filho do infante D. Gabriel, irmão de D. Carlos IV. Tinha-se a referida princeza tornado bastante notavel pelo seu grande aferro ao systema absoluto. qualidade com que juntava bastante espirito, muita actividade e grande influencia, tanto em D. Miguel, seu irmão dedicado, como no proprio infante D. Carlos, seu cunhado. Este illustre proscripto tambem ali permanecia ainda com sua esposa, D. Maria Francisca de Assis, e os seus tres filhos, tendo deixado o palacio do Ramalhão, não só pelo aspecto que as cousas politicas iam já tomando na capital, como por fugir aos furores e estragos, que a *colera-morbus*

estava n'ella fazendo. O general Cordova, que em Lisboa fôra posto em liberdade, depois da acção de Cacilhas, em vez de saír para fóra do reino, como promettéra, e se lhe ordenára, foi-se apresentar novamente em Coimbra, para ali continuar nas suas funcções de ministro de Hespanha junto de D. Miguel, a quem fazia os mais lisonjeiros protestos por si, e por parte do seu govêrno, assegurando-lhe o vivo interesse, que tomava pelo bom successo das suas armas.

Cordova, que tão distincto se tornára por miguelista em Portugal, pronunciou-se depois como decidido constitucional em Hespanha, constituindo-se assim n'uma prova viva de que as idéas politicas não são para muitos homens obra de crenças, ou convicções intimas, mas cousas filhas das vicessitudes dos tempos, e das circumstancias occorrentes. Este ministro fingia, ou de facto observava de perto os passos, e os movimentos do infante D. Carlos, de quem queria apressar o embarque para os estados pontificios, induzindo-o a que effeituasse similhante viagem, em cumprimento das ordens de seu irmão, D. Fernando VII. Não é facil decifrar qual fosse por esta occasião a verdadeira politica do ministro Zea-Bermudes em Madrid. Ainda que D. Carlos tivesse constantemente recusado saír de Portugal, e que D. Miguel não fizesse o mais pequeno esforço para o obrigar a isso, parecendo bem pelo contrario dar-lhe todas as possiveis largas, para a continuação da sua residencia n'este reino, o gabinete de Madrid persistia em conservar na côrte de D. Miguel um ministro acreditado. É evidente que D. Fernando VII nada gostava da carta constitucional portugueza, mas gostava ainda menos da presença de seu irmão na peninsula, e por esta causa com bons fundamentos se esperava, que de um para outro dia mandasse retirar da côrte de D. Miguel o agente, que junto d'elle tinha acreditado, medida com que a politica do ministro Zea-Bermudes se não conformava, chegando até a haver quem julgasse ter elle sido o proprio, que animasse D. Carlos a ficar em Portugal.

Entretanto o exercito de D. Miguel continuava apathico

em Coimbra, indo elle infante no dia 14 passar revista ás tropas, que tinham ido de Lisboa e do Alemtejo, saindo para este fim a cavallo na direcção do Rocio de Santa Clara, acompanhado tambem pelo conde de Bourmont. Foi só no dia 16 que D. Miguel saiu de Coimbra, e se dirigiu para Soure, onde chegou pelas dez horas da noite, partindo de lá na direcção de Leiria pelas cinco horas da manhã seguinte. Não é facil explicar plausivelmente a demora, que o marechal Bourmont teve igualmente em Coimbra, onde se conservou inactivo até ao dia 18 do citado mez de agosto, demora que fazia o mais notavel contraste com a conducta, que D. Pedro tinha por então em Lisboa, onde tão energico e activo se entregára ao levantamento das linhas e reductos, destinados á defeza d'esta cidade. Ao estado de desorganisação do exercito miguelista se attribue igualmente similhante demora, e á grande indisciplina, que lhe continuava a contaminar as fileiras. As salas do quartel general do marechal Bourmont apresentavam-se geralmente cheias de officiaes de todas as armas e graduações, que por seu proprio arbitrio abandonavam os seus corpos, para se dirigirem a Coimbra, que com muita difficuldade deixavam, para n'elles irem novamente occupar o seu antigo logar, depois de esgotadas em vão todas as suas relações e empenhos, e de levarem até ao ultimo apuro as diligencias, para obterem mudança de posição, ou irem ganhando tempo.

O melhor corpo de cavallaria do exercito miguelista achava-se consideravelmente reduzido pelos abusos e desvios ridiculos, que se davam a muitas das suas praças n'uma occasião em que a sua presença era tão necessaria, e da maior urgencia nas fileiras. O menor empregado da casa real julgava-se com direito a uma, ou mais ordenanças; todas as familias distinctas, que acabavam de deixar a capital, incluindo o proprio duque de Cadaval, faziam-se escoltar por um immenso sequito de cavalleiros, e por maneira tal, que o commandante da cavallaria da policia de Lisboa não pôde reunir a si mais de dois esquadrões. Em Coimbra foi que o marechal Bourmont se tornou em meiado de agosto o centro de

todos os negocios publicos entre o partido realista, reunindo na sua mão as duplicadas funcções de marechal general, e as de ministro da guerra, pela doença, que durante alguns dias desviou o conde de S. Lourenço da gerencia d'esta repartição. A morte do marquez de Tancos, ajudante general de D. Miguel, que a *cholera* tinha arrebatado, deixou vago mais este importante cargo[1]. A mesma falta de dinheiro tinha de algum modo tornado tambem o marechal ministro da fazenda de facto, sendo a final alliviado em 25 do citado mez de agosto das funcções de ministro da guerra, pela nova entrada do conde de S. Lourenço no seu antigo logar. Desde então Bourmont pôde restringir-se mais ás obrigações do seu alto emprego; e apesar da sua experiencia, dos seus conselhos, e differentes medidas, o exercito não principiou a saír de Coimbra senão em 14 d'aquelle mez.

Foi então que a perda de Peniche se tornára bastante sensivel, amargurada ainda mais com a noticia da derrota, experimentada pelos realistas em volta do Porto no dia 18 de agosto, como já vimos. A brigada do brigadeiro Osorio, que se mandára para o norte, recebeu nova ordem, obrigando-a a dirigir-se tambem para Lisboa, para onde effecti-

[1] Em Coimbra e outras mais terras falleceram por aquelle tempo não poucas notabilidades do partido miguelista, entre as quaes se contaram o celebre conde de Basto, e o ex-intendente geral da policia, desembargador do paço, e chanceller da casa da supplicação, João de Mattos e Vasconcellos Barbosa de Magalhães, e cremos que tambem José Acursio das Neves. O conde de Basto fallecêra em Coimbra no dia 4 de agosto de 1833 n'uma casa, que está por trás do chafariz da Feira, freguezia de S. João de Almedina. Enterrou-se na igreja do antigo collegio de Thomar, amortalhando-se no manto da ordem de Christo, de que era commendador professo. Depois da extincção das ordens religiosas, o collegio deixou de ser habitado. Os ladrões, penetrando no templo, despojaram o cadaver da mortalha, das esporas, habito, etc., não poupando a propria ferragem do caixão mortuario. O cadaver assim despojado foi trasladado para a sua sepultura, na fórma que tinha ordenado em seu testamento. (*Conimbricense*, n.º 2:924, de quarta feira 1 de março de 1876, pag. 3, col. 2.ª).

vamente marchou toda a tropa, dividida em tres columnas[1]; a primeira, commandada pelo general Larochejaquelin, que atravessou o Tejo na Chamusca, foi occupar Salvaterra de Magos, para segurar a communicação com o Alemtejo, e receber d'ali os mantimentos de que carecesse, para fornecimento do exercito; a segunda, ás ordens do general Lemos, dirigiu-se á cidade de Thomar, e de lá foi para Santarem; e a terceira, onde ia D. Miguel, e o marechal Bourmont, com os seus respectivos estados maiores, era commandada pelo marechal de campo Nunes, e seguiu direita a Leiria, indo como em reserva. A cavallaria precedia um dia de marcha o respectivo quartel general, que só no citado dia 18 de agosto chegou a Coimbra. Em toda esta marcha alguns dias se consumiram tambem inutilmente em deliberações vacillantes, faltas de esclarecimentos sobre os movimentos da vanguarda, e sobretudo pela extrema necessidade de fornecer o exercito de calçado. D'este modo se mudou do Porto para em volta de Lisboa o principal theatro da guerra civil, tendo-se a este tempo levantado já o cerco da primeira d'estas cidades, como se viu pela acção do citado dia 18 de agosto.

[1] Bourmont retirou do Porto para Coimbra com 18:000 infantes 1:200 cavallos e 30 peças de artilheria de campanha, incluindo as tropas da divisão de Molellos, e do duque de Cadaval, que se tinham ido reunir em Coimbra ás que deixaram o Porto.

DOCUMENTOS

A que se refere a nota, posta a pag. 351

O officio, que os ministros de D. Pedro dirigiram do Porto em 9 de julho de 1833 ao conde de S. Lourenço, era do teor seguinte:

Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. — O governo de sua magestade fidelissima, auctorisado por sua magestade imperial, o duque de Bragança, regente em nome da rainha, julga da maior importancia, dirigir a v. ex.^{a} as seguintes ponderações: 1.^{a}, que a divisão expedicionaria d'este exercito, apparecendo no Algarve, não só fizera o seu desembarque, sem opposição alguma, mas todas as povoações d'aquelle reino se apressaram logo a reconhecer e proclamar os direitos de sua magestade fidelissima, a senhora D. Maria II; 2.^{a}, que aquella divisão, principiando logo a engrossar-se com as guarnições, que não tinham acompanhado o visconde de Molellos, o qual, com poucos homens fugia diante d'ella, marchou em seu seguimeto, e que á sua entrada no Alemtejo, não só Beja e o campo de Ourique, mas uma grande parte das povoações até Evora, seguiram o exemplo do Algarve; 3.^{a}, que havendo-se proclamado a rainha na margem direita do Tejo, Punhete, Barquinha, Thomar, e depois Coruche, e muitas outras na margem esquerda, reconheceram logo, com enthusiasmo, a sua augusta soberana; 4.^{a}, que na direcção de Castello Branco o mesmo enthusiasmo se ia desenvolvendo nos povos da Beira Baixa; e que na Extremadura, a Gollegã, Santarem e mais villas se achavam nas mesmas disposições, e terão provavelmente hoje tomado tão nobre exemplo; 5.^{a}, e por ultimo, que pelas noticias chegadas

hoje, se sabe officialmente, que a esquadra de sua magestade fidelissima, a rainha de Portugal, bateu a da usurpação, e que metteu prisioneiras na bahia de Lagos 2 naus, 2 fragatas e 1 corveta. Estes factos de que v. ex.ª ha de igualmente ter sido informado, devem mostrar-lhe com evidencia, que o reinado da usurpação acabou, e que este é o momento de se reunirem todos os portuguezes debaixo de uma só e legitima bandeira. Sua magestade imperial nada deseja tanto como isto. As promessas feitas por elle no seu manifesto, e até agora religiosamente observadas, afiançam a todos os que se lhe reunirem, a segurança de suas pessoas, e legitimas propriedades, promessas que sua magestade imperial novamente confirma, se necessario é, a todos os portuguezes de todas as classes, implicados em tão desgraçado negocio.

É necessario, portanto, que não corra mais sangue, para continuar a disputar uma causa, que a serie dos ultimos factos tem assás provado, que está decidida. N'este espirito sua magestade imperial nos ordena, que façamos sentir a v. ex.ª, que o tempo é chegado em que os homens de bem, pondo de parte opiniões e caprichos, se reunam, a fim de não dilacerarem mais as entranhas da patria. Sua magestade imperial terá a maior consideração com aquelles, que n'este momento decisivo empregarem a sua influencia, para que se opere uma fusão saudavel entre concidadãos, os quaes, qualquer que fosse o principio por que se desuniram, são primeiro que tudo portuguezes. Sua magestade imperial nos encarrega por ultimo de lembrar a v. ex.ª, que, se estas suas reflexões não forem attendidas, sua magestade imperial fará recair sobre v. ex.ª, e sobre os mais chefes d'esse exercito, a responsabilidade de todo o sangue, que de hoje em diante correr; e como cumplices de uma louca pertinacia, desafiará justamente o odio dos portuguezes de todas as opiniões, a indignação da Europa, e o horror das nações civilisadas. Se v. ex.ª der, como é de esperar, a esta communicação o devido peso, sua magestade imperial, na sua qualidade de commandante em chefe, depu-

tará pessoa com quem v. ex.ª, em nome dos mais generaes, officiaes e individuos d'esse exercito, que se acham debaixo das ordens de v. ex.ª, possa combinar as suas idéas a este respeito. Paço no Porto, 9 de julho de 1833. = *Candido José Xavier* = *José da Silva Carvalho* = *Marquez de Loulé* = *Agostinho José Freire*. — Sr. conde de S. Lourenço.

Officio que dirigiu a D. Pedro o official, que ao conde de S. Lourenço foi levar a participação, acima transcripta

Estado maior general

Senhor. — Tendo-me vossa magestade imperial feito a distincta honra de me incumbir no dia 9 do corrente mez de ir ao campo inimigo, na qualidade de parlamentario, entregar uma carta ao conde de S. Lourenço, commandante em chefe do exercito rebelde; cumprindo com as determinações de vossa magestade imperial, saí d'esta cidade no mesmo dia pelas quatro horas da tarde, e dirigindo-me pela estrada de *Sério* ao sitio de *Paranhos*, logo que cheguei ao primeiro piquete inimigo, annunciei ao official commandante a qualidade em que ali ía, ao que me respondeu, se eu queria entregar-lhe a carta, ou ser pessoalmente o portador d'ella, ao que respondi, que queria eu ir entregal-a; elle dito official me disse, que me garantia a minha existencia, ao que lhe tornei, que assás a julgava garantida, pela honrosa mensagem de que ia incumbido.

Fui acompanhado pelo official commandante do piquete para o interior das suas linhas, a fim de ser apresentado ao official superior de dia, a quem fui annunciado; mas por quem não fui recebido, senão depois de tanto tempo, quanto eu julgo lhe foi necessario, para communicar a minha chegada ao conde de S. Lourenço, e veiu depois intimar-me, que eu devia ali (sobre o campo), esperar as instrucções de s. ex.ª Assim o fiz, ficando sempre acompanhado do indicado official superior de dia, até que chegou um ajudante de

rdens (que não conheci), e me perguntou o que queria; disse-lhe qual era o objecto da minha missão, ao que me respondeu, que s. ex.ª, o conde de S. Lourenço, já havia dado parte da minha chegada ao senhor D. Miguel, em consequencia do que elle ía receber as suas ordens. Foi e voltou dentro de um quarto de hora, acompanhado de outro ajudante de ordens (que conheci ser o Champalimaud), que igualmente me perguntou o que pretendia, e se ía com alguma missão para el-rei seu senhor, e se eu tinha alguma duvida de ir á sua presença, ao que respondi que nenhuma, mas que nada tinha com o senhor D. Miguel, e só tinha a entregar uma carta de vossa magestade imperial ao conde de S. Lourenço; ao que me tornou, que seria necessario ir buscar um recibo, para me dar no acto da entrega da carta; ao que lhe respondi, que achava justo, para assim poder dar conta da minha missão. Partiu, e mediante pouco tempo voltou com definitiva resposta, de que o conde de S. Lourenço não tinha cousa alguma com o senhor D. Pedro, e portanto que não aceitava a sua carta; a isto lhe respondi, que como não tinha força para o obrigar a recebel-a, eu a reconduzia á vossa magestade imperial. Pelo pouco tempo, que este official se demorou em ir e voltar com esta ultima decisão, ajuizo que o conde de S. Lourenço, e talvez o senhor D. Miguel, estariam na baixa proxima.

Finalmente concluiu o ajudante de ordens Champalimaud, que o official commandante do primeiro piquete, que eu tinha encontrado, havia feito persuadir, que eu era um official estrangeiro, que levava papeis para o senhor D. Miguel, ou para s. ex.ª, e que só por esta má intelligencia eu tinha sido introduzido, e que o official havia de ser punido; que me podia retirar, o que effectivamente puz em pratica, acompanhado dos officiaes ajudantes de ordens, até um pouco antes de chegar aos postos avançados, e até ás vedetas por um sargento realista. Cumpre-me acrescentar, que durante todo o tempo, que existi no campo inimigo, estive sempre acompanhado de muitos soldados de diversos corpos, e que alguns officiaes appareceram tambem, sem que

nenhum d'elles se atrevesse a dirigir-me uma só palavra, provavelmente pélo terror, que lhes inspira o seu despotico governo. Igualmente devo dizer a vossa magestade imperial, que os soldados estão bastante tristes, e os officiaes muito carrancudos. É quanto tenho a honra de informar a vossa magestade imperial sobre este objecto. Deus guarde a vossa magestade imperial. Porto, 9 de julho de 1833. = *Simão Felix Calça e Pina*, ajudante de campo de vossa magestade imperial.

DOCUMENTOS

A que se refere o fim da nota, posta a pag. 353

Justas distincções, conferidas ao vice-almirante Napier, e sua promoção a almirante

Attendendo ao denodado valor, e extrema pericia com que no dia 5 do presente mez nas aguas do Cabo de S. Vicente, o vice-almirante, major general, Carlos de Ponza, commandante em chefe da esquadra de sua magestade fidelissima, alcançou com forças muito inferiores uma insigne, e completa victoria sobre a esquadra rebelde, aprisionando-lhe, por meio de habilissimas manobras, e intrepidas abordadas, a maior e mais importante parte de seus navios; aniquilando assim com tanto renome proprio, como gloria para as armas da lealdade portugueza, toda a força maritima do usurpador: hei por bem, em nome da rainha, nomear o vice-almirante, Carlos de Ponza, almirante da armada real. O ministro e secretario d'estado dos negocios estrangeiros, encarregado interinamente do ministerio da marinha, o tenha assim entendido e faça executar com os despachos necessarios. Paço no Porto, 9 de julho de 1833.=*D. Pedro*, duque de Bragança.=*Marquez de Loulé.*

Sua nomeação de visconde do Cabo de S. Vicente

Carlos de Ponza, almirante major general da armada de sua magestade fidelissima, a rainha de Portugal, e commandante em chefe da esquadra da mesma augusta senhora,

nas aguas do Algarve: amigo, eu o duque de Bragança, regente em nome da senhora D. Maria II, vos envio muito saudar. Tomando na devida consideração a gloriosa victoria, que no dia 5 do corrente alcançasteis sobre os rebeldes nas aguas do Cabo de S. Vicente, atacando resolutamente por meio de uma atrevida abordagem com 3 fragatas, 1 corveta, 1 brigue e 1 pequena escuna, as forças do inimigo, compostas de 2 naus de linha, 2 fragatas, 3 corvetas, 2 brigues e 1 chaveco, nas quaes se dava grande superioridade, assim como em numero e força de vasos, como no de bôcas de fogo, e de seus calibres; não só dirigindo aquella ousada acção com a pericia, que vos é propria, mas abordando vós mesmo pessoalmente com a fragata almirante, a nau *Rainha*, cuja guarnição não pôde resistir ao vosso impeto, e ao dos bravos que seguiam o vosso exemplo; e não satisfeito com este brilhante resultado, depois de haverdes obrigado a arrear a bandeira á nau almirante inimiga, fosteis ainda dar caça, e forçasteis a render-se prisioneira a fragata *Martim de Freitas*, que diante de vós fugia, tentando salvar ainda os restos das consideraveis avarias, que n'ella haviam feito os decididos ataques do brigue *Villa Flor*, e da corveta *Portuense*; cabendo-vos d'este modo, não só em geral a gloria de tão briosa empreza, e de tão bem desempenhado commando, mas em particular, a do exemplo que desteis com vossa pessoa de uma actividade, e de um valor, que muito especialmente vos caracterisam; resultando de tudo isto derrotardes completamente o inimigo, tomardes as suas naus, e as suas fragatas, podendo apenas escapar-se as pequenas embarcações, que dando a pôpa ao vento, conseguiram evitar com a fuga a certa derrota, que as esperava: e querendo dar-vos em nome da rainha, e no meu, uma demonstração de reconhecimento, por feito tão memoravel em si, e de tão grave importancia pelos seus resultados: hei por bem nomear-vos visconde do Cabo de S. Vicente. O que me pareceu participar-vos, para vossa intelligencia e satisfação. E para que desde logo possaes usar do referido titulo, e gosar n'estes reinos das honras e preeminencias, que por

elle vos pertencem, vos mando esta. Escripta no palacio do Porto, em 10 de julho de 1833.=*D. Pedro,* duque de Bragança.=*Candido José Xavier.*—Para Carlos de Ponza, almirante, e major general da armada de sua magestade fidelissima, a rainha de Portugal.

Officio do ministro da marinha, marquez de Loulé, para o almirante Carlos de Ponza, participando-lhe a sua promoção, e o seu titulo de visconde

Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr.—Levei á presença do duque de Bragança, regente em nome da rainha, o officio que v. ex.^{a} me dirigiu, datado da bahia de Lagos em 6 do presente mez, e tenho particular satisfação em ser encarregado por sua magestade imperial de participar a v. ex.^{a}, que o mesmo augusto senhor, em remuneração da assignalada victoria, que no dia 5 v. ex.^{a} conseguiu sobre a esquadra rebelde: houve por bem nomear a v. ex.^{a} visconde do Cabo de S. Vicente, e almirante da armada real. Sua magestade imperial envia os seus distinctos louvores a v. ex.^{a}, e a todos os officiaes e tripulações dos navios da esquadra de sua magestade fidelissima, pela summa intelligencia, e nunca excedida bravura com que aquella brilhante acção foi concluida, esperando as recommendações e propostas de v. ex.^{a}, para terem logar as remunerações, correspondentes aos relevantes serviços de tão bravos officiaes; e em testemunho de apreço em que tem o brioso comportamento das tripulações de todos os navios, auctorisa desde já a v. ex.^{a} para nomear sessenta cavalleiros da antiga e muito nobre ordem da Torre e Espada do valor lealdade e merito, podendo elles desde logo usarem da respectiva insignia, remettendo v. ex.^{a} por esta secretaria d'estado os nomes dos agraciados, para com declaração dos feitos distinctos, que praticaram, na conformidade da instituição da ordem, se lhes expedirem os competentes diplomas.

Não posso concluir sem particularmente me congratular

com v. ex.ª pela gloria immortal, que obteve n'aquelle memoravel dia, tornando-se credor da eterna gratidão da nação portugueza. Deus guarde a v. ex.ª Paço no Porto, 10 de julho de 1833. =(Assignado) *Marquez de Loulé*. — Sr. visconde do Cabo de S. Vicente.

ARTIGO

Citado a pag. 373 do presente volume, relativo ás operações e marchas da divisão do visconde de Molellos contra as da expedição do Algarve, publicado no n.º 6:501 do jornal a Nação de quarta feira, 29 de setembro de 1869

Desembarcou o sr. duque da Terceira na praia da Cacella no mez de junho de 1833, com 1:500 homens, pouco mais, ou menos, sem resistencia, porque a força militar de que se compunha a quinta divisão n'aquelle tempo, era toda de segunda linha (infanteria n.os 2 e 14 haviam marchado anteriormente para Lisboa); continha esta os regimentos de milicias de Lagos e Beja, os batalhões de voluntarios realistas de Tavira, Faro, Moura, e parte do de Beja, o casco do regimento de artilheria n.º 2, um esquadrão de cavallaria n.º 5, e mais de cem cavallos de ordenanças, montados em eguas, fardados, armados, e instruidos na arma de cavallaria, montando toda esta força para mais de 1:200 homens, pouco mais, ou menos. Esta força estava disseminada por toda a provincia, e guarnecia a extensão de 135 kilometros, desde o Guadiana até ao Cabo de S. Vicente, tendo o quartel general em Faro.

É evidente que, com esta força tão subdividida, e distanciada do local do desembarque, sem haver um ponto fortificado, que lhe servisse de apoio, outra operação não poderia fazer-se, senão a retirada sobre a Beira Serra; foi effectivamente o que o sr. visconde de Molellos fez, retirando de Faro, na direcção de S. Bartholomeu de Messines, com as forças, que guarneciam a parte oriental da provincia, ordenando ao mesmo tempo aos corpos, que guarneciam a parte occidental da mesma, a sua retirada, convergindo todas as for-

ças sobre o mesmo ponto de S. Bartholomeu, onde se reuniram.

O sr. duque da Terceira occupou então Faro, onde estabeleceu o seu quartel general; n'esta occasião passou-se para o inimigo o sr. Couceiro, ajudante de ordens do sr. visconde; passaram-se tambem alguns officiaes do regimento de artilheria n.° 2.

Este acontecimento, e a falta de confiança no chefe do estado maior, e quartel mestre general da divisão, dissuadiram o sr. visconde de esperar o inimigo no Algarve, retirando para o Alemtejo, indo occupar a villa de Messejana, cobrindo a estrada de Lisboa, e esperar ali os novos officiaes do estado maior, que tinha requisitado ao governo, e alguma tropa de reforço.

Occupada a villa de Messejana, chegou ali o sr. capitão de infanteria n.° 14, Simão Coelho Torrosão (então tenente), em trajes disfarçados, encarregado da parte do sr. duque de Cadaval, de saber o que havia occorrido depois do desembarque do inimigo, o que s. ex.ª ignorava, facto este que revela ter sido roubada no correio do Algarve a correspondencia official do sr. visconde de Molellos, depois do desembarque.

Voltou o sr. Torrosão para Lisboa com as devidas informações. Em seguida fui ao quartel general visitar o sr. visconde, que sempre me obsequiou com a sua apreciavel e honrosa amisade, desde o tempo em que fui cadete do regimento n.° 14, e n'esta occasião me testemunhou s. ex.ª o sentimento, que nutria, da sua correspondencia official ter sido roubada, e que logo que chegasse a tropa, e os officiaes do estado maior, que tinha pedido ao governo, marcharia immediatamente a atacar o inimigo.

Dias depois recebeu o sr. visconde uma participação de Beja, do commandante da pequena guarnição, que ahi havia (era de voluntarios realistas), dizendo que aquella guarnição tinha sido inesperadamente atacada por uma forte guerrilha, organisada em Hespanha, commandada pelos celebres Batalha, e Goes, que depois de um pertinaz combate, teve a

guarnição que se refugiar n'um convento, até receber algum auxilio.

Este imprevisto acontecimento deu logar a que o sr. visconde deixasse descoberta a estrada de Lisboa, e marchasse com a divisão a soccorrer a guarnição de Beja, e esperar ali os soccorros do governo.

Passados dias, soube s. ex.ª que o inimigo marchava do Algarve para o Alemtejo na direcção de Messejana, mandou immediatamente occupar a villa de Aljustrel, por dois batalhões de voluntarios realistas, o de Tavira e Moura, e uma pequena força de cavallaria, de observação ao inimigo, commandada toda esta força pelo sr. coronel de voluntarios de Tavira, Pedro Manuel Tavares Paes Sousa; sendo eu então ajudante do batalhão de voluntarios de Móura, servi n'aquella occasião de major de brigada.

Marchámos para Aljustrel pela manhã, e chegámos ao anoitecer; no dia seguinte, de combinação com o commandante da brigada, dirigi-me á auctoridade da villa, á qual pedi um homem de confiança, para uma commissão importante. Satisfeito o pedido, instrui o homem do caminho que havia de seguir, e os meios que havia de usar, para saber a força do inimigo. No dia immediato, junto ás tres horas da tarde, veiu o commissionado, e declarou que calculava a força inimiga em 2:500 homens, vinte e tantos cavallos, e uma peça de artilheria.

Colhidas as informações, deviam estas ser participadas ao commandante da divisão, sem perda de tempo. Com o consentimento do commandante da brigada, parti para Beja ás tres horas da tarde, para de viva voz informar o sr. visconde de tudo, e pedir-lhe dois esquadrões de cavallaria, para com esta, e os dois pequenos batalhões, que tinhamos, fazermos um reconhecimento ao inimigo, procurando chamal-o á planicie de Messejana, para a nossa cavallaria com vantagem poder operar. A meio caminho encontrei o sr. coronel José Joaquim Fragoso (então major), que vinha unirse á brigada avançada; depois de troca de palavras, reforçou a intenção, que eu levava, de pedir dois esquadrões de

cavallaria, acrescentando, que instasse com o sr. visconde para esta concessão, que elle afiançava o bom resultado.

Continuei a minha marcha quasi sempre a galope, chegando a Beja ás Ave Marias; dirigi-me ao quartel general a informar o sr. visconde de tudo, pedindo-lhe com instancia, por mim, e em nome do commandante da força avançada, nos concedesse dois esquadrões de cavallaria, para fazermos um reconhecimento ao inimigo sobre as planicies de Messejana, e que o sr. major Fragoso, que tinha encontrado no caminho, partilhava d'este nosso desejo, e se responsabilisava pelo bom resultado.

Depois de me ouvir, respondeu-me: «Vá áquelle quarto fronteiro, que ali está o sr. brigadeiro Taborda, e ao mesmo repita o que me acaba de participar».

Cumpri as ordens de s. ex.ª; e como o sr. Taborda nada me respondeu, retirei-me não satisfeito, voltando ao quartel general, certificando ao visconde, que tinha executado as suas determinações, e que não obtivera nenhuma resposta do sr. Taborda.

Este facto demonstra, que o sr. visconde de Molellos não tinha vontade, ou acção sua, sem prévia approvação do sr. Taborda; confirma o acerto e mestria com que s. ex.ª dirigiu as operações militares antes da chegada d'este senhor.

N'este mesmo dia tinham entrado em Beja duas brigadas, uma vinda do cerco do Porto, e outra de Lisboa; a primeira compunha-se de um batalhão de infanteria n.º 8, outro de infanteria n.º 17, o batalhão de voluntarios de Penafiel, milicias de Aveiro, milicias de Thomar, tres peças de artilheria, e mais de um esquadrão de cavallaria; a segunda continha um batalhão de infanteria n.º 14, um dito de caçadores, milicias de Tavira, tres peças de artilheria, e mais de um esquadrão de cavallaria; o sr. Taborda veiu commandando a primeira d'estas brigadas.

Ás onze horas da noite fui ao quartel general receber as ordens do sr. visconde, para a brigada avançada, e qual foi a minha admiração, quando s. ex.ª me disse: «não marche

esta noite, porque ámanhã tem que retirar a força avançada, que está em Aljustrel, para a qual já foram as competentes ordens».

No dia seguinte retirou a força indicada, e tratava-se em Beja de cortaduras nas ruas, e de algumas fortificações!!! Foi um signal de incendio para toda a tropa ali agglomerada, que excedia a 8:000 homens (eram 8:300), e a voz de traição ouvia-se de bôca em bôca, e a tropa principiava a insubordinar-se.

Soube-se n'esta occasião que o sr. brigadeiro Taborda trazia uma chamada carta branca, na qual o governo ordenava ao sr. visconde de Molellos, que nas suas operações militares fosse sempre de combinação e de accordo com o sr. brigadeiro Taborda. Dizia Napoleão Bonaparte: «Para commandar em chefe, é melhor um general ruim, do que dois bons».

A insubordinação na tropa augmentava; os officiaes não eram respeitados; e algumas casas de familias compromettidas, foram assaltadas e roubadas; Beja estava n'um perfeito cahos.

N'uma reunião de alguns officiaes, o sr. general Cabreira (então major), disse que o sr. visconde de Molellos devia prender o brigadeiro Taborda, chamar para as suas ordens todos os coroneis e tenentes coroneis de segunda linha, dividir a força em duas brigadas, e dar o commando aos dois majores mais antigos de primeira linha (os corpos de primeira linha não tinham coroneis, nem tenentes coroneis), e marchar sem perda de tempo a alcançar o inimigo, que marchava na nossa frente pela estrada de Lisboa, e declarou mais que, se o sr. visconde não marchasse, marchava elle com o seu batalhão, e toda a tropa que o quizesse, acompanhar, e que ia atacar o inimigo.

Finalmente a divisão poz-se em marcha, sendo a primeira marcha de tres leguas (!) no fim da qual se apresentou o novo chefe d'estado maior da divisão, o sr. Palmeirim.

Este senhor foi bem recebido por toda a divisão, principalmente da tropa do Algarve, que julgava ver em s. ex.ª o

mesmo homem dedicado á causa da legitimidade, como o foi em 1828, quando bateu a reacção liberal na cidade de Tavira, por cujos serviços recebeu uma commenda e o posto de major.

Com a chegada do sr. Palmeirim, o estado maior da divisão não melhorou, porque a traiçoeira preponderancia do sr. Taborda continuou a dominar nos destinos da divisão, e o sr. Palmeirim que a conheceu, cruzou os braços e abaixou a cabeça, como signal de assentimento, acompanhando esta na sua lenta e procissional marcha, dando tempo ao inimigo a avançar victorioso sobre a capital, sem dar batalha (assim todos vencem), porque essa catastrophe occorrida em Almada, era de esperar, pois não tendo o sr. duque de Cadaval noticias veridicas da divisão do sr. visconde de Molellos, e apresentando-se, como se apresentou, o sr. duque da Terceira nas margens do Tejo, devia-se concluir que esta divisão tinha sido derrotada, ou que se tinha passado para o inimigo com armas e bagagens.

Qualquer d'estas versões havia de certamente ser espalhada pelos inimigos residentes na capital, e havia de produzir um desalento e desmoralisação na tropa, que estava em Almada, resultando a perda da capital.

Continuou a divisão na sua marcha até Setubal; á sua chegada ouviam-se já as salvas de artilheria em Lisboa, annunciando a tomada da capital pelo sr. duque da Terceira (que valor!!). Marchou a divisão pela margem esquerda do Tejo, na direcção de Aldeia Gallega; ali é que a soldadesca se certificou, que o inimigo tinha entrado em Lisboa.

A desmoralisação na divisão foi grande, e chegou a tal extremo, que alguns corpos tentaram revolucionar-se contra o auctor, ou auctores da consummada traição; n'esta occasião muitos soldados e officiaes de segunda e terceira linha dos corpos das provincias do sul abandonaram as suas bandeiras, retirando-se para suas casas; o sr. brigadeiro Taborda, o sr. Palmeirim, e o sr. coronel de artilheria n.º 2, passaram-se para o inimigo.

O sr. visconde de Molellos não ficou bem conceituado para

a divisão, porque parte d'esta ignorava a tal decantada carta branca, que trouxe o sr. Taborda, que lhe serviu de ajuda para enganar e trahir, não só o sr. visconde, e mais de 8:000 homens, de que era composta a divisão, senão uma causa sagrada, que o sr. Taborda, com a sua fidelidade, podia ter feito triumphar, dando um golpe fatal na causa liberal. Restabelecida a ordem na divisão, marchou esta na direcção de Salvaterra no dia immediato ao da sua chegada áquella villa, o sr. visconde de Molellos marchou para Vallada, onde passou o Tejo, ignorando-se o seu destino; tomou o commando da divisão o sr. general Joaquim Rebello da Fonseca Rosado, homem velho e doente, que tinha acompanhado a divisão desde o Algarve, e commandado uma brigada; era honradissimo.

Este facto deu occasião a que eu fosse chamado ao quartel general, e encarregado da missão de ir em procura do sr. visconde de Molellos, e do mesmo receber as suas ordens para a divisão.

Parti com oito cavallos direito a Vallada, onde passei o Tejo, seguindo na direcção do Cartaxo, Almoster, Rio Maior, e Villa Nova de Ourem, onde soube que s. ex.ª tinha passado para Leiria; dirigi-me áquella cidade, e effectivamente me apresentei ao sr. visconde, a quem declarei o motivo da minha ida ali. Respondeu-me que não podia continuar a commandar uma divisão, que lhe não obedecia, e que ali esperava por el-rei, para se lhe apresentar, e participar-lhe todo o occorrido.

Com esta resposta voltei na direcção de Santarem, onde encontrei a divisão, encontrando no transito alguns guerrilhas liberaes. Parece-me ter provado cabalmente, que a traição é que forneceu os elementos para o sr. duque da Terceira entrar triumphante em Lisboa, e que esta traição foi executada em Beja pelo sr. Taborda, onde ella foi forjada, e os membros, que na mesma tiveram parte, é que eu ignoro.

Diz o sr. Palmeirim, que não teve parte nos desastrosos acontecimentos de Beja, porque ali não estava; não o contesto; mas s. ex.ª passou-se para o inimigo, seria por con-

vicção? Nega-n'o os seus precedentes, ou então trahiu s. ex.ª a sua consciencia, quando em 1828 bateu a nação liberal no Algarve.

Que nome terá no conceito de s. ex.ª o militar, que na ora do perigo abandona o seu posto de honra, e que, como homem, volta as costas ao seu amigo, e ao seu bemfeitor? A nossa historia registará com louvor o nobre procedimento dos bravos de Evora Monte, que, conhecendo o perigo, souberam sustentar sempre o seu posto de honra.

Aceitae a segurança da minha cordial estima, e da subida consideração com que me assigno. — De v. etc. — *Manuel Vaz Guerreiro de Aboim.* — Ferragudo (Algarve), 25 de setembro de 1869.

PROCLAMAÇÃO DE D. MIGUEL

Citada na nota da pag. 430 do presente volume

Povos e soldados portuguezes! — Quando deixei a capital, séde da monarchia portugueza, em outubro do anno passado, foi para vos acompanhar nos sacrificios, que tinheis feito pela justa causa, que defendeis. Eu bem conhecia que o vosso valor era bastante para debellar a rebellião, que tinha dentro em seus muros a cidade do Porto. Querendo porém evitar a effusão de sangue, empreguei a minha natural clemencia, propondo por differentes vezes o perdão, de que o meu real animo sempre esteve possuido, para ver se conseguia d'aquelles filhos rebeldes o arrependimento, que era bem de crer aproveitasse a muitos violentados, e obrigados a seguir o caminho da deshonra e da impiedade! Tempos tem passado, sem se obter aquella consoladora esperança, que eu tinha de receber na minha nação aquelles filhos ingratos, que, em vez de se acharem arrependidos, se encontrára n'elles a mais ousada temeridade de tentarem por nova invasão os pacificos, e fieis povos do Algarve, cujas praias aggrediram, roubando, e acommettendo seus domicilios! Não eram porém só estes os seus perversos designios; os esforços dos seus agentes, empregados constantemente em seduzir; a venalidade corrompeu muitos dos officiaes, e mais tripulação da minha esquadra, que mandei sobre as aguas do Algarve, da qual com a maior perfidia, e sem valor algum, d'ella se apossára; e reforçados com esta, poderão conseguir o approximar-se á minha capital com todas as suas forças, sem que as tropas, que se achavam ao sul do Tejo, por mal dirigidas e collocadas, o podessem evitar. Os

mesmos esforços e venalidades (como confessam os rebeldes nas suas chronicas), se empregaram n'aquelle mesmo momento na capital. Então grupos de individuos levantaram vozes sediciosas, que foram seguidas por muitas outras, de espiritos innovadores e corruptos, que, decorrendo por alguns bairros, pozerão seus habitantes em grande perturbação, e sem abalar a firmeza das tropas, que ali se conservavam ás ordens do duque do Cadaval, que recusou empregal-as na repulsa, a que as mesmas se propunham. Para obstar á torrente de sangue, que deveria seguir-se entre irmãos, parentes e amigos, vindo como se esperavam as tropas rebeldes, e a esquadra, que apontava á foz do Tejo; em tão criticas circumstancias foi forçoso tomar o prudente arbitrio de retirar todas as forças collocadas na capital, fazendo-as marchar na maior ordem para as povoações vizinhas, tendo sido seguidas por grande numero de empregados, nobreza, e proprietarios de todas as classes, que não quizeram ser victimas da oppressão, nem complices do horroroso crime, que comprehendem aquelles, que seguem uma facção, que só tem por principio a destruição do throno e do altar.

Portuguezes! A religião vos chama, a patria vos convida, e o seu brado é tão valente, que só elle é bastante para vos dar valor e heroismo. Correi todos ás armas; reuni-vos a mim n'esta provincia, ou ao duque marechal do exercito, ou a qualquer outro general fiel. Nos pontos, onde nos acharmos, mostraremos ao mundo, que um bando de descontentes e partidarios rebeldes, não poderam fazer calar os sentimentos de uma nação inteira, que amaes, como tendes feito ver, ao seu rei, e ás suas instituições.

Estou entre as fileiras do meu valoroso exercito; os perigos que elle correr, d'elles eu terei parte, e da gloria que me resultar, a vós cabe toda a parte. Como pae commum dos portuguezes, tocar-me-ha o ver reproduzir em vós as acções de valor, patriotismo e fidelidade, que fizeram immortaes vossos antepassados; e se as façanhas d'estes foram levadas á historia, e fizeram espanto em tres nações,

a vós vos tocará igual renome, pelejando pelo nosso Deus, e pelas instituições, que com gloria ainda ha pouco defendesteis. Eia pois, corajoso e fiel exercito, portuguezes valentes e briosos, corrâmos ás armas, defendamos a religião, salvemos a patria, sendo nossa unica divisa vencer ou morrer.

Paço em Leça do Balio, 29 de julho de 1833.=*Miguel Rei.*

DOCUMENTOS

Citados na nota de pag. 436 do presente volume, relativos ao incendio dos vinhos e armazens de Villa Nova de Gaia, ordenado por D. Miguel, incendio effeituado em 11 de agosto de 1833

Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. — Em consequencia da maré, não poderam ir para bordo do hiate hontem os despachos, que juntamente com esta hoje partem. Em continuação do meu officio, da data de hontem, n.º 3, que dirigi a v. ex.ª, tenho a acrescentar, que fui convidado esta manhã por mr. le Baron d'Haber, agente do emprestimo do usurpador, para com elle ter uma conferencia a bordo de um dos navios inglezes de guerra surtos no Douro; convim n'ella, e pelas cinco horas e meia da manhã fui a bordo da *Orestes,* onde encontrei o referido barão, e juntamente mr. de la Girondiere, que me foi apresentado como chefe do estado maior de Bourmont. D'Haber então me disse, que haviam ordens passadas pelo senhor D. Miguel, para que fosse derramado todo o vinho, que existe nos armazens de Villa Nova de Gaia, pertencentes á companhia dos vinhos do Alto Douro; que elle tinha podido obter licença de comprar aquelle vinho, e que me propunha, como unico meio de se não executar a ordem dada, que eu consentisse na sua exportação, devendo elle depositar no banco de Inglaterra a importancia da compra, até que a questão, ou a guerra, fosse a final decidida. Perguntei-lhe com quem trataria elle a compra? Disse-me: «Com os agentes do senhor D. Miguel, e com absoluta exclusão dos membros da junta, nomeada por sua magestade fidelissima a rainha». Ao que acrescentei: Que não me achando auctorisado a tratar d'aquelle objecto, eu o levaria

ao conhecimento de sua magestade em Lisboa, mandando sair para esse fim uma embarcação, e dando-lhe em duplicado, a sêllo volante, o meu officio sobre este negocio, para elle o enviar igualmente por terra. Tive em resposta, que não podia annuir a esta minha proposta, porque a ordem do senhor D. Miguel devia ser cumprida immediatamente, achando-se já o duque de Lafões em Villa Nova, para a fazer executar, e que se fazia assim necessario da minha parte uma immediata decisão; e então lhe fiz eu a observação, que não podendo elle demorar o pouco tempo necessario, para saber se o senhor D. Miguel consentia em espaçar a execução das suas ordens, me fazia isto crer, que alguma força nossa, ou completa insurreição dos povos vizinhos, os obrigavam a levantar o sitio com tanta rapidez. Nada me disse a este respeito, continuando a insistir na minha prompta decisão do que me havia proposto. Dei-lhe resposta, que em poucas horas lhe mandaria por escripto a decisão final. Voltando á cidade, convoquei immediatamente no meu quartel os membros da junta da companhia do Alto Douro, o procurador geral da corôa, e outras pessoas de consideração. Foi opinião unanime de todos, que não julgavam da sua dignidade tratar um tal negocio com quaesquer agentes do usurpador. N'esta conformidade officiei ao barão d'Haber, a mr. de la Girondiere, e ao duque de Lafões, pela fórma que v. ex.ª se servirá ver das copias que junto, e logo me dirigi aos consules inglez e francez, insistindo para que tambem protestassem, ao que annuiram. Pelas quatro horas da tarde o consul inglez recebeu o officio em resposta ao seu protesto, o qual v. ex.ª verá pela copia junta n.º 3. Em vista d'elle mandei novamente convocar os membros da junta, e não se achando a esta hora (seis e meia da tarde) todos reunidos, nada mais poderei dizer a este respeito a v. ex.ª sobre este negocio, alem do que me parece será a opinião da mesma junta, que é convir em que os vinhos sejam enviados, e vendidos em Inglaterra, sendo todo o processo dirigido pela mesma junta, de outro modo em nada se intrometterem.

O consul inglez vae reunir os negociantes, relacionados com o negocio do vinho da companhia, e ámanhã pelas oito horas da manhã deverá haver uma reunião geral d'estes negociantes, da junta da companhia do Alto Douro, dos subditos da rainha, aqui residentes, que têem vinhos em Villa Nova. No immediato navio que sair, enviarei as actas de todas as reuniões que tem havido; e posso asseverar a v. ex.ª que farei quanto for possivel por combinar as operações da guerra com o interesse dos particulares em um negocio de tanta transcendencia, não querendo demorar para ámanhã a saída d'este hiate, em rasão da materia dos despachos, que hontem tive a honra de dirigir a v. ex.ª.

Hoje tem-se apresentado das fileiras dos rebeldes vinte e sete praças, todas dos regimentos de linha, e o alferes José Soares Cabral de Avillar, de infanteria n.º 7. A força, que hontem annunciei a v. ex.ª se achava nos Carvalhos, continuou a sua marcha em direcção a S. Pedro do Sul. N'estes ultimos quatro dias o inimigo não tem lançado sobre a cidade uma só bomba. O que tudo rogo a v ex.ª se sirva elevar ao conhecimento de sua magestade imperial, o duque de Bragança, commandante em chefe do exercito libertador.

Deus guarde a v. ex.ª Quartel general no Porto, ás seis e meia da tarde de 8 de agosto de 1833.—Ill.mo e ex.mo sr. Agostinho José Freire.=*Conde de Saldanha.*

**Officio do general miguelista,
José Antonio de Azevedo e Lemos, dirigido ao consul inglez,
Thomás Sorrel**

Ill.mo sr.—Tenho terminantes ordens para derramar por terra o vinho da companhia, e dos particulares, que está em Villa Nova, no caso de se não poder fazer d'elle uma venda já; porém custando-me muito fazer esta operação, que vae tocar nos interesses de tantas familias, parece-me que o meu governo não me levará a mal deixar de executar as ordens, que tenho a este respeito, se v. s.ª me quizer fazer

o obsequio de garantir a saida do vinho em barcos para Inglaterra, cuja venda será feita aos negociantes, que quizerem entrar n'este negocio, e o dinheiro será depositado em Inglaterra, para ser restituido a seus donos.

Se v. s.ª quizer fazer este obsequio aos proprietarios do mencionado vinho, concorrerá muito para a factura d'elles, e eu muito obrigado lhe ficarei, por me alliviar de um peso, que me opprime o coração.

Espero que v. s.ª me faça o que lhe peço, e me responda em poucas horas decididamente; e no caso de resposta negativa, vou dar logo cumprimento ás ordens que recebi, por que não é possivel deixar exposto aos inimigos de el-rei, o senhor D. Miguel I, e dos portuguezes *legitimistas,* que protestam defender os seus direitos, e os da nação, recursos com que nos possam fazer a guerra, e causar mais males aos portuguezes, do que os já feitos, desarredando a minha responsabilidade de um objecto tão transcendente.

É escusado lembrar a v. s.ª que já os vinhos da companhia foram offerecidos pelo ex-marquez de Palmella, para garantir um emprestimo; e as extorsões feitas no Porto pelos rebeldes, mostram evidentemente, que elles vão buscar os recursos onde elles existem, sem procurarem as legalidades; eis o motivo que obriga o meu governo a proceder d'esta maneira, que, posto ser de muita justiça, e conforme as leis da guerra, não deixará de ser censurada pelos inimigos dos governos *legitimos*.

Deus guarde a v. s.ª Quartel general em Villa Nova de Gaia, 8 de agosto de 1833.=*José Antonio de Azevedo e Lemos,* major graduado, commandante da terceira divisão.—Ill.mo sr. Thomás Sorrel.

Está conforme. Quartel general no Porto, 6 de agosto de 1833.=*Antonio Aluizio Jervis de Athouguia,* capitão general, servindo de secretario civil e militar.

Acta da junta dos vinhos, e mais pessoas convocadas pelo general Saldanha

Aos 8 dias do mez de agosto de 1833, pelas onze horas da manhã, na cidade do Porto, e quartel do ex.^{mo} tenente general conde de Saldanha, chefe do estado maior imperial, encarregado, na ausencia de sua magestade imperial, do commando do exercito libertador na mesma cidade, e do governo d'ella, achando-se presentes a illustrissima junta da administração da companhia geral de agricultura das vinhas do Alto Douro, o conselheiro José Antonio Guerreiro, o brigadeiro ajudante general, José Lucio Travassos Valdez, o tenente coronel do corpo de engenheiros, Francisco Simões Margiochi, o ajudante de campo de sua magestade imperial, com exercicio de quartel mestre general, Balthazar de Almeida Pimentel, o conselheiro Joaquim Antonio de Aguiar, e José Liberato Freire de Carvalho, que para este acto haviam sido convocados, e o capitão graduado do estado maior, Antonio Aluizio Jerves de Athouguia, servindo de secretario militar, disse s. ex.^{a} o tenente general conde de Saldanha, que passando ás cinco horas da manhã d'aquelle dia a bordo de uma das corvetas de sua magestade britannica, surtas no Douro, o barão d'Haber, e mr. de la Girondiere, lhe expozeram, que o governo do usurpador havia ordenado que os vinhos existentes em Villa Nova de Gaia fossem derramados e inutilisados, commettendo-se a execução d'esta ordem ao duque de Lafões; mas que o mesmo governo, a solicitação do dito barão, tinha permittido a este que os comprasse, e que consentindo elle conde na saída para Inglaterra dos vinhos comprados, com a condição de se pôr ahi em deposito o preço da compra, se evitaria aquella inutilisação, de outra maneira ella começaria a verificar-se, passado o meio dia, e concluiram que, auctorisados para lhe fazer esta proposta, esperavam até esse termo impreterivelmente a sua decisão. Que elle conde de Saldanha, tendo primeiro feito inutilmente differentes reflexões, tendentes a mostrar a estranheza,

e atrocidade de similhante procedimento, lhes respondêra, que não se achava auctorisado, para tomar uma decisão sobre a medida proposta, e que só podia leval-a ao conhecicimento de sua magestade imperial, o duque de Bragança, regente em nome da rainha; que manifestando o barão d'Haber, e mr. de la Girondiere, a impossibilidade de espaçar a execução d'aquella ordem, que o duque de Lafões estava disposto a pontualmente cumprir, elle conde de Saldanha lhes perguntára se o governo do usurpador pretendia que a negociação dos vinhos fosse feita com a junta, que existia entre os rebeldes, ou com aquella que se acha no Porto. Ao que lhe foi respondido, que a intervenção d'esta ultima em similhante negocio, não podia de modo algum admittir-se. E procurando ainda, elle conde, saber se na hypothese em que similhante negociação podesse ter logar, se admittiria uma commissão de igual numero de membros das duas juntas, para com ella ser negociada a venda, se lhe respondeu negativamente. Que n'estas circumstancias, e reiterando-se-lhe a comminação de se dar cumprimento á dita ordem, no caso em que não se approvasse a proposta feita, e esta approvação se lhes não fizesse constar até á hora indicada, elle conde de Saldanha desejava ouvir o parecer da illustrissima junta, a quem este negocio particularmente tocava, e o das mais pessoas reunidas, e convidava a todos a exprimirem a sua opinião em materia de tanta importancia. Então a illustrissima junta deu a sua opinião por escripto nos termos seguintes: Opinião da illustrissima junta da administração da companhia geral de agricultura das vinhas do Alto Douro. Que a illustrissima junta não espera que o governo do senhor infante D. Miguel commetta a atrocidade inaudita de mandar destruir os vinhos da companhia, que não pertencem ao governo da senhora D. Maria II, mas são propriedade particular dos accionistas, dos credores, e de grande numero de pessoas miseraveis, que ali tem os seus fundos; que, no caso não esperado, de que a sobredita atrocidade seja commettida, a illustrissima junta, em seu nome, e no de todos os interessados, protesta por todas as

perdas e damnos, que d'ahi resultem, contra todas e quaesquer pessoas que aconselhem, ordenem, auxiliem, ou pratiquem uma acção tão injusta, como barbara; que attendendo a que a venda proposta pelo barão d'Haber, ha de ser feita sem fiscalisação d'esta illustrissima junta, e por pessoas que estão entre os inimigos de sua magestade fidelissima, a rainha, e que não ha fiança, nem garantia alguma de que ella seja feita em boa fé, assim como não ha receio algum legal para impedir que o mesmo barão, depois de exportar os vinhos, disponha d'elles e do seu producto como quizer, e sem cumprir as condições propostas por elle. Por todas estas rasões a illustrissima junta recusa as mesmas propostas como fraudulentas, e não póde de maneira alguma consentir n'ella.—Gabriel Francisco Ribeiro, secretario da illustrissima junta escrevi.—Presidente, Antonio Joaquim de de Carvalho Pinho e Sousa—Antonio Fernandes da Costa Pereira—José Antonio Ferreira Silva—Custodio José Fernandes Dias—João Teixeira de Mello—José Pinto Soares—Custodio Teixeira Pinto Basto.—A opinião da illustrissima junta foi a das mais pessoas convocadas, pelas rasões expostas, e por outras que se ponderaram; e s. ex.ª o conde de Saldanha declarou, que o seu parecer estava em perfeito acordo com a unanimidade dos sentimentos exprimidos, e que obraria em conformidade. Por esta fórma se concluiu a conferencia, para que a illustrissima junta, e mais pessoas reunidas, haviam sido convocadas; e para constar o que n'ella se passou, se fez a presente acta, que as mesmas pessoas acima mencionadas assignaram, depois de lhes ser lida, e por todos approvada.—Antonio Aluizio Jerves de Athouguia, capitão graduado, servindo de secretario militar—José Antonio Guerreiro—O conselheiro procurador geral da corôa, Joaquim Antonio de Aguiar—José Liberato Freire de Carvalho—Francisco Simões Margiochi, tenente coronel do real corpo de engenheiros—Conde de Saldanha—José Lucio Travassos Valdez, ajudante general—Balthazar de Almeida Pimentel, ajudante de campo de sua magestade imperial, servindo de quartel mestre general.=*An-*

tonio Aluizio Jervis de Athouguia, capitão graduado, servindo de secretario militar.

Está conforme. Quartel general no Porto, 11 de agosto de 1833.=*Antonio Aluizio Jervis de Athouguia,* capitão graduado, servindo de secretario militar.

Officio do conselheiro procurador geral da corôa, dirigido ao conde de Saldanha

Ill.^mo^ e ex.^mo^ sr. — A destruição dos vinhos, existentes em Villa Nova de Gaia, communicada a v. ex.ª pelos rebeldes, é um acto de tal maneira atroz, que mal póde conceber-se; porém nada é impossivel a um governo, que zomba da execração, que sobre si chamam suas atrocidades, e que ainda conta no numero dos servidores, que lhe restam, muitos dos homens, que o levantaram pelo perjurio, pela traição, e pela perfidia, e se tem manchado, para sustental-o, com toda a qualidade de excessos e de crimes. N'esta consideração, pareceu-me não dever limitar-me a exprimir a minha opinião (na conferencia para que v. ex.ª me fez a honra de me convidar hoje), a respeito da proposta dirigida a v. ex.ª sobre aquelle objecto, mau de ver, no interesse da corôa, e no da nação, que é o mesmo em um governo livre, e bem constituido, protestar, como protesto, contra aquelle acto de execranda maldade, ou outro, d'onde resulte a destruição, ou damnificação de qualquer propriedade publica, ou particular, a quem quer que pertença, não só em Villa Nova, mas nas outras terras, ainda sujeitas á auctoridade de facto do usurpador da corôa de sua magestade fidelissima a rainha; actos pelos quaes ficam sujeitos á mais severa responsabilidade por suas pessoas, e bens, aquelles que os tiverem ordenado, ou de qualquer modo tiverem cooperado para se perpetrarem. Rogo a v. ex.ª que se digne dar conhecimento d'aquelle meu protesto a quem convier, e a publicidade que as circumstancias possam reclamar.

Deus guarde a v. ex.ª Porto, 8 de agosto de 1833.— Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. conde de Saldanha, chefe do estado maior imperial, encarregado do commando do exercito libertador no Porto, e do governo da cidade. = O conselheiro procurador geral da corôa, *Joaquim Antonio de Aguiar*.

Está conforme. Secretaria do estado maior imperial, 11 de agosto de 1833. = *Antonio Aluizio Jervis de Athouguia*, capitão graduado, servindo de secretario militar.

Officio do general, conde de Saldanha dirigido ao barão d'Haber

Mr. le Baron d'Haber.—Em resposta á communicação, que me fizesteis esta manhã, sobre os vinhos pertencentes á companhia do Alto Douro, só tenho a responder que, consultando a mesma junta, a sua resposta unanime foi, que ella não julgava da sua dignidade tratar um tal negocio com quaesquer agentes de D. Miguel; que a elle, e a elles deixava a faculdade de se mancharem com mais este novo acto de atrocidade, inaudito nos annaes das nações civilisadas; e que em consequencia d'isto, ella protestava solemnemente contra qualquer acto de violação a este respeito, fazendo responsaveis por elle a todos, e a cada um, que d'este negocio participassem. Da minha parte eu faço igualmente o mesmo protesto, e o fazem commigo todos os honrados portuguezes, a quem tambem communiquei este facto, que será incrivel que possa acontecer em um seculo de taes luzes como o nosso. Devo advertir que só fiz esta communicação á junta, e mais pessoas, para dar mais uma prova á Europa inteira de que os sentimentos de todos os bons portuguezes são unanimes nos principios da honra e da justiça.

Quartel general no Porto, 8 de agosto de 1833. = *Conde de Saldanha*.

Está conforme. Quartel general no Porto, 8 de agosto de 1833. = *Antonio Aluizio Jervis de Athouguia*, capitão graduado, servindo de secretario civil e militar.

Officio dirigido pelo mesmo general Saldanha ao duque de Lafões

Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr.—Eu sei que v. ex.^{a} é o encarregado de fazer executar a atroz medida de derramar todo o vinho, que se acha em Villa Nova de Gaia, pertencente á companhia do Alto Douro. Perante toda a Europa civilisada, perante a nação portugueza, eu protesto contra a execução de um tal attentado; e a v. ex.^{a} faço responsavel pelos seus bens, e pessoa, por qualquer violação que se pratique contra o direito de propriedade da referida companhia; e nenhuma consideração poderá haver, para livrar a v. ex.^{a} da responsabilidade, que toma sobre si, em fazer pôr em execução as ordens, que recebeu sobre tal assumpto.

Quartel general no Porto, 8 de agosto de 1833.—Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. duque de Lafões.=*Conde de Saldanha.*

Está conforme. Quartel general no Porto, 8 de agosto de 1833.=*Antonio Aluizio Jervis de Athouguia*, capitão graduado, servindo de secretario civil e militar.

PROCLAMAÇÃO

Que o visconde de Molellos dirigiu aos algarvios por occasião do desembarque dos constitucionaes no Algarve, e que devia ser citado a pag. 338 do presente volume, depois de lin. 14, em que se diz ter o dito visconde abandonado Faro, e tomado a direcção de S. Bartholomeu de Messines.

«Leaes algarvios. — Sentimentos de desprezo, e de permanente traição, acabam de conduzir á vossa patria um punhado de infames rebeldes, e de estrangeiros, que, ou refugo de suas nações, ou n'ellas inteiramente miseraveis, só buscam existir assoldadando-se, ou unindo-se a perversos.

«Algarvios! Uns degenerados portuguezes, que com mão armada cogitam em espalhar a desordem, ou o terror, e a vingança contra vós e vossas familias, são aquelles mesmos que derrotastes e expulsastes do Algarve, quando em 1828 se lembraram de se oppor a que a vossa fidelidade e principios catholicos jurassem defender a religião santa de Jesus Christo, e o nosso legitimo rei, o senhor D. Miguel I, contra a revolução e impiedade.

«Algarvios! Um grande numero de tropas se reune, e vae marchar a aniquilar aquelles homens, que, aborrecendo a Deus, abandonando seu legitimo rei, odiados dos verdadeiros portuguezes, e só apregoando erros, querem desgraçarnos. Em poucos dias serão *extinctos*, e a bandeira da revolução sepultada no pó.

«Algarvios! Não consintaes que elles no entanto manchem esse bello reino. Á minha voz, e obedecendo aos impulsos dos vossos corações, pegae todos em armas; uni-vos aos vossos officiaes de ordenanças, e aos vossos magistrados fieis; cortae as communicações, e cercae os rebeldes. Ti-

rae-lhes todos os meios de subsistencia; emfim, *persegui-os como a umas feras,* que só querem devorar a patria.

«Companhias differentes maritimas! Vós, que sempre tendes mostrado tanta honra, e tanta fidelidade aos vossos legitimos reis, fazei outro tanto, *e acabemos todos com homens de tão nefanda raça.*

«Algarvios! Viva a religião de Nosso Senhor Jesus Christo! Viva el-rei, o senhor D. Miguel I! Morte aos pedreiros livres! Victoria, ou morrer com honra; eis o que jura o vosso general e governador das armas. =*Visconde de Molellos.*»

PROCLAMAÇÃO

Dirigida por D. Pedro aos habitantes de Lisboa, no dia 28 de julho de 1833, ainda de bordo do vapor Guilherme IV entrado no Tejo, a qual devia ser citada a pag. 411 do presente volume, depois de lin. 23, em que se descreve o recebimento feito pelo mesmo D. Pedro ao almirante Napier, e aos duques de Palmella e Terceira.

«Habitantes de Lisboa.—Emquanto eu com os bravos portuenses, e com os meus amigos e companheiros de armas exultavamos no dia 25 pela assignalada victoria, que n'aquelle dia a Divina Providencia tinha mais uma vez concedido ás armas da rainha, que me prézo de commandar em chefe, chegou-me a confirmação da viva confiança, que eu tinha, de que vós, animados pela presença da divisão expedicionaria, que debaixo do commando do duque da Terceira tinha vindo trazer o terror aos inimigos, e a todos os portuguezes fieis a conciliação e a paz, arvorarieis emfim o estandarte da legitimidade e da honra.

«Esta nobre deliberação merecia que eu mesmo voasse ao meio de vós, e viesse elogiar-vos, animar-vos, e congratular-me comvosco, e com os bravos, que por tantos titulos merecem o vosso reconhecimento e o da nação, e que vieram apoiar entre vós o desenvolvimento de um patriotismo, que só o terror e a tyrannia poderiam ter por tanto tempo contido. Deixando pois com gosto e com saudade a heroica cidade do Porto entregue ao exercito, sem igual em lealdade e valor, e aos habitantes, cuja coragem, devoção civica e amor da patria, tem já um logar na historia, que nenhum acontecimento posterior poderá roubar-lhes; eis-me entre vós, cheio de prazer, e certo de achar em vossos peitos aquelles sentimentos, que sempre fizeram palpitar corações honrados nos perigos imminentes da patria.

Eia pois, dignos lisbonenses, o reinado do terror e do despotismo já começou a fugir de vós, e em breve desapparecerá de todo diante dos defensores do imperio, da rasão e da lei. É tempo que d'entre vós surjam legiões armadas, que, preferindo a morte á escravidão, expurguem o territorio portuguez d'esses poucos illudidos, ou degenerados, que enxovalham ainda este paiz classico da lealdade. Se necessitasseis para isso de exemplo, achal-o-eis nos heroicos portuenses, que em massa correram voluntariamente ás armas. Lisbonenses! União, tranquillidade, constancia e valor, e a causa da rasão e da justiça triumphará dos seus inimigos, e a patria será salva.

«Não temaes vinganças; as promessas feitas no meu manifesto serão religiosamente cumpridas; quanto a mim, nenhum sacrificio pessoal me será pesado, comtanto que elle convenha á nação portugueza, á sua rainha, e á carta, que eu dei, e que toda a nação jurou.

«Ás armas lisbonenses! Abaixo o despotismo! Viva a rainha, a senhora D. Maria II!

«Bordo do barco de vapor *Guilherme IV*, surto no Tejo, 28 de julho de 1833.=*D. Pedro, duque de Bragança.*»

REPAROS FEITOS N'UMA OBRA CONTEMPORANEA

Já na nota por nós posta a pag. 493 da segunda parte do terceiro volume da terceira epocha da nossa *Historia da guerra civil*, nos queixámos de um escriptor da nossa propria relação, o qual, tendo-lhe servido de unico subsidio para uma sua publicação a nossa *Historia da guerra da peninsula*, nem uma só vez teve a sinceridade de a citar na sua dita publicação. Mas esta fragilidade nem por isso tem deixado de se notar em outros mais escriptores, affectando terem conhecimentos proprios do que dizem, e das asserções que fazem, quando aliás são o fructo do trabalho alheio, sem receiar de que haja alguem, que lhes lance em rosto o proloquio, de que *quem o alheio veste na praça o despe*, ou de que com a leitura d'elle altamente lhes gritem, estrugindo-lhe os ouvidos, *deixa o que não é teu*.

Não diremos que o mesmo se dê no caso que vamos referir; mas nem por isso deixa de ter por si alguma similhança.

Uma curiosa obra historica, com o titulo de *Monumentos e lendas de Santarem*, se publicou no passado anno de 1883, da qual é auctor o capitão de artilheria, Zeferino N. G. Brandão. Posto que esta obra seja uma compilação de outros escriptos, que se não citam, nem por isso deixa de ser interessante, por se collegir n'um só o que está espalhado por diversos; e poupar aos leitores trabalho e tempo em buscas sobre o assumpto, é já este um bom serviço, prestado pelo seu auctor, e no nosso entender mais merito teria ainda o seu trabalho, se fosse acompanhado das citações das fontes, que consultou, e n'elle deixou omissas.

A pag. 114 da referida obra, diz o citado auctor, que o

coronel Henrique da Silva da Fonseca era na emigração dos liberaes por Galliza, commandante do regimento de infanteria n.º 15. Isto não é exacto. E perdôe-nos o auctor d'esta asserção, pois como militar era mais obrigado a saber isto do que quem o não é. O benemerito Henrique da Silva da Fonseca, um dos mais notaveis e honrados commandantes dos corpos emigrados por Galliza, era por então coronel do regimento de infanteria n.º 18, corpo para onde já havia sido despachado em 5 de junho de 1824.

Nem o regimento 15 de infanteria emigrou para fóra do paiz em 1828. Este corpo fazia parte da guarnição de Almeida, praça d'onde nunca saiu, para vir juntar-se aos mais, que haviam n'aquelle anno abraçado a causa do Porto, não obstante haver-se tambem declarado pela revolução liberal, que n'esta cidade rebentára em 16 e 17 de maio do citado anno. Mau é claudicar-se em pontos de historia, por meio de asserções graciosas e graves; mas em historia contemporanea, ainda é negocio mais grave; e gravissimo até sobre tudo, quando se desprezam fontes, já sobre ella publicadas, ou se não lêem com a devida attenção.

O mesmo capitão Brandão cita-nos, para abonar o dialogo, que Bernardo de Sá Nogueira teve na Galliza com o coronel de milicias de Orense, D. Manuel Ignacio Pereira, e corrobora mais o que a tal respeito dissemos na nossa *Historia do cerco do Porto*, e nas *Revelações da minha vida*, com o testemunho do notavel contemporaneo, marquez de Thomar, testemunho que parece só ter tido logar para mostrar as relações, que havia entre elle e o capitão Brandão, se é que este não duvidava da existencia do referido dialogo.

Um outro dialogo cita igualmente o referido capitão na sua obra, dizendo ter tido logar na cidade da Corunha entre o mesmo Bernardo de Sá Nogueira, e um cavalheiro hespanhol, commendador da ordem de Malta. A relação d'este dialogo nada mais é, ao que nos parece, do que copia fiel do que já haviamos publicado a pag. 89 da primeira parte do terceiro volume da nossa *Historia da guerra civil*, sem nada se dizer sobre o que n'elle se leu.

Mas se não houve tenção fixa de guardar segredo, e o capitão Brandão soube do citado dialogo por outra via, pedimos-lhe, que haja por bem declarar-nos qual ella foi. E se portanto o nosso trabalho mereceu a honra de ser incluido nos seus *Monumentos e lendas*, era de justiça citar-nos, para se não ter como obra sua o que era alheia, pois o dar o seu a seu dono, nada mais é do que um acto de moral e de justiça.

Não é do nosso intento offender o melindre do referido capitão, quando lhe pedimos justiça, e nos parece que por este modo fugiria a suspeitas, que talvez tenham o caracter de injustas, mas que nem por isso deixam de dar margem a poderem fazer-se.

Cremos tambem que o capitão Brandão só achou nas nossas *Revelações* o que nos diz, quanto á decima, que começa pelo verso de *Carvão, cerveja, batatas*. Mas o que elle não achou no nosso citado escripto foi o darmos a tal decima como recitada no celebre theatro do Barracão de Plymouth, asserção que é puramente sua, e que tambem não tem por si a verdade. Diz-nos elle a par d'isto, como affectando ser cousa muito sabida de todos, a existencia da referida decima, e que, pela sua vulgaridade, d'ella teve conhecimento, bem como de quem foi o seu auctor, acrescentando que muitos dos companheiros do referido auctor (que era João Eduardo de Abreu Tavares), o sabem, e que *por tal motivo elle capitão Brandão registou a tal decima na sua obra.*

Que muitos companheiros de João Eduardo lhe ouvissem a recita da sua decima, é isso um facto, que não podemos negar; mas que algum d'elles e a vulgaridade de hoje se lembrassem d'ella, para no fim de cincoenta e cinco annos, contados de 1828 a 1883, a transmittirem ao conhecimento do capitão Brandão, é o que nós não podemos jamais acreditar, emquanto elle nos não disser quem foi. E ainda diremos mais, que elle a não viu em publicação alguma, a não ser nas nossas *Revelações;* e se isto não é verdade, que nos diga tambem onde achou escripta a referida decima com a designação do seu auctor.

E já que d'elle se mostra tão sabedor, tendo-o como pessoa sua conhecida, pedimos-lhes mais, que nos diga qual foi a collocação, que elle teve na ilha Terceira durante a emigração, fóra da militar, e qual a que tambem teve depois d'ella na mesma ilha. Emquanto pois nos não satisfizer a este pedido, rogaremos ao leitor que não tenha por verdade, que o capitão Brandão soubesse por outra via da existencia de tal decima, e do seu auctor, a não ser por meio das nossas ditas *Revelações*. Decomponha pois o referido capitão a sua proposição generica dos muitos que souberam d'isto, e especialise-nos alguns, ou algum d'elles, se quer que o acreditemos. Fallar verdade não deshonra.

Para confirmarmos que só nas nossas *Revelações* soube de tal decima, e do seu auctor, ir-lhe-hemos expor a seguinte analyse. N'esta nossa obra não dissemos abertamente a pag. 420 (onde ella se acha transcripta), em que theatro ella fôra recitada pelo seu auctor, de que resultou suppor o capitão Brandão, que fôra no theatro do Barracão. Faltou n'isto á verdade.

Esta asserção é mais uma outra das que erradamente faz na sua obra, porque a recita a que se refere teve unicamente logar no theatro, que o conde de Morley tinha em Plymouth. Isto mesmo se acha consignado nas nossas ditas *Revelações*, e por ellas mesmo, se as ler attento, poderá o capitão Brandão verificar o seu erro, sem que para isso lhe seja necessario consultar qualquer d'esses muitos, que nos diz terem sabido do caso, nem ir ás bibliothecas consultar qualquer impresso onde isto venha, impresso que de certo não achará n'ellas.

Folheando pois attento aquelle nosso escripto, verá que a pag. 418 se diz que no theatro do dito conde se representára a tragedia *Catão;* e a pag. 408, que no theatro do Barracão se representára a comedia *Elvira*. Na já citada pag. 420 diz-se mais, que a decima acima citada fôra recitada em seguida á ultima recita da tragedia *Catão*, d'onde concluirá, que só no theatro do conde de Morley podia tal decima ser recitada. Nem João Eduardo, que foi quem a recitou, tomou

parte alguma nas representações do theatro do Barracão; elle só representou na tragedia *Catão*, fazendo o papel de Bruto, e depois da ultima recita da referida tragedia, fez o papel de poeta no *Entremez dos doidos*, que foi então que recitou a sua dita decima.

Se pois o capitão Brandão tivesse attentamente lido na nossa obra o que fica dito, e não tivesse querido fugir a citar o nosso trabalho, dando inexactamente como cousa hoje muito sabida o que a tal respeito nos diz, de certo se não veria agora por nós accusado pela imprensa, de dizer no seu escripto o que não é.

Á vista pois d'isto, não seremos taxados de temerario, se dissermos, que tudo quanto de importante o capitão Brandão nos refere nos seus *Monumentos e lendas de Santarem*, a respeito do fallecido marquez de Sá da Bandeira, é obra inteiramente da nossa lavra, e copiada, não textualmente dos nossos escriptos (a *Historia do cerco do Porto*, e as *Revelações*), mas sim quanto aos factos, por nós publicados, posto que diversifiquem na redacção.

Mas não foi sómente no que temos dito, que o capitão Brandão improvisou em historia contemporanea, porque tambem assim o fez, quando a pag. 117 do seu dito escripto nos diz, que José Bernardo da Silva Cabral, e seu irmão, Antonio Bernardo da Costa Cabral, foram os dois individuos, que o povo de Lisboa raivosamente perseguia, quando o visconde de Sá da Bandeira os livrou de lhe cairem nas mãos, depois de ter recolhido á sé a procissão do Corpo de Deus no anno de 1838. Não era pois José Bernardo quem acompanhava seu irmão, Antonio Bernardo, mas sim José da Silva Carvalho. A sua asserção sobre este ponto é que o capitão Brandão devia ter abonado com o testemunho do notavel marquez de Thomar, para poder ser acreditado, no que nos diz em contrario do sabido, e publicado já anteriormente pela imprensa.

Quando pessoas tão auctorisadas como o capitão Brandão assim claudicam em historia contemporanea em tão poucas paginas, como as de uma obra, tal como é a dos *Monumen-*

tos e lendas de Santarem, não admira que outros escriptores de inferior consideração claudiquem tambem, como temos visto nos seus respectivos escriptos, alguns dos quaes se podem ter por similhantes ao *Almocreve de petas*, do fallecido poeta José Daniel Rodrigues da Costa. Pena é que uma obra como a dos *Monumentos e lendas* possa ser suspeita de novas inexactidões nos mais assumptos, que n'ella se tratam.

Não foi por certo para amargurar o capitão Brandão o que nos levou a corrigir o que elle inexactamente nos diz nos seus interessantes *Monumentos e lendas*, mas sim com o unico fim de evitar, que estes seus erros se repitam em subsequentes escriptos, desejosos, como somos, não só de que em tudo se escreva com a possivel circumspecção e verdade, para que se acredite o que houverem de nos relatar nas suas publicações, mas tambem de que não hesitem em dar a Cesar o que é de Cesar, como manda a justiça divina e humana, a fim de se não exporem a retorquirem-lhes aquelles a quem se busca privar do justo louvor, que o seu trabalho merece. Se pois, quanto a nós, lhes não servimos de modelo, no que respeita a estylo e linguagem, acharão pelo menos nos nossos escriptos copia de factos, e verdade de narração. Para abono do que assim dizemos, repetiremos aqui o que já foi impresso no prefacio do primeiro volume d'esta nossa terceira epocha, em conformidade do que tambem nos diz Camões:

> Que a verdade, que canto nua e crua,
> Vence toda a grandiloqua escriptura.

FIM DO TOMO QUARTO DA TERCEIRA EPOCHA

SYNOPSE

DAS

MATERIAS CONTIDAS N'ESTE VOLUME

Capitulo I. — O general visconde do Peso da Regua, dando sem vantagem os seus primeiros ataques ao Porto, e á Serra do Pilar, deita-se depois a levantar baterias, e a construir o seu campo intrincheirado com o manifesto fim de estabelecer o bloqueio d'aquella cidade, a que ainda no dia 29 de setembro dá um novo, e decisivo ataque, e depois á Serra em 14 de outubro com consideravel perda pela sua parte, circumstancia que o leva a pedir mais gente para Lisboa, e occasiona a vinda de D. Miguel para as provincias do norte, sendo a final demittido do commando do exercito, e substituido pelo general Santa Martha. Este, adoptando o systema da guerra defensiva, leva ao ultimo apuro as fortificações do seu campo, bombeia o Porto por grande numero de baterias, e estabelece contra esta cidade o mais completo estado de sitio, até fechar de todo a barra do Douro, com grande terror, e lastima dos constitucionaes, que apesar dos seus triumphos de terra e mar, lutavam já com grande apuro de meios, e falta de gente, que só podiam obter de paiz estrangeiro, depois de terem pedido em seu favor a mediação ingleza, pag. 1.

Synopse do capitulo

Inutilidade das tentativas dos constitucionaes para sublevar o paiz, e teima do governo do Porto em se não preparar para o cerco, pag. 1. — N'um conselho militar convocado por D. Pedro, havendo votos para que se abandonasse o Porto, o de Bernardo de Sá Nogueira limitou-se a expor a necessidade de se mudar a base de operações, sem que ao certo

nada se decidisse sobre este ponto, pag. 5. — Tristes participações feitas para Londres ao marquez de Palmella sobre o mau estado das cousas do Porto, por Agostinho José Freire, Mousinho de Albuquerque, e pelo proprio D. Pedro, pag. 6 a 11. — O mesmo D. Pedro já por então se lembrou de propor em conselho uma suspensão de armas, pag. 11. — Demissão do general Povoas, e nomeação do visconde do Peso da Regua (Gaspar Teixeira de Magalhães e Lacerda), para commandante em chefe do exercito miguelista em volta do Porto, pag. 12. — Bernardo de Sá foi o que mais concorreu para que D. Pedro abraçasse o plano da guerra defensiva; fogo que já havia nos postos avançados, e definitiva occupação da Serra do Pilar, ordenada pelo mesmo Bernardo de Sá, pag. 12 e 13. — Collocação das forças por elle determinada para a defeza da mesma Serra, pag. 14. — Parte que tambem teve no levantamento das linhas defensivas ao norte do Porto, pag. 15. — Foi o desastre de Souto Redondo o que levou D. Pedro a fortificar o Porto, deixando ainda assim sem defeza a communicação d'esta cidade com o mar, ficando tambem de fóra das linhas outros mais pontos ao norte da cidade, pag. 15 e 16. — No meio de tudo isto forçoso é confessar que só D. Pedro era capaz entre os emigrados de levar ávante uma heroica defeza, como praticou, pag. 17. — Importante parte que Bernardo de Sá teve no levantamento das linhas do Porto; sua requisição dirigida ao ministro da guerra, pag. 18 e 19. — O mesmo Bernardo de Sá insta com o ministro da guerra, para que se proceda á construcção de uma segunda linha defensiva, pag. 20 e 21. — Descripção das duas linhas defensivas do Porto, pag. 21. — Apesar das causas que o levantamento das linhas teve contra si, ellas foram progredindo do melhor modo possivel, pag. 22 e 23. — Era D. Pedro quem pessoalmente tomára a si vigiar e activar diariamente a construcção de taes linhas; mudança de animação com que escreveu a Palmella, pag. 24. — Mousinho de Albuquerque foi tambem o proprio que, escrevendo por segunda vez ao mesmo Palmella para Londres, se lhe mostrou muito mais animado do que quando da primeira vez lhe escrevia, pag. 25. — A linguagem do ministro da guerra, empregada por elle n'um outro officio dirigido a Palmella, era tambem já diversa da do seu primeiro officio, participando-lhe tambem ter entrado no Tejo a esquadra miguelista, pag. 26. — Torna-se cada vez mais patente a resolução de levar a guerra por diante, sendo o proprio D. Pedro o que muito concorria para levantar os animos abatidos, pag. 26 e 27. — Desanimação que o começo do cerco causou nos moradores do Porto, pag. 28. — O governador militar do Porto combate este estado de desanimação, pag. 29. — Apuros financeiros, que a par dos males do cerco vieram amargurar D. Pedro, não concorrendo pouco Mousinho da Silveira para tambem o amargurar, e as suas intempestivas medidas, pag. 30 e 31. — Embaraços financeiros da commissão dos aprestos em Londres, pag. 32. — Consideravel descredito em que em Londres se

---

de uma expedição a Sagres, recebe para commandar as suas tropas um general estrangeiro, que comsigo traz para o Porto a devastadora *cholera-morbus;* prompto descredito d'este general, e aspecto de melhor situação para os constitucionaes, não só pela annullação do bloqueio miguelista, e continuação dos desembarques na costa do mar, mas tambem pela chegada do general Saldanha ao Porto, onde a sua presença promove desde logo bastante exaltação de partidos, e concorre ao mesmo tempo para a definitiva segurança da communicação da Foz com aquella cidade.

Synopse do capitulo

cousa, originando-se tambem d'aqui a demissão do general miguelista, visconde de Santa Martha, substituido pelo conde de S. Lourenço. A esquadra subleva-se formalmente contra D. Pedro, que a muito custo a póde manter firme no seu serviço, sem que todavia tivesse igual fortuna na repressão das iras dos partidos politicos, que contaminavam o seu exercito, chegando um d'estes mesmos partidos a pedir-lhe a demissão do seu ministerio. D'aqui nasceram os desgostos por que passou Solignac, com quem se instou para aventurar uma batalha fóra das linhas constitucionaes, sustendo a execução d'estes planos a chegada ao Porto de uma expedição de vapores com os possiveis reforços de gente, com os quaes vinha o duque de Palmella, e o almirante Napier, que tomando o commando da esquadra constitucional, com ella, e a mesma expedição se fez de véla para o Algarve, pag. 213.

Synopse do capitulo

Os temporaes occasionam a carestia dos generos alimenticios, e até mesmo a fome do Porto, pag. 213 a 217. — Tabella dos preços dos generos em 7 de julho de 1832, e no auge da sua carestia (nota), pag. 214 e 215. — Triste aspecto que apresentavam o Porto e os seus moradores no primeiro trimestre de 1833, manifestando-se este mau estado de cousas na propria cavallaria do exercito, pag. 217 e 218. — Duplica o preço dos generos no mez de fevereiro, e começam gradualmente a diminuir as rações da tropa, tendo o governo de retirar a medida da taxa, que lhes havia imposto, pag. 219. — Suspeitas de haver no exercito sitiante alguem que participava a D. Pedro o que se passava no campo inimigo (nota), pag. 217. — Continuação do mau estado de cousas no Porto, pag. 220. — Benefica creação da chamada *sopa economica*, pag. 221. — Tabella das rações diariamente distribuidas desde 6 de fevereiro até 6 de agosto de 1833 (nota), pag. 222. — Continuação do activo bombardeamento feito contra o Porto, e variantes das horas em que tinha logar, pag. 223. — Novas baterias do inimigo, e prejuizo que causaram a alguns navios de guerra de D. Pedro, pag. 223. — Infructuosos meios a que os moradores do Porto recorrem para se livrarem do bombardeamento, pag. 224. — Aos males que temos referido reunia-se tambem por outro lado o nenhum resultado dos negocios diplomaticos, tratados em Londres pelos plenipotenciarios do mesmo D. Pedro, pag. 224. — O duque de Broglio, ministro dos negocios estrangeiros em França, hostil á causa liberal, pag. 125. — O ministro inglez em Madrid, tambem nada conseguia de favoravel á mesma causa, pag. 226. — Nenhum effeito da lembrança que teve D. Pedro, de que a bordo dos navios inglezes surtos no Tejo se recebessem dois seus agentes, para negociarem uma conciliação, e fusão de partidos, pag. 227 e 228. — Pal-

pta-se pela sua parte para bloquear Lisboa, e o duque da Terceira, aproveitando-se da demora do visconde de Molellos em Beja, marcha rapida sobre o Alemtejo, entra em Setubal, d'onde afugenta uma divisão movel, que de Lisboa para ali mandára o duque de Cadaval, e vem a Cacilhas derrotar uma outra divisão inimiga, fazendo com a sua ousada marcha retirar da capital do reino o mesmo duque de Cadaval, que assim lhe facilita a sua entrada triumphal em Lisboa, para onde acode logo D. Pedro, retirando-se os realistas do Porto sobre Coimbra, o que tambem faz Bourmont, deixando aquella cidade, cujo sitio é definitivamente levantado por Saldanha, depois do inimigo ter incendiado os armazens de vinhos de Villa Nova. Bourmont finalmente, saindo de Coimbra, marcha sobre as margens do Tejo, para pôr o cerco a Lisboa, pag. 331.

Synopse do capitulo

Cansaço do paiz com a prolongação da guerra, pag. 331. — Acertado plano com que foi commandado e dirigido o exercito libertador, e effeitos que produzíra no exercito miguelista, para o commando do qual fôra nomeado o marechal Bourmont, pag. 331 a 333. — Desembarque das tropas expedicionarias no Algarve, e proclamação do duque da Terceira dirigida aos seus habitantes, pag. 334 e 335. — O duque da Terceira assenhoreia-se de todo o Algarve, depois do pequeno combate, que teve com os miguelistas junto á ribeira do Almargem, pag. 335 e 336. — Perplexidade do duque da Terceira, depois de estar senhor d'aquella provincia, pag. 337. — Guerrilha constitucional, levantada nas immediações de Thomar, pag. 338. — É reforçada a divisão de Molellos por uma brigada, que para este fim largára do Porto, e saida do Tejo da esquadra miguelista, pag. 338. — Trava-se uma batalha naval entre a referida esquadra e a constitucional, e pormonores d'esta batalha, pag. 339 a 345. — Consequencias notaveis que d'ella resultam, pag. 345 e 346. — Enthusiasmo causado no Porto com a noticia da expedição no Algarve, pag. 347. — Interpretações dadas pelos miguelistas sobre o destino que tivera, pag. 347 e 348. — Noticia de que o marechal Bourmont aceitára o commando do exercito miguelista, pag. 348. — Desalento que isto causou em muitos dos moradores do Porto, pag. 348. — Mais um reconhecimento feito ás linhas do Porto pelo inimigo, pag. 349 e 350. — Proclamação de D. Pedro aos portuguezes, annunciando-lhes, não só o bom resultado do dito reconhecimento, mas igualmente a victoria naval do Cabo de S. Vicente, pag. 350. — D. Pedro manda um parlamentario ao campo inimigo com a participação da referida victoria, com o fim de levar o conde de S. Lourenço a que desista de continuar a luta, parlamentario que pelo conde foi despedido, por nada ter com o senhor D. Pedro, e os seus ministros, pag. 351 e 352. — Importantes recursos que ainda por si tinha

---